UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



OMAN e PORTUGAL (1650-1730)

Política e Economia

Ibrahim Yahya Zahran Al-Busaidi

DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA

História dos Descobrimentos e da Expansão

2010

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



OMAN e PORTUGAL (1650-1730)

Política e Economia

Ibrahim Yahya Zahran Al-Busaidi

Tese orientada pelo Prof.Doutor Anónio Dias Farinha

2010

ÍNDICE

Índice..... 1

Lista das Ilustrações (Tabelas, Mapas e Gravuras)..... 4

Siglas e Abreviaturas..... 5

Transcrição do Alfabeto Árabe..... 6

Dedicatória..... 7

Agradecimentos..... 8

Resumos..... 10

Introdução 14

Capítulo I- A Situação Política e Económica no Oriente na primeira metade do século XVII..... 23

- 1.1. Os ingleses na costa Ocidental da Índia e no Golfo Arábico na primeira metade do Século XVII..... 23
- I.2. A política persa face aos portugueses..... 26
- I.3. A aliança anglo-persa e a queda de Ormuz..... 28
- I.4. Os holandeses na costa Ocidental da Índia e no Golfo Arábico na primeira metade do Século XVII..... 32
- I.5. Os portugueses no Oriente na primeira metade do século XVII..... 37
- I.6. Os portugueses na África Oriental na primeira metade do século XVII..... 41

Capítulo II- Os portugueses no litoral de Oman após a queda de Ormuz..... 49

- II.1. A conjuntura política e económica em Oman, na primeira metade do século XVII..... 49
- II.2. A presença portuguesa no litoral de Oman após 1622..... 76
- II.3. A queda de Mascate e o fim da presença portuguesa no litoral de Oman..... 87
- II.4. As consequências da queda de Mascate..... 94
- II.5. Da reacção portuguesa à queda de Mascate..... 97

Capítulo III- A marinha de Oman na época dos Yarubitas..... 101

- III.1. O desenvolvimento da Marinha em Oman..... 101
- III.2. A influência europeia na indústria naval omanita..... 107
- III.3. Crescimento do poderio marítimo omanita..... 108
- III.4. Impacto da marinha omanita a nível interno..... 117
- III.5. Impacto da marinha omanita a nível externo..... 120
- III.6. Situação dos Portugueses na segunda metade do século XVII..... 121

Capítulo IV- A rivalidade omanita-portuguesa na costa Ocidental da Índia e no Golfo Arábico..... 132
IV.1. Revolta de Saif bin Sultan I contra o Imame Bilárabe e seu impacto no conflito com os portugueses..... 146

Capítulo V- 1ªParte: As campanhas omanitas na África Oriental..... 172
V.1ª.1. As cidades suaílis no princípio do séc.XVI..... 172
V.1ª.2. Factores que influem na ligação dos omanitas à África Oriental..... 177
V.1ª.3. A expedição a Mombaça em 1652..... 181
V.1ª.4. A campanha em Mombaça em 1655..... 185
V.1ª.5. A campanha de 1660 em Mombaça e Faza..... 186
V.1ª.6. A campanha de 1669 contra Moçambique..... 188
V.1ª.7. A conquista de Pate..... 191

Capítulo V- 2ªParte: A rivalidade omanita –portuguesa na época do Imame Saif I e o fim da presença portuguesa na África Oriental..... 201
V.2ª.1. O cerco de Mombaça e a queda do forte Jesus..... 204
V.2ª.2. Reacções dos portugueses à queda de Mombaça..... 254

Capítulo VI- A guerra civil em Oman e suas repercussões na África Oriental..... 268
VI.1. Prelúdios da crise..... 268
VI.2. A guerra civil em Oman..... 271
VI.3. As repercussões da situação na África Oriental..... 273

Capítulo VII- 1ªParte: As consequências da rivalidade entre os omanitas e os portugueses nas relações internacionais 297
VII.1ª.1. Pérsia..... 297
VII.1ª.2. Índia..... 322
VII.1ª.3. Os ingleses..... 338
VII.1ª.4. Os holandeses..... 344

Capítulo VII- 2ªParte: As consequências da rivalidade entres os omanitas e os portugueses na situação comercial de Mascate..... 351

Conclusão 366

Fontes e Bibliografia..... 376

Anexos..... 397
1- Mapas e Gravuras..... 399

2- Glossário histórico 409
3- Glossário toponímico..... 412
4- Os Imames da dinastia Yarubita de 1624-1730..... 415
5- Os Reis de Portugal de 1650-1730..... 415
6- Os Vice-Reis e Governadores do Estado da Índia de 1650-1730..... 416
7- Moedas indo-portuguesas que circulavam no Golfo no séc.XVI-XVII e o seu valor... 417
8- Documentos Árabes..... 418
9- Documentos Portugueses..... 431
10-Índice cronológico dos documentos Portugueses..... 539

Lista das Ilustrações(Tabelas, Mapas e Gravuras)

Tabela 1: A armada omanita em 1716.	113
Tabela 2: A artilharia da armada de Oman em 1721	114
Tabela 3: Número de navios saídos de Lisboa para a Índia e vice-versa no período entre 1661 – 1700	125
Mapa das capitais da dinastia Yarubita entre 1624-1719	399
A Fortaleza e o Porto de Mascate	400
Mapa da expedição omanita contra Zanzibar e Mombaça em 1652	401
Mapa da batalha de Sohar e do Golfo contra a armada omanita em 1669	402
Mapa da batalha de Surrate entre os omanitas e os portugueses em 1689	403
Mapa da batalha de Damão de 1694 entre a armada omanita e a portuguesa	404
Mapa da costa da África Oriental	405
Mapa da expedição portuguesa contra Pate em 1687	406
Mapa de Mombaça	407
A Fortaleza de Jesus	408
Fotocópia de documentos árabes.	424-430
Fotocópia de documento nº. 3	440-441
Fotocópia de documento nº. 7	452-453
Fotocópia de documento nº. 14	479-480
Fotocópia de documento nº. 19	506-514
Fotocópia de documento nº. 20	520-521
Fotocópia de documento nº. 23	534
Fotocópia de documento nº. 25	538

Siglas e Abreviaturas

AHU= Arquivo Histórico Ultramarino

ANTT= Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

APO= Arquivo Português Oriental.

AV= Avulso

BA= Biblioteca da Ajuda.

BFUP= Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguesa.

BNP= Biblioteca Nacional de Portugal.

PBA= Pombalina

BPE= Biblioteca Pública de Évora.

Cod= Códice.

CU= Conselho Ultramarino

Cx= Caixa

Doc=Documento(os)

EIC= East India Company

fl, fls= Fólio(s)

FUP= Filmoteca Ultramarina Portuguesa

H= Hégira no calendário Islâmico

M= Maço(os)

Ms= Manuscrito.

MPCSO= Ministério do Património e da Cultura do Sultanato de Oman

MPNC= Ministério do Património Nacional e da Cultura

Nº= Número(os)

VOC= Verenigde Oost-indische Compagnie (Duch East India Company)

Transcrição do Alfabeto Árabe

ء	’	ص	ṣ
ا	ā	ض	ḍ
ب	b	ط	ṭ
ت	t	ظ	ẓ
ث	ṯ	ع	‘
ج	j	غ	ġ
ح	ḥ	ف	f
خ	ḫ	ق	q
د	d	ك	k
ذ	ḏ	ل	l
ر	r	م	m
ز	z	ن	n
س	s	هـ	h
ش	š	و	w ū
		ي	y ī

Dedicatória

À memória dos meus Pais.

À minha Esposa, Sumaiya Mohammed Mansoor Al-Busaidi pela sua indulgência, paciência e sacrifício, durante a investigação e redacção deste trabalho.

Aos meus filhos Faisal, Al-Julanda e Qusaiy.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, estou muito grato ao meu orientador Prof. Dr. António Dias Farinha que me deu conselhos preciosos, tendo sido valiosas as sugestões e informações que me adiantou as quais foram essenciais para este trabalho.

Agradeço também ao Prof. Dr. Contente Domingues a sua prestimosa e erudita ajuda.

Não posso deixar de expressar ao Prof.Dr.Isam Ali Ahmed Al-Rawas o meu sincero agradecimento pelo constante auxílio e pelos esforços feitos para assegurar a bolsa de estudo para a realização do doutoramento na Universidade de Lisboa.

Devo ainda uma palavra de gratidão à minha Esposa que tanto sofreu com as vicissitudes da investigação, ajudando-me todavia no sentido da sua conclusão.

Aos meus colegas Mário J. Aires dos Reis, Badr Hassanain, Margarida Hassanain e Gamal Khalifa, manifesto o meu reconhecimento pela forma como se ofereceram para ajudar a corrigir a Tese, resolvendo alguns dos problemas que foram surgindo.

Agradeço ainda ao meu amigo Mouhssine Rhouli pela precisosa assistência informática que me facultou.

Ao Prof.Dr. Mohammed Humaid Salman e a muitos membros de minha família agradeço o modo como toleraram as dificuldades causadas pelo largo tempo que durou a investigação.

Gostaria finalmente de agradecer ao pessoal da Biblioteca Nacional de Portugal, da Ajuda, do Arquivo Histórico Ultramarino, da

Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, de Évora, e aos funcionários da secção dos manuscritos do Ministério do Património e da Cultura de Oman, que foram generosos no tempo e no conhecimento que colocaram à minha disposição.

Resumo

O contacto entre os omanitas e os portugueses nem sempre foi pacífico, tendo contribuído, durante o período que vai de 1650 a 1730, para modificar o equilíbrio do poder no oceano Índico, sobretudo no que respeita às relações dos omanitas com diversos poderes regionais e europeus. Após a queda de Mascate, em 1650, o conflito alargou-se, passando de regional para ultramarino, o que exigia de Oman uma frota poderosa capaz de enfrentar a marinha portuguesa até então hegemónica.

As relações entre omanitas e portugueses foram frequentemente marcadas por hostilidade, uma vez que ambos concorriam para liderar as actividades mercantis no Oceano Índico, tendo os omanitas uma tradição marítima desde a Idade Média, e uma influência relevante não apenas no âmbito comercial mas também cultural.

Houve duas etapas históricas por que passaram as relações luso-omanitas. A primeira etapa pode ser datada a partir de 1650, quando os portugueses perderam a hegemonia política e económica, na costa de Oman. A segunda, cerca de 1698, ficou assinalada pela perda da mesma hegemonia na costa da África Oriental.

Acentue-se que, apesar da intensidade da concorrência entre os dois lados (concorrência que se alargou por vastas áreas geográficas tanto na costa Ocidental da Índia, como no Golfo Arábico, e ainda nas costas da África Oriental) várias tentativas foram levadas a cabo para firmar relações baseadas numa coexistência pacífica.

No que diz respeito especificamente à concorrência na Índia, assinale-se a ambição das autoridades omanitas em tornaram-se parte integrante do comércio levado a cabo nos portos da Índia, fazendo do porto de Mascate um elo de ligação de todo o Índico com o Golfo. Deste

modo, o confronto entre os dois lados era inevitável, porque alguns desses portos indianos estavam sob superintendência portuguesa. Esta situação fez com que cada uma das partes da contenda procurasse e encontrasse meios para diminuir a outra parte, ora por meios militares ora por alianças com outras potências locais ou europeias.

Para além de tudo isto, acrescente-se o desejo das autoridades omanitas em controlar toda a rota comercial entre a Índia e a península Arábica. Ora este facto alargou o conflito para o Golfo, onde muitos esforços de cooperação tinham sido feitos entre os persas e os portugueses para limitar o poder de Oman.

Por razões de natureza histórica, cultural e económica, a contenda estendeu-se pela África Oriental. Assim, durante cerca de meio de século de permanente hostilidade, os Yarubitas foram capazes de expulsar os portugueses de Mombaça, em 1698, facto que abriu a Oman o caminho para desenvolver relações políticas, económicas e culturais directas com os povos Africanos.

Palavras-chave: Oman, omanitas, portugueses, Estado da Índia, Imame, Mascate, Mombaça, Goa, Oceano Índico, Golfo Arábico, África Oriental, costa Ocidental da Índia.

Abstract

The Omani-Portuguese relationships had contributed during the period from 1650 to 1730 in changing the balance of power in the Indian Ocean and affected, of course, the Omani relations with the other regional and European forces. After the fall of Muscat in 1650 into Omani hands, the concept of conflict moved from the local context to the overseas conflict required from Oman to have a powerful fleet capable to meet the Portuguese navy.

The relationships between Oman and Portuguese have been characterized by competitive form in the willingness of Oman to have a leading role in the Indian Ocean as a maritime nation since old time, and had outstanding contributions in both commercial and civilizational activities in the Medieval Age.

There were two historical stages where the luso-omani relations passed through formed as a turning point: 1650 was from the end of the Portuguese political presence in the coast of Oman. While in 1698 was figured in the end of the Portuguese influence in the coast of East Africa.

However, despite the intensity rivalry between the two sides, but multiple attempts to have peaceful relations permeated the conflict.

The competition has extended into several geographic areas in the western coast of India, the Arabian Gulf, and the Eastern African coasts.

While, the competition in India has been illustrated by the Omani yearning to participate in trade with the Indian ports and to make the port of Muscat as a focal point connecting the Indian ports with the Gulf, the clash between the two sides was inevitable because some of these ports were under the Portuguese control. This situation prompted each side to

look for means to dwindle the other party, whether by military ways or alliances with other local or European powers.

In addition of the Omani aspiration to control the trade route between India and the Gulf, the struggle expanded to the Gulf, where many cooperation efforts were made between Persians and Portuguese in order to devastate the Omani power.

In East Africa, the rivalry has taken an expansionist dimension due to historical, cultural and economical factors. Hence, through a half century of contest the *"Yaariba*" were able to remove the Portuguese from Mombasa, the most important positions in the region in 1698 which paved the way for political, economical and cultural relations with the African nation.

Key words: Oman, Omanis, Portuguese, Estado da India, Imam, Muscat, Mombasa, Goa, Indian Ocean, Arabian Gulf, East Africa, West Indian Coast.

INTRODUÇÃO

As circunstâncias internacionais e regionais que ocorreram nas regiões ocidentais do Índico e no Golfo Arábico durante a primeira metade do século XVII contribuíram para debilitar o poder português quer no campo político, quer no económico ou ainda no militar. A isto juntaram-se outros factores de ordem interna, relacionados com a própria política portuguesa na região que, sem dúvida alguma, também tiveram um papel de relevo no declínio do império português no Oriente. Com efeito, os ingleses e holandeses não só faziam concorrência aos portugueses no domínio económico e os combatiam a nível militar, como também haviam sublevado as potências locais contra estes na zona ocidental do Índico e no Golfo. Da cooperação entre ingleses e persas resultou a expulsão dos portugueses de Ormuz em 1622, facto este que os levou a tomar Mascate como uma base alternativa no Golfo. Os portugueses conseguiram, em grande medida, recuperar alguma influência aos níveis económico, político e militar. Contudo, embora Mascate se houvesse tornado numa região fortificada, afastada da ameaça europeia e persa, a cidade estava, naturalmente, sujeita a incursões das tribos omanitas que os portugueses, ao longo do século XVI, haviam tentado atrair, ora levando-as a participar nos processos administrativos e comerciais, ora juntando-as em alianças regionais, no intuito de garantir a segurança ao longo da costa Arábica. A transformação de Mascate na nova sede dos portugueses no Golfo coincidiu com o nascimento do Estado Yarubita, em Oman interior que, desde a sua constituição, procedeu à unificação da frente interna; virou-se para o mar, consciente de quão importante era dominar a costa de modo a criar uma espécie de equilíbrio entre as regiões do interior e as zonas costeiras, numa procura

de complementaridade entre ambas. Outro motivo era recuperar a antiga glória marítima de Oman no campo da navegação e do comércio marítimo. O frente a frente com os portugueses era inevitável: em menos de duas décadas, esta nova força conseguiu expulsar os portugueses da região mais importante do seu domínio na costa de Oman: com a chegada do ano de 1649, estes apenas detinham Mascate, a principal base na zona. Mas esta também não logrou resistir às forças omanitas, vindo a capitular em 1650. Com a queda de Mascate, principiou uma nova fase nas relações omanita-portuguesas que se caracterizou pelo conflito militar entre as duas potências.

Durante o período de 1650 a 1730, as relações omanita-portuguesas constituíram uma importante viragem não apenas para Oman mas também para toda a região do Golfo, do oceano Índico ocidental e da costa da África Oriental.

A pesquisa realçará portanto alguns aspectos desta teia de relações e de rivalidades entre os dois estados, omanita e português, numa tentativa de compreender os seus motivos e razões. Procurará também descobrir justificações para alguns dos problemas associados à dimensão substantiva dessas relações, o que trará acréscimo e uma valorização dos aspectos históricos.

As razões da escolha deste tema como objecto da nossa dissertação fundamentam-se essencialmente nos seguintes aspectos: em primeiro lugar, a escassez de fontes locais que relatem os diversos aspectos das relações entre os omanitas e os portugueses no período que se seguiu à queda de Mascate. As fontes omanitas privilegiam os factos internos do reinado dos Yarubitas, reservando umas breves anotações às suas relações com o mundo exterior, nomeadamente com os portugueses.

Por exemplo, quando se refere a um evento importante como a queda de Mombaça, na era do Imame Saif bin Sultan I, a crónica de *Kašf Al-Ġūmmah Al-Jam' Li 'Ahbār Al-Ummah*, cuja obra é considerada uma fonte valiosíssima da História de Oman, da primeira metade do século XVIII, limita-se a referir o seguinte: "... E tomou Bandar Mombaça, Pemba, Zanzibar, Quíloa, e Pate".[1]

A principal razão para tamanha escassez de informação reside no desaparecimento de muitos registos referentes aquela época. As fontes portuguesas mencionam um incêndio de quinze dias que terá alastrado ao antigo convento dos Agostinhos em Mascate, e de que terá resultado a transferência do arquivo para um grande armazém comercial.[2] Para tal terá concorrido a guerra civil que se desencadeou em Oman a partir da terceira década do século XVIII, e que, sem dúvida, terá provocado a destruição de uma grande quantidade de documentos escritos por fontes locais.[3]

Muitos estudos limitam-se às fontes europeias, como nas obras de Boxer e Strandes, que incidem sobre a presença portuguesa na África Oriental, concentrando-se apenas na perspectiva da história dos portugueses.[4] Este facto não favorece os historiadores, pois que, como sublinha Jean Aubin, é próprio do bom método histórico cruzar fontes, neste caso fontes orientais e ocidentais. Ou seja, urge analisar e comparar os pontos de vista das fontes ocidentais com os de autores orientais, uma vez que tal metodologia será susceptível de dar uma abordagem mais

---

[1]Cf. *Kašf Al-Ġūmmah Al-Jam' Li 'Ahbār Al-Ummah*, explicado e comentado por Ahmad 'Ubaīdlī, Nicosia, Editora Dalmon, 1985, p.368.
[2]Cf. AHU-CU-58 (Índia), *Cx 76*, doc. 9, Goa, 15 de Janeiro de 1703.
[3]Cf.Ibin Rūzaīq, *Al-Sahifa Al-Kahtaniya*, explicado e comentado por Mahmoud Al-Sulaimi, Mohammed Habib Saleh, e Allal Al-Sidik Al-Ghazi, 1ª ed, 6vols, vol. 5, Mascate, Sultanato de Oman, MPC, 2009, p.258.
[4]Cf. Boxer, C.R e Azevedo Carlos de, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960**.** Justus Strandes, *The Portuguese Period in East Africa,* 4th ed, Nairobi, East African Literature Bureau, 1971.

correcta dos temas históricos, permitindo um maior esclarecimento e, por conseguinte, uma escrita da História mais segura.[5]

A organização do estudo

A tese divide-se em sete capítulos, antecedidos por uma Introdução e seguidos de uma Conclusão.

No primeiro capítulo, far-se-á uma abordagem da situação geral dos portugueses no oceano Índico ocidental, no Golfo e na costa da África Oriental na primeira metade do século XVII. De seguida, o nosso estudo centrar-se-á nos meados do século XVII – época em que a região conheceu transformações importantes, tais como o aparecimento de algumas forças rivais dos portugueses, que procuravam aniquilar a sua hegemonia no Levante. Por isso, pareceu-nos útil examinar a relação dos poderes europeus emergentes (os ingleses e os holandeses) com o poder instalado (os portugueses), estudando o impacto dos primeiros sobre os aspectos políticos e económicos do segundo. Para além disso, não será descurada a intervenção dos persas como potência regional e o papel que estes desempenharam no delineamento do novo mapa regional no Golfo.

De seguida, far-se-á o estudo das alterações do poder nessa zona geográfica: a hegemonia portuguesa cessa e é substituída pela supremacia inglesa. Os ingleses firmaram uma aliança militar desfavorável aos portugueses, que veio a precipitar a queda de Ormuz, em 1622, e assinalar o princípio do fim da hegemonia portuguesa no Golfo. Este trabalho problematizará as circunstâncias gerais em que se encontravam os portugueses no Oriente na primeira metade do século XVII e as suas consequências sobre a situação política e económica do Estado da Índia.

[5]Cf. Jean Aubin, "Liminaire" in *Mare Luso-Indicum*, Paris, Centre d'Études Islamiques et Orientales d'Histoire Comparée, tomo1, 1971, pp. VII-X.

Focará ainda a conjuntura política da África Oriental, de modo a esclarecer alguns pontos relacionados com a política portuguesa naquela região que se tornará num dos principais teatros de conflito entre omanitas e portugueses.

O segundo capítulo analisará a situação política e económica de Oman na primeira metade do século XVII. Aí serão examinados vários acontecimentos no interior do país, entre os quais os conflitos tribais que abarcavam uma extensa parte de território, terminando com a fundação do estado Yarubita de Oman que assinalou uma viragem histórica importante em toda a península Arábica. Falar-se-á de uma dinastia que conseguiu, num curto período de tempo, unir várias tribos do interior, para atacar com inusitada eficácia o domínio português na costa de Oman.

Serão estudadas, igualmente, as diferentes fases do conflito omanita-português, de modo a compreender de que modo esse conflito pôde contribuir para a criação de uma grande força regional, que já não cabia nos limites estreitos das suas fronteiras geográficas.

Num segundo momento, abordar-se-á a presença portuguesa no litoral de Oman, particularmente após a queda de Ormuz e, em seguida, em virtude da contenda aberta com os omanitas, a consequente queda de Mascate, base principal dos portugueses no Golfo e as suas implicações.

O terceiro capítulo acompanhará a evolução da marinha omanita após a queda de Mascate, os marcos da sua génese e os factores que conduziram à sua formação. Analisar-se-á a influência da tecnologia europeia na construção naval omanita, e os efeitos internos e externos decorrentes do desenvolvimento e expansão do poderio da sua marinha. Por outro lado, a pesquisa examinará o estado da marinha portuguesa

durante a segunda metade do século XVII, de modo a fazer um balanço comparativo e entender o desenrolar dos factos por que ambas as partes passaram durante esse período conturbado.

O quarto capítulo discutirá os aspectos da rivalidade omanita-portuguesa, no quadro de uma área que abarca vastas regiões do oceano Índico, com as suas especificidades geográficas e demográficas. Far-se-á uma revisão dos motivos que levaram os omanitas a expandir-se para essas províncias. Será destacada a intensa concorrência na costa ocidental da Índia e no Golfo como sendo o motivo basilar do conflito, não se descurando a tentativa deliberada por parte de Oman de querer ser uma força com pretensões a participar plenamente no comércio do Levante, dada a sua localização estratégica na rota do comércio marítimo.

No quinto capítulo analisaremos a temática da concorrência na costa da África oriental, defenderemos que esta se prendeu exclusivamente à necessidade de expansão, própria de uma potência dominante que acabara de se afirmar a nível regional.

Subjacente a toda esta análise está a demonstração dos ganhos geoestratégicos para o poder de Oman que resultaram da expulsão dos portugueses de Mascate, no âmbito do entendimento omanita do seu próprio espaço geográfico.

Ao longo deste capítulo, várias questões serão colocadas , às quais se tentará dar uma resposta. Uma delas prende-se com o facto de os habitantes da África Oriental terem pedido auxílio aos omanitas e não aos iemenitas ou aos persas – outras potências regionais. Qual será o verdadeiro motivo desta opção? Quais foram os fundamentos que levaram os omanitas a deslocarem-se em força para a costa suaíli? O estudo procurará responder a todas estas questões, esclarecendo também

as razões do cerco de Mombaça, cidade com um grande peso estratégico e político na estrutura hegemónica portuguesa.

Mombaça era uma praça muito importante na costa oriental da África. Aliás, o longo tempo que demorou o cerco - quase três anos - é disso um testemunho cabal . Analisaremos minuciosamente os acontecimentos que aí tiveram lugar, tentando explicar de que forma é que cada facção procedia para gerir o cerco a seu favor, quais as razões do êxito ou do fracasso de cada uma das partes envolvidas.

De seguida, serão examinadas as consequências mais relevantes da queda de Mombaça, e a reacção portuguesa ao colapso da sua influência no litoral da África Oriental.

No sexto capítulo estudar-se-á a fase final da contenda entre Oman e o Estado da Índia numa época em que o Estado Yarubita caminhava a passos largos para a aniquilação, devido às divisões sectárias entre as diferentes camadas da sociedade omanita, que se repercutiam nos territórios ultramarinos.

Procuraremos por fim responder a algumas questões que nos parecem pertinentes: até que ponto esta nova situação política de Oman influenciou a conjuntura político-comercial oriental africana e que tipo de impacto se pode daí extrair? Como é que os portugueses reagiram face aos acontecimentos? Terão sido capazes de atingir o seu propósito de restaurar a sua influência na África Oriental? Se não, quais foram as razões que se podem apontar para o seu fracasso?

O sétimo capítulo será inteiramente dedicado ao estudo das consequências políticas e económicas do conflito omanita-português, designadamente as suas repercussões na relação entre Oman e a Pérsia, a Índia, os ingleses e os holandeses, no quadro geopolítico na costa

ocidental da Índia e no Golfo. As várias potências participavam no conflito tomando partido por um ou por outro, e influenciando um ou encorajando outro.

Durante mais de oito décadas de rivalidade omanita-portuguesa, o teatro político foi instável. A Pérsia e a Índia foram os territórios onde a maior parte dos eventos tiveram lugar e cujos portos foram testemunhos do antagonismo entre árabes e portugueses. E sempre que os ingleses e os holandeses se envolviam, tomando o partido por uma das partes, apenas pretendiam concretizar os seus interesses.

Na segunda parte deste capítulo, tentaremos responder a algumas questões sobre o impacto dessa rivalidade encarniçada na arquitectura da conjuntura económica do Estado da Índia. Serão examinados os diferentes aspectos da política omanita e o seu recurso as várias rivalidades em jogo a seu favor. Este capítulo terminará com a análise do estatuto do porto de Mascate no seio da rivalidade luso-omanita, na tentativa de perceber o desejo dos árabes de Oman de fazer de Mascate um *port of trade*, ligando o Golfo aos portos da Índia. Até que ponto terão sido bem sucedidos os omanitas neste empreendimento? E que fizeram os portugueses para travar esse desígnio?

Na conclusão, por fim, far-se-á uma reflexão crítica sobre a problemática estudada ao longo deste trabalho, os temas considerados fundamentais, a reacção das potências regionais e europeias face à emergência do poder omanita durante a dinastia Yarubita. E rematar-se-á com um balanço histórico de um período relevante para o conhecimento dos estados e povos da região ao longo de uma época fundamental dos tempos modernos.

CAPÍTULO I

A SITUAÇÃO POLÍTICA E ECONÓMICA NO ORIENTE NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XVII

1.1. Os ingleses na costa ocidental da Índia e no Golfo Arábico na primeira metade do século XVII

A riqueza obtida, no século XVI, pelo comércio português no Oriente levou a Inglaterra a criar, por decreto em 1600, a *East Índia Company* (doravante *EIC*) a qual viria a desempenhar um papel importante, no processo de destruição do monopólio português na área do Índico. Embora os objectivos da empresa fossem comerciais rapidamente se envolveu na política local e nos assuntos internos da Índia.[6]

Para se estabelecerem na costa ocidental da Índia, cerca de 1609, os ingleses procuraram obter autorização para erigir uma feitoria em Surrate, com a finalidade de obter privilégios comerciais naquela região. Mas esse objectivo fracassou graças à interferência portuguesa, na corte dos mogóis.[7] Todavia, cerca de 1610, a *EIC* já tinha de supremacia nos mares do Oriente e, apesar do fracasso em Agra, não desistiu dos seus propósitos. Em 1612, a *EIC* conseguiu obter todo o tipo de facilidades por parte dos mogóis a fim de proteger os comerciantes ingleses e os seus negócios. No mesmo ano, uma frota portuguesa atacou outra inglesa, forçando-a a combater perto de Surrate, tendo as escaramuças continuado

[6]Cf. P.P. Shirodkar, "Carreira da Índia and European Rivalry in the Indian Ocean and South China Sea(1510-1641), in *A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos*, Angra do Heroísmo, 1998, pp. 785-808, p. 797. Afzal Ahmad, *Indo-Portuguese Trade in 17th Century (1600-1663),* New Delhi, Gian Publishing House, 1991, pp. 58-59.

[7]Cf. J.G.Lorimer, *Dalil Al-Khalij*, trad. Gabinete do Emir do Qatar, parte. 1, vol.1(Historical Parte), Qatar, [s.d], pp. 26-27. P. J. Marshall, "The English in Asia to 1700", in *The Oxford History of the British Empire. The Origins of Empire*, vol.1, ed. Nicholas Canny, Oxford, Oxford University Press, 1988, pp. 264-285, p.271.

durante vários dias e terminado com o recuo da frota portuguesa para Goa, permitindo assim a hegemonia da posição inglesa em Surrate.[8]

No entanto, a situação não se manteve calma durante muito tempo. Em 1615, os portugueses atacaram os navios ingleses perto de Surrate. No entanto a batalha terminou com a derrota dos portugueses. Das sucessivas vitórias dos ingleses, ficou a percepção para as autoridades mogóis de que o poder dos ingleses tinha que ser levado em linha de conta. A importância dos feitos ingleses aumentou ainda mais quando, em 1615, Sir Thomas Roe foi recebido como embaixador na corte de Jehangir, o rei dos mogóis, com a missão de fomentar os interesses do comércio inglês,[9] sendo claro na carta que o rei inglês dirigiu ao seu homólogo mogol o desejo de uma relação comercial entre os dois países.[10]

Em breve a *EIC* receberia autorização para estabelecer entrepostos comerciais em Sunda, Bengala e Surrate, tendo ainda conseguido facilidades para o transporte de mercadorias em portos indianos, o que configurava não só um sucesso de grandes proporções estratégicas para a *EIC* como também um grande passo para a crescente preponderância dos ingleses no subcontinente indiano.[11]

---

[8]Cf. António Bocarro, *Década 13 da História da Índia*, parte. 1, Lisboa, Typografia da Academia Real das Sciencias, MDCCCLXXVI, pp.16, 24-31. *Documentação Ultramarina Portuguesa,* vol.1,dir. António da Silva Rego, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960, p. 74. Kirti Chaudhuri, "A Concorrência Holandesa e Inglesa", in *História da Expansão Portuguesa,* dir, Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, 1ª ed, vol.2, Círculo de Leitores, 1998, pp. 82- 107, p.92.

[9]Cf. C.R. Boxer, "Anglo-Portuguese Rivalry in the Persian Gulf, 1615-1635", in *Chapters in Anglo-Portuguese Relations*, ed. Edgar Prestage, Voss and Michael Limited, Watford, 1935, cap. III, pp. 46-129, pp. 53, 55.

[10]Cf. Arnold T. Wilson, *The Persian Gulf,* Oxford*,* Clarendon Press, 1928, p. 135.

[11]Cf. Sanjay Subrahmanyam, "A Intervenção Inglesa na Índia(1604-1623), O ataque às Molucas pelos Holandeses", in *Portugal no Mundo*, vol.5, dir. Luís de Albuquerque, Publicações Alfa, 1989, pp. 27-37, p. 28. Maria Manuela Sobral Blanco, *O Estado Português da Índia,da Rendição de Ormuz à Perda de Cochim(1622-1663)*, Tese de Doutoramento, Lisboa, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2vols. vol. I, 1992, p. 425.

Nesse periodo os portugueses começaram a sentir dificuldades por todo o lado, indo ao ponto de ser cada vez mais complicado fazer chegar, às suas posições, os provimentos necessários, situação que viria a agravar-se sobretudo depois da coligação anglo-holandesa, em 1619. Assim, em Janeiro de 1623, três navios ingleses e quatro holandeses bloquearam Goa, a fim de impedir a saída de qualquer navio para Lisboa. Tal bloqueio só viria a ser levantado a 19 de Março de 1623. No mesmo ano, as forças coligadas dispuseram vinte navios entre o porto do Dhabol e Surrate, para impedir a entrada de navios provenientes de Lisboa. Em Janeiro de 1625, Surrate esteve cercada, não permitindo a saída de qualquer navio português. Bombaim fora atacada, tendo como desfecho pesadas perdas em vidas e bens, e, se não fosse a pronta ajuda de alguns navios portugueses vindos de Surrate, a cidade teria provavelmente caído em mãos inglesas.[12]

Os confrontos entre os portugueses e os ingleses continuaram até 1635, embora a um ritmo progressivamente mais lento. O relacionamento anglo-português só começou a convergir a partir desse ano, devido especialmente à irritação provocada nos ingleses pelo êxito crescente dos holandeses. Deste modo, portugueses e ingleses firmaram um acordo de paz, em 20 de Janeiro de 1635, tendo os primeiros garantido aos segundos uma vasta concessão comercial nos seus portos.[13]

Contudo, essa convergência prejudicou muitos interesses portugueses no Oriente, porquanto os ingleses, enquanto parceiros,

[12]Cf. André Murteira, "Ingleses e Neerlandeses contra a Carreira da Índia no Índico Ocidental, 1621-1623" in *Oriente*, dir. António Alçada Baptista, Fundação Oriente, Lisboa, nº.19, Outono, 2008, pp. 3-26, pp. 14-15.

[13]Cf. C.R. Boxer, *The General of the Galleons and the Anglo-Portuguese Truce Celebrated at Goa in January 1635,* Separata de *Ethnos, revista do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia*, vol.1, Lisboa, Casa Portuguesa, 1935, p. 5. Idem, *The Portuguese Seaborne Empire 1415-1825*, Carcanet, 1991, p.111. Pietro Della Valle, *The Travels of Pietro Della Valle in India*, 2vols, vol.I, ed. Edward Grey, London, Hakluyt Society, MDCCCXCII, p. XXIX. F.C. Danvers, *The Portuguese in India,* 2vols. vol. II, New Delhi, Madras, Asian Educational Services, 1992, cap. IX, pp. 240-241.

tinham direito a lotes de mercadorias essenciais, como pimenta e canela. Este acordo revela a debilidade da marinha portuguesa que tendo falta de navios, foi impelida a usar os navios ingleses, para transportar as suas próprias mercadorias. Os ingleses, muitas vezes, tiraram proveito dessas oportunidades para expandir os seus negócios. Assim, em 1637, a *EIC* enviou um embaixador para a corte de Nayaka Virabhadra (Naique), para negociar directamente a compra da pimenta. Mas os ingleses não se sentiam satisfeitos. Conseguiram tributar navios indianos, através da imposição de selos a todas as embarcações que chegavam a Surrate gerando rendimento para o estado através impostos aplicados aos navios indianos. As relações anglo-portuguesas a proximaram-se ainda mais, após a separação de Portugal da coroa espanhola, pelo que a *EIC* enviou uma missão amigável a Goa para impulsionar alianças. Como resultado, o comércio inglês dilatou-se, passando a abranger domínios portugueses e, tornando-se hegemónico nos fluxos comercias com o mundo indiano.[14]

I.2. A política persa face aos portugueses

No início do século XVII, a Pérsia continuou a desempenhar um papel relevante no Golfo Arábico, especialmente depois do Xá Abbas I (1587-1629) ter subido ao trono. O reinado deste viria a ser marcado pela abertura de relações políticas com os novos poderes europeus que se vinham afirmando no Oriente. No entanto, por esta mesma razão, o reinado do Xá Abbas também viria a ser conhecido como o de um retrocesso nas relações entre os portugueses e os safávidas.[15] A origem desse recuo deve-se à denúncia por parte do Xá de que os portugueses

[14]Cf. ANTT, *Documentos Remetidos da Índia ou Livros das Monções*, nº. 40. (microfilme, 571), fols, 138r-139r. Edgar Prestage, *The Anglo-Portuguese Alliance,* Separata. *Transactions of the Royal Historical Society*, 4th Series, vol. XVII, 1934, pp. 3-34, p. 23.
[15]Cf. James C. Boyajian, *Portuguese Trade in Asia Under the Hubsburgs 1580-1640*, The John Hopkins University Press, 1993, p. 152.

não cumpriam as suas promessas de aliança a fim de, juntos, virem constituir uma força capaz de enfrentar o Império Otomano.[16]

De facto, este período caracterizou-se por mudanças radicais na política da Pérsia. Em primeiro lugar, aproximou-se de Ormuz, ao mudar a capital para Isfahan, tendo o Xá começado a controlar gradualmente as áreas que estavam sob domínio português.[17]

A mudança de política dos persas não é alheia a entrada da concorrência inglesa no comércio regional, pois que da sua eficácia resultou a assinatura de acordos com a *EIC*, durante a segunda década do século XVII. Por essa razão os ingleses fizeram parte de uma coligação com os persas que, entretanto, dispensaram os portugueses. No entanto, o Xá, conhecedor do poderio marítimo português, evitou confrontos directos e guiou-se, por princípios de prudência. Ou seja, utilizou os meios diplomáticos enviando, várias embaixadas à corte espanhola para lhe conceder privilégios no comércio da seda e para criar alianças contra os turcos. Simultaneamente, consumava as suas ameaças contra os portugueses no Golfo.[18]

O primeiro revés para os portugueses no Golfo ocorreu, quando foram expulsos do Bahrain, em 1602, facto com consequências nocivas, pois os portugueses perderam a pesca das pérolas, importante fonte de receita e instrumento para poderem manter influência sobre as tribos

---

[16]Cf. Luís Augusto Rebello da Silva, *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII,* tomo III, liv.III, cap. 1, Lisboa, Imprensa Nacional, MDCCCLXVII, p. 325. James C. Boyajian, *op.cit*., p. 152. Niels Steensgaard, "Carracks, Caravans and Companies: The Structural crisis in the European-Asian trade in the early 17th Century", in *Scandinavian Institute of Asian Studies Monograph Series*, n.º 17, Denmark, Sutdentlitterratur, 1973, part. III, cap. VIII, pp. 339, 251.

[17]Cf. Anthony Disney, "A queda de Ormuz, Malaca e Mombaça", in *Portugal no Mundo*, dir. Luís de Albuquerque, vol.5, Lisboa, Alfa, 1989, pp. 38-50, p. 38-39. C.R. Boxer, "Anglo-Portuguese Rivalry in the Persian Gulf, 1615-1635", p. 56-57.

[18]Cf. António Bocarro, *op.cit.*, parte. 1, pp. 35-36, 201, 369, parte.II, p. 511. Manuel de Faria e Sousa, *Ásia Portuguesa*, vol. VI, parte.III, tomo. III, cap.XII, Porto, Livraria Civilização, 1947, p. 137. Luciano Cordeiro, *Como se Perdeu Ormuz*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896, pp. 8-9.

árabes na zona costeira, obtendo licenças que lhes permitiam o mergulho.[19]

Por outro lado, a derrota de navegação no Golfo entre Ormuz e Bassorá, após a queda do Bahrain, tornou-se mais vulnerável a ataques de tribos árabes hostis aos portugueses. A queda do Bahrain foi também o início da expulsão dos portugueses de Ormuz.[20] Houve, contudo, tentativas portuguesas para recuperar o Bahrain pacificamente, mas o empreendimento não foi conseguido.[21]

O segundo golpe infligido aos portugueses foi a captura de Bandar Abbas pelos persas. Bandar Abbas possuía boa localização, perto de Ormuz, e era usado também como sede de transporte das cáfilas. Quando as forças safávidas rumaram a sul para se readquirir a *muqarraiya* verificaram que a fortificação de Comorão era muito desprotegida. Com efeito, foi possível controlá-la em 1614. Convém notar que a queda de Bander Abbas abriu caminho para a de Ormuz, pois a cidade servia como uma barbacã para impedir os invasores de atacar Ormuz.[22]

I.3. A aliança anglo-persa e a queda de Ormuz

A presença portuguesa no Golfo passou a estar ameaçada, especialmente após o surgimento dos ingleses como poder rival dos

---

[19]Cf. C.R. Boxer, "Anglo-Portuguese Rivalry in the Persian Gulf, 1615-1635", p. 56. Luís Gil Fernández, "Ormuz pendant l´únion dynastique du Portugal et de l´Espagne(1582-1622), in *Revisiting Hormuz: Portuguese Interaction in the Persian Gulf Region in the Early Modern Period*, ed. Dejanirah Couto e Rui Manuel Loureiro, Harrassowitz Verlag-Wiesbaden, 2008, pp. 177-190, pp. 184-185. Francisco Rodrigues Silveira, *Reformação da Milícia e Governo do Estado da Índia Oriental*, Lisboa, Fundação Oriente, 1996, liv.III, cap. VII, p. 201.

[20]Cf. António Bocarro, *op.cit.,* parte. 1, pp. 35, 201. F.C. Danvers, *The Portuguese in India,* vol. II, cap. VIII, pp. 207-209.

[21]Cf. *Documentos Remetidos da Índia ou Livros da Monções*, dir, Raymundo António de Bulhão Pato, tomo. 1, Lisboa, Typografia da Academia Real das Sciencias, MDCCCLXXX, pp. 11, 52, 219,220.

[22]Cf. António Bocarro, *op.cit.*, parte. 1, pp. 346-349. Manuel de Faria e Sousa, *op.cit.*, vol. VI, parte.III, tomo III, cap.IV, p. 56, e cap. XII, p. 137, e cap. XIX, p. 217. *Documentação Ultramarina Portuguesa*, vol.I, pp.210-211, e 214.

portugueses ao conseguirem cooperar comercial e militarmente com os persas. A relação da *EIC* com o Golfo teve início no século XVII e, cerca de 1619, a empresa foi capaz de estabelecer uma feitoria em Jask na costa persa, em virtude de cumplicidade já existente entre a *EIC* e o Xá Abbas (1587 -1629). Um dos objectivos de tal ligação era defrontar os portugueses.[23]

O contacto comercial da empresa inglesa com a Pérsia era encorajador. As suas actividades provocaram apreensão nos portugueses, que já tinham começado a tomar medidas militares para impedir as actividades comerciais dos ingleses. Em 1620, na batalha de Jask, os ingleses lograram a vitória sobre os portugueses.[24] Essa vitória deu forte incentivo a Xá Abbas para mostrar a sua dedicação à *EIC*, concedendo-lhe todos os privilégios solicitados. A partir de então, os sinais de uma possível aliança anglo-persa contra os portugueses, tornaram-se mais fortes.[25] Em 1621, o Xá Abbas discutiu com Edward Monnox, agente da *EIC* em Isfahan, a possibilidade de apoio de uma frota da Companhia Inglesa das Índias Orientais no ataque Ormuz, sede portuguesa no Golfo, anunciando a perda de todos os privilégios de que estes beneficiavam caso rejeitassem.[26] A *EIC* teve que concordar com certas condições, incluindo a partilha dos despojos de Ormuz, em termos de igualdade entre as partes, a partilha dos direitos aduaneiros após a conquista de Ormuz e

[23]Cf. Luís Filipe Barreto, *Lavrar o Mar os Portugueses e a Ásia, c. 1480- c. 1630*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 2000, p. 32. C.R. Boxer, "Anglo-Portuguese Rivalry in the Persian Gulf, 1615-1635", pp. 55, 58.

[24]Cf. John Muir, "Reminiscências Portuguesas na Arábia Oriental"., Separata do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Janeiro –Março, 1961, pp. 33-46, p. 39. Elio C. Brancaforte, "The Italian Connetion: Pietro Della Valle's account of the fall of Hormuz(1622)", in *Revisiting Hormuz: Portuguese Interaction in the Persian Gulf Region in the Early Modern Period*, ed. Dejanirah Couto e Rui Manuel Loureiro, Harrassowitz Verlag-Wiesbaden, 2008, pp.191-204, p. 197.

[25]Cf. J.G.Lorimer, *op.cit*., parte.1, vol.1, p. 42. Percy Sykes, *A History of Persia*, vol. II, London, 1951, p. 190.

[26]Cf. António Dias Farinha, "Os Portugueses nos Mares da Arábia", in *Revista Militar*, vol.51, nº.1, Lisboa, Janeiro de 1999, pp. 47-57, p. 56. Sanjay Subrahmanyam, "Portugal no jogo das lutas interimperialistas (finais do seculo XVI primeira metade do seculo XVII)", in *Portugal no Mundo*, vol.5, dir, Luís de Albuquerque, lisboa, Publicação Alfa, 1989, pp. 65-76, p. 68.

ainda a isenção de pagamento de qualquer imposto aduaneiro para o comércio inglês. Assim acordado, o exército inglês, cooperando com as forças persas, cercou Ormuz, em Fevereiro de 1622. Após resistência feroz dos portugueses, a ilha caiu em Maio do mesmo. Os prisioneiros portugueses foram entregues aos ingleses que os conduziram para Mascate, de acordo com a convenção celebrada com os persas.[27]

A queda de Ormuz teve graves consequências económicas e políticas. Por um lado, todo o comércio português ligado ao Golfo foi prejudicado, em particular o comércio ligado aos portos da costa ocidental da Índia, impedindo a entrada de avultadas receitas aduaneiras. Por outro lado, os comerciantes portugueses, que tinham actividades comerciais relacionadas com os portos de Cochim e Malaca e que dependiam das trocas comercais intensas permitidas pelos portos do oceano Índico e do Golfo, também foram duramente atingidos.[28]

Apesar da preocupação sentida pelos vice-reis de que o comércio terrestre seria afectado ou que as cáfilas de comércio também se ressentiriam com a queda de Ormuz, os portugueses conseguiram, em grande medida, desviá-lo para outros portos, como os de Mascate e

[27]Cf. AHU- CU-58(Índia),*Cx., 32*, doc. 6, carta do Simão de Mello de Mascate de 13 de Julho de 1622, fols. 11r-11v. BA, *Cod.51-VII-30*, Madrid, 28 de Janeiro de 1627, fol.117r. *Documentos Remetidos da Índia ou Livros das Monções* , tomo IX, p. 270. *Comentários do Grande Capitão Rui Freire de Andrade*, introdução por José Gervásio Leite, Lisboa, Agência Geral das Colónias, MCMXL, cap. XLI, pp. 228-230. Luciano Cordeiro, *Como se Perdeu Ormuz*, pp. 149-152. António da Silva Rego, *1622 Ano dramático na História da Expansão Portuguesa no Oriente e Extremo-Oriente*, Separata de, *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, tomo. XVIII, Lisboa, 1977, pp. 27-40, p. 36. John Malcolm, *Histoire de la Perse depuis les temps les plus Anciens Jusqu´a l´époque actuelle*, 4 tomes, tome 3, Paris, Chez Pillet Ainé, 1821, pp. 334-335. Saturnino Monteiro, "As Grandes Batalhas Navais do Oriente(II)", in *Revista Militar*, dir., José Lopes Alves, n.º 2375, Lisboa, redacção e administração, Ano.51, Dezembro 1999, pp. 2001-2024, p.2013. António Dias Farinha, "Os Portugueses no Golfo Pérsico(1507-1538)", Separata de *Mare Liberum*, Revista de História dos Mares, nº.3, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1991, pp. 1-159,p. 16. Johann Albrecht Von Mandelslo, *Voyage en Perse & en Inde*, Paris, Chandeigne, 2008, p. 55.

[28]Cf. Sanjay Subrahmanyam, "A intervenção inglesa na Índia (1604-1623). O ataque às Molucas pelos Holandeses", p.37.

Kong.[29] No entanto, a perda dos portugueses com a queda de Ormuz foi expressiva a ponto de anular totalmente esta fonte de financiamento, importante recurso para a tesouraria do Estado, porque Mascate, porto alternativo português no Golfo, não foi capaz de compensar Ormuz.[30]

Em termos políticos, a queda de Ormuz, foi um golpe fatal para o domínio português, pois Ormuz era o lugar que simbolizava a sua dignidade e que era, de extrema importância para a afirmação de Portugal no Oriente do século XVII. Aliás, muitos historiadores caracterizam tal queda como um verdadeiro desastre. É de recordar que os portugueses não conseguiram reconquistar a cidade de Ormuz, que estava entre as prioridades da acção militar, não obstante a situação instável do Golfo durante a década de vinte.[31] Nesta fase, os portugueses conseguiram sucessos políticos que se consubstanciavam em privilégios concedidos pelos persas em Kong. Além disso, o acordo assinado com os ingleses em 1635 que terminou com a situação de permanente hostilidade entre as duas partes, contribuiu significativamente para estabilizar a situação no Golfo, o que também ajudou os portugueses a adoptarem uma nova política de comércio ligando os portos da Índia a Mascate e Baçorá, através da costa arábica, comércio que terá durado mais de duas décadas.[32]

---

[29]Cf. *Documentos Remetidos da Índia ou Livros da Monções* , tomo IX, p. 438. Luís Augusto Rebello da Silva*„ op.cit.*, p. 353. A.R. Disney, *Twilight of the Pepper Empire,* Harvard University Press, 1978, p. 25.

[30]Cf. F.C. Danvers, *Report to the Secretary of State for India in Council on the Portuguese Records relating to the East Indies,* London, India Office, 1892, p. 27. Anthony Disney, "A queda de Ormuz, Malaca e Mombaça", p. 41.

[31]Cf. *Documentos Remetidos da Índia ou Livros da Monções*, tomo. IX, pp. 121, 270, 437, 438. Rui Manuel Loureiro, "After the fall of Hormuz naval campaigns and textual battles", in *Revisiting Hormuz: Portuguese Interaction in the Persian Gulf Region in the Early Modern Period*, ed. Dejanirah Couto e Rui Manuel Loureiro, Harrassowitz Verlag-Wiesbaden, 2008, pp.261-270, p. 264. António da Silva Rego, *Documentação Ultramarina Portuguesa*, vol.II,p. 449.

[32]Cf. Anthony Disney, *op.cit*., vol.5, p. 42. C.R. Boxer, *The General of the Galleons and the Anglo-Portuguese Truce Celebrated at Goa in January 1635,* p. 5.

I.4. Os holandeses na costa ocidental da Índia e no Golfo Arábico na primeira metade do século XVII

Filipe II decretou medidas rigorosas em desfavor de navios e mercadorias holandesas em Lisboa e noutros portos da Península Ibérica no final do século XVI. Tal facto levou os holandeses a procurarem a fonte destas mercadorias. As informações contidas no *Itinerário*, escrito por Jan Huyghen van Linschoten davam uma imagem clara das áreas produtoras das especiarias, bem como muitas instruções sobre o comércio português e sobre a situação política no Oriente.[33]

Em 1602, foi fundada a Companhia Holandesa das Índias Orientais, conhecida simplesmente como *VOC*. Esta companhia era dotada de força necessária para enfrentar os perigos estrangeiros, tendo-lhe sido outorgado o poder de construir castelos, fortificações e feitorias e fazer guerra aos portugueses.[34] Ou seja, a política holandesa no Oriente destinava-se a controlar o comércio português, atacando a Carreira da Índia, interrompendo as linhas de abastecimento e bloqueando a rota dos navios de Goa, a principal base para a armada militar e comercial portuguesa com destino a Lisboa.[35]

Os holandeses fizeram a primeira viagem para a Índia em 1604 tendo em vista erigir uma base, estabelecendo relações de amizade com cidades indianas, em detrimento dos interesses portugueses e dos seus

[33]Cf. Panduronga Pissurlencar, "Fragmentos Históricos" in *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº.47, Bastorá, Tipografia Rangel, 1940, pp.57-78, p. 58. C.R. Boxer, *The Dutch Seaborne Empire 1600-1800,* London, Hutchinson, 1965, pp. 21-23. Maarten Prak, *The Dutch Republic in the Seventeenth Century*, translated by Diane Webb, Cambridge, Cambridge University Press, 2005, p. 98. Jonathan Israel., *The Dutch Republic: Its Rise, Greatness, and Fall 1477-1806*, Oxford, Clarendon Press, 1995, p. 309, 320. John Keay, *A Rota das Especiarias*, trad. Gonçalo Praça, 1ª ed, Casa das Letras, 2007, pp. 304-306.

[34]Cf. Panduronga Pissurlencar, "Fragmentos Históricos" p. 59. K.M. Mathew, "The Duch threat and the Security of the Careeira in India Waters 1595-1664", in *A Carreira da Índia e as Rotas das Estreitas*, edição dirigida por Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe F. Reis Thomaz, Angra do Heroísmo, 1998, pp. 779-783, p. 779. C.R.Boxer, *The Dutch Seaborne Empire 1600-1800,* pp. 23-25, e 295.

[35]Cf. J.B. Amancio Gracias, "Economia e Finanças de Portugal e Índia durante o domínio Espanhol", in *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº.47, Bastorá, Tipografia Rangel, 1940, pp.25-47, p. 36. André Murteira,"Ingleses e Neerlandeses contra a Carreira da Índia no Índico Ocidental, 1621-1623" pp. 4,9.

aliados no oceano Índico. Apesar do fracasso das negociações dos holandeses em Cananor devido às boas relações entre o governante e os portugueses, conseguiram firmar em Calecute um acordo de cooperação e amizade com o Samorim que teve como consequência a pronta expulsão dos portugueses de maior parte da costa indiana. Os holandeses receberam ainda autorização para aí construir uma fortificação em 1604. Deste modo, os portugueses começaram a perceber a gravidade da presença holandesa no Oriente. Com efeito, o referido acordo com o governador de Calecutee provocou o início de uma guerra contra os portugueses com o apoio dos governadores indianos na costa de Malabar.[36]

Em 1606, os holandeses tiveram grande êxito no reino de Golconda, tendo conseguido o compromisso da criação de uma feitoria em Masulipatão expulsando os portugueses que aí residiam.[37] Os ataques holandeses aos portos portugueses da costa ocidental da Índia foram de grande intensidade, tendo sido preparados e organizados a partir de Amesterdão, que enviava anualmente uma frota de 12 navios enquanto Lisboa não tinha possibilidade de fornecer mais do que cinco navios por ano. A superioridade militar ajudou os holandeses a destruir portos portugueses de tal forma que, mesmo aquando do cerco de Goa, Malaca e Ceilão, os navios holandeses conseguiam abrir outras frentes, atacando outras feitorias portuguesas. O posicionamento holandês foi ganhando relevo a ponto de os mogóis terem solicitado o seu auxílio na contenda contra os portugueses, pelo que ofereceram o porto de Damão. Tudo isto

---

[36]Cf. Panduronga Pissurlencar, "Fragmentos Históricos", pp. 59-62. K.M. Mathew, *op.cit*., p. 779. James. C. Boyajian,, *op.cit.,* p. 147. Holden Furber, *Rival Empires of Trade in the Orient 1600-1800,* Minneapolis, University of Minnesota Press, 1976, p. 34. Afzal Ahmad, *op.cit.,* pp.44-45. P.P. Shirodkar, "Dutch-Portuguese relations in the East(1580-1663) vis-à-vis Indian Peninsula", in *Stvdia*, nº.48, Lisboa, Ministério da Educação, 1989, pp. 123-144, pp. 123-125.

[37]Cf. Panduronga Pissurlencar, "Fragmentos Históricos", p. 62. James. C. Boyajian, *op.cit.,* p. 147. Afzal Ahmad, *op.cit*., pp. 44-46. M.A.P. Meilink-Roelofsz, *Asian Trade and European Influence in the Indonesian Archipelago between 1500 and about 1630*, Martins Nijhoff, the Hague, 1962, p. 188.

fez com que, em Junho de 1615, o Vice-Rei assinasse a paz com os mogóis. Com o aumento da confiança dos mogóis na frota holandesa a situação começou a mudar a favor dos holandeses, o que preocupou os portugueses e os fez tomar medidas de segurança em torno de Surrate, fechando o porto para impedir o movimento dos navios ingleses e holandeses. Quando o rei de Portugal alertou os navios holandeses e ingleses para que interrompessem as suas actividades nas águas do Índico em 1622, os holandeses cercaram Goa e tentaram convencer o governador de Bijapur para que entrasse em negociações contra os Portugueses. Objetivo esse perseguido pelas potências europeias, a fim de vencer os portugueses agitando as forças locais contra eles. Em 1626 os holandeses também atacaram Bombaim, em colaboração com os ingleses, causando um grande dano à cidade.[38]

Apesar do armistício entre os portugueses e os ingleses em 1635, os holandeses continuaram os seus ataques contra o domínio português, tendo enviado, em 1636, ao governador de Bijapur, um embaixador para negociar um acordo de comércio (que era também um acordo político) contra os portugueses. Estes tentaram fazer abortar a aproximação entre os dois lados devido à grande ameaça que representava a presença dos holandeses em Goa, especialmente depois de lhes ter sido dado o direito de construir uma fortaleza em Vengurla. Os receios dos portugueses eram fundados, dada a estabilidade holandesa em Vengurla, e a sua pressão que parecia ir cada vez mais contra os interesses do abastecimento português. Embora intermitente, o assédio a Goa prolongou-se até 1641, deixando a cidade quase deserta por um período de quatro anos e conseguiu suspender a navegação e o comércio, o que provocou o colapso do

[38]Cf. Luís de Figueiredo Falcão, *Livro em que se contém toda a fazenda e real património dos reinos de portugal, India e Ilhas adjacentes e outras particularidades*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1859, p. 194. C.R.Boxer, *The Dutch Seaborne Empire 1600-1800,* p. 279.

sistema financeiro de Goa.[39] Apesar de os dois lados terem proclamado um cessar-fogo em 1641, os holandeses não respeitaram a aplicação das cláusulas do tratado, uma vez que não tinham recebido instruções nesse sentido de Batávia. A situação manteve-se até 1642, altura em que o governo da Batávia decidiu declarar uma trégua de dez anos. Apesar disso, as partes não chegaram a uma decisão que parasse a guerra na Índia, devido ao conflito em Ceilão.[40]

A estratégia portuguesa de combate contra os holandeses não se destinava apenas a responder aos ataques, mas também a garantir que o porto de Goa permanecesse aberto sem barreiras para facilitar o movimento da Carreira da Índia.[41]

A concorrência luso-holandesa no Golfo foi menos intensa, embora os holandeses estivessem conscientes dos benefícios derivados do comércio com os persas. Todavia, o envio de navios comerciais para a Pérsia foi atrasado até à queda de Ormuz.[42] Depois de 1622, foi autorizado aos holandeses que estabelecessem uma feitoria perto de Bandar Abbas, onde, ao comprovarem a sua superioridade no comércio, fizeram com que os portugueses cooperassem com os ingleses na exportação de seda da Pérsia através do Cabo da Boa Esperança.[43]

O objectivo da presença holandesa no Golfo foi exclusivamente de natureza comercial, apartando-se assim das ambições políticas do Xá

---

[39]Cf. BA, *Cod.50-V-38,* tomo.IV, M.28, fol.229r. A.Botelho de Sousa, *O Período da Restauração na Índia*, Lisboa, Agência Geral da Colónias, 1940, p. 9. C.R. Boxer, *The Dutch Seaborne Empire 1600-1800,* p. 296.

[40]Cf. R. Bruijn, F.S. Gaastra e I. SchÖffer, *Duch-Asiatic Shipping in the 17th and 18th Centuries*, 3vols, vol. I, The Hague Martinus Nijhff, 1987, p.133. P.P. Shirodkar, "Dutch-Portuguese relations in the East(1580-1663) vis-à-vis Indian Peninsula", pp. 133-134.

[41]Cf. K.M. Mathew, *op.cit*., p. 782.

[42]Cf. Kristof Glamann, *Dutch-Asiatic Trade 1620-1740*, Gravenhage, Martinus Nijhoff, 1981, p. 113.B.J. Slot, *Arab Al-Khalij, 1602-1784*, trans from English by Aida Khori, 1ª ed. Abu Dhabi, Cultural Foundation, 1993, p.133.

[43]Cf. J.R. Bruijn, F.S. Gaastra e I. SchÖffer, *op.cit*., p. 130. Willem Floor, "The Duch East India Company's Trade with Sind in the 17th and 18th Centuries", in *Moyen Orient & Océan Indien*, vol. 3, Paris, Société d'Histoire de I'Orient, 1986, pp.111-144, p. 112.

na região e, evitando despesas militares que se afiguravam desnecessárias.[44]

Apesar de existir um tratado de cooperação política entre o Xá Abbas e as duas potências (a inglesa e a holandesa), estas não anuíram numa colaboração que permitisse qualquer assistência militar na invasão de Oman e Baçorá.[45] Antes do ataque dos omanitas às fortificações portuguesas na costa litoral norte de Oman, os persas ofereceram aos holandeses uma expedição conjunta a Mascate. Contudo, o administrador holandês em Surrate tinha dúvidas quanto à sinceridade dos persas, que tinham feito, pouco tempo antes, um tratado com os portugueses. Tudo isto explica, até certo ponto, a estratégia política dos persas, que sabendo da vulnerabilidade dos portugueses, pois que, após a morte de Geral Rui Freire de Andrade, no final de 1632, deliberaram mudar a orientação política enquanto a posição holandesa não se alterou (posição de não prestar qualquer assistência aos persas)[46].

Tornou-se claro que a cooperação estreita entre os persas e os europeus era impossível. Com efeito, após a morte do Xá Abbas, em 1629, e o advento do Xá Safi (1629-1642), as relações com os holandeses tornaram-se extremamente difíceis, devido a transferências comerciais vacilantes. Mesmo quando os holandeses se ofereceram para efectuar operações conjuntas contra os portugueses em Mascate, em 1635, os persas protelaram a decisão. Em geral, verifica-se que o interesse holandês em fustigar o domínio português no Golfo era fraco, porque

[44]Cf. B.J. Slot., *op.cit*., pp. 133-134.
[45]Cf. J.G.Lorimer, *op.cit*., parte.1, vol.1, p. 54. B.J.Slot, *op.cit*., p.134.
[46]Cf. C.R. Boxer, "Anglo-Portuguese Rivalry in the Persian Gulf, 1615-1635", p. 117. B.J.Slot. *op.cit*., p. 147.

tinham necessidade da sua marinha para a utilizar onde fosse necessário, nomeadamente na guerra contra os portugueses no oceano Índico.[47]

I.5. Os portugueses no Oriente na primeira metade do século XVII

A conjuntura internacional (com a emergência dos ingleses e dos holandeses) contribuíu, no início do século XVII, para reduzir o domínio do Império Português no Oriente.[48] Os ingleses pretenderam, ao longo das primeiras duas décadas do século XVII, diminuir as energias dos portugueses, dispersando as suas forças no Golfo Pérsico e na costa de Guzarate. O comércio inglês com Surrate fez enfraquecer as receitas alfandegárias de Goa aumentando 50% durante o período de 1600-1635. Este facto considerado, por alguns historiadores, como um sinal do início da decadência do império da pimenta.[49]

Durante a primeira metade do século XVII, os portugueses perderam, por força da concorrência holandesa, uma grande quantidade de áreas da sua influência no Oriente. Em 1641, perderam Malaca, um dos centro comerciais mais importantes na Ásia. Essa perda pode ser considerada um marco para o colapso da influência portuguesa no sudeste asiático,[50] espaço geográfico onde os holandeses erigiram bases, ameaçando a presença portuguesa naquelas áreas.[51]

---

[47]Cf. Jean-Baptiste Tavernier., *Les Six Voyages De Turquie et De Perse*, vol. I, livro II, Paris, François Maspero, 1981, pp.329-330. C.R. Boxer, "Anglo-Portuguese Rivalry in the Persian Gulf, 1615-1635", p. 119. B.J.Slot. *op.cit*., pp. 151-152.

[48]Cf. Sanjay Subrahmanyam, "A Intervenção Inglesa na Índia(1604-1623), O ataque às Molucas pelos Holandeses", p. 27.

[49]Cf. Manuel Godinho, *Relação do Novo Caminho que fez por Terra e Mar vindo da Índia para Portugal no Ano de 1663*, Introdução e notas por A.Machado Guerreiro, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1974, p.24. António Dias Farinha, "Os Portugueses nos Mares da Arábia", p. 56.

[50]Cf. K.M. Panikkar, *Asia and Western Dominance*, New York, The Johan Day Company, [s.d], p. 58. C.R. Boxer, *Portuguese India in the Mid-Seventeenth Century*, Delhi, Oxford University Press, 1980, p. 5.

[51]Cf. Panduronga Pissurlencar, "Fragmentos Históricos", p.72. Sanjay Subrahmanyam, "Os Holandeses na Insulindia e no Ceilão", in *Portugal no mundo*, dir, Luís de Albuquerque, vol.5, Lisboa, Alfa, 1989, pp. 51- 64, p. 53.

Na costa ocidental da Índia, os portugueses foram afectados pela chegada dos holandeses a Sunda desde 1631, onde o comércio português dependia de têxteis que na altura passava por Ormuz, Mascate e Baçorá, trazendo lucros enormes. Mas este comércio já tinha entrado em declínio, no início do primeiro quartel do século XVII, em consequência dos repetidos ataques aos navios portugueses por parte dos ingleses e holandeses.[52] A intensificação do patrulhamento marítimo holandês na costa ocidental da Índia após 1630 dificultou gravemente a saída dos grandes navios de Cochim e de Goa para Lisboa. Tal facto provocou uma diminuição notável do número de navios que partiam para Lisboa. Estatisticamente, houve uma diminuição progressiva de 3,2 por ano, durante o período de 1600-1609, para 2,8 entre 1610-1619. Nos anos 1620-1629, a cifra é ainda pior, atingindo os 2,2, tendo chegado a 1,8 entre 1630-1639.[53]

Algumas fontes avaliam a perda portuguesa durante a luta com os holandeses, de 1629 a 1635, em cerca de 155 navios, 1500 pessoas e 7.500.000 xerafins. Durante o período seguinte, estima-se que cerca de 4000 portugueses tenham sido mortos, num período de três anos, e que apenas foi possível enviar para Lisboa umas escassas 500 pessoas.[54]

As relações entre os portugueses e os reinos da costa ocidental da Índia conheceram grandes tumultos na primeira metade do século XVII, devido à intervenção externa dos ingleses e dos holandeses. O Samorim

---

[52]Cf. P.P. Shirodkar, "Dutch-Portuguese relations in the East(1580-1663) vis-à-vis Indian Peninsula", pp.125-126. Afzal Ahmad, "Indian textiles and the Portuguese trade in the seventeenth century (1600-1663)", in *Stvdia*, nº.48, Lisboa, Ministério da Educação, 1989, pp.213-236, pp. 234-236.

[53]Cf. James C. Boyajian, *op.cit*., p. 202.

[54]Cf. Fr. Agostinho de Santa Maria, *História da Fundação do Real Convento de Santa Monica da Cidade de Goa,* Lisboa, na Officina de António Pedrozo Galram, 1699, Microfilme na BN, nº. F.G. 735. pp. 336-.343. M.N.Pearson, *The New Cambridge History of India: The Portuguese in India*, Cambridge, Cambridge University Press, 1987, p. 137. C.R. Boxer, *Portuguese and Dutch colonial rivalry, 1641-1661,* separata de *Studia,* revista semestral, nº. 2, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Julho 1958, pp. 7-42. p. 13. George B. Sousa, "Portuguese Country Traders in the Indian Ocean and the South China Sea, c.1600", in *Moyen Orient & Océan Indien*, 3 vols. vol.1, p. 121.

de Calecute empenhou-se na cooperação com os holandeses a fim de expulsar os portugueses do seu território. Na costa de Canará, a feitoria portuguesa estava sob constante ameaça de Nayakas de Ikkeri, não podendo os portugueses fazer frente a essas ameaças devido às investidas crescente dos holandeses e dos ingleses. Assim sendo, os portugueses acharam por bem manter relações amigáveis, garantindo o acesso à quota anual de especiarias. Durante tal conjuntura, a relação portuguesa com o governador de Bijapur era oscilante, pois de boa, no princípio, ficou tensa na altura em que este se aproximou dos ingleses, resultando no encerramento dos portos de Bijapur aos navios portugueses. Todavia, a situação alterou-se após o ataque dos mogóis à propriedade do sultão de Bijapur em 1632, o qual solicitou o auxílio de Goa, tendo o Conde de Linhares aceite o pedido antevendo as consequências de um provável controlo de Bijapur por parte dos mogóis. Cerca de 1635, as relações entre as duas partes piorou, pois o sultão voltou a entender-se com os holandeses, dando-lhes instalações nos portos de Dabhol, Vengurla e Rajapur, permitindo mesmo a construção de uma feitoria e, pior, de uma fortaleza em Vengurla, eventos que constituíam uma ameaça directa para Goa. Por isso, os holandeses decidiram bloquear a cidade, o que provocou acções bélicas durante o período de 1637 a 1641 com um impacto negativo sobre a economia portuguesa.[55]

Para além destes factores, também foram importantes na diminuição das receitas, os métodos de administração e de política interna do Estado da Índia, que estavam muito minados por suborno e corrupção, e aos quais se deve acrescentar o desleixo na condução dos negócios do Estado agravado por falta de competência. A política de monopólio e as

[55]Cf. BA, *Cod.50-V-38,* tomo IV, M.28, fol.229r. Afzal Ahmad, *Indo-Portuguese Trade in 17th Century(1600-1663)*, pp. 32-35. P.P. Shirodkar, "Dutch-Portuguese relations in the East(1580-1663) vis-à-vis Indian Peninsula", pp. 125-131.

elevadas taxas adoptadas pelas autoridades portuguesas relativamente a muitas mercadorias contribuíram para acelerar o colapso do império português no Oriente.[56]

Com as receitas reduzidas em Goa e com os custos elevados que a defesa requeria estavam criadas as condições para a crise económica no Estado da Índia na primeira metade do século XVII. O relatório apresentado ao Rei em 1627 indica claramente que as receitas de Goa estavam 50% mais baixas do que na década anterior.[57] Esta situação fora acompanhada por uma escassez significativa do número de soldados para servir na frota, enfraquecendo assim a protecção das feitorias e das fortalezas. As dificuldades na protecção das frotas deveram-se à incapacidade das autoridades, na metrópole, em aumentar o recrutamento de homens porquanto não havia segurança para levá-los aos seus destinos. Durante o período de 1629-1634, saíram de Lisboa 5.228 pessoas mas chegaram a Goa apenas 2.495. Houve, portanto, uma perda de 52%. A esta situação caótica não é alheia a evasão de grande quantidade de soldados, pois a maior parte não tinha experiência, sendo que muitos eram mesmo menores.[58] Aliás, existem relatos que dão conta da chegada à Índia, em 1637, de cerca de 260 soldados, a maioria dos quais menores de idade.[59]

Para o vice-rei, Conde de Aveiras, a situação de ruína em que se encontrava o Estado da Índia, sem navios suficientes em Goa para navegar, devia-se a terem sido enviados para o resgate de Mascate, Ceilão

---

[56]Cf. Abbé Carré,*op.cit*., vol.I, p. 127. Luiz Augusto Rebello da Silva, *op.cit.*, tomo V, liv, VII, parte VII, cap. IV, pp.131-141, e liv. IX, parte IX, cap. II, p. 363. C.R. Boxer, *Portuguese India in the Mid-Seventeenth Century*, pp. 47-49. Edgar Prestage, "Portuguese Expansion Overseas, Its Cause and Results", in *Chapters in Anglo-Portuguese Relations,* Voss and Michael Limited, 1935, cap. VI, pp. 171- 198, p. 192.

[57]Cf. A.R. Disney, *Twilight of the Pepper Empire*, pp. 50-51.

[58]Cf. Idem*, ibidem*, pp. 66-68.

[59]Cf. ANTT, microfilme, 571, *Documentos Remetidos da Índia ou Livros das Monções*, nº. 40. fol. 209.

e Malaca, o que explica a estagnação comercial.[60] Aliás, o Conde de Aveiras descreve a situação dizendo "me vejo padecer afrontas sem remédios".[61] Com efeito, no final de 1643, devido à situação económica e política provocada pelo cerco a Goa pelos holandeses, a penúria do Estado da Índia era quase total, não havendo possibilidade de contraír empréstimos e logo de enviar homens para aí servir.[62]

I.6. Os portugueses na África Oriental na primeira metade do século XVII

Antes de abordar as campanhas militares, importa conhecer a situação na costa africana durante a primeira metade do século XVII. Apesar das numerosas revoltas locais que caracterizaram a história da região da África Oriental durante quatro séculos, os portugueses, conseguiram, em grande medida, assegurar o controlo daquela região durante dois séculos. Isto, talvez, devido à tibieza dos blocos políticos entre as sociedades costeiras. Para além disso, a natureza geográfica da região fazia com que a distância entre as cidades fosse de tal modo acentuada que era deveras difícil estabelecer uma aliança. Por outro lado, a rivalidade entre as cidades costeiras para a hegemonia do comércio marítimo contribuíu para o desmembramento destas sociedades. A estes factores acresce ainda a supremacia militar dos portugueses, detentores de postos estratégicos que dominavam todo o oceano Índico.[63]

Nos finais do século XVI, ocorreu em simultâneo um conjunto de acontecimentos que transformaram a costa oriental de África em palco de distúrbios e revoltas que se prolongaram até ao fim da presença portuguesa. Os turcos voltaram a sua atenção para a região da costa

[60]Cf. Alfredo Botelho de Sousa, *Subsídios para a História Militar da Índia,* vol. IV, Lisboa, União Gráfica, 1956, cap. XXVI, p. 213.
[61]Cf. Apud, idem, *ibidem*, cap. XVI, p. 178.
[62]Cf. Idem, *ibidem*, cap. XXVII, pp. 325-326. A.H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol.2, Lisboa, Editorial Presença, 1997, p. 209.
[63]Cf. Edward A.Alpers e Christopher Ehret, "Eastern Africa", in *The Cambridge History of Africa*, ed, Richard Gray, vol. 4, Cambridge, Cambridge University Press, 1975, cap. 7, pp. 469-536, p.528.

oriental da África no sentido de obter o apoio das respectivas populações para que estas se juntassem aos otomanos. Na verdade, isto veio a concretizar-se, pois as cidades costeiras declararam estar sob o domínio dos otomanos, com excepção de Melinde que continuou leal aos portugueses. Perante esta situação, os portugueses enviaram uma armada que conseguiu pôr fim à presença turca e recuperar o controlo sobre a região. Esta experiência com os turcos levou os portugueses a pensarem seriamente para garantir à segurança e evitar que tais acontecimentos se repetissem, nomeadamente com chegada dos adversários europeus ao oceano Índico que começavam a abrir uma nova frente contra os portugueses. Assim sendo, estes últimos erigiram a fortaleza de Jesus de Mombaça em 1593 e um ano mais tarde, estabeleceram uma feitoria com vista a dinamizar o movimento mercantil na costa africana. Por outro lado, e mercê da sua lealdade, os portugueses entregaram ao xeque Ahmad, Sultão de Melinde, o governo de Mombaça. Esta política, tinha também como propósito garantir a estabilidade numa região conhecida por seu sublevar constantemente. Com a construção da fortaleza de Jesus, a cidade de um mero foco de resistência costeira, passou a ser um dos principais bastiões do poder português na costa oriental da África e no norte de Moçambique.[64] Durante o século XVII, os portugueses conseguiram manter a sua hegemonia e a sua influência sobre a vida política e económica daquelas zonas apesar das frequentes revoltas

[64]Cf. BA, *Cod.51-VII-30*, Madrid, 28 de Janeiro de 1627, fl.116v. Manuel de Faria e Sousa, *op.cit.*, vol. V, parte I, tomo III, cap.VII, pp.113-114.C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *Fort Jesus and the Portuguese in Mombasa 1593-1729*, London, Hollis & Carter, 1960, pp. 20-27. Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português 1500-1700 Uma História Politica e Económica.,* 1ª ed, tradução de Paulo Jorge Sousa Pinto, Difusão Editorial, pp. 190 e 272. F. Gavicho Lacerda, *Mombaça a sua Fortaleza de Jesus*, Lisboa, Depositários Livraria Rodrigues, pp.24-25. Sidney R, Welch, *Portuguese Rule and Spanish Crown in South Africa 1581-1640*, Juta& Co, Cape Town and Johannesburg, 1950, pp. 23-34. James Duffy, *Portugal in Africa,* Penguin Books, 1962, p. 78. António da Silva Rego e T.W.Baxter, *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central 1497-1840*, vol.IX, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos e National Archives of Rhodesia and Nyasaland, 1989, pp. 26, 32. W.A. Nelson, *Fort Jesus of Mombasa,* Edinburgh, Canongate Press, 1994, p. 24.

desencadeadas pelas cidades costeiras. Cada cidade precisava de lutar pela sua independência e estender o âmbito da sua influência política e económica dentro das restrições impostas pelo domínio português. A revolta de Youssuf Bin Hassan contra os portugueses representou um exemplo dos conflitos que macularam as relações das populações da costa africana com os portugueses.[65]

Mesmo após a mudança do regime de governo, a situação não estabilizou em Mombaça. Após a morte do xeque Ahmad, as relações entre a nova família no poder e os portugueses deterioraram-se, tendo em conta os gestos perniciosos destes últimos em relação aos governantes e o desejo de os transformá-los em fantoches facilmente manipuláveis. Por isso, Youssuf bin Hassan, foi enviado para Goa onde havia sido educado pelos agostinhos. Em 1626, foi empossado como governador de Mombaça já com o nome de D. Jerónimo Chingulia. Seu pai, o xeque Hassan bin Ali, que fora nomeado governante de Mombaça, havia-se sublevado contra os portugueses pelo que fora afastado para o interior. Posteriormente, regressou ao poder, se bem que por um curto período, pois seria acusado pelos portugueses de ter cometido um crime de homicídio. Conseguiu fugir para o interior novamente onde acabaria assassinado pelas populações em circunstâncias estranhas.[66]

A nomeação de Youssuf bin Hassan como governante de Mombaça não trouxe estabilidade à região pois revoltou-se em 1631, matando os portugueses que se encontravam na cidade. Atacou a fortaleza portuguesa e fez apelo às outras regiões para que também se

---

[65]Cf. Edward A.Alpers e Christopher Ehret, "Eastern Africa", vol. 4, cap. 7, p.529.

[66]Cf. António Bocarro, *op.cit.*, parte 1, pp 112-116, 240, Kenneth Ingham, *A History of East Africa*, New York, Frederick A. Praeger, 1962, p. 15. Sidney R, Welch, *Portuguese and Dutch in South Africa 1641-1806*, Cape Town and Johannesburg, Juta &Co.Ltd, 1951, p. 12. R. Coupland, *East Africa and its Invaders,* Oxford, Clarendon Press, 1938, p. 63. W.F.W. Owen, *Narrative of Voyages to Explore the shores of Africa, Arabia and Madagascar*, 2vols, vol.1, London, Richard Bentley, 1833, cap. XXI, p. 422.

revoltassem.[67] Com efeito, a actuação de Youssuf enquadra-se no tipo de revoltas que dominavam no espírito das populações da África Oriental. A anterior família reinante em Mombaça fora afastada devido às perturbações e dificuldades que havia causado aos portugueses. Quando a nova família, proveniente de Melinde, assumiu o poder em Mombaça e alcançou o controlo de algumas regiões na costa norte, também não renunciou à tradicional forma de resistência.[68]

Quando as notícias chegaram a Goa, o Vice-Rei enviou, em meados de Dezembro de 1631, Francisco de Moura com uma armada composta de onze naus e dois navios de guerra para além de mais de 500 homens para reprimir a revolta. Perante a resistência de Youssuf e seus seguidores, o comandante da armada portuguesa decidiu levantar o cerco e voltar a Goa em Março de 1632.[69] Em finais de 1633, para socorrer Mombaça, o vice-rei Conde de Linhares enviou uma armada, sob o comando do capitão-mor António Velho. Numa sua carta revela ter encontrado rivalidades e confrontos entre os reis de Pate. Procurou reconciliá-los ameaçando-os com a guerra caso não o fizessem. Seguiu para Mombaça que, estava mergulhada no caos e na revolta contra os portugueses, na sequência da morte do seu comandante. Os esforços dos

---

[67]Cf. AHU, CU-58(Índia),*Cx.35,* doc.145, fol. 12r. *Documentação para a História da Missões do Padroado Português do Oriente(Índia)*,coligida e anotada por, António da Silva Rego, Vol. XII, Lisboa, Fundação Oriente e Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1996[edição facsimilada da edição de 1956], p. 41. Geographical Section of the Naval Intelligence Division, *A Manual of Portuguese East Africa,* London, His Majesty's Stationary Office, 1920, cap. XI, p. 455. Edgar Prestage, "The Portuguese in South Africa", separata, *The Cambridge History of the British Empire,* vol. VIII, [S.l., S.n.], 1921, cap. IV, pp. 77-111, p. 110. Edward A. Alpers, *Ivory and Slaves in East Central Africa, Changing Patterns of International Trade to the Later Nineteenth Century*, London, Heinemann, 1975, cap. 2, p. 61. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XVII, Lisboa, Editorial Enciclopédia Limitada, p. 568.

[68]Cf. Manuel de Faria e Sousa, *op.cit*., vol. VI, parte IV, tomo III, cap.XI, pp.. 400-403. Edward A.Alpers e Christopher Ehret, "Eastern Africa", vol. 4, cap. 7, p. 529.

[69]Cf. AHU- CU-58(Índia),*Cx.35*, doc.145 fol. 12r. Manuel de Faria e Sousa, *op.cit.*, vol. VI, parte IV, tomo III, cap.XII, pp. 410-417. *The Itinerário of Jerónimo Lobo*, trans. Donald M. Lockhart, London,The Hakluyt Society, 1984, cap. 24, p. 255. J.J. de Campos, *Antiguidades Portuguesas em Mombaça e na Costa de Azania*, separata do *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 24, Bastorá, Tipografia Rangel, 1934, pp. 1-24, p. 19. Zöe Marsh and G.W. Kingsnorth, *A History of East Africa An Introductory Survey*, 4th ed. Cambridge, At The University Press, 1972, p. 31.

portugueses deram os seus frutos e, com a ajuda do governante de Zanzibar, foi possível acalmar a situação voltando ao estado em que estava sob o domínio português.[70] Youssuf, este convencido de que os portugueses não o deixariam em liberdade, decidiu abandonar a cidade dirigindo-se para o Mar Vermelho de onde levou a cabo operações militares contra os portugueses fixando em Al-Xáar a base para estas operações. Os dados portugueses referem que após uma batalha de dois dias, perto de Qashan, Youssuf conseguiu capturar um navio português matando o seu comandante.[71] Os portugueses procuraram persegui-lo para o capturarem uma vez que representava uma ameaça à navegação portuguesa. Em Setembro de 1634, chegaram notícias de que Youssuf se encontrava a bordo de um navio inglês que praticava a pirataria, dirigindo-se para a costa africana com o intuito de tomar algumas ilhas próximas de Melinde, pois era muito venerado e querido de todos os régulos. Os portugueses manifestaram a preocupação de que Youssuf pudesse aliar-se aos holandeses para tomar Mombaça, uma vez que dez naus holandesas se encontravam próximas da região. As fontes portuguesas referem que, embora a situação na costa africana estivesse estável, a região enfrentava o problema da insuficiência de soldados. Esta realidade levou o Vice-Rei a mandar alguns reforços quer em soldados quer em pólvora.[72] Em 1634, uma outra armada, esta sob o comando do capitão-mor Seixas Cabreira, foi enviada pelos portugueses tendo conseguido subjugar a costa da África Oriental após o levantamento da população. A região fora submetida com o recurso à força, tendo morrido

[70]Cf. AHU. *Cx, 32*, doc. 42, Carta do Gaspar do Mello de Sampaio, Mascate, 18 de Julho de 1636, fol. 3r. *Diário do 3º Conde de Linhares, Vice-Rei da Índia*, tomo II, Lisboa, 1943, pp.137-138. Alfredo Botelho de Sousa, *Subsídios para a História Militar da Índia*, vol. IV, cap. XXIV, p. 55 e 141.
[71]Cf. *Diário do 3º Conde de Linhares, Vice-Rei da Índia*, tomo II, Lisboa, 1943, pp.132-133. Manuel de Faria e Sousa, *op.cit.*, vol. VI, Parte IV, tomo III, cap.XII, pp. 418, e cap. XV, p. 451.
[72]Cf. AHU. *Cx., 32*, doc. 42, Carta do Gaspar do Mello de Sampaio, Mascate, 18 de Julho de 1636. fol. 2v. *Diário do 3º Conde de Linhares, Vice-Rei da Índia*, tomo II, p.171. Alfredo Botelho de Sousa, *op.cit.*, vol. IV, cap. XXIV, p. 15.

quase todos os lideres que participaram no levantamento enquanto os restantes se viram compelidos ao pagamento do imposto que antes haviam recusado.[73] Youssuf viria a ser morto em Judá, em 1638, em circunstâncias misteriosas.[74]

No início de 1640, Mombaça encontrava-se numa situação satisfatória, tendo sido remediados os danos provocados pela revolta de D. Jerónimo Chingulia. Acompanhado de reforços e armamento, Manuel de Sousa Coutinho fora enviado para a fortaleza.[75]

Em Pate, os portugueses estabeleceram uma feitoria. Todavia, a enorme aspiração dos reis Nabhanitas de Pate de conquistarem a parte setentrional das costas da África Oriental, fez com que estes mesmos reis se inclinassem, ainda que contrariados, perante o poderio português. Quando Youssuf bin Hassan anunciou o levantamento em Mombaça, os habitantes de Pate responderam ao seu apelo erguendo-se contra os portugueses. Entretanto, esta revolta não foi bem sucedida pois os portugueses conseguiram debelá-la. Durante a segunda metade do século XVII, Pate achava-se entre os centros de revolta contra os portugueses. Nas restantes cidades da costa africana a relação com os portugueses variava consoante os seus interesses. Quíloa, que assistia a um florescimento económico, era considerada centro da actividade comercial dos portugueses que aí edificaram um estabelecimento aduaneiro. Durante o século XVII, a situação política em Quíloa conheceu uma série de acontecimentos que influenciaram a sua relação com os portugueses. A morte do Sultão de Quíloa, em 1614, e a do governador da cidade, dois anos depois, reflectiam a tensão que se vivia na cidade entre os apoiantes

[73] Cf. F. Gavicho Lacerda, *op.cit.*, p.10. *A Manual of Portuguese East Africa*, cap. XI, p. 455.
[74]Cf. Sidney R, Welch, *Portuguese Rule and Spanish Crown in South Africa*, pp. 462-463. R. Coupland, *op.cit*., p. 65.
[75] Cf. Alfredo Botelho de Sousa, *op.cit.*, vol. IV, cap. XXVI, p. 246. e cap. XXVII, p.286.

dos portugueses e os que recusavam a sua presença. No que diz respeito a Zanzibar, este permanecia leal aos portugueses proclamando-se seu seguidor nominal. Face a isto, os portugueses deixaram a governação da cidade nas mãos de elementos locais. Com a primeira campanha omanita à costa suaíli em 1652, o governante de Zanzibar aproveitou o feito para proclamar a sua independência.[76] O tratado de paz, que Francisco de Seixas Cabreira exigiu aos governantes da costa da África Orienal em 1637 não conseguiu pôr termo ao sofrimento das populações daquela região. Em 1644, os governantes de Ampaza, Pemba e Sio, em representação dos habitantes, enviaram queixas contra os capitães daquela costa, motivadas pelos maus-tratos e humilhações que estes últimos infligiam aos habitantes. Para apurar a verdade, foi enviado Manuel Quaresma Lacerda, com funções de ouvidor geral do crime, tendo recebido ordens do Rei para adoptar métodos que assegurassem a continuação da amizade por parte daqueles reis.[77] Para fazer frente à nova situação, foi enviado Francisco de Seixas Cabreira, senhor de uma vasta experiência naquela zona da África Oriental. Embora o Rei de Portugal lançasse muitos apelos para acalmar a situação na África Oriental, os levantamentos continuaram contra os portugueses. Já era demasiado tarde para realizar reformas na região, nomeadamente depois de 1650 quando os árabes de Oman se começaram a envolver na guerra que se desencadeou na costa suaíli. A atenção dos portugueses estava mais centrada na Índia dado o conflito com os holandeses. Foi este o motivo por que diminuiu o interesse português pela costa da África Oriental a

[76]Cf. Edward A.Alpers e Christopher Ehret, ”Eastern Africa”, vol. 4, cap. 7, pp. 529-530

[77]Cf. Alberto Iria, *Da Navegação Portuguesa no Índico no Século XVII,* Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1963, pp. 103-104. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVI, p.199. James Kirkman, " Al-Tarikh Al-Mubakkir Li-Oman Fi Sharq Afriqia" in *Hasad Nadwat A'dirasat AlUmania*, 2ª ed, 15Vols, vol. 5, Mascate, MPCSO, 1980, pp. 271-317, pp. 290-291.

qual, para os portugueses, não passava de um mero porto de escala para a Índia e mercado de marfim e escravos.[78]

[78]Cf. A.C. Unomah and J.B.Webster, "East Africa: the expansion of Commerce", in *The Cambridge History of Africa*, ed. John E. Flint, vol. 5, Cambridge, Cambridge University Press, 1976, cap. 8, pp.270-318, p. 271. Justus Strandes, *The Portuguese Period in East Africa*., 4th ed. Nairobi, East African Literature Bureau, 1971, cap. XVI, pp.199-200.

CAPÍTULO II

OS PORTUGUESES NO LITORAL DE OMAN APÓS A QUEDA DE ORMUZ

II.1. A conjuntura política e económica em Oman, na primeira metade do século XVII

A organização administrativa de Oman, no início do século XVII, era simples, demarcando o litoral do interior. A parte litoral estava sob administração portuguesa, desde 1507. A expulsão dos portugueses de Ormuz em 1622 provocou uma mudança na história da região, pois Mascate tornou-se na base alternativa dos portugueses no Golfo, por um período de vinte cinco anos. Relativamente ao interior, o conflito tribal entre clãs rivais multiplicava-se. Essa contenda terá sido liderada pela tribo Nabhanita que governava Oman pela segunda vez, desde meados do século XVI.[79]

Os nabhanitas já tinham tentado estender a sua influência ao interior, mas as circunstâncias políticas, económicas e sociais de Oman não contribuíram para assegurar a estabilidade. A guerra pelo poder e a aglomeração de adversários da dinastia Nabhanita conduziu Oman para uma inevitável fragmentação, tendo surgido em consequência inúmeras províncias pequenas, sob o governo de um homem chamado xeque, ou rei. Estas províncias envolveram-se em guerras internas com o fim de expandirem as suas áreas de influência e controlar a riqueza das outras tribos. [80]

---

[79]Cf. Ibrahim Yahya Zahran Al-Busaidi, *Os Portugueses na Costa de Oman na Primeira Metade do Século XVII,* tese de Mestrado em História Moderna, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2000, pp. 42-44.
[80]Cf. Idem, *ibidem*, pp. 44-47.

Essa situação fez com que os nabhanitas pedissem apoio ao governador de Sohar Mohammed bin Mohanna Al-Hudeify, no sentido de interferir contra o governador de Samail Umair bin Himiar Al-Umeiri. Os ataques do governador de Samail contra as terras dos nabhanitas em Bahla foi pretexto suficiente, para que estes solicitassem auxílio do governador de Sohar para fustigar o domínio de Al-Umeiri em Sibo (A'Seeb), tendo sido uma batalha com consequências nefastas, havendo vários mortos, saques, e destruição.[81]

Esta acção irritou o governador de Samail, levando-o a contactar os portugueses, para o ajudarem contra Sohar em 1616.[82]

Este acontecimento mostra-nos claramente as relações que existiam entre os portugueses e as tribos de Oman, relações baseadas na cooperação, no intercâmbio e na defesa de interesses comuns, o que configura uma grande mudança na política portuguesa relativamente às regiões sob seu domínio, especialmente as da costa de Oman. De facto, os portugueses não se preocupavam muito com a participação dos omanitas no governo das zonas litorais, desde que servissem os seus interesses, que se consubstanciavam em garantir a segurança do seu comércio marítimo.Os portugueses usaram a mesma estratégia em Mascate,

[81]Cf. *Kašf Al-Ġūmmah Al-Jam' Li 'Ahbār Al-Ummah*, explicado e comentado por Ahmad 'Ubaīdlī, Nicosia, Editora Dalmon, 1985, pp. 339-340. Abdullah bin Humaīd Al-Salmī, *Tuhfat al-'a'yān Bi-Sirat 'Ahl 'Umān, Mascate*, 2 Vols. vol.1, Mascate, Biblioteca do Imame Nur-al-Dīn Al Salmi, 1995, p. 395-397. Humaīd bin Mohamad bin Rūzaīq, *Al-Fath Al-Mūbīn fi Sīrat Al-Sāda Al-Būs'idiyin,* 3ª ed, Mascate, MPNC, 1992, pp. 251-253. Idem, *Al-Sahifa Al-Kahtaniya*, explicado e comentado por Mahmoud Al-Sulaimi, Mohammed Habib Saleh,e Allal Al-Sidik Al-Ghazi, 1ª ed, 6 vols, vol. 5, Mascate, MPC, 2009, pp. 162-164. Al-Izkawi, Sarhan Bin Said, Tarih 'Uman Al-Muqtabas Min Kitab Kašf Al-Ġumma Al-Jami' Li-Ahbar Al-Umma, ed. Crítica de Abdul-Majid Al-Qaisi, Mascate, MPNC, 1980, p. 288. Al-Ma'wālī, Mohamad Bin 'Āmir, Quisas Wa Akhbar Jarar Fi Oman, MPNC, [s.d], p. 57.

[82]Cf. *Kašf Al-Ġūmmah Al-Jam' Li 'Ahbār Al-Ummah*,p. 341. Al-Salmī, *op.cit*., vo.1, p. 397. Ibn Rūzaīq, *Al-Fath,* pp.254-255. Idem, *Al-Sahifa Al-Kahtaniya*, pp. 164-165.

partilhando receitas com os xeques da cidade, de acordo com certas convenções prévias.[83]

Em Sohar, a situação era contudo diferente, por ter tentado romper com a dependência de Ormuz, no início do século XVII. Devido à perspicácia do governador omanita, transformou-se numa zona atractiva para navios com destino ao Golfo, desviando, assim, a rota de Ormuz e de Mascate. Como é evidente, esta medida foi considerada pelos portugueses como uma ameaça para os seus interesses económicos na região, facto que os impeliu a cooperar com o Governador de Samail para, desta forma, reintegrar Sohar. A proeza foi conseguida em 1616.[84] Mas, apesar disso, as condições em Sohar não eram sólidas, especialmente após a queda de Ormuz e da chegada dos persas à costa de Oman.[85]

Embora o capitão-mor Rui Freire de Andrade tenha conseguido controlar zonas da costa norte de Oman, em 1623, a situação transformou-se em revés para os portugueses, sobretudo após a sua morte em 1632 na costa norte do país. A partir dessa data, o domínio português foi atacado pelos omanitas em Julfar e Dibba, acabando por cair em 1633. Com a queda de Sohar, em 1643, o caminho abriu-se para a tomada de Mascate.

De facto, a queda de Ormuz foi seguida de vários acontecimentos que contribuíram para que se processasse uma transferência para Oman. Este inauguraria um período feliz de união em torno de um governo central forte, o da dinastia Yarubita fundada em 1624.

---

[83]Cf. *APO*, prefaciado e anotado por A.B. de Bragança Pereira, tomo.IV, vol. II, parte II, Bastorá, Tipografia Rangel, 1938, pp. 377-380. J.G.Lorimer, *op.cit.,* vol.1. cap. 1, p. 14.
[84]Cf. *APO*, tomo IV, vol. II, parte II, pp. 385-391. Arnold T. Wilson, *op.cit*., p. 141.
[85]Cf. *Documentos Remetidos da Índia ou Livros da Monções*, dir. António da Silva Rego, tomo IX, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, MCMLXXVIII, pp. 24-25, 140, 188-189, tomo X, p. 244. *Documentos Remetidos da Índia ou Livros da Monções*, dir. Raymundo António de Bulhão Pato, tomo IV, Lisboa, Typografia da Academia Real das Sciencias, MDCCCXCII, pp. 320-321.

Depois de os Yarubitas terem almejado unir as tribos de Oman e colocar um fim aos conflitos tribais por um longo período, conseguiram não só libertar a costa de Oman, mas também toda a região do Golfo da presença portuguesa. O factor religioso, que era um dos elementos-chave em toda a Península Arábica, desempenhou um papel vital na união das tribos omanitas que estavam muito dispersas e em conflito permanente. Por outro lado, os comerciantes, que eram um grupo importante, tinham um peso considerável na sociedade de Oman. Tendo sido convidados a participar no governo unificado, ficaram satisfeitos com este convite, pois permitia-lhes começar a associar-se à dinâmica do comércio e da navegação como faziam no passado.[86] A este propósito, António Bocarro diz o seguinte: "Imame conseguiu, após sete anos, ser o maior governador na península Arábica, pela sua defesa da lei do Mohammad e por mostrar a estreita observância dela".[87]

Acrescente-se que também os xeques tribais tinham entendido a gravidade da presença dos portugueses na região.[88] Aliás, após ter resolvido os problemas internos em Oman, o Imame Nasser bin Murshid adquiriu um poderoso apoio tribal, tendo conseguido reunir entre 14 a 15 mil combatentes em cavalos e camelos, armados com armas de fogo, espadas e lanças. Se ele quisesse, podia mesmo aumentar o número de tropas, pois as suas ordens eram obedecidas entre as tribos que estavam constrangidas pelas leis e regulamentos que regiam o funcionamento do Estado.[89]

---

[86]Cf. Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol.VI, 1ªed, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1995, p.302. Sulaiman, Al-Baruni, *Mukhtasar Tarih Al-Ibadia*, Sultanato de Oman, MPC, 1986, p. 55.

[87]Cf. António Bocarro, *O Livro das Plantas de Todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*, ed., Isabel Cid, 3 vols, vol.2, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, p. 51.

[88]Cf. Wendell Philips, *Oman: A History*, London, [s.l s.d], p. 44.

[89]Cf. António Bocarro, *op.cit*., vol.2, p. 51.

Vejamos os passos da estratégia do Imame Nasser. Na sua acção de reconquista de toda a costa norte de Oman, e de acordo com as fontes omanitas, a cidade de Julfar foi das primeira das cidades omanitas a ter sido recuperada. Aí, as tropas foram capazes de expulsar os portugueses, após violentos combates.[90] *Carstensz* menciona, no seu diário, o seguinte:

"Julfar estava sob o controle do Rei da Espanha, que teve naquele lugar importante uma fortaleza, que tinha soldados e artilharia em número suficiente, que os árabes tinham cercado o local há algum tempo, acabando por derrotar os portugueses que estava lá; foram mortos trinta ou quarenta pessoas, o resto dos portugueses fugiram para Mascate".[91]

Depois desta vitória, os omanitas ganharam vigor para libertar Dabba. Apesar do relativo sucesso dos portugueses no uso de forças navais para atacar os omanitas, bombardeando os árabes, com artilharia pesada a partir do porto, estes foram capazes de controlar a região, tendo bloqueado à fortaleza obrigando-a, a render-se. Com essa derrota, os portugueses retrocederam para Mascate e Sohar.[92]

Algumas fontes portuguesas referem que o Imame da Arábia declarara guerra aos portugueses, e dela resultara a queda da fortaleza de Julfar, bem como o prenúncio do controlo das restantes zonas costeiras.[93] Na verdade, o início do confronto com os portugueses só não aconteceu

---

[90]Cf. Abdullah bin Khalfan bin Qaisar*, Sirat al-Imam Nasir Bin Murshid*, 2ª ed, Mascate, MPNC, 1983, p. 66. Ibn Rūzaīq, *Al-Fath.,* pp. 273-274. Idem, *Al-Sahifa Al-Kahtaniya*, p.216. *Kašf Al-Ġūmmah Al-Jam' Li 'Ahbār Al-Ummah*, p.358. Al-Salmī, *op.cit.,* vol.2, p. 11. *Tarih Ahl 'Uman*, ed., crítica e explicação de Said Abdul-Fattah Ashour, Mascate, MPNC, 1986, pp. 135-136.

[91] *Apud*, B.J. Slot, *op.cit*., p. 148.

[92]Cf. António Bocarro, *op.cit*.,vol.2, p.59. Ibn Qaisar*, op.cit.,* p. 66. Ibn Rūzaīq, *Al-Fath,* p. 274**.** mesmo autor, *Al-Sahifa Al-Kahtaniya*, p.217. *Kašf Al-Ġūmmah Al-Jam' Li 'Ahbār Al-Ummah*, pp.358-359. Al-Salmī, *op.cit*., vol.2, p. 11.

[93]Cf. Pandurong S.S. Pissurlencar, *Assentos do Conselho do Estado (1618-1633)*, vol. I, Bastorá-Goa, Tipografia Rangel, 1953, doc. 158, p. 487. António Dias Farinha, " Arabs and Portuguese in the area of the Emirates and the Arabian Gulf (XVI-XVIII Centuries)", in *New Perspectives on Recording UAE History*, Abu Dhabi, National Center for Documentation and Research, 2008. pp. 185-197, p. 194.

antes da morte do Geral Rui Freire de Andrade, porquanto os omanitas receavam a sua grande capacidade de combate e experiência na região.[94]

Portanto, pode-se afirmar, com propriedade, que o ano de 1633 foi aquele em que os árabes começaram a fustigar posições portuguesas na costa de Oman. Várias fontes sugerem que a morte do Geral Rui Freire de Andrade teve lugar um ano antes, isto é, em Dezembro de 1632.[95] Aliás, esta tese seria sustentada pelo Conselho do Estado da Índia na sua reunião de 21 de Setembro de 1633, com base numa carta proveniente de Mascate. Nessa carta pretendeu-se minimizar o perigo dos omanitas, não obstante o domínio de Julfar, que era um mero castelo, tão insignificante quanto uns pombais ou redutos, embora representasse um prolongamento das fortificações construídas por Rui Freire ao longo da faixa costeira, para confirmar a separação das tribos dispersas ao longo da costa norte de Oman. Os propósitos do capitão português eram claros e consubstanciavam-se em caucionar a lealdade dessas tribos e a sua sujeição aos portugueses, sobretudo no período imediatamente após a queda de Ormuz. O controlo dessas áreas pelo Imame não afectava a tesouraria do Estado, porque as fortificações viviam a expensas das áreas onde se encontravam localizadas. Desse modo, os portugueses obsequiavam o Imame com o direito de recuperar os seus bens, sobretudo terras, fortificações e quintas de palmeiras. Obviamente que essas áreas, não sendo por direito inalienável pertença dos portugueses, tinham sido outorgadas pelos xeques por interposta chefia do General Rui Freire de Andrade. Simultaneamente, houve portugueses que defendiam a assinatura de um tratado de amizade tanto com o Imame como com os

[94]Cf. Fr. Agostinho de Santa Maria, *História da Fundação do Real Convento de Santa Monica da Cidade de Goa*, Lisboa, Na Officina de António Pedrozo Galram, 1699, (Microfilme BNP. F.G. 735), p. 341. Luciano Cordeiro, *Como se Perdeu Ormuz*, p. 167.

[95]Cf. C.R.Boxer, ""Mulahadat Jadidah Haula A'Silat baina Al-Umaniyn wa Al-Portughaliyn 1613-1633", in *Hasad Nadwat A'dirasat Al-Umania*, 2ªed, vol.6, Mascate, MPNC, 1981, pp. 205-217, p. 217. C.R. Boxer, "Anglo-Portuguese Rivalry in the Persian Gulf, 1615-1635", pp. 117, 118.

omanitas, organizando uma larga aliança entre europeus e persas.[96] Mas existem algumas fontes portuguesas que consideram que o controle omanita das fortificações, armas e munições, nas zonas do litoral norte como Julfar, Dabba e Rams, tenha sido uma perda para a tesouraria do Estado da Índia, devido aos muitos fundos gastos para a sua construção e provimento.[97] Na verdade, os portugueses não se aperceberam de que o controlo dessas áreas era um ponto de partida para a expansão dos omanitas, antecipando o controlo de Sohar, uma década depois.[98]

Com efeito, nos conturbados tempos de 1633, o Imame enviara forças sob a liderança de Masoud Al-Nabhani para fustigar as fortificações portuguesas em Mascate e Matrah, porque os portugueses tinham exortado alguns xeques tribais a negar a unidade que estava em curso, declarando desobediência e insurreição contra o Governo do Imame. Na base da insurreição esteve uma tentativa dos xeques para recuperarem domínios perdidos, necessitando para tal da ajuda dos portugueses. Nessa rebelião avulta a figura de Muhammad bin Saif bin Jufair Al-Jabri, um dos líderes anteriores de Aljubur e ex-governador de Lua. Este xeque transferiu-se para Sohar, depois das forças omanitas terem assumido o controlo da sua cidade, onde começou a fazer incursões em território omanita pertencente ao Imame, tendo sido seguido nesta senda por Mani bin Sinan al-Umeiri governador de Samail, que se mudou para Mascate para pedir a protecção de Portugal.[99]

---

[96]Cf. Panduronga S.S. Pissurlencar, *Assentos do Conselho do Estado (1618-1633)*, vol. I,doc. 158, p. 487.
[97]Cf. Fr. Agostinho de Santa Maria, *op.cit.,* (Microfilme, BNP, F.G. 735), pp. 340-341.
[98]Cf. R.D. Bathurst, "Maritime Trade and Imamate Government: Two Principal Themes in the History of Oman to 1728", in *The Arabian Peninsula Society and Politics*, ed. Derek Hopwood, London, George Allen and Unwin, 1972, pp. 89-106, p. 99.
[99]Cf. Ibn Qaisar*, op.cit.,* pp. 63-69**.** Ibn Rūzaīq, *Al-Fath,* pp. 270-271**.** Idem, *Al-Sahifa Al-Kahtaniya*, pp.207-213. *Tarih Ahl 'Uman*, pp. 131, 134. Al-Salmī, *op.cit.,* vol.2, pp.8-9. *Kašf Al-Ġūmmah Al-Jam' Li 'Ahbār Al-Ummah*, pp. 356-357.

Nunca houve confrontos terrestres contra as guarnições portuguesas pois estas permaneciam em praças-fortes de Mascate, não havendo nenhum plano de penetração portuguesa para o interior. Assim, a sua posição era basicamente uma posição de defesa, não sendo boa estratégia para sustentar a sua presença, nem para combater o Imame. Por tudo isso, as forças do Imame conseguiram acercar-se de Matrah, onde entraram em confronto com forças portuguesas, numa batalha feroz, tendo sido capazes de desfazer algumas das fortificações portuguesas forçando-os a pedir a pacificação. As fontes omanitas indicam, por seu turno, que, apesar da superioridade das forças dos árabes, estes estavam conscientes das consequências da destruição das muralhas de Mascate. Essas mesmas fontes confirmam o empenho do Imame em conseguir benefícios comerciais para os negociantes omanitas, particularmente em grandes portos, como Mascate e Sohar que ainda estavam na posse dos portugueses, de acordo com os termos do tratado de paz. Os termos eram os seguintes: os portugueses pagariam um imposto anual ao Imame; dariam bom trato aos comerciantes omanitas que acudissem a Mascate e Matrah; os portugueses comprometiam-se ainda a restituir dinheiro e bens confiscados às tribos de Al-Umour e aos Xiitas em Sohar. Embora os historiadores omanitas não se tenham referido ao modo como esses bens foram arrestados pelos portugueses, é provável que tal se tivesse verificado no mesmo período de 1616, ou seja, durante o restabelecimento português em Sohar; uma das claúsulas do contrato previa a abdicação das instalações portuguesas em Sohar, mantendo-se presença apenas nas cidades de Mascate e Matrah.[100]

[100]Cf. Ibn Qaisar*, op.cit.,* pp. 67-69**.** Ibn Rūzaīq, *Al-Fath,* pp. 271-272. Idem, *Al-Sahifa Al-Kahtaniya*, p. 214. Al-Salmī,, *op.cit.,* vol.2, p**.** 10. *Kašf Al-Ġūmmah Al-Jam' Li 'Ahbār Al-Ummah*, p. 357.

Examinando atentamente as circunstâncias acima descritas podemos concluir que o desequilíbrio na balança do poder era desfavorável aos portugueses que reconheciam a supremacia dos omanitas e a forte concorrência por parte dos persas, ingleses e holandeses. É, no entanto, inegável que os portugueses ainda gozavam de certa influência, especialmente na costa de Oman, fazendo uso de alguns dos termos do tratado que lhes eram favoráveis como seja, renunciando, aparentemente, por exemplo, a alguns dos seus bens a favor das forças locais. No entanto, estas compreenderam bem a vulnerabilidade portuguesa em Oman e tentaram aproveitar a oportunidade para debilitar ainda mais a influência portuguesa.

Os portugueses não compreendiam a dimensão de tais tácticas militares, mas a partir do momento em que encetaram negociações estava implícito esse jogo de poder.

Como resultado dos ataques realizados pelo Imame a Mascate, o vice-rei Conde de Linhares decidiu enviar rapidamente um auxílio a Mascate, em Outubro de 1633, para repelir as forças que tinham cercado a cidade, mas o auxílio foi insuficiente para as necessidades, tendo sido incapaz de repelir as forças do Imame que conseguiu impor as suas condições aos portugueses.[101]

Em face destas circunstâncias, o Imame Nasser decidiu aumentar as suas guerras contra os portugueses, abrindo novas frentes destruindo fortalezas portuguesas tanto em Sohar com em Mascate, tirando proveito da situação de ruína em que se encontravam as forças portuguesas e das vitórias conseguidas em Julfar, Dabba, e Mascate. A cronologia dos acontecimentos parece simples: tendo o Imame decidido começar a sua

[101]Cf. AHU- CU-58(Índia),*Cx, 32*, doc. 42. Carta do Gaspar de Mello de Sampaio, Mascte, em 18 de Julho de 1633, fol. 2r.

ofensiva por Sohar, ordenou ao seu Wali de Lua para aí desencadear uma batalha. Antes conseguira convencer diversas tribos a aderir à guerra contra os portugueses, uma vez que, até aquele período, o Imame ainda não tinha um exército regular.[102]

Em 1633, as forças omanitas lançaram um ataque sobre fortificações portuguesas em Sohar. Foi uma batalha feroz, tendo os portugueses usado artilharia pesada. No entanto, os árabes lograram levar a melhor, forçando os portugueses a recuar para o seu reduto, o que permitiu às forças árabes a acercarem-se mais das fortificações portuguesas de Sohar e, edificarem uma fortaleza na direcção oposta à portuguesa. O cerco dos portugueses em Sohar durou muito tempo. Os portugueses defenderam-se bem, tendo usado cargas de artilharia que causaram graves prejuízos aos omanitas. Contudo, os árabes, mesmo sob bombardeio português, conseguiram levar avante os seus propósitos de edificar uma fortificação onde os soldados haviam de ficar entrincheirados por largo período, podendo assim vigiar permanentemente os movimentos dos portugueses nas suas fortificações, porquanto a cidade inteira cairia nas mãos das forças árabes.[103]

O Imame Nasser, querendo aliviar a pressão que os portugueses faziam contra as suas forças, em Sohar, abriu uma nova frente. Assim, no ano de 1640, tendo o soberano recebido informações dos árabes que trabalhavam na alfândega de Mascate de que a guarnição portuguesa estava muito fraca devido ao embarque de numerosos soldados numa frota marítima, tratou logo de enviar um exército para atacar Mascate,

---

[102]Cf. António Bocarro, *op.cit*., vol.2, p. 56. Ibn Qaisar*, op.cit.,* p. 53**.** Ibn Rūzaīq, *Al-Fath,* p. 274. Idem, *Al-Sahifa Al-Kahtaniya*, p.217 *Tarih Ahl 'Uman*, pp. 135-136. Al-Salmī,, *op.cit.,* vol.2, p**.**11**.** *Kašf Al-Ġūmmah Al-Jam' Li 'Ahbār Al-Ummah*, p. 359.

[103]Cf. António Bocarro, *op.cit*., vol.2, p.56. Ibn Qaisar*, op.cit.,* pp. 69-70**.** Ibn Rūzaīq, *Al-Fath,* pp. 274-275. Idem, *Al-Sahifa Al-Kahtaniya*, p.217. Idem, *Al-Šu'ā',* pp.218-219. Al-Salmī,, *op.cit.,* vol.2, p. 12. *Kašf Al-Ġūmmah Al-Jam' Li 'Ahbār Al-Ummah*, pp.359-360. *Tarih Ahl 'Uman*, p. 136.

mas esse ataque não teve êxito, tendo a tropa omanita sofrido significativas baixas.[104]

A todos estes acontecimentos não é estranho o ambiente de divisão que imperava entre os portugueses em Mascate. Havia discordâncias acerca da estratégia que o Imame usaria no ataque que havia de desferir contra Mascate, discordâncias que se materializavam em duas fileiras, a do comandante da fortaleza Cristóvão Rodrigues Castello Branco e a de Francisco de Távora de Ataíde. Esta cisão incentivou o Imame a enviar tropas para sitiar a cidade, mas o Conde de Aveiras diligenciou superar essa cisão resolvendo as divergências internas, e enviando reforços para Mascate o que obrigou os árabes a levantar o cerco. Assim feito, mandou prender ex-funcionários inssurectos e enviou-os a Goa, tendo nomeado António de Moura para governante da praça.[105]

Miles comenta que "em 1640 Portugal recuperou a sua independência da Espanha e que o sucesso português face aos omanitas, em Mascate, aumentou a sua ventura e levou a sua moral"[106]

Esta última contenda provocou uma mudança importante no conflito omanita-português, que começara há menos de uma década, com investidas dos omanitas contra posições portuguesas em Mascate base portuguesa. Não obstante o insucesso dessas incursões, os omanitas conseguiram tomar algumas províncias litorais, libertando-as do domínio português. Tudo isso sugere que os omanitas avaliaram bem o poderio português, tendo mesmo provocado dissidências entre os portugueses,

---

[104]Cf. Arnold T. Wilson, *op.cit.*, p. 154. R.D. Bathurst, *op.cit*., p. 98. F.C. Danvers, *Report to the Secretary of State,* p.121. Idem, *The Portuguese in India,* vol. II, cap. X, p. 273.
[105]Cf. Conde da Ericeira, *op.cit*., vo.I, liv. III, pp. 169-170. *Assentos do Conselho do Estado (1634-1643)*, vol. II, pp. 298-299. Luiz Augusto Rebello da Silva, *op.cit.*, tomo IV, liv. V, cap. V, p.361. Alberto Iria, *op.cit.*, p. 89.
[106]Cf. S.B.Miles, *op.cit*., p. 191.

facto com impacto negativo na sua presença, em toda a costa de Oman, presença que se desejava hegemónica.

O vice-rei, Conde de Aveiras, analisou profundamente, no Conselho do Estado, em 17 de Outubro de 1640, a situação de Mascate, após o ataque do Imame, examinando detalhadamente as causas dessa séria ameaça à presença portuguesa na região.[107]

Na sua carta ao Rei, em 17 de Dezembro de 1641, declarava que o Imame de Oman tinha sido capaz de controlar o território que antes pertencera a diversas tribos. A carta relatava ainda que, embora a relação do Imame com o Estado da Índia, nessa época, fosse estável, não o impedira de enviar uma expedição bélica contra Mascate. Como não conseguira alcançar os seus objectivos, desistira, tendo, no entanto, efectuado diversas hostilidades contra os portugueses.[108]

O Conde de Aveiras na sua carta ao Rei, de 17 de Setembro de 1641, mencionara que Mascate padecia de uma significativa falta de soldados, pelo que solicitava o envio de navios, homens e dinheiro de forma a garantir a protecção da cidade e revitalizar o comércio, que só por si, poderia vir a dar fundos para a defesa da cidade.[109]

De facto, algumas fontes portuguesas confirmam que as condições em Mascate eram estáveis, após o término da guerra que o Imame tinha lançado contra ela. As mesmas fontes confirmam o envio de

---

[107]Cf. Panduronga S.S. Pissurlencar, *Assentos do Conselho do Estado (1634-1643)*, vol. II, p. 298.
[108]Cf. ANTT, microfilme, 775, *Documentos Remetidos da Índia ou Livros das Monções*, nº.48, fol. 86v. António Botelho de Sousa *Subsídios para a História Militar Marítima da Índia,* vol. IV, cap. XXVI, p. 216.
[109]Cf. Pandurong S.S. Pissurlencar, *Assentos do Conselho do Estado (1634-1643)*, vol. II, p. 577.

auxílio para fortalecer as suas defesas, tendo o comando da cidade sido atribuído ao capitão Constantino de Sá de Miranda.[110]

Entretanto esta conjuntura de bonança, esta coexistência pacífica entre omanitas e portugueses não durou muito tempo, tendo sido quebrada a, 7 de Novembro de 1643, com o ataque do Imame a Sohar, que conseguiu controlar após uma luta sem quartel dos dois lados. Nessa contenda, os portugueses perderam guarnações, tendo sido capturadas cerca de trinta e sete pessoas.[111]

As forças do Imame assentes no forte por eles construído em Sohar, desde o primeiro cerco à cidade, vigiavam a movimentação das forças portuguesas, tendo diligenciado atraí-los para fora dos muros. Os portugueses, por seu turno, procuravam incitar algumas tribos adjacentes a Sohar, a Al-Jubur em particular, para acossarem as forças omanitas, desviando assim a sua atenção do ataque ao domínio português.[112]

No entanto, quando o Imame sentiu que a pressão sobre as suas forças aumentava, tomou a iniciativa de enviar um pedido de socorro às tribos. Os portugueses, quando tiveram conhecimento da chegada desse auxílio, abandonaram o fortim de Sohar, depois de lá ter estado um ano, e refugiram-se na fortaleza de Sohar, tendo sido perseguidos por tropas omanitas que os sitiaram dentro da fortaleza, obrigando-os a renderem-se

---

[110]Cf. António Botelho de Sousa *Subsídios para a História Militar Marítima da Índia,* vol. IV, cap. XXVI, p. 247, cap. XXVII, p.286.

[111]Cf. ANTT, microfilme, 775, *Documentos Remetidos da Índia ou Livros das Monções*, nº. 48, fol. 290v. Conde da Ericeira, *História de Portugal Restaurado*, nova edição anotada e prefaciada por António Álvaro Dória, vol. II, liv.VIII, Porto, Livraria Civilização, 1945, p. 108. António da Silva Rego, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*, vol. XII, pp. 19, 45. António Botelho de Sousa *Subsídios para a História Militar Marítima da Índia,* vol. IV, cap. XXVII, p. 330. Idem, *Subsídios para a História das Guerras da Restauração no Mar e no Além-Mar*, vol. I, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1940, cap. V, p.230. F.C. Danvers, *The Portuguese in India,* vol. II, cap. X, p.273.

[112]Cf. Ibn Qaisar*, op.cit.,* p. 99**.** Ibn Rūzaīq, *Al-Sahifa Al-Kahtaniya*, p. 218.

com a entrega incondicional da fortaleza e com garantia de que sairiam para Mascate.[113]

Com o controlo de Sohar, o Imame conseguiu um entreposto fundamental para encetar actividades comerciais com os europeus.[114]

Para além deste facto, as sucessivas derrotas sofridas pelos portugueses na costa de Oman incentivaram os holandeses a desenvolver planos para um ataque a Mascate em 1643, o que colocou em alerta as autoridades de Goa, forçando-as a providenciar a forma de a defender. As precauções passaram por enviar ao comandante do castelo avisos de perigo, por determinar um provável envio de quatro navios e cem soldados com abastecimentos e por consumar, com rapidez, o pagamento dos soldados e marinheiros que se encontravam em Mascate, a fim de garantir que estes não abandonassem a praça.[115]

Em Goa, o vice-rei examinou, no Conselho do Estado, a 19 de Janeiro de 1644, a carta enviada pelo capitão-mor do Estreito de Ormuz D. Gil Eanes de Noronha, informando-o que a queda de Sohar fora devida à negligência da vigilância. Da análise feita, o Conselho do Estado chegou à conclusão que os factores que contribuíram decisivamente para o declínio do domínio português foram: a inquietação portuguesa com a guerra contra os holandeses no Ceilão, os socorros enviados para outras praças na Índia, e a falta de provimento do Reino. A inquirição mandada efectuar à queda de Sohar nas mãos do omanitas concluiu que não fora devida à escassez de tropas ou equipamentos, mas resultado de negligência do comandante que não tomara as cautelas necessárias.[116] O

---

[113]Cf. Ibn Qaisar*, op.cit.,* pp.102-104. Ibn Rūzaīq, *Al-Sahifa Al-Kahtaniya*, p. 227.
[114]Cf. R.D. Bathurst, *op.cit*., p. 98.
[115]Cf. Panduronga S.S. Pissurlencar, *Assentos do Conselho do Estado*, vol.II, doc. 141, p. 393.
[116]Cf. ANTT, *Documentos Remetidos da Índia ou Livros das Monções*, nº. 48, fol. 290v. *Assentos do Conselho do Estado (1644-1658)*, vol. III, pp. 2-3. António Botelho de Sousa *Subsídios para a História Militar Marítima da Índia,* vol. IV, cap. XXVII, p. 330.

vice-rei aconselhou, em Dezembro de 1644, prudência em todas as praças portuguesas, especialmente na de Mascate.[117]

Relativamente ao cerco de Sohar, relata-se que o Imame enviou uma expedição para Mascate com intenção de abrir uma nova frente que impedisse os portugueses de enviarem socorro a Sohar. Mas o motivo mais profundo terá sido a recusa dos portugueses em continuar a pagar o imposto bem como as dificuldades que colocaram aos comerciantes árabes na costa de Mascate.

Esta ocorrência foi referida por cronistas iemenitas, quando relataram os eventos do ano 1052 H / 1642/43 d.C, nos termos que se seguem:

"Um grupo das pessoas de Al-Hasa, Al-Bahrain e Al-Bassra, preparados para fazer comércio, atravessaram o mar do Golfo; quando eles passaram por Bandar Mascate, que se encontrava naqueles tempos em mãos dos Ifrinj, foram assaltados. Desde então, os comerciantes ficaram com medo e, em seguida, deixaram de usar a via marítima até o omanita recuperar Bandar Mascate".[118]

Na verdade, o Imame preparou um grande exército liderado pelo xeque Khamis bin Said Al Shaqsy e ordenou-lhe que fosse até Mascate guerrear os portugueses; quando o exército do Imame chegou à aldeia de Boshar a sete milhas de Mascate, os portugueses assinaram, com ele, um tratado de paz. Mas xeque Khamis não desistiu da campanha empreendida, tendo avançado, sem parar, até Matrah, aumentando a

[117]Cf. António Botelho de Sousa *Subsídios para a História Militar Marítima da Índia,* vol. IV, cap. XXVII, p. 330.
[118]Cf.Yahya bin Al-Hussain bin Al-Qassim, *Yawmiyat Sana fi Alqarn Alhadi Ashar 1046 H-1099 H(Diario de Sana no Século XI de Hégira/ XVII* d.C*)*, ed, Abdullah bin Mohammed Al-Habshi, 1ª edição, 2vols, vol. 1, Abu Dhabi, Cultural Foundation, 1996, p. 51. Abdullah bin Ali Ibn Al-Wazir, *Tarih Alyaman Fi AlQarn Alhadi Ashar Alhijri 1045-1090* H (1635-1680 d.C), 1ª edição por Mohmmed AbdulRahem Jazim, Sana, Centro dos Estudos e Investigação do Iêmen, 1985, pp. 89-90.

pressão sobre os portugueses, e conseguido cercar Mascate, obrigando os portugueses a pedir um armistício, com as seguintes cláusulas:[119]

- Os portugueses comprometem-se a continuar a pagar um imposto anual ao Imame.
- Os portugueses entregariam aos árabes todos os fortes e torres situados fora dos muros da cidade de Mascate e Matrah.
- Os portugueses garantiriam a navegação e comércio aos árabes, no porto de Mascate e assim como a segurança aos comerciantes muçulmanos.[120]

Algumas fontes portuguesas, que documentam os acontecimentos de 1644, relatam que o Imame, rei da Arábia, marchou com um numeroso exército, contra a fortaleza de Mascate, o que obrigou os portugueses a fortalecê-la, para melhor a defender. As mesmas fontes documentam ainda que estes eventos serviram de alento para que o Imame atacasse Sohar, reconquistando-a.[121]

O Vice-Rei no seu relatório, datado de 15 de Fevereiro de 1644 alude, a que o Imame iniciara a guerra contra Mascate depois de ter conquistado Sohar, em 7 de Novembro de 1643.[122]

Algumas fontes iemenitas consideram que as vitórias das forças omanitas contra os portugueses, naquele período, significaram o fim da hegemonia portuguesa, na região. Quando soube de alguns acontecimentos de 1054 H / 1644 d.C., nomeadamente que o omanita

---

[119]Cf. Ibn Qaisar*, op.cit.,* p. 70**.** Ibn Rūzaīq, *Al-Fath,* p. 275. Idem, *Al-Sahifa Al-Kahtaniya*, p. 218. Idem, *Al-Šu'ā',*pp. 219-220. Al-Salmī,, *op.cit.,* vol.2, p.12. *Kašf Al-Ġūmmah Al-Jam' Li 'Ahbār Al-Ummah*, p. 360. António Botelho de Sousa *Subsídios para a História Militar Marítima da Índia,* vol. IV, cap. XXVII, p. 330. R.D. Bathurst, *op.cit*., p. 98.

[120]Cf. Ibn Qaisar*, op.cit.,* pp.70-71**.** Ibn Rūzaīq, *Al-Fath,* p. 275. Idem, *Al-Sahifa Al-Kahtaniya*, p. 218. Idem, *Al-Šu'ā',* pp. 219-220. Al-Salmī,, *op.cit.,*vol.2, p.12. *Kašf Al-Ġūmmah Al-Jam' Li 'Ahbār Al-Ummah*, p. 360.

[121]Cf. Conde da Ericeira, *op.cit*., vo.II, liv.VIII, p. 108.

[122]Cf. ANTT, *Documentos Remetidos da Índia ou Livros das Monções*, nº. 48, fol.290v.

possuía Bandar Mascate, no litoral de seu país, retirado de mãos portuguesas,[123] Ibn Al-wazir afirmou:

"Nesta altura, o omanita cedeu bandar Mascate, que fica na costa do seu território e que estava nas mãos dos *Alfirinj* e desde que eles [os barcos] se destinassem a seu país, os comerciantes que vinham do al-Bahrain, al-Iraque, Pérsia e al-Yaman, sentiam-se seguros".[124]

No fundo, e em consonância com fontes iemenitas, que documentam o declínio da presença portuguesa na costa de Oman, havia começado a desenhar-se um novo cenário político com a guerra dos omanitas contra os portugueses, tendo aqueles sido capazes de lhes tirar a posse da maior parte da costa de Oman, empurrando-os para uma território limitado, para além de assegurar o aspecto comercial, um pilar fundamental do novo Estado.

Estes acontecimentos tiveram o incentivo do Imame Nasser que estimulou a reconquista do resto da costa de Oman, enviando seu primo Sultan bin Saif para tomar Qalhate, Sur e Curaiate, tendo assim conseguido recuperá-las e expulsar os portugueses à excepção algumas fortificações em Curaiate devido às, dificuldades de investida que as suas fortificações colocavam.[125]

Os portugueses começaram a sentir o perigo que o Estado de Oman representava para os seus interesses na região. Algumas fontes portuguesas referem que o Imame conseguiu reunir os xeques à sua volta contra os portugueses. Estas fontes acrescentam que, apesar da robustez bélica portuguesa, com grandes navios no Golfo de Oman e

[123]Cf. Yahya bin Al-Hussain bin Al-Qassim, *op.cit*., vol.1, p. 59.
[124]Cf. Abdullah bin Ali Ibn Al-Wazir, *op.cit*., pp. 105-106.
[125]Cf. ANTT, *Documentos Remetidos da Índia ou Livro das Monções*, nº. 59, fols. 90r, 92r-92v.

artilharia em redor da cidade de Mascate, o Imame conseguiu controlar a maior parte da faixa costeira com excepção de Mascate.[126]

É também de conhecimento geral que os portugueses não cumpriam os tratados feitos com o Imame, continuando a impôr restrições aos comerciantes omanitas e árabes, criando obstáculos à actividade comercial que usava a rota marítima do Golfo e os portos de Mascate e Matrah. Perante fortes advertências de que o governo do Imame tinha uma estratégia de expulsão das forças portuguesas, estas tomaram precauções defensivas, julgando assim dissuadir o Imame Nasser dos seus objectivos de expulsar os portugueses, melhorando as condições económicas dos omanitas. Em 16 de Agosto 1648, Said bin Khalfan levou a cabo um cerco bem sucedido a Mascate, que durou até 11 de Setembro. Neste período, o capitão geral do Estreito de Ormuz, D. Gil Eanes de Noronha, enviou mensagens a Goa, informando os funcionários sobre o bloqueio imposto a Mascate, e advertindo-os da intenção dos árabes de Oman em continuar o assédio, que já durava meses, exigindo o envio urgente de tropas, munições, dinheiro, e equipamentos militares. Em 23 de Setembro, o assunto foi discutido no Conselho do Estado, tendo sido debatida a alternativa adequada para ultrapassar o problema, pois havia da parte portuguesa dificuldade em fornecer dinheiro e os equipamentos necessários para reforçar a resistência numa guerra que se previa ser de longo prazo. Acrescente-se que o próprio Estado português se encontrava numa situação de extrema necessidade por causa da guerra, em curso, contra os holandeses. Por isso, ficou decidido enviar Lopo Gomes de Abreu, capitão de Goa, para conduzir as negociações com os omanitas. Fontes portuguesas aludem à sua larga experiência na região e às excelentes relações que mantinha

[126]Cf. Panduronga S.S. Pissurlencar, *Assentos do Conselho do Estado (1634-1643)*, vol. II, p. 44. Manuel Godinho, *Relação do Novo Caminho,* p. 94.

com o Imame, porque fora anteriormente, capitão da fortaleza de Mascate. Relativamente a D. Gil Eanes, não se decidiu nomeá-lo mediador nas negociações, por ter sido considerado pouco idóneo.[127]

Enquanto isso, a situação em Mascate foi piorando devido ao bloqueio, e às consideráveis limitações de abastecimento. Por essa razão, o Conselho da Fortaleza reuniu em 8 de Setembro e decidiu realizar negociações com os omanitas, que interpuseram as seguintes condições para o armistício:

1. Entrega dos fortes de Curaiate e Dabba para serem demolidos;
2. Confirmação de que o forte de Matrah, construído pelo omanitas era pertença destes, servindo, daí em diante, como feitoria de comércio para intercâmbios comerciais;
3. Destruição das guaritas e baluarte Cavaleiro do Campo e dos muros da povoação.
4. Pagamento de 200 mil pardaos como indemnização de guerra.[128]

Relativamente à primeira cláusula, os portugueses reconheceram que os castelos, estando em território controlado por omanitas, a estes pertenciam. Na verdade, os gastos da sua manutenção seriam grandes, o que interessava evitar.[129]

Os portugueses recusaram as outras exigências dos omanitas, o que levou ao estado de sítio anterior. Todavia as forças protectoras ficaram decepcionadas com a queda da serra de Mocala que tinha sido

[127]Cf. *Assentos do Conselho do Estado (1644-1658)*, vol. III, pp. 122-123. António Botelho de Sousa *Subsídios para a História Militar Marítima da Índia,* vol. IV, cap.XXVIII, p. 422. Idem, *Subsídios para a História das Guerras da Restauração no Mar e no Além-Mar*., vol.I, cap. V, p. 251. John Muir, *op.cit*., p.41. F.C. Danvers, *The Portuguese in India,* vol. II, cap. XI, p. 296.
[128]Cf. ANTT, *Documentos Remetidos da Índia ou Livro das Monções*, nº. 59, fol.70r. António Botelho de Sousa *Subsídios para a História Militar Marítima da Índia,* vol. IV, cap.XXVIII, p.422. Idem, *Subsídios para a História das Guerras da Restauração no Mar e no Além-Mar*., vol.I, cap. V, p. 251. F.C. Danvers, *The Portuguese in India,* vol. II, cap. XI, p. 296.
[129]Cf. ANTT, *Documentos Remetidos da Índia ou Livro das Monções*, nº. 59, fols. 70r-70v.

entregue aos omanitas sem guerra. Dentro da cidade, a epidemia começou a flagelar as pessoas, com mortes que, diariamente, atingiam cerca de cinquenta pessoas. Além disso, as provisões começaram a esgotar-se.[130]

Esta situação crítica levou o Conselho da Fortaleza a reunir-se, em 11 de Setembro. Na presença do capitão-general e castelão, Gaspar Furtado, foi proposta a concórdia com Said bin Khalfan, comandante das forças omanitas. Gaspar Furtado justificou a sua proposta com o embargo imposto a Mascate, de onde derivara escassez de provisões e falta de chumbo para fazer balas. Os funcionários, em Goa, não responderam à recomendação de Gaspar Furtado. Para além disso, a Pérsia não estava interessada em ajudar os portugueses. Pior ainda foi o aparecimento de sinais de desobediência, já para não fazer referência a cenas de ressentimento entre os lascarins e os seus mocadões. Goday[131] também declarou a rebelião com os seus lascarins no baluarte Cavaleiro de Sidabo, devido ao facto de não terem os salários em dia, por a tesouraria estar vazia por falta de receitas alfandegárias e ninguém fazia empréstimos. Devido à grande escassez de soldados e marinheiros, era difícil dar protecção a algumas áreas que estavam com em torno de Mascate, pois eram territórios sob controlo dos omanitas. Mas Mascate possuía três principais guaritas, Cutrim, Riam e Calbu. Os portugueses evacuaram Cutrim, apesar de ordens dadas para aí permanecerem, não a abandonando como acontecera em Riam e Calbu. Estas fortificações eram consideradas portas de entrada de Mascate. A situação tendia a piorar para os portugueses, muitos dos lascarins, marinheiros e alguns homens refugiaram-se junto ao Imame, tendo ficado claro que as condições em

[130]Cf. ANTT, *Documentos Remetidos da Índia ou Livro das Monções*, nº. 59, fol. 74. António Botelho de Sousa *Subsídios para a História Militar Marítima da Índia,* vol. IV, cap.XXVIII, p.422. Idem, *Subsídios para a História das Guerras da Restauração no Mar e no Além-Mar*., vol.I, cap. V, p. 251.
[131]Aparece o nome Khodah, nome comum entre os Baloches, e também Tugi que era o mocadão da fortaleza de Matrah. Vide. ANTT, *Documentos Remetidos da Índia ou Livro das Monções*, nº. 59, fol. 96.

Mascate eram muito más. Como o perigo estava em todo o lado, nem mesmo os altos muros que cercam Mascate chegavam para tranquilizar. Pelo exposto, os portugueses tomaram a iniciativa de escrever para Said bin Khalfan manifestando o desejo de efectuar grandes negócios. Existem fontes portuguesas relevando que alguns mercadores da fortaleza acolheram com agrado a proposta de negociações. Com efeito, a classe dos comerciantes era a categoria mais afectada pelo assédio que conduzira à estagnação da actividade económica e à consequente recessão financeira e comercial.[132]

Em 20 de Setembro 1648, o Conselho da Fortaleza foi reunido, tendo estado presente o capitão-mor da armada Brás Caldeira de Matos. Foram analisadas as exigências feitas por Said bin Khalfan, chefe das forças omanitas, que sitiaram Mascate. Uma delas exigia na demolição das guaritas das muralhas da cidade. O conselho concordou com a necessidade de fornecer aqueles postos e guaritas com homens.[133]

Nesta fase podemos notar dois factos importantes no lado omanita, que são:

1. o aparecimento de Sultan bin Saif, a quem o Imame mandou conduzir o processo de negociação com os portugueses juntamente com Said bin Khalfan, comandante das forças omanitas. Sultan bin Saif representava uma reviravolta na política do Imame, pois era a pessoa certa para liderar essa fase crítica do conflito entre árabes e portugueses. Foi de facto expedito ao chefiar o exército, o que lhe mereceu a confiança do Imame, a ponto de ser visto como provável sucessor.

[132]Cf. ANTT, *Documentos Remetidos da Índia ou Livro das Monções*, nº. 59, fols. 68r- 69r. António Botelho de Sousa *Subsídios para a História Militar Marítima da Índia,* vol. IV, cap.XXVIII, pp.422-423.
[133]Cf. ANTT, *Documentos Remetidos da Índia ou Livro das Monções*, nº. 59, fols.88r-88v.

2. o xeque da zona de Al-Sir (segundo confirmam fontes portuguesas) começou a exercer o papel de mediador no processo de paz, uma indicação do desejo sincero de paz por parte dos omanitas. O referido xeque tivera uma relação amigável com os portugueses o que, só por si, também explica o jogo de interesses instalados anteriormente, na região, pelos portugueses, que mantinham alianças e acordos com os xeques das zonas costeiras de Oman.

Insistindo os portugueses na rejeição das condições colocadas pelos omanitas, e cercados como estavam, a serra da Mocala, que supervisiona Mascate, viria a cair, pondo-se os guardas em fuga das suas fortificações. Este facto levou os portugueses a examinar novamente a situação e as suas circunstâncias, especialmente depois de um rumor entre os soldados acerca da propagação de epidemias que, de facto, começaram a matar cerca de 50 homens por dia.[134]

Foi então convocada uma reunião para 25 de Outubro 1648, cujo objectivo seria discutir as condições de paz apresentadas pelos omanitas, que incluíam novas imposições, para além das anteriores. Enumeremo-las:

1. Demolir as fortalezas de Matrah e Corfacão.
2. Comprometer-se a pagar as compensações decorrentes da guerra.
3. Demolir os fortes de Curaiate e Dabba.
4. Destruir todas as fortificações feitas na entrada de Mascate, sobretudo as muralhas.
5. Conservar a fortaleza de Matrah, construída pelos omanitas, com sua função de feitoria.

[134]Cf. ANTT, *Documentos Remetidos da Índia ou Livro das Monções*, nº. 59, fols. 74 e 78r-79r. Justus Strandes, *The Portuguese Period in East Africa*, cap. XVI. p. 197.

6. Libertar o comércio de Oman, levantando todas as restrições, sobretudo no negócio de cavalos e de arroz.
7. Desobrigar os barcos do Imame de quaisquer limitações.
8. Isentar os barcos dos árabes de Oman de todos os direitos alfandegários.

Os portugueses tinham reservas quanto à cláusula de despesas de indemnizações de guerra, pois achavam que um acordo de paz não requeria qualquer compensação; e também pensavam que desfazer as fortificações em torno de Mascate representava um perigo para a cidade e ameaçava a sua segurança. Mas, em geral, os portugueses, encabeçados pelo Vedor da Fazenda, concordaram que era necessário aceitar as exigências dos omanitas, sobretudo porque a Fazenda Real estava vazia devido à falta de comércio proveniente da zona de Mascate, não havendo capacidade para fazer face a despesas de guerra.[135]

Em 30 de Outubro do mesmo ano de 1648, os árabes de Oman levantaram o cerco a Mascate, após as partes terem chegado a um acordo, que incluía as seguintes cláusulas:

1. Destruição das fortalezas portuguesas de Matrah, Dabba e Curaiate.
2. Demolição da fortaleza omanita construída em Matrah.
3. Manutenção de Matrah como zona neutra e desarmada, de modo a que os dois lados tivessem direito de usar o *bandar*.

[135]Cf. ANTT, *Documentos Remetidos da Índia ou Livro das Monções*, nº. 59, fols. 76- 76v,e 77r -78v. António Botelho de Sousa *Subsídios para a História Militar Marítima da Índia,* vol. IV, cap.XXVIII, pp.423-424. Arnold T. Wilson, *op.cit*., p. 155.

4. Outorgas de direitos aos barcos do *Imame Nasser* de navegarem para qualquer em qualquer porto, desde que levassem cartazes de el-rei de Portugal.[136]
5. Isenção dos direitos alfandegários para todos os comerciantes omanitas e aliados do Imame, bem como para às suas mercadorias.[137]
6. Abertura do comércio para ambas as partes, proibindo açambarcamento com finalidades pouco claras.
7. Destruição, por parte dos omanitas, de todas as fortalezas construídas ou apreendidas durante o cerco; em troca os portugueses não reedificariam aqualquer fortificação em seu lugar.
8. Compromisso entre os beligerantes de respeitar os princípios da paz e da amizade, sendo interdito a qualquer das partes prejudicar a outra. Nesses termos, os inimigos do rei de Portugal são inimigos do *Imame* e os amigos do rei são amigos do *Imame*.[138]

Se analisarmos, com atenção, as cláusulas acima enumeradas chegaremos à conclusão que:

- houve um considerável progresso nas relações entre os portugueses e os omanitas. Releve-se que o referido tratado foi o primeiro deste tipo entre um país árabe no oriente e Portugal, consubstanciando-se, essencialmente, no reconhecimento de um estado novo em

[136]Cf. ANTT, *Documentos Remetidos da Índia ou Livro das Monções*, nº. 59, fol. 88r. António Botelho de Sousa, *Subsídios para a História das Guerras da Restauração no Mar e no Além-Mar*, vol.I, cap. V, p. 251.Idem, *Subsídios para a História Militar Marítima da Índia,* vol. IV, cap.XXVIII, pp.424-425.
[137]Cf. ANTT, *Documentos Remetidos da Índia ou Livro das Monções*, nº. 59, fol. 88r. António Botelho de Sousa *Subsídios para a História Militar Marítima da Índia,* vol. IV, cap.XXVIII, p.425.
[138]Cf. ANTT, *Documentos Remetidos da Índia ou Livro das Monções*, nº. 59, fols. 88r-88v. António Botelho de Sousa *Subsídios para a História Militar Marítima da Índia,* vol. IV, cap.XXVIII, p.425. Idem, *Subsídios para a História das Guerras da Restauração no Mar e no Além-Mar*., vol.I, cap. V, p. 251. F.C. Danvers, *The Portuguese in India,* vol. II, cap. XI, pp. 296-297.

Oman, que surgira um quarto de século antes da assinatura deste acordo.

- Este acordo veio também legitimar a autoridade do Imame para negociar com os portugueses em igualdade de circunstâncias, pois afirmava a existência de uma entidade política na região, com enorme influência e poder, uma vez que foi capaz de retirar hegemonia aos portugueses no controlo de toda a zona costeira. Obviamente que a entidade política que apareceu em Oman consistia em coligações tribais donde se estruturava um estado com limites geográficos claros e uma ampla área vital o, que impunha anexação dos domínios portugueses. Note-se que a primeira, segunda e última cláusulas são itens igualitários, corresponsabilizando ambos na destruição de posições defensivas
- Na cláusula terceira, verificamos que os omanitas foram bem sucedidos ao fazer de Matrah uma cidade neutra e um porto aberto a todos, o que significa uma redução da influência política e comercial portuguesa na costa de Oman, limitando o seu poder apenas a Mascate.
- Relativamente às cláusulas que tratam do comércio, parece-nos que todas são a favor dos omanitas, sobretudo a abertura do comércio a embarcações estrangeiras nos portos de Oman, a isenção de direitos alfandegários nos portos pertencentes aos portugueses, incluindo o de Mascate, e também o uso do cartaz, que protegia os barcos de um eventual confisco por parte das autoridades portuguesas.[139] Deste modo, a questão da liberdade do comércio tornou-se vantajosa para os omanitas, tendo sido para eles um verdadeiro sucesso diplomático.O de o mar e a terra serem duas

[139]Cf. Tariq Nafi Al-Hamadani, "Marakat Tahrir Mascate", in *Majalat Alwatika*, nº. 12, Al-Bahrain, Janeiro, 1988, pp. 109-110.

faces da mesma moeda em Oman, o facto de o mar ser a janela pela qual Oman olha, liderando o oceano Índico, de acordo, aliás, com os propósitos da criação do estado Yarubita, que não se contentou com a unificação do país apenas no interior, alargando-o às áreas costeiras, onde o comércio é o nervo da vida económica. No fundo, tudo isto configurava um imperativo nos interesses omanitas, imperativo esse que se orientava em direcção ao mar, colidindo com os interesses portugueses, que visavam assegurar a costa de Oman para garantir a continuidade de seu corpo político, comercial, e militar na região do Golfo.

- As consequências imediatas decorrentes desse acordo sobrevieram: o comércio de Oman começou a crescer significativamente, prosperando e contribuindo para o fortalecimento do novo estado de Oman. Na verdade, o comércio derivado de tal tratado tornou-se fonte de fundos com os quais o Imame labutaria para fortalecer o exército, comprar armas, e desenvolver a frota comercial e militar, que viria a ter, pouco tempo depois, um papel importante no acossamento dos portugueses no Oceano Índico.

De qualquer modo, a influência portuguesa na costa de Oman estava no caminho da desagregação. Assim, podemos dizer que o objectivo do Imame, com o referido tratado, foi o comércio livre, e sem restrições com outros países, pelo que a libertação de Mascate seria uma questão de tempo.[140]

Note-se que a assinatura da Convenção provocou uma onda de ressentimento no meio das autoridades portuguesas na Índia, porquanto o

[140]Cf. R.D. Bathurst, *op.cit*., p. 99.

comandante do Estreito de Ormuz teve a preocupação de informar o Vice-Rei, na sua carta datada de 7 de Dezembro, dos pormenores do referido tratado, acrescentando que as razões pelas quais ele o assinara contava-se o cerco, a propagação da epidemia e a grande escassez de provisões, resultando de tudo isto a morte de muitas pessoas. Na verdade, uma vez assinados os termos do tratado, o comandante pediu para ser demitido do cargo por se sentir incapaz de continuar em funções.[141]

O Vice-Rei considerou, na reunião do Conselho do Estado em 9 de Janeiro de 1649, que o tratado não era satisfatório para ele, anotando que era claramente favorável a Oman, dirigindo toda a suspeição para o comandante que o assinou, sobretudo porque o Vice-Rei acabara por enviar assistência a Mascate quinze dias antes da sua assinatura. Foi então decidido substituir D. Gil Eanes de Noronha por Francisco de Távora de Ataíde e, em 16 de Março de 1650, o rei ordenou uma inquirição sobre a conduta do capitão-general D. Gil Eanes de Noronha e do vedor da Fazenda Valentim Correia, tendo ambos sido detidos e enviados para Goa, de onde o primeiro viria a fugir tendo sido julgado à revelia.[142]

Para resolver a conjuntura criada, o Rei de Portugal enviou, nos dias 11 e 16 de Janeiro de 1649, cartas a ordenar ao Vice-Rei que reforçasse a força militar de Mascate com navios e soldados, para assim procurar recuperar as cidades de Sohar, Curaiate, e Matrah, requerendo ainda o reforço da base militar no Caçapo. Realce-se que a carta enfatiza ainda a necessidade de controlar todos os árabes que viviam na cidade de

---

[141]Cf. António Botelho de Sousa *Subsídios para a História Militar Marítima da Índia,* vol. IV, cap.XXVIII, p.425.

[142]Cf. ANTT, *Documentos Remetidos da Índia ou Livro das Monções*, nº. 61, fol. 57. António Botelho de Sousa *Subsídios para a História Militar Marítima da Índia,* vol. IV, cap.XXVIII, pp. 426 e 457. Idem, *Subsídios para a História das Guerras da Restauração no Mar e no Além-Mar*, vol.I, cap. V, p. 252. F.C. Danvers, *The Portuguese in India,* vol. II, cap. XI, p. 297.

Mascate pois, na sua opinião, podiam estar a trabalhar como espiões para o Imame.[143]

De qualquer modo, apesar de todo o esforço desenvolvido, por volta de 1649, os portugueses já não dominavam largas parcelas dos domínios que possuíam em Oman, salvo Mascate, parte de Matrah, e a base naval no Cassapo.

O Imame Nasser bin Murshid, fundador da dinastia Yarubita, morreu em 24 de Abril de 1649, tendo-lhe sucedido Sultan bin Saif I,[144] que, no seu reinado, encetou uma nova fase de concorrência entre omanitas e portugueses na busca da hegemonia no Além-Mar.

II.2.A presença portuguesa no litoral de Oman após 1622

Desde que outros europeus entraram em concorrência comercial no Golfo, os portugueses procuraram constantemente fortalecer as suas defesas, nomeadamente as fortalezas na costa de Oman e em Mascate, em particular. Por exemplo, em 1613, terão sido enviados a Mascate trinta soldados com um comandante de valor e experiência para que se protegesse o forte do Padrasto.[145]

Em 1616, os portugueses reconquistaram Sohar com a colaboração do xeque Umair bin Himiar, governador do Samail. A reconquista tornara-se um imperativo, porque o porto da cidade se transformara num sério concorrente de Mascate. Assim sendo representava uma fonte de preocupação, devido ao crescente poder

[143]Cf. F.C. Danvers, *Report to the Secretary of State,* pp.122-123. Idem, *The Portuguese in India,* vol. II, cap. XI, p. 297.
[144]Cf. Ibn Rūzaīq, *Al-Fath,* p. 280. Idem, *Al-Sahifa Al-Kahtaniya*, pp. 228, 230. Al-Salmī,, *op.cit.,* vol.2, p.45. *Kašf Al-Ġūmmah Al-Jam' Li 'Ahbār Al-Ummah*, p.366.
[145]Cf. António Bocarro, *Decada 13 da História da Índia*, parte 1, p. 201. *APO*, tomo IV, Vol. II, parte II, pp. 372-373.

económico que ia acumulando visto o seu porto desviar rotas de navios comerciais de diferentes regiões do oceano Índico. Para além disso (ou talvez por isso mesmo), ainda se devia contar com o contrabando de pimenta e demais produtos proíbidos pelas leis portuguesas.[146]

Após a queda de Ormuz em 1622, Mascate tornou-se uma base indispensável para os portugueses, compensando assim a perda da hegemonia comercial, militar e religiosa no Golfo. Independentemente dos reforços da segurança efectuados pelos portugueses, a cidade de Mascate encontrava-se rodeada de montanhas altas que proporcionavam só por si uma protecção natural, protecção essa que abrigava o porto dos ventos. Mesmo assim, os portugueses não descuraram uma defesa suplementar do lado do mar, especialmente depois do último ataque turco a Mascate em 1581. Com efeito, no final do século XVI, começaram a construir fortificações defensivas que concretizaram em duas fortalezas que se tornariam nas mais famosas na região. Mais tarde, sobretudo na segunda década do século XVII, época em que se constituíu como base principal para os portugueses no Golfo, essas fortificações foram seguidas de mais torres ao longo das suas muralhas.[147]

As fortificações de Mascate foram submetidas a várias restaurações e renovações durante a primeira metade do século XVII. Em 1607, Filipe III decretou, a bem da fortaleza de Mascate, que se fizessem picadas para que fosse possível forjar um caminho que conduzisse ao

[146]Cf. António Bocarro, *op.cit*., parte 1, pp. 641-648. Manuel de Faria e Sousa, *Ásia Portuguesa*, vol. VI, parte III, tomo III, cap. XI, pp. 125-126. *APO*, tomo IV, vol. II, parte II, pp. 385-391.
[147]Cf. B.N, *Cod, 28*, Descripção das Terras da Índia, fols.47r-47v. BPE, *Cod. CIII/2-17*, fl. 22v. BPE, *Cod. CIII/2-15*, Fortalezas que os Portugueses têm na Índia, fol. 139r. Biblioteca da Ajuda, *Cod.51-VII-30*, Madrid, 28 de Janeiro de 1627, fols. 117v-118r. Manuel Godinho, *op.cit.,* p. 92. *APO*, tomo IV, vol. II, Parte II, pp. 370-371. Manuel de Faria e Sousa, *op.cit.*, vol. V, parte I, tomo III, cap.I, p.23, e cap. IV, pp. 79,81. *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, 2vols, vol. II, dir. Luís de Albuquerque, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, p.709-710. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira,* vol. XVI, Lisboa, Editorial Enciclopédia Limitada, p. 514. *The Encyclopaedia of Islam,* 11 vols, vol.6, New Edition, Leiden, E.J. Brill, 1989, p. 735.

castelo Padrasto, derrubando os muros outrora erguidos. O rei D. Filipe III ordenou, em 26 de Janeiro de 1612, a construção de uma couraça, tendo feito outros empreendimentos imprescindíveis. Relativamente ao período imediatamente posterior à queda de Ormuz, importa aclarar que foram construídas algumas fortificações e reparadas a generalidade das muralhas. O objectivo dessas obras era a proteger a cidade de qualquer ataque por parte dos persas e ainda dos europeus. Sob a direcção do capitão-mor Rui Freire de Andrade, ergueram-se algumas fortificações em Mascate, tendo sido construída uma plataforma ou baluarte na ponta do forte, que ficava na entrada da baía, e sido aí colocada uma poderosa artilharia. Além de construir torres para proteger e controlar as colinas circunvizinhas, colinas de onde o inimigo podia ter acesso fácil a Mascate, também as apetrechou com a artilharia necessária. Em suma, durante a época do vice-rei Conde de Linhares foram promovidas reparações em quase todas as fortalezas, sendo a de Mascate considerada o símbolo da soberania portuguesa na costa da Arábia, em geral, e na costa de Oman, em particular.[148]

Além destas fortificações em Mascate, os portugueses possuíam outras dez ao longo do litoral que se estende desde Roçalgate (Ras Al Hadd) até Musandão. As mais importantes eram as Curaiate, Matrah, Sibo, Barca, Sohar, KhorFakkan, Kalba, Libdaia, Madha e Dibba, sendo cada um desses fortes superintendido por um capitão português e um comandante da frota, e vinte navios de remo à sua disposição.[149]

Consta que após a queda de Ormuz, os portugueses foram capazes de conseguir algumas vantagens de natureza militar e económica, tendo

[148]Cf. *Comentários do Grande Capitão Rui Freire de Andrade*, cap. último, p. 262. *Assentos do Conselho do Estado*, vol.1, p 166-167, 479,480. *APO*, tomo IV, vol. II, parte II, p. 372. António Botelho de Sousa *Subsídios para a História Militar Marítima da Índia,* vol. IV, p. 473. *A Short History of Oman From the Earliest Times*, Muscat, 1972, p. 5.
[149]Cf. Manuel Godinho, *Relação do Novo Caminho,* p. 93.

mesmo conseguido tornar o porto de Mascate, sobretudo a partir de meados da terceira década do século XVII, num entreposto essencial do trânsito comercial que ligava os portos indianos com os do Golfo.[150]

Ao navegar para Mascate, os direitos aduaneiros eram cobrados; os que procuravam outras rotas, para evitar tal pagamento, estavam sujeito a confisco.[151] Aliás, foi o que aconteceu em 1632, quando os portugueses confiscaram três navios pertencentes a Adil Shah, perto do porto de Kong. Embora estes levassem cartaz, não cumpriam com os termos do acordo assinado entre as duas partes, que incluía, entre as suas cláusulas a obrigatoridade de os barcos passarem por Mascate para aí registar a sua carga e verificar que não transportavam material bélico para os persas.[152]

Mas a apreensão portuguesa não se limitava aos persas, pois a chegada dos ingleses a Cananor, em 1637, também constituía motivo de justificada inquietação, porquanto os ingleses trataram logo de estabelecer contacto com o governador da região, Virabadar Naique, devido ao facto de a área ser o principal fornecedor de arroz para Mascate.[153]

---

[150]Cf. Luís Augusto Rebello da Silva, *op.cit*., tomo IV, liv.V, cap. V, p.353. Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português 1500-1700*, p. 251. M.A.P. Meilink-Roelofsz, *op.cit*., p. 190. Donald F. Lach & Edwin J. Vankley, *Asia in the making of Europe*, 3 vols, vol. III(A Century of Advance), book 1, parte I, Chicago and London, The University of Chicago Press, 1993, cap. I, p.20. Sidney R, Welch, *op.cit*., p. 506. A.R. Disney, *Twilight of the Pepper Empire*., p. 26. C.R. Boxer, "Anglo-Portuguese Rivalry in the Persian Gulf, 1615-1635", p. 91. Arnold T. Wilson, *op.cit*., pp. 153-154. António da Silva Rego, *Documentação Ultramarina Portuguesa*, vol.II, pp. 456-457. *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por, Joel Serrão, vol. IV, Porto, Livraria Figueirinhas, p. 219. António Dias Farinha, "Os Portugueses nos Mares da Arábia", p.56.

[151]Cf. *Assentos do Conselho do Estado*, vol.1, p. 475. *Comentários do Grande Capitão Rui Freire de Andrade*, apêndice II, Carta do vice-rei Conde da Vidigueira a el-Rei com queixas contra Rui Freire, p.306.

[152]Cf. *Assentos do Conselho do Estado*, vol.1, pp. 425-426, 559. J. H. da Cunha Rivara, *O Chronista de Tissuary*, periódico mensal, no. 4, Abril 1866, microfilme BNP, nº. F.2884, pp. 99-100.

[153]Cf. ANTT, *Documentos Remetidos da Índia ou Livro das Monções*, nº. 40. (microfilme, 571), fol. 223r.

Para além dessa ameaça, prenúncio de grandes dificuldades para Mascate, os conflitos tribais omanitas não ajudavam, o que colocava em perigo iminente a integridade territorial da própria Mascate.[154]

Um bom exemplo disto é o que António Bocarro refere a propósito da morte do comandante da fortaleza, Gaspar de Andrade Rego, em 1617, gerando consequentemente uma cisão entre a população de Mascate, sobre quem seria o sucessor. Alguns elementos tribais em Mascate queriam explorar a situação em seu proveito, pretendendo controlar o castelo.Toda esta situação forçou as autoridades em Goa a enviar Manuel Mascarenhas para acabar com a desordem instalada e acalmar a população. Foi então designado João de Quadros para, comandante de Mascate, com a finalidade de garantir a estabilidade e desacreditar as tribos rebeldes.[155]

Contudo, a causa do termo da presença portuguesa na costa de Oman acabaria por vir do interior, embora os portugueses não estivessem desatentos ao que se passava em redor, particularmente depois da confirmação da queda de Ormuz, e da formação do embrião de um novo estado soberano, o estado de Oman, não muito longe da costa. Existem relatos de várias perturbações destinadas a expulsar os portugueses da zona, sendo uma delas a célebre tentativa persa para reforçar o controlo sobre a costa de Oman, em detrimento dos portugueses aí instalados.[156] Os persas avançaram com uma força bélica de doze fustas e oitenta terranquis decididos a atacar Mascate. Mas a frota

---

[154]Cf. Arnold T. Wilson, *op.cit.,* pp. 153-154. António Marques Esparteiro, *O General dos Galeões do Estado da Índia António de Figueiredo e Utra(1678-1751)*, Lisboa, Centro de Estudos de Marinha, 1975, p. 63.

[155]Cf. António Bocarro, *Decada 13 da História da Índia*, parte, II, pp. 673-674.

[156]Cf. Luciano Cordeiro, *Como se Perdeu Ormuz*, p. 167. R.D. Bathurst, *op.cit.,* p. 96. C.R. Boxer, "Anglo-Portuguese Rivalry in the Persian Gulf,1615-1635", p.89. António da Silva Rego, *Documentação Ultramarina Portuguesa*, II, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarino, 1962, p. 475. António Dias Farinha, " Arabs and Portuguese in the area of the Emirates and the Arabian Gulf (XVI-XVIII Centuries), p. 192.

de D. Gonçalo da Silveira, composta por oito fustas, conduziu-os a uma cilada, facto que impediu que se acercassem de Mascate.[157]

No dia 28 de Maio de 1622, a situação de Mascate era motivo de acesa discussão entre as autoridades de Goa, especialmente após o sucesso dos persas, que ardilosamente se juntaram aos ingleses no controlo de Ormuz. Por entre as vulnerabilidades de Mascate, também foi aflorado nessas discussões o receio de que os árabes em seu redor pudessem controlar os reservatórios de água de que dependia a cidade, tanto mais que a escassez de chuva ocasionara uma grave falta de água potável. Portanto, para proteger a cidade contra a ameaça persa, foi sugerido que se construísse uma couraça na ponta da baía. Quanto ao risco árabes, o Conselho do Estado achava necessário convencer os xeques de que deveriam ser leais aos portugueses, uma vez que separados, não constituíam ameaça alguma, mas o mesmo já não se podia dizer quando se agrupavam em *Cabildas*.[158]

Portanto, pode-se dizer que os xeques, isoladamente, não representavam uma ameaça para os portugueses, o perigo poderia ser causado por alianças tribais; o que explica, até certo, ponto a tentativa de assegurar a lealdade das tribos omanitas ao longo da costa do norte, fornecendo-lhes várias posições em castelos e envolvendo-os em actividades de âmbito comercial. Foi esta a estratégia do general Rui Freire, para aliciar alguns grupos tribais e assegurar a faixa litoral de Oman.

---

[157]Cf. *Documentos Remetidos da Índia ou Livros da Monções*, tomo IX, p. 175. Manuel Godinho, *op.cit*., p.128. Manuel de Faria e Sousa, *op.cit.*, vol. VI, parte IV, tomo III, cap. I, pp. 258-259. Alfredo Botelho de Sousa, *Subsídios para a História Militar Marítima da Índia*, vol. III, pp. 243-244. Luciano Cordeiro,"Dois Capitãis da índia", in *Questões Históricos –Coloniais,* vol. III, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1936, pp. 265- 363, p. 305. C.R. Boxer, "Anglo-Portuguese Rivalry in the Persian Gulf, 1615-1635", p. 89.

[158]Cf. *Assentos do Conselho do Estado*, vol.1, pp.134-135.

Durante a fase que se seguiu à queda de Ormuz, os portugueses não se pouparam a esforços em procurar, por todos os meios, normalizar a situação. Os caminhos dessa tentativa de normalização foram os seguintes:

- Usar ora a força, ora os meios diplomáticos para restaurar a estabilidade e a tranquilidade nas zonas costeiras hostis à sua presença hegemónica. Por exemplo, Rui Freire de Andrade fez diversas campanhas ao longo da costa que se estende de Barca até Julfar, para expulsar as forças persas instaladas em Sohar, e para obrigar as tribos a regressar à obediência de outrora a Portugal.[159]
- Tentaram por diversas vezes reconquistar Ormuz. Este facto leva-nos a crer que eventualmente os portugueses não teriam muita ambição em manter Mascate como entreposto central das suas diversas actividades no Golfo. Obviamente que a razão evocada pelos portugueses para tentar reconquistar Ormuz prendia-se com a ameaça que constituíam para os seus interesses as recorrentes sublevações das tribos árabes. Em 1625, os portugueses saíram vitoriosos numa batalha contra as forças de coligação anglo-holandesa no Golfo. No entanto, não foram capazes de reocupar Ormuz.[160] E a tentativa do rei Filipe IV, em 1631, de pagar, em dinheiro, para persuadir os persas a devolverem Ormuz não teve sucesso. Contudo, os esforços militares e diplomáticos portugueses

[159]Cf. AHU- CU-58(Índia)*,Cx, 32*, doc. 6, Cartas de Mascate, de Nicolão da Silva, Mascate em 28 de Abril de 1628, fol.20r, e 22 de Abril de 1628, fol. 47r. Luciano Cordeiro,"Dois Capitãis da Índia",vol. III, pp. 312-313. A. Botelho de Sousa*, Nuno Álvares BotelhoCapitão Geral das Armadas de Alto Bordo e Governador da Índia*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1940, p. 14. *Comentários do Grande Capitão Rui Freire de Andrade*, cap. XLIV, pp. 240-245.

[160]Cf. Manuel de Faria e Sousa, *op.cit.*, vol. VI, parte IV, tomo III, cap. II, pp. 273.-275. C.R. Boxer, *Nuno Álvares Botelho e a sua Armada de Alto Bordo (1624-1625*), separata da *Revista de História*, vol. XVI, nº.39, Porto, Imprensa Portuguesa, 1928, pp.7-30, pp. 9-17. António da Silva Rego, *Documentação Ultramarina Portuguesa*, vol.II, pp. 541-542.

conseguiram um êxito importante que não pode ser descurado: a superintendência do porto de Kong na costa persa.[161]

- Co-responsabilizar o herdeiro do trono de Ormuz, Muhammad Xá III, na recuperação da lealdade das tribos hostis aos portugueses, apesar de reservas acerca da sua conduta. Do ponto de vista dos portugueses, chamá-lo a colaborar também restringiria um pouco o seu poder, assegurando a garantia de sucesso no processo de pacificação das tribos, ao mesmo tempo que se garantia a sua própria subordinação.[162]
- Pediram assistência a alguns dos chefes tribais leais aos portugueses para que servissem de mediadores na pacificação dos hostis, usando, quando necessário, dinheiro para acalmar alguns xeques.[163]
- Manterem-se vigilantes em relação à criação do Estado Yarubita em Oman, em 1624, espiando movimentos das suas tribos e precavendo as suas intenções expansionistas. Na verdade, o novo Estado jamais esteve directamente em conflito com os portugueses, mas conseguiu impôr-se mediante a unificação de uma frente interna subordinando as tribos a um único chefe. Um conflito aberto não teve lugar, por outro motivo: o poderio bélico português era temível, sendo a sua experiência militar bem conhecida na região. Por isso, foram necessários largos períodos de tempo para libertar o território do domínio comercial e militar português.

---

[161]Cf. *Comentários do Grande Capitão Rui Freire de Andrade*, cap. XLVII, pp.255-256. Manuel Godinho, *op.cit.,* pp. 123-124**.** António Dias Farinha, "Os Portugueses nos Mares da Arábia",p.56. Idem, " Arabs and Portuguese in the area of the Emirates and the Arabian Gulf (XVI-XVIII Centuries), p. 197.

[162]Cf. *Documentos Remetidos da Índia ou Livros da Monções* , tomo X, p. 243. tomo X. pp. 229-230. *Documentos Remetidos da Índia ou Livros das Monções*, vol.1, p. 224.

[163]Cf. Luciano Cordeiro,"Dois Capitãis da Índia", vol. III, p. 310. António Dias Farinha, "Arabs and Portuguese in the area of the Emirates and the Arabian Gulf (XVI-XVIII Centuries), p. 196.

- Procuraram, durante a terceira década do século XVII, recuperar várias cidades, na costa árabica de Mascate até Julfar, incluindo o território de Qatifa e Baçorá, para garantir a organização do tráfego comercial entre o Golfo e os portos da Índia.[164]

O estado Yarubita de Oman criado em 1624, começou a colidir com os interesses portugueses, especialmente em cidades costeiras. Com efeito, o Estado Yarubita começou a reconquistar a maior parte dos territórios que estavam em mãos portuguesas, intimidando Mascate e Matrah várias vezes. A situação em Mascate tornou-se preocupante para o Vice-Rei, que ordenou que se tomassem as medidas necessárias para lidar, de modo conveniente, com o *status quo*. A questão não tinha apenas a ver com a perda de uma certa hegemonia política e económica, mas também, por ser mais grave, com o decréscimo do prestígio e reputação granjeados ao longo de décadas. Portanto, foi necessário procurar e encontrar formas de salvar a situação, uma vez que o número de navios e marinheiros para defender a cidade era escasso, sendo também completamente impossível enviar qualquer socorro, ou até recuperar Sohar e Curaiate que já estavam em mãos omanitas. Todos estes factos foram confirmados por Francisco de Távora de Ataíde, em Janeiro 1649, num relatório ao Vice-Rei, no qual lhe sugeria que providenciasse algumas medidas necessárias, incluindo o fornecimento de, pelo menos, uma frota de quinze navios para o Golfo, assim distribuídos: dois ficaram estacionados no castelo de Cassapo, cinco destinados a acompanhar as cáfilas que se dirigiam a Qatifa e a Basora, três iriam para o Sunda, três para vigiar a zona entre as ilhas de Sawadi e Dabba e dois navios para patrulhar a costa de Roçalgate (Ras Al Hadd) à baía de Mascate,

[164]Cf.BA, *Cod.51-VII-30*, Madrid, 28 de Janeiro de 1627, fol.117v. António Dias Farinha, "Os Portugueses nos Mares da Arábia", p. 56.

estorvando ao máximo e, se possível, barrando o comércio dos inimigos dos interesses portugueses. O mesmo relatório documenta, ainda, que a Alfândega de Mascate sofria de um déficit de 35.000 pardaos de larins, ou seja, cerca de 47.000 xerafins, pelo que devia ser provida de dinheiro que era a base nevrálgica da guerra e garantia da força protectora de Mascate. Ressaltou ainda do referido relatório alguns aspectos do carácter dos omanitas. Com efeito, estes foram descritos como inconstantes por natureza, e passíveis de quebrar os termos de uma paz celebrada, com ou sem justa causa. Ou seja, os omanitas usavam os termos da paz para fortalecer a sua posição, ao mesmo tempo que debilitavam a influência portuguesa. De acordo com o relatório que temos estado a seguir, nessa época, já não havia possibilidade de recuperar Sohar, Dobba e Curaiate, pois as fortalezas de Mascate encontravam-se sem provisões, o que significava a incapacidade de suportar o bloqueio e, portanto, uma luta aberta já por trás dos muros da cidade. Na exposição de Francisco de Távora de Ataíde era ainda sugerida a construção de uma fortaleza em Bandar Ali, na costa persa, talvez para aliviar a pressão sobre Mascate, em caso de um ataque de omanitas, facilitando o escoamento de mantimentos, porquanto toda a costa de Oman estava em mãos árabes. Achou-se igualmente apropriado que os omanitas que residiam dentro da cidade fossem deixados por trás dos muros para evitar a presença de plausíveis inimigos em Mascate.[165]

Ao mesmo tempo, o Vice-Rei escreveu ao Rei de Portugal informando-o dos esforços que deveriam ser feitos para segurar Mascate, pois que Sohar, Dabba e Curaiate já não estavam na posse dos portugueses. Conjuntamente, sublinhou-se a importância da criação de

[165]Cf. ANTT, *Documentos Remetidos da Índia ou Livro das Monções*, nº. 61, (microfilme, 634), fols. 48r-49v.

um porto em Bandar Ali, perto de Jambron (Bandar Abbas), na costa persa, e o reforço simultâneo das fortificações em Cassapo.[166]

Em Mascate, os portugueses tentaram encontrar um caminho para sair da situação crítica em que se encontravam, após a assinatura do Tratado de 1648, pois aferiram que as cláusulas acordadas não eram conciliáveis com a sua dignidade e posição de poder hegemónico na região. Foi assim, que o Vice-Rei instruiu o capitão geral do Estreito, Francisco de Távora de Ataíde, para que não cumprisse as cláusulas do acordo até que os portugueses pudessem restabelecer o seu poder e se tornassem capazes de declarar guerra aos omanitas.Foram também dadas instruções detalhadas no sentido de se proceder a uma escolha prudente de soldados, tendo em vista posições defensivas críveis. Foram ainda dadas ordens para investigar notícias, que eram frequentes, da doença ou morte do Imame como sendo uma oportunidade para o reforço da influência portuguesa sobre a costa de Oman.[167]

Foi igualmente ordenado que se procedesse a contactos com os líderes das tribos de al-Rustaq, tribos que tinha apoiado o Imame nas guerras contra os portugueses, subornando-os a fim de obter, qualquer informação efectiva atinente à situação em que o território omanita se encontrava. A intenção era avaliar as repercussões da morte do Imame nos acontecimentos internos. Foram usadas ainda outras tribos para obter tais informações que eram estrategicamente vitais para uma tomada de decisão.[168]

---

[166]Cf. ANTT, *Documentos Remetidos da Índia ou Livro das Monções*, nº. 58, (microfilme. 629), fol. 95v. António Botelho de Sousa, *Subsídios para a História das Guerras da Restauração no Mar e no Além-Mar*., vol.I, cap. V, pp. 253-254. Idem, *Subsídios para a História Militar Marítima da Índia,* vol. IV, cap.XXVIII, pp. 440 e 461-462.

[167]Cf. *Assentos do Conselho do Estado*, Panduronga S.S. Pissurlencar., vol.III(1644-1658), pp. 509-512.

[168]Cf. Idem, *ibidem.,* p. 512.

O Vice-Rei deu particular atenção à reestruturação da alfândega em Mascate, visto que muitos navios escapavam ao pagamento de direitos alfandegários, para além do facto conhecido de muitas das mercadorias terem sido carregadas por navios de guerra. Ou seja, foi reforçado o controlo sobre esses navios, que não podiam de todo transportar mercadorias, e foram instituídas multas pesadas aos que tentavam escapar ao pagamento de taxas aduaneiras, taxas essas que deviam ser pagas no Castelo de Santo António. Todas as imposições referidas tinham um pressuposto: garantir o controlo do movimento de navios por um alcaide do Mar, ou Juiz de Alfândega de confiança e idóneo, de modo a que os navios vindos de Sunda carregados com mercadorias tivessem de pagar as taxas em Mascate, enquanto que os árabes estariam isentos.[169]

Esta isenção vem ao encontro da implementação das cláusulas do acordo de 1648 entre o Imame Nasser e as autoridades portuguesas, que assim principiaram a desobrigar dos direitos alfandegários os navios de Oman bem como os do Imame.

De acordo com o testemunho de D. Filipe de Mascarenhas, estes preceitos tinham uma razão: em primeiro lugar, proteger e segurar Mascate; em segundo lugar, procurar, com os meios disponíveis, vencer o Imame, uma vez que existia a convicção de que ele não descansaria enquanto os portugueses não fossem expulsos da região.[170]

II.3. A queda de Mascate e o fim da presença portuguesa no litoral de Oman:

Depois da morte do Imame Nasser bin Murshid, fundador da dinastia Yarubita, os omanitas elegeram para o seu lugar o Sultan bin Saif I, seu primo e comandante do exército. O novo Imame, dada a sua

[169]Cf. Idem,*ibidem*, p. 514.
[170]Cf. Idem,*ibidem*, pp. 515-514. Manuel Godinho, *op.cit.,* p. 94.

função, já havia participado em várias acções militares, tendo liderado várias campanhas contra os portugueses. Por isso, não foi difícil obter a confiança da maioria da comunidade.[171]

Entretanto, os portugueses não se aperceberam do dinamismo da Imama, que não permitiu, pelo consenso que se gerou à sua volta, que durante o interregno houvesse vazio de poder. Acreditaram ingenuamente que podiam aproveitar a ocasião para quebrar as estipulações do tratado anterior.

Logo que o Imame Sultan tomou em mãos o governo em Oman, começou a aumentar os meios necessários para subtrair Mascate aos portugueses. Existem fontes que descrevem a constituição de unidades bélicas portuguesas em Oman como sendo compostas por, combatentes mercenários portugueses e combatentes indígenas. Eram essas unidades que deviam assumir posições defensivas fora dos muros da cidade, nas colinas e montanhas circundantes. As duas fortalezas de Mascate, que estavam bem fortificados, serviam como sede de comando geral, para abastecimento, sendo também ponto de coordenação de toda a artilharia da costa.[172]

Assim que foi eleito, o Imame Sultan bin Saif I desencadeou a sua acção militar contra os portugueses e respectivos interesses, tendo, para tal, convocado as suas forças para se reunirem perto de Matrah. O pretexto para a ofensiva terá sido a recusa, por parte das autoridades portuguesas em cumprir os termos do Tratado de paz. As forças omanitas começaram então a lançar incursões ininterruptas contra as fortificações portuguesas de Mascate, tendo mesmo conseguido tomar de assalto a cidade, durante um ataque realizado à noite e, que resultou na destruição

[171]Cf. Aisha Al-Sayyar, *Dawlat Al-Yaariba Fi Oman wa Sharq Afriquia 1624-1741*, Beirut, Dar Al-Qudus, 1975, p.74.
[172]Cf. Ibn Rūzaīq, *Al-Fath,* pp. 284-285. Idem, *Al-Sahifa Al-Kahtaniya*, p. 231.

das fortalezas e muralhas da cidade. O ataque sobre Mascate obrigou muitas pessoas a refugiarem-se nas embarcações atracadas no porto, de onde cerca de 700 conseguiram escapar rumo a Goa. Ao mesmo tempo, as forças do Imame cercaram os depósitos de armas e munições.[173]

Relativamente à fortaleza de Matrah, que fora equipada com sólidos instrumentos de defesa, o Imame enviara o seu exército para a sitiar, mas o seu capitão, face ao perigo iminente, achou por bem render-se, solicitando, em troca, o descercar da força portuguesa.[174]

Numa carta datada de 18 de Janeiro de 1650, o capitão de Diu, informou o vice-rei D. Filipe Mascarenhas da chegada de 700 pessoas enviadas pelo comandante de Mascate, que temia a entrada dos árabes na cidade provocando a morte de pessoas sem que houvesse muita resistência devido à falta de solidez adequada, não obstante a cidade tivesse estado sitiada pelos omanitas por um curto período de tempo. O capitão- geral refugiou-se na fortaleza, deixando para trás provimentos, equipamentos diversos e armamento. Assim que a notícia chegou ao Vice-Rei, este procurou enviar auxílio urgente mas quando a ajuda chegou, a fortaleza já tinha caído em 23 de Janeiro de 1650, tendo a cidade sido entregue a 26 de Janeiro do mesmo ano. Consta que apenas um pequeno grupo de árabes se salvou, procurando abrigo em Diu, havendo relato de que também alguns navios de guerra haviam conseguido fugir para Diu.[175]

---

[173]Cf. Ibn Rūzaīq, *Al-Fath,* pp.289-290. Idem, *Al-Sahifa Al-Kahtaniya*, pp. 234. Laurence, Lockhart, "The Menace of Mascat and it Consequences in the late Seventeenth and early Eighteenth Centuries", in *The Asiatic Review*, vol.XLII, no. 152, East and West Limited, London, October, 1946, pp. 363-369, p. 363.C.R. Boxer., *op.cit.,* pp. 5, 44. Holden Furber, *Rivel Empires of Trade in the Orient 1600- 1800*, University of Minnesota Press, 1976, p.8.

[174]Cf. MPC(Sultanato de Oman), *Cod. 3520*, (Diwan Ibn Sarhan Al-Izkawi), fol. 17. Ibn Rūzaīq, *Al-Fath,* p. 290. Idem, *Al-Sahifa Al-Kahtaniya*, p. 234.

[175]Cf. BA, *Cod.50-V-38,* tomo IV, maçoº.28, fol. 229r. AHU- CU-58(Índia). *Cx, 40*, doc.60, fols.3r-3v. António Botelho de Sousa, *Subsídios para a História das Guerras da Restauração no Mar e no Além-Mar*, vol.I, cap. V, pp. 255-256.

Fontes portuguesas relatam que o custo do bloqueio e da guerra travada pelos omanitas contra Mascate rondou os 1.500 mortos, entre portugueses e autóctones.[176]

Aliás, o Vice-Rei, na sua carta ao Rei de Portugal , datada de 18 de Dezembro de 1650, deu informações sobre a queda da cidade, relatando que tinham chegado a Diu cerca de 700 pessoas enviadas pelo capitão-geral Francisco de Távora de Ataíde. Essa carta confirmava que a cidade caíra após breve cerco, o que parece demonstrar as fragilidades das suas defesas. A queda de Mascate provocou, de facto, a morte de muitas pessoas, sobretudo após o fulminante assalto omanita nocturno, que praticamente não encontrou resistência. Acrescente-se que o capitão da fortaleza acorreu ao forte Padrasto, mas as provisões, munições e pólvora encontravam-se na feitoria, o que tornou inútil a proeza, se bem que ordens anteriores recomendassem que tudo deveria ser dividido entre as fortalezas para ser mais fácil abastecer a população em caso de assalto à cidade. Quando a notícia do cerco omanita à fortaleza de Mascate chegou a Goa, o Vice-Rei destacou rapidamente, em Janeiro 1650, duas galeotas com oitenta homens e carregadas com munições, provimentos e dinheiro. Essas galeotas eram comandadas pelo capitão de Goa Lobo Gomes de Abreu, tendo como objectivo prioritário não só defender a cidade mas reconquistá-la caso já tivesse caído. Contudo a missão não teve êxito, uma vez que a cidade já se encontrava na posse omanita, tendo o forte sido entregue em 23 e a fortaleza em 26 de Janeiro de 1650, embora a cidade tivesse desfrutada de uma boa posição defensiva.[177]

---

[176]Cf. BA, *Cod. 51-IX-6,* Carta de Brás Caldeira de Matos, 11 de Novembro de 1652, fols. 233r-233v.
[177]Cf. AHU. CU.58, *Cx, 40*, doc.60, Lisboa, 26 de Março de 1652, fol. 2r. *Assentos do Conselho do Estado*, vol.III(1644-1658), p. 517. Jaime Cortesão, "O Ultramar Português depois da Restauração", in *História*, vol. 12, Lisboa, Portugália, p. 321. António Botelho de Sousa *Subsídios para a História Militar Marítima da Índia,* vol. IV, cap.XXVIII, p. 462. Eric Axelson, *Portuguese in South-East Africa 1600-1700*, Johannesburg, Witwatersrand University Press, 1969. p. 139.

Algumas fontes referem que os árabes, que trabalhavam ao serviço dos portugueses combateram, com bravura, revelando assim lealdade e sacrificando-se por eles. As mesmas fontes documentam que a queda da cidade foi causada por intriga de algumas pessoas que desejavam vê-la em mãos omanitas, uma vez que a intenção destes nunca fora fazer a guerra contra os portugueses, mas sim preservar a paz e a coexistência pacífica. Isto é confirmado pela chegada de um dos xeques árabes a Goa, solicitando às autoridades portuguesas que devolvessem a cidade ao comando de alguns chefes tribais.[178]

A meu ver, essa actuação teria a ver com os interesses de muitos desses xeques, que se sentiam ameaçados pelo crescente domínio da região pelo Imame.

Algumas fontes portuguesas atribuem a queda da cidade à ambição e ao desejo de obter riqueza fácil, pois estas puseram em risco o estado ao permitir aos judeus a construção de uma sinagoga, facto que configurava clara violação das ordens do Rei de Portugal.[179]

Pode-se ainda inferir a partir desta opinião que Mascate tinha sido transformada, após a queda de Ormuz, numa base militar semicerrada, tendo sido admitidos para sua protecção apenas os lascarins, conjuntamente com elementos locais leais a Portugal, embora, de facto, alguns funcionários levantassem suspeitas acerca de tais lealdades. Não foi autorizado que outros elementos estrangeiros lá residentes participassem no referido serviço de protecção, pois a ameaça espreitava de todos os lados, não se sabendo de onde viria o perigo.

---

[178]Cf. ANTT, *Documentos Remetidos da Índia ou Livro das Monções,* nº. 58, (microfilme , 629), fol. 95r. B.N, *Cod. 28*, Descripção das Terras da Índia, fol. 48r. *Assentos do Conselho do Estado*, vol.III(1644-1658), p. 518. António Botelho de Sousa *Subsídios para a História Militar Marítima da Índia,* vol. IV, cap. XXVIII, p. 463.

[179]Cf. J. S. Cummins., *The Travels and Controversies of Friar Domingo Navarrete 1618-1686*,2 vols, vol.II, Cambridge, At the University Press, 1962, cap. XVII, pp. 265-266.

Todos os relatos concordam nas razões que levaram Mascate a cair em mãos omanitas. A narração local refere-se à cooperação entre os árabes e a guarnição indiana que existia na fortaleza devido ao tratamento abusivo dos comandantes portugueses contra aqueles grupos, tendo-os acusado de terem contactado o Imame e feito um acordo secreto com ele a fim de preparar um ataque, após a destruição das munições.[180]

Relatos iémenitas indicam que a conquista de Mascate pelos omanitas fora conseguida mediante o uso de um truque que consistia em enviar um grupo de pessoas disfarçadas de dervixes. Quando eles se encontraram junto de Mascate foram acreditados como tais, mas imediatamente mataram os cristãos e controlaram a fortaleza. O relato acrescenta que a fortaleza não poderia ser conquistada pela força devido ao facto de ser praticamente inexpugnável, pois possuía montanhas que a cercavam do lado da terra e pela frente tem o mar, o que proporcionava segurança aos comerciantes que vinham do Bahrain, do Iraque, da Pérsia e do Iémen.[181]

Os dois relatos são concordantes, pelo que é possível concluir que os omanitas foram capazes de explorar alguns grupos descontentes com os portugueses em Mascate para actuarem em seu favor.

O relatório português, por seu turno, foca os graves erros cometidos pelo comandante Francisco de Távora de Ataíde perante a situação crítica dos portugueses na região. Com efeito, relata-se a falta de visão do capitão português na gestão dos assuntos num momento em que a presença portuguesa estava a sofrer cominação real dos omanitas. O relatório destaca duas falhas graves, nomeadamente, o mau tratamento que os soldados tinham recebido do comandante e o exercício do

[180]Cf. Ibn Rūzaīq, *Al-Fath,* pp. 286-289. Idem, *Al-Sahifa Al-Kahtaniya*, pp.232-234.
[181]Cf. Yahya bin Al-Hussain bin Al-Qassim, *op.cit*., vol.1, pp. 59-60.

comando, próximo de um regime tirânico e imprudente. A tudo isso acrescente-se as provocações ao Imame, numa tentativa deliberada de destruir os acordos de paz, provocação essa que levou os omanitas a reagirem, bloqueando e reconquistando a cidade pela força das armas.[182]

Um outro relato – o de Alexander Hamilton, que visitou Mascate em 1685 – junta-se ao relato português, no que diz respeito à causa que levou os omanitas a reconquistarem Mascate. Nele é referido o tratamento aviltante dado pelo governante português ao estado de Oman, sem levar em consideração as consequências que poderiam advir de tais acções.[183]

Com a queda de Mascate, o sistema de defesa fundado em fortificações ao longo da costa arábica degradou-se consideravelmente. A deterioração do sistema criado por Rui Freire de Andrade entre 1623 e 1632, contribuiu, na prática, para reduzir a influência hegemónica portuguesa no Golfo, que ficou circunscrita a um pequeno enclave em Cassapo e uma feitoria no porto do Kong.[184]

A batalha de Mascate foi apenas o início do caminho para a expansão ultramarinha omanita e o começo de uma concorrência renhida entre omanitas e portugueses. O conflito marítimo omanita-português, no oceano Índico ocidental, agravou-se na segunda metade do século XVII, tendo prosseguido até ao final da segunda década do século XVIII. Neste período houve campanhas intensas contra posições portuguesas na costa ocidental da Índia e, na costa pérsica, com o objectivo de capturar navios

[182]Cf. BN. *Cod. 846*, intitulado por "Viagens pela Índia", fols. 266r-267r.
[183]Cf. Alexander Hamilton. *A New Account of the East Indies(1688-723)*, 2vols, vol.I, ed. W. Foster, London, 1930, p. 40.
[184]Cf. Francisco Bethencourt, " O Estado da Índia" in *História da Expansão Portuguesa*, dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, 5vols, vol. II, Círculo de Leitores, p. 293. *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. II, dir. Luís de Albuquerque, p. 710.

comerciais e militares, exaurindo assim o domínio português também na África Oriental.

II.4.As consequências da queda de Mascate

As consequências directas e indirectas da queda de Mascate podem sintetizar-se em cinco pontos:

1. O primeiro efeito directo foi a participação dos omanitas na reedificação do país. A este facto não são alheios os movimentos encetados por diversas tribos rumo ao litoral, a fim de retomarem a sua antiga actividade, particularmente o comércio, a navegação. Talvez o plano Yarubita de estabelecer uma ligação entre os interesses do litoral e o interior tenha sido um dos marcos mais importantes na história de Oman, determinante mesmo no processo da sua construção enquanto estado soberano. Com efeito, várias cidades costeiras foram capazes de alcançar a prosperidade, através do comércio marítimo. Além disso, o facto das autoridades Yarubitas transformarem as cidades do interior em capitais traduz a busca de um equilíbrio entre as necessidades do litoral e do interior, factor de promoção de um desenvolvimento sustentado.
2. O segundo facto sequente da queda de Mascate foi o princípio da construção da marinha omanita. A reconquista de Mascate não fora satisfatória para os omanitas; pelo que houve uma estratégia determinada para construir um estado marítimo, demarcando posições de força em relação aos portugueses, ao longo do oceano Índico ocidental, da África Oriental e do Golfo.[185] Para atingir o objectivo de garantir a segurança ao longo da costa, o Imame ordenou que se construíssem numerosos navios, para fazer de

[185]Cf. BNP, *Cod 28*, Descripção das Terras da Índia, fol.48r.

Oman um poder marítimo. O poder naval omanita cresceu então rapidamente, atingindo o seu ponto culminante na era do Imame Saif bin Sultan I (1692-1711). A construção dos navios de guerra equipados com artilharia pesada contou com a herança da engenharia europeia nos portos de Oman e da Índia.[186]

3. A reconquista de Mascate contribuíu para edificar uma base militar que funcionava como ponto de partida de frotas navais omanitas para os portos da África Oriental. Durante quase meio século, várias campanhas foram projectadas tendo Mascate como base. Essas campanhas repetidas até à exaustão acabaram na queda de Mombaça, e no controlo de toda a costa Africana até Moçambique, no final do século XVII.[187]
4. A quarta consequência da queda de Mascate prende-se com a abertura de toda aquela área geográfica à rivalidade de potências europeias. Algumas delas tentaram obter privilégios para abrir feitorias em Mascate, com o objectivo de favorecer as suas mercadorias e acautelar o abastecimento dos navios, aproveitando para tal o clima de conflito entre omanitas e portugueses. Os ingleses foram a mais dominadora dessas potências e, em 1659, chegaram a enviar um seu representante, o coronel Renceford, para negociar com o Imame Sultan I, um tratado que lhes concedesse um entreposto em Mascate. As negociações foram bem conduzidas e traduziram-se na entrega, pelo Imame, de um dos castelos de Mascate, na condição de que aí não poderem alojar mais de cem soldados. Houve então necessidade de construir algumas zonas residenciais, tendo sido requerido aos cidadãos locais que colaborassem com receitas alfândegárias. Contudo, o acordo não

[186]Cf. Justus Strandes, *The Portuguese Period in East Africa*, cap. XVI, p.198.
[187]Cf. Jaime Cortesão, "O Ultramar Português depois da Restauração", p. 321.

foi assinado devido à morte imprevista do representante inglês, tendo o Imame, por seu turno, abandonado a ideia, opondo-se a qualquer presença estrangeira em Mascate. Os seus sucessores seguiram o mesmo princípio.[188]

5. A última sequência lógica da queda de Mascate foi a redução da preponderância e da desproporcionada influência portuguesa no Golfo. Aliás, a queda de Mascate pode ser considerada um golpe fatal na influência portuguesa no Golfo. Se, de acordo com alguns historiadores, a queda de Ormuz, em 1622, assinalara o fim da presença portuguesa no Golfo, a verdade é que estes logo restauraram a sua força, porquanto Mascate passou a constituir a base do seu poder, durante quase um quarto de século. A partir de Mascate, o poderio português foi capaz de alcançar proveitos políticos, económicos e militares na região. Portanto, mais do que Ormuz, a queda de Mascate lesou profundamente os interesses económicos portugueses na costa de Oman, impedindo-os de prosseguir, por exemplo, com os lucrativos rendimentos do comércio de cavalos, pérolas e tâmaras.[189] Prejudicou, ainda, vivamente a navegação comercial no Golfo, que estabelecia a ligação entre Mascate, Sunda e a costa ocidental da Índia.[190] Contudo, apesar de todo estes revés, os portugueses não abandonaram o Golfo, tendo feito tudo o que lhes foi possível para recuperar o domínio perdido. Também não deixaram de aí continuar com o seu comércio, porquanto foram capazes de segurar posições fortes na Índia e na África Oriental.[191]

---

[188]Cf. John Skeet, *Muscat and the Oman, the end of an Era*, London, 1974, p. 65.
[189]Cf. C.R. Boxer, *Portuguese India in the Mid-Seventeenth Century*, p.44. Eric Axelson, *op.cit*., p. 145. António Dias Farinha, "Arabs and Portuguese in the area of the Emirates and the Arabian Gulf (XVI-XVIII Centuries), pp. 196-197.
[190]Cf. Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português 1500-1700*, p. 270.
[191]Cf. Justus Strandes, *The Portuguese Period in East Africa*, cap. XVI, p.199.

II.5. Da reacção portuguesa à queda de Mascate

A queda de Mascate foi, de facto, considerada um grande golpe para a presença portuguesa na região do Golfo, tendo certamente contribuído para acabar com a sua presença política no extremo sul do Golfo. Os portugueses, no entanto, procuraram reagir com prontidão a tal acontecimento infausto. Assim, em 1650, o vice-rei D. Filipe de Mascarenhas mandou comunicar a Bartolomeu Rodrigues de Faria, o assistente no Kong, que necessitava saber quais eram as condições colocadas pelos persas para garantirem a sua disponibilidade em ajudar. Nesta empresa foi contactado o *can* de Lara. O Vice-Rei enviou uma frota de sete galeotas bem equipadas com soldados e provimentos, que recebeu instruções para se dirigir a Sunda, a fim de patrulhar a cáfila, e só depois ir para o Kong. O Vice-Rei, ele próprio, deu ordens ao comandante da frota para que não descurasse ajudar os persas sempre que necessário. Consta que a frota, após uma escala no porto de Kong, partiu para Qatifa, tendo, em seguida, retrocedido para se associar ao *can* de Lara, procurando negociar com ele a concessão de Ormuz ou de Larak. Tratou-se de uma tentativa para instalar uma base militar com o propósitos estratégicos de recuperar Mascate através de acções militares. No que respeita aos persas, estes cederam aos portugueses território para a construção de um castelo na ilha de Angão. Em contrapartida os portugueses concederiam-lhes Mascate, após a sua tomada. Os persas tinham em mente o seguinte: mostrar aos portugueses a sua inquietação relativamente às suas intenções de controlar a região arábica. Relata-se que, certa vez, mais precisamente quando a frota portuguesa se preparava para partir do porto do Kong, uma grandiosa esquadra omanita apareceu na zona, abrindo fogo contra a frota portuguesa, e tendo conseguido capturar três patachos e um navio. De seguida, arrestaram um número indeterminado de navios mercantes ancorados no porto, facto que teve

um efeito negativo sobre a boa reputação de que gozava a frota portuguesa, por entre as potências vizinhas.[192]

Mas como conseguiram os omanitas vencer os portugueses nas primeiras batalhas navais logo depois de terem reconquistado Mascate, em 1650?

A resposta a esta singela pergunta está na solidez dos alicerces da marinha omanita, solidez essa a que não é alheia a proficiência do Imame Nasser bin Murshid ao dicider criar forças navais capazes e, ao recuperara muitos dos portos na costa de Oman no período de 1633 até à sua morte em 1649.[193] Também contribuiu deveras para tal poderio naval o facto de alguns navios mercantes capturados terem sido levados para Oman e colocados ao serviço das forças omanitas. Veja-se o caso do Sultan bin Saif I, o qual durante a operação da reconquista de Mascate, capturou dois potentes navios, que viriam a contribuir para engrossar ainda mais a força naval crescente de Oman.[194]

Tudo isso explicará eventualmente o triunfo da marinha omanita diante da frota portuguesa no Estreito de Ormuz, obrigando a capitular alguns dos navios para depois os integrar imediatamente na marinha omanita, equipando-os com armas, soldados, e marinheiros com larga experiência, no oceano Índico.[195]

Em 16 de Março de 1652, foi enviada uma armada portuguesa comandada por António de Sousa Coutinho para atacar Mascate. A

---

[192]Cf. *Assentos do Conselho do Estado*, p. 519. António Botelho de Sousa, *Subsídios para a História das Guerras da Restauração no Mar e no Além-Mar*, vol.I, cap. V, pp. 256-257. Idem, *Subsídios para a História Militar Marítima da Índia,* vol. IV, cap. XXVIII, p. 464. Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol.VI, pp. 302-303.

[193]Cf. António Botelho de Sousa, *Subsídios para a História das Guerras da Restauração no Mar e no Além-Mar*, vol.I, cap. V, p.251. Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol.VI, p. 313.

[194]Cf. Ibn Rūzaīq, *Al-Fath,* p. 291. Idem, *Al-Sahifa Al-Kahtaniya*, p. 235.

[195]Cf. António Botelho de Sousa, *op.cit.,* vol.I, cap. VI, p. 261. Saturnino Monteiro, *op.cit.,* vol.VI, p. 313.

armada era constituída por treze navios de remo, quatro galeotas, dois galeões e um pataxo. Transportavam 1.000 soldados, com munições suficientes para se manterem oito meses. Perante uma força tão descomunal, era dado como certo que, a frota omanita seria aniquilada na primeira confrontação. Face a esta situação a frota de Oman preferiu adoptar uma estratégia mais previdente, permanecendo no porto de Mascate, em vez de entrar em confronto directo. Deste modo, podiam beneficiar da cobertura e da protecção da artilharia colocada nos fortes de *Al-Jalali* e *Al-Mirani*. De qualquer forma, a frota portuguesa tentou abalroar a omanita, que estava fundeada, mas, a intensidade do fogo da artilharia dos fortes, e os ventos violentos que, entretanto, se levantaram, contribuíram para tornar tal façanha inútil, preferindo o comandante português, após vários esforços, retirar-se. Não o fez, contudo, sem, antes, causar certo dano em alguns navios omanitas e edifícios de Mascate. Mas o objectivo, que consistia em recuperar a cidade não foi conseguido, facto que debelou consideravelmente a reputação dos portugueses. Desta maneira findou a derradeira tentativa empenhada para recuperar Mascate.[196]

A armada de António de Sousa Coutinho dirigiu-se então para Cassapo, a fim de aí construir uma fortaleza. Os portugueses possuíam nesse território uma forte ligação com o xeque da cidade, ligação essa estabelecida num tratado de amizade e cooperação. Todavia, quando a fortaleza já estava em processo de edificação, uma frota omanita surgiu na zona, fustigando as posições portuguesas e, não deixando que se terminasse a construção. Os portugueses não tiveram outra solução senão

[196]Cf. BA, *Cod.50-V-38,* tomo IV, M.23, Relação do Sucedido na Índia no Ano de 1654, fol.206r. *Assentos do Conselho do Esado*, vol.III, p. 545. *APO*, tomo IV, vol. II, parte II, p. 374. António Botelho de Sousa, *Subsídios para a História das Guerras da Restauração no Mar e no Além-Mar*, vol.I, cap. VI, pp. 263-264.F.C. Danvers, *The Portuguese in India,* vol. II, cap. XI, pp. 302-303. Saturnino Monteiro, *op.cit.*, vol.VI, pp. 313-316.

procurar assistência na Ilha de Queixome, onde António de Sousa Coutinho ordenara a alguns o regresso à Índia a fim de aí prestar algum auxílio. No entanto, de acordo com fontes portuguesas, a armada omanita, composta por nove navios de remo, cinco pataxos, oitenta terradas e duas urcas com 300 soldados cada uma, comandada por Ali bin Masoud bin Rashid, foi no encalço dos portugueses, tendo ocorrido algumas escaramuças entre os dois lados. Houve perdas para ambas as partes. Por exemplo, a frota portuguesa conseguiu queimar uma galeota árabe, mas três galeotas omanitas atacaram o navio de António Lobo da Gama, bombardeando-o e queimando-o, o que resultou na morte do seu comandante, tendo sido salvos apenas seis tripulantes. Relatores portugueses advogam que a armada omanita saiu esgotada deste longo conflito, tendo o conflito entre os dois lados sido transferido do Golfo para o oceano Índico.[197]

[197]Cf. *Assentos do Conselho do Esado*, vol.III.p.546-554. *APO*, tomo IV, vol. II, parte II, p. 375. A.C.Teixeira de Aragão, *Descrição Geral e Histórica das Moedas Cunhadas em Nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal*, 2ª ed, 4 vols. vol.III, Porto, Livraria Fernando Machado, 1964, p.232.

CAPÍTULO III

A MARINHA DE OMAN NA ÉPOCA DOS YARUBITAS

III.1. O desenvolvimento da Marinha em Oman

Os Yarubitas voltaram-se para o mar por uma necessidade estratégica imposta pelas realidades históricas e pela posição geográfica do país que a norte era delimitado pelo Golfo Arábico, a sul pelo Mar Arábico, pelo Mar de Oman a leste e pelo deserto de *al-Rub al-Khali* (Quarto Vazio), a oeste. O território de Oman era cercado pelo deserto e, por isso, desenvolveu uma ligação privilegiada com o mar. Este tornou-se decisivo para a vida da população e para a definição do estado omanita.

Os Imames Yarubitas conseguiram valorizar o factor fulcral na história de Oman: a estreita ligação entre o mar e a terra, bem conscientes da gravidade e da importância da posição geográfica. O facto que nos chamou a atenção é que a vida, como o perigo, não é um mal absoluto, antes, muitas vezes, poderia ser encarado como um fenómeno saudável, pois desde cedo, dinamizou a consciência e o despertar nacionais e excluiu as probabilidades de fechar-se e desinteressar-se pelo mundo exterior.

Como resultado destes dados, os Yarubitas apreenderam com exactidão o jogo do equilíbrio entre todos os potenciais rivais no Golfo, chegando mesmo fazerem alianças com outras potências concorrentes contra o perigo dos países que os ameaçavam.

Por outro lado, os Yarubitas entraram decisivamente na vida do mar, tendo conseguido, em grande medida, constituir uma marinha de guerra que estendeu a sua influência aos mares orientais a tal ponto que

dominou em parte no oceano Índico desde finais do século XVII e nos começos do século XVIII. Os Yarubitas compreenderam que era importante desenvolverem os seus navios, especialmente porque as costas omanitas constituem um ambiente marítimo preparado, pela sua natureza, para o estabelecimento de postos marítimos. Os Yarubitas não se limitaram apenas a desenvolver os seus barcos locais, que não podiam fazer frente à artilharia portuguesa no mar alto, como procederam também ao aperfeiçoamento dos seus navios aproveitando o enorme progresso dos navios europeus. Não tinham decorridos as duas primeiras décadas após a libertação do domínio português e os omanitas possuíam já uma armada capaz de enfrentar a armada portuguesa de alto bordo.[198]

É certo que a actividade marítima omanita apenas conseguiu controlar totalmente a situação após a libertação de Mascate. A armada omanita começou a perseguir a armada portuguesa nas costas da Índia e da África Oriental, ao mesmo tempo que decorriam as conversações diplomáticas entre Sultan bin Saif I, os ingleses e os holandeses. Este facto deu aos omanitas a oportunidade de beneficiarem de munições, pólvora e outros armamentos.[199] O êxito alcançado com o plano do Imame Sultan bin Saif I na libertação de Mascate em 1650 permitiu à marinha omanita lançar os seus ataques contra os bastiões portugueses no Golfo de Oman, no Mar Arábico, na costa ocidental da Índia e na África Oriental, o que perturbou a força de defesa portuguesa. O período que vai de 1650 a 1652 conheceu uma actividade marítima omanita que preocupou os ingleses e os holandeses. O interesse dos Yarubitas em desenvolver a armada omanita não se verificou apenas no tempo do Imame Sultan bin Saif I, foi o resultado do esforço levado a cabo por

[198]Cf. C.R. Boxer, *The Portuguese Seaborne Empire 1415-1825*, cap. V, p. 133.
[199]Cf. Glenn, J.Ames, *Renascent Empire? The House of Braganza and the Quest for Stabiling Portuguese Monsoon Asia c.1640-1683*, Amesterdam University Press, 2000, p.163.

aqueles que o precederam. Este esforço que visava melhorar a armada omanita pois sabemos que o processo de evolução leva algum tempo, mas o facto novo no tempo de Sultan I reside em recorrer a um número de navios europeus modernos seja através da aquisição seja através do aluguer de alguns destes. A consequência mais importante do rápido aparecimento da armada omanita no Golfo e no Índico não residiu apenas em exaurir a força dos portugueses mas também consistiu nas grandes despesas feitas na preparação da armada com o objectivo de perseguir os navios omanitas ou proteger a sua navegação comercial no Índico e no Golfo.[200]

O relatório holandês de 1661 referia que os omanitas começaram a constituição de uma enorme armada. A actividade desta armada começou em 1662 com o ataque contra os postos portugueses na costa oriental da Índia, tendo sido Bombain o posto mais importante atacado pelos omanitas. Por outro lado, os omanitas atacaram também as regiões que pertenciam a Shivaji no sul de Goa e causaram enormes danos à navegação na zona de Damão.[201]

O tempo do Imame Sultan bin Saif I constituiu o verdadeiro começo da evolução da marinha omanita na época moderna. Pois o Imame dependeu totalmente dos navios modernos e utilizou a artilharia naval com a mesma eficiência dos canhões europeus. Para além disso, utilizou os navios de grande porte seguindo o modelo europeu. Alguns destes navios foram construídos na Índia e outros foram comprados aos holandeses após o florescimento económico de que gozou Oman graças ao comércio externo e à cobrança de taxas aduaneiras devidas em alguns

[200]Cf. C.R. Boxer, *Portuguese India in the Mid-Seventeenth Century*, p. 44. Glenn, J.Ames, *op.cit.,* p.164.
[201]Cf. Manuel Godinho, *op.cit.,* p. 94. Francisco Bethencourt, " O Estado da Índia", in *História da Expansão Portuguesa*, dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, 5vols, vol. II, pp. 284-314, p. 294.

portos indianos. De entre os sinais de riqueza económica que Oman conheceu no tempo do Sultan bin Saif I, assinale-se a construção de castelos e fortalezas em diferentes partes de Oman, tais como em Nizwa e al-Rustak. Devido à força marítima de Oman, os holandeses pretenderam melhorar as suas relações com Oman. O director Henrich Van enviou a partir de Bandar Abbas em 1665 uma mensagem na qual propunha ao Imame de Oman o estabelecimento de uma aliança contra os portugueses e a criação de uma sede para a companhia holandesa em Mascate. A resposta do Imame Sultan1 foi favorável ao estabelecimento de uma cooperação comercial e militar entre os dois países. Porém, e devido a pressões que foram exercidas aos holandeses por parte dos persas, esta aliança não teve êxito.[202]

Coupland afimou que a força marítima de Oman tinha atingido um grau de eficiência tal que as armadas europeias começaram a tomá-la em consideração.[203] Esta evolução da marinha omanita constituíu também a causa que levou o vice-rei António de Melo de Castro a desencadear uma campanha marítima contra Oman no início de 1666 com o objectivo de atingir a força omanita emergente.[204]

A evidente evolução da marinha omanita na segunda metade do século XVII representava um indicador prático da evolução económica realizada pelos omanitas durante aquele período e nomeadamente após a expulsão dos portugueses da região. Algumas fontes estrangeiras revelam que a evolução marítima omanita nestes moldes surpreendentes não pode ser apenas devido aos navios fabricados em Oman nem aos navios comprados aos ingleses ou aos holandeses, mas que havia outros meios. Surrate na Índia, constituía um centro principal para a construção dos

[202]Cf. B.J. Slot**,** *op.cit*., p. 157.
[203]Cf. R. Coupland, *op.cit*., p. 69.
[204]Cf. Conde de Ericeira, *op.cit*., liv. XI, p.373.

navios para os omanitas. Alguns destes navios foram construídos no rio de Sunda e outros foram construídos em sítios desconhecidos por completo pelos europeus.[205]

Na minha avaliação, o que ajudou os Yarubitas a alcançar a superioridade marítima foi o facto da política dos países europeus no período seguinte ao domínio português não se baseava na política do monopólio comercial, tal como era seguida pelos portugueses. Esses países preocupavam-se em constituir as companhias comerciais, em estabelecer os colonatos, abrindo espaço na área do comércio aos elementos locais para que pudessem trabalhar no quadro da nova concorrência. Após tomarem consciência do perigo que estes elementos locais podiam representar, tais potências começaram a liquidá-los com o objectivo de assegurar os seus transportes para a Índia.[206]

Na verdade, os historiadores e viajantes europeus mostraram um evidente interesse pela enorme superioridade alcançada pela marinha omanita no tempo do Sultan I e de Saif I e procuraram investigar os factores que permitiram à marinha omanita atingir esse nível de poderio. Alguns referem que os Yarubitas, graças às suas amizades com alguns príncipes da Índia, conseguiram assegurar a importação da madeira necessária para a construção dos navios. Existem alguns tratados firmados pelos Imames Yarubitas com o governador da Província de Peju na Índia.[207] Talvez isto fosse um dos motivos que levaram John Malcolm a acreditar que a melhor forma de destruir a força marítima omanita consistisse em cortar a ligação entre Oman e os príncipes da

---

[205]Cf. *APO*, vol.3,parte 2, tomo 1, pp. 95 e 131. John Fryer, *A New Account of East India and Persia*, 3vols, vol. II, ed. William Crook, New Delhi, Asian Educational Services, 1992. p.156. C.R. Boxer, *Portuguese India in the Mid-Seventeenth Century*,p.44.

[206] Cf. *Nova História da Expansão Portuguesa, O Imperio Oriental 1660-1820,* dir. Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques, 1ª ed, vol.V, tomo I, Lisboa, Editorial Estampa, 2006, p. 30.

[207]Cf. John Fryer, *op.cit*., vol.2, p.156.

Índia.[208] De acordo com um dos relatórios holandeses de 1674 a armada portuguesa realizou uma manobra nas proximidades de Mascate. O relatório refere que a armada omanita era composta por três ou quatro barcos de velas enormes quadradas, dois pequenos a vela, nove a dez pequenos navios que na sua totalidade levava entre noventa a noventa e cinco peças de canhões de calibre ligeiro. O relatório refere também que os omanitas não tinham tripulantes permanentes de navegadores para trabalhar a bordo destes navios. Chamavam navegadores de barcos de pesca e de alguns barcos mercantis quando fosse caso disso. O Imame Sultan I utilizou alguns marinheiros vindos da Sunda. Os salários dos navegadores e marinheiros variavam entre nove e doze larins mensais quanto aos soldados, os omanitas utilizaram grande número de Baluches que eram frequentemente utilizados e que se caracterizavam por serem soldados e marinheiros fortes. Os salários dos soldados variavam entre os dez e os dezoito larins por mês.[209] Lockyer refere que a armada omanita em 1705 era composta por catorze navios militares e vinte navios mercantis que um destes navios tinha setenta canhões e que não havia nenhum que tivesse menos de vinte canhões. E quanto à pólvora, e apesar da sua escassez, era abusivamente usada nas ocasiões.[210]

O facto dos omanitas recorrerem ao aluguer de marinheiros não significava que não tivessem marinheiros. Pelo contrário, Oman, enquanto país marítimo, tinha desde a Antiguidade abundância de marinheiros os próprios portugueses recorreram aos omanitas para trabalharem no comércio marítimo no Índico. A necessidade de contratar marinheiros para trabalharem nos navios omanitas tinha a ver com a

[208]Cf. Arnold Wilson**,** *op.cit*., p. 346.
[209]Cf. B.J.Slot. *op.cit*., p. 197.
[210]Cf. Idem,*ibidem*, p. 199.

enorme dimensão da armada omanita que implicava o aumento da mão-de-obra.[211]

Por outro lado, o motivo pelo qual os omanitas não tinham equipas de navegadores dedicados a tempo inteiro ao trabalho nos navios militares devia-se ao facto da actividade económica e militar ser acompanhada, em tempo de paz, pela sua actividade comercial. Quando se desencadeava um conflito militar, esses marinheiros tornavam-se combatentes, facto este que intensificou a missão dos Yarubitas.

III.2. A Influência Europeia na indústria naval omanita:

Devido à sua localização estratégica e ao facto de representar um centro para a navegação e para o comércio, os omanitas interessaram-se pela indústria naval e pelo seu desenvolvimento ao longo dos séculos. Para nisso seguiram os métodos que eram utilizados no Índico, nomeadamente no que diz respeito ao unir as tábuas umas às outras por meio de fibras sem recorrer aos pregos. Multiplicaram-se os estaleiros para a construção naval nas zonas costeiras e a cidade de Sur floresceu como porto para a construção de navios. Alguns omanitas dirigiram-se à Índia para a construção dos seus navios devido à abundância em madeiras. Muitas vezes, carregavam as madeiras para os portos omanitas para depois procederem eles próprios à construção de navios e barcos. A chegada dos portugueses à região e a técnica avançada que utilizavam quer relativamente à indústria naval quer no tocante aos canhões, teve um efeito positivo nos povos do Golfo. Após a queda de Mascate em 1650, os omanitas verificaram que era difícil para os seus navios, cosidos com fibras, fazer frente às armadas portuguesas munidas de canhões de

[211] Cf. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVI, p. 198.

artilharia no alto mar. Por conseguinte, os omanitas começaram a beneficiar dos contactos com as armadas portuguesas e europeias em geral.[212] Esse benefício consistiu nos seguintes aspectos:

- a utilização de pregos de ferro, para além das fibras para ligar as partes dos navios;
- a construção da parte traseira do navio de uma forma larga;
- o estudo dos barcos europeus, que conseguiram apresar e tentar construir navios desenvolvidos semelhantes aos navios europeus quanto à sua dimensão e ao seu equipamento em artilharia e armas.

Os omanitas conseguiram desenvolver um conjunto de actividades ligadas à actividade marítima, seja no comércio, no transporte e na guerra.[213]

III.3. Crescimento do poderio marítimo omanita.

Já referimos que o desenvolvimento da marinha omanita representou o foco de interesse dos Imames de Oman desde a criação do Estado Yarubita. Interesse este que procedeu da sua firme crença quanto à importância da armada para garantir a segurança e a estabilidade do país e o florescimento da economia nacional. Se o feito do Imame Nasser bin Murshed reside na unificação do país e na expulsão dos portugueses da maior parte da costa omanita, os seus sucessores lançaram-se para além fronteiras, alargando o círculo do conflito com os portugueses que se

[212]Cf. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960, p.43. T. M. Tombstone, J. Muir, "Portuguese influences on shipbuilding in the Persian Gulf", separata, *Mariner's Mirror*, nº, 48, [s.i., s.n.] 1962, pp. 59-63, p. 62.
[213] Cf.T. M. Tombstone, J. Muir, *op.cit*., p. 59,60,62,63. Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol.VI, p. 313.

estendeu até ao Golfo, à Índia e à África Oriental. O alargamento da actuação omanita a estas praças prendeu-se aos seguintes factores:

- o avanço dos omanitas na arte da navegação e a sua capacidade de se adaptar a novos métodos para concorrerem com as armadas europeias;
- a obtenção, por parte dos omanitas, de alguns navios portugueses aquando da libertação de Mascate em 1650, o que os ajudou a estudar o modelo europeu;
- o interesse dos Imames Yarubitas em incrementar a construção de navios de grande porte similares aos navios europeus nos arsenais da Índia;
- a *EIC* ter aceite construir navios para os omanitas no porto indiano de Surrate; [214]
- o recurso a alguns comandantes de outras nacionalidades, nomeadamente da Europa, para dirigirem os navios de grande porte e formarem os omanitas; [215]
- a existência de diferentes fontes de financiamento para a construção dos navios quer através dos despojos de guerra quer dos provimentos comerciais ou ainda das exportações agrícolas;[216]
- a importação das madeiras da Índia e das ilhas Maldivas para Oman para a construção de navios médios e pequenos.[217]

[214]Cf. Laurence Lockhart, "The Menace of Mascat and it Consequences in the late Seventeenth and early Eighteenth Centuries" in *The Asiatic Review*, vol. XLII, nº. 152, London, East and West Limited, October, 1946, pp. 363-369, p. 366.
[215]Cf. António Botelho de Sousa, *Subsídios para a História das Guerras da Restauração no Mar e no Além-Mar*, vol.II, cap. X, p183.
[216]Cf. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVI, p. 198. C.R. Boxer, *Portuguese India in the Mid-Seventeenth Century*, p. 45.
[217]Cf. B.J.Slot, *op.cit.,* p. 166.

Os responsáveis omanitas procuraram ocultar as fontes de fornecimento de navios para poderem persuadir muitos a oferecerem-lhes facilidades e garantias.

Logo a seguir à libertação de Mascate, o Imame Sultan bin Saif I arquitectou planos para apoiar o desenvolvimento da marinha omanita, e com isso aspirava à protecção das costas omanitas e ao desenvolvimento do comércio marítimo. O Imame acrescentou um grande número de novos navios à armada mercantil, participando pessoalmente em muitas actividades comerciais, facto este que foi vivamente contestado por alguns do ponto de vista constitucional. Pretendia igualmente perseguir os portugueses nos seus postos disseminados pela Índia e na África Oriental, após a expulsão destes da costa omanita.[218]

Alguns historiadores questionaram a origem da queles homens que conduziram a bandeira omanita através de inúmeras regiões do Oceano Índico no tempo dos Yarubitas .[219] Esses homens eram uma mistura de jovens das tribos omanitas e alguns estrangeiros experientes que mediante uma boa organização e liderança conseguiram gerir os conflitos e alcançar vitórias. Apesar da cessação da actividade marítima omanita, entre 1690 e 1692, durante o período de conflito entre os dois irmãos Saif bin Sultan I e Bilárabe, este sector não tardou a florescer novamente e a reanimar-se, alcançando o seu apogeu, revelando-se em muito superior aos portugueses e conseguindo conquistar a fortaleza de Jesus em Mombaça em 1698.[220]

No tempo do Imame Saif I (1692-1711), Oman tornou-se no quarto estado marítimo no Índico, a seguir à Inglaterra, Holanda e

[218]Cf. Al-Salmi, *op.cit.,* vol.2, p. 45.
[219]Cf. Al-Siabi, *op.cit.,* vol. 4, p. 234.
[220] Cf. Ibn Rūzaīq, *Al-Fath,* p.295. Idem, *Al-Sahifa Al-Kahtaniya*, p.243. Al-Salmi, *op.cit*., vol.2, p. 100.

França. O número de fragatas militares chegou a vinte e oito, enquanto que o número de navios ultrapassava os cem. Nestas fragatas, incluíram-se a *Kab Rass* (a maior de todas), a *Al-Falaq*, que se lhe seguia em tamanho e a *Al-Malik*, que estava equipada com oitenta canhões.[221]

É possível constatar o nível a que chegou a marinha omanita no tempo dos Yarubitas através dos escritos do viajante Fryer, o qual refere que "É necessário não provocar os omanitas, pois disto apenas colheremos ataques e mais ataques".[222]

Por outro lado, no seu relatório de 1695, Brangwyn da *EIC* afirma que os árabes de Oman "conseguirão o comando e a influência e dominarão o comércio no Golfo" e previu que eles se tornariam numa praga na Índia tal como os argelinos na Europa.[223]

A mesmo opinião foi referida por Colomb quando mencionava a superioridade a que chegara a marinha omanita no tempo dos Yarubitas.[224] Por sua vez, Miles referiu que os Yarubitas já detinham o domínio efectivo no Índico e que os seus navios espalharam o terror nos corações dos europeus durante um século e meio.[225]

Se bem que estes testemunhos escritos contenham algo de exagerado, não deixam de reflectir no entanto o poderio alcançado pela marinha omanita no tempo dos Yarubitas. Para além disso, o respeito patenteado pelas armadas inglesas e holandesas em relação à actividade omanita fornece por seu turno uma outra prova de relevo acerca da pujança da marinha omanita que aliás criou um grande equilíbrio internacional não apenas no Golfo mas também no Índico. O historiador

---

[221] Cf. Ibn Rūzaīq, *Al-Fath,* p.295. Idem, *Al-Sahifa Al-Kahtaniya*, p. 248.
[222] *Apud* Arnold T. Wilson, *op.cit*., p. 192.
[223] Cf. J.G.Lorimer, *op.cit*., parte1, vol.1, p. 132. Arnold T. Wilson, *op.cit*., p. 193. Laurence Lockhart, *op.cit.,* p. 365.
[224]Cf. Arnold T. Wilson, *op.cit*., p. 194.
[225]Cf. S.B. Miles, *op.cit.,* p.189**.**

Coupland assegura que desde o início do século XVIII a marinha omanita era já superior a qualquer outra força marítima e de tal modo assim era que as armadas inglesas e holandesas temiam ter de enfrentar os omanitas.[226]

No tocante à procedência destes navios, podemos dizer que vinham de:

- despojos de combates marítimos levados a cabo contra os portugueses no Índico e no Golfo;[227]
- ofertas de alguns países marítimos amigos de Oman;
- arsenais marítimos instalados em Oman e na Índia;
- aquisição de alguns navios aos indianos, holandeses e ingleses. Com efeito, o comércio marítimo que contribuiu fortemente para o seu crescimento económico, permitiu outrossim que os omanitas adquirissem alguns destes navios.[228]

Os navios foram equipados com canhões de diferentes calibres, que haviam sido um dos principais factores para a hegemonia portuguesa ao longo do século XVI. O Imame Saif bin Sultan I apetrechou a sua colossal força marítima com um grande número de cavaleiros. Um poeta chegou a declarar que o número de cavalos no tempo do Imame atingiu os 90 000. Embora este número fosse excessivo, evidencia contudo a força descomunal de que era detentor o estado Yarubita. Al-Siabi conta que o Imame trazia cavalos de todas as partes, despendendo nisso quantias fabulosas. Estes cavalos foram carregados nos navios e serviram para invadir a costa indiana e ainda cercar Mombaça durante

[226]Cf. R. Coupland, *op.cit*., p. 69.
[227]Cf. John Fryer, *op.cit.,* vol.2, p.156. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVI, p.198.
[228]Cf. *APO*, vol.3, parte 1, tomo1, pp. 232-233. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVI, p. 198.

trinta e três meses até à capitulação desta. Na sua época chegou a ter vinte e quatro navios grandes e vinte e oito pequenos.[229] Podemos afirmar que a marinha omanita atingiu o seu auge no tempo de Saif I. Este dividiu a armada nas águas do Índico em dois grupos: o primeiro operava entre o Golfo e a Índia e tinha por missão detectar as movimentações dos portugueses e atacar as suas bases na Índia e no Golfo. O segundo devia investir contra as fortalezas portuguesas espalhadas ao longo da costa de África Oriental.

A seguinte tabela demonstra bem a dimensão da armada omanita enviada para acometer Goa em Outubro de 1716, bem como as peças de artilharia que carregava:[230]

Tipo de navio	**Nº de canhões**
Nau-capitânia	76 peças
Nau-almiranta	60 peças
Nau-fiscal	52 peças
Fragata	48 peças
Fragata	40 peças
3 galeotas	24 peças cada um
2 languebotes artilhados	
vários terraquins de desembarque	

Tabela 1

A seguinte tabela indica os números de canhões nos navios omanitas em 1721:[231]

[229]Cf. Al-Siabi, *op.cit.*, vol.4, p. 246.Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português 1500-1700 Uma História Politica e Económica*, p. 272.
[230]Cf. *APO*, vol.3, parte 2, tomo1, p. 265. António Marques Esparteiro, *O General dos Galeões do Estado da Índia*, p. 59.

Nº de navios	Nº de canhões
1 navio	74 canhões
2 navios	60 canhões cada um
1 navio	50 canhões
18 navios	de 12 a 32 peças
barcos ou canoas	de 4 a 8 canhões

Tabela 2

No período que medeia entre 1700 e 1718, as ilhas do Golfo tornaram-se o alvo cobiçado pelos Yarubitas, os quais encontraram pelo caminho o Estado Safávida que colaborava com os portugueses. No entanto, dos ataques frequentes levados a cabo pelos omanitas resultou a conquista da ilha Queixom, próxima de Ormuz. Em 1700, Saif I tentou conquistar o Bahrain mas falhou, e o seu sucessor, o Sultan II, conseguiu em 1717 apoderar-se do Bahrain, deixando fixada nele uma guarnição omanita. Conquistou outrossim a maior parte das ilhas do Golfo. Porém, não tardou muito que a influência omanita declinasse em consequência da guerra civil que em Oman alastrava desde 1720.[232]

A rápida evolução da força marítima omanita e a importância das vitórias obtidas surpreenderam as potências europeias no Golfo e no Índico, ao ponto dos portugueses acreditarem que a razão das vitórias alcançadas por parte dos omanitas se devia ao auxílio militar dos ingleses e dos holandeses. Os portugueses acrescentavam ainda que os navios omanitas arvoravam a bandeira inglesa e eram comandados por oficiais ingleses. A alegação da política portuguesa talvez encontre explicação

[231]Cf. Laurence Lockhart, *op.cit.,* p. 366.
[232]Cf. António Marques Esparteiro, *O General dos Galeões do Estado da Índia*, p. 58.

quer pelo facto dos omanitas se mostrarem hábeis em lidar de igual modo tanto com os ingleses como com os holandeses, quer pelo sucesso alcançado pelos Yarubitas ao tirar proveito das rivalidades existentes entre os dois e a sua capacidade de, por vezes, as neutralizar e de, noutras vezes, aproveitar as suas armas desenvolvidas, quer ainda pela habilidade dos omanitas em jogar com os elementos em confronto entre as restantes potências europeias. E tais esforços em nada eram inferiores a verdadeiras operações militares.[233]

Boxer acredita que havia uma simpatia inglesa em relação aos omanitas e explica tal situação com motivos de ordem doutrinal existentes entre os ingleses anglicanos e os portugueses católicos. Acrescenta ainda que os ingleses não ofereceram um grande apoio aos omanitas, conquanto alguns ingleses tivessem funções na armada omanita. Tratava-se na verdade de uma participação a título individual e pessoal. Aqueles indivíduos eram contratados como marinheiros junto dos omanitas e longe da *EIC* e do conhecimento do governo Britânico.[234] Não obstante a consideração que tenho para com o ponto de vista expresso pelo investigador Boxer, acredito porém que a simpatia demonstrada pelos ingleses em relação aos omanitas era uma simpatia imposta por interesses políticos e económicos que podem ser compreendidos à luz do contexto histórico então existente. A posição inglesa também pode ser entendida à luz da preocupação que se apoderou dos círculos britânicos face ao aumento da força omanita. No tratado de 1661, assinado entre a Inglaterra e Portugal e coroado com o casamento

[233]Cf. *BFUP,* nº.46, ficheiro 4, gaveta1, divisão 3, p.101. J.G.Lorimer, *op.cit*., parte1, vol.1, p. 117. António Marques Esparteiro, *O General dos Galeões do Estado da Índia António de Figueiredo e Utra(1678-1751)*, Lisboa, Centro de Estudos de Marinha, 1975, pp. 1, 29. Armando da Silva Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol.VII, p.15.
[234]Cf. C.R. Boxer, *The Portuguese Seaborne Empire 1415-1825*, pp. 134-136. *APO,* tomo IV, vol. II, parte II, p. 322.

do rei Carlos II com D. Catarina,[235] existe um artigo que previa a oferta de Mascate aos portugueses caso os ingleses conseguissem conquistá-la.[236]

Para além disso, entre Omanitas e ingleses as relações não eram continuamente boas, pois os omanitas habituaram-se a atacar os navios ingleses e a obrigar os seus marinheiros a participarem com eles nas incursões às bases portuguesas. O relatório da *EIC* em Bandar Abbas refere que a armada omanita representava um obstáculo para o seu comércio, o que acarretava consideráveis prejuízos. Não raramente, ocorriam confrontos entre as armadas omanitas e as inglesas. A 7 de Março de 1683, uma armada omanita composta por cinco navios interceptaram o navio inglês *Indian Man President* que se dirigia para Bombaim. Deu-se um confronto do qual resultaram onze marinheiros ingleses mortos e trinta e três feridos. Do lado omanita, algumas embarcações da armada afundaram-se e outras fugiram.[237] Em 1693, a armada inglesa afundou três fragatas omanitas perto de Rajapur. Em muitos casos, estes combates sucediam longe das orientações dos Imames de Oman e a razão para tal é evidente: era difícil identificarem os navios mercantis que navegavam nas águas do Golfo e do Índico, nomeadamente Oman se encontrava em situação de guerra aberta com os portugueses. Também existiam comportamentos individuais por parte de certos marinheiros que não podem ser generalizados. Para além disso, muitos destes tinham motivos particulares estreitamente relacionados com cada caso específico e suas circunstâncias. As fontes históricas confirmam que

[235]Cf. Joaquim Patrício Ferreira, *Breves Considerações sobre algumas das coisas da grandeza e Decadência Marítima e Colonial dos Portugueses*, Lisboa, Typographia da Viúva Sousa Neves, 1885, p. 43. A.B. de Bragança Pereira, "Os Portugueses em Baçaim", in *O Oriente Português*, nº. 7,8,9, Bastorá, Tipografia Rangel, 1935, pp. 97-316, p. 247. C.R. Boxer, *The Portuguese Seaborne Empire 1415-1825*, p.137.
[236]Cf. A.B. de Bragança Pereira, "Os Portugueses em Baçaim", p. 250.
[237]Cf. Sir Eran Cotton, *East Indianman*, London, the Batchworth Press, 1949, p. 148. Arnold T. Wilson, *op.cit*., pp. 192-193.

os Imames omanitas procuravam não se defrontar com os ingleses, o que não impediu que se verificassem alguns conflitos que no entanto não chegaram ao extremo de conduzir a um estado de inimizade declarada entre os dois países. O problema era tratado no quadro de um entendimento recíproco. Quando uma armada omanita, em 1697, obrigou o navio inglês *London* a tomar parte numa das operações militares levadas a cabo contra os portugueses e os marinheiros ingleses se recusaram a acatar as ordens, foram amarrados e forçados a embarcar num navio omanita. Quando o Imame Saif I ficou a par de tal ocorrência dirigiu-se com veemência aos seus marinheiros e manifestou o seu desejo de dar uma satisfação aos ingleses. Todavia, a captura de um navio omanita por parte dos ingleses originou um conflito com estes. Em 1705, após uma batalha renhida, os omanitas aprisionaram o navio *Murvil* quando este, vindo da Índia, se encaminhava para o Golfo.[238]

III.4. Impacto da Marinha omanita a nível interno

Podemos enumerar alguns destes efeitos a nível interno:

1) a existência de uma armada omanita desenvolvida representou um vector estratégico para o alargamento do conceito da dimensão nacional omanita, que ultrapassou as fronteiras geográficas para dar origem ao que se designa por talassocracia.[239] Os omanitas procederam à sua expansão graças à armada no Golfo e no Índico, o que despertou o interesse das potências europeias e locais. Aliás,

[238]Cf. Laurence Lockhart, *op.cit.,* p.365.
[239]Cf. Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português 1500-1700 Uma História Politica e Económica*, pp.271-272. Ahmed Hamoud Al-Maamiry, *Omani-Portuguese History*, 1ªed, New Delhi, Lancer Publishers, 1982, p.37.

o conflito omanita-persa foi uma consequência natural desta nova orientação na política omanita.[240]

2) a existência de uma armada omanita desenvolvida conduziu ao florescimento do comércio omanita, com as receitas do comércio a afluírem e a constituírem um excedente na tesouraria do Estado. Por outro lado, os despojos que os omanitas tinham obtido nos ataques militares aos postos portugueses na Índia e na África Oriental, acrescentaram um novo recurso à tesouraria do Estado. A presença de tamanha opulência trouxe um grande bem-estar económico a Oman, que foi canalizado para as infra-estruturas e o aperfeiçoamento das instalações militares, mormente com a edificação de fortalezas e castelos. O Imame de Nizwa, após ter atacado Diu em 1670, ergueu a gigantesca fortaleza de Nizwa cujos trabalhos duraram doze anos. Em 1677, o seu filho Bilárabe construiu na zona de Gibrin o seu palácio no qual se mesclam os elementos arquitectónicos e os de fortificação militar, o que o torna uma obra-prima característica da arquitectura omanita do século XVII. No início de 1695, o Imame Saif I encetou a edificação da sua enorme fortaleza de al-Rustak, a partir dos despojos que obteve durante o seu ataque às ilhas de Salcete, Barcelor e Mangalor na costa indiana. E o Imame Sultan II erigiu a fortaleza de al-Hazm e equipou-a com canhões e homens, despendendo na sua construção avultadas somas que exauriram o Tesouro do Estado pelo que se viu compelido a pedir dinheiro emprestado às mesquitas e aos *Awqaf*.[241]

3) estas riquezas, fruto do surgimento da armada omanita e da diversificação das suas actividades, desencadearam uma alteração

[240] Cf. Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português 1500-1700 Uma História Politica e Económica*, p. 274. *A Short History of Oman From the Earliest Times*, p. 8.
[241]Cf. R.D. Bathurst, *op.cit*., p.103. *A Short History of Oman From the Earliest Times*, pp. 5-6.

na existência económica e social dos omanitas. Esta opulência permitiu que as terras fossem trabalhadas para o cultivo e que fossem introduzidos canais de irrigação, conhecidos localmente por *aflaj*, bem como a adaptação de plantações novas ao clima local.[242]

4) as actividades marítimas omanitas também levaram à quebra do longo isolamento de Oman, mormente depois de se terem libertado do jugo português e de terem ligado a costa ao interior, o que provocou uma alteração na estrutura demográfica omanita com grandes grupos populacionais a deslocarem-se rumo à faina do mar quer no sector da pesca quer no comercial ou ainda na armada.[243]
5) foram trazidos muitos africanos para o amanho das terras agrícolas sobretudo na época do Imame Saif I, depois da queda da fortaleza de Mombaça.[244]
6) de entre os efeitos negativos a nível interno, destaca-se o surgimento de novos problemas capitalistas que contrariavam os ensinamentos do Imamato Ibadita conservador, como por exemplo a participação de alguns Imames na actividade comercial, o que significava serem detentores de bens pessoais como prédios, palmeiras, palácios e dinheiros, facto este que era veementemente repudiado por alguns do ponto de vista religioso e que em muito contribuiu para o descalabro dos pilares do Estado Yarubita e a sua entrada na voragem da guerra civil.[245]

---

[242]Cf. R.D. Bathurst, *op.cit*., p. 103. *A Short History of Oman From the Earliest Times*, p. 6.
[243]Cf. *A Short History of Oman From the Earliest Times*, p. 8.
[244]Cf. R.D. Bathurst, *op.cit*., p.103. Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português 1500-1700 Uma História Politica e Económica*, p.272.
[245]Cf. R.D. Bathurst, *op.cit*., pp. 105-106. Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português 1500-1700 Uma História Politica e Económica,* p. 272. *A Short History of Oman From the Earliest Times*, p. 6.

III.5. Impacto da Marinha a nível externo

Estes efeitos podem ser resumidos aos pontos que se seguem:

1. Os portos omanitas abriram-se ao comércio internacional, e o porto de Mascate tornou-se no polo comercial do Golfo e do Índico, funcionando como uma espécie de zona franca onde atracavam os navios procedentes do Iémen, da África Oriental e da Índia. As mercadorias eram transportadas para Laça, Bahrain, Qatar, Baçorá. As tâmaras, o café, os produtos em algodão e o arroz constituíam as principais mercadorias deste comércio. Os relatos escritos pelos navegadores europeus e pelos delegados das companhias estrangeiras apresentam uma descrição pormenorizada do porto de Mascate e do seu movimento de negócio. De acordo com um relato imparcial, Mascate era a cidade comercial de maior relevo da região. O mesmo relato refere ainda que a época em que governou o Sultan bin Saif I constituiu um dos factores que asseguraram aos omanitas alcançar todos os seus êxitos.[246]
2. Foi reestabelecida a ligação entre Oman e a África Oriental após ter permanecido interrompida durante o período do domínio português.
3. A armada omanita conseguiu desbaratar os esforços dos portugueses ao longo de um século aproximadamente numa luta continuada e dolorosa e em mais do que uma frente: no Índico, no Golfo Arábico e no Mar Vermelho. Esta armada representava um dos maiores escolhos marítimos para os portugueses e para os persas tendo em conta o seu papel no destroçar de toda navegação que se efectuava sob a alçada dos portugueses: não se tratava meramente do comércio mercantil pois também levava a cabo

[246]Cf. R.D. Bathurst, *op.cit*., p.103.

ataques contra os portos portugueses e persas, tendo os omanitas conseguido impor o seu domínio sobre Mombaça e as restantes cidades da África Oriental até cabo Delgado, mais a sul. Tentaram também prejudicar as rotas comerciais que faziam a ligação entre Goa e o Golfo e entre a Índia e os portos da África Oriental. Para além disto, procuraram encontrar centros comerciais a sul da capital, no Canará e no Malabar, provocando sérios danos em rotas vitais que asseguravam o fornecimento de aprovisionamentos e especiarias.[247]

4. Graças a uma armada poderosa, os omanitas conseguiram reabilitar a sua reputação enquanto nação marítima, que durante vários séculos permanecera afastada de uma participação activa na construção da civilização no Índico. Os omanitas começaram a desempenhar o seu habitual papel no exercício da actividade de mediação comercial na região.[248]
5. Limitaram e reduziram a influência e a actividade marítima dos persas no Golfo o que desestabilizou a política dos persas e forçou-os a firmar numerosas alianças com várias potências europeias, tal como os portugueses, os holandeses e os franceses, no intuito de atacar os Yarubitas.[249]

III.6. Situação dos Portugueses na segunda metade do Séc. XVII

[247] Cf. Manuel Godinho, *op.cit.,* p. 94. Jean Aubin, *L'Ambassade de Gregório Pereira Fidalgo à la Cour de Châh Soltân Hosseyn 1696-1697*, Lisboa, Imprensa de Coimbra, 1971, p. 13. R.D. Bathurst, *op.cit*., p.102. Francisco Bethencourt, " O Estado da Índia", vol. II, p. 294. *Nova História da Expansão Portuguesa, O Império Oriental 1660-1820,* vol.V, tomo. I, p. 165 Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português 1500-1700 Uma História Politica e Económica*, pp.271-272. Armando da Silva Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol.VII, p. 10.
[248] Cf. *A Short History of Oman From the Earliest Times*, pp. 7-8.
[249] Vide o capítulo VII, parte1.

A situação dos portugueses começou a deteriorar-se no Oriente devido à intervenção dos holandeses no Índico desde 1600, o que fez com que perdessem a maior parte dos seus florescentes pólos do comércio. O grande golpe sofrido pelos portugueses deu-se verdadeiramente quando Ceilão e o Malabar caíram nas mãos dos Holandeses (1655-1663). Seguiram-se vários ataques por parte dos árabes cuja força aumentava continuamente. Era suposto que a oferta de Bombaim pelos portugueses aos ingleses, como dote de casamento de Carlos II com D. Catarina, tivesse fortalecido a união e amizade entre ambas Coroas, mas, pelo contrário, haveria de se revelar uma perda enorme para os portugueses a nível regional e comercial e uma das principais causas para os sucessos estrondosos alcançados pelos ingleses na zona do comércio no Índico, após a segunda metade do século XVII.[250] Manuel Godinho descreveu da seguinte forma a situação do império português no Oriente :

"O Estado da Índia tão velho que só o temos por estado. E se não acabou de espirar foi porque não achou sepultura capaz de sua grandeza. Se foi árvore é já tronco, se foi edifício já é ruína, se foi homem é já cepo, se foi gegante é já pigmeu, se foi império pereceu, se foi vasto está limitado, se foi muito não é já nada".[251]

Apesar de Boxer pensar que a responsabilidade recai mais sobre os próprios portugueses do que sobre o regime espanhol vigente em Portugal (1580 – 1640), há um certo exagero naquilo que diz respeito à falta de interesse por parte do governo de D. Pedro II pelas suas possessões na Ásia. Com efeito, embora preocupado com os problemas

[250]Cf. K.M. Panikkar, *op.cit*., pp. 58-59. C. R. Boxer, "Portuguese and Duch Colonial Rivarly,1641-1661, p. 12. Holden Furber, *op.cit*., pp. 54, 83. Carl. A. Hanson, *Economy and Society in Baroque Portugal, 1668-1703*, p. 209. Kirti Chaudhuri, *op.cit*., p. 104.
[251]Cf. Manuel Godinho, *op.cit*., p.23.

de ordem financeira e do seu grande interesse pelos seus domínios no Atlântico, tal não obstou que o governo português levasse a cabo certas tentativas com vista a dinamizar o Estado. O próprio rei, menor, pensava seriamente em criar a Companhia das Indias Orientais através dos cristãos- novos, porém, o seu projecto encontrou forte oposição. Nos anos de 1671 e 1672, a Coroa Portuguesa abriu os portos da África Oriental ao livre comércio, permitindo que qualquer negociante enviasse os seus navios para esta região para comerciar, pois o projecto visava dinamizar a actividade comercial e incentivar a fixação e estadia naquela região.[252] Nos anos seguintes, foram elaborados planos para mandar soldados para residirem no sudeste da África, dado tratar- se de uma zona rica em metais o que implicava reforçar a sua protecção através do aumento do número dos residentes. Nos finais de 1677, foram enviados de Lisboa para Moçambique, quatro navios com 2000 pessoas a bordo para fins de residência e trabalho nas minas de Rios de Cuama. Todavia, a expedição não logrou alcançar os seus objectivos. Depois disto, os omanitas começaram a ameaçar os postos portugueses no leste da África e na Índia. Os governantes da África Oriental, que controlavam as regiões de produção do ouro, tinham desencadeado revoltas contra os portugueses e os comerciantes indianos na última década do século XVII. Embora estas revoltas fossem bem sucedidas, os distúrbios e o caos apoderaram-se da região o que lesou o comércio do ouro e impediu o prosseguimento na procura das minas de prata da zona mais elevada de Zambézia, por volta de 1695. Assim o comércio da Companhia das Índias Orientais ficou prejudicado por causa de tais perturbações. O Vice-Rei escreveu para Lisboa explicando que "a perniciosa forma de agir dos nossos homens e os excessos perpetrados provocaram o descontentamento dos reis e príncipes daquelas regiões, o que levou à

[252]Cf. Carl A. Hanson, *op.cit*., pp. 209-210.

situação explosiva de então. Cada qual naquelas regiões quer governar e julga que se não conseguir domar e refrear as forças locais, tudo estará perdido".[253]

O rei D. João IV considerava que voltar-se para o Brasil traria vantagens maiores para o Estado e que o império no Oriente implicava um ónus por demais excessivo para o Estado, uma vez que boa parte da actividade comercial portuguesa na Índia ficara comprometida dada a debilidade da força naval e a perda de muitos domínios, o que levou à diminuição dos dividendos económicos procedentes da Índia e à redução do número de navios que anualmente partiam de Lisboa. Pretendia-se, pelo contrário, intensificar os esforços para enviar a maior parte da armada para o Brasil com o propósito de proteger os crescentes interesses comerciais.[254]

Após o período da Restauração, a armada anual que se dirigia para a Índia rondava os quatro a cinco navios. A maior parte desta armada voltava a Lisboa carregada da pimenta de cujas receitas o Estado em muito dependia. Nos finais do século XVII, os números da armada anual, provenientes de Portugal, eram de apenas um ou dois navios, sendo a maioria destes navios do tipo ligeiro dada a sua eficácia para manobrar em caso de cerco e atracar nos portos indianos do Norte ou nas costas do Malabar.[255] Com efeito, os portugueses recorriam a armadas de alto bordo para rivalizarem com as armadas europeias e a armadas de remo para fazer frente às potências locais na Índia.

---

[253]Cf. Carl. A. Hanson, *op.cit*., pp. 210 e 213. C.R. Boxer, *The Portuguese Seaborne Empire 1415-1825*, p.139.Glenn.J.Ames, "The Estado da India, 1663-1677: Priorities and Strategies in Europe and the East" in *Revista Portuguesa de História*, tomo XXII, Coimbra, Coimbra Editora, 1985, pp. 31-46, p. 41.

[254]Cf. Antonio Botelho de Sousa, *O Periodo da Restauração na India*, Lisboa, Agência Geral das Colonias, 1940, p.75. Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português 1500-1700*, p. 259. C. R. Boxer, "Portuguese and Duch Colonial Rivarly,1641-1661", p. 42. A.H. De Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol.2, p.209.

[255] Cf. Antonio Botelho de Sousa, *O Periodo da Restauração na India*, p. 76.

A seguinte tabela demonstra o número de navios saídos de Lisboa para a Índia e vice-versa no período que medeia entre 1661 e 1700:[256]

Período	Europa - Ásia		Ásia - Europa	
	partidas	chegadas	partidas	chegadas
1661-1670	21	14	14	13
1671-1680	25	29	22	21
1681-1690	19	19	16	15
1691-1700	24	21	14	13

Tabela 3

Vários factores contribuíram para a redução do fabrico de navios, nomeadamente os navios de alto bordo que sofriam uma constante deterioração; as circunstâncias políticas e a escassez de recursos financeiros de que padecia o Estado da Índia naquela época não ajudaram a construir e equipar os navios.[257]

A impossibilidade de adquirir as madeiras necessárias à construção dos navios levou à utilização de madeiras de qualidade inferior, o que fazia com que ficassem menos sólidos. A isto acresce o excesso de carga, motivado pela cobiça e o desejo de um rápido enriquecimento, o que contribuiu para uma menor durabilidade daquelas embarcações.[258]

[256]Cf. Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português 1500-1700*, p. 259.
[257]Cf. Antonio Botelho de Sousa, *O Periodo da Restauração na India*, p. 76.
[258]Cf. Francisco Contente Domingues e Inácio Guerreiro, "A Evolução da Carreira da Índia até aos inícios do século XVII", in *Portugal no Mundo*, dir. Luís de Albuquerque, vol. IV, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp. 105-130, p. 129.

É lícito dizer que o Estado da Índia começou a procurar meios diplomáticos no quadro das alterações políticas a que a Índia assistia, nomeadamente após o surgimento da actividade expansionista dos Maratas na década de sessenta do século XVII e nos anos subsequentes, o que constituiu o início do enfraquecimento gradual do Império Mogol. Por outro lado, os portugueses começaram a enfrentar pressões militares e económicas por parte dos omanitas e dos indianos e a receberem ameaças suscitadas pela forte concorrência das companhias comerciais europeias. Com efeito, a superioridade holandesa lesou muito o comércio português ao procurar impor o seu controlo em muitos dos postos portugueses na Índia.[259]

A crescente força dos omanitas e a sua cada vez mais arreigada inimizade em relação aos portugueses contribuiu para o agravamento do estado de debilidade que afligia estes desde a queda de Ormuz em 1622. E para além desta fragilidade, outra havia ainda que resultava do conflito com os holandeses relativamente às províncias do sul da Índia e do Ceilão. Assim que impuseram em 1650 a sua hegemonia sobre Mascate, os omanitas transformaram-se numa potência marítima por excelência capaz de rivalizar com as potências estrangeiras na zona oeste do Índico[260] onde os omanitas de facto representavam um óbice que importunava as autoridades portuguesas na Índia e, ademais em virtude das campanhas militares contra os postos da costa ocidental da Índia e da captura de navios, as ameaças à navegação e a obstrução da habitual rota comercial usada pelos navios que atravessavam o Mar Arábico tornaram-se cada vez mais intensas. Isto, por sua vez, concorreu para a redução da

[259]Cf. Antonio Botelho de Sousa, *O Periodo da Restauração na India*, pp.75-76. *Nova História da Expansão Portuguesa, O Império Oriental 1660-1820,* vol.V, tomo II, p. 211. Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português 1500-1700 ,* pp. 274-275.
[260]Cf. C.R. Boxer, *Portuguese India in the Mid-Seventeenth Century*, p.44. *Nova História da Expansão Portuguesa, O Império Oriental 1660-1820,* vol.V, tomo II, p. 272.

actividade comercial dos portugueses.[261] Esta afronta por parte dos omanitas prendeu a atenção dos vice-reis nomeados desde o começo de 1660 pela dinastia de Bragança.[262]

Os esforços militares levados a cabo pelos portugueses na segunda metade do século XVII depauperou a tesouraria do Estado da Índia. Também as províncias portuguesas na costa ocidental da Índia, onde chegavam os auxílios militares, enfrentaram imensas dificuldades por causa das constantes guerras fronteiriças com os Maratas, seus vizinhos.[263] A aliança dos Maratas com os omanitas levou os portugueses a gastarem somas exorbitantes na fortificação e protecção das suas propriedades na ilha de Angediva. Este dado explica o défice registado no balanço de 1684-1687, no valor de cerca de 20. 759. 300 reis (68.000 xerafins).[264]

Para além deste aspecto, havia as contínuas investidas dos holandeses que só cessaram depois do tratado firmado em 1663, no qual Portugal cedia Cochim e Cananor aos holandeses.[265]

Na costa suaíli, as dificuldades eclodiram de novo para os portugueses, na segunda metade do século XVII. As revoltas que alastraram por aquelas regiões contavam com o auxílio dos omanitas às forças suaílis que se opunham à presença portuguesa. Para garantir a protecção das províncias sob a sua alçada, os portugueses contavam com

---

[261]Cf, António Botelho de Sousa, *Subsídios para a História das Guerras da Restauração no Mar e no Além-Mar*, vol.II, p. 194. *Nova História da Expansão Portuguesa, O Império Oriental 1660-1820*, vol.V, tomo II, p. 211. C.R. Boxer, *Portuguese Society in the Tropics: The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia, and Luanda 1510-1800*, Madison and Milwaukee, the University of Wisconsin Press, 1965, p. 31.

[262]Cf. Glenn, J. Ames, *op.cit*., p. 164.

[263]Cf. *Nova História da Expansão Portuguesa, O Imperio Oriental 1660-1820*, p. 273. Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português 1500-1700,* p. 275.

[264] Cf. Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português 1500-1700*, pp. 268 e 274. Carl. A. Hanson, *op.cit*., p. 212.

[265]Cf. Antonio Botelho de Sousa, *O Periodo da Restauração na India*, p. 74. Idem, *Subsídios para a História das Guerras da Restauração no Mar e no Além-Mar*., vol.II, cap. X, p. 185. Glenn .J. Ames, "The Estado da India, 1663-1677: Priorities and Strategies in Europe and the East", p. 34.

a fortaleza de Mombaça, que representava um grande perigo para aquelas regiões.[266]

Os portugueses sofreram de um constante défice quer no número de soldados regulares todos os anos enviados por Lisboa, quer no número de soldados voluntários da Índia e dos outros centros que se encontravam sob o domínio português. Este facto foi confirmado pelo Conselho do Estado de 1683, no qual se revelava que o sucesso de Sambhaiji, rei dos Maratas, ao invadir e destruir os postos portugueses na Índia, expostos aos invasores e sem a menor possibilidade de tal impedir, se deveu antes de mais à escassez de soldados e isto, por seu turno, adveio da diminuição dos provimentos enviados pelo reino.[267] Este facto foi igualmente destacado pelo vice-rei, o Conde de Alvor, na sua carta ao Rei em 1683, na qual referia que a armada não mais podia prosseguir a sua actividade em resultado da redução do número de soldados que , por sua vez, se prendia com as limitações do número de soldados vindos do reino. Naquela época, chegaram apenas duas fragatas com cerca de cem homens a bordo, na sua maioria jovens inexperientes no manejo das armas. Estes jovens representavam um fardo para o Estado devido às despesas feitas com a sua subsistência que saíam do Tesouro do Estado. Deviam ser usados soldados aptos para o serviço militar e que fossem dignos das despesas realizadas com eles e que não constituissem um obstáculo nas campanhas nem nas despesas. A presença destes jovens desprovidos de experiência fazia com que os postos portugueses ficassem sem a sua cabal protecção. O Vice-Rei apelou ao Rei para que disponibilizasse os provimentos necessários para a preservação do Estado da Índia.[268]

---

[266]Cf. *Nova História da Expansão Portuguesa, O Imperio Oriental 1660-1820*, vol.V, tomo II, p. 272.
[267]Cf. *Assentos do Conselho do Estado*, IV, p. 411. C.R. Boxer, *The Portuguese Seaborne Empire 1415-1825*, p.133.
[268]Cf. J. H. Da Cunha Rivara, *O Chronista de Tissuary*, periodico mensal, no. 5, Maio,1866, microfilme na BNP, nº. F.2884, p.125

A isto se junta a pouca eficiência dos soldados e capitães e a aparição de sinais de insurreição entre os comandantes. Os portugueses sofreram também da falta de disciplina por parte dos fidalgos, com alguns destes a porfiarem para assumir o comando ou abandonar as capitanias das naus face aos seus inimigos por motivos pessoais.[269] Na carta do Vice-Rei, datada de 24 de Janeiro de 1691, este lastimava-se da escassez de homens fidalgos não só para os cargos no governo da Índia como também para assumirem o serviço das fortalezas e postos importantes.[270] Igual queixa foi expressa pelo feitor de Diu, informando que a falta de soldados e armadas para proteger as caravanas do comércio dos ataques praticados pelos árabes fez com que os comerciantes não mandassem os barcos a Meca para fins comerciais. Esta circunstância veio afectar as receitas alfandegárias para a região.[271] Na sua carta ao rei D. Pedro II, o vice-rei D. Rodrigo da Costa esclareceu que "o Estado está tão pobre que, se Vossa Majestade o não sustenta, será impossível manter as rendas".[272] Por sua vez, o vice-rei, Conde de Vila Verde, na carta que enviou ao rei em 2 de Janeiro de 1698, renovou a acusação da enorme escassez no financiamento da campanha que se dirigia a Mombaça com o propósito de levantar o cerco imposto pelos omanitas. Mencionava a penúria de recursos financeiros e de homens, o que o sujeitava a apelar à Misericórdia e às Câmaras-Gerais para um empréstimo no valor de 50. 000 xerafins com vista a cobrir o financiamento da campanha que se

[269]Cf. António Botelho de Sousa, *Subsídios para a História das Guerras da Restauração no Mar e no Além-Mar*, vol.I, cap. V, p.252. Idem, *O Periodo da Restauração na India*, p.77. António Cardoso, *op.cit*., pp. 26, 28, 29 e 30.
[270]Cf. António Marques Esparteiro, *Três Séculos no Mar(1640-1910)*, parte III, vol.I, Lisboa, Ministério da Marinha, 1978, p. 51.
[271]Cf. BA, *Cod, 51-VII-34*, Carta do feitor de Diu ao Vice-Rei, de 14 de outubro de 1698, fol. 9r.
[272]Cf. Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português 1500-1700*, p. 277.

pretendia enviar a Mombaça, montante este que talvez não chegasse para a referida expedição.[273]

O desnorteamento na política portuguesa tornou-se manifesto durante a campanha organizada para reaver Mascate. A esperança de conquistar Mascate fazia parte do projecto do conde de S. Vicente, João Nunes da Cunha, que assumiu o cargo de vice-rei em 1666. Dispunha de cerca de 500 novos soldados, que o acompanharam na sua viagem de Portugal para a Índia. De entre as suas prioridades, estava o envio de uma armada para o Golfo com o fim de tomar Mascate. Para tal, procedeu à formação de uma armada de alto bordo e outra, de remo, para fazer a guerra no Golfo contra o Arábio. Começou assim a recolher todas as munições, mormente a pólvora que havia nas fortalezas do norte. Obrigou os fidalgos, com menos de quarenta anos, a participarem na campanha, tendo conseguido reunir cem destes. Foi formada a armada de remo e foram arranjadas as peças para o ataque a Mascate. Todavia, mal foi lançada a campanha de Goa nos princípios de Abril, os ânimos arrefeceram com o pretexto de que a fortaleza de Mascate se localizava numa zona de difícil penetração; as suas fortificações intimidavam, e não se devia menosprezar a força dos omanitas cuja posição fora consolidada devido ao período de segurança e estabilidade de que gozavam. O envolvimento dos portugueses, durante bastante tempo, na guerra contra os holandeses concorreu para que os omanitas pudessem ampliar as suas capacidades de combate. Para além disto, as informações de espionagem fornecidas por um dos portugueses corroboraram a exactidão de tal facto. De qualquer das formas a expedição voltou para Goa. Nos inícios de Março de 1668, foi, de novo, constituída a expedição. Contudo a tentativa fracassou com grande sentimento seu, porque desejava renovar

[273]Cf. BNP, *PBA, 439*, Carta do Conde de Villa Verde vice-rei da Índia ao Rei de Portugal, Goa, 2 de Janeiro de 1698, fol.10v.

naquele estado a memória dos seus ascendentes, tendo por objectivo as grandes acções de Nuno da Cunha. Para resolver os problemas financeiros que constituíam um obstáculo ao êxito da missão de enviar a armada, o Vice-Rei decidiu enviar somente quatro fragatas, chefiada pelo general D. Jerónimo Manuel que navegou até Roçalgate (Ras Al-Hadd), onde encontrou cinco navios nos quais fez presa considerável. A seguir encaminhou-se para o porto de Kong para cobrar os direitos aduaneiros, tendo regressado a Goa com 300.000 xerafins. Com este cabedal o espírito irrequieto do vice-rei levou-o a aprestar uma mais poderosa armada, em que pela terceira vez queria embarcar-se, com desígnios que a ninguém divulgou. Porém, a morte surpreendeu Vice-Rei em finais de Outubro de 1668. Com este falecimento, o Estado perdeu a esperança de deter a degradação de que padecia por causa das guerras desencadeadas durante vários anos contra os inimigos externos. Com o caos interno, a que se associava a penúria de meios financeiros e a escassez de ajudas vindas do reino, o projecto do ataque a Mascate continuou adiado.[274]

[274]Cf. Antonio Botelho de Sousa, *O Periodo da Restauração na India*, pp.72-73. Idem, *Subsídios para a História das Guerras da Restauração no Mar e no Além-Mar*, vol.II, cap. X, pp. 177-180 e 194. A.C.Teixeira de Aragão,*op.cit.,* vol.III, p.248. Alberto Iria, *op.cit*., pp. 175-176. Ibn Alwazir, *op.cit.,* vol.1, p. 227, 230, e 232. Yahya bin Al-Hussain bin Al-Qassim,*op.cit*., vol.1, pp. 149-150. Armando da Silva Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol.VII, p.10

CAPÍTULO IV

A RIVALIDADE LUSO-OMANITA NA COSTA OCIDENTAL DA ÍNDIA E NO GOLFO ARÁBICO

No que diz respeito à frente relacionada com a costa ocidental da Índia, constatamos que a libertação de Oman e o desejo dos omanitas de desempenharem o seu papel pioneiro na actividade económica no oceano Índico coincidiram com o domínio dos portugueses sobre as zonas de produção na Índia, nomeadamente as ligadas a produtos vitais como o arroz. Os omanitas viram nesse domínio um obstáculo ao exercício da sua actividade comercial, o que fez com que a confrontação fosse inevitável. No seu conflito com os portugueses na Índia, os omanitas pretendiam alcançar os seguintes objectivos:

- Esgotar a força dos portugueses, uma vez que as frequentes campanhas omanitas na costa ocidental da Índia não tinham como objectivo principal expandir-se ou anexar novas províncias para o seu domínio, mas, sim, dispersar a actuação dos portugueses envolvendo-os em mais do que uma frente, podendo, deste modo, os omanitas concentrarem-se e expandirem-se na África Oriental.[275]
- O desejo de exercer a actividade comercial na Índia, país onde existiam diversos produtos essenciais para Oman tal como o arroz e as especiarias.
- Tirar partido dos recursos abundantes da Índia, nomeadamente as madeiras necessárias para a construção dos navios. Como referimos no capítulo terceiro os omanitas construíram uma boa parte da sua armada na Índia.

[275]Cf. Sanjay Subrahmanyam, *op.cit.*, p. 272.

– Tirar proveito dos recursos humanos para o serviço a bordo das armadas.

A presença omanita na zona da costa ocidental do Oceano Índico prende-se com dois factores até certo ponto indissociáveis:

– O factor económico: os omanitas pretendiam participar nas actividades comerciais tirando partido dos rendimentos do comércio, especialmente porque Oman se notabilizara desde tempos antigos pelo seu papel nas trocas comerciais e os habitantes omanitas, graças à sua experiência de navegação e às viagens no alto mar, tornaram-se intermediários na actividade comercial no Oceano Índico. Além disso, a localização de Oman, na entrada do Golfo fez do país uma importante paragem na rota do comércio mundial entre o Oceano Índico e o Golfo e contribuiu em larga escala para o florescimento de diferentes portos ao longo da costa omanita.[276]
– O factor militar: este factor resulta das circunstâncias do conflito entre os omanitas e os portugueses o qual principiou com a expulsão dos portugueses de Mascate em 1650 e se estendeu para o Oceano Índico. Este ponto está ligado com o factor económico uma vez que o domínio português se encontrava em zonas consideradas do interesse omanita. Esta convergência de interesses fez com que a confrontação fosse inevitável.

No início da segunda metade do século XVII, os omanitas voltaram o seu interesse para o comércio com as cidades indianas. Incrementaram a actividade comercial e aumentaram o volume de aquisição de mercadorias, nomeadamente de arroz, considerado um bem

[276]Cf. António Dias Farinha,"Os Árabes nos Antigos Relatos Portugueses do Índico", in *Finisterra*, Revista Portuguesa de Geografia, vol.XL, nº, 79, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 2005, pp. 151-160, p.155.

essencial para a população não só em Oman como também na Península Arábica. Obtida a autorização para a criação de um entreposto comercial omanita na costa de Canará, as encomendas de arroz aumentaram, provocando o aumento do seu preço de 8 pagodas a 14 pagodas aos balés.[277]

Os ataques omanitas contra os centros portugueses multiplicaram-se. Em 1661, os omanitas atacaram Bombaim.[278]

A posterior passagem dessa cidade para domínio inglês teria levado os omanitas a suspender os ataques voltando-os para Diu. As fontes referem que uma armada omanita, composta de 8 embarcações de grande e pequeno porte, com 1200 soldados a bordo, rumou para Diu onde se lhes juntaram alguns combatentes das aldeias próximas da cidade. Os omanitas conseguiram invadir a cidade e pô-la a saque. Todavia, depressa tiveram que evacuar da cidade devido à chegada de auxílio português procedente de Baçaim.[279]

Em Março de 1663, um embaixador omanita chegou à corte do rei dos Mogóis em Agra pedindo ajuda no combate contra os portugueses em Diu. Os omanitas prepararam uma armada constituída de 30 grandes embarcações. As tropas terrestres dos mogóis, em colaboração com a armada omanita, desencadearam um ataque contra Chaul invadindo a fortaleza e causando graves prejuízos à cidade de onde muitos dos seus habitantes tiveram de fugir.[280]

Sucederam-se os ataques omanitas às praças portuguesas na costa indiana: em Novembro do mesmo ano, uma armada omanita, formada por

---

[277]Cf. Glenn, J.Ames, *Renascent Empire? The House of Braganza and the Quest for Stabiling Portuguese Monsoon Asia c.1640-1683*, pp. 157 e 159.
[278] Cf. Manuel Godinho, *op.cit.*,p. 94. C.R. Boxer, *The Portuguese Seaborne Empire 1415-1825*, p. 134. Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português 1500-1700 Uma História Politica e Económica*, p. 270. Armando da Silva Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol.VII,p.10.
[279]Cf. *Assentos do Conselho do Estado*, vol. IV, pp. 71-76. Armando da Silva Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol.VII,p.10.
[280]Cf. *Assentos do Conselho do Estado*, vol. IV, p. 132.

quinze embarcações atacou Diu e os portos portugueses setentrionais. Diante deste ataque, e para consolidar a defesa da cidade, as autoridades de Goa tiveram de enviar para Diu cinco navios sob o comando de Simão Gomes da Silva. Ao mesmo tempo foram enviados para Baçaim seis sanguiceis, chefiados por Luís de Miranda, para impedir os mogóis de penetrar na cidade.[281]

Em 28 de Dezembro de 1668, chegou à autoridade portuguesa em Goa uma informação segundo a qual uma armada omanita, formada por onze embarcações e dirigida por Ali bin Masoud, tinha chegado a Diu. Feito o desembarque, a cidade foi invadida sem qualquer resistência. De imediato, o governador de Baçaim, Luís de Miranda, enviou o capitão-mor José Pereira de Meneses, que foi incapaz de enfrentar os omanitas e alegou que a fortaleza já havia sido tomada. Os portugueses não hesitaram em enviar uma outra campanha, mais pequena, sob o comando do capitão-mor da armada de Diu, António da Mota de Oliveira, composta por duas fragatas e um navio de remo. O capitão-mor, não obstante o cerco omanita, conseguiu invadir a cidade e reforçar a guarnição da fortaleza que ainda se encontrava nas mãos dos portugueses. Se tivessem invadido a fortaleza desde o começo, talvez os omanitas pudessem ter conseguido conquistá-la, mas o mais plausível é que os combatentes omanitas não desejavam isso e que o seu objectivo se limitava à obtenção de presas e a ameaçar os portugueses. Seja como for, mediante este reforço, os portugueses conseguiram consolidar as suas defesas e resistir às tropas omanitas. O governador do castelo, João de Sequeira de Faria, convidou os casados e os religiosos para defenderem a fortaleza. Mesmo assim, os combatentes omanitas conseguiram permanecer na cidade durante 13 dias capturando cerca de 3.000 homens

[281]Cf. Idem, *ibidem*, p. 136.

e conseguindo imenso dinheiro, a maior parte do qual pertencia aos habitantes banianes, somando cerca de dois milhões de cruzados.[282]

Se os omanitas conseguiram invadir a cidade e saqueá-la, tal se deveu provavelmente ao estado de debilidade a que tinham chegado os portugueses e à incapacidade destes em assegurar a protecção dos seus centros comerciais. A isto acresce o facto de os sucessos alcançados pelos omanitas lhes terem despertado o desejo de repetir os seus ataques aos centros portugueses na costa ocidental da Índia com o desígnio de aproveitar o dinheiro obtido na consolidação da sua armada. Com efeito, a campanha desencadeada pelos omanitas contra a feitoria portuguesa de Diu foi resultado de campanhas anteriores, pois nesta última foram utilizados as embarcações apreendidas em operações antecedentes.[283]

Uma das consequências mais salientes desta campanha foi a situação económica da cidade ter ficado abalada: agravou-se o descontentamento dos habitantes diante do saque que sofreram, principalmente os banianes que pediram ao governo que os isentasse do pagamento das taxas alfandagárais e lhes concedesse indemnizações pecuniárias. A Fazenda da cidade ponderou, de facto, isentá-los das taxas aduaneiras e da renda das terras para que pudessem exercer a sua vida económica. Nos finais de Maio de 1671, os banianes ficaram isentos do pagamento das taxas aduaneiras após descontar a metade dos rendimentos por quatro anos.[284]

---

[282]Cf.*Assentos do Conselho do Estado*, IV, pp.204-205.Conde da Ericeira, *História de Portugal Restaurado*, vol. IV, liv.XI, pp. 375-376. Abbé Carré, *The Travels of the Abbé Carré in India and the Near East 1672-1674*, 3vols. vol. I, trans. Lady Fawcett, edited, Sir Charles Fawcett, New Delhi, Madras, Asian Educational Services, 1990, pp.132, 135. A.B. de Bragança Pereira,"Os Portugueses em Diu" in *Oriente Português*, nº. 18, Bastorá, Tipografia Rangel, 1937, pp. 105-126. pp. 108-109. C.R. Boxer., *Portuguese India in the Mid-Seventeenth Century*, p. 45. M.N. Pearson, *Os Portugueses na India*, trad. .Ana Mafalda Telo, Teorema, Lisboa, O Jornal, 1990, p. 150. Ibn Alwazir, *op.cit*., vol. 1, p. 247.

[283]Cf.*Assentos do Conselho do Estado*, vol. IV. p.564.C.R. Boxer., *Portuguese India in the Mid-Seventeenth Century*. p. 45. Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português 1500-1700 Uma História Politica e Económica*, p. 270-271.

[284]Cf. BA, *Cod.51-V-49*, Pangim, 29 de Maio de 1671, fol.58. *Assentos do Conselho do Estado*, vol. IV, pp. 204-205, 223-224. C.R. Boxer, *Portuguese India in the Mid-Seventeenth Century*, p. 45.

Assim sendo, podemos dizer que os ataques relâmpagos levados a cabo pelos omanitas aos centros portugueses começaram a representar uma ameaça ao lado económico dos portugueses e a contribuir grandemente para a diminuição dos rendimentos da Fazenda do Estado o que, por sua vez, levaria a debilitar a actividade militar de que dependia o Estado da Índia na protecção das suas feitorias comerciais.

Como reacção, António de Melo de Castro e Manuel Corte Real de Sampaio prepararam uma armada de alto bordo de quatro fragatas[285] e uma armada de remo de quatro galeotas tendo como capitão-mor, João Freire da Costa. A armada, comandada pelo general D. Jerónimo Manuel e de que era almirante António de Melo de Castro, rumou para Mascate em Março de 1669. Chegada ao porto de Mascate em 18 de Abril, a armada principiou de imediato a bombardear a cidade durante alguns dias, causando certos estragos. Depois, ao retirar-se para o porto de Kong, a armada portuguesa encontrou-se com quatro fragatas omanitas tendo-as perseguido até entrarem no porto de Sohar. Os portugueses tiveram que lançar fora os batéis dos navios para se envolver no confronto com a armada omanita. Perante a violência do fogo lançado pela artilharia da fortaleza de Sohar e dos tiros vindos das trincheiras da costa, que causaram grandes prejuízos, os soldados portugueses tiveram de se dirigir para Bandar Kong. Para perseguir os portugueses, Sultan I enviou uma armada constituída por vinte e cinco patachos e cinco navios, sob a chefia de Ali bin Masoud. A 18 de Junho, perto de Queixome, as duas armadas encontraram-se e fundearam a curta distância com os fanais acesos, sinal de que ambas desejavam a batalha. O confronto entre ambas as partes

[285] Integravam a armada o galeão S.Bento de 30 peças e 80 soldados, a almiranta Nª.Sª. dos Remédios, de 20 peças e 55 soldados, a fragata S.João da Ribeira de 18 peças e 50 soldados, a nau caravela N.ª S.ª da Nazaré de 14 peças e 47 soldados, a Stº António e N.ª S.ª dos Milagres. Cf. Eduardo Augusto de Sá Nogueira Pinto de Balsemão, *Os portuguezes no Oriente feitos gloriosos praticados pelos portuguezes no Oriente*, 2ªparte(1600 a 1700), Nova Goa, Imprensa Nacional, 1882, cap. XVII, p.80. António Botelho de Sousa, *Subsídios para a História das Guerras da Restauração no Mar e no Além-Mar*, vol.II, cap. X, p. 182.

deu-se a 19 de Junho após o que armada omanita se retirou para Mascate e a portuguesa para Kong. Com efeito, com estas escaramuças, os omanitas apenas pretendiam atrair os portugueses aos portos omanitas e não fazer uma guerra aberta em alto mar, visto que os portugueses eram superiores nesse tipo de lutas.[286] De acordo com as fontes portuguesas, o recuo da armada omanita levou o Imame a consolidar as suas tropas com dez navios grandes, quatro fragatas e duas caravelas com 700 combatentes a bordo, comandada pelo governador de al-Rustaq. Numa outra versão, o comandante teria sido Ali bin Masoud. Por outro lado, D. Jerónimo começou a preparar a sua armada transferindo as tropas da armada de remo para as fragatas a fim de reforçar a sua capacidade de combate. Em 29 e 30 de Agosto, deu-se uma batalha renhida entre as armadas portuguesas e omanitas, perto de Roçalgate(Ras Al-Hadd). Conforme as fontes portuguesas, tratou-se de uma luta em que a artilharia enchia o mar de estrondo e o ar de fumo. Os combatentes portugueses obraram naquele dia tantas maravilhas que se esgotaram os termos para as referir. Quando se suspenderam os combates durante a noite, os omanitas retiraram-se para Mascate. As mesmas fontes apresentam alguns pormenores da batalha relatando a morte do capitão da nau-caravela Pedro de Carvalho e de grande parte da guarnição do seu navio. Três embarcações omanitas cercaram o navio capitânia incendiando a sua popa e matando alguns dos seus soldados. Quanto às baixas omanitas, os portugueses conseguiram fazer naufragar cinco navios obrigando à fuga das restantes embarcações e matando e ferindo cerca de 2.000 combatentes omanitas.[287]

---

[286]Cf. Eduardo Augusto de Sá Nogueira Pinto de Balsemão, *op.cit*., parte II, cap. XVII, pp. 80-83. António Botelho de Sousa, *Subsídios para a História das Guerras da Restauração no Mar e no Além-Mar*, vol.II, cap. X, p.183. Yahya bin Al-Hussain bin Al-Qassim, *op.cit.,* vol.1, p. 185.

[287]Cf. António Paes de Sande e Castro, *António Paes de Sande o Grande Governador*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, MCMLI, p.18. António Botelho de Sousa, *Subsídios para a História das Guerras da Restauração no Mar e no Além-Mar*, vol.II, cap. X, pp. 183-184. Os historiadores Iemenitas indicam que os mortos dos dois lados foram muitos mas, depois do socorro que os portugueses

Entre os mortos encontravam-se o governador de al-Rustaq, um sobrinho do Imame, e um comandante. Do lado português, morreram cinquenta soldados e outros quarenta ficaram feridos, para além de alguns soldados locais.[288]

Num relatório de Corte Real e Melo de Castro enviado a Lisboa, refere-se que os habitantes daquelas regiões não comeram peixe fresco durante muitos dias porque os cadáveres enchiam o mar e a costa.[289]

O resultado mais evidente daquele confronto foi a armada portuguesa ter conseguido recuperar a sua posição e prestígio e continuar, como referem as fontes portuguesas senhores do campo. Com tal êxito, a armada portuguesa obteve alguns ganhos políticos e económicos: em Kong foi recebido o emissário da Pérsia, e foram cobradas aos persas as taxas aduaneiras em atraso.[290]

Em termos gerais, os confrontos entre omanitas e portugueses continuaram, com diferentes intensidades, nos anos de 1670 e 1680, sem que houvesse uma vitória decisiva para qualquer um dos lados envolvidos.[291]

Querendo aproveitar a sua vitória para acabar com as tropas omanitas, em 1670, os portugueses enviaram uma armada de alto bordo, sob o comando de D. Jerónimo Manuel, composta de sete navios, equipada com 150 canhões e carregando mais de 500 combatentes e 428 marinheiros. Perto do porto de Kong, a armada portuguesa confrontou-se com uma armada omanita numa batalha atroz e sangrenta tal como é

---

receberam conseguiram pôr o fim da batalha a seu favor. Acrescentam que os mortos do lado dos árabes chegaram a mais de 200 pessoas, tendo as restantes fugido para Mascate. Vide: Yahya bin Al-Hussain bin Al-Qassim, *op.cit*., vol.2, p. 185. Ibn Alwazir, *op.cit*., vol.1, p. 261.

[288]Cf. Eduardo Augusto de Sá Nogueira Pinto de Balsemão, *op.cit*., parte II , cap. XVII, p.86.

[289]Cf. Idem, *ibidem*, p.86. Glenn, J.Ames,*op.cit*., p. 166.

[290]Cf. Eduardo Augusto de Sá Nogueira Pinto de Balsemão, *op.cit*., parte II, cap. XVII, p. 88. António Botelho de Sousa, *Subsídios para a História das Guerras da Restauração no Mar e no Além-Mar*, vol.II, cap. X, p. 184. Panduronga S. Pissurlencar, *The Portuguese and the Marathas*, trans, P.P.Kakodkar, 1st ed., Bombay, State Board for Literature and Culture, 1975, p. 30. Glenn, J.Ames,*op.cit*., p. 166.

[291]Cf. Glenn, J.Ames,*op.cit*., p. 166.

descrita em fontes inglesas. Perdendo cerca de 500 dos seus homens, a armada omanita retirou-se para Mascate. Por seu turno, os portugueses perderam um número elevado de soldados, o que levou D. Jerónimo Manuel a regressar a Goa para preparar uma armada maior com vista a atacar de novo Mascate.[292]

Na carta que enviaram a Lisboa em Outubro de 1671, Corte Real Sampaio e Melo de Castro informavam que os omanitas tendo saído derrotados, apressaram-se a recolher as embarcações que escaparam à destruição e regressaram a Mascate.[293]

Embora tivessem conseguido manter uma armada militar em Bandar Kong, nenhuma atitude foi tomada pelos portugueses contra Mascate. Por seu lado, os omanitas mantiveram a mesma posição anterior sem nenhuma modificação nas suas tácticas. Tal hesitação, por parte de ambos os lados, em entrar numa batalha decisiva, talvez se devesse ao facto de nenhuma das partes estar certa da vitória.[294]

Com a chegada a Goa de Luís de Mendonça Furtado como vice-rei, deu-se uma ligeira alteração na política externa, contando-se mais com a diplomacia. Mesmo assim, o vice-rei, Conde do Lavradio, não interrompeu as campanhas militares contra os omanitas. Em Janeiro de 1672, o vice-rei informou o rei D. Pedro que tinha enviado 10 navios para o Estreito: seis de alto bordo e quatro de remo, comandados por António de Melo de Castro. Em Maio do mesmo ano, firmou um acordo com o Xarife Hassan, governador de Meca, que permitia aos portugueses levar mercadoria a Meca sem que as embarcações fossem atacadas e pagando 3% das taxas aduaneiras.[295]

---

[292]Cf. António Paes de Sand, *op.cit.,* p.18. Glenn, J.Ames,*op.cit*., pp. 166-167.
[293]Cf. Glenn, J.Ames,*op.cit*., p. 167. Yahya bin Al-Hussain bin Al-Qassim, *op.cit*., vol.2, pp. 191-194.
[294]Cf. Laurence Lockhart, *op.cit*., p. 364.
[295]Cf. Júlio Firmino JúdiceBiker, *op.cit*., tomo IV, pp. 197-199. Eduardo Augusto de Sá Nogueira Pinto de Balsemão, *op.cit*., parte II, cap. XVIII, pp. 90-93.Glenn, J.Ames, *op.cit*., p.167.

Em 24 de Setembro de 1672, em Sohar, foi estabelecida uma trégua entre os portugueses e os omanitas, assinando, pelo lado omanita, o representante do Imame e pelo lado português, António de Melo de Castro.[296] De entre as condições previstas na trégua incluíam-se:

- O cessar das operações militares entre as duas partes em todas as frentes.
- A trégua que vigoraria durante seis meses.[297]

Podemo-nos questionar: por que aceitou o Imame firmar uma trégua após cerca de 20 anos de conflito entre os dois lados?

Ao que se julga, o longo período dum conflito inconclusivo (1652-1672) e as perdas humanas e materiais de ambos os lados levaram as duas partes a aceitar a trégua. Mas talvez existisse um outro factor que levou o Imame a entrar em negociações com os portugueses: a trégua firmada em 1671 entre o governador do Iémen e os portugueses e segundo a qual o Iémen permitia aos portugueses utilizar a ilha de Socotorá para controlar o Mar Vermelho, o Golfo de Aden e a África Oriental.[298]

O Imame de Oman viu na trégua com os portugueses uma oportunidade para recobrar fôlego, reorganizar a situação militar e comercial, restaurar as fortificações costeiras e renovar a armada.[299]

Seja como for, a trégua entre omanitas e portugueses não durou muito, uma vez que, após a sua assinatura, o general de Melo foi detido e

---

[296]Cf. António Marques Esparteiro, *O General dos Galeões do Estado da Índia*, p. 52. Ibn Alwazir, *op.cit*., vol.2, p.294. Armando da Silva Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol.VII, p.15.
[297]Cf. Abbé Carré,*op.cit*., vol.I, p. 177n.
[298]Cf. Abbé Carré, *op.cit.,* vol.1, p. 117. António Marques Esparteiro, *Três Séculos no Mar(1640-1910)*, parte III, vol.I,p. 29. Idem, *O general dos Galeões da Índia*, p. 52. Ibn Alwazir, *op.cit*., vol.2, pp.280, 282. Yahya bin Al-Hussain bin Al-Qassim,*op.cit*., vol.2, p. 205.
[299]Cf. Abbé Carré,*op.cit*., vol.I, p.119. Yahya bin Al-Hussain bin Al-Qassim, *op.cit*., vol.2, p. 214.

enviado para Lisboa em Janeiro de 1673, acusado de contrariar as ordens do Rei e as instruções da armada.[300]

O vice-rei Luís de Mendonça Furtado justificou este seu procedimento pelo facto dos árabes constituírem um perigo, sendo uma ameaça para Moçambique, depois do seu ataque devastador a Diu. Por isso considerou que a trégua estabelecida por de Melo com os árabes constituía uma ofensa ao renome da armada portuguesa.[301]

Em Janeiro de 1676, após o seu primeiro revés, os omanitas começaram a recobrar ânimo: os seus navios mercantis voltaram a exercer a sua actividade nos portos de Mangalor, importando o arroz. Os portugueses começaram a intervir instigando os comerciantes a não venderem aos omanitas. Ao mesmo tempo, os omanitas enviaram uma armada composta por doze navios, com 600 combatentes a bordo, para atacar Diu onde montaram escadas de madeira para invadir a fortaleza. Mas a resistência portuguesa frustrou o ataque causando a morte de 200 omanitas, incluindo o comandante,[302] e capturando cerca de quarenta pessoas de entre as quais se encontravam alguns xeques.[303]

A armada omanita tinha atacado alguns navios portugueses carregados de cereais, perto da costa de Diu conseguindo destruir grande parte destes. Segundo algumas fontes, os omanitas conseguiram, sem achar qualquer resistência, invadir Baçaim saqueando muitas casas da cidade.[304]

---

[300]Cf. Júlio Firmino Júdice Biker, *op.cit*., tomo IV, pp.200-201. Abbé Carré,*op.cit*., vol.I, p.177. Eduardo Augusto de Sá Nogueira Pinto de Balsemão, *op.cit*., parte II, cap. XVIII, pp . 93-94. António Marques Esparteiro, *Três Séculos no Mar(1640-1910)*, parte III, vol.I, p.22.
[301]Cf. Júlio Firmino Júdice Biker, *op.cit*., tomo IV, p. 201.
[302]Cf. *Assentos do Conselho do Estado*, vol. IV, pp. 243. A.B. de Bragança Pereira,"Os Portugueses em Diu", p. 110.
[303]Cf. A.B. de Bragança Pereira,"Os Portugueses em Diu", p. 110.
[304]Cf. John Fryer, *A New Account of East India and Persia*, 3vols, vol. I, ed. William Crook, New Delhi, Asian Educational Services, 1992, pp.192-193. Donald F. Lach & Edwin J. Vankley, *Asia in the making of Europe*, vol. III, book 2, parte III, Chicago, The University of Chicago Press, 1993, cap. IX, p. 760. Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português 1500-1700 Uma História Politica e Económica*, p. 271.

Fryer justifica o saque que a cidade sofreu às mãos dos omanitas como uma vingança contra os portugueses.[305]

Por seu lado, Hamilton refere que, mesmo destruindo as aldeias, os omanitas não fizeram a mesma coisa com as igrejas nem derramaram o sangue dos inocentes e trataram com dignidade os prisioneiros.[306]

De um modo geral, o ataque omanita às cidades provocou muitos danos nas propriedades. Todavia, uma das consequências mais relevantes deste ataque foi a imigração de muitos comerciantes para Bombaim os quais temiam pelos seus interesses. Este facto teve o seu impacto negativo sobre a economia portuguesa.[307]

Os portugueses foram bem-sucedidos na resistência que opuseram às tropas de Sultan I, nas batalhas de 1660 e 1670 muito embora os custos das campanhas fossem muito elevados de acordo com o que vários nobres referiram nos seus relatórios ao Rei. Naquele período, o fluxo dos rendimentos da alfândega de Bandar Kong para a Fazenda do Estado contribuiu para dinamizar a economia portuguesa. Por outro lado, o restabelecimento do prestígio e do renome da armada portuguesa por obra do Conde de São Vicente e de seus sucessores fez com que os portos do Estado da Índia ficassem, em larga medida, seguros durante aquele período conhecido pela sua instabilidade.[308]

A partir de finais de 1678 e inícios de 1679, o conflito começou a adquirir um novo aspecto: a guerra marítima aberta, na qual os navios omanitas confrontavam os grandes navios portugueses em frente à costa ocidental da Índia.[309]

Em 1679, no rio Zanguizará, cinco navios omanitas foram incendiados pelos portugueses. Contudo, os portugueses falharam no

---

[305]Cf. John Fryer, *op.cit.,* pp.192-193
[306]Cf. Laurence Lockhart, *op.cit.,* p. 366.
[307]Cf. *Assentos do Conselho do Estado*, vol. IV, p. 243. Glenn, J.Ames,*op.cit*., p. 167.
[308]Cf. Glenn, J.Ames,*op.cit*., pp. 167-168.
[309]Cf. Panduronga S. Pissurlencar, *The Portuguese and the Marathas*, p. 49.

ataque às tropas omanitas as quais, com cerca de 400 combatentes, conseguiram refugiar-se no interior, perto de Bandora, onde se abrigaram, escavaram trincheiras e montaram a artilharia. A seguir, juntaram-se-lhes 400 homens enviados por Shivaji. Pelo contrário, os portugueses tiveram dificuldades em reunir armamento e soldados em número suficiente.[310]

Perante os prejuízos que a actividade comercial portuguesa sofreu devido às campanhas militares omanitas contra as praças portugueses na Índia e na África Oriental, as autoridades portuguesas discutiram, em Goa em 1679, um conjunto de propostas de entre as quais se salienta o envio de uma armada, comandada por D. Rodrigo da Costa, com a missão de se aliar a algumas tribos árabes inimigas do Imame ou com alguns xeques locais tentando convencê-los à revolta contra o Imame e à conquista de Mascate. Uma outra proposta incluía também o estabelecimento de um acordo de paz com os omanitas que garantisse a salvaguarda dos interesses portugueses sem afectar a sua soberania e a sua reputação.[311]

Em 1683, os omanitas prepararam uma grande armada para atacar os centros do comércio português na Índia aproveitando-se da fragilidade da armada portuguesa e da penúria de soldados na armada de alto bordo do norte e do Canará. Devido à escassez de dados disponíveis, não nos é possível seguir a senda dos êxitos alcançados pela armada.[312]

Naquele período, os portugueses compreenderam que a táctica de ataques relâmpago no alto mar era mais eficaz do que se envolverem numa guerra contra a costa. Assim sendo, começaram a desestabilizar a actividade comercial omanita no Golfo Arábico ao ponto de abrir caminho para se negociar uma nova trégua entre o Imame Bilárabe e o emissário português António de Melo de Castro, em 1690, com uma

[310]Cf. *Assentos do Conselho do Estado*, vol. IV, pp. 343-344. Panduronga S. Pissurlencar., *The Portuguese and the Marathas*, pp. 48-49.
[311]Cf. *Assentos do Conselho do Estado*, vol. IV, pp. 348-349. António Paes de Sande e Castro, *op.cit*., pp. 124-126.
[312]Cf. *O Chronista de Tissuary*, vol.2, nº, 5, p. 125. Alberto Iria, *op.cit*., p. 202.

duração de seis meses. As negociações incluíam uma proposta portuguesa para assinar um tratado entre ambas as partes que previa o seguinte:

1. Permitir aos portugueses estabelecerem uma feitoria em Mascate que ostentasse a bandeira portuguesa.
2. O salário do feitor seria pago pelo Imame.
3. Nos portos pertencentes ao Imame, os navios portugueses pagariam as mesmas taxas que eram pagas pelos outros navios.
4. Autorizar os portugueses a construir um forte em Casapo caso o desejassem.
5. Permitir aos navios omanitas, que tivessem cartazes, de exercer a actividade comercial nos portos portugueses.[313]

Ao que parece, as negociações não levaram as duas partes a interromper os combates e a aceitar a trégua, antes pelo contrário, por um lado, reforçou a confiança dos portugueses em si mesmos, por outro inflamou a oposição, liderada por Saif bin Sultan, irmão do Imame, a ponto de se preparar para a revolta contra este.

Para além destas causas, podemos adicionar outras que contribuíram para o desencadeamento da revolta. Em 1690, uma armada omanita perdeu uma batalha contra os portugueses na África Oriental e não houve uma resposta por parte de Mascate. Antes disso, em 1689, uma outra armada omanita tinha sofrido uma derrota perante os portugueses fora do porto de Surrate.[314]

Um relatório português, datado de 1689, refere que uma pequena armada portuguesa, composta de duas fragatas enfrentou uma esquadra

---

[313]Cf. Júlio Firmino Júdice Biker, *op.cit*., tomo IV, pp. 230-233. Giovanni Francesco Gemelli Careri, *A Voyage round the World*, parte II, Paris, [s.n] 1720, (BNP, D.S. XVIII-81),cap. IV, p. 177.

[314]Cf. *Assentos do Conselho do Estado*, vol. IV. pp. 575-576. Eduardo Augusto de Sá Nogueira Pinto de Balsemão,*op.cit*., parte II, cap.XXVII, pp. 149-150. Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português 1500-1700 Uma História Politica e Económica*, p.272. F.C. Danvers, *The Portuguese in India,* vol. II, cap. XIII, p. 370.

omanita, composta por onze fragatas: seis militares e cinco mercantis. A esquadra era proveniente de Canará fugindo, ao que se previa, à perseguição por parte da armada do sul. Do confronto resultou a fuga de alguns navios omanitas e a destruição de outros; os portugueses perderam alguns soldados e um dos seus comandantes.[315]

Estas ocorrências talvez se devam ao facto de que naquele período, e mais precisamente a partir de 1690, Oman ter começado a assistir a sinais de divisão e revolta chefiada pelo irmão mais novo do Imame Bilárabe e seu governador de Mascate. Este recusou a política seguida pelo seu irmão na gestão dos assuntos do Estado e a negociação de um acordo de paz com os portugueses. Por isso, as numerosas derrotas que a armada omanita sofreu durante o período de 1687 a 1690, talvez não se tivessem devido, em primeiro lugar, ao facto dos portugueses terem aumentado a sua força marítima, mas sim, provavelmente, às divergências entre os dois irmãos no que diz respeito aos estilos seguidos na gestão dos assuntos do Estado e do conflito omanita-português, nomeadamente na sequência das negociações decorridas entre o Imame Bilárabe e os portugueses e a assinatura de um tratado considerado por muitos omanitas pernicioso ao renome do seu país. Todas estas circunstâncias tiveram impacto na situação política de Oman e contribuíram para que Saif bin Sultan proclamasse a revolta contra o seu irmão negando-lhe a idoneidade para assumir a governação do país.

IV.1. Revolta de Saif bin Sultan I contra o Imame Bilárabe e seu impacto no conflito com os portugueses.

[315]Cf. AHU. CU.58, (Índia),*Cx, nº. 76*, doc. 47, 22 de Agosto de 1705. *Assentos do Conselho do Estado*, vol. IV. pp. 575-576. Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português 1500-1700 Uma História Politica e Económica*, p. 272.

Pelos motivos acima referidos, Saif Bin Sultan liderou a revolta contra o seu irmão, o Imame Bilárabe, em 1690. Miles acrescenta que a grande maioria dos omanitas simpatizavam com Saif devido à sua forte e aventureira personalidade e aos seus atributos como chefe. Estas características combinavam com o espírito de aventura e combate que representou bem a época Yarubita, característica esta que predominava entre os omanitas e pela qual ficaram conhecidos os príncipes Yarubitas.[316]

Na opinião de Al-Salmī, Saif conseguiu impor-se ao país e ao povo com o seu entusiasmo no mesmo momento em que Bilárabe deixou de defender o seu direito: o poder vai sempre para o mais forte.[317]

Por outro lado, Al-Siabī é da opinião de que o egoísmo é uma doença oculta que acaba por retirar o bem aos seus donos e disseminar o mal no seio deles. Foi precisamente isso que Saif fez ao contestar a governação do seu irmão, o justo e tolerante Imame Bilárabe.[318]

Segundo Windel Philips, a revolta de Saif principiou com um conjunto de disputas ciumentas com o seu irmão, o Imame Bilárabe, que se distinguia pela sua brutalidade.[319]

Podemos resumir nos seguintes termos os detalhes da revolta que estava prestes a provocar uma guerra civil entre os omanitas: o Imame Bilárabe achou-se semi-isolado nomeadamente após ter perdido, como chefe legítimo, a lealdade dos seus súbditos. A situação agravou-se quando a cidade de Nizwa, primeira capital dos Yarubitas, por instigação de Saif, se recusou abrir as suas portas ao Imame o qual, perante tal recusa, se dirigiu para Gibrin, sua sede e seu palácio. Ao mesmo tempo, Saif começou a apoderar-se das fortalezas e dos fortes e a preparar os

[316]Cf. S.B.Miles, *op.cit*., p. 167.
[317]Cf. Al-Salmī, *op.cit*., vol.2, p.97.
[318]Cf. Al-Siabi, *op.cit*., vol.4, p. 185.
[319] Cf. Windel Philips, *Oman: A History*, London, p.136.

exércitos para combater o seu irmão. Dirigiu-se, então, para Gibrin impondo-lhe um duro cerco. Contudo, os soldados do Imame conseguiram defender o Forte e resistir aos revoltosos. A súbita morte do Imame Bilárabe, em Gibrin, deixou o caminho livre para que Saif assumisse o Imamato.[320]

As opiniões dos dois irmãos estavam em pólos distintos. Tal divergência surgiu logo depois da morte do seu pai, Sultan I. O Imame Bilárabe procurava alcançar um acordo com os portugueses para pôr fim ao longo conflito e deste modo, se dedicar à construção do estado moderno e se interessar pelos assuntos internos, pela divulgação do ensino, a formação dos *'Ulama'*, sem contudo descuidar a área militar enquanto instrumento para proteger a pátria e garantir a segurança no país.[321]

A perspectiva de Saif consistia em dar prioridade ao reforço do sector militar adquirindo armas e cavalos e desenvolvendo a armada que constituía o único meio para impor o domínio e edificar o império omanita, impelido pelo espírito de aventura e por uma grande ambição pelo poder.[322]

Mencionando os primeiros sinais da disputa entre os príncipes Yarubitas, a carta enviada a Lisboa pelo vice-rei em 24 de Janeiro de1683, refere-se aos focos de tensão entre o Imame e os xeques príncipes considerando tratar-se de uma oportunidade a não desperdiçar.[323]

Semelhante tensão talvez se possa explicada pela clara divergência nos pontos de vista dos dois irmãos relativamente às questões

---

[320]Cf. Al-Salmī, *op.cit*., vol.2, pp. 95-97.
[321]Cf. *Oman fi Al-Tarikh,* dir, Ministério da Informação do Sultanato de Oman, London, Amail Publisher, 1995, p. 389.
[322]Cf. Ahmed Hamoud Al-Maamiry, *op.cit*., p.40.
[323]Cf. *APO*, tomo1, vol.3, parte 1, p.xcvi. A.B, de Bragança Pereira,"História das Relações Diplomaticas de Portugal no Oriente" in *Oriente Português*, nº. 24 e 25, Bastorá, Tipografia Rangel, 1939, pp. 137-329, p. 232.

militares. Tal facto pode ser deduzido pela referência feita nas fontes portuguesas segundo a qual uma grande armada foi preparada pelos omanitas para atacar os portugueses nos finais de 1683.[324]

O fracasso no envio desta armada pode ter sido um dos motivos que provocaram os primeiros sinais da luta.

Apesar das grandes vitórias realizadas por Saif I depois de ter assumido o Imamato em 1692 e cujo reinado durou até ao tempo do seu filho, Sultan II, os sinais da revolta que Saif I conduziu contra o seu irmão, o Imame legítimo, não foram extintos. Permaneceram adormecidos até que foram reacendidos no tempo do seu neto, Saif II. Estas perturbações provocaram o desmoronamento da unidade nacional e uma guerra tribal rude durante a qual a soberania do país esteve exposta ao perigo da intervenção persa, culminando com a queda da própria dinastia Yarubita e com o surgimento da dinastia Al-Busaid que assumiu o poder até aos dias de hoje.

A luta entre Saif I e o seu irmão Bilárabe levou a que se descurasse a actividade comercial nomeadamente na África Oriental o que fez com que surgissem os sinais de divisão, lutas e rivalidades políticas entre os próprios governantes, bem como a intervenção dos portugueses para recuperar o domínio sobre algumas cidades costeiras que tinham sido conquistadas por Oman.

Tanto o Imame Sultan bin Saif como o seu filho Bilárabe tinham deixado guarnições omanitas em algumas cidades suaílis. Zanzibar, por exemplo, estava sob a protecção da tribo al-Harthi embora a sua rainha, Fátima bint Hassan, permanecesse leal aos portugueses. Por sua vez, Pate encontrava-se sob a protecção da tribo nabahanita que lá existia antes da chegada dos portugueses. A tribo al-Mazroui concentrava-se em

[324]Cf. BA, *Cod.51-VII-23*. Cartas da Índia, nº. 129. Goa, 29 de Agosto de 1683, fols. 271-272v. *APO*, tomo 1, vol.3, parte 1, p.CIV.

Mombaça enquanto os portugueses mantiveram a Fortaleza de Jesus até a sua queda em 1698.

Durante o reinado de Saif I, Oman conheceu um enorme desenvolvimento e florescimento especialmente na área militar onde o Imame continuou a incomodar os portugueses. Durante o período de 1693 a 1698, muitas campanhas militares foram enviadas. Nestas campanhas, apesar da superioridade dos portugueses, estes não conseguiram alcançar uma vitória decisiva, pelo contrário, perderam muitas das suas propriedades.[325]

O relatório de D. Manuel Lobo da Silveira refere que os omanitas queriam pagar 100.000 rupias para convencer o governador de Ponda a preparar cerca de dez mil combatentes e lhes fornecer cavalos para expulsar os portugueses de Goa. Acrescenta o relatório que os omanitas recorreriam a todos os meios disponíveis para prejudicar os portugueses. Este facto tornou-se mais evidente após a libertação de Mascate e o domínio do comércio na região passou para as mãos dos omanitas.[326]

Em 1693, o Imame Saif I enviou a sua armada para atacar a ilha Salcette, perto de Bomabiam como também as cidades de Barcelor e Mangalor. Os portugueses conseguiram causar alguns danos à armada omanita.[327]

Por outro lado, durante uma batalha que durou um dia inteiro perto de Surrate em Abril de 1694, uma armada portuguesa composta de três navios obrigou à fuga de uma armada omanita, formada por catorze navios, de entre os quais oito estavam equipados com quarenta a sessenta canhões e os restantes com vinte a vinte e cinco canhões.[328]

---

[325]Cf. *APO*, tomo IV, vol. II, parte II, p. 322. Giovanni Francesco Gemelli Careri, *op.cit*., parte II, cap. IV, p. 177. Laurence Lockhart, *op.cit.,* p.364.
[326]Cf. *Assentos do Conselho do Estado*, vol. IV, pp.491, 492 e 495.
[327]Cf. BNP, *PBA. 439*, Carta do D.Pedro II, ao vice-rei da Índia Conde de Vila Verde, 1 de Março de 1697, fol. 48. *APO*, tomo IV, vol. II, parte II, p. 322.
[328]Cf. Giovanni Francesco Gemelli Careri, *op.cit.,*parte III, cap.IV, p.199. *BFUP,* nº.43, ficheiro1, gaveta1, divisão 6, p.137. Armando da Silva Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha*

Perto dos finais do século VII, mais exactamente em 1695, os portugueses atacaram uma armada omanita no porto de Rajapor. A armada era composta por uma fragata chamada Sutany(sultany), que montava trinta e dois peças e, levava mais de 300 homens com muitas munições de pólvora e bala. A segunda chamada Fatey (Al-Fathy) montava vinte peças, levava 200 homens; a terceira chamada Quarqui montava dazoito peças, trazia 200 homens. A armada omanita carregava pólvora, balas e cavalos, para Sivagi, o inimigo dos Mogóis. Foi imposto um cerco aos omanitas para impedir que saíssem do porto. De seguida, foram atacados e as escaramuças persistiram durante um dia. Não obstante a enorme resistência por parte dos árabes cujo fogo de canhões e espingardas era intenso, a batalha terminou com o incêndio de dois barcos omanitas e a morte de um elevado número de soldados (segundo fontes portuguesas contaram-se 200 homens) e outros tantos feridos. Com efeito, os números são desproporcionados em comparação com a dimensão da batalha. Os danos sofridos pela armada portuguesa foram muito reduzidos: morreram seis homens e o número de feridos teria sido entre trinta e quatro a quarenta. Como presa, os portugueses levaram vinte e sete canhões de calibres quatro e oito.[329]

Segundo fontes portuguesas, a bordo da armada omanita trabalhavam alguns ingleses como pilotos e artilheiros. A estes juntaram-se mais dez que tinham fugido de Goa. Foram eles que propuseram aos omanitas incendiar dois barcos que iriam cair nas mãos dos portugueses,

---

Portuguesa, vol.VII, pp.29-31. Eduardo Augusto de Sá Nogueira Pinto de Balsemão, *op.cit*., parte II, cap. XXVIII, pp.152-153.

[329]Cf. BNP, *PBA, 439*, Carta do Rei de Portugal a Conde de Villa Verde vice-rei da Índia, Lisboa, 16 de Agosto de 1696, fol. 114r. BA, *Cod, 51-IX-33*, Relação do Estado em que fica o Estado da Índia(S.I. N.D), fol. 220r. BA, *Cod, 51-IX-33*, tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fol. 512r. J. H. Da Cunha Rivara, *O Chronista de Tissuary*, vol.2, nº. 21, pp. 200-201. Giovanni Francesco Gemelli Careri, *op.cit.,* parte III, cap. IV, p.198, e cap. V, p. 201. Panduronga S. S. Pissurlencar, *Agentes da Diplomacia Portuguesa na Índia,* p. 571.

para que estes não os pudessem utilizar.[330] Em simultâneo, o vice-rei deu instruções para enviar uma equipa de mergulhadores e equipamentos para resgatar os canhões dos barcos afundados.No porto, os portugueses encontraram duas galeotas pequenas que pertenciam aos omanitas: queimaram uma e capturaram a outra. Todavia, a missão de procurar os canhões afundados não foi completada, pois as informações indicavam que outra armada omanita estava prestes a chegar ao porto.[331]

Quando os omanitas atacaram Bandar Kong em 1695 e ameaçaram os persas,[332] estes últimos, após recusa dos holandeses e ingleses, pediram auxílio aos portugueses. A reduzida ajuda que os portugueses conseguiram oferecer era constituída por três fragatas. Tal medida por parte dos portugueses excitou a cólera dos omanitas, que enviaram a sua armada para a Índia ocasionando prejuízos à feitoria portuguesa de Mangalor.[333] Esta armada omanita, composta de catorze barcos, alguns de grande força, aportou em Mangalor em 12 de Março de 1695 aproveitando a ausência da armada portuguesa: o capitão-mor da armada do sul tinha-se dirigido para Calcutá para firmar um acordo de paz com o seu rei. Em Mangalor, apenas havia uma parte da cáfila guardada com quatro sanguiceis de guerra. Aquando da sua chegada, a armada omanita envolveu-se com uma embarcação que pertencia à Companhia francesa que se achava atracada no porto. Após um confronto que durou duas horas, a embarcação francesa teve de fugir para não cair nas mãos dos omanitas. No dia seguinte, os bateis omanitas envolveram-

[330]Cf. *O Chronista de Tissuary*, vol. 2, nº. 21, p. 201. Eduardo Augusto de Sá Nogueira Pinto de Balsemão, *op.cit*., parte II, cap. XXX, p.161.
[331]Cf. *O Chronista de Tissuary*, vol. 2, nº. 21, pp.201-202. Eduardo Augusto de Sá Nogueira Pinto de Balsemão, *op.cit*., parte II, cap. XXX, p. 162.
[332] Cf. J.G.Lorimer, *op.cit*., parte 1, vol.1, p. 116.
[333]Cf. BNP, *PBA, 439*, Carta do Rei de Portugal a Conde de Villa Verde Vice-rei da Índia Lisboa, 16 de Agosto de 1696, fol. 114r. BA, *Cod, 51-IX-33*, Relação do Estado em que fica o Estado da Índia(S.I. N.D), fols. 220r-220v. *BFUP,* nº.46, ficheiro 4, gaveta1, divisão 3, p.148. Laurence Lockhart, *op.cit*., p..365 Armando da Silva Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol.VII, p.38.

se num combate com os navios portugueses que se encontravam no rio. Tomados pelo medo, os navios portugueses começaram a disparar contra as embarcações militares, incendiando-as. Perante o horror de tal cenário, os soldados, que procediam maioritariamente das populações locais, começaram a atirar-se para o mar e bem como os parangues para o rio, tendo muito deles logrado escapar. O ataque omanita contra Canará foi motivado, por um lado, pela recusa, por parte da rainha, de lhes conceder uma feitoria e por outro, devido às boas relações entre Canará e os portugueses. Durante o ataque, os omanitas conseguiram apreender duas embarcações pertencentes à rainha.[334]

Um relatório do vice-rei, datado de 1698, refere alguns êxitos conseguidos pela armada portuguesa contra os omanitas, perto de Mascate, apesar da reduzida dimensão da armada portuguesa em termos de equipamento e munições quando comparada com a armada omanita.[335] Neste relatório, são mencionados os pormenores da batalha que os portugueses consideraram importante para recuperar o renome da sua frota frente aos omanitas e demonstra até que ponto a armada portuguesa era capaz de se revelar superior nos combates em campo aberto. A referida batalha teve lugar fora de Mascate. Quando a armada portuguesa, comandada pelo general Francisco Pereira da Silva se aproximou da cidade, apareceu logo uma armada omanita, composta por oito embarcações, para além de um grupo de homens vindos da fortaleza em quatro terraquins para, depois, serem transferidos para quatro fragatas. Perseguindo os portugueses, as duas armadas envolveram-se numa rude batalha que durou das 8h00 até às 15h00. Deste confronto resultou a fuga dos omanitas para Mascate com elevados prejuízos humanos e materiais: pereceram cerca de 200 homens, entre eles o *Wali* de Matrah que

[334]Cf. *O Chronista de Tissuary*, vol. 2, nº, 21, pp.203-204.
[335]Cf. BNP, *PBA, 439*, Carta do Conde de Villa Verde vice-rei da Índia ao Rei de Portugal, Goa, 10 de Janeiro de 1698, fol. 310r.

comandava a campanha. Do lado português, morreram dois homens e dezoito ficaram feridos. A batalha foi considerada pelos portugueses como uma grande vitória que contribuiu para o restabelecimento do prestígio da sua armada.[336]

Por outro lado, os portugueses estavam interessados em tirar partido das informações que lhes tinham chegado e que mencionavam o assassinato ou a morte do Imame nos finais de 1697 e a instabilidade e perturbações que daí poderiam advir. Os portugueses acharam que se tratava de uma ocasião propícia para levarem a cabo uma acção contra Oman. Quando o assunto foi colocado pelo vice-rei, Conde de Vila Verde, ao Conselho do Estado, foi referido que devido à escassez de meios, os Estado não estava em condições de executar qualquer acção contra Mascate.[337]

De um modo geral, entre finais do século XVII e princípios do século XVIII a força marítima omanita navegava às claras nas águas do Mar Arábico ameaçando as frotas mercantis portugueses ou aquelas que pertenciam aos portos portugueses e que vogavam sem vigilância dada a escassez do capital imprescindível para custear os navios de protecção.[338]

Em 26 de Fevereiro de 1700, 2.000 combatentes omanitas, a bordo de uma armada formada por sete navios, conseguiram desembarcar nas costas da Ilha de Salcete, na província de Baçaim. Os omanitas atacaram a aldeia de Manorim e algumas outras aldeias vizinhas. Porém,

---

[336]Cf. BNP, *PBA, 439,* Carta do Conde de Villa Verde vice-rei da Índia ao Rei de Portugal, Goa, 2 de Janeiro de 1698, fols, 271r-271v. Eduardo Augusto de Sá Nogueira Pinto de Balsemão, *op.cit*., parte II, cap.XXXII, pp.169-171. *BFUP,* nº.50, ficheiro 4, gaveta1, divisão 6, p.76. F.C. Danvers, *The Portuguese in India,* vol. II, cap. XIII, pp. 373-374. Armando da Silva Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol.VII,pp. 39-41. J.G.Lorimer, *op.cit*., parte 1, vol.1, p. 117.

[337]Cf. BNP, *PBA, 439*, Carta do vice-rei Conde de Vila verde ao Rei de Porugal, 14 de Janeiro de 1698, fol. 340r, cópia da carta de Rostumo, assistente em Surrate, ao vice-rei Conde de Vila Verde, 13 de Dezembro de 1697, fol.341r. Proposta para o Conselho do Estado, fols.342r-343r. AHU. *Cod.212*, fls.311-311v, Carta do Rei ao vice-rei Conde de Villa Verde, Lisboa 8 de Fevereiro de 1699. BA, *Cod. 51-VII-25*, tomo 2, Lisboa, 22 de Março de 1699, fol. 9. Goa, 2 de Janeiro de 1701, fol. 10. *BFUP,* nº.50, ficheiro 4, gaveta 1, divisão 6, p. 83.

[338]Cf. *APO*, tomo1, vol.3, parte 1, p. 227. *Nova História da Expansão Portuguesa, O Império Oriental 1660-1820,* vol.V, tomo II, p. 219.

a guarnição portuguesa e local impediu que os omanitas conseguissem ocupar o Fortim de Versava. Um outro contingente português, constituído por cem homens, tentou conter os soldados omanitas para que não avançassem para Bandorá enquanto aguardavam pela chegada de uma força adicional de 600 combatentes, chefiados por Domingos de Macedo Rangel, a qual se encontrava a travar combates contra os maratas. Em Março, as tropas omanitas envolveram-se, num frente a frente, com cerca de 750 combatentes portugueses, numa batalha referida como feroz. As tropas omanitas retiraram-se para Sidy de Danda para aí cuidar dos seus feridos e reunir as suas fileiras. Os omanitas perderam cerca de 600 homens ao passo que as perdas dos portugueses se limitaram a sessenta mortos e seis feridos. Durante o ataque, os omanitas queimaram algumas aldeias, conseguiram apoderar-se de sete pequenos canhões[339] e causaram sérios estragos nas fortificações de Salcete, o que obrigou a posteriores trabalhos de restauro de modo a estarem aptos a enfrentar os próximos perigos.[340]

Na mesma época, os portugueses atacaram Canará, destruindo os navios omanitas atracados e carregados de arroz. Incendiaram igualmente três bangassais e um celeiro cheios de arroz. As fontes portuguesas avaliaram os prejuízos dos omanitas em cerca de 500.000 xerafins.[341]

---

[339]Cf. BA, *Cod. 51-VII-24*, tomo1, Goa, 15 de Janeiro de 1700, fols. 204v-205r. BA, *Cod.51-VII-27*.Miscelânea Ultramarina, Séc. XVII,Sucessos da Índia por Maior desde 20 de Setembro de 1698 em que tomou posse dela o exmo.sr. vice-rei António Luís da Camara Coutinho, fols. 42v-43r; publ. *Infra*, doc.11. BA, *Cod.54-IX-22*, nº.163, *e Cod. 54-IX-22*, nº. 195, Goa, 8 de Janeiro de 1701, fols. 2v-3r; publ. *Infra*, doc.13. *BFUP,* nº.35,36,37, ficheiro1, gaveta1, divisão 5, pp.378-379, 405-406. *Assentos do Conselho do Estado*, vol. V, pp. 101, 103. *APO*, tomo1, vol.3, parte 1, pp. CLXXXV-CLXXXVI, e pp. 25, 28,29, 31 e 41. A.B. de Bragança Pereira,"História das Relações Diplomaticas de Portugal no Oriente", pp. 321-322. António Marques Esparteiro, *O General dos Galeões do Estado da Índia*, pp. 34-35.

[340]Cf. BA, *Cod. 51-VII-24*, tomo1, Goa, 15 de Janeiro de 1701, fol. 207v. BA, *Cod.54-IX-22*, nº.163, *e Cod. .54-IX-22*, nº. 195, Goa, 8 de Janeiro de 1701, fols. 2v-3r; publ. *Infra*, doc.13.

[341]Cf. *APO*, tomo1, vol.3, parte 1, p. 28. A.B, de Bragança Pereira,"História das Relações Diplomaticas de Portugal no Oriente", p. 322.

Conforme referem as fontes portuguesas, no dia 2 de Abril os omanitas regressaram a Mascate em mau estado devido às severas derrotas que tinham sofrido durante aquela época.[342]

Para acautelar as tentativas de prejudicar os interesses económicos através dos frequentes ataques omanitas contra os postos comerciais dos portugueses na costa ocidental da Índia, nos inícios de 1701, o vice-rei deu ordens para que a Armada de Alto Bordo, comandada pelo general Francisco Pereira da Silva, acompanhasse a cáfila que rumara para Surrate. O general tinha ordens para não deixar os inimigos entrarem naquele porto. As autoridades portuguesas tinham recebido informações segundo as quais uma armada omanita, formada por catorze embarcações, se preparava para atacar um posto comercial português. Em Surrate, os portugueses conseguiram apoderar-se de quatro ou cinco embarcações pertencentes aos comerciantes arménios procedentes de Bengala. Em Abril do mesmo ano, na sequência da chegada de informações que indicavam que a armada omanita navegava em direcção aos portos persas, a armada portuguesa dirigiu-se para o Golfo no sentido de acudir ao rei da Pérsia. Todavia, tendo a armada omanita partido, o confronto com a armada portuguesa não se realizou. A seguir, a armada portuguesa encaminhou-se para Baçorá com o intuito de receber o dinheiro relativo à venda dos cartazes que permitiam uma navegação segura.[343]

Nos finais de 1703 e princípios de 1704, os omanitas voltaram de novo a atacar a costa indiana. Uma armada omanita, composta de nove naus e fragatas e uma galeota, levando a bordo 300 homens, navegou para atacar Diu. Porém, ao saber que uma armada portuguesa, sob o comando

---

[342]Cf. *APO*, tomo1, vol.3, parte 1, p. 63.

[343]Cf. BA, *Cod. 51-VII-24*, tomo1, fol. 206v. *Assentos do Conselho do Estado*, vol. V, pp. 125, 130, 131. *APO*, tomo1, vol.3, parte1, pp. CLXXXVIII, 110-112 e 120. A.B. de Bragança Pereira,"História das Relações Diplomaticas de Portugal no Oriente", p. 324. António Marques Esparteiro, *O General dos Galeões do Estado da Índia*, pp. 35-36. Armando da Silva Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol.VII, p. 44.

de Jorge de Sousa de Meneses, se dirigia para o porto, os omanitas apressaram-se a ir para Damão enviando duas embarcações, que levavam cavalos, para o porto de Surrate. Em Damão, os omanitas desembarcaram e atacaram as aldeias vizinhas da cidade, provocando graves estragos. Em simultâneo, enviaram 500 combatentes, através do rio Umbarçarim para atacar as aldeias interiores. Os portugueses responderam enviando, a partir de Damão, Francisco de Melo de Castro comando de uma unidade de cavalaria e infantaria com o propósito de barrar o caminho aos omanitas impedindo-os de chegar aos seus navios, para assim os aniquilar. Todavia, graças às informações que os omanitas obtiveram de um navio holandês sobre a iminência da chegada de tropas portuguesas, os combatentes omanitas retiraram-se para Surrate. Perseguindo os omanitas, a armada de Sousa Meneses dirigiu-se para Surrate onde se lhe juntou a Armada do Norte com três fragatas sob o comando do capitão-mor, D. António de Meneses. Outros reforços foram ainda enviados pelo vice-rei. A armada portuguesa era composta por oito navios de alto bordo e 1500 soldados, ao passo que a armada omanita tinha nove grandes navios e um certo número de terraquins que transportavam 3500 omanitas, 500 turcos, alguns argelinos e europeus. Em 2 de Fevereiro de 1704, as duas armadas defrontaram-se, no porto de Surrate, num combate descrito pelas fontes portuguesas como violento. As áreas exteriores dos navios estavam atravancadas de cadáveres, e um elevado número de embarcações foi incendiado. Segundo as fontes portuguesas, houve um grande número de mortos entre os árabes: a capitânia contava 280 mortos de entre os quais o general, para além dos muitos feridos; a almiranta tinha 190 mortos, incluindo o próprio almirante, além de incalculáveis feridos. De um modo geral, durante a batalha, foram destruídas várias peças da armada omanita e as restantes peças fugiram para Mascate. Os omanitas perderam cerca de 700 homens enquanto que, do lado

português, houve 90 mortos e 30 feridos.[344] Embora houvesse algum exagero na estimativa referente ao número dos mortos omanitas, tratou-se deveras de um confronto bárbaro acerca do qual Caetano de Melo disse: "foi um choque dos mais renhidos que há muitos anos se viu na Índia".[345] Caetano de Melo estranhou a admiração de que gozavam os omanitas junto das outras forças quando estes se mostravam fracos no confronto com os portugueses. Caetano de Melo disse ainda: "teve muitas circunstâncias para ser aplaudida, por que se pelejou à vista dos ingleses e holandeses e dos mesmos mogores que avaliavam os árabes pelos mais valorosos soldados da Ásia e os temiam e respeitavam".[346]

Ao que parece, a derrota que os omanitas sofreram afectou, durante algum tempo, a actividade da sua frota marítima: as frotas mercantis portuguesas continuaram, até finais de 1705, a navegar de Diu para Judá sem que fossem interceptadas pelos omanitas e os navios mercantis indianos exerciam, facilmente, a sua actividade comercial com Mascate.[347]

Correram boatos segundo os quais, a eficiência da armada omanita ficou abalada pela derrota frente aos portugueses. Mas esta situação durou pouco tempo, uma vez que, rapidamente, o Imame de Oman procedeu ao conserto das fragatas enviando oito destas, numa

[344]Cf. BPE, *Cod. CV/ 1-1*, fl.200v. AHU- CU-58(Índia), *Cx. 76*, doc. 48, Goa, 20 de Fevereiro de 1704; publ. *Infra*, doc. 18. BA, *Cod. 54-IX-15*, nº. 211, Carta de Caetano de Melo de Castro vice-rei da Índia ao P. Sebastião de Magalhães, Goa, 12 de Janeiro de 1704, fols. 3r-4r; publ. *Infra*, doc.17. *Assentos do Conselho do Estado*, vol. V, pp. 155-157. *APO*, tomo1, vol.3, parte 1, pp. 227-230 e 268-269. *BFUP,* nº.38,39,40, ficheiro1, gaveta1, divisão 5, pp.210-211. Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. V, 2ª ed, Editorial Verbo, p. 293. *Os Portuguezes em Africa, Asia, America e Oceania*, vol. VII, Lisboa, Typografia de Borges, 1850, cap. V, pp. 141-143. Armando da Silva Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol.VII,pp. 47, 49.

[345]Cf. António Marques Esparteiro, *O General dos Galeões do Estado da Índia*, pp. 37-38, 46 e doc.15 p. 108.

[346]Cf. António Marques Esparteiro, *O General dos Galeões do Estado da Índia*, pp. 37-38, 46 e doc. nº.15 p. 108. Armando da Silva Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol.VII, p. 49.

[347]Cf. AHU- CU-58(Índia), *Cx 76*, doc. 48, Goa, 20 de Fevereiro de 1704; publ. *Infra*, doc.18. Eduardo Augusto de Sá Nogueira Pinto de Balsemão, *op.cit*., parte III, cap. III, p. 9. Armando da Silva Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol.VII, p. 49.

armada composta de uma galeota grande, dois batelões, levando canhões e um grande número de terradas e terraquins. Em finais de 1705, a armada omanita rumou, com o intuito de a atacar, para a costa ocidental da Índia, tendo tido o cuidado de evitar encontrar-se com a Armada do Norte, e chegou a Damão. Informados disso, os portugueses enviaram uma armada e, por terra, alguns soldados de infantaria, com a missão de embargar o avanço dos omanitas. Mesmo assim, vista a sua localização estratégica, os omanitas conseguiram desembarcar. 1500 combatentes atacaram o forte de São Jerónimo e encaminharam-se, depois, para Damão de Cima. Aí ocorreram escaramuças entre as tropas omanitas e portuguesas. Devido à desorientação que se gerou no seio dos omanitas, um elevado número de combatentes pereceu. Os omanitas fugiram para Mascate, depois de terem incendiado a aldeia.[348]

No início de 1706, os omanitas prepararam uma armada de alto bordo, composta de dezoito navios. A armada foi dividida em três frentes: 4 navios dirigiram-se para a costa da África Oriental com a missão de dar apoio à guarnição de Mombaça e Zanzibar; três navios navegaram para o estreito de Ormuz, talvez para atacar Kong. Segundo fontes portuguesas, ignora-se para onde foram as restantes peças da armada. [349] Parece que duas fragatas se dirigiram para Judá. Sob o mando do capitão-de-mar-e-guerra Manuel Rodrigues Prestes, uma armada portuguesa foi enviada para Judá onde, no começo de Maio, se encontrou com a armada omanita, atracada no porto. Em 9 de Junho, após ter deixado o porto de Judá, a armada omanita foi perseguida pela armada portuguesa e houve uma escaramuça durante a qual todos os navios sofreram danos.[350]

---

[348]Cf. *Assentos do Conselho do Estado*, vol. V, pp. 189-190. *APO*, tomo1, vol.3, parte 1, pp. 349-350.
[349]Cf. *APO*, tomo1, vol.3, parte 1, p.420.
[350]Cf. Armando da Silva Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol.VII, p. 63.

Em Fevereiro de 1708, uma outra armada omanita, constituída por catorze embarcações, rumou para a costa sul da Índia: cinco navios atacaram Barcelor; quatro dirigiram-se para a barra de Calianapor; os restantes 5 seguiram para Molinquem. Diante desta movimentação, as autoridades portuguesas enviaram avisos aos portugueses para não interceptarem as peças da armada omanita a fim de não virem a cair nas suas mãos.[351]

Contudo, parece que o facto da armada omanita, que levava mais de 2.000 combatentes, se ter dirigido para Canará, causou a indignação dos portugueses. O vice-rei deu ordens para que fosse preparada uma armada sob o comando do capitão-mor Manuel de Melo da Silva, com a missão de defender as fortalezas de Onor, Mangalor e Barcelor. A duas armadas encontraram-se em Canará onde enfrentaram uma forte resistência por parte dos habitantes, o que os forçou à retirada, deixando para atrás os mortos, e feridos e os equipamentos militares. Dirigiram-se para Mangalor onde os omanitas tentaram desembarcar e invadir a cidade por meio dos terraquins. O desembarque não se realizou devido à intervenção da armada portuguesa que se achava no porto. Perante o forte bombardeio por parte da artilharia portuguesa, os omanitas foram forçados a retirar, tendo a sua armada sofrido a destruição e a morte de mais de 1.200 homens. As fontes portuguesas mencionam que se não fosse a intervenção dos príncipes do palácio, o Imame teria ambicionado exterminar os fugitivos.[352]

Depois daquele triunfo, os portugueses tentaram apertar o cerco aos omanitas: em meados de Dezembro de 1708, o vice-rei deu ordens ao capitão-mor Manuel de Melo da Silva para se dirigir a Mangalor com o

---

[351]Cf. *APO*, tomo1, vol.3, parte 1, p.435.

[352]Cf. *APO*, tomo1, vol.3,parte 1, pp. 455-457. Eduardo Augusto de Sá Nogueira Pinto de Balsemão, *op.cit*., parte III, cap.V, p. 18. Armando da Silva Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol.VII, pp. 65-66.

propósito de impedir que os navios carregassem arroz para Mascate. Avisos da mesma natureza foram enviados para os portos de Sunda, Diu e Surrate.[353]

Certas fontes portuguesas relatam que o rei de Canará enviou uma embaixada a Mascate, convidando o Imame de Oman a enviar os navios omanitas para comerciar nos seus portos. Esta situação deu-se na sequência de uma escaramuça ocorrida em 1708 da qual a armada omanita saiu vitoriosa e o navio Nossa Senhora das Ondas foi destruído. É provável que o confronto tenha acontecido perto de Sunda na sequência de anteriores escaramuças. As mesmas fontes referem que os portugueses queriam enviar uma armada para proteger as costas das ilhas Corjuvem e Panelem bem como as regiões pertencentes ao rei de Sunda.[354]

As tentativas, que partiam de ambos os lados, português e omanita, para estabelecer a trégua ou uma paz duradoura, eram encaradas com muita cautela quer por parte dos omanitas quer por parte dos portugueses, pois ambos receavam tratar-se de manobras de aproveitamento do período da paz para restaurar e aperfeiçoar as armadas, renovar as munições e adquirir armamento.[355] Segundo alguns portugueses, os omanitas aparentavam querer a paz com os portugueses sempre que se encontravam numa posição mais fraca ou quando as suas tropas sofriam algum revés. Nestes casos, procediam às negociações com os portugueses preferindo que estas decorressem em Bandar Kong e não em Goa porque a primeira lhe ficava mais próxima. O pretexto de fazer a paz constituía uma situação que os omanitas aproveitavam para reunir as suas forças e enviar os seus navios militares para os portos de Surrate a

---

[353]Cf. *Assentos do Conselho do Estado*, vol. V, p. 238. *APO*, tomo1, vol.3, parte 1, p. 453.
[354]Cf. *Assentos do Conselho do Estado*, vol. V, p. 238. Eduardo Augusto de Sá Nogueira Pinto de Balsemão, *op.cit*., parte III, cap.V, p.19.
[355]Cf. *Relação dos progressos das Armas Portuguesas no Estado da Índia no anno de 1714.sendo Vice-Rei e Capitão General do mesmo Estado Vasco Fernandes César de Menezes*, parte IV, Lisboa, Na Officina de Pascoal da Sylva impressor de Sua Majestade, MDCCXVI, p.4. António Marques Esparteiro, *O General dos Galeões do Estado da Índia*, pp.54- 55.

fim de serem reparados. Segundo a mesma opinião, aquela política seguida pelos omanitas e a utilização dos portos dos países amigos, mormente dos mogóis, para se protegerem, constituíam os meios a que recorriam para alcançar os seus objectivos contra os interesses portugueses. Perante essa situação, os portugueses adoptaram uma política que pretendia desestabilizar a confiança entre os omanitas e os mogóis partindo do pressuposto que as agressões perpetradas pelos omanitas ameaçavam os interesses económicos dos mogóis.[356] Em 1711, o Sultan Bin Saif II fora proclamado Imame de Oman. Em Setembro do mesmo ano foram enviados a Kong, dois emissários: Ali bin Sultan e o xeque Saleh. Encontraram-se com o general Pereira da Silva para discutir a possibilidade de se firmar um tratado de paz entre omanitas e portugueses. Alegando que os emissários não tinham credenciais e que ele próprio não fora incumbido daquela missão, o comandante português recusou realizar as conversações. Escreveu ao Imame informando que o assunto devia ser tratado directamente com o vice-rei na Índia.[357] Ao mesmo tempo, alguns xeques em Kong ofereceram-se para serem mediadores entre o Imame e o comandante Francisco Pereira da Silva no estabelecimento de um tratado de paz. Os portugueses achavam que semelhante tratado apenas servia os interesses dos xeques.[358] A opção da paz figurava entre as prioridades dos portugueses, visto os elevados estragos que os omanitas tinham infligido ao Estado da Índia não somente por causa dos ataques contra os seu portos, mas também porque a armada omanita cortava as rotas do comércio entre os portos portugueses, nomeadamente os portos do norte da Índia como Diu e Chaul, o que

[356]Cf. *Relação dos successos & Gloriosas Acçoens Militares Obradas no Estado da Índia, ordenadas, e dirigidas pelo Vice-Rei e Capitão General do mesmo Estado Vasco Fernandes Cezar de Menezes em anno passado de 1713,* pp. 21-22. António Marques Esparteiro, *O General dos Galeões do Estado da Índia*, p. 55.
[357]Cf. *Assentos do Conselho do Estado*, vol. V, p. 280. *APO*, tomo1, vol.3, parte 2, p. 79. António Marques Esparteiro, *O General dos Galeões do Estado da Índia*, p.52.
[358]Cf. *Assentos do Conselho do Estado*, vol. V, pp. 285-286.

expunha a Fazenda ao perigo e acarretava por conseguinte a escassez de fundos indispensáveis para cobrir as despesas.[359]

Segundo os portugueses, a paz era importante para os omanitas pelos seguintes motivos:

- Os omanitas poderiam navegar livremente e os portugueses deixariam de constituir um obstáculo à actividade comercial omanita especialmente em Goa.
- Os omanitas seriam capazes de reparar os seus navios em Surrate sem obstáculos por parte dos portugueses.
- O período de paz contribuiria para que a armada portuguesa recuperasse o seu renome.[360]

No entanto, as cláusulas propostas para o tratado de paz entre omanitas e portugueses e que foram formuladas por estes últimos, em Fevereiro de 1713, não satisfaziam a ambição dos omanitas. De entre estas cláusulas salienta-se:

- O Imame deveria restituir a fortaleza de Mombaça com todo o seu conteúdo de canhões e armas como a tinha tomado.
- Os navios portugueses e os que a estes pertenciam pagariam apenas a metade das taxas aduaneiras aplicadas nos portos omanitas.
- Os navios omanitas que faziam comércio com os portugueses ou com os portos que a eles pertencessem deveriam levar mapas do porto de Kong sob pena de virem a ser apreendidos.
- Os navios omanitas deveriam prestar auxílio aos navios portugueses onde quer que os encontrassem.

[359]Cf. Idem, *ibidem*, pp. 285-286
[360]Cf. Idem, *ibidem*, vol.3, parte 2, tomo1, p. 79.

- As autoridades de Mascate não poderiam opôr-se a que as armadas portuguesas que se dirigiam a Mascate pudessem perseguir as armadas europeias.
- Assegurariam a liberdade das trocas comerciais com os portos pertencentes ao Imame.[361]

Em 17 de Janeiro de 1714, o vice-rei do Estado da Índia enviou uma carta ao Rei de Portugal a informar que os omanitas estavam empenhados na paz e seguiam o seu caminho acrescentado que tal fora conseguido com a intervenção de alguns xeques de Kong. Mas o objectivo desta paz era o que mais preocupava os portugueses, pois os omanitas enviavam os seus navios para a reparação e comércio nos portos de Surrate. Os relatórios informavam que estavam a construir dois grandes navios num rio em Surrate, e, quando os portugueses enviaram uma expedição para os expulsar, o Nababo opôs-se.[362] Os portugueses reiteraram às autoridades mogoís a sua indignação face à destruição e caos causados no portos pelos omanitas. E chegaram ao ponto de afirmar que enquanto houvesse um Imame em Oman, seria sempre uma fonte de distúrbios para o Estado da Índia.[363]

Ao que parece, o período da paz não durou muito, pois tratava-se de curto intervalo para recuperar forças. Ambas as partes voltaram a confrontar-se. O Imame Sultan II, que subiu ao poder em 1711, seguiu os passos do seu pai relativamente aos portugueses. Desencadeou ataques contra os interesses portugueses na Índia mogol e na Pérsia e concentrou grande parte da sua actividade militar no Mar Arábico e no Golfo.[364]

---

[361]Cf. Idem, *ibidem*, vol. V, p. 283.
[362]Cf. Idem, *ibidem*, vol.3, parte 2, tomo1, pp. 94-95.
[363]Cf. *Assentos do Conselho do Estado*, vol. V, pp. 285-286.
[364]Cf. Alexander Hamilton, *op.cit.*, vol.1, pp. 74-75.

Em finais de 1713, o porto de Surrate foi atacado por uma armada omanita composta de 8 navios. Durante o ataque a armada omanita conseguiu apoderar-se de um navio português, que provinha de Macau, e pertencia a Francisco Xavier Doutel. Os ataques dos navios omanitas, que originalmente não eram autorizados a navegar na costa ocidental da Índia, contra os navios do Estado da Índia, provocaram os portugueses. O vice-rei Conde de Sabugosa ordenou a constituição de uma armada de alto bordo comandada por Francisco Pereira da Silva. Embora os portugueses tivessem chegado a Surrate em 17 de Fevereiro de 1714, a batalha apenas começou em 19 de Fevereiro. Os portugueses encontraram uma armada holandesa atracada ao lado da armada omanita. Como os holandeses não queriam envolver-se no confronto, o comandante holandês pediu à armada omanita para sair do porto. Em 19 de Fevereiro, as armadas portuguesas e omanitas encontraram-se numa batalha tão renhida que ambas as armadas ficaram danificadas como referem as fontes portuguesas. O navio capitânia omanita perdeu a gávea grande. O fogo disparado pelos canhões e espingardas omanitas inutilizaram muitos dos navios portugueses. Durante o confronto, que durou até à noite, os portugueses mostraram uma forte resistência frente aos árabes que começaram a sentir o cansaço. Mal a escuridão chegou, a armada omanita fugiu do campo da batalha. As mesmas fontes terminam afirmando que com o fim desta, terminou uma das mais sangrentas batalhas na história dos portugueses na Índia durante o século XVIII.[365]

Os omanitas perderam 1.300 homens (1800 segundo algumas estimativas), verificaram-se graves danos nos navios da armada visto

[365]Cf. BNP, *Cod. 10668*,Carta do vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses ao Rei de Portugal, Goa, 24 de Novembro de 1714, (microfilme nº. F.R. 1246), fols. 35r-35v; publ. *Infra*, doc.22. Júlio Firmino Júdice Biker, *op.cit*., tomo V, pp. 312-313. A.C.Teixeira de Aragão, *op.cit.,* vol.III, p. 279. Eduardo Augusto de Sá Nogueira Pinto de Balsemão, *op.cit*., parte III, cap. VI, pp.29-30, cap.VII, pp. 33-34. Armando da Silva Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol.VII, pp.86-88.

terem sidos expostas ao fogo da artilharia. A capitânia, conseguiu, com dificuldade, chegar a Mascate após os soldados terem atirado os canhões para o mar para que o navio não naufragasse. Do lado português, morreram vinte e oito homens e ficaram feridos trinta e quatro. A armada sofreu certos danos; a capitânia recebeu grande dano no casco e nos mastros.[366] Estes números são limitados quando comparados com a dureza da batalha e com os danos nas duas armadas. Por outro lado, o número dos mortos árabes é exagerado, mas não há uma estatística precisa ou correspondente nas fontes omanitas. Ao contrário disto, imediatamente após a referida batalha, o Imame Sultan II enviou uma campanha para Kong, facto esse que reflecte a força da armada omanita. A confrontação demonstra, claramente, o desejo de cada parte em alcançar uma vitória devastadora para confirmar o seu domínio e salvaguardar o renome e a posição na zona do Oceano Índico.

Os detalhes da batalha são narrados no relatório que o vice-rei, Vasco Fernandes César de Meneses, enviou ao Rei onde se lê: " ...quando recebi as notícias de que os árabes chegaram com a sua armada a Surrate, dei ordens ao comandante da Armada do Norte para os atacar. Tinha a certeza de que a aceitação da paz por parte deles era apenas uma pretexto para restaurar os navios para, de seguida, atacar as províncias do norte. A oportunidade chegou quando os inimigos capturaram um navio pertencente a Vossa Majestade; dei ordens ao Surrate para apoiar os exércitos portugueses. Na manhã de 19 de Fevereiro de 1714 começou o ataque contra os navios dos árabes. Foi uma renhida batalha que durou desde manhã até à noite. As tropas inimigas fugiram aleatoriamente e o navio capitania dos omanitas afundou-se. Quanto aos nossos navios,

[366]Cf. BNP, *Cod. 10668*,Carta do vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses ao Rei de Portugal, Goa, 20 de Fevereiro de 1715, (microfilme nº. F.R. 1246), fols, 7r-7v; publ. *Infra*, doc.23. *APO*, tomo1, vol.3, parte 2, p. 157. Júlio Firmino Júdice Biker, *op.cit*., tomo V, p. 313. António Marques Esparteiro, *O General dos Galeões do Estado da Índia*, pp. 56-57 e doc. no. 38, p. 129.

alguns ficaram com danos. Perdemos vinte e nove homens e trinta e quatro ficaram feridos. Querendo vingar-se, os árabes entraram no estreito de Ormuz com alguns navios. Pediram ao comandante de Kong para lhes entregar o agente comercial português, pois acreditavam eles que tinha poder suficiente para obrigar o comandante de Kong a executar as suas ordens. Entraram na cidade onde facilmente queimaram algumas casas e saquearam outras. Foram atacados com tamanha fúria forçando-os a retirar-se para os seus navios sofrendo graves perdas incluindo o seu próprio comandante".[367] Algumas fontes referem os grandes danos que os omanitas causaram no porto: conseguiram invadir a cidade e queimá-la sem resistência. Saquearam a tesouraria e levaram cerca de 200 cavalos o que levou o Xá da Pérsia a pedir ajuda aos portugueses para atacar Mascate.[368]

O Imame Sultan II deu instruções à armada para se dirigir à ilha Larak e cortar as linhas de comunicação entre a Índia e os portos persas. Os omanitas conseguiram, de facto, tomar as ilhas de Queixome e Larak.[369]

No âmbito dos esforços diplomáticos visando conter a futura tensão entre os mogóis e os omanitas, em 1714, o Imame Sultan II enviou Ali bin Sultan com uma carta ao rei dos mogóis na qual o convidava à cooperação contra os portugueses. No entanto, ao que parece, o rei mogol preferiu apoiar os portugueses impedindo, segundo as fontes portuguesas, os omanitas de exercer a sua actividade comercial com Surrate.[370] Perante a recusa dos mogóis, os omanitas começaram a procurar outros portos para reparar os seus navios, recorrendo, segundo as fontes portuguesas, a

---

[367]Cf. *Relação dos progressos das Armas Portuguesas no Estado da Índia no anno de 1714.sendo Vice-Rei e Capitão General do mesmo Estado Vasco Fernandes César de Menezes*, parte IV, pp. 9-13.
[368]Cf. *APO*, tomo1, vol.3, parte 2, pp. 116, 118, 157. Júlio Firmino Júdice Biker, *op.cit*., tomo V, pp.313-314. Armando da Silva Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol.VII,p. 93.
[369]Cf. António Marques Esparteiro, *O General dos Galeões do Estado da Índia*, p.58.
[370]Cf. *APO*, tomo1, vol.3, parte 2, pp. 119, 121.

Diu. Na carta que enviou ao rei mogol em Dezembro de 1714, o vice-rei referia que a derrota dos omanitas em Surrate fora fruto do apoio mogol aos portugueses e a sua recusa em auxiliar os omanitas.[371] Num gesto de boa vontade, os portugueses enviaram 4 fragatas, levando 60 canhões, para reforçar as defesas de Surrate[372].

No início de Outubro de 1715, com objectivo de atacar Goa e tomar a Fortaleza da Aguada, foi enviada uma enorme armada omanita, composta por dez velas que eram, cinco fragatas, a capitânia com setenta e seis peças, almiranta com sessenta peças, uma fragata com cinquenta e duas, uma fragata com quarenta e oito, outra fragata com quarenta, três galeotas com vinte e quatro, dois languebotes artilhados, navios e terraquins para desembarcar. O envio da armada foi rodeado de um secretismo total: para evitar a fuga de informações, nenhum navio mercantil podia deixar Mascate. Porém, fracassada a missão, a armada omanita dirigiu-se para Bardez onde as tropas omanitas a invadiram. Em 23 de Outubro, a armada rumou para norte dos Ilhéus Queimados, perto de Goa. Entretanto, uma forte tempestade impediu a armada de se aproximar mais de Goa; os navios da armada dispersaram-se e apenas três fragatas e alguns navios conseguiram salvar-se dirigindo-se para Bandá-Rajapuri para se abrigar da tempestade.Quando as notícias chegaram ao vice-rei, este escreveu a Sidy, o governador da região, para expulsar os árabes do porto ou permitir aos portugueses atacá-los. Sem esperar pela resposta do governador da cidade, o Conde de Sabugosa enviou uma armada sob o comando de D. Lopo José de Almeida, almirante da armada do Estreito. A armada portuguesa encontrou-se com a armada omanita que se preparava para sair do porto após a reparação dos danos causados pela tempestade. Em 2 de Dezembro, as duas

[371]Cf. Idem, *ibidem*, pp. 119,121.
[372]Cf. Idem, *ibidem*, p. 139.

armadas enfrentaram-se numa curta escaramuça durante a qual a armada portuguesa conseguiu causar danos à armada omanita provocando a morte de 180 homens e um elevado número de feridos. Os portugueses perderam doze homens e dezasseis ficaram feridos para além da perda de alguns navios. Novos reforços foram enviados por Vasco Fernandes César de Meneses com o intuito de perseguir a armada omanita que se dirigiu para Surrate a fim de reparar os danos nos seus navios. Apesar da interdição aos omanitas imposta pelo rei mogol, o governador da cidade ignorou-a receando a reacção dos omanitas.[373]

A batalha não afectou a vontade dos omanitas de se aliar às forças indianas para combater os portugueses a fim de reforçar a actividade comercial entre os portos indianos e Mascate. Em 1717, os omanitas firmaram uma aliança com Sambhji Chatrapati, rei de Colapor, o qual quis conceder-lhe uma feitoria em Caroar e expulsar os ingleses das suas regiões. Por outro lado, os omanitas conseguiram também aliar-se a Angria abrindo as áreas do comércio entre os dois lados. As fontes referem a vinda, a partir de Mascate, de um navio, pertencente a Rajapor, carregando vinte e dois cavalos. O Imame mandou um enviado seu para discutir a cooperação no sector militar.[374]

No Golfo, em 1716, os omanitas conseguiram tomar a ilha de Bahrain[375]; atacar Ormuz e Larak como também as restantes ilhas do Golfo; invadir a costa persa e impedir as movimentações dos portugueses e persas. Uma guerra total foi declarada pelos omanitas na zona do Golfo visando impor o seu domínio. A guerra limitou-se às armadas portuguesas e às dos persas, seus aliados. Em 9 Janeiro de 1717, numa

---

[373]Cf. *APO*, tomo1, vol.3, parte 2, p. 260, 265, 268, 269. Eduardo Augusto de Sá Nogueira Pinto de Balsemão, *op.cit*., parte III, cap. IX, pp. 39-3841. António Marques Esparteiro, *O General dos Galeões do Estado da Índia*, pp. 59-60, 150-151. Armando da Silva Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol.VII, pp.93-95.
[374]Cf. *Assentos do Conselho do Estado*, vol. V, pp. 311-312.
[375]Cf. *BFUP,* nº.46, ficheiro1, gaveta1, divisão 8, p.224.

carta enviada ao rei de Portugal, o vice-rei exprimia o seu espanto pela resistência dos omanitas os quais, com cada derrota, tornavam-se ainda mais fortes reunindo as suas forças novamente para atacar as posições portuguesas e os seus aliados. Após a derrota que sofreram em Surrate, havia alguns anos, regressaram a Kong levando a cabo actos destrutivos. Posteriormente, dirigiram-se para Bahrain e derrotaram os persas.[376] O Imame Saif I tinha conquistado a ilha de Bahrain aos persas em 1700 vindo a abandoná-la após um curto período. O Imame Sultan II reconquistou esta ilha estabelecendo nela uma guarnição omanita. As restantes ilhas do Golfo começaram, gradualmente, a cair nas mãos dos omanitas devido à exteriorização do poder persa sob o reinado do Xá Hussain que não conseguiu impedir a actividade marítima expansionista dos omanitas no Golfo.[377]

Com a morte do Imame Sultan bin Saif II, em 1719, Oman entrou numa guerra civil que durou cerca de 25 anos. Entretanto, as relações omanitas-portuguesas continuaram nas águas do Oceano Índico, e precisamente na África Oriental, mesmo depois do desaparecimento do estado Yarubita: em algumas vezes, tratava-se de relacionamento pacífico e em outras vezes de relacionamento beligerante consoante as circunstâncias e as mudanças internacionais. Segundo as fontes portuguesas, as armadas omanitas começaram a desaparecer das águas indianas a partir de finais da terceira década do século. XVII. Tal desaparecimento deveu-se à luta tribal e à intervenção persa em Oman. De acordo com as informações que alguns portugueses trouxeram de Mascate, a luta pelo poder provocou violentos distúrbios no país afectando a armada da qual onze navios e seis pequenos barcos, além de um elevado número de terranquins pertencentes aos comerciantes, foram

[376]Cf. *APO*, tomo1, vol.3, parte 2, p. 265.
[377]Cf. J.G.Lorimer, *op.cit*., parte 1, vol.1, p. 133. António Marques Esparteiro, *O General dos Galeões do Estado da Índia*, p.58.

destruídos. Grande parte das muralhas de Mascate e um baluarte principal foram destruídos.[378]

A luta que se desencadeou entre os membros da família real levou a uma guerra civil que foi responsável pela destruição de uma grande parte da potência omanita e por graves prejuízos a economia. Estas circunstâncias viriam a beneficiar os portugueses.[379]

Conforme ao que as fontes mencionam, os navios omanitas deixaram de se dirigir para a Índia e as perturbações no país levaram muitos omanitas a emigrarem, com as suas famílias e bens para a África Oriental, fugindo aos horrores da guerra.[380] Este facto demonstra até que ponto chegou a destruição e a ruína originada pelas lutas pelo poder. Até um pouco antes da terceira década do século XVIII, as fontes portuguesas referem que a instituição militar omanita ainda sofria da destruição onde não havia nem armada, nem dinheiro, nem soldados, nem armas.[381] Contudo, segundo as mesmas fontes, a situação começou a mudar durante o ano de 1730 com Oman a recuperar a sua actividade militar. Trata-se do período em que Saif bin Sultan II começou a assumir, efectivamente, o Imamato. O país assistiu a um período de estabilidade relativa a que se seguiram outros reveses levando o país e entrar numa fase de violência. Os portugueses quiseram aproveitar-se das circunstâncias adversas, que Oman atravessava, para firmar um tratado de paz com os omanitas atendendo aos benefícios que daí poderiam advir e tomando em linha de conta o activo papel comercial que os omanitas desempenhavam. É provável que as negociações não tivessem sido concretizadas, porque, por um lado, os portugueses condicionaram a negociação com cláusulas desiguais como a de obrigar os omanitas a navegarem apenas quando

[378]Cf. BA, *Cod. 51-VII-1,* fls. 16-17. *APO*, tomo1, vol.3, parte 3, p. 203. *Nova História da Expansão Portuguesa, O Império Oriental 1660-1820*, vol.V, tomo I, pp. 320-321.
[379]Cf. BA, *Cod. 51-VII-1*, fol. 17.
[380]Cf. *APO*, tomo1, vol.3, parte 3, pp. 265, 277.
[381]Cf. Idem, *ibidem*, tomo1, vol.3, parte 4, p. 92.

tivessem os cartazes portugueses impedindo-os de transportar cavalos para os portos da Índia ou madeira para Mascate e, por outro, porque Oman não estava preparado para entrar em negociações com os portugueses devido às conjunturas políticas internas.[382]

[382]Cf. Idem, *ibidem*, tomo 1, vol.3, parte 4, p. 319.

CAPÍTULO V-1ª PARTE

CAMPANHAS OMANITAS NA ZONA DA ÁFRICA ORIENTAL

V.ª1.1. As cidades suaílis no princípio do séc.XVI.

As relações da região do Golfo árabe em geral e de Oman em particular com África Oriental foram estabelecidas muito tempo antes do advento do Islão. Na costa suaíli, os omanitas foram os pioneiros e os que mais influência tiveram a nível comercial.

Na verdade, a história dos omanitas na África Oriental encontra-se ligada à sua história comercial. Infelizmente esta história não foi devidamente escrita nem bem investigada. As fontes omanitas publicadas não fazem muita referência às relações comerciais entre Oman e África Oriental, embora as trocas comerciais estivessem na base do seu enriquecimento.

Por outro lado, o objectivo principal das referências históricas da África Oriental centram-se mais em questões políticas ligadas às dinastias africanas.

Um século depois do ímpeto expansionista do Islão, os árabes alcançaram a hegemonia no oceano Índico até o início do século XVI, tendo erigido várias feitorias na costa da África Oriental. Estes entrepostos estendiam-se desde a cidade do Mogadixo até Sofala, no extremo sul. Uma das razões para a fundação destes entrepostos comerciais prende-se com formas de transaccionar com o povo africano que requeriam entrepostos, a partir dos quais era possível acumular muito mais riquezas e era mais fácil subjugá-los. Durante um largo período de tempo, e particularmente nos finais do século XIX, a influência dos

omanitas consolidou-se e foi penetrando profundamente no continente africano. O melhor exemplo de tal consolidação e penetração pode ser visto na migração da tribo Al-Hurth (al-Harthi) para o interior da África Oriental, facto que contribuiu grandemente para espalhar a língua Suaíli pela zona de Kivu até à zona de Katanga.[383]

Façamos pois uma referência detalhada de cidades da costa oriental africana sob o jugo político, comercial, linguístico e cultural dos omanitas:

Em primeira instância, temos Mogadixo. Ora a etimologia da palavra é simples, provém de *Makaad Ashaik*, isto é *lugar onde o xeque se senta*. A palavra *xeque* era o título que se dava aos governadores somalis da cidade de Mogadixo. Ora, como se sabe, esta cidade foi fundada por árabes no século X. Estrategicamente localizada num outeiro marítimo, era fácil defendê-la.[384]

Brava terá sido construída, após chegada de sete irmãos provenientes de Laça (Al-Hasa). Estes sete irmãos vieram em três navios, tendo desembarcado na costa do Banader, na Somália. [385] Diz-se que foram os de Laça que disseminaram o Islão na costa meridional da Somália, porque a doutrina aí predominante é a sunita.[386]

O viajante Ibn Batuta deixou uma descrição pormenorizada sobre Mogadixo, os usos e costumes dos seus povos, a sua gastronomia, suas frutas e seu vestuário. Este viajante terá mencionado que o sultão da cidade era, na altura, Abu Bakr bin Omar. Ibn Batuta conta que era

---

[383]Cf. *Oman fi Al-Tarikh*, dir, MPCSO, London, Dar Email, 1995, pp. 179-180.
[384]Cf. AbdulRahman Zaki, *Al-Islam wa Al-Muslimon fi Afriquia*, Cairo, 1970, p. 248.
[385]Cf. James Kirkman, *Men and Monuments on the East African Coast*., 1ªed, London, Lutterworth Press, 1964, p.44.
[386]Cf. James, Kirkman, *op.cit*., p.44.

habitual o sultão promover reuniões de trabalho com o juiz e os académicos da cidade.[387]

É do conhecimento geral que a cidade de Mogadixo prosperou, no século XIV, graças ao ouro de Sofala. Todavia, no início do século XVI, a cidade entrou num ciclo de declínio em resultado da forte concorrência das outras cidades na costa da África Oriental, sobretudo de Quíloa, que dela arrebatou o comércio do ouro.[388]

Duarte Barbosa, ainda no começo do século XVI, observa que a cidade mercadejava com outros portos no Índico, exportando ouro, marfim e cera.[389] Note-se que, para além do comércio do ouro entre Mogadixo e Sofala, havia entre os dois povos relações de casamento.[390]

Quanto a Brava**,** Duarte Barbosa descreveu a cidade como sendo uma vila grande, com casas de pedra pintadas a cal. Ainda segundo Barbosa, o povo trabalharia no comércio.[391]

Façamos agora referência a Lamu - ilha situada em frente da costa do actual Quénia, e a 150 milhas ao norte da Mombaça.

O emirado de Lamu era o mais antigo de entre os emirados árabes que emergiram na costa suaíli. Foi erigido por grupos Omíadas da Síria, que aí se sentiam ao abrigo da perseguição de Califa Abdulmalik Bin Marawan (685-705). Relatos documentam que, quando o Suleiman e Said, filhos do Abbad ibn Al-Julanda, chegaram à cidade de Lamu c. 695 venceram as milícias Omíadas, forçando-as a reconhecer o novo

---

[387]Cf. Ibn Battuta, *Rihlat Ibn Battuta ,* Beirut, Dar Sadir e Dar Beirut, 1964, pp.254-255.
[388]Cf. R. Coupland., *op.cit*., pp. 36-37.
[389]Cf. Duarte Barbosa, *O Livro de Duarte Barbosa*(Edição Crítica e Anotada), 2 vols, vol.1, introdução, texto crítico e apêndice de Maria Augusta da Veiga e Sousa, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1996*,* p. 85.
[390]Cf. R.B. Serjeant, *The Portuguese Off the South Arabian Coast*., Oxford, At the Clarendon Press, 1963, pp. 10-11.
[391]Cf. Duarte Barbosa, *op.cit.,* vol.1, p. 83.

comando. Estabeleceu-se, então, em Lamu um Conselho com funções consultivas para ajudar na governação da cidade. Nesta, qualquer pessoa podia dirigir-se ao Conselho, caso fosse alvo de injustiça ou sentisse que havia sido lesada de algum modo.[392]

No que diz respeito a Melinde**,** esta feitoria fora fundada por Ali bin Hassan e seus filhos, que tinham chegado como emigrantes de Shiraz, na Pérsia, em 976. Existia, no lugar, uma cidade velha que fora destruída, tendo sido reconstruída uma nova, estruturalmente diferente, pois apresentava uma configuração persa. Manteve-se todavia a denominação antiga. Muitos foram os omanitas que emigraram para Melinde e nela se estabeleceram, de tal forma que por vezes lhe davam a alcunha de pequena Oman.[393]

Duarte Barbosa deixou uma preciosa descrição da cidade. São dele as palavras que passamos a citar:

> Cidade de muito fermosas casas de pedra e cal e [com] muitos sobrados e eirados com muitas janelas e bem arruadas..., grandes mercadores, tratam em ouro, panos e marfim e cobre e azougue e ambre e outras muitas sortes de mercadorias com os mouros e gentios do regno de Cambaia.[394]

No início do século XVI, os habitantes eram maioritariamente negro-africanos, existindo, contudo, outras nacionalidades como árabes e indianos que eram essencialmente mercadores. A cidade era rica e abundante em mantimentos como arroz, milho e gado.[395]

Quanto a Mombaça, ficava a sul de Melinde, e consta que terá sido edificada por Hassan bin Ali. Era uma cidade grande, rodeada de

---

[392]Cf. James Kirkman, " Al-Tarikh Al-Mubakkir Li-Oman Fi Sharq Afriqia", pp. 276-278.
[393]Cf. Idem, *Ibidem,* pp. 281-282. Said bin Ali Almugheiri, *Juhainat Alakhbar fi Tarikh Zanjibar*, Mascate, MPCSO, 1987, p.100.
[394]Cf. Duarte Barbosa, *op.cit*., vol.1, pp. 75.
[395]Cf. Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, liv. I, cap. X, Porto, Lello &Irmão-Editores, 1979, p. 31.

água, e situada num ângulo dentro de um canal cujo fim não se via, a não ser quando se desembarcava no porto.[396] Tinha também casas altas de pedras e cal, e um bom porto, onde eram tratadas diversas mercadorias que vinham de Cambaia, Sofala e de Melinde.[397]

Ibn Battuta terá percorrido a cidade em 1331, declarando que se tratava de uma ilha grande, com limoeiros, laranjeiras, romãzeiras e bananeiras. Os seus habitantes eram procedentes o rito Shaafita. As mesquitas eram feitas em madeira e de sólida construção. Shahata bin Masham Ashirazi [398] terá sido o seu último sultão.

A terra de Pemba era fértil e, por isso, cultivava-se muito arroz, milho e abundavam laranjeiras, limoeiros e cidreiras. A cana-de-açúcar e a criação de gado[399] eram outras das riquezas daquela cidade.

No que toca a Zanzibar**,** convém explicar que os habitantes eram maioritariamente negros e, de acordo com Marco Pólo, pagãs. Consta que a ilha era visitada por navios comerciais que aí adquiriam marfim e conseguiam a manutenção. Diz-se que era um povo guerreiro que frequentemente se envolvia em disputas com os vizinhos.[400]

No que diz respeito a Quíloa, sabe-se que era uma cidade grande e de vocação marítima, que terá sido fundada por Ali ibn Al-Hassan. Era uma cidade próspera que se estendia do litoral ao interior, onde se cultivava arroz e outros cereais. Possuía uma importância estratégica que não se pode menosprezar, pois encontrava-se situada entre a ilha de

---

[396]Cf. João de Barros, *Ásia*, Primeira Década, liv. IV, cap.V, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932, p. 138. *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, dir., Luís de Albuquerque, vol. II, Lisboa, Caminho, 1994, p. 758.
[397]Cf. João de Barros, *op.cit*., p. 138. Duarte Barbosa, *op.cit*., vol.1, pp. 71-72. Castanheda, *op.cit*., liv. I, cap. IX, p. 27.
[398]Cf. Ibn Battuta, *op.cit*., p. 257.
[399]Cf. Duarte Barbosa, *op.cit.,* vol.1, pp. 80-81.
[400]Cf. Marco Pólo, *The Travel of Marco Pólo the Venetian*, intro. John Masefield, London, London Published, liv. III, cap. XXXVII,[s.d], pp.395-397.

Zanzibar e a cidade de Sofala, de onde vinha ouro, e em Quiloa, onde os barcos pagavam a alfândega.[401] Este facto fora, aliás, confirmado por cronistas portugueses que aludem a enorme quantidade de mercadorias que por aí transitava, oriundas de vários pontos do Índico.[402]

V.ª1. 2. Factores que influenciaram a ligação dos omanitas à África Oriental

Mencionamos já que o principal motivo para a ligação dos omanitas à costa da África Oriental, na Idade Média, se prendia com o comércio. Os omanitas levavam as mercadorias pretendidas pelos africanos da costa oriental que trocavam contra produtos africanos de que necessitavam.

Para além de trocas comerciais, haverá um outro motivo subjacente ao facto de os omanitas terem encaminhado as suas actividades marítimas para costa a África Oriental? A resposta a esta questão não é alheia aos pontos que se seguem:

1. Existia já, em Oman, uma tradição náutica e mercantil. A ligação entre os omanitas e o mar existia há muito, o que incutira no seu tecido cultural uma prática marítima forte. Esta prática preparou-os, no sentido de vir a submeter o Oceano Índico às suas proezas, e a África Oriental era apenas o outro lado do Oceano. Por isso, é natural que tenham usado a sua capacidade náutica e os seus conhecimentos das rotas marítimas no comércio com a África Oriental.

[401]Cf. Richard Hall., *op.cit.*, p. 34. *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. II, pp. 928-929.
[402]Cf. Gaspar Correia, *Lendas da Índia*., vol. I, cap. XIII, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1975. p. 43. Duarte Barbosa, *op.cit.,* vol.1, p. 69.

2. A localização geográfica dos portos de Oman transformou-se, consequentemente, em centros da importação e exportação, ligando rotas marítimas conhecidas naquele período. Por isso, os omanitas começaram a transportar as mercadorias da costa da África Oriental para os portos omanitas, de onde seriam redistribuídos para todo o mundo.

3. A proximidade geográfica entre Oman e a África Oriental fez com que aqueles exímios marinheiros dirigissem as suas actividades para a costa suaíli.

4. Mas a proximidade da África oriental não era suficiente para suscitar o interesse dos omanitas; a África oriental era fonte de matérias-primas que o mundo cobiçava. Portanto, os omanitas não podiam descurar um negócio tão rentável.[403]

5. O conhecimento do período das monções por parte dos omanitas não era indiferente, porque terá grandemente ajudado a contornar várias dificuldades do oceano Índico. Os navegadores omanitas conseguiam através deste saber ancestral realizar duas viagens anuais. Ou seja, durante o mês de Novembro, o vento soprava a sudoeste, e os navios partiam então do mar de Oman para o oceano Índico, para depois percorrerem toda a costa da África Oriental; durante o mês de Abril o sistema mudava, o vento soprava de sul, sudoeste, e os navios aproveitavam para regressar a Oman carregados de mercadorias.

6. Com o islão e a sua expansão, o comércio terá aumentado. A política, a economia e a religião convergiam nos seus objectivos. Quer dizer, por um lado, os omanitas começaram a disseminar o

[403]Cf. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVI, p.199. A.C. Unomah and J.B.Webster, "East Africa: the expansion of Commerce", vol. 5, cap. 8, pp. 270-271.

islão pela África Oriental, e por outro, as contendas políticas e intelectuais que tinham lugar nesse território do Golfo forçaram muitos dos seus habitantes a emigrarem para a África Oriental.

De acordo com algumas fontes, o primeiro grupo que terá emigrado de Oman para a África Oriental terá sido a família do Al-Julanda.[404] Na segunda época dos Omíadas, Oman simbolizava um lugar de antagonismo da política dos omíadas. Por isso, o califado de Damasco decidiu recuperar Oman. Neste sentido, transmitiu instruções ao seu governador no Iraque que era, na altura, o famoso Al-Hajaj bin Yousif Al-Thaqafi, para que preparasse uma expedição militar para conquistar Oman. Após várias tentativas, Al-Hajaj conseguiu, não sem dificuldade, vencer os omanitas por volta de 695. Uma das consequências da derrota foi a emigração forçada dos irmãos Said e Sulaiman, filhos do Abbad Al-Julanda, e dos seus simpatizantes para a cidade de Pate na costa suaíli.[405]

Durante a dinastia Abássida, Oman conheceu diferentes intervenções Abássidas e perdeu a sua independência. E o país entrou numa fase de decadência devido a guerra civil que deflagrou no final do século IX.[406] E é muito provável que todos estes acontecimentos impelissem muitos omanitas a emigrar para a costa da África Oriental.

---

[404] A dinastia de Al-Julanda fundada no período pré-islâmico desmoronou-se cerca de 695, na época dos Omíadas.

[405] Cf. Sarhan Bin Said Al-Izkawi, *Tarih 'Uman Al-Muqtabas Min Kitab Kašf Al-Ġumma Al-Jami' Li-Ahbar Al-Umma,* ed. crítica de Abdul-Majid Al-Qaisi, Mascate, MPCSO, 1980, p. 32. Mohamad bin 'Āmir Al-Ma'wālī, *Quisas Wa Akhbar Jarar Fi Oman*, Mascate, MPCSO, [s.d]. p. 18. Al-Salmī, *op.cit.*, vol I, pp. 77-79. Salem Bin Hamoud Al-Siabi, *'Umân 'abra al-Tarîkh*, vol 1, Mascate, MPCSO, 1986, p. 127. Richard Hall., *Empires of the Monsoon*, London, Harper Collins Publisher, 1996, pp. 32-33. Mark Horton and John Middleton, *The Swahili: The Social Landscape of a Mercantile Society*, Oxford, Blackwell, 2000, pp. 64-67. R.D. Bathurst, *op.cit*., p. 92.

[406] Referimos aqui as duas intervenções mais importantes dos Abássidas sobre Oman: a primeira foi em 752, a qual resultou na queda do primeiro Imamato Ibadita em Oman que durou cerca de dois anos. A segunda intervenção foi em 893, a qual resultou na queda do segundo Imamato Ibadita que durou cerca de cem anos. Esta última foi a mais sangrenta e furiosa contra os omanitas na Idade Média. Cf. R.D. Bathurst, *op.cit*., p. 91.

Num manuscrito da História de Pate vem referido que o sultão Sulaiman bin Modafar al-Nabhani, depois de expulso pelo Yarubita, em 1204, emigrou para Pate e apoderou-se de numerosos bens. Sulaiman casou-se com a filha do rei de Pate, que lhe cedeu a governação da cidade como prenda de casamento.[407]

Kirkman manifesta dúvidas quanto à chegada dos nabhanitas a Pate, no século XIII, e à subjugação da cidade. Ao mesmo tempo, enfatiza a chegada dos nabhanitas a Pate, afirmando que tal facto estava directamente relacionado com os acontecimentos em Oman, onde estava em marcha uma mudança do regime nabhanita. Kirkman não está a favor da chegada antecipada dos nabhanitas a costa da África Oriental.[408] Mas, importa sublinhar que são emigrantes omanitas no seu todo, e os efeitos que tiveram na dinâmica comercial árabe na África Oriental.

V.ª1. 3. A Expedição a Mombaça em 1652.

E a pergunta que colocamos é a seguinte: por que é que os habitantes da África Oriental se limitaram a pedir o auxílio dos omanitas e não de outras potências islâmicas da região?

A resposta acha-se nos motivos supracitados. Com efeito, a influência árabe no tipo de governação figura entre os principais factores pelos quais os governantes das cidades costeiras solicitaram o socorro dos omanitas. A relação dos governantes das cidades costeiras com o coração do mundo árabe manteve-se mesmo durante o período de hegemonia dos portugueses, embora numa escala mais reduzida. Quando se espalharam as notícias da expulsão dos portugueses pelos omanitas em 1650, as

[407]Cf. *Oman fi Al-Tarikh*, p. 183. James Kirkman, *op.cit.,* p. 57.
[408]Cf. James Kirkman, " Al-Tarikh Al-Mubakkir Li-Oman Fi Sharq Afriqia", pp.283-284. James Kirkman, *Men and Monuments*., p.57.

cidades da zona oriental da África começaram a despachar as suas delegações, rogando a ajuda de seus irmãos árabes. Pate esboçou os primeiros passos para a aliança com os omanitas logo desde a segunda metade do século XVII.[409]

As vitórias alcançadas pelos omanitas contra os portugueses em 1650, coroadas com a saída dos portugueses de Mascate, desencadearam grande alvoroço na zona da costa oriental africana, cuja governação contara desde há muito com elementos árabes. Por conseguinte, os habitantes daquelas zonas costeiras procederam ao envio de delegações a Mascate, pedindo a sua intervenção para expulsarem os portugueses dos seus territórios.[410] A intervenção omanita na África Oriental principiou em 1652. Naquele período as revoltas começaram a espalhar-se, mormente em Pate e Pemba. Os omanitas destacaram uma armada que conseguiu aniquilar parte das fortificações portuguesas em Zanzibar. No ataque pereceram soldados portugueses e alguns religiosos da ordem de Santo Agostinho.[411]

Certos navios da armada dirigiram-se para a cidade de Pate, no arquipélago de Lamo, e bombardearam as fortificações portuguesas causando-lhes importantes estragos e capturando soldados. Segundo o que refere o historiador Al-Siabi, embora muitos registos relativos aos acontecimentos que envolveram omanitas e portugueses na zona oriental da África se tenham perdido, há pormenores da batalha de Pate que foram anotados por um dos comandantes do Imame Sultan I que participara

[409]Cf. Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português 1500-1700,* p. 273. Anthony Disney, *op.cit*., vol. 5, p.46. Edward A.Alpers e Christopher Ehret, ”Eastern Africa”, vol. 4, cap.7, p. 532.
[410]Cf. James Kirkman, " Al-Tarikh Al-Mubakkir Li-Oman Fi Sharq Afriqia", pp. 291-292. Eric Axelson, *op.cit*., p. 140. J.J. de Campos., *op.cit*., p. 20. R. Coupland, *op.cit*., p.65. Edward A.Alpers e Christopher Ehret, ”Eastern Africa”, vol. 4, cap.7, p. 532. Ahmed Hamoud Al-Maamiry, *op.cit*., p.40.
[411]Cf. James Kirkman, " Al-Tarikh Al-Mubakkir Li-Oman Fi Sharq Afriqia", p.292. António da Silva Rego, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*, vol.XII, p. 44. *Assentos do Conselho do Estado*, vol.III, p. 546. . Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVI, p. 200. Eric Axelson *Portuguese in South-East Africa 1600-1700*, Johannesburg, Witwatersrand University Press, 1969, p. 140.

nesta batalha, num poema de 40 versos. Neste alude-se à chegada da armada portuguesa ao porto de Pate, ao desembarque dos soldados omanitas, os quais lutaram com um grande ardor contra os portugueses que defendiam as muralhas da cidade e os venceram; invadiram as muralhas e, com espadas e setas, enfrentaram-nos numa batalha que terminou com a derrota dos portugueses, muitos dos quais foram feitos prisioneiros.[412]

Em resposta a este ataque, o primeiro do género aos postos portugueses na África Oriental em 1653, os portugueses prepararam uma expedição chefiada pelo capitão-mor Francisco de Seixas Cabreira. Composta por 120 portugueses, 40 indianos e 120 combatentes de Mombaça, o grupo atacou Zanzibar, aprisionou a rainha e seu filho, capturando também o rei de Otondo e arrasando a cidade. Ao chegar a Pate, a expedição conseguiu libertar os prisioneiros portugueses e adoptou medidas severas contra os habitantes árabes que haviam colaborado com os omanitas. Após sessenta dias de luta, e sem que a revolta houvesse sido erradicada, a campanha regressou a Mombaça.[413] O historiador omanita, Al-Mugheiri, diz que os portugueses, em 1653, destruíram uma localidade pertencente a Zanzibar para salvar 400 portugueses.[414]

O relato do comandante português refere que os reis de Zanzibar, Pemba e Otondo não honraram o que fora acordado com os portugueses, abstendo-se de pagar o imposto e pedindo auxílio ao Imame de Oman. Do ataque omanita a Zanzibar resultou a destruição dos colonatos

[412] Cf. Salem Bin Hamoud Al-Siabi, *op.cit.*, vol.3. Mascate, MPCSO, 1986, p. 232.
[413]Cf. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVI, p. 200. G.S.P. Freeman-Grenville., " The Coast, 1498-1840", in *History of East Africa*, 2 vols, vol. I, 5th impression, ed. Ronald Oliver and Gervase Mathew, cap. V, Oxford, Clarendon Press, pp.130-168, p. 141. *Nova História da Expansão Portuguesa, O Império Oriental 1660-1820*, vol. V, tomo II, p. 272. C.R. Boxer., *Portuguese India in the Mid-Seventeenth Century*, p. 44. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p. 44.
[414]Cf. Said bin Ali Almugheiri, *op.cit.*, p. 102.

portugueses na ilha e a tentativa dos omanitas de convencerem os governantes das regiões costeiras a abandonarem a sua lealdade para com os portugueses.[415]

De qualquer forma, parece que a primeira campanha omanita à zona oriental da África foi recebida com prudência por parte dos habitantes quer no que se prendia com o fornecimento de provisões quer no tocante à cedência de bases fixas. A razão de tal facto advém, em minha opinião, do receio por parte dos habitantes locais da vingança impiedosa dos portugueses, algo a que estavam acostumados após cada intervenção estrangeira. Além disto, os ventos que controlavam a navegação das embarcações no Índico tinham a sua própria lei. E sabemos, com efeito, que o vento sazonal nordeste levava os navios para a África Oriental enquanto o vento sazonal sudoeste os levava para Oman para garantir o aprovisionamento, a reparação dos navios, o carregamento de novas munições e o abastecimento em armas e soldados.[416]

Quanto aos portugueses na zona oriental da África, estes aperceberam-se da gravidade da situação e compreenderam que a guerra se estenderia a toda a costa suaíli. Por isso, o comandante de Mombaça lançou constantes apelos a Goa, pedindo o fornecimento de homens e materiais. Por outro lado, os avisos, que chegavam de Lisboa para Goa, salientavam a necessidade de pôr à disposição os abastecimentos a Mombaça para poder fazer frente à grave situação. Contudo, naquele período, a situação em Goa não permitia o envio de meios adequados. Mesmo assim, alguns soldados e material foram enviados para a África Oriental.[417]

---

[415]Cf. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVI, p.200. Armando da Silva Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol.VII, p.10.
[416] Cf. Ahmed Hamoud Al-Maamiry, *Oman and East Africa*, 2ª ed, New Delhi, Lancers, 1980, p. 34.
[417] Cf. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVI, p.200.

Pode concluir-se que o Imame de Oman arriscou o conflito contra os portugueses na África Oriental sem estar certo da existência de uma base de apoio por parte dos habitantes árabes. Ao que parece, Sultan I, além dos pedidos de socorro que lhe chegavam das cidades e ilhas da costa suaíli, confiava igualmente nos árabes que há já muitos séculos residiam nos postos comerciais ao longo da costa da África Oriental.[418]

V.ª1. 4. A campanha em Mombaça em 1655

A importância de Mombaça prende-se com a sua localização a meio da zona que parte do cabo de Guardafui a norte e vai até Moçambique a sul. Embora os portugueses tivessem estabelecido a sua base principal em Moçambique, ergueram uma enorme fortaleza em Mombaça tendo em conta a importância estratégica desta cidade enquanto posto intermédio entre as cidades da costa da África Oriental. Mombaça encabeçou diversas revoltas levadas a cabo contra os portugueses sendo, por isso, na língua Suaíli, apelidada de *Mfita*, o que significa *terra de guerras*[419] ao contrário da sua antiga designação no suaíli *Ghanguya*. Os árabes designaram-na por *umm al-baas*, o que significa guerra, ou *manfaça* que, provavelmente, é o mesmo nome pelo qual a cidade ainda hoje é conhecida com algumas ligeiras diferenças. Parece que a designação árabe alude à importância da sua localização, como cidade de extrema relevância. Após a sua chegada à cidade, os portugueses mencionaram a presença nesta de árabes. De entre as tribos

[418]Cf. Said bin Ali Almugheiri, *op.cit*., p. 106.
[419]Cf. J.J. de Campos, *op.cit.*, p. 2.

omanitas de maior destaque que habitavam a cidade de Mombaça, encontrava-se a tribo de al-Manadirah. Por outro lado, um certo número de baloches residiam na cidade, e alguns destes espiavam para os Imames omanitas, de modo a se inteirarem da dimensão e do poderio portugueses.[420]

Em 1655, uma armada omanita dirigiu-se para Mombaça para socorrer os seus habitantes e cercar a fortaleza. Porém, dada a enorme fortificação da fortaleza de Jesus, a força omanita foi incapaz de concretizar os seus objectivos, vendo-se forçada a regressar com a chegada da época da monção sudoeste.[421]

V.ª1. 5. A campanha de 1660 em Mombaça e Faza

Um relato português de 1658 refere que a situação na costa de Melinde estava instável por causa de uma rebelião entre os habitantes. Quanto a Pemba, encontrava-se calma sobretudo após a morte do seu governante que recusara jurar lealdade aos portugueses.[422]

Em 1660, respondendo à vontade dos habitantes de Pate, Sultan I enviou uma armada composta de três possantes galeotas e um grande pataxo, levando a bordo 800 combatentes omanitas e baloches. A esta armada juntaram-se outras tropas das ilhas Bajun, comandadas pelo sultão de Pate. Em 10 de Dezembro, a armada dirigiu-se para Faza, no arquipélago de Lamo cujo governante era leal aos portugueses, como também o era o governante de Melinde. Em 14 do mesmo mês, os omanitas cercaram a cidade acabando por conquistá-la e nela deixarem

[420]Cf. Said bin Ali Almugheiri, *op.cit*., p.108.
[421]Cf. James Kirkman, " Al-Tarikh Al-Mubakkir Li-Oman Fi Sharq Afriqia", p. 292. Armando da Silva Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol.VII, p.10.
[422]Cf. *Assentos do Conselho do Estado*, vol.III, p. 630.

uma guarnição omanita para defendê-la.[423] Subjugada Faza, a armada encaminhou-se em 12 de Fevereiro de 1661para Mombaça, a pedido dos habitantes da cidade, os quais se haviam insurgido contra os desmandos de José Botelho da Silva. Dois dias depois do desembarque em Quelindini, as tropas omanitas conseguiram responder ao fogo disparado pelos portugueses concentrados no antigo forte da cidade, forçando-os a retirarem-se para a fortaleza. Este feito permitiu às tropas omanitas impor o seu domínio à cidade onde ergueram duas torres defensivas. Dada a sua sólida fortificação e a resistência dos portugueses em defendê-la, a fortaleza de Jesus não caiu às mãos dos omanitas. Para governador de Mombaça foi nomeado Muhammad bin Mubarak. Por outro lado, foram feitos os preparativos para transformar Pate numa base marítima, no intuito de torná-la numa rampa de lançamento para as operações militares para o resto da costa africana. Em 24 de Março, a armada retornou a Oman, carregada de inúmeros despojos apreendidos durante a campanha, 21 embarcações, entre as quais três eram portuguesas.[424]

As campanhas marítimas omanitas realizaram-se na mesma época em que entre 1652 e 1658 em Ceilão se haviam reacendido os confrontos entre holandeses e portugueses, confrontos estes que findaram com a queda do último bastião português da ilha. O conflito de novo deflagrou na costa de Malabar entre 1660 e 1663, no mesmo período em que os omanitas começaram a ameaçar os postos portugueses da zona oriental da

[423]Cf. *Assentos do Conselho do Estado*, vol. IV, pp. 68-69. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVI, p.200 . Kenneth Ingham, *A History of East Africa,* p. 16. James Kirkman, " Al-Tarikh Al-Mubakkir Li-Oman Fi Sharq Afriqia", p. 292.

[424]Cf. António da Silva Rego, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente*, vol.XII, p. 44. *Assentos do Conselho do Estado*, vol .IV, pp. 53, 68, 69, 71-76. F. Gavicho Lacerda*, Mombaça a sua Fortaleza de Jesus*, Lisboa, Depositários Livraria Rodrigues, p.28. *Nova História da Expansão Portuguesa*, *O Império Oriental 1660-1820*, vol. V, tomo II, p. 272. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, pp. 44-45. James Kirkman, *Fort Jesus a Portuguese Fortress on the East African Coast*, Oxford, Clarendon Press, 1974, p. 4.

África, o que fez com que estes multiplicassem esforços de modo a enfrentar semelhante desafio.[425]

Se bem que a situação financeira dos portugueses não lhes permitisse enviar uma grande armada para auxiliar Mombaça, chegavam informações aos portugueses segundo as quais os omanitas se preparavam para mandar uma gigantesca armada para atacar Mombaça. D. Pedro de Lencastre e Mendonça Furtado a tomarem a iniciativa de prestar um auxílio rápido a bordo do navio São João, comandado por Gabriel Neto de Sousa, carregado de pólvora, armas e 2.000 xerafins. Em Abril de 1662, D. Luísa Gusmão pediu a Mello de Castro que fossem adoptadas medidas que evitassem a tomada da fortaleza de Jesus e preservassem a dignidade e o prestígio do Estado. Em Janeiro de 1664, Mello de Castro enviou 4 navios, com abastecimentos e armas a bordo, para defender a cidade. No mesmo tempo, José Homem da Costa, comandante da fortaleza de Mombaça, chefiou uma campanha contra Pate para castigar o seu governante pela ajuda prestada aos omanitas aquando da sua última batalha contra Mombaça.[426]

V.ª1.6. A campanha de 1669 contra Moçambique

A importância desta campanha reside no facto de ter representado a primeira tentativa mencionada pelas fontes acerca dos ataques levados a cabo pelos omanitas contra postos portugueses em Moçambique. Conquanto fossem numerosas as campanhas que os Yarubitas haviam realizado na costa da África Oriental, aquela era a sua única campanha em Moçambique. Ao analisarmos a época do conflito luso-omanita na África Oriental, i.e. o tempo de Saif bin Sultan I, constatamos que este

[425]Cf. Alberto Iria, *op.cit*., p.166. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p.44. Eric Axelson, *op.cit*., p. 129. C. R. Boxer, "Portuguese and Dutch Colonial Rivarly,1641-1661", p. 12.
[426] Cf. Eric Axelson, *op.cit*., p. 141. Glenn, J.Ames, *op.cit*., p. 164.

conflito assumiu a forma de repetidas campanhas intercaladas por diferentes períodos de tempo. Tais campanhas não conseguiram, porém, concretizar o seu principal objectivo: dominar a costa suaíli. A meu ver, são vários os factores que influenciaram, directa ou indirectamente, na preparação e envio das campanhas para a África Oriental, a saber:

- A distância que separa Oman da África Oriental, cerca de 2.000 km, era percorrida pelos navios no Oceano Índico em condições dominadas pelas monções.

- A força portuguesa na África Oriental baseava-se em três pilares: a armada; as sólidas fortalezas em várias cidades como Mombaça e Moçambique, e a amizade com alguns governantes da região da África Oriental.

- A exiguidade, naquele período, dos recursos de que dispunha Oman, dado o elevado número de guerras marítimas e a constante ameaça portuguesa às caravanas comerciais.

- Não se pode não referir as frequentes campanhas omanitas contra os centros de comércio português na Índia, o que revela a existência de mais do que uma frente para a armada omanita. O processo de preparação destas campanhas demorava imenso tempo além de esgotar muitos recursos do Estado.

- A permanência, durante a maior parte do ano, de algumas partes da armada omanita para assegurar a protecção das costas do país contra prováveis ataques externos, significava que apenas uma parte da armada podia ser enviada para a África Oriental. Este facto teve naturalmente o seu impacto nos resultados das campanhas.

Em 1669, o Imame Sultan I enviou uma armada à África Oriental com o propósito de aliviar a pressão dos portugueses sobre os portos africanos; de penetrar até Moçambique, o principal centro português na África Oriental, numa tentativa de tomar a fortaleza de São Sebastião e de pôr fim à presença portuguesa na África Oriental. O Imame conhecia os pontos fracos daquele centro. João de Sousa Freire, comandante da fortaleza de Moçambique, tinha deixado a localidade ao alcaide-mor e feitor Gaspar de Sousa, juntamente com uma reduzida guarnição, dirigindo-se com a maior parte das suas tropas para a região de Zambézia. Mediante coordenação com alguns governantes em Pate leais a Oman, a armada omanita chegou a Moçambique, com dezoito navios de diferentes portes e sete terradas. Todavia, não pôde aproximar-se do forte por causa do fogo intenso que a artilharia da guarnição disparava. Perante isto, as tropas omanitas dirigiram-se para a cidade onde desembarcaram sem encontrar a menor resistência. Saquearam a cidade e voltaram para Oman. No caminho do regresso, bombardearam as guarnições portuguesas das fortalezas de Mombaça, Melinde e Faza.[427]

Esta campanha põe em foco, de uma forma evidente, a nova orientação do conflito luso-omanita durante a segunda metade do século XVII: passou-se da fase de ataques destinados apenas às zonas da influência portuguesa para ataques às próprias bases portuguesas. Trata-se, na verdade, de uma séria transformação no equilíbrio das forças que viria a desempenhar um papel na alteração do evoluir dos acontecimentos na zona ocidental do oceano Índico durante décadas. Um outro relato indica que os omanitas impuseram um cerco à fortaleza, escavaram um fosso com o intuito de chegar ao forte e tomá-lo. No entanto, um dos dois

[427]Cf. *Assentos do Conselho do Estado*, vol. IV, pp. 212-213. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVI, p.201. Jaime Cortesão, "O Ultramar Português depois da Restauração", in *História*, vol. 12, Lisboa, Portugália, p. 323. *Nova História da Expansão Portuguesa, O Império Oriental 1660-1820*, vol. V, tomo. II, p. 272. James Kirkman, " Al-Tarikh Al-Mubakkir Li-Oman Fi Sharq Afriqia", p.292.

construtores informou os portugueses de que conseguiriam chegar ao seu fim, colocando explosivos que aterrorizaram os omanitas, obrigando-os a levantar o cerco.[428]

No inicio de 1670, os portugueses em Goa tinham decidido enviar uma armada, composta por 9 navios, para a costa suaíli, com a intenção de castigar o governante de Pate por este ter apelado aos omanitas e os ter ajudado no ataque a Mombaça e no saque da cidade. A armada também tinha como missão perseguir a armada omanita que se dirigia para Moçambique.[429]

No início de 1678, o Imame de Oman enviou uma armada a Mombaça, sob o comando de Shahdad bin Saadi Al-Baluchi, para se averiguar da possibilidade dos navios omanitas puderem alcançar o porto de Mombaça sem serem alvo da artilharia portuguesa na fortaleza de Jesus. As duas armadas, omanita e portuguesa, envolveram-se num confronto nas proximidades de Pate, do qual resultou a morte do Conde Assumar.[430] Em consequência disto, em 1679, o Conselho do Estado decidiu tomar a cidade. E no caso de haver necessidade ou proposta para selar a paz com eles, tal seria aceite somente quando estivesse em conformidade com os interesses portugueses e o bom nome da armada portuguesa.[431]

V.ª1.7. A conquista de Pate

A posição de Pate inquietava os portugueses, não só pelos reforços que esta oferecia às campanhas e mercadores omanitas, como também por haver sido uma base para as tropas omanitas, o que

[428]Cf. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVI, p.201. Eric Axelson, *op.cit*., pp. 142-143.
[429]Cf. *Assentos do Conselho do Estado*, vol. IV, pp. 206-207. Eric Axelson, *op.cit*., p. 142. Sidney R, Welch, *op.cit*., p.279.
[430]Cf. António Paes de Sand, *op.cit.,* p. 22. James Kirkman, " Al-Tarikh Al-Mubakkir Li-Oman fi Sharq Afriqia", p. 292.
[431]Cf. António Paes de Sand, *op.cit*., p. 35.

representava um sério risco para a situação dos portugueses na costa da África Oriental em geral e para a segurança em Mombaça em particular.[432]

Desde finais do século XVII, a família Ba Barayk,[433] começou a tornar-se numa importante força na costa da África Oriental. Os governantes desta família construíram o maior centro cultural islâmico da região. Procuraram expulsar os portugueses dos seus centros na costa africana, tentando igualmente derrubar os governantes locais, fiéis aos portugueses, como eram os governantes de Faza. Acolheram favoravelmente o exercício da actividade comercial com os omanitas.[434]

Em Goa, as prioridades de D. Pedro de Almeida e do Conselho do Estado consistiam em tirar proveito da força, concedida pelo rei D.Pedro II, para dar uma maior atenção aos centros comerciais disseminados ao longo da costa da África Oriental. Em finais de 1677, D. Pedro de Almeida decidiu instalar de novo a presença portuguesa na costa suaíli. As deliberações do Conselho do Estado incluíam também o regresso ao poder do rei de Faza e o castigo do rei de Pate pela sua rebelião, pela sua recusa em jurar lealdade ao rei de Portugal e ainda por ter consentido que os árabes, inimigos do Estado, exercessem a actividade comercial em seus portos, facto este que acarretou sérios prejuízos à alfândega.[435]

---

[432]Cf. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, pp. 45-46. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVI, p. 202. R. Coupland, *op.cit*., p. 66.

[433]Deve tratar-se da família de origem árabe, Ba Bakr, da região de Al-Shahar em Hadramaut(Iémen), Para mais detalhas. Vide, C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, nota de roda pé p. 48. Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português 1500-1700 Uma História Politica e Económica*, p. 273. James Kirkman, " Al-Tarikh Al-Mubakkir Li-Oman fi Sharq Afriqia", p. 292.

[434]Cf. *Assentos do Conselho do Estado*, vol. IV, pp. 276-277. *APO,* tomo IV, vol. II, parte II, p.310. Glenn, J. Ames, *op.cit*., p. 198. Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português 1500-1700 Uma História Politica e Económica,* p. 273

[435]Cf. *Assentos do Conselho do Estado*, vol. IV, pp. 276-277. *APO,* tomo IV, vol. II, parte II, p.310. Alberto Iria, *op.cit*., p. 191. Glenn, J. Ames, *op.cit*., p. 198. R. Coupland, *op.cit*., p. 66.

Mediante estas operações militares, o vice-rei esperava alcançar dois benefícios: os privilégios comerciais que adviriam da recolocação dos governantes locais nos seus cargos e o pagamento das despesas gastas com o rei de Faza durante a sua estadia em Goa.[436]

Com vista a pôr limites e acabar com as ameaças omanitas, no início de Abril de 1678, uma armada portuguesa, composta de quinze navios e de algumas pequenas embarcações, partiu da Índia. Esta armada foi descrita nos seguintes termos: "foi a mayor na qualidade de embaraçõis, gente, epreunsões q passou ao Estreito depois da perda de Mascate; nella fora o pouco, e o muyto que havia na Índia".[437]

A armada tinha como destino o Golfo onde devia enfrentar a armada omanita. Contudo, as indicações que o vice-rei, D. Pedro de Almeida, recebeu de Lisboa pediam para que o próprio vice-rei se dirigisse à região da África Oriental de modo a pôr termo à actividade comercial omanita, que conhecia um constante crescendo, e punir as cidades que colaboravam com os omanitas. A armada portuguesa, sob o comando do vice-rei, iniciou de imediato a sua viagem. Quando chegou à África Oriental, muitos suaílis das ilhas de Bajun (cerca de 1200 pessoas) juntaram-se-lhe. Em 12 de Agosto de 1678, Pate esteve cercada durante quatro meses. Muitos abastecimentos portugueses começaram a escassear, para além de muitos outros problemas com que os portugueses se depararam, nomeadamente: o aumento excessivo nas temperaturas; os ataques que vinham do interior; a rebelião dos elementos africanos que o governante de Faza destacara para colaborarem com os portugueses. A situação destes últimos tornava-se cada vez mais delicada, e o que lhes valeu foram os reforços que chegaram de Goa e que os auxiliaram e

[436]Cf. *Assentos do Conselho do Estado*, vol. IV, pp. 276-277. Glenn, J. Ames, *op.cit*., p. 198.
[437]Cf. António Paes de Sand, *op.cit.*, p.36. António Marques Esparteiro, *Três Séculos no Mar(1640-1910)*, parte III, vol.I, p. 24.

derrubarem após forte resistência a muralha da cidade, o que obrigou a força local a solicitar negociações. O vice-rei exigiu o pagamento de 30.000 cruzados a título de indemnização pelos prejuízos que Pate causara ao Estado da Índia, de impostos devidos aos portugueses e garantias para que estes não agredissem e saqueassem a cidade. Além disso, foram detidos e mantidos como prisioneiros na armada os governantes de Sio, Manda e Lamo. Mas, como Pate se atrasou no cumprimento da sua obrigação, - i.e. o pagamento do montante acordado -, foram executados o sultão de Pate e os restantes governantes de Lamo, Sio e Manda e a cidade foi saqueada em finais de Dezembro de 1678.[438]

Todavia, as circunstâncias começaram a tornar-se desfavoráveis para os portugueses na sequência da chegada, no início de Janeiro de 1679, de uma armada omanita composta de 4 navios, para prestar apoio aos governantes de Pate. Esta força, aliada às hostes locais leais ao sultão executado, conseguiu após uma semana de combates sangrentos expulsar os portugueses e as tropas pertencentes ao governante de Faza. No fim das operações, D. Pedro de Almeida foi transportado já doente para o navio onde viria a falecer em Moçambique a 22 de Março de 1679. Os seus homens recuaram, deixando para trás uma fortuna em despojos avaliada em 20.000 cruzados.[439]

Alguns são da opinião de que era uma falta de estratégia o vice-rei ter atacado Pate e que esta operação estava estruturalmente errada, pois conduziu à união das cidades muçulmanas ao longo da costa da África Oriental e ao recurso, por parte destas mesmas cidades, às forças

[438]Cf. A.C.Teixeira de Aragão, *op.cit*., vol.III, p. 256. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p. 46. Justus Strandes, *op.cit.,* cap. XVI, pp. 202-203. James Kirkman,"Al-Tarikh Al-Mubakkir Li-Oman fi Sharq Afriqia", p. 292. Armando da Silva Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol.VII, p.22.

[439]Cf. A.C.Teixeira de Aragão, *op.cit*., vol.III, p. 256. Glenn, J. Ames, *op.cit*., p.200. F. Gavicho Lacerda*, op.cit.*, p.28. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVI, p. 203. *Nova História da Expansão Portuguesa, O Império Oriental 1660-1820*, vol. V, tomo. II, p.273. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p. 46.

omanitas. Para além disto, a referida campanha teve graves impactos nos acontecimentos a que a região viria assistir durante as próximas décadas e cujo resultado mais nefasto foi a perda de Mombaça.[440]

Apesar das cautelas nas relações entre as duas forças omanita e portuguesa, após a chegada ao poder do Imame Bilárabe bin Sultan (1680-1692) que sucedeu a seu pai, e até 1685, os navios omanitas continuaram a efectuar as suas habituais viagens entre Oman e a África Oriental com o intuito de proteger as caravanas do comércio ou impedir a intervenção portuguesa contra os portos africanos leais aos omanitas. De uma maneira geral, as escaramuças internas entre cidades africanas não cessaram durante todo o período de rivalidade luso-omanita. Em Setembro de 1686, o comandante da fortaleza de Mombaça, João Antunes Portugal e o governante de Faza apresentaram ao vice-rei, o conde de Alvor, um pedido onde se alertava para a necessidade de se destacar uma força para submeter Pate. E assim, de Goa foram enviadas duas fragatas. Sem o auxílio dos portugueses, as forças de apoio, formadas pelos africanos das tribos Bajuns e Maracatas, leais a Portugal, avançaram para atacar Sio vindo a serem derrotadas. O comandante português recusou oferecer apoio decidindo regressar para Mombaça, alegando existirem ventos alheios que o impediam de se dirigir a Pate e que devido à sua pouca profundidade, o porto de Faza não era propício para que aí se atracasse o seu navio. Para além disto, a indicação da aproximação a Pate de alguns navios omanitas impediu que os portugueses efectuassem o ataque. De novo e por instigação do príncipe de Faza e de alguns de seus apoiantes, o capitão de Mombaça tentou atacar Pate. O capitão português não participou nesta tentativa, alegando que os seus navios haviam sido

[440]Cf. *APO,* tomo IV, vol. II, parte II, p.309. Glenn, J. Ames, *op.cit*., p.201.

arrastados pelo vento para bem longe de Pate, o que não lhe possibilitou voltar e o levou a abandonar o projecto de ataque.[441]

Na verdade, Pate permaneceu como um espinho na retaguarda dos portugueses que instigava os suaílis do sul de Mombaça a se revoltarem contra eles. Na ilha de Pemba, o governante de Quendoa expulsou a rainha que era leal aos portugueses. E apesar do posterior regresso da rainha ao poder, a situação em Pemba continuou a preocupar os portugueses, já que a ilha constituía uma fonte de abastecimento para Mombaça, o que logo colocava esta última em perigo. À luz disto, Mombaça pediu para obter auxílio de Goa. Para tal, o emir de Faza em pessoa fez a viagem tentando convencer o vice-rei quanto à importância de castigar Pate. O vice-rei ordenou o envio de uma urgente campanha de socorro, composta de 80 combatentes com munições e armamentos, dando igualmente instruções para, no caso de a missão ser bem sucedida, Pate vir a pertencer ao emir de Faza. A campanha arrancou na primavera de 1687 e dado o conflito interno nas ilhas Bajun, os portugueses viram aí uma oportunidade para afirmar o seu domínio sobre essas ilhas. A 11 de Julho do mesmo ano, o governador de Mombaça, João Antunes Portugal, acompanhado do emir de Faza e de apoiantes deste, leais aos portugueses, conseguiu alcançar o porto de Pate na ausência da guarnição da cidade. O sultão de Pate tentou diferir a rendição, na esperança de que os combatentes regressassem. Todavia, a presença das tropas portuguesas na ilha impediu que estes conseguissem passar. Em Agosto, o comandante português deu ordens para que se iniciasse o desembarque e cercou a

[441]Cf. ANTT, *Cx. 6, tomo 3-E*, Miscelanceas Manuscritos do Convento da Graça, fls. 172r-172r. BA, *Cod.51-VII-23*. Cartas da Índia, nº. 287. Goa, 15 de Outubro de 1686, fol. 617r; publ.*infra*, doc.3. *APO,* tomo IV, vol. II, parte II, p. 311. Júlio Firmino Júdice Biker, *op.cit*., p. 224. Eduardo Augusto de Sá Nogueira Pinto de Balsemão, *op.cit*., parte II, cap. XXV, pp. 141-142.

cidade, o que levou o sultão a capitular e a ser multado em 17.000 cruzados para despesas da armada.[442]

Se bem que o comandante português, pelas fontes descrito como um homem moderado no seu trato com os habitantes, tivesse adoptado expedientes que não eram cruéis, ele não deixou de aprisionar o governante da cidade juntamente com doze dos seus conselheiros. Enviou-o para Goa onde, em 11 de Outubro de 1687, com ele selou um tratado cujas cláusulas eram favoráveis aos portugueses. De entre estas cláusulas encontravam-se as que se seguem:

1. O governante de Pate admite a sujeição aos portugueses.
2. O governante de Pate compromete-se a não se coligar com os árabes, inimigos dos portugueses.
3. Não fazer a guerra ou firmar a paz sem aprovação dos portugueses.
4. Demolir as casas que tenham mais do que um andar.
5. Erigir uma fortificação para os portugueses com capacidade para albergar 100 combatentes, e uma outra fortificação, junto de Faza, com capacidade para vinte soldados.
6. A reconstrução do estabelecimento alfandegário em Pate cujos rendimentos serão aproveitados para as despesas que se prendem com a edificação das fortificações e as da guarnição. O sultão obriga-se ao pagamento de qualquer défice nas despesas.
7. O âmbar encontrado na costa é propriedade do rei de Portugal.

[442]Cf. ANTT, *Cx. 6, tomo 3-E,* Miscelaneas Manuscritos do Convento da Graça, fls. 172r-172v, 174r-175v. *APO*, vol.3, parte 1, tomo1, p. CXXV, e tomo IV, vol. II, parte II, pp. 311, 312-314. Júlio Firmino Júdice Biker, *op.cit*., pp. 221, 228-230.

8. Permitir a construção em Pate de uma igreja para os cristãos, aos quais será concedida liberdade para praticar os seus rituais religiosos. Nenhum dos habitantes suaíli ou dos escravos será impedido de se converter ao cristianismo.

9. Demolir as casas altas e não permitir a edificação de qualquer grande edifício.

10. Assegurar aos portugueses que a coroa de Pate permanecerá longe do domínio do rei de Faza ou de qualquer estrangeiro, desde que mantenha a sua lealdade aos portugueses.

11. Os habitantes locais ou povos suaílis, amigos dos portugueses, têm o direito de residir em Pate e exercer a actividade mercantil.

12. É permitida a navegação marítima – com excepção dos inimigos de Portugal – após pagamento das respectivas taxas e obtenção dos cartaz emitidos pelo comandante de Pate.[443]

O sultão de Faza, que aspirava tornar-se sultão de Pate, não conseguiu atingir o seu objectivo, continuando como governante do seu reino sob a alçada portuguesa e sob o controle do comandante local da guarnição portuguesa em Lisboa. A postura do rei e dos seus ministros em relação a esta questão tinha mais lógica. D. Pedro e os seus ministros recusaram assinar o tratado a pretexto de que a escassez de recursos em Portugal não permitiria a instalação de uma guarnição em Pate ou de quaisquer outras obrigações na costa. O rei propôs que a governação da cidade de Pate fosse atribuída ao emir de Faza, tendo em conta a lealdade deste e de seus antecessores para com os portugueses. Tal procedimento concorreria para evitar problemas e diminuiria as despesas do Estado.

[443]Cf. ANTT, *Cx. 6, tomo 3-E*, Miscelaneas Manuscritos do Convento da Graça, fls. 172r-172v, 176r-178r. *APO,* tomo IV, vol. II, parte II, pp. 314-318. Júlio Firmino Júdice Biker, *op.cit*., pp. 219-222.

Quanto ao destino do governante de Pate e dos seus homens enviados para Goa, foram todos executados em circunstâncias dramáticas em 1688.[444]

Na verdade, visto possuírem duas importantes bases no Oceano Índico, Goa e Moçambique, os portugueses poderiam intervir directamente durante o período do vento sudoeste, a partir de Moçambique e do vento nordeste, a partir de Goa. Ao contrário, os omanitas apenas tinham uma única oportunidade para irem até à África Oriental, na altura da monção nordeste. Por isso, a costa africana permaneceria a descoberto durante ainda muito tempo, de Abril a Dezembro.[445]

Para as autoridades portuguesas na Índia, o domínio de Pate fazia parte do processo de reforço do seu poder sobre a costa da África Oriental, visto que abandonar Pate deixaria Mombaça exposta ao perigo e talvez até mesmo Moçambique. Porém, o jugo português sobre a cidade de Pate não duraria mais de que um mês e meio. Em 1668, chegou uma armada omanita composta de dois ou três barcos e com 300 a 400 combatentes a bordo. Sem disparar um só tiro, como as próprias fontes portuguesas o referem, a armada omanita conseguiu muito facilmente arrancar a cidade aos portugueses. A armada portuguesa - formada de duas galeotas e de uma charrua atracadas no porto - não defrontou as tropas omanitas. Os portugueses limitaram-se a partir para Mombaça.[446] Comentando os capítulos do conflito luso-omanita na zona de África Oriental naquele período de governação do Imame Bilárabe, Kirkman

[444]Cf. *APO,* tomo IV, vol. II, parte II, p. 319, 321. *Assentos do Conselho do Estado*, vol. IV. p. 576. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, pp.46-47. *Nova História da Expansão Portuguesa, O Império Oriental 1660-1820*, vol. V, tomo II, p. 273.
[445]Cf. James Kirkman, " Al-Tarikh Al-Mubakkir Li-Oman fi Sharq Afriqia", p. 293.
[446]Cf. *APO,* tomo IV, vol. II, parte II, p. 320. *Assentos do Conselho do Estado*, vol. IV, p. 576. *O Chronica da Tissuary*, vol.3, nº. 25, p. 3. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p. 47. Francisco Bethencourt, " O Estado da Índia", vol. II, p. 294. James Kirkman, " Al-Tarikh Al-Mubakkir Li-Oman fi Sharq Afriqia", p. 293.

diz: “até aquela época as campanhas omanitas eram mais próximas do termo investidas do que propriamente campanhas”.[447]

[447]Cf. James Kirkman, " Al-Tarikh Al-Mubakkir Li-Oman fi Sharq Afriqia", p. 294.

CAPÍTULO V- 2ª PARTE

A RIVALIDADE OMANITA-PORTUGUESA NO TEMPO DE SAIF I 1692-1711 E O FIM DA PRESENÇA PORTUGUESA NA ÁFRICA ORIENTAL

A guerra entre os dois irmãos em Oman contribuiu para que os omanitas, durante um curto período de tempo, suspendessem as operações levadas a cabo contra os portugueses na África Oriental.[448]

Porém esta situação não se prolongou muito, porque o Imame Sultan bin Saif I, que assumiu o Imamato em Oman em 1692, procurou acabar com a discórdia, reunificar a frente interna e restaurar o que fora aniquilado pela guerra interna por ele despoletada quando se sublevara contra o seu irmão. No campo militar, fortaleceu o exército, adquiriu armas e construiu navios. Calcula-se aliás que no seu tempo a armada omanita contasse cerca de 28 navios militares grandes, munidos de um enorme número de canhões, para além de 100 navios pequenos destinados ao abastecimento militar e de mantimentos.[449] Até 1696, os omanitas tentaram não se envolver em combates marítimos a descoberto com os portugueses na zona de África Oriental, dada a superioridade dos grandes navios portugueses e a força da sua artilharia pesada. Mas a partir daquela data, os omanitas principiaram a destacar campanhas sistemáticas para África Oriental com armadas que compreendiam cinco a sete navios e levavam entre 3000 e 4000 soldados com o intento de sitiar a Fortaleza de Jesus.[450]

---

[448]Cf. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *op.cit.*, p.52. Anthony Disney, "A queda de Ormuz, Malaca e Mombaça", vol. 5, p. 47.
[449]Cf. Almugheiri, *op.cit.* p. 113.
[450]Cf. Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português 1500-1700,* p. 274.

Desde 1694, os portugueses começaram a confrontar-se com diferentes tensões originadas pelas muitas revoltas que contra eles eclodiam na África Oriental.[451]

Ao mesmo tempo, os omanitas fizeram os preparativos para destacar tropas com o fim de conquistar algumas regiões da costa oriental de África. Em Outubro de 1694, chegaram a Goa notícias que relatavam que Pemba, vista como o principal abastecedor de Mombaça se insurgira contra os portugueses e solicitara a ajuda dos omanitas. Em simultâneo, as tropas omanitas em colaboração com tropas de Pate impuseram um cerco a Mombaça que durou aproximadamente um ano, durante o qual muitos sucumbiram à fome, incluindo dois dos seus comandantes.[452]

Perante tal conjuntura, o vice-rei, o Conde de Vila Verde, enviou um reforço para Mombaça em Novembro de 1694, que era composto de uma galeota chefiada por João Rodrigues Leão, que viria a ser o comandante da Fortaleza de Mombaça e equipada com soldados. João Rodrigues Leão conseguiu subjugar Pemba, submetê-la ao jugo português e dela expulsar os árabes.[453]

Todavia o regresso em força dos omanitas à África Oriental levou o comandante de Mombaça a requerer reforços urgentes para fazer face à ameaça omanita à Fortaleza de Mombaça. Ameaça esta que se encetou deveras com o cerco de Mombaça em Março de 1696.[454]

---

[451]Cf. BNP, *PBA. 439*, Carta do D.Pedro II, a vice-rei da Índia Conde de Vila Verde, Lisboa, 14 de Janeiro de 1696. fl. 21. *O Chronica da Tissuary*, vol.3, nº. 25, p. 4.

[452] Cf. BA, *MS. AV. 54-X-19*, nº.6. *BFUP,* nº.46, ficheiro4, gaveta1, divisão 3, p.103. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *op.cit.,* pp. 52-53. Anthony Disney, *op.cit*., vol. 5, p.47. Edward A.Alpers e Christopher Ehret, "Eastern Africa", vol. 4, cap.7, p. 530.

[453]Cf. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *op.cit.*, p. 53.

[454]Cf. *APO*, tomo IV, vol. II, parte II, p. 322. *O Chronica da Tissuary*, vol.3, nº. 25, Janeiro, 1868, p. 4. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *op.cit.*, p. 53. *Nova História da Expansão Portuguesa, O Império Oriental 1660-1820,* vol.V, tomo II, p. 273.

O Vice-Rei mandou-lhe um pequeno reforço formado de uma galeota carregada de munições e comunicou-lhe que estava a aprontar o envio de uma enorme armada para o Golfo, pois o vice-rei, o Conde de Vila Verde, esperava muito das negociações com a Pérsia designadamente depois de ter enviado um embaixador à Pérsia para firmar um tratado de cooperação contra os omanitas.[455]

Segundo Boxer, a intenção portuguesa de destacar uma armada para o Golfo naquele período com o fim de celebrar uma aliança com os persas tinha como propósito evitar que os omanitas enviassem tropas para África Oriental [456] . E apesar das más condições com que se debatia o Estado da Índia, mormente a penúria de homens e de armamento marítimo e dos ataques aos seus centros comerciais, as negociações, que os portugueses levaram a cabo com os persas para tomarem Mascate, levaram o vice-rei a formar em meados de 1696 uma armada composta de seis navios, sendo uma nau grande, outra menor, duas pequenas fragatas e duas galeotas. Todavia a maioria dos navios desta armada não chegou ao Golfo devido a problemas técnicos que o almirante teve de enfrentar. E mesmo quando a armada dirigida por Francisco Pereira encetou a sua navegação para o Kong não conseguiu executar quaisquer operações, pois os persas não cumpriram as suas obrigações no que tocava a pôr à disposição o seu exército.[457]

Conquanto Sultan I estivesse absorto com a frente da Índia, despachou um navio militar para a cidade de Pate que era a mais exposta aos ataques portugueses. O envio deste navio tinha por objectivo

---

[455]Cf. BA, *MS.AV. 54-XIII-15*, nº.113, fls. 5-5v; publ.*infra*,doc.9. BA, *Cod, 51-IX-33*, tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fol.505v. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *op.cit.,* p. 53. *BFUP,* nº.48, ficheiro 4, gaveta1, divisão 5, p. 83.

[456]Cf. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *op.cit.*, pp. 53, 65.

[457]Cf. BA, *Cod, 51-IX-33*, tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fl.505v. *Assentos do Conselho do Estado*, vol. V, p. 10. *BFUP,* nº.48, ficheiro 4, gaveta1, divisão 5, p. 83.

coordenar os esforços com o comandante da cidade quanto às futuras operações e inteirar-se da situação nas demais cidades na África Oriental.[458]

V.2ª.1. O Cerco e queda da Fortaleza de Jesus (1696- 1698)

Saif I tinha inúmeras razões para desejar afastar a presença portuguesa das costas orientais de África. A mais importante destas prendia-se com o facto do seu triunfo contra os portugueses não só constituiria uma fundamentação convincente para a sua rebelião contra o seu irmão como também arrancaria os omanitas ao estado de desalento que tinham experimentado durante o período do conflito contra o seu irmão, o Imame Bilárabe. A isto acresce que Saif I tinha conhecimento do estado de debilidade que os portugueses atravessavam no oceano Índico, principalmente depois das suas campanhas contra os portos da costa oriental da índia em 1693, e da incapacidade das tropas portuguesas e de seus aliados indianos poderem enfrentá-los.[459]

Por conseguinte, se o Imame Saif I conseguisse sitiar a Fortaleza de Jesus e escorraçar os portugueses de Mombaça viria a alcançar certos benefícios não negligenciáveis, de entre os quais o de silenciar seus adversários e críticos por se ter levantado contra o irmão. Ademais, iria também por um lado destruir o que sobejava da imagem forte dos portugueses na zona das costas orientais e por outro, consolidar a força do Estado omanita e sua superioridade marítima na zona ocidental do Oceano Índico. Para além disso, a libertação das cidades da África

[458]Cf. *Nova História da Expansão Portuguesa, O Império Oriental 1660-1820*, vol.V, tomo II, p. 273.
[459]Cf. *APO*, tomo IV, vol. II, parte II, p. 322. Laurence Lockhart, *op.cit*., p. 364.

Oriental restauraria de novo a ligação árabe com esta região e ampliaria a zona de comércio externo omanita que garantia os recursos indispensáveis para a expansão e desenvolvimento do país e um maior desenvolvimento do povo. Se a zona meridional das costas suaílis se encontrava sob protecção da sólida fortaleza de Moçambique, a zona setentrional, na qual se achavam disseminados os centros comerciais, tinha como obstáculo à sua conquista a poderosíssima fortaleza de Mombaça. Incentivar o rei de Lamo e os restantes governantes das cidades da África Oriental a expulsar os portugueses daquela região[460] , tal era a razão directa que levou os omanitas a cercarem a fortaleza de Jesus.

De entre os motivos dos omanitas para a intervenção, também estava incluído o desejo de se vingarem por alguns dos seus leais terem caído às mãos dos portugueses aquando das suas frequentes campanhas contra as regiões da costa africana.[461]

A isto tudo junta-se o sofrimento que os habitantes daquela zona suportavam e a brutalidade a que estavam sujeitos por parte dos comandantes portugueses. Outro motivo ainda residia nas atitudes da Junta do Comércio nas suas relações com os habitantes e os comerciantes na costa africana.[462]

Há um relato feito por Al-Mugheiri, um historiador omanita que viveu em Pemba durante o século XX, que refere as circunstâncias em que os habitantes de Mombaça solicitaram ajuda dos omanitas. Menciona a forte presença omanita em Mombaça, através da tribo de al-Manadera e diz que o Imame Saif I estava a par das movimentações portuguesas

[460]Cf. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *op.cit.*, p. 53. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVII, p. 215.
[461]Cf. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVII, p. 215.
[462]Cf. BA, *Cod, 51-IX-33*, tomo. 1, Relação do cerco de Mombaça, fls. 505e 508v. BA, *MS. AV. 54-XIII-15*, nº.113.fl.3r; publ.*infra*,doc.9. *O Chronista de Tissuary*, vol. 2, nº. 23, p. 257. Anthony Disney, *op.cit*., vol. 5, p. 46.

através de um dos *Baloches* chamado Aljumdar Jut. Este homem aconselhou os habitantes de Mombaça a escreverem ao Imame pedindo o seu auxílio na expulsão dos portugueses. Formou-se a delegação, composta de Xeque Bin Ahmad Al-Melindi e de um representante de cada etnia dos negros em Mombaça e Pemba. Quando chegou a Oman, a delegação foi calorosamente acolhida pelo Imame, que lhes prometeu ajuda contra os portugueses.[463]

A observação mais importante no relato de xeque Al-Mugheri é que existia um consenso entre as classes da sociedade na África Oriental no tocante a pedir auxílio aos omanitas. Para além disso, a presença árabe era sentida nas cidades da África Oriental, o que influiu de uma forma clara no desenvolvimento dos acontecimentos. Em resposta à solicitação dos habitantes de Mombaça, o Imame Saif I chefiou uma vasta armada constituída por sete navios de guerra, dez bangaios, equipada com artilharia e transportando mais de 3.000 soldados. A armada omanita apareceu nas imediações de Mombaça a 11 de Março de 1696. Todavia, devido a ventos contrários andou a bordejar durante dois dias diante do porto para seguidamente começar a impor o seu cerco à fortaleza de Mombaça em 13 de Março de 1696.[464]

Este é o mais famoso cerco da história não só pela sua longa duração, de 13 de Março de 1696 até 13 de Dezembro de 1698, mas também devido a outras considerações, de entre as quais a lealdade excepcional que os muçulmanos africanos, que se encontravam sitiados,

---

[463]Cf. Almugheiri, *op.cit*., p.112.

[464]Cf. BNP, MS. *Cod, 257,* nº. 18, fl. 6. BA, *Cod, 51-IX-33*, tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fl. 505v. *Assentos do Conselho do Estado*, vol. V, pp. 20-21. *APO*, tomo IV, vol. II, parte II, p. 324. *O Chronista de Tissuary*, vol. 2, nº. 23, p. 258, e vol.3, nº. 25, p.4. António da Silva Rego, *O Ultramar Português no Século XVIII, 1700-1833,* Lisboa, Agência Geral do Ultramar, MCMLXVII, p. 100. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p. 53. António Marques Esparteiro, *O General dos Galeões do Estado da Índia* , p. 2. James Kirkman, *Fort Jesus a Portuguese Fortress on the East African Coast*, pp. 4-5. Genesta Hamilton, *In the Awake of da Gama: The Story of Portuguese Pioneers in East Africa 1497-1729*, Intoduction by, Elspeth Huxley, Skeffington and Son Limited, 1955, cap. XIII, p.154.

demonstraram para com o rei cristão que nunca tinham visto, a resistência que os seus defensores ofereceram e a incapacidade de ambas as partes de apresentarem uma iniciativa decisiva durante o período do cerco.[465]

As informações prévias que chegaram aos portugueses em Mombaça não deixavam margens para dúvidas quanto às intenções dos omanitas. Os portugueses aproveitaram o atraso da armada omanita em atracar no porto, por causa dos ventos contrários, e o capitão João Rodrigues Leão que o vice-rei, o Conde de Vila Verde, nomeara desde 1694 realizou os esforços possíveis para assegurar os mantimentos e a protecção no interior da fortaleza de Jesus. De acordo com o seu regimento, em tempos de cerco como estes, a entrada para a fortaleza apenas era autorizada aos cristãos. Porém, dado o reduzido número de portugueses que se achavam na fortaleza, número este que não ultrapassava as cinquenta pessoas, o comandante, cuja experiência o convencera da lealdade dos muçulmanos de Faza, permitiu a entrada na Fortaleza de toda e qualquer pessoa apta a pegar em armas. Aliás também deixou que entrassem pessoas desprovidas de tal aptidão, as quais foram acolhidas na cave. O número total de pessoas chegou a 3.000, de entre as quais 2500 tinham capacidade para pegar em armas. Por outro lado, o comandante organizou a protecção nos principais baluartes da fortaleza. O baluarte de S. Mateus e o baluarte das Bandeiras foram entregues a Manuel Francisco Perfeito. O baluarte de S. António foi confiado a Filipe dos Reis. Quanto aos restantes baluartes, foram entregues a Lourenço Nunes, António Mogo de Mello, António Soares de Motta, João da Fonseca Malho. Na companhia destes soldados, havia um grupo de

[465]Cf. BA, *Cod, 51-IX-33*, tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fl. 505r. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p.54. António da Silva Rego, *O Ultramar Português no Século XVIII*, p. 101.

habitantes locais que se juntaram aos portugueses na defesa de Mombaça.[466]

Organizada a protecção nos principais centros, o comandante preparou a organização da protecção nos restantes centros externos, colocando Pedro da Silva no forte de S. José, que se encontrava na barra, juntamente com outros três portugueses e mais de trezentos mouros e quatro peças de artilharia de calibre doze. Posicionou ainda alguns homens para defender a ermida de Nossa Senhora das Mercês sob o comando do cabo João Martins. Pôs mais alguns soldados no forte de Macuba, na passagem da terra firme. Ademais, o comandante português arrasou as casas que se achavam nas vizinhanças da fortaleza para que não caíssem às mãos dos omanitas, que podiam usar estas para acometer a fortaleza.[467]

Na verdade, o escasso número dos portugueses nas fortalezas e fortes representou a razão mais importante para a sua rápida queda nas mãos dos omanitas, pois conquanto os elementos locais fossem bastantes, estes na altura dos combates não duravam muito.[468] Os portugueses utilizaram as munições e os canhões que tinham chegado a bordo de uma galeota de Goa e a mercadoria carregada por um patacho, mercadoria esta que pertencia à Junta do Comércio. Enquanto a galeota permaneceu atracada no rio, o patacho encalhou junto da couraça constituindo juntamente com o baluarte uma barreira destinada a defender a costa e Manuel Jorge, mestre do barco e os marinheiros e as pessoas que se

[466]Cf. BNP, *MS, 257,* nº.18, fls. 6-11. BA, *Cod, 51-IX-33*, tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fls. 505v-506r, 509v. *Assentos do Conselho do Estado*, vol. V, pp. 20-21. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p. 54. Justus Strandes, *op.cit.,* cap. XVII, pp. 215-216. António Marques Esparteiro, *O General dos Galeões do Estado da Índia*, p.24. F. Gavicho Lacerda*, Mombaça a sua Fortaleza de Jesus*, Lisboa, Depositários Livraria Rodrigues, p.28. António Cardoso, *Missão a Mombaça*, Lisboa, Centro de Estudos de Marinha, 1978, p. 25.
[467]Cf. BNP, *MS, 257*, nº.18, fl. 16. BA, *Cod, 51-IX-33,* tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fl. 507r. *O Chronica da Tissuary*, vol.3, nº. 25, p. 4. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVII, p. 216.
[468]Cf. BA, *Cod, 51-IX-33*, tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fl. 506v.

encontravam no interior do barco, com o propósito de construir uma linha defensiva para coarctar qualquer ataque omanita contra a costa e tornar possibilidade a atracagem da galeota perto do patacho que assim o poderia apoiar e continuar nas imediações da fortaleza. Esta situação arrastou-se sensivelmente durante um ano.[469]

A armada omanita começou a entrar no porto em 13 de Março, embora o navio capitânia encalhasse num banco de areia junto da entrada do canal. A sua proa encontrava-se perante o pequeno fortim encarregue da protecção da entrada do porto, o que fez com que se visse exposto ao fogo da artilharia. Este facto encheu de pavor os muçulmanos africanos que iam no seu interior, pois estavam numa posição a descoberto e ao alcance da artilharia, pelo que fugiram para a fortaleza. A mesma coisa fizeram os soldados enviados para a protecção da ermida. Quanto a Pedro da Silva e aos três portugueses que com ele haviam sido incumbidos da protecção do fortim não lhes restavam outra alternativa senão encravarem as peças e retirarem-se para a fortaleza. Os omanitas conseguiram levar a cabo um rápido desembarque na região por meio de pequenas embarcações e lograram tomar o forte sem a menor resistência.[470]

Assim sendo, os omanitas conseguiram impor o seu domínio sobre Mombaça, com excepção da fortaleza. À sua chegada, para recebê-los, encontravam-se os habitantes da cidade, leais a Banago, governante de Lamo que viera com a armada omanita para sitiar Mombaça. Este governante deslocara-se até Mascate para convencer os omanitas da

---

[469]Cf. BNP, *MS, 257,* nº.18,fls. 13-14. BA, *Cod, 51-IX-33*, tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fls. 506v-507r. BA, *MS. AV. 54-XIII-15*, nº.113.fl. 6r; publ.*infra*,doc.9. .António Marques Esparteiro, *O General dos Galeões do Estado da Índia* , p. 3. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVII, p. 216.

[470]Cf. BNP, *MS, 257,* nº.18, fls.11-12. BA, *Cod, 51-IX-33,* tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fl. 506v. *O Chronica da Tissuary*, vol.3, nº. 25, p. 4. *Assentos do Conselho do Estado*, vol. V, p. 20. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p. 53.

necessidade de submeter Mombaça, prometendo oferecer-lhes a fortaleza, e regressara na companhia da armada omanita.[471]

Embora os omanitas não possuíssem canhões, puderam dispor de algumas baterias que haviam retirado das fortificações vizinhas. Todavia, o impacto de tais baterias na fortaleza era limitado. A primeira vitória dos omanitas deu-se quando estes tomaram a galeota que constituía um obstáculo e limitava intensidade do cerco. Ali al-Sagher, assim o chamaram os portugueses para o distinguir de Ali al-Kabir, comandante da armada omanita, apoderou-se da galeota através de uma bateria em terra firme com o objectivo de atingir a fortaleza. De seguida, começou a preparar as escadas com os seus homens, sob o olhar dos portugueses, para os levar a crer que se tratava de uma invasão. Durante a noite, os omanitas encenaram uma grande algazarra numa manobra de diversão para atrair a atenção dos portugueses. E entrementes o verdadeiro plano era posto em execução, ao passo que os portugueses se preparavam para enfrentar o previsível ataque dos omanitas. Ali al-Sagher enviou algumas pessoas a bordo de uma pequena embarcação, com o propósito de alcançar a galeota e cortar as suas amarras sem que ninguém se apercebesse. Como era maré-alta, a galeota partiu à deriva para longe ao longo do rio e os omanitas conseguiram capturá-la. Estes consideraram semelhante proeza como sendo uma grande vitória. Mandaram informar o Imame do que haviam feito juntamente com as presas de que se apoderaram com o objectivo de reanimar a esperança na alma do Imame e levá-lo a reforçar as tropas e ordenar a continuação do cerco.[472]

---

[471]Cf. BNP, *MS, 257*, nº.18, fls.12-13. BA, *Cod, 51-IX-33*, tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fl.506v.

[472]Cf. BNP, *MS, 257*, nº.18, fls. 14-15. BA, *Cod, 51-IX-33,* tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fol. 507r. António Marques Esparteiro, *op.cit.*, p. 3. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, pp. 54-55. Justus Strandes, *op.cit.,* cap. XVII, p. 216.

Dado o perigo que os portugueses começaram a sentir por causa do cerco omanita à fortaleza e o atraso na chegada dos socorros enviados desde Goa, o capitão João Rodrigues destacou em 20 de Março José Barroso para junto do capitão de Moçambique, Bernardes Soares, com cartas e um pedido de auxílio premente, solicitando soldados, armas e mantimentos. Pediu ainda ao capitão de Moçambique que tudo fizesse para obter ajuda da armada proveniente de Lisboa.[473]

José Barroso embarcou num navio e de caminho, quando passou por Zanzibar, comunicou o cerco de Mombaça. E ao chegar a Moçambique a 8 de Junho alertou os responsáveis da sua missão. Fernando Soares, capitão de Moçambique, logo ordenou que se preparasse uma embarcação, por ele custeada, com vinte e cinco soldados a bordo e carregada de pólvora, armas e mantimentos. Em Zanzibar, a rainha Fátima recebeu José Barroso e ofereceu a ajuda que este pretendia: três embarcações que transportavam quarenta e seis cafres e eram comandadas por três portugueses. José Barroso alcançou Mombaça em 8 de Agosto onde foi bem sucedido abastecendo-a com mantimentos, apesar das tentativas dos navios omanitas para o travarem. A chegada de alguns soldados e mantimentos contribuiu para reanimar a esperança na alma dos sitiados. Na verdade, uma pequena porção da costa por baixo da parede da fortaleza não se encontrava sob o controlo dos navios omanitas. Nesta parte, foi aberta a porta de emergência da fortaleza por onde os portugueses puderam conduzir os reforços que a rainha de Zanzibar havia colocado à disposição.[474]

---

[473]Cf. BNP, *MS, 257*, nº.18, fls. 15-20. BA, *Cod, 51-IX-33*, tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fl. 507v. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p. 55. António Marques Esparteiro, *op.cit.*, p. 3. Justus Strandes, *op.cit.,* cap. XVII, p. 216.

[474]Cf. BNP, *MS, 257*, nº.18, fls. 22-26. BA, *Cod, 51-IX-33*, tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fls. 507v-508v. *Assentos do Conselho do Estado*, vol. V, p. 20. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p. 55.

Os portugueses tiveram também ajudas por parte do rei de Faza e dos indígenas Waniaka, chefiados por Chone.[475] Rodrigo Leão lograra habilmente manter boas relações com Chone, um dos poderosos reis das tribos Musungulus. Os portugueses forneciam tecidos de algodão a estas tribos e delas recebiam víveres. Enquanto isso, o rei Manazombo juntou-se aos omanitas para se vingar dos danos que os portugueses haviam causado no comércio de marfim. Como reacção a Chone, os omanitas destacaram uma campanha de 500 combatentes para o punir. A campanha deparou-se com uma ferrenha resistência por parte da população que conseguiu enfrentar os soldados omanitas e persegui-los em zonas próximas da cidade. Nestes confrontos, muitos foram os árabes que tombaram.[476]

Embora a estimativa referente às baixas omanitas exista, há todavia factos importantes que convém não ignorar: regra geral, os árabes eram inexperientes nas guerras tribais africanas, principalmente em combates no interior de florestas. Por outro lado, quando o capitão da Fortaleza pedira a estas tribos que, a partir da retaguarda, atacassem as baterias dos canhões omanitas, não recebera qualquer resposta. E a explicação parece óbvia: se é certo que aquelas tribos estavam acostumadas e eram hábeis nos combates no seio das florestas, contudo, lutar em campo aberto expô-las-ia inevitavelmente ao fogo das espingardas e dos canhões.[477]

Não obstante isso, os portugueses persistiram em levar a cabo operações relâmpago contra os omanitas com o intuito de levantar a

[475]Cf. BNP, *MS, 257*, nº.18,fls. 22-26. BA, *Cod, 51-IX-33*, tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fls. 507v-508v. *Assentos do Conselho do Estado*, vol. V, p. 20. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p. 55. António Marques Esparteiro, *op.cit.*, p. 3.
[476]Cf. BA, *Cod, 51-IX-33*, tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fls. 508v-509r. *O Chronica da Tissuary*, vol.3, nº. 25, p. 4. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, pp. 54-55. António Marques Esparteiro, *op.cit.*, pp. 3-4.
[477]Cf. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p.55. António Marques Esparteiro, *op.cit.*, p.4.

moral dos seus soldados e abater a dos combatentes inimigos. Em 21 de Maio, o governador enviou doze soldados, cinquenta bagunchos e sessenta cafres, pertencentes ao príncipe de Faza, sob o comando de Manuel Francisco Perfeito. Esta força conseguiu introduzir-se na cidade e surpreender os soldados árabes que se puseram em fuga, deixando atrás de si vinte e sete mortos e diversos feridos. Do lado português, morreram cinco soldados e sete ficaram feridos.[478]

Em 25 de Agosto, o comandante omanita regressou a Mascate com um grande número de soldados e levando com ele algumas presas e marfim. Confiou o cargo do comando a Shahdad Bin Saad al-Balouchi assistido por 900 soldados. Gradualmente, a situação destes principiou a degenerar principalmente quando os mantimentos começaram a rarear e os habitantes de Pemba se negaram a prestar auxílio, por receio de retaliações por parte dos portugueses tão logo derrotassem os omanitas.[479]

Ao comparar o número de soldados omanitas volvidos seis meses após o começo do cerco, deparamo-nos com uma grande discrepância: no início do cerco, estimava-se que o número de combatentes omanitas atingia os 3.000; ora, aquando da partida do comandante omanita para Mascate, com alguns homens, este número passara para uns míseros cem combatentes. A explicação para uma redução tão drástica está nas baixas sofridas nos confrontos e escaramuças entre ambas as partes bem como nas mortes causadas por várias doenças e a penúria dos víveres provenientes das cidades africanas leais aos árabes. Estas cidades receavam ser punidas pelos portugueses, caso estes vencessem a batalha contra os omanitas, sobretudo quando após terem decorrido seis meses

[478]Cf. BA, *Cod, 51-IX-33*, tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fls. 509v-510r. António Marques Esparteiro, *op.cit.*, p. 4.
[479]Cf. *Assentos do Conselho do Estado*, vol. V, pp. 20-21. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p. 55. António Marques Esparteiro, *op.cit.*, p. 4.

desde o início do cerco imposto pelos omanitas estes ainda não haviam alcançado resultados concretos.[480]

E a pergunta que se pode colocar nesta circunstância é a seguinte: por que razão os portugueses não deram um passo decisivo, atacando os omanitas naquele preciso momento, uma vez que o número dos combatentes que haviam imposto o cerco era superior ao dos omanitas? A resposta está no comportamento de João Rodrigues Leão, capitão da fortaleza. Era descrito como sendo um homem enfermo que não possuía uma visão alargada quanto à concretização de uma medida definitiva para escorraçar os omanitas. Como passava o tempo todo dentro das muralhas da fortaleza, ficou exposto a condições insalubres e contraiu a febre de que viria a morrer em 23 de Outubro. Sucedeu-lhe António Mogo de Mello que ocupava o cargo de supervisor na Junta do Comércio, que era visto como alguém que não tinha experiência. Assim permitia aos soldados que visitassem os refugiados e os que haviam fugido da cidade para a fortaleza, facto este que em muito contribuiu para a propagação de doenças pela guarnição.[481]

Algumas fontes portuguesas referem que foram oferecidos aos árabes de Oman mantimentos militares não só pelos ingleses como por alguns marinheiros e homens de artilharia.[482]

A meu ver, estes mantimentos, caso tenham sido realmente posto à disposição, emanavam de uma iniciativa individual por parte de alguns marinheiros ingleses e não da companhia inglesa que mantinha relações amigáveis com os portugueses. Por outro lado, os receios dos ingleses

---

[480]Cf.BA, *Cod, 51-IX-33*, tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fl. 510r. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p. 55.
[481]Cf.BA, *Cod, 51-IX-33*, tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fl. 511r. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p. 56. António Marques Esparteiro, *op.cit.*, p. 9. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVII, pp. 217-218.
[482]Cf.António Marques Esparteiro, *op.cit.*, p. 1. *Nova História da Expansão Portuguesa, O Império Oriental 1660-1820*, vol.V, tomo II, p. 273.

quanto ao aumento do poderio marítimo omanita justificavam que não dessem quaisquer ajudas militares. Isto sem olvidar que, caso os omanitas fossem bem sucedidos na conquista de Mombaça, o seu poderio sairia reforçado, o que representava incontestavelmente uma ameaça para os interesses ingleses.

Do lado português, continuaram as tentativas que visavam abalar os soldados omanitas e semear o medo através de ataques surpresa. Em Setembro, um grupo armado, composto de 21 portugueses e de 110 elementos locais, chefiado por Feliciano Teixeira, surpreendeu o campo omanita com uma ofensiva, que confundiu a força omanita e causou a morte de quarenta soldados. É notável, durante a primeira fase do cerco, a frequência do recurso ao factor surpresa por parte dos portugueses, com o intuito de quebra o ânimo dos árabes, disseminar o terror nas suas fileiras e forçá-los à retirada. Este expediente, - a guerrilha – explica-se pelo facto dos portugueses não disporem de tropas que lhes permitissem envolver-se num confronto aberto com inimigo. Assim a situação militar dos portugueses não lhes permitindo defrontar os omanitas, restava-lhes apenas duas opções: resistir no interior da fortaleza até à chegada de reforços externos para levantar o cerco ou então negociar com a força que montara o cerco com vista à capitulação. Antes de falecer, João Rodrigues havia enviado para Zanzibar alguns soldados com a missão de mandar uma carta ao vice-rei pois que não existiam barcos em Mombaça. Em Zanzibar, nos finais de Agosto, um muçulmano de Melinde levou a carta a bordo de uma naveta para Goa. Tinha o propósito de informar as autoridades sobre os acontecimentos Mombaça e pedir auxílio urgente para levantar o cerco. Apesar das tempestades e da naveta ter encalhado

em Qaxen, a delegação alcançou chegar a Goa graças à ajuda do rei de Qaxen.[483]

Em simultâneo, a rainha de Zanzibar empenhou-se em fazer chegar víveres às pessoas cercadas em Mombaça. Diante do fluxo de mantimentos vindos de Zanzibar, os omanitas tomaram medidas sérias para impedir que estes chegassem aos sitiados. Principiaram a apertar o cerco imposto à fortaleza; apreenderam dezoito cochos cheios de víveres e de homens. Mesmo assim a rainha de Zanzibar porfiou em enviar os seus barcos ainda que de uma forma descontínua.[484]

Para tornar o cerco mais temível para as pessoas que se achavam dentro da fortaleza e travar as expedições levadas a cabo pela rainha de Zanzibar, os omanitas enviaram para a ilha em Novembro uma campanha composta de quinze cochos com cinquenta homens a bordo, que destruiu e saqueou várias propriedades.[485] Este acontecimento teve um impacto negativo sobre as pessoas sitiadas: houve uma grave escassez de mantimentos, as doenças grassaram ceifando inúmeras vidas e muitos se viram obrigados a procurar fugir da fortaleza.[486]

E assim a pouco e pouco, a situação foi degenerando mais ainda no interior da Fortaleza com a fuga de algumas pessoas e a morte de muitas outras em consequência da falta de alimentos, medicamentos e da propagação de doenças. Em Novembro de 1696, volvidos

[483]Cf. BA, *Cod, 51-IX-33*, tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fl. 510r.
[484]Cf. BA, *Cod, 51-IX-33*, tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fl. 510v. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p. 55. Ahmed Hamoud Al-Maamiry, *op.cit*., p.46.
[485]Cf. BA, *Cod, 51-IX-33*, tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fl. 510v. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p. 55. António Marques Esparteiro, *op.cit.*, pp. 4-5. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVII, p. 217. Eric Axelson, *op.cit*., p. 160. Ahmed Hamoud Al-Maamiry, *op.cit*., p.46.
[486]Cf. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVII, p. 217. Eric Axelson, *op.cit*., p. 160.

aproximadamente nove meses sobre o início do cerco, restavam na fortaleza somente vinte portugueses e 1500 dos habitantes da cidade.[487]

Quando soube das condições em que os portugueses viviam dentro da fortaleza, o comandante omanita enviou três cartas: uma ao capitão da fortaleza, outra aos muçulmanos de Melinde e uma terceira aos muçulmanos de Faza. Nestas cartas, prometia a saída em segurança de todas as pessoas sitiadas com os seus bens, pondo à disposição destas navios para transportá-las para as suas regiões. Garantia igualmente alguns privilégios para os muçulmanos de modo a assegurar o seu futuro. Contudo, num assomo de orgulho, António Mogo de Mello declinou tal oferta, preferindo a pólvora e as balas ao papel e à tinta.[488]

Em finais de Dezembro, chegaram de Mascate novos reforços enviados pelo Imame. De Pate e Lamu, chegaram igualmente cerca de 400 combatentes, procedentes das tribos Wagunha, Maracatos e Galla. Estes auxílios ajudaram a levantar o moral dos soldados omanitas que cercavam a Fortaleza de Jesus.[489]

Então, os omanitas começaram a atacar as fortificações em redor da fortaleza a partir de cinco pontos; em terra, escavaram trincheiras à volta da fortaleza; nas proximidades da fortaleza, dispuseram a artilharia; nas muralhas, assentaram escadas. Tudo isso representava um intensificar dos perigos que corriam as pessoas cercadas, que aguardavam o assalto a todo instante e preparavam a sua defesa, elaborando planos para pôr obstáculos à colocação das escadas nas muralhas da fortaleza. O motivo

---

[487]Cf. BA, *Cod, 51-IX-33*, tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fl. 511r. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVII, p. 219. R. Coupland, *op.cit*., p. 68.

[488]Cf. BA, *Cod, 51-IX-33*, tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fl.515r. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p. 56. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVII, p. 218.

[489]Cf. BA, *Cod, 51-IX-33*, tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fl. 514v. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, pp. 56-57. António Marques Esparteiro, *op.cit.*, p.9. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVII, p. 218.

que levou os árabes a tomar medidas apressadas, embora se encontrassem numa posição muito mais favorável que a dos portugueses, residia no facto de preverem a chegada iminente de Goa de reforços no período das monções, destinados a consolidar a defesa da fortaleza e levantar o moral dos portugueses.[490]

Nos finais de Julho de 1696, a armada anual procedente de Lisboa, chegou a Moçambique, sob o comando do capitão-mor Figueiredo de Alarcão. Bernardo Soares, capitão de Moçambique, informou o capitão da armada do cerco de Mombaça, explicando que armada portuguesa devia urgentemente para lá se dirigir e levantar o cerco. Disse que se Mombaça caísse, os omanitas teriam o caminho livre para se acercarem de Moçambique. E se por sua vez Moçambique caísse, tal implicaria não só a perda das minas de Monomotapa como também o corte da rota comercial para a Índia. Reunido com os seus colaboradores, Figueiredo de Alarcão decidiu rumar para a Índia uma vez que tinha ordens para seguir directamente para Goa. Alegou que não se achava na posse de meios necessários para acudir à praça, dada a escassez de material e de homens, e que os navegadores dos seus navios desconheciam a costa de Mombaça, que exigia a presença de um marinheiro local. Acrescentou ainda que caso se dirigisse para Mombaça perderia os ventos sazonais para Goa, o que acarretaria um atraso na chegada do carregamento que se destinava à Índia. Resolveu pois singrar para Goa.[491]

---

[490]Cf. BA, *Cod, 51-IX-33*, tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fls. 514v-515r. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p. 57. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVII, p. 219.

[490]Cf. BA, *Cod, 51-VII-34*, fls. 16v-17, 28v- 31r; publ.*infra*,doc.5. BA, *Cod, 51-IX-33,* tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fl. 511v. *Assentos do Conselho do Estado*, vol. V, p. 15.

[491]Cf. BA, *Cod 51-VII-34*, fls. 16v-17, 28v- 31r; publ.*infra*,doc.5. BA, *Cod 51-IX-33*, tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fl. 511v. *Assentos do Conselho do Estado*, vol. V, p. 15.

Assim que aportou em Goa, o Conde de Vila Verde deteve-o, tendo em conta o que havia sucedido. Contudo, e após averiguação por parte do Conselho do Estado, foi posto em liberdade, visto ter ficado demonstrado que a força, por ele comandada, era deveras insuficiente para socorrer Mombaça e que os soldados, a bordo da armada, não estavam devidamente preparados para semelhante tarefa. Alarcão foi escolhido para ser almirante da fragata Nossa Senhora do Valle que fazia parte da armada enviada para prestar socorro a Mombaça. Em reunião, o Conselho do Estado resolveu despachar para Mombaça uma campanha sob o comando do General Luís Mello de Sampaio, o qual após cumprir a sua missão, segundo decisão do mesmo Conselho, viria a ser nomeado capitão geral de Moçambique e rios de Sofala e Sena, com o intento de controlar a exploração e comércio de oiro e prata em Monomotapa. Os procedimentos do capitão, durante a preparação da campanha, sugeriam que estava mais interessado na vertente comercial do que no seu lado militar, tendo pois sido difícil conciliar estes dois aspectos tão antagónicos: levantar o cerco imposto a Mombaça e deitar as mãos às riquezas de Sofala. Não obstante isso, a armada deixou Goa a 25 de Novembro de 1696. Era composta por duas fragatas, uma galeota com doze peças, uma galeota com mantimentos e apetrechos, e três manchuas. A bordo, achavam-se 770 homens, a maior parte sem a menor experiência marítima ou bélica, a um ponto tal que, no seu relatório, o comandante chegou a referir que, de entre os soldados, nenhum sabia recolher as velas. A isto se junta a escassez de informações acerca do estado em que se encontravam as pessoas sitiadas em Mombaça e inexistência, em Goa, de mapas sobre a região da costa da África Oriental. O facto de os portugueses terem recorrido a um navio francês para transportar os mantimentos para Mombaça constitui uma prova cabal da sua incapacidade em assegurar as necessidades da campanha. Para além disto,

o financiamento da campanha foi feito mediante empréstimos pedidos à Misericórdia de Goa.[492]

Em Dezembro de 1696, quando o vice-rei mandou uma carta a Lisboa solicitando o envio urgente de socorros para salvar Mombaça, devido à terrível escassez de soldados, foram destacadas unicamente 3 naus, o que revela bem a deficiência do Reino no tocante à protecção das suas propriedades no oceano Índico.[493]

Quanto ao ataque a levar a cabo após a chegada da armada a Mombaça, o vice-rei propôs os dois planos seguintes:

- Assim que os barcos tiverem prestado socorro às pessoas cercadas na fortaleza a partir do porto de Santo António, as fragatas devem dirigir-se para o porto de Quelindini e aí atracarem longe da mira dos canhões árabes. De seguida, os soldados erguerão, no lugar, uma fortificação equipada de artilharia e desencadearão o ataque contra os omanitas com a colaboração dos musungulus, com vista ao levantamento do cerco da Fortaleza.

- As fragatas atracarão perto do porto de Santo António; os soldados desembarcarão na zona; nos barcos manter-se-ão algumas pessoas para proteger a armada.

Deste modo, o inimigo encontrar-se-á cercado de ambos os lados: do lado da fortaleza e do lado dos habitantes locais, o que o obrigará a capitular. O vice-rei tinha uma nítida preferência pelo segundo plano,

[492]Cf. BA, *Cod, 51-IX-33*, tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fls. 511v-513v. BA, *Cod. 51-VII-34*, Carta do Rei ao vice-rei Conde de Villa Verde, Lisboa, 16 de Novembro de 1697, fls. 16v-17r; publ.*infra*,doc.5. BA, *Cod. 51-VII-25*, tomo2, fls. 280r, 281r. *Assentos do Conselho do Estado*, vol. V, p. 15. *O Chronica da Tissuary*, vol.3, nº. 25, p. 5. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p. 57. António Marques Esparteiro, *op.cit.*, pp. 4-6. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVII, p. 220.

[493]Cf. BA, *Cod. 51-VII-34*, Carta do Rei ao vice-rei Conde de Villa Verde, Lisboa, 30 de Janeiro de 1698, fl. 11v; publ.*infra*,doc.6.

porque seguir o primeiro plano podia ocasionar a perda dos navios. Além do mais, considerava que a posição defensiva dos árabes era bastante forte, logo cercar a ilha e impedir a chegada dos mantimentos contribuiria vivamente para o seu inevitável enfraquecimento.[494]

Uma das prioridades da campanha consistia em colher informações acerca da situação em Mombaça e das orientações dos árabes. Sendo assim, a campanha tentou atracar num primeiro momento em Brava de modo a colher informações. Todavia, esta e repetidas tentativas em alguns outros portos redundaram num total fracasso. A armada portuguesa alcançou a costa de Mombaça em finais de Dezembro, porém viram gorados os seus esforços para desembarcarem os seus soldados por causa do cerco imposto pelos omanitas à costa próxima da fortaleza. A armada portuguesa estava exposta ao fogo da artilharia omanita além de existir, perto do porto, cinco navios omanitas. No interior do navio de comando, debatia-se acerca do local mais apropriado para o desembarque: o porto de Santo António ou a Barra de Quelindini. Nisso, o capitão da Fortaleza destacou José Barroso num coche com um pedido urgente para que fossem enviados soldados para a Fortaleza. E efectivamente, foram despachados cinquenta soldados num barco e numa galeota. Todavia e dado fogo intenso dos omanitas, as embarcações entraram em desnorteio, o que acarretou a morte de cerca de quarenta indivíduos, entre soldados e marinheiros, quer por afogamento quer pelo fogo árabe. Somente três pessoas lograram alcançar a costa. Esta cena foi descrita pelo capitão da Fortaleza como uma tragédia jamais vista durante todo o período do cerco. No entanto, alguns habitantes locais, a mando do capitão da Fortaleza, conseguiram salvar o barco e a galeota, que carregavam no seu bojo víveres e equipamentos, arrastando-os para a

[494]Cf. BA, *Cod, 51-IX-33*, tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fls. 516v-517r. António Marques Esparteiro, *op.cit.*, p.7.

costa. Descarregaram-nos e o seu recheio foi transportado para o interior da Fortaleza.[495]

Os portugueses arriscaram novo desembarque. Ao tentar impedi-los, os árabes sofreram grandes baixas, i.e., entre cinquenta e cem combatentes. Perante o recuo das tropas árabes, os portugueses conseguiram realizar um rápido desembarque. De um modo geral, as tentativas portuguesas, feitas para desembarcar, estenderam-se ao longo de cerca de um mês e nunca deixaram de estar expostas ao fogo das tropas omanitas, o que é fácil de entender se não nos esquecermos que a costa de que dispunham os portugueses se limitava a uma faixa exígua que variava os 200 m e 300 m. Esta área apenas era protegida na sua retaguarda pela Fortaleza enquanto as duas costas estavam na mira das armas omanitas que se vislumbravam à escassa distância.[496]

E a pergunta que se colocava era a seguinte: como podiam os portugueses desembarcar soldados e mantimentos quando se viam expostos aos tiros certeiros das tropas omanitas que controlavam ambas as costas? Na verdade, os omanitas, espalhados ao longo das duas costas que dominavam, não dispunham de muitas armas que lhes permitissem um fogo cerrado, ao contrário das armas que possuíam em terra e cujo número variava entre catorze a dezasseis canhões. Quanto aos portugueses, estes desfrutavam da protecção oferecida pelos barcos atracados no porto. Protegidos pelo fogo destes barcos, conseguiam transportar os mantimentos para o interior da Fortaleza.[497]

---

[495]Cf. BA, *Cod, 51-IX-33*, tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fls. 513v-515v. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p. 57. António Marques Esparteiro, *op.cit.*, pp. 9-10. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVII, pp. 220-221.

[496]Cf. BA, *Cod, 51-IX-33*, tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fl. 516r. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p. 57. António Marques Esparteiro, *op.cit.,* p. 10. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVII, pp. 221-222.

[497]Cf. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVII, p. 222. Eric Axelson, *op.cit*., pp. 164-165. R. Coupland, *op.cit*., p. 68. Sidney R, Welch, *op.cit*., p. 284.

O que serviu para agravar a situação ainda mais naquele período delicado foi o surgimento de indícios de falta de confiança por entre as fileiras dos portugueses cercados na Fortaleza e dos soldados da armada. Tal principiou após o episódio do extravio de muitos mantimentos, o que levou o capitão, abespinhado, a pedir a lista dos materiais descarregados do navio e acarretados para dentro da fortaleza. Por seu turno, o general pediu uma lista das matérias que chegavam a Fortaleza. A bordo do navio, lamentava-se que os marinheiros tivessem de ser incumbidos do descarregamento, quando 100 ou 150 africanos poderiam facilmente levar a cabo semelhante tarefa. Na fortaleza, deplorava-se que os guardas tivessem de passar todo o seu tempo a vigiarem os marinheiros e seus barcos. Com efeito, as circunstâncias que acompanharam o desembarque e o caos que rodearam as operações do descarregamento durante a noite, contribuíram, certamente, para que boa parte dos mantimentos saísse do armazém do capitão para as mãos dos habitantes locais dentro da Fortaleza. Tal ocorrência foi corroborada quando se comparou a lista dos víveres que haviam chegado às mãos do capitão e a lista original vinda de Goa.[498]

O general declarava que os regimentos que recebera de Goa não lhe permitiam desencadear um ataque contra os árabes da região nem atacar os navios árabes atracados em Quelindini. Porém, o Conselho de Guerra, reunido em Mombaça, considerava essencial atacar Quelindini. O general, que não apoiava a guerra, afirmava que nenhuma acção seria bem sucedida com a presença de três navios árabes atracados no porto de Quelindini. A tudo isto acresce-se o caso de, apesar das frequentes tentativas por parte do capitão da Fortaleza de convencer o comandante da armada, esta não ter aportado em Mombaça. Se a cidade fosse atacada,

[498]Cf. BA, *Cod, 51-IX-33*, tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fls. 516r-516v. BA, *Cod. 51-VII-25*, tomo.2, fl.65. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVII, p. 222.

os árabes retirar-se-iam para Quelindini. A recusa do comandante da armada face a esta proposta tinha como fundamento o facto de os pilotos concordarem sobre a impossibilidade do navio do comando conseguir entrar no porto neste período do ano. Não obstante isto, o primeiro ataque que a armada portuguesa às forças omanitas não se verificou antes de 16 de Janeiro. Os portugueses efectuaram um rápido desembarque, surpreendendo os omanitas e obrigando-os à fuga. Controlaram os seus postos fortificados e principiaram a demoli-los. Todavia, esta situação não durou muito, pois, os omanitas depressa conseguiram reorganizar as suas fileiras e reaver as suas posições. A situação de novo se agravou no seio dos portugueses, com o comandante da armada a culpar o capitão da Fortaleza por não ter enviado nenhum dos soldados da guarnição e este último a declarar que o comandante da armada era o único responsável pelo desencadear do ataque.[499]

O rápido ataque levado a cabo pelos portugueses deixa bem patente a ineficácia do método adoptado pelos omanitas na gestão do cerco da fortaleza: como foi possível a um reduzido número de soldados portugueses, que não excedia cinquenta homens, avançar, à luz do dia, no meio das trincheiras árabes, sem que ninguém os avistasse, e, seguidamente surpreender e perseguir os soldados omanitas. Desta escaramuça resultou a morte de dois portugueses. Desta operação ficou a impressão geral que tinha um carácter acentuadamente defensivo e que os árabes se retiraram dos seus outros postos, assim que os portugueses abandonaram os que haviam conquistado durante o ataque. Tal pode ser

[499]Cf. BA, *Cod, 51-IX-33,* tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fls. 516v-518v. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p. 57. António Marques Esparteiro, *op.cit.,* p. 10. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVII, pp. 222-223.

interpretado pelo receio que os árabes sentiam diante da perspectiva dos portugueses retomarem o ataque.[500]

A 25 de Janeiro de 1696, o general Luís de Mello Sampaio resolveu abandonar Mombaça e rumar para Moçambique alegando que recebera ordens de Goa, que a água da armada escasseava, e que o fim da monção era iminente. Recorreu também a outros argumentos como a hipotética ameaça que os omanitas representavam para Moçambique. E isso apesar das objecções do capitão da Fortaleza que pedia que as fragatas permanecessem até ao fim do período da monção, uma vez que a chegada de qualquer reforço de Mascate ou de Pate poderia levar à queda da Fortaleza nas mãos dos árabes. Declarava ainda que a presença da mantinha o contacto com os árabes de Pemba no sentido de obter mantimentos. Comprometia-se a fornecer água e mantimentos aos navios. O que o capitão da Fortaleza logrou obter foi uma promessa com algumas reservas quanto ao transporte para Quíloa ou Zanzibar de pessoas não imprescindíveis. No mesmo contexto, dois padres agostinianos tentaram persuadir o comandante da armada a atacar os árabes ou conservar a armada no porto. Por fim, o comandante resolveu satisfazer ambas as partes: enquanto ele seguiria para Moçambique com uma fragata, deixaria a segunda fragata e a galeota, sob o comando do almirante Henrique de Figueiredo Alarcão, que permaneceriam em Mombaça o mais possível e, posteriormente, se dirigiriam para Zanzibar levando da Fortaleza as pessoas incapazes de pegar em armas. Quando chegasse a Zanzibar, o almirante manter-se-ia em contacto com a Fortaleza e aguardaria o regresso do comandante da Armada de Moçambique. Todavia, o

[500]Cf. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVII, p. 223. Eric Axelson, *op.cit*., p. 165.

almirante Henrique de Figueiredo Alarcão decidiu, também, sair da região dirigiu-se para Zanzibar.[501]

Assim, embora a campanha portuguesa tivesse conseguido fazer chegar reforços, mantimentos e soldados, cujo número era inferior a cem, foi no entanto incapaz de cumprir plenamente a sua missão, não evacuando os feridos existentes entre os elementos da guarnição da Fortaleza.[502]

No interior da Fortaleza, a situação deteriorava-se: com os reforços trazidos pela armada também penetrou uma doença desconhecida que se transformou numa epidemia fatal. No início era descrita como uma inchação: a pessoa atingida parecia inchada como um barril. Segundo Strandes, é difícil afirmar com segurança de que doença se trataria, se seria a peste bubónica ou qualquer outro tipo de peste.[503]

Com efeito, nenhum homem da guarnição tinha visto doença igual: os pulmões e o fígado ficavam de tal forma inchados que saíam do corpo. Em Goa, a doença foi descrita como sendo uma peste e era provável que se tratasse da peste bubónica ou de qualquer outra doença contagiosa. A doença principiou a alastrar em larga escala dentro da Fortaleza. No seu relato datado de 28 de Janeiro de 1697, o capitão da Fortaleza contava que morriam diariamente entre três e quatro pessoas e que os seus cadáveres eram arremessados para fora das muralhas da Fortaleza. Nenhum medicamento ou tratamento era capaz de travar o avanço da epidemia. É de referir que algumas mulheres desempenharam

---

[501]Cf. BA, *Cod, 51-IX-33*, tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fl. 519r-520r. *O Chronica da Tissuary*, vol.3, nº. 25, pp. 5-6. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p. 57. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVII, pp. 223-224. António Cardoso, *op.cit*., pp. 27-28.

[502]Cf. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p. 57. António Marques Esparteiro, *op.cit.,* pp. 10-11. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVII, p. 225. R. Coupland, *op.cit.,* p. 68.

[503]Cf. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVII. p. 225. R. Coupland, *op.cit*., p.68.

um papel relevante no tratamento dos doentes. De entre estas ficou conhecida uma mulher rica, de nome Aldonça Gomes, que gastou avolumadas quantias de dinheiro com os doentes e os pobres antes também ela contrair a doença e falecer.[504]

Nos finais de Janeiro de 1697, apenas vinte portugueses ainda se achavam vivos no interior da Fortaleza.[505] Os barcos da armada portuguesa partiram sem evacuar a guarnição que deveria ter sido transportada para Zanzibar. A 20 de Fevereiro, na ausência da armada, os omanitas apoderaram-se dos quatro barcos que restavam aos portugueses, apesar destes terem resistido a um ataque omanita contra um outro barco na mesma costa, ataque este do qual resultou a morte de muitos portugueses. Os omanitas incendiaram a galeota atracada à frente da Fortaleza. Com a chegada de duas galeotas trazendo reforços de Mascate no início de Março, as tropas árabes puderam conquistar o derradeiro bastião defensivo dos portugueses fora das muralhas da Fortaleza. Poucos dias antes, o capitão da Fortaleza havia enviado uma carta a Goa, na qual reiterava o seu desejo de evacuar todos os não combatentes para Musungulus. Porém com a perda da última fracção da faixa costeira, tal missão tornou-se impraticável. A 15 de Março de 1697, o capitão António de Mogo de Mello, mandou para Goa a sua última carta. Depois desta, houve uma outra, escrita por Faqih Ali Bin Mwinyi Mtamu, chefe dos muçulmanos cercados na Fortaleza. Ambas relatavam a situação de desespero que se vivia no seio da Fortaleza, debatendo-se com a fome e

[504]Cf.BA, *Cod, 51-IX-33*, tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fls. 521v-522r. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p. 50. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVII, p. 225. James Kirkman, *Fort Jesus a Portuguese Fortress on the East African Coast*, p. 5.
[505]Cf. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVII, p. 225. R. Coupland, *op.cit*., p. 68.

propagação das doenças, pelo que tudo indicava a iminente rendição de Mombaça.[506]

De facto, as coisas iam de mal a pior. Em Junho de 1697, apenas quatro portugueses continuavam vivos na Fortaleza: o capitão da Fortaleza, António de Mogo de Mello, frei Luís, Feliciano Teixeira e um sargento.[507]

Quanto aos restantes cercados, dos apoiantes do príncipe Daud, apenas sobreviveu um reduzido punhado de suaílis e aproximadamente 50 mulheres. Lourenço Nunes, um dos portugueses fechados na Fortaleza, recorreu aos árabes e informou-os da situação dos cercados. Pilotou uma das baterias da artilharia que se encontrava nas imediações da Fortaleza, o que contribuiu para agravar os danos que esta sofreu. Esta acção de Lourenço Nunes levou os omanitas a tentar invadir a Fortaleza, a 20 de Julho. Foram colocadas as escadas ao longo da muralha que vai do baluarte da Bandeira até ao Baluarte do Mar. Mas os guardas descobriram a tentativa. Foi declarado o estado de emergência e os defensores conseguiram repelir heroicamente os atacantes árabes e impedir que invadissem a Fortaleza. Entre os árabes, 80 homens tombaram e muitos outros ficaram feridos. As mulheres africanas não só participaram na defesa da Fortaleza, resistindo, destemidamente, diante do ataque como também conduziram o padre frei Luís e outros portugueses doentes até junto do pessoal do baluarte que, por sua vez,

[506] Cf.BA, *Cod, 51-IX-33*, tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fls. 521r-521v. António Marques Esparteiro, *op.cit*., p. 11. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVII, pp. 225-226. Eric Axelson, *op.cit*., p. 167.
[507]Cf.BA, *Cod, 51-IX-33*, tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fl. 521v. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p. 58. R. Coupland, *op.cit*., p. 68.

começou a disparar contra os atacantes causando um elevado número de mortes entre estes.[508]

Em finais de Agosto de 1697, o capitão António Mogo de Mello contraiu a doença, vindo a falecer em 28 de Agosto. Em 29 de Agosto, morreu Pascoal Diniz e com a sua morte deixou de haver qualquer português vivo dentro da Fortaleza. Por isso, Buana Daud bin Xeque, príncipe de Faza, foi eleito governador da praça. O seu pai apoiara os portugueses e morrera no início do cerco. O manuscrito refere que ele era o primo do príncipe de Faza. O jovem conseguiu obter a confiança do capitão da Fortaleza e demonstrou, de forma cabal, a sua forte oposição aos sitiadores recusando a rendição. Embora pudesse facilmente ter aceitado fazer a paz com os árabes ou fugir para fora da Fortaleza, preferiu resistir até ao fim em nome do rei de Portugal.[509]

Os árabes enviaram-lhe um irmão seu para o convencer a entregar a Fortaleza em troca do que conservaria a sua posição de príncipe e ser-lhe-iam concedidas garantias financeiras. Porém, foi peremptório na sua recusa declarando que:

tinha empenhado o seu crédito em defender aquela praça del Rei de Portugal até perder a vida sobre as suas muralhas e que não havia de vender a sua reputação por todas as riquezas do mundo e que o amor da Mãe também o não havia de mudar do seu propósito, por que prevalecia a honra na sua estimação.[510]

---

[508]Cf.BA, *Cod, 51-IX-33,* tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fls . 521v-522r. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p. 58. António Marques Esparteiro, *op.cit.,* p. 11-12. Justus Strandes, *op.cit.,* cap. XVII, p. 226.

[509]Cf.BA, *Cod, 51-IX-33*, tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fls. 522r- 523v. *O Chronica da Tissuary*, vol.3, nº. 25, p. 6. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p. 58. António Marques Esparteiro, *op.cit.*, p. 12. Justus Strandes, *op.cit.,* cap. XVII, pp. 226-227.

[510]Cf.BA, *Cod, 51-IX-33*, tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fl. 523v. António Marques Esparteiro, *op.cit.,* pp. 12-13.

A lealdade do príncipe Daud em relação aos portugueses era muito clara e inabalável, como o revelou ao general Francisco Pereira da Silva em 30 de Dezembro de 1697 quando assim disse: "Entenda Vossa Senhoria que inda que Deus me faz mouro de diversa ley, me doe tanto o crédito del Rei de Portugal, como o mais fidedigno Portuguez".[511]

A posição do príncipe Daud e da rainha Fátima bint Hassan, rainha de Zanzibar, bem como a dos governantes de Melinde, quanto à sua aliança e amizade para com os portugueses, pode ser atribuída às antigas lutas e à rivalidade pela soberania e pelo comércio que reinavam entre as cidades da África Oriental. Ligaram os seus interesses ao dos portugueses. Eram interesses baseados no comércio, pois as cidades da África Oriental representavam o elo de ligação entre a Índia e a Europa.

Embora a nomeação do príncipe Daud constituísse uma violação à lei aplicada até à data, que proibia aos não cristãos de entrarem na Fortaleza quando cercada, as acções levadas a cabo pelos muçulmanos durante o cerco tornaram-nos objecto da confiança dos portugueses.[512] Além disto, a sua coragem e a suas admiráveis proezas em combate corroboravam a sua lealdade para com os portugueses. Isto constituía, também, um exemplo da democracia que os portugueses aplicavam em muitas situações nas suas relações com os habitantes locais no Oriente.[513]

A situação da Fortaleza continuou a alimentar a esperança na chegada de novos reforços. Luís de Figueiredo Alarcão, a quem, em Janeiro passado, fora ordenado pelo comandante da armada de permanecer em Mombaça para defendê-la, no seu caminho para Zanzibar, não tentou sequer, aquando do seu regresso a Goa em Abril, passar por

[511]Cf. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p. 13.
[512]Cf. BA, *Cod, 51-IX-33*, tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fl. 524r. António Marques Esparteiro, *op.cit.,* p. 12. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVII, p.227.
[513]Cf. António Marques Esparteiro, *op.cit.*, p.16.

Mombaça, alegando que o navio se encontrava em mau estado. Por seu turno, o general Luís de Mello de Sampaio, que se dirigia para Moçambique, entendeu ter agido de forma desajustada ao deixar Mombaça sofrer as amarguras do cerco. Porém declarou ter recebido instruções de Goa para rumar para Moçambique. Ponderou deter-se em Moçambique, aguardando pela chegada dos navios de Goa para, depois se encaminhar para as ilhas Kiremba com vista a arranjar marinheiros antes de seguir para Mombaça. Numa rápida decisão, procedeu ao envio de uma embarcação com sessenta pessoas a bordo que, todavia, não chegou a Mombaça, optando por estacionar provisoriamente em Zanzibar. Além disto, o comandante não conseguiu obter reforços de Kiremba.[514]

Em meados de Julho de 1697, a armada anual chegou a Moçambique procedente de Lisboa. Chefiada por Gaspar Aranha, a armada contava com a nau N.ª S.ª do Cabo de sessenta e quatro peças. O general Luís de Mello de Sampaio convocou o Conselho para discutir o modo de mandar socorros para Mombaça não tendo sido possível chegar a um acordo sobre esta matéria. O comandante não pôde tomar nenhuma decisão a este propósito. Todavia, perante as notícias vindas da Fortaleza a solicitar um auxílio urgente, dada as péssimas condições que aí se viviam, o general viu-se compelido a abandonar Moçambique em 22 de Agosto a bordo da fragata S. António da Tanna, navio-chefe capitão-de-mar-e-guerra, Domingos Pereira de Gusmão, acompanhado por 250 homens. Outros cinquenta homens partiram numa galeota da Junta do Comércio. Por seu lado, a rainha de Zanzibar ofereceu à armada quarenta combatentes com duas manchuas e um coche. Porém, o comandante português não parecia desejoso de levar a cabo uma verdadeira campanha

[514]Cf. BA, *Cod, 51-IX-33*, tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fl. 524r. António Marques Esparteiro, *op.cit.*, pp. 11,13e 14. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVI, pp. 227-228. Eric Axelson, *op.cit*., pp. 166 e 168.

de auxílio a Mombaça. De facto, foi relatado que apenas destacou a campanha para se acautelar de qualquer censura. Ele próprio o afirmou que, desde o começo, projectara em segredo abandonar Mombaça e esquivar-se à guerra. Além do mais, as suas atitudes durante a preparação da campanha indiciavam que o seu destino era Goa. Era claro que a crise, que se desencadeara entre ele e o comandante da fragata S. António da Tanna, não passava de uma mera diversão cujo propósito visava inocular o desalento nas fileiras dos soldados, aterrorizando-os diante do trágico destino que os aguardava em Mombaça. Disse-se, aliás, que o próprio comandante se valeu de certos indivíduos para simular uma rebelião, e que usou esta como escusa para se dirigir para a Índia. Mas as intrigas e os ardis do comandante não fracassaram, pois José Pereira de Brito desmascarou as manobras dos seus comandantes.[515]

Este e outros casos demonstram a que extremo chegara a decadência militar dos portugueses, o que, claro está, teve um impacto negativo na situação político-económica destes no Oceano Índico. A armada portuguesa alcançou Mombaça a 15 de Setembro de 1697. Realizou a sua primeira operação contra os omanitas, bombardeando o fosso que estes haviam escavado sob as muralhas da Fortaleza, junto da ermida de Nossa Senhora das Mercês. Durante as escaramuças, as embarcações conseguiram atracar entre a Fortaleza e a artilharia que os omanitas haviam instalado em terra. Os soldados portugueses colocaram um canhão a uma distância tão reduzida que as buchas os prejudicavam. Alguns portugueses conseguiram alcançar a Fortaleza. Ao cair da noite, com os combates suspensos, os portugueses receberam uma mensagem de Buana Daud que dizia que todos os membros portugueses da guarnição

[515]Cf. BA, *Cod, 51-IX-33*, tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fls. 525v-528v. *O Chronica da Tissuary*, vol.3, nº. 25, p. 6. Alberto Iria, *op.cit*., p. 227. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p. 58.

haviam perecido e que a protecção e a defesa da Fortaleza estavam a cargo dos muçulmanos. Tais informações foram posteriormente confirmadas pelos portugueses que conseguiram penetrar na Fortaleza e originaram hesitações no seio das hostes portuguesas e receios de que a Fortaleza houvesse caído nas mãos dos árabes. Cria-se que os portugueses, que haviam alcançado a Fortaleza, tivessem fornecido sob ameaça informações falsas aos outros navios com o intuito de os arrastar para uma emboscada. Porém tudo ficou claro quando José Pereira de Brito, com 70 soldados, entrou na Fortaleza por entre a resistência dos omanitas. Mas, os mantimentos apenas foram transportados para a Fortaleza no dia seguinte, quando novos confrontos rebentaram com as tropas omanitas. Os portugueses conseguiram arrastar uma galeota para baixo da Fortaleza, descarregá-la e depois levarem os mantimentos para o interior da Fortaleza.[516]

Não faltava do lado português um clima de águas turvas resultante das tensões entre alguns responsáveis da armada, liderada por Domingos Pereira de Gusmão. Este facto reflectia a situação em que se encontravam os portugueses.

As escaramuças entre ambos os lados, omanita e português, persistiram de forma intermitente. Os portugueses conseguiram levar a cabo um ataque relâmpago contra as trincheiras omanitas nas imediações da Fortaleza. Um outro ataque conduzido por elementos de Musungulus com o fim de conquistar alguns postos árabes situados no outro lado da Fortaleza revelou-se um fracasso. A 19 de Novembro, morreu o general Luís de Mello Sampaio. Sucedeu-lhe então José Pereira de Brito. O

[516]Cf. BA, *Cod, 51-IX-33*, tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fls. 528v-536r. *O Chronica da Tissuary*, vol.3, nº. 25, p. 6. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, pp. 58-59. James Kirkman, *Fort Jesus a Portuguese Fortress on the East African Coast*, p. 5.

príncipe de Faza permaneceu no seu cargo na qualidade de capitão da Fortaleza. Durante a sua estadia em Mombaça, o novo comandante conseguiu realizar uma série de ataques contra as tropas omanitas as quais, tendo sofrido centenas de baixas, recuaram com receio de estarem expostas ao fogo directo dos portugueses. Apesar destes êxitos militares que os portugueses lograram alcançar, a situação na Fortaleza não era, na realidade, nada auspiciosa. Inexorável, a epidemia teimava em ceifar numerosas vidas. As fontes referem que caso José Pereira de Brito, aquando da sua chegada, tivesse consigo igual número de soldados, teria sem dúvida levantado o cerco. Metade destes soldados haviam morrido por causa das doenças e outra metade padecia das mesmas moléstias. Tal facto não quebrantou a perseverança dos portugueses que porfiaram nos ataques surpresa contra os postos árabes. Na madrugada de 19 de Novembro, Diogo de Botelho, juntamente com oitenta e quatro soldados, desencadearam um ataque a um posto das tropas omanitas do qual resultou a morte de trinta pessoas e quarenta feridos. Do lado português, contaram-se seis feridos. De seguida, em 21 de Novembro, deu-se outro ataque durante o qual pereceram dez omanitas e alguns outros ficaram feridos. Os omanitas receberam, a título de socorro, cinco barcos de Pate e, em 23 de Novembro, sete navios suplementares carregados de ajudas. Estes reforços contribuíram para fortalecer a insistência dos omanitas que começaram a disparar de noite contra a fortaleza. Em resposta, os portugueses, em 25 de Novembro, destacaram noventa homens sob o comando de Bernardes Sines, munidos de espingardas e explosivos, cuja missão era atacar um posto de baterias omanitas. Os portugueses conseguiram pôr em prática um plano de reunir os combatentes omanitas num único sítio à volta da bateria, arremessando contra eles explosivos. Neste ataque morreram vinte e dois omanitas, tendo os restantes fugido e

a bateria sido destruída. Do lado português, registou-se apenas um morto e quatro feridos.[517]

Posteriormente, a 28 de Novembro, houve uma outra operação que visava afastar os árabes de um posto fortificado, usado por estes para disparar fogo contra os portugueses na costa. Embora tivesse provocado a morte de alguns árabes, a campanha não foi bem sucedida pois encontrou forte resistência.[518]

Estes ataques foram acompanhados por outras operações que de um modo reiterado provocaram baixas no seio das tropas omanitas, embora sem que tal as compelisse a levantar cerco. Tratava-se apenas de raids relâmpagos e não de um ataque devastador que pudesse aniquilar as tropas omanitas que sitiavam a fortaleza. Com efeito, após cada ataque, os omanitas retomavam os seus postos e isso não obstante a superioridade numérica dos portugueses. Para além disso, o êxito que os portugueses alcançaram nestas escaramuças devia-se ao facto de possuírem armas de fogo mais poderosas que manejavam com extrema perícia.

A 14 de Dezembro, os omanitas receberam novos mantimentos: de Mascate chegaram 2 fragatas, cada uma continha entre vinte e dois a vinte e oito canhões. Alguns dias mais tarde, chegaram duas pequenas galeotas com seis canhões. Estes reforços incluíam também elementos humanos, todos eles motivados pela determinação omanita de suspender provisoriamente os ataques, talvez com o propósito de aliviar a situação e delinear um plano susceptível de conquistar a fortaleza. Do lado português, o desespero principiou a imperar de novo devido ao atraso

[517]Cf. BA, *Cod, 51-IX-33*, tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fls. 536v- 537v. BA, *Cod. 51-VII-25*, tomo 2, fl. 66. *O Chronica da Tissuary*, vol.3, nº. 25, p. 6. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, pp. 59-60. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVII, pp.229-231.

[518]Cf. BA, *Cod, 51-IX-33*, tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fls. 537v-538r. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p. 60. António Marques Esparteiro, *op.cit.,* p. 19.

verificado na chegada dos mantimentos da Índia. Em Goa, as notícias transmitidas por Henrique de Figueiredo Alarcão, sobre a má situação na Fortaleza de Mombaça suscitaram fortes reacções por parte das autoridades portuguesas. O conselho de Estado apresentou uma série de propostas, de entre as quais estava o envio de uma fragata a Mombaça com um auxílio urgente. Contudo, a ideia não foi aceite, tendo-se argumentado que o mais provável seria a fragata vir a perder-se. O vice-rei resolveu comandar, pessoalmente, uma campanha militar em Mombaça. Esta ideia também não logrou apoio, uma vez que caso a sua ausência da Índia se prolongasse, esta também poderia vir a ser alvo de ataques árabes.[519]

A preparação da campanha demorou bastante tempo dada a penúria de recursos humanos, de mantimentos e armamento, para além da obrigação de esperar até ao fim do ano, altura da monção propícia para se navegar de Goa para a África Oriental.[520]

A solução veio sob a forma da constituição de uma pequena armada após a obtenção do montante de 50.000 xerafins, oferta da municipalidade de Goa. Composta de duas fragatas, uma fragatinha, uma galeota e quatro manchuas, a armada, comandada por Francisco Pereira da Silva e com 500 pessoas a bordo, iniciou a sua viagem nos começos de Dezembro de 1697. As instruções do vice-rei resumiam-se aos seguintes pontos:

---

[519]Cf. BA, *Cod, 51-IX-33*, tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fls. 538r- 540r. BNP, *PBA. 439*, Carta do Conde de Villa Verde, vice-rei da Índia ao Rei de Portugal, Goa, 2 de Janeiro de 1698, fl.257r. *APO*, tomo IV, vol. II, parte II, p.323. *O Chronica da Tissuary*, vol.3, nº. 25, pp.6- 7. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p. 60.

[520]Cf. BNP, *PBA. 439*, Carta do Conde de Villa Verde vice-rei da Índia ao Rei de Portugal, Goa, 2 de Janeiro de 1698, fl.257r. *APO*, tomo IV, vol. II, parte II, p. 323.

- fazer chegar socorro pela barra de Santo António, dirigindo-se, de seguida, para Zanzibar de modo a evitar que a guarnição fosse exposta ao clima insalubre em Mombaça.
- enviar informações a Goa, em Março de 1698, sobre a situação.
- punir Pate e observar a costa suaíli.

Todavia, a chegada da armada em 28 de Dezembro de 1697[521] não alterou significativamente a péssima situação do cerco. Quando a armada entrou em Mombaça, deu-se o desentendimento entre o capitão da fortaleza e o comandante da armada, com este último a exigir que a galeota carregada de mantimentos atracasse no porto para aí descarregar por baixo da fortaleza, vindo a sua carga a ser depois transportada por barcos em várias etapas. Esta proposta foi recusada pelo capitão da fortaleza que declarou não querer repetir o que tinha acontecido no passado, quando algumas embarcações haviam encalhado enquanto carregavam os mantimentos para as trincheiras preparadas pelos omanitas, o que havia provocado o caos e confrontos nos quais haviam morrido muitos homens do lado português. Embora os portugueses tenham conseguido introduzir os mantimentos e as armas, estes eram muito escassos em relação ao que fora enviado de Goa. Este facto aponta para a existência de certos roubos dos mantimentos enviados para Mombaça.[522]

Mal chegou a Mombaça, o comandante da armada anunciou que as condições climatéricas não eram propícias para atracar no porto e que pretendia dirigir-se para Zanzibar num sinal de que não queria

[521]Cf. BA, *Cod, 51-IX-33*, tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fls. 540r-541v. BA, *Cod. 51-VII-34*, fls. 91v-93v. BNP, *PBA. 439*, Carta do Conde de Villa Verde vice-rei da Índia ao Rei de Portugal, Goa, 2 de Janeiro de 1698, fl. 257r. *APO*, tomo IV, vol. II, parte II, p. 324. *O Chronica da Tissuary*, vol.3, nº. 25, p. 7. Eduardo Augusto de Sá Nogueira Pinto de Balsemão, *op.cit*., parte II, cap. XXX, p. 171. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p.60.

[522]Cf. BA, *Cod, 51-IX-33,* tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fls. 541v-543v. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p. 61. António Marques Esparteiro, *op.cit.,* p.23. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVII, p. 231.

permanecer em Mombaça. Em vão, o capitão da fortaleza tentou convencer o comandante da armada a levar a cabo uma acção militar decisiva contra os omanitas, para proteger Mombaça e defender a honra de Portugal. Explicou-lhe que a armada portuguesa tinha mais hipóteses de vencer do que a armada omanita atracada no porto de Quelindini. A armada omanita era composta de duas fragatas com vinte e oito e vinte e dois canhões e duas galeotas, cada uma com 6 canhões. Além disso, naquele porto, a artilharia omanita estava fragilizada, não constituindo uma ameaça para os portugueses. Acrescentou ainda que o número de árabes não era superior a 400 indivíduos, além de um número equivalente de elementos locais que apoiavam os omanitas. A vitória seria pois certa, e com a destruição da armada omanita, os árabes retirar-se-iam para Vumba. Pelos seus planos, o capitão da fortaleza afirmava que, mesmo que os portugueses não chegassem a escorraçar os árabes de Quelindini, pelo menos conseguiriam um lugar no porto que serviria para as embarcações puderem atracar. Tal facto abriria caminho para a defesa da fortaleza através de contactos com as tribos Musungulus, as quais poderiam fornecer mantimentos. Por outro lado, foram enviados a partir da fortaleza mensagens, propondo que a guarnição atacasse Quelindini enquanto o comandante da armada asseguraria a defesa da fortaleza. Em 30 de Dezembro, Buana Daud enviou uma mensagem ao general Francisco Pereira da Silva na qual declarava a necessidade de atacar o porto de Quelindini, indo ainda mais longe, ao ameaçar abandonar a fortaleza e procurar outros apoios não portugueses.[523]

Todas estas diligências de nada serviram, pois Francisco Pereira da Silva insistiu em seguir as indicações dadas em Goa e não entrar em

[523]Cf. BA, *Cod, 51-IX-33*, tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fls. 543v- 547v. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, pp. 60-61. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVII, pp. 231-232.

Quelindini. Para além disso, as informações fornecidas por Lourenço Nunes, o português que recorreu aos árabes e que posteriormente veio a declarar ter fugido da prisão e regressado à fortaleza, disse ao general que era impossível expulsar os omanitas dos seus portos, mesmo que os portugueses possuíssem o dobro dos soldados árabes. Disse ainda que era impossível às fragatas aí penetrar tendo em conta a barreira erigida pelos omanitas ao largo da entrada do porto. Se bem que esta última alegação não correspondesse à verdade, o comandante considerou-a como escusa perfeita para não entrar. Assim sendo, abandonou Mombaça ao seu triste destino e rumou para Zanzibar nos finais de Janeiro de 1698. No início da época da monção sudoeste, deixou pois Zanzibar em direcção a Goa, limitando-se ao envio para Mombaça de uma pequena embarcação com alguns soldados, acatando assim as instruções recebidas de Goa. Pereira da Silva tinha nomeado como comandante da fortaleza, Leonardo Barbosa Soutomaior, conhecido pela sua inflexibilidade na relação com os outros e que logo entrou em conflito com os muçulmanos que se encontravam na fortaleza e que tinham desempenhado um papel relevante ao retardar a sua queda. Esta ocorrência levou o príncipe Daud e seus seguidores a deixarem a fortaleza. Também alguns portugueses quiseram abandonar a fortaleza, apreendendo a conduta deste capitão. De novo, os conflitos vieram à superfície devido às divergências de interesses, o que provocou a saída dos principais elementos de que dependia a defesa da fortaleza. Estamos realmente diante de um grave sinal na abordagem de uma questão fulcral que afectava os superiores interesses dos portugueses. Dada a insuficiência de informações sobre a situação no seu interior, as trevas principiaram a envolver o destino da guarnição na Fortaleza de Jesus após a partida da armada de Francisco Pereira da Silva.[524]

[524]Cf. BA, *Cod, 51-IX-33*, tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fls. 506r, 547v-549v. *O Chronica da*

Foi necessário o rei de Portugal e o governo de Lisboa compreenderem o perigo que ameaçava a Fortaleza de Jesus debaixo do permanente cerco omanita e convencerem-se de que a queda desta fortaleza limitaria o domínio português na zona ocidental do oceano Índico a dois postos apenas: Goa e Moçambique. Significaria também que o forte de Moçambique passaria a ser alvo de ataques por parte dos navios da armada omanita que o Imame Saif I continuava a enviar de Mascate para a África Oriental. Porém parecia evidente que Lisboa não estava em condições de mandar mais navios: o império português encontrava-se demasiado fragilizado.[525]

António Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, o vice-rei que assumiu o cargo a 20 de Setembro de 1698, tinha previsto a queda de Mombaça às mãos dos árabes mesmo antes da sua queda efectiva. Da sua carta que enviou ao rei em Dezembro de 1698, pode-se entender que a situação que o Estado enfrentava devido aos ataques por parte dos maratas e às guerras com os Musungulus, havia provocado um sério rombo no orçamento, e uma acentuada escassez de soldados. Tudo isso fez com que a continuação da guerra contra os árabes fosse algo de inexequível. O vice-rei solicitava o envio de socorros para levantar o cerco imposto à cidade. Pedia a Lisboa que encontrasse soluções inadiáveis para lidar com a situação e preservar as suas propriedades no oceano Índico antes que fosse tarde de mais.[526]

Não tendo sido capaz de auxiliar os sitiados da Fortaleza de Jesus, a rainha de Zanzibar escreveu ao vice-rei da Índia, instigando-o a enviar

---

Tissuary, vol.3, nº. 25, p. 6. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p. 61. António Marques Esparteiro, *op.cit.*, p. 24. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVII, pp. 231-232.

[525]Cf. António Marques Esparteiro, *op.cit.,* p. 24. Genesta Hamilton, *op.cit*., p. 159.

[526]Cf. BA, *Cod. 51-VII-34*, Carta do vice-rei António Luís Gonçalves da Camara Coutinho,Goa, 12 de Dezembro de 1698, fls. 12r , 20v, 86v; publ.*infra*,doc.6. BA, *Cod. 51-VII-25*, tomo 2, fls. 246r-246v.

socorros para Mombaça e, talvez também auxílio para a sua própria pessoa, pois começou a sentir um perigo iminente à sua volta após ter visto a resistência tenaz da armada omanita ao longo do tempo no cerco à Mombaça e a constante chegada de navios omanitas à região, o que ameaçava a sua permanência em Zanzibar, conquanto a rainha se pudesse deslocar da ilha de Zanzibar para a costa africana onde poderia ficar junto de seu marido, o príncipe Abdullah, governador de Outendo.[527]

As autoridades portuguesas da Índia levaram a cabo uma nova tentativa para defender a fortaleza ameaçada. No Outono de 1698, o vice-rei António Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, encetou a preparação de uma campanha com vista à salvação das pessoas cercadas na Fortaleza de Jesus e fazer frente à armada omanita. O próprio Vice-Rei conseguiu pedir empréstimos para a organização desta campanha, composta de quatro fragatas, uma galeota, 1240 homens dos quais 620 eram combatentes. Francisco Pereira da Silva, comandante da campanha, tinha indicações do vice-rei, para não só socorrer a fortaleza como também levantar o cerco e acabar com qualquer perigo por parte dos árabes na região. As indicações do vice-rei incluíam igualmente a nomeação de Vaz Soares Bacelar como capitão da fortaleza. Com efeito, a campanha que iniciou a sua viagem em 21 de Novembro, era capaz de enfrentar os navios omanitas sitiantes e continuar o seu caminho para salvar as pessoas cercadas no interior da fortaleza, com a condição de chegar em tempo oportuno, antes da queda da fortaleza às mãos dos omanitas.[528]

---

[527]Cf. Genesta Hamilton, *op.cit*., cap. XIII, pp. 159-160.

[528]Cf. BA, *Cod, 51-VII-34*, Regimento que se deu a Francisco Pereira da Silva que foi com ella de socorro a Fortaleza de mombaça, Goa, 17 de Novembro de 1698, fls. 88r-88v e 91v- 93v; publ.*infra*,doc.7. BA, *Cod,51-VII-34,* Carta do vice-rei António Luís Gonçalves da Câmara Coutinho ao Rei, Goa, 15 de Dezembro de 1698, fls 81r-81v. BA,*Cod. 51-VII-25*, tomo2, fls.246r-246v.BA, *Cod.51-VII-27*.Miscelânea Ultramarina, Séc. XVII,Sucessos da Índia por Maior desde 20 de Setembro de 1698 em que tomou posse dela o vice-rei António Luís da Camara Coutinho, fol. 42r; publ.*infra*,doc.11. *APO*, tomo IV, vol. II, parte II, pp. 324-328. *O Chronica da Tissuary*, vol.3, nº. 25,

Um ano e três meses decorreram desde a chegada do socorro de Moçambique aos sitiados no interior da fortaleza. Destes apenas sobreviveram dezasseis pessoas: Leonardo Barbosa, oito portugueses, três indianos, duas mulheres africanas e uma criança.[529]

Apesar da longa duração do cerco e das altas temperaturas, os árabes não conheceram o desânimo nem a fraqueza, pois a liderança em Mascate fazia com que eles se revezassem periodicamente e assegurava os mantimentos necessários tais como água, comida e munições. Além disso, acabar com a superioridade dos portugueses na zona norte da costa oriental africana constituía um objectivo estratégico de que os soldados não abdicavam. À medida que os portugueses se tornavam mais fracos, a resistência e o entusiasmo dos soldados omanitas para continuarem o cerco[530] não paravam de aumentar. Dia após dia, a situação dentro da fortaleza agravava-se. Às dezasseis pessoas cercadas não restava esperança de serem salvas, pois o cerco externo prosseguia, o perigo de apanharem doenças era uma constante inexorável ao qual se juntava a penúria de alimentos e de remédios. Assim, parecia-lhes estarem a caminhar para um destino irrevogável, pelo que não adiantava aguardar pela chegada de um novo socorro português.[531]

A 13 ou 14 de Dezembro, a campanha portuguesa chegou de Goa para achar a bandeira vermelha dos omanitas a ondear sobre a haste da fortaleza. Apesar da campanha ser poderosa, diante da surpresa provocada pela queda da fortaleza e da existência de significativos reforços enviados de Mascate, ela não conseguiu levar a cabo nenhuma

---

pp. 7-8. A.C.Teixeira de Aragão, *op.cit.,* vol.III, p. 271. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p. 62.

[529]Cf. *APO*, tomo IV, vol. II, parte II, p. 329. *O Chronica da Tissuary*, vol.3, nº. 25, p. 8. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p. 63. António Marques Esparteiro, *O General dos Galeões do Estado da Índia* , p. 28.

[530]Cf. Genesta Hamilton, *op.cit*., p. 160.

[531]Cf. Idem, *ibidem,* p. 160.

acção militar, e dirigiu-se para Zanzibar. Ali, a rainha de Zanzibar tentou persuadir o comandante da armada portuguesa a voltar a Mombaça para se certificar da sua queda, uma vez que as notícias da queda da fortaleza não lhe tinham chegado. Também, Buana Daud, príncipe de Faza, que tinha regressado de Goa com a armada, tentou em vão convencer o comandante a voltar a Mombaça. O comandante nada fez, preferindo rumar para Goa no início de Abril, altura da mudança da monção.[532]

Há uma referência omanita que salienta que a queda da fortaleza teve lugar em 9 de Jumada al-Akhir de 1110 H, correspondente a 12 de Dezembro de 1698, embora sem que haja confirmação por parte das fontes portuguesas.[533]

A chegada a Goa, em 29 de Setembro de 1701, de Brás Fialho que fazia parte da guarnição da fortaleza e que viria a ser preso depois da queda desta e transferido para Oman donde conseguiu fugir, lançou alguma luz sobre o que se passou nos derradeiros dias do cerco de Mombaça. Brás Fialho narra que na noite de 12 de Dezembro 1698, o capitão Leonardo Barbosa, que se achava doente, enviou um rapaz africano que escalando a muralha da fortaleza foi colher algumas ervas que seriam utilizadas nos curativos. O rapaz avistou os soldados omanitas que o detiveram e conduziram junto do seu comandante que por meio dele se inteirou da real situação dentro da fortaleza onde apenas se encontravam um reduzido número de pessoas cercadas. Então, o comandante omanita tomou a decisão de atacar a fortaleza e de tomá-la. Na mesma noite, os omanitas atacaram a Fortaleza de Jesus, invadindo-a em três frentes: pelo baluarte de Pau da Bandeira, pelo baluarte da Porta

[532]Cf.BA, *Cod.51-VII-27*.Miscelânea Ultramarina, Séc. XVII,Sucessos da Índia por Maior desde 20 de Setembro de 1698 em que tomou posse dela o vice-rei António Luís da Camara Coutinho, fl. 42r; publ.*infra*,doc.11. *APO*, tomo IV, Vol. II, parte II, p. 329. *O Chronica da Tissuary*, vol.3, nº. 25, p. 8. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p. 62.
[533]Cf. James Kirkman, " Al-Tarikh Al-Mubakkir Li-Oman fi Sharq Afriqia", p. 296.

Falsa, e pelo baluarte de Santo António. Os defensores retiraram-se para o baluarte de Santo António, tendo demonstrado uma feroz resistência até à manhã do dia seguinte. Disparos vindos de uma caitoca atingiram o peito do capitão Leonardo Barbosa que tombou, morto pelos árabes. A sua morte conduziu à rendição das restantes pessoas que defendiam a fortaleza. Este relato finda com uma cena trágica que nos dá uma ideia de como os portugueses continuaram a proteger as suas praças até ao derradeiro suspiro: os soldados árabes ordenaram a dois portugueses que os conduzissem ao local do tesouro que se acreditava existir na fortaleza. Os árabes foram levados para a zona do entreposto e da capela onde os dois portugueses atearam fogo ao depósito de pólvora provocando uma explosão que causou, para além deles próprios, a morte de 200 árabes. Contudo parece que o relato foi acrescentado para dar um aspecto heróico a um desfecho inevitável. As fontes portuguesas que mencionaram a recuperação, por parte dos portugueses, do forte de Mombaça em 1728, dizem que a fortaleza se manteve em bom estado e sem nenhuma transformação, conquanto fossem já entretanto volvidos vinte e nove anos sobre a sua queda.[534]

Seja como for, julgo que este final tem um significado profundo que se insere nos trabalhos literários que evidenciam a defesa por parte dos portugueses das suas praças até ao último suspiro.

No que diz respeito aos prisioneiros, estes foram levados para Mascate e depois para *al-Rustaq*, donde um cativo, Brás Fialho, conseguiu fugir dirigindo-se para Julfar com o auxílio de alguma pessoa.

---

[534]Cf. *APO*, tomo IV, vol. II, parte II, pp. 329-332. *O Chronista de Tissuary*, vol. 2, nº. 21, p. 207, vol.3, nº. 25, pp. 8-9 e nº. 27, p. 64. *BFUP,* nº.48, ficheiro 4, gaveta 1, divisão 11, p.101. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, pp. 62-64. António Marques Esparteiro, *O General dos Galeões do Estado da Índia*, p.28. António da Silva Rego, *O Ultramar Português no Século XVIII, 1700-1833*, 2ª ed, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, MCMLXX, p.100. António Brasio, Relação da Restauração de Mombaça, separata de *Studia*, nº.30-31, Ag-Dez.1970, pp.33-55.

De lá seguiu para Kong e mais tarde para Goa.[535] Na Fortaleza de Jesus, os omanitas procederam ao reforço das defesas da cidade, tende instalado cinco canhões na ermida de Nossa Senhora das Mercês, dez peças no forte de São João e cinco peças em Quelindini. De Mascate, o Imame Saif I enviou uma armada constituída por quatro fragatas e três galeotas que saíram de Pate. Por outro lado, os omanitas atacaram Zanzibar e capturaram a rainha Fátima bint Hassan, a qual ficou atónita diante da recusa dos soldados e habitantes de Zanzibar em se envolverem em combates com os omanitas na defesa da sua rainha. Capturados, a rainha, o seu filho, bem como o príncipe Sagafo e Sharif Mohammed foram levados para Mascate. Em 1709, a rainha foi libertada, tendo regressado a Zanzibar onde viveu até à sua morte em finais de 1722.[536]

Nos seus relatos de 17 de Julho 1699 e 20 de Dezembro de 1699, o vice-rei declarou que a queda de Mombaça não devia constituir um facto incómodo ou inquietante para o Estado e que a sua recuperação seria simples uma vez que a queda nas mãos dos árabes fora facilitada pela propagação da epidemia entre os portugueses.[537]

Acrescentou que, sem isso, os árabes não teriam conseguido conquistar a fortaleza. Referiu ainda que outros factores haviam auxiliado a tarefa dos árabes mormente a fome e a escassez de guarnição e de

[535]Cf. *O Chronica da Tissuary*, vol.3, nº. 25, p. 9. *BFUP,* nº.48, ficheiro4, gaveta1, divisão 11, p.101. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p.64.
[536]Cf. MPCSO, *Cod. 1393*, Colectânea dos Poetas, fls. 43-46. MPCSO, *Cod.2777*, Elogio dos Imames de Oman, fl. 24. *O Chronica da Tissuary*, vol.3, nº. 25, pp. 9-10. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p. 63. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVIII, p. 240.
[537]Cf. BA, *Cod.51-VII-27*.Miscelânea Ultramarina, Séc. XVII,Sucessos da Índia por Maior desde 20 de Setembro de 1698 em que tomou posse dela o vice-rei António Luís da Câmara Coutinho, fl.42r; publ.*infra*,doc.11. *APO*, tomo 1, vol.3, parte 1, p.CLXXIX. e tomo IV, vol. II, parte II, p. 329. *BFUP,* nº.35,36,37, ficheiro1, gaveta1, divisão 5, p.334.

soldados. O relato refere que o cerco provocou a morte de mais de 1000 portugueses e cerca de 10.000 habitantes locais.[538]

Ainda que estes números sejam bastante exagerados, a verdade é que muitos portugueses e habitantes locais sucumbiram durante os três anos de cerco. Por exemplo, durante a última campanha, que chegou atrasada a Mombaça, o número dos que morreram por causa da doença abarcou cerca de 400 pessoas, isso sem contar com os doentes que regressaram à Índia. As fontes omanitas mencionam ainda as baixas do lado português: em Janeiro de 1698, o número de portugueses mortos calculava-se em 800 pessoas para além de 2.800 mortos entre combatentes. A morte destas pessoas não se verificou apenas em resultado da peste, mas igualmente por causa de outras doenças que surgiram durante o cerco, tal como a varíola, a malária e o escorbuto. O número de prisioneiros foi reduzido quando comparado com o número dos que tombaram, vitimados pelas moléstias.[539]

Por outro lado, os portugueses perderam muitas embarcações de entre as quais a fragata de Santo António de Tanna, com quarenta peças de bronze, uma galeota com vinte peças, três galeotas, um pataxo, oito manchuas de guerra, mais de vinte embarcações pequenas.[540]

O número de vítimas do lado omanita foi igualmente elevado, tendo os combatentes padecido das mesmas doenças.[541] Todavia, este número não deixa de ser em muito inferior ao das baixas registadas no

---

[538]Cf. BA, *Cod.51-VII-27*.Miscelânea Ultramarina, Séc. XVII,Sucessos da Índia por Maior desde 20 de Setembro de 1698 em que tomou posse dela o vice-rei António Luís da Camara Coutinho, fl.42r; publ.*infra*,doc.11. *APO*, tomo IV, vol. II, parte II, p. 329. *O Chronica da Tissuary*, vol.3, nº. 25, p. 8. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, pp. 65-66.
[539]Cf. BA, *Cod, 51-IX-33*, tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fl. 550r. BA, *Cod, 51-VII-34*, Carta do vice-rei da Índia para Roque Monteiro Paim sobre o socorro da praça de Mombaça, 12 de Dezembro de 1698, fl. 88r; publ.*infra*,doc.7. *APO*, tomo IV, vol. II, parte II, p. 324, 329. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVII, pp. 234-235. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, pp. 65-66. C.R. Boxer, *The Portuguese Seaborne Empire 1415-1825*, p. 135.
[540]Cf. BA, *Cod, 51-IX-33*, tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fl. 550r.
[541]Cf. *APO*, tomo IV, vol. II, parte II, p. 329.

lado português. Apesar dos abundantes reforços que chegavam a Mombaça vindos de Mascate no período da monção nordestina o número de soldados árabes era diminuto quando comparado com o número das tropas locais que pelejavam ao lado dos omanitas. Segundo o capitão português da Fortaleza de Mombaça, em Janeiro de 1697, o número de omanitas, após a chegada dos reforços, oscilava entre os 3.000 e os 4.000 combatentes, para além de um número análogo de Pate e alguns africanos.[542]

Quanto aos habitantes africanos locais, ambas as partes do conflito recorreram a estes. A maioria Musungulus aliou-se aos portugueses, à excepção de alguns que apoiaram os omanitas. Quanto a Zanzibar, permaneceu leal aos portugueses tal como assim o fizeram os reis de Tanga e Guaba de Muizabo.[543]

O que chama à atenção é o facto de, durante o período do cerco, nenhuma das duas partes envolvidas, ter levado a cabo um ataque decisivo contra a outra. Os omanitas, apesar da sua última vitória, apenas conseguiram pequenos avanços que melhoraram a sua posição militar, ao passo que a situação geral ficou caracterizada pela pouca disciplina e falta de estratégia militar. Os métodos utilizados nas fortificações e trincheiras edificadas durante o cerco denotam certos defeitos e um desconhecimento quanto às modalidades do cerco, para além de não se ter considerado necessário elaborar planos militares. A razão pela qual os omanitas não terão conseguido tomar, logo, a Fortaleza de Jesus talvez resida na falta geral de meios indispensáveis para a conquista. Logo que os omanitas conseguiram tomar os dois canhões do baluarte de Santo José, estas

[542]Cf. BA, *Cod, 51-IX-33*, tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fl. 509v. *O Chronica da Tissuary*, vol.3, nº. 25, p. 8. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVII, p. 235.
[543]Cf. BA, *Cod, 51-VII-24*, tomo1, fls.142r, 143r. *O Chronica da Tissuary*, vol.3, nº. 25. p. 10. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVII, p. 235.

armas passaram a constituir uma enorme fonte de perigo para as pessoas cercadas.[544]

As doenças, como as bexigas com que os soldados omanitas se debatiam durante o cerco, levaram as autoridades de Mascate a proceder à substituição dos soldados em cada época, deixando no cerco os habitantes locais inexperientes em assuntos bélicos.[545]

A meu ver, tal facto prende-se com certos factores, de entre os quais está a diferença de local, pois os soldados omanitas combatiam num ambiente totalmente diverso do seu. A isto se acresce as sólidas fortificações da Fortaleza de Jesus e a falta de estratégia militar por parte dos omanitas que fizeram com que se adoptasse o simples método do cerco.

No outro lado, os portugueses, apesar das fragilidades de muitos aspectos, estavam bem preparados para a defesa. Pode-se dizer que se durante o período da chegada dos reforços estes não desencadearam um ataque rápido contra os árabes, para levantar o cerco imposto à Fortaleza, tal se deveu a disputas e conflitos entre os comandantes, originados pela insistência em seguir as indicações emitidas por Goa, pela escassez de recursos humanos e materiais apropriados.[546]

Com efeito, os portugueses poderiam ter conservado o domínio sobre a fortaleza de Jesus, tendo em conta o objectivo que movia o seu combate e o enorme apoio local que haviam obtido, ao contrário do modesto auxílio dado aos omanitas. O sucesso do longo cerco omanita à fortaleza de Mombaça, de 15 de Março de 1696 a 13 de Dezembro de

---

[544]Cf. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVII, pp. 235-2236. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p.66. R. Coupland, *op.cit*., p. 69.
[545]Cf. *O Chronica da Tissuary*, vol.3, nº. 25, pp. 4-5.
[546]Cf. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVII, p. 236. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p. 65.

1698, comprova que a liderança portuguesa não tinha a eficácia imprescindível para defender as suas praças. E, as doenças que ceifaram os portugueses foram também um factor decisivo que concorreu para o enfraquecimento das suas hostes.[547]

Segundo Eric Axelson, Mombaça tornou-se susceptível da queda a partir do momento em que os seus habitantes locais e os suaílis se declararam contra os portugueses. As tentativas destes últimos para aniquilar a resistência levaram à sublevação, isso quando em paralelo cresciam o poder e influência de Mascate. O sucesso deste levantamento significava que os suaílis transferiam a sua antiga lealdade para com os portugueses para uma outra potência. A intervenção dos omanitas contou com o apoio dos suaílis com os quais partilhavam laços étnicos e religiosos. Eric Axelson acrescenta que a queda de Mombaça não só levou à diminuição do domínio português como representou igualmente um golpe fatídico para a recém-constituída Companhia de Comércio cujo marfim procedente de Mombaça servia de principal fonte dos seus rendimentos. O comércio português ficou mais limitado e a referida companhia deixou de existir a partir do ano de 1700.[548]

Na verdade, o tratado que os portugueses firmaram com os persas em Outubro de 1695 desempenhou um papel preponderante para o prolongamento do tempo do cerco a Mombaça. E, talvez, o cerco não tivesse sequer existido caso houvesse sido cumprido o referido tratado que previa a cooperação entre ambas as partes na ocupação de Mascate. Para atingir este objectivo, os portugueses enviaram uma armada para o Golfo onde ela se manteve na zona de Maio de 1696 até inícios de 1697. Os omanitas viram-se forçados a tomarem medidas redobradas,

[547]Cf. R. Coupland, *op.cit*., p.69. Edward A.Alpers e Christopher Ehret, ”Eastern Africa”, vol. 4, cap.7, p. 530.
[548]Cf. Eric Axelson, *op.cit*., pp. 175 e 187.

aguardando qualquer ataque por parte das tropas aliadas. Por sua vez, este facto teve o seu impacto no facto de não terem sido enviados reforços imediatos para pôr fim à presença portuguesa em Mombaça. Com efeito, o incumprimento por parte dos persas do referido tratado, bem como a hesitação em enviar tropas para ocupar Mascate em muito contribuiu para que os omanitas conseguissem tomar a Fortaleza de Jesus. Sem dúvida, se Mascate fosse ocupada, não teria havido conquista de Mombaça por parte dos omanitas. E mais do que isso, qualquer ataque das tropas aliadas contra Mascate teria sido suficiente para levantar o cerco de Mombaça.[549]

Podemos constatar que o demorado cerco de Mombaça esteve condicionado por diversas circunstâncias, nomeadamente a navegação marítima intimamente ligada à monção, a enorme distância geográfica entre Oman e a costa da África Oriental, a disponibilidade de tropas e armadas imprescindíveis para levar a cabo tal campanha e a existência de uma base de apoio à presença omanita na África Oriental. Estes são factores que devem ser ponderados quando se estuda o período em que sobreveio este acontecimento. Mesmo durante o período em que a armada portuguesa se achava no Golfo, as movimentações da armada omanita não foram suspensas nem na parte ocidental da Índia nem na África Oriental. E assim perguntamo-nos: as saídas da armada omanita não ofereciam aos portugueses oportunidade para levar a cabo um ataque contra Mascate? Por que razão os portugueses contavam tanto com a intervenção dos persas? E porquê censurar os persas se armada portuguesa era tão forte para levar a cabo um ataque à costa árabe? A presença de uma armada portuguesa nas águas do Golfo não constituía um obstáculo à movimentação da armada omanita, porém o longo cerco a Mombaça prendeu-se com os factores que foram acima abordados.

[549]Cf. *O Chronica da Tissuary*, vol.3, nº. 25, p. 7. António Marques Esparteiro, *O General dos Galeões do Estado da Índia*, p.29.

Comentando a queda da Fortaleza de Jesus nas mãos dos omanitas, Kirkman disse: "A campanha a Mombaça representou uma enorme vitória para os omanitas que não perderam nenhum navio e cujas baixas humanas não foram grandes ao longo dos três anos do cerco. Quanto aos portugueses, perderam uma fragata, quatro galeotas e contaram 950 mortos pelo menos, Com a conquista da Fortaleza de Jesus, Oman passou a dominar toda a costa até Cabo Delgado a sul".[550]

Segundo Duffy: "Em 1698, os omanitas conseguiram conquistar a Fortaleza de Jesus, após um cerco que durou 33 meses e vitimou 1000 portugueses e 5000 suaílis, colaboradores dos portugueses e residentes. Assim sendo, o que restou do domínio português ficou apenas limitado à ilha de Moçambique enquanto o domínio árabe a norte de Cabo Delgado era uma realidade inegável".[551]

Alguns historiadores acham que a perda de Mombaça constituiu o princípio do declínio do domínio português a norte do rio Rovuma, e permitiu em simultâneo que os omanitas impusessem o seu domínio às cidades situadas ao longo da costa de África Oriental, a norte de cabo Delgada. Outros historiadores são da opinião que o interesse dos portugueses pela África Oriental era diminuto quando comparado com o interesse manifestado pela Índia. Em África, os portugueses não se interessaram pela criação de uma entidade administrativa, através da qual pudessem divulgar a sua cultura pelas regiões africanas. O grande contributo dos portugueses na introdução de alguns produtos agrícolas mais importantes, mormente o milho, o ananás, a goiaba, serviu para diversificar e multiplicar os produtos agrícolas junto das populações da costa africana. Foram ainda um enorme contributo para o conhecimento geográfico das regiões da África Oriental, fornecendo uma descrição

[550]Cf. James Kirkman, *Fort Jesus a Portuguese Fortress on the East African Coast*, p. 5. Idem, " Al-Tarikh Al-Mubakkir Li-Oman fi Sharq Afriqia", p. 295.
[551]Cf. James Duffy, *op.cit*., p. 79.

destas regiões, dos costumes e hábitos das populações da costa oriental africana. O domínio das línguas locais por parte dos portugueses permitiu-lhes contactar e misturar-se com os povos da costa que se estende desde cabo Delgada até Pate. Mas, o reduzido número de portugueses no Oriente fez com que a influência deles ficasse limitada. Para além disso, o interesse deles pela zona advinha principalmente do facto de representar um dos pontos de paragem a caminho para a Índia ou durante o transporte de certos produtos comerciais como o marfim e os escravos.[552]

O desinteresse dos portugueses pela África Oriental pode não se dever, em primeiro lugar, a uma negligência, mas a circunstancialismos de ordem geográfico e climático. Para além disso, os factores financeiros ajudaram à redução dos rendimentos do Estado, devido às campanhas extenuantes que Portugal levara a cabo contra a Espanha e as Províncias Unidas.[553]

Se olharmos para as causas da decadência do domínio português em Mombaça em particular, e no resto da costa africana em geral, constatamos que estas não diferem muito das que levaram à queda do domínio português no Oriente. De entre os comandantes que ocuparam o cargo de capitão de Mombaça - embora alguns fossem competentes e estivessem bem informados - uma maioria vendeu o cargo para obter uma maior percentagem de riqueza durante o seu mandato. Começaram a competir com os habitantes locais e os suaílis no tráfico de marfim e de escravos, o que fomentou um grande descontentamento. Por outro lado, os portugueses residentes naquelas regiões principiaram a incomodar os habitantes, ora ao lhes arrancar os terrenos agrícolas, ora ao participar nas

[552]Cf. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p. 75. Eric Axelson, *op.cit*., pp. 191-192.Zöe Marsh and G.W. Kingsnorth, *op.cit*., p. 32. Ronald Oliver e J. D. Fage, *Breve História de África*, trad. Artur Morão, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1980, pp. 108-109. R. Coupland, *op.cit*., p. 70. James Duffy, *Portugal in Africa*, Penguin Books, 1962, p. 77.
[553]Cf. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p. 52.

actividades comerciais e piscatórias. Isto contribuiu directamente para que os habitantes locais juntassem esforços contra os portugueses, auxiliando os omanitas, o que veio a provocar a queda de Mombaça, após um longo cerco e pôr termo a uma presença portuguesa que ainda se prolongou por mais de dois anos naquela região.[554]

O Imame Saif I nomeou, para governador de Mombaça, Nasser bin Abdullah al-Mazroui, e para capitão da Fortaleza, o comandante do cerco, Shahdad bin Saad al-Balochi.[555]

O governador Nasser bin Abdullah teve de enfrentar várias crises derivadas da insurreição dos soldados da guarnição contra o capitão Shahdad. Detiveram-no e nomearam no seu lugar um comandante africano chamado Seasromba. Todavia, os notáveis de Mombaça não aprovaram semelhante mudança.[556]

Quanto a Zanzibar, a governação da cidade foi atribuída à tribo al-Harthy, em cooperação com o seu rei africano, tendo a cidade sido dotada de uma guarnição omanita. Os nabahanitas assumiram o governo de Pate, juntamente com uma guarnição omanita para defendê-la. A conquista, por parte dos Yarubitas, da costa oriental africana preparou o caminho para a imigração dos omanitas, em que se destacou a preponderância do elemento omanita sobre os demais elementos – árabes, persas, indianos – que se haviam instalado na região antes da entrada dos portugueses. Contudo, naquela fase, o número dos imigrantes era bastante reduzido dada a grande estabilidade de que gozava Oman. Se bem que o Estado Yarubita não tivesse conseguido, naquele período, reforçar o seu domínio directo na África Oriental, foram pelo menos reatados os laços de

---

[554]Cf. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p. 49. Eric Axelson, *op.cit*., pp. 194-195. A.C. Unomah and J.B.Webster, "East Africa: the expansion of Commerce", vol. 5, cap. 8, p. 271.

[555]Cf. James Kirkman, " Al-Tarikh Al-Mubakkir Li-Oman fi Sharq Afriqia", p. 296. W.F.W. Owen, *op.cit*., vol.1, cap. XXI, p. 415.

[556]Cf. James Kirkman, " Al-Tarikh Al-Mubakkir Li-Oman fi Sharq Afriqia", p. 296. W.F.W. Owen, *op.cit.,* vol.1, cap. XXI, p. 415.

parentesco, tendo o elemento árabe vindo a misturar-se com o elemento africano local. Foi deste modo que foi plantada a árvore de uma família árabe de governantes, o clã Al-Mazroui, que se tornou famosa na África Oriental, nomeadamente em Mombaça, durante os séculos XVIII e XIX. Esta família preparou o caminho que levaria a dinastia de Al-Busaidi a conseguir com toda a facilidade submeter a África Oriental ao seu jugo sob o estandarte omanita.[557]

Note-se que os Yarubitas não proclamaram a criação de um império seu, na África Oriental, logo após a queda do domínio português. Talvez seja possível atribuir semelhante facto à própria natureza da região, ao regime de governação, à rivalidade familiar e ao agravamento do conflito, no Golfo Arábico e na costa da Índia, entre as potências europeias por um lado e os omanitas e os portugueses, por outro. O estabelecimento do império ficou adiado por mais de um século para depois vir a ser concretizado pelas mãos de Said bin Sultan Al-Busaidi, que, desde 1832, tornaria Zanzibar numa segunda capital do seu Estado.[558]

V.2ª.2. Reacções dos portugueses face à queda de Mombaça

Em Junho de 1699, chegou a Goa a notícia da queda de Mombaça.[559] Antes desta dada, António Luís Gonçalo da Câmara Coutinho tinha recebido informações sobre a queda da cidade às mãos dos árabes. Em Março de 1700, pediu ao feitor do Kong, Manuel Róis de

[557]Cf. James Kirkman, " Al-Tarikh Al-Mubakkir Li-Oman fi Sharq Afriqia", pp. 299-304.
[558]Cf. R. Coupland, *op.cit.,* p. 295. A.C. Unomah and J.B.Webster, "East Africa: the Expansion of Commerce", vol. 5, cap. 8, pp. 273-275.
[559]Cf. *O Chronista de Tissuary*, vol.2, nº. 20, p. 173.

Andrade, que recolhesse informações sobre a queda da cidade e o número dos prisioneiros caídos às mãos dos árabes. [560]

Lisboa não tinha ainda recebido informações sobre a queda de Mombaça. Em finais de Março de 1699, o rei D. Pedro II enviou uma armada composta de 4 naus e um patacho, com 950 combatentes a bordo, comandada por Henriques Jacques de Magalhães. Quando a campanha chegou a Moçambique, os marinheiros recusaram dirigir-se para Zanzibar na costa de Mombaça alegando desconhecer a navegação naquelas águas. Assim sendo, a armada alterou a sua rota e dirigiu-se para Goa sem esboçar qualquer tentativa com vista a concretizar o objectivo pelo qual fora enviada: a salvação de Mombaça. E isto apesar da objecção manifestada por alguns nobres entusiastas que consideraram indigna a decisão da armada rumar para Goa. Para justificar o fracasso da campanha a Mombaça, o vice-rei alegou que resultava da falta de vontade e de determinação dos soldados, e não falta de experiência e desconhecimento da navegação nas zonas da costa oriental africana como se dizia. A propagação de doenças entre os soldados da campanha, durante a viagem de Lisboa a Goa – doenças que causaram a morte de 300 homens em mar e outros cem após a chegada à Índia – foi uma das razões que motivaram a recusa de seguir para Mombaça.[561]

Em Lisboa, as notícias da queda de Mombaça, que chegaram através da Pérsia, em 26 de Março de 1700, suscitaram um grande descontentamento por parte dos responsáveis portugueses. De imediato,

---

[560]Cf. BA, *Cod.51-VII-27*.Miscelânea Ultramarina, Séc. XVII,Sucessos da Índia por Maior desde 20 de Setembro de 1698 em que tomou posse dela o vice-rei António Luís da Camara Coutinho, fl.42r; publ.*infra*,doc.11. *APO*, tomo1, vol.3, parte 1, p. 29.

[561]Cf. BA, *Cod, 51-VII-24*,tomo1, fls. 38, 204r. BA, *Cod. 51-VII-25*, tomo2, fls. 5, 9, 61,62; publ.*infra*,doc.10. BA, *MS.AV. 54-VIII-14*, nº. 320. *APO*, tomo IV, vol. II, parte II, p. 327. *O Chronista de Tissuary*, vol. 2, nº. 23, p. 258. e vol.3, nº. 26, pp. 25-26. *BFUP,* nº.50, ficheiro4, gaveta1, divisão 8,9, p. 105. A.C.Teixeira de Aragão, *op.cit.,* vol.III, p. 271. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p 66. C.R. Boxer, *Descriptive Liste of the State Papers Portugal 1661-1780 in the Public Record Office London*, 3 vols, vol.1, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1979, p. 262.

mandaram preparar a fragata da armada real Nossa Senhora do Bom Sucesso, sob o comando do capitão-de-mar-e-guerra António de Saldanha de Albuquerque. O capitão tinha instruções para, em primeiro lugar, rumar para o Brasil, levando consigo ordens destinadas a D. João de Lencastre, que governava o Brasil, para que equipasse uma nau com mantimentos e armas, juntamente com 400 homens. Depois do Brasil, a armada tinha instruções para rumar para Moçambique a fim de lhe prestar apoio ou, caso fosse necessário, enfrentar os árabes. Com a chegada a Lisboa, das cartas do Vice-Rei, as notícias da queda de Mombaça confirmaram-se. Foi ordenado o envio de um socorro urgente, composto de 3 naus sob o comando de Gaspar da Costa de Ataíde. Em 9 de Setembro de 1701, a armada chegou a Goa com 280 pessoas a bordo. Quanto à nau proveniente do Brasil e comandada por António de Saldanha de Albuquerque, esta chegou a Goa em 12 de Outubro de 1701 com apenas 120 homens a bordo. Esperava-se que este socorro se juntasse às 400 pessoas que haviam sobejado da anterior campanha vinda de Lisboa no verão de 1699. O Vice-Rei procurou inteirar-se da dimensão da força omanita em Mombaça; das fortificações que tinham acrescentado e dos navios que embarcavam de Mascate rumo à África Oriental. De imediato, organizou-se a campanha destinada a socorrer Mombaça. Com este desígnio, foi feito um empréstimo no valor de 70.000 xerafins junto da companhia de comércio e da companhia de Jesus. Na primeira metade Dezembro, quando a armada, composta de três naus e mais navios, manchuas e galeotas, se achava atracada em Goa, carregada de mantimentos, armas e muitos soldados, aguardando a chegada dos reforços da armada do Golfo, sobreveio uma tempestade tropical que afundou três navios, destruiu os restantes e causou a morte de um grande número de soldados. Este acontecimento foi considerado pelos portugueses como uma pesada derrota da armada militar. Com efeito,

perdeu-se na tempestade uma boa parte da armada marítima portuguesa, o que levou a que se adiasse o desígnio de recuperar o controlo de Mombaça por mais de um quarto de século.[562]

Uma das consequências de maior relevo que adveio da queda às mãos omanitas da zona oriental da costa africana foi o facto da rota do comércio entre a Índia e a zona oriental de África ter ficado ameaçada. Foi igualmente afectado, devido à superioridade marítima dos omanitas, o comércio entre os portos da costa ocidental da Índia.[563] Esta preocupação está bem patente na carta que o Vice-Rei mandou ao Rei em 30 de Dezembro de 1700. Nesta, o Vice-Rei exprimia o seu desejo de enviar uma armada para recuperar Mombaça e impedir que os omanitas controlassem o comércio do marfim e do âmbar.[564]

De facto, houve tentativas por parte dos omanitas para dinamizar o comércio entre a costa africana e a Índia – as fontes referem que os portugueses conseguiram apreender uma embarcação, em Baçaim, carregada de marfim e de outros produtos comerciais, que partira de Pate a mando dos comerciantes omanitas em 1700. Um pouco antes disto, caíra nas mãos dos portugueses uma outra embarcação, procedente de Mombaça, carregada de marfim e cujo valor ascendia a 60.000 xerafins.[565]

Contudo, efeitos negativos resultaram do domínio omanita sobre Mombaça: na realidade, os omanitas não conseguiram adoptar uma política económica clara nos portos da África Oriental, nomeadamente

---

[562]Cf. BA, *Cod.51-VII-26*. tomo3. fls.1r-1v, 7r, 145r. BA, *Cod, 51-VII-24*,tomo1, fls. 160r, 161r. BA, *Cod. 54-IX-22*, nº. 195, Goa, 8 de Janeiro de 1701, fls. 2v; publ.*infra*,doc.13. *APO*, tomo1, vol.3, parte 1. pp. CLXXXIV e 4; tomo IV, vol. II, parte II, p. 337. *O Chronista de Tissuary*,vol.3, nº. 26, Fevereiro, 1868, pp. 29-31. A.C.Teixeira de Aragão, *op.cit.,* vol.III, pp. 271, 274. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, pp. 66-67. C.R.Boxer, *Portuguese Society in the Tropics: The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia, and Luanda 1510-1800*. Madison and Milwaukee, the University of Wisconsin Press, 1965, p. 108.
[563]Cf. *Assentos do Conselho do Estado*, vol.V, pp. 121-125.
[564]Cf. *APO*, tomo1, vol.3, parte 1, p. 89.
[565]Cf. Idem, *ibidem*, pp. Clxxxvii, e 25.

durante a primeira metade do século XVIII, o que prejudicou o comércio do marfim e dos escravos com Mombaça e Quíloa e levou os comerciantes, especialmente os Mujaus a abandonar aquelas regiões para Moçambique.[566]

Pode-se dizer que existiam factores económicos e estratégicos que contribuíram para que os portugueses pensassem em recuperar Mombaça. De entre estes factores, estavam os receios por parte do Estado da Índia de que a queda de Mombaça viesse a arruinar a Companhia do Comércio, criada nos tempos do Conde de Villa Verde, e que estava dependente do comércio do marfim.[567]

Porém, o impacto deste factor ficou circunscrito, uma vez que a Junta do Comércio foi rapidamente dissolvida na sequência de acusações que lhe foram dirigidas pelo papel que desempenhara na perda dos postos comerciais na África Oriental. Na verdade, tais acusações não passavam de um pretexto para que os comerciantes de Goa se pudessem desfazer da Companhia, pois a actividade comercial desta congelara os rendimentos que recebiam. Assim sendo, o vice-rei preferiu suscitar polémicas acerca da Companhia até que a mesma fosse dissolvida em finais de 1699. E com a dissolução da Companhia, desapareceu a esperança de se criar uma grande instituição de monopólio que se interessasse pelo comércio no oceano Índico, entre Goa e Lisboa.[568]

Quanto ao factor estratégico, este tinha que ver com o medo de que o domínio omanita, e árabe em geral, se pudesse alastrar a sul da

---

[566]Cf. Edward A. Alpers, *Ivory and Slaves in East Central Africa, Changing Patterns of International Trade to the Later Nineteenth Century*, London, Heinemann, 1975, cap.3, pp. 70-71. *Nova História da Expansão Portuguesa, O Império Oriental 1660-1820*, vol.V, tomo II, pp. 314-313.
[567]Cf. *O Chronista de Tissuary*, vol. 3, nº. 20, pp. 171-174.
[568]Cf. BA, *Cod.51-VII-27*, Miscelânea Ultramarina, Séc. XVII,Sucessos da Índia por Maior desde 20 de Setembro de 1698 em que tomou posse dela o vice-rei António Luís da Câmara Coutinho, fl.44v; publ.*infra*,doc.11. BA, *Cod, 51-IX-33*, tomo 1, Relação do cerco de Mombaça, fl. 508v. F.C. Danvers, *The Portuguese in India,* vol. II, cap. XIII, p. 372.

costa de África Oriental onde se localizavam as propriedades portuguesas.[569]

Este receio surgia bem manifesto na carta que o Arcebispo de Goa enviou a Lisboa em 1703. Nesta era referido que, no passado, as embarcações portuguesas que saíam de Goa em direcção à África Oriental, autorizavam que muçulmanos trabalhassem a seu bordo, mas esta permissão deixara de existir por se temer que os africanos animistas pudessem ser influenciados pelos muçulmanos. Porém, esta alteração não se manteve durante muito tempo dada a necessidade, sentida pelos navios portugueses, de terem muçulmanos a laborar neles na qualidade de marinheiros e comandantes. O Conselho de Ultramararino recomendou que os muçulmanos pudessem voltar a servir nas embarcações portuguesas com a condição de que o número de navegantes cristãos em cada barco fosse superior ao dos muçulmanos de modo a evitar o surgimento de insurreições. Os receios do Arcebispo talvez partissem do medo de uma expansão árabe em zonas por ele tidas como sendo uma extensão espiritual do poder dos homens da Igreja. E foi o que os omanitas realmente fizeram quando atacaram Moçambique em 1704.[570]

Numa carta, datada de 7 de Março de 1702, o Rei avisava para o perigo que os omanitas representavam para Moçambique, salientando a necessidade de se assegurar a sua protecção enviando para lá soldados, pólvora e mantimentos.[571] Em Janeiro de 1706, numa carta enviada a Lisboa, o vice-rei informava que os omanitas tinham destacado uma armada de quatro navios para Mombaça e Zanzibar. A resposta do Rei foi que era imprescindível guarnecer Moçambique com homens, armas e

[569]Cf. BA, *Cod.54-XIII-15*, nº.111, fls. 8v-9r; publ.*infra*,doc.12.
[570]Cf. *BFUP,* nº.48, ficheiro 4, gaveta 1, divisão 11, pp. 96-97. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVIII, pp. 238-239.
[571]Cf. *APO*, tomo1, vol.3, parte 1, p. 146.

mantimentos para se poder enfrentar qualquer cerco que os omanitas aí tentassem impor.[572]

Era natural que o êxito dos omanitas na conquista da Fortaleza de Jesus os levasse a realizar outras campanhas contra Moçambique, derradeiro bastião dos portugueses na região. O Imame Saif I destacou algumas embarcações para se inteirar da possibilidade de sitiar a fortaleza de Moçambique. Os navios omanitas cercaram, efectivamente, a Fortaleza de Moçambique, o que despertou a cólera dos portugueses que conseguiram resistir ao novo cerco omanita. Apesar desta pronta reacção, os omanitas estavam já na iminência de conquistarem a fortaleza caso não houvesse deflagrado uma enorme explosão de uma mina colocada pelos portugueses antes da chegada dos navios omanitas. Ao que consta, esta mina causou sérios danos às embarcações omanitas.[573]

Para além disso, houve outros factores que levaram os omanitas a renunciar ao cerco a Moçambique, de entre os quais convém salientar:

- A grande distância entre a sede do comando da armada omanita em Mascate e a fortaleza portuguesa em Moçambique: os omanitas achavam-se distantes dos seus centros e bases de aprovisionamento.
- Os portugueses tinham tido o cuidado de fortificar muito mais Moçambique do que Mombaça, pois o primeiro constituía a mais importante base que os portugueses tinham no sul e estava directamente ligada a Lisboa.
- Os omanitas tinham de lidar com a nova situação política a norte de Cabo Delgado e satisfazer as novas necessidades militares de Mombaça, Lamu, Pate e Zanzibar.

---

[572]Cf. Idem, *ibidem*, p. 420.
[573]Cf. Armando da Silva Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol.VII, p. 44.

- As frequentes tentativas por parte dos portugueses no sentido de recuperar Mombaça levaram a chefia omanita a centrar as suas forças marítimas na defesa das cidades e ilhas localizadas a norte de Cabo Delgado.[574]
- A região era célebre pela concentração de piratas à volta da ilha de Madagáscar e das Comores. A dificuldade em assegurar o estabelecimento de rotas de aprovisionamento, sem a presença de centros e fortalezas resistentes, constituiu um outro factor que levou os omanitas a desistir de montar o cerco a Moçambique.

Cientes das dificuldades em reaver Mombaça pela via militar, dada a superioridade marítima dos omanitas naquele período, os portugueses recorreram aos meios pacíficos e diplomáticos. Assim em Dezembro de 1703, o vice-rei propôs a Lisboa o recurso a outros expedientes que não fossem a força para recuperar Mombaça, principalmente depois de se ter constatado que também os omanitas necessitavam de paz. A proposta previa que o mediador no processo de negociação fosse o governador de Surrate e que se pagasse aos árabes de Oman uma determinada quantia de dinheiro para garantir o sucesso das negociações e a obtenção de Mombaça. Este montante devia ser assegurado através das receitas do tabaco. A conjectura do vice-rei de que os árabes desejavam a paz residia no facto destes saberem que as suas importações do arroz podiam ser facilmente embargadas pelos portugueses. A proposta do vice-rei foi bem acolhida pelo Conselho do Ultramarino de Lisboa. O vice-rei recebeu indicações para manter esta circunstância confidencial para que o prestígio dos portugueses no Oriente não ficasse abalado pelo recurso ao dinheiro no processo das negociações. Pediram-lhe para aguardar até que os árabes tomassem a

[574]Cf. Genesta Hamilton, *op.cit*., cap. XIV, p. 166.

iniciativa de fazer a paz de modo a criar uma situação mais favorável para os portugueses. O Conselho justificou esta sua tomada de posição dizendo que pagar de uma só vez era bem mais proveitoso do que as despesas anuais com a estadia da armada nas águas do Golfo.[575]

Todavia, esta proposta não se concretizou, pois a porta das negociações com os árabes permaneceu fechada.[576]

As informações que chegaram aos portugueses em 1702, vindas de Mombaça, indicavam que os omanitas tinham consertado e restaurado os fortes destruídos pelos seus canhões durante o cerco, sem construir novas fortificações. Procederam, igualmente, à colocação dos habitantes locais como funcionários na região. Os príncipes e os Régulos foram afastados dos seus cargos. Para as autoridades portuguesas este afastamento representava uma excelente oportunidade que devia ser aproveitada, acicatando os príncipes contra os funcionários locais. Havia, também, a proposta de se enviar duas pessoas de Cabo Delgado trajadas de comerciantes, com o intuito de se encontrarem com os príncipes e de os instigarem à revolta contra os omanitas.[577]

Em Goa, desde 1705, espalhavam-se boatos dizendo que as populações da África Oriental, nomeadamente os governantes destituídos dos seus cargos, estavam furiosas contra os governantes omanitas que em algumas cidades se tinham substituído aos primeiros; que o sofrimento das populações locais sob o jugo português era mais brando, para não falar de um maior grau da liberdade de que gozavam. Por tudo isto, os rumores afirmavam que as populações da África Oriental aspiravam ao regresso dos portugueses. Alguns dos governantes destituídos trocaram correspondência com o vice-rei na Índia dando-lhe conta da situação na região com vista ao envio de socorros para recuperar o seu domínio. Na

[575]Cf. *APO*, tomo 1, vol.3, parte 1, pp. 223-224. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVIII, p. 239.
[576]Cf. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVIII, p. 239.
[577]Cf. *APO*, tomo 1, vol.3, parte 1, p. 169; tomo IV, vol. II, parte II, pp. 337-339.

carta que enviou a Lisboa em 15 de Janeiro de 1707, o vice-rei referiu que os habitantes da África Oriental estavam revoltados contra os árabes e que desejavam o regresso dos portugueses para governarem a região. Em finais de 1707, a resposta de Lisboa indicava a possibilidade de aproveitar a insatisfação dos príncipes e notáveis da região em relação aos árabes despachando uma armada em colaboração com os príncipes da terra após certificarem-se do desejo dos habitantes de se sublevarem contra os árabes e da dimensão das hostes árabes estacionadas na costa da África Oriental. De entre as medidas propostas, havia a de dominar Zanzibar já que a sua rainha era leal aos portugueses.[578]

Um relatório enviado por um espião em 1710 salientava a existência de guarnições omanitas em toda a parte da África Oriental, nomeadamente nas cidades de Pate, Quíloa, Zanzibar, Mombaça. Acrescentava ainda que as armadas omanitas percorriam os mares.[579]

A resposta de Goa a estas propostas ia no sentido de que cabia aos habitantes locais desencadear a revolta de modo a serem perdoados pelo seu anterior apoio aos árabes contra os portugueses. E visto a incapacidade dos habitantes, pediam o socorro dos portugueses para obter o auxílio que não podia ser disponibilizado na altura. Em Lisboa, as esperanças de recuperar a África Oriental faziam parte do projecto das autoridades, as quais deram instruções para o restabelecimento dos príncipes depostos quando as circunstâncias assim o permitissem, mantendo uma ligação com a costa africana. Foi alvitrado que o único jeito seria de aumentar o número dos navios que partiam de Goa para Moçambique e Zanzibar, alegando existir uma antiga amizade com as

---

[578]Cf. AHU- CU-58(Índia),*Cx 76*, doc. 11, Carta do Principe de Ampaza Banadas de Banaxaque, Goa em 13 de Janeiro de 1703; publ.*infra*,doc.20. *APO*, tomo 1, vol.3, parte 1, pp. 395, 423-424. James Kirkman, " Al-Tarikh Al-Mubakkir Li-Oman fi Sharq Afriqia", p. 296.

[579]Cf. *Relação dos progressos das Armas Portuguesas no Estado da Índia no anno de 1714.sendo Vice-Rei e Capitão General do mesmo Estado Vasco Fernandes César de Menezes*, parte IV, Lisboa, na Officina de Pascoal da Sylva impressor de Sua Majestade, M.DCCXVI, p.4. *APO*, tomo1, vol.3, parte 1, pp. 346-347.

ilhas pertencentes à rainha de Zanzibar. Os portugueses conseguiram obter algumas notícias sobre a situação na região, que foram enviadas pelo vice-rei em 1710. Conforme as informações, em Kilwa existiam 50 homens comandados pelo xeque Nasser (talvez se trate de Nasser bin Masoud bin Muhammad Al-Sarimi) que foi descrito como sendo um homem corajoso e audacioso. Nasser vivia com a guarnição numa casa pertencente a um muçulmano chamado Buana Baker. A casa fora transformada numa fortificação que possuía dois canhões de calibre ligeiro, os quais eram colocados nas embarcações quando se percorria a zona costeira. Em Zanzibar, havia uma guarnição composta por cinquenta homens sob o comando de Said (talvez se refira a Khalfan bin Said Al-Amouri, irmão do comandante da guarnição de Zanzibar, Ahmad bin Said como veremos no capítulo VI). Fora edificada uma fortificação no exterior da Igreja e da casa de João Nunes. A fortificação compreendia três portas: uma dava para a aldeia dos pescadores em Changani, outra para o poço e a terceira para o palácio da rainha. Em cada porta, estava colocado um pequeno canhão. A rainha estava sujeita ao controle sendo-lhe interdito o envio de cartas para Moçambique. A mesma estivera detida em Mascate juntamente com a sua família, tendo regressado a Zanzibar em 1709. Em Pemba, havia 30 homens encarregues da supervisão do transporte da madeira para Mombaça donde era encaminhada para Mascate a fim de ser utilizada na construção dos navios. Em Mombaça havia uma guarnição composta de cinquenta homens comandados por Muhammad Rasoul (talvez se trate de Ahmad bin Said al-Amouri, capitão da Fortaleza de Mombaça até a sua queda às mãos dos portugueses em 1728). A Fortaleza encontrava-se no mesmo estado em que se achava no tempo dos portugueses; de dia, estava desabitada e de noite era vigiada por cinco homens. Quanto à fortificação de São José, esta estava totalmente desabitada e o forte de Makupa e de

Nossa Senhora encontrava-se sob vigilância para ser protegido contra os Musungulus. Em geral, a cidade estava livre dos seus habitantes, até mesmo a rua principal estava coberta de plantas selvagens.[580]

O relatório acrescenta que os árabes se haviam tornado no alvo do ódio das populações por se terem aproveitado dos recursos do povo e restringido a liberdade do comércio. O relatório referia ainda, que muitos árabes sofriam de doenças e que no ano anterior apenas tinham chegado de Mascate 3 embarcações de comerciantes árabes.[581]

Em temos gerais, deste relatório pode-se inferir que a fraca presença omanita na zona da costa africana se devia ao envolvimento dos Yarubitas nos conflitos com os portugueses na Índia e com os persas no Golfo. Para além disto, o reduzido interesse, por parte dos Yarubitas, por aquela região, prendia-se igualmente com a fraca actividade comercial, a qual, por seu turno, resultava da ausência de organismos políticos que cuidassem da regularização da actividade comercial. Por outro lado, a situação política instável não encorajava os comerciantes árabes a levar a cabo uma grande actividade comercial. A tudo isso, junta-se ainda o reduzido número de omanitas e árabes que emigravam para à África Oriental.[582]

As informações sobre a fraca influência omanita na África Oriental foram confirmadas por outras obtidas pelo príncipe Daud, príncipe de Faza, que se encontrava em Goa. Por isso, o vice-rei pensou que se devia apressar em tirar proveito da conjuntura para reconquistar a região. Foram preparadas 4 fragatas juntamente com muitas mercadorias de algodão destinadas a ser distribuídas às populações locais para as atrair

---

[580]Cf. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVIII, p. 240. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p. 67.
[581]Cf. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVIII, p. 241. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p. 67.
[582]Cf. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p. 67. C.R. Boxer, *The Portuguese Seaborne Empire 1415-1825*, p. 135.

para o lado dos portugueses. Em Novembro de 1710, enquanto a campanha se aprontava para deixar o porto, descobriram que não havia pólvora e desistiram da viagem. Para o Conselho do Estado, o facto de se renunciar à realização da campanha foi um lamentável acto trágico, pois esperava-se um grande êxito. A preparação de uma campanha para recuperar Mombaça continuou a representar, para os portugueses, uma das prioridades na sua luta contra os omanitas. As informações que circulavam sobre a fraca influência dos omanitas na costa suaíli não constituíam o único motivo que levava os portugueses a tentar recuperar Mombaça.[583]

Com efeito, a aspiração de reaver Mombaça reaparecia de quando em vez. E, os portugueses achavam justificações para a sua incapacidade em compor uma campanha para recuperar Mombaça. Num dos relatórios, referia-se que Mombaça haveria de voltar pela via pacífica ou pelas armas, mas existia uma constante precisão de soldados, pois que as más condições climáticas implicavam o envio de socorros frequentes, algo que não se podia obter naquele momento na Índia, onde os soldados portugueses não ultrapassavam os 750 homens.[584]

Todavia, dado o caos que se vivia em Oman na sequência da morte do Imame Sultan bin Saif II, em 1719, os omanitas envolveram-se numa guerra civil que durou um quarto de século e que foi motivada pelas pretensões rivais em relação à coroa. Durante aquele período em que se sucederam-se no trono mais de seis governantes, as propriedades omanitas na África Oriental foram negligenciadas e não tardaram a entrar numa turbulência geral. O caos que sobressaltava Oman levou os portugueses a ponderar de novo recuperar a costa de África Oriental, com Lisboa a afiançar, em 1727, que era tempo dar um passo decisivo e que

[583]Cf. *APO*, tomo.IV, vol. II, parte. II, pp. 340-342. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVIII, p. 241. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p. 67.
[584]Cf. *APO*, tomo 1, vol.3, parte 2, p. 79.

não havia razões para não aproveitar aquela circunstância.[585] E este é um ponto que abordaremos no capítulo seguinte.

[585]Cf. Justus Strandes, *op.cit.*, cap. XVIII, p. 242.

CAPÍTULO VI

A GUERRA CIVIL EM OMAN E SUAS REPERCUSSÕES NA SITUAÇÃO NA ÁFRICA ORIENTAL

VI.1. Prelúdios da Crise:

Na sequência do falecimento do Imame Sultan bin Saif II, no ano de 1719, Oman entrou numa nova fase das lutas pelo poder.[586] Apesar da eleição de Bilárabe bin Sultan (1680 – 1692) ter sido legítima, esta eleição conferiu ao Imamato a natureza hereditária.[587]

Entretanto, o historiador e jurista al-Salimi confirma que o Imame – até ao fim da era Yarubita – não herdava o Imamato, mas sim era escolhido e eleito por parte do *Ahal Al-Hall wa Al-Akd*.[588] Seja como for, a instalação do princípio hereditário do poder na mesma família levou à ausência de um Imame aceite por todos, às fortes lutas pelo poder e a uma explosão política e tribal.[589]

O Imame Sultan II tinha deixado um filho de doze anos. Apesar da sua menoridade, um grupo de tribos ligado aos Yarubitas propôs a sua candidatura para suceder ao seu pai, o falecido Imame.[590]

Este comportamento indicia um mecanismo de herança do poder e que não tem nada a ver com o sistema do Imamato na doutrina Ibadita. Os membros do *Ahal Al-Hall wa Al-Akd* opuseram-se a esta candidatura, considerando-a como uma ameaça ao espírito das suas instituições e à sua

---

[586]Cf. Ibn Rūzaīq, *Al-Fath,* p. 301. Idem, *Al-Sahifa Al-Kahtaniya*, p. 255. Al-Salmī,, *op.cit.,* vol.2, p.114. *Kašf Al-Ġūmmah Al-Jam' Li 'Ahbār Al-Ummah*, p.369.
[587]Cf. Aisha Al-Sayyar, *Dawlat Al-Yaariba Fi Oman wa Sharq Afriquia 1624-1741*, Dar Al-Qudus, Beirut, 1975, p. 112.
[588]Cf. Al-Salmī,, *op.cit.,* vol.2, p.114.
[589] Cf. R.D. Bathurst, *op.cit*., p. 106. *A Short History of Oman From the Earliest Times*, p. 8.
[590]Cf. Ibn Rūzaīq, *Al-Fath.,* p. 301. Idem, *Al-Sahifa Al-Kahtaniya*, p. 255. Al-Salmī,, *op.cit.,* vol.2, p.115. *Kašf Al-Ġūmmah Al-Jam' Li 'Ahbār Al-Ummah*, p.369.

tradição constitucional que ditava que: "um menor não pode ser um Imame que dirija os assuntos dos muçulmanos, uma vez que ele não tem o direito de dirigir uma oração colectiva".[591] Quem não é nem julgado nem punido pelos seus actos, não pode nem julgar nem punir os outros.[592]

Perante esta crise constitucional e política, os sábios não tinham outro remédio senão serem muito afirmativos. O xeque Uday bin Sulaiman al- Ḍuhly apresentou um outro candidato da mesma família do falecido Imame. Este candidato era Muhanna bin Sultan bin Majid Al-Yarubi e foi eleito sem unanimidade por parte do *Ahal Al-Hall wa Al-Akd*, tornando-se o novo Imame, no mês de Maio de 1719.[593]

Esta eleição não conseguiu conquistar uma maioria tribal, absoluta ou relativa, que lhe pudesse garantir o sucesso. No entanto, os membros *Ahal Al-Hall wa Al-Akd* agiram desta forma como medida excepcional e necessária para evitar as dissidências que poderiam resultar da instalação no poder em Oman do menor Saif bin Sultan II. Isto porque o consenso tribal, nestas condições, era quase impossível. Deste modo, apercebemo-nos da fraca posição dos sábios na decisão destes casos. A influência do *Ahal Al-Hall wa Al-Akd* no cenário político restringia-se a favor do poder tribal a ponto de perder a totalidade do seu poder e direito de decisão. Desde aquele momento, ficou claro que a decisão se afastou da constituição baseada na consulta e consentimento e foi substituída pela lei da força. Antes do fim do primeiro ano, Yarub bin Bilárabe dirigiu um

---

[591]Cf. Ibn Rūzaīq, *Al-Fath,* p. 301. Idem, *Al-Sahifa Al-Kahtaniya*, p. 255. Al-Salmī,, *op.cit.,* vol.2, p.115. *Kašf Al-Ġūmmah Al-Jam' Li 'Ahbār Al-Ummah*, p.369.
[592]Cf. Ahmed bin Abdullah Al-Kindi, *Al-Muşannaf*, vol. 10, Sultanato de Oman, MPNC, 1983, p. 58.
[593]Cf. Ibn Rūzaīq, *Al-Fath,* p. 301. Idem, *Al-Sahifa Al-Kahtaniya*, p. 256. Al-Salmī, *op.cit.,* vol.2, p.115. *Kašf Al-Ġūmmah Al-Jam' Li 'Ahbār Al-Ummah*, pp.369-370. R.D. Bathurst, *op.cit*., p.104. *A Short History of Oman From the Earliest Times*, p. 6.

ataque contra o novo Imame em al-Rustak, obrigando-o a abdicar do Imamato e acabando por assassiná-lo.[594]

Este facto provocou contendas e abriu caminho às lutas tribais. Num acontecimento sem antecedentes na história de Oman, Yarub auto proclama-se regente de Saif bin Sultan II até este atingir maioridade. Este comportamento era inadmissível, religiosa e constitucionalmente. Yarub não se contentou com a regência e conseguiu convencer alguns dos sábios a ser proclamado Imame em 1722. Supõe-se que este Imamato não recebeu apoio legal suficiente. Isto porque quem apoiou o Imamato de Yarub, justificando o assassínio do anterior Imame, foi o Juiz Uday bin Sulaiman Al-Ḏuhly. Foi ele quem apresentou o Imame Muhanna bin Sultan bin Majid Al-Yarubi, justificando-se com o argumento da conciliação.[595]

As coisas não correram segundo desejava o xeque Uday, a população de al-Rustak não aceitou o Imamato de Yarub, apelando pelo Imamato de Saif II. Para o efeito, esta população solicitou a intervenção de Bilárabe bin Nasser, tio de Saif II, a fim de se apoderar do Imamato, oferecendo-lhe todo o seu apoio. Bilárabe bin Nasser aliou-se à tribo de maior influência em Oman na altura, Banu Hanaah. Na sequência de sangrentos combates ao longo de alguns meses, Bilárabe bin Nasser conseguiu obrigar Yarub a abdicar do Imamato a favor de Saif II. Este instalou-se no poder do Imamato no ano de 1722, sem ter atingido a maioridade. Saif II nomeou o seu tio regente do Imamato e concedeu-lhe

[594]Cf. Ibn Rūzaīq, *Al-Fath,* p. 302. Idem, *Al-Sahifa Al-Kahtaniya*, p. 257. Al-Salmī,, *op.cit.,* vol.2, p.116. *Kašf Al-Ġūmmah Al-Jam' Li 'Ahbār Al-Ummah*, p.373. R.D. Bathurst, *op.cit*., p.104.
[595]Cf. Ibn Rūzaīq, *Al-Fath,* p. 303. Idem, *Al-Sahifa Al-Kahtaniya*, p. 257. Al-Salmī,, *op.cit.,* vol.2, pp.116-117. *Kašf Al-Ġūmmah Al-Jam' Li 'Ahbār Al-Ummah*, p.374. R.D. Bathurst, *op.cit*., p. 104.

o título de Encarregado do Negócios do Estado, um título excepcional, para uma situação excepcional. [596]

VI.2. A Guerra Civil:

Os esforços pela manutenção da paz perdida não tiveram sucesso, nem através da submissão ao poder das tribos nem através do espírito conciliador. Os conflitos explodiram entre Bilárabe bin Nasser e as tribos Ghafritas que não aceitaram o estado das coisas nem a ideia da regência sobre o Imame. Na ausência de um poder central decisivo e estável, o equilíbrio social também foi abalado, arrastando Oman para uma Guerra Civil que causou um caos parecido ao que dominara em Oman antes do estabelecimento do Estado Yarubita em 1624. As tribos juntaram-se sob o comando de Khalaf bin Mubarak, o chefe dos Banu Hanaah, contra as tribos de Banu Ghafir, sob o comando de Mohamed bin Nasser Al-Ghafiri. Esta situação originou dois partidos, o Hanaaita e o Ghafirita. Estes dois partidos englobaram todas as tribos do País.[597]

Um relatório francês enviado por Chevalier Podery, um francês residente em Bandar Abbas, ao Sr. Dubois, Ministro francês dos Negócios Estrangeiros, em Setembro de 1723, faz uma estimativa das vítimas da guerra em Oman, desta forma: "As guerras civis de Mascate persistem entre os dois Imames, Saif bin Sultan e Yarub bin Bilárabe. Durante os dois anos de guerra, morreram mais de quarenta mil vítimas".[598]

---

[596]Cf. Ibn Rūzaīq, *Al-Fath,* pp. 303-306. Idem, *Al-Sahifa Al-Kahtaniya*, pp. 258-261. Al-Salmī,, *op.cit.,* vol.2, pp.117-120. *Kašf Al-Ġūmmah Al-Jam' Li 'Ahbār Al-Ummah*,pp. 374-377. *APO*, tomo.1, vol.3, parte. 3, p.203. R.D. Bathurst, *op.cit*., p.104. *A Short History of Oman From the Earliest Times*, p. 6.

[597]Cf. Ibn Rūzaīq, *Al-Fath.,* pp. 306-319. Idem, *Al-Sahifa Al-Kahtaniya*, pp. 261-271. Al-Salmī,, *op.cit.,* vol.2, pp.117-133. *Kašf Al-Ġūmmah Al-Jam' Li 'Ahbār Al-Ummah*,pp. 377-390. R.D. Bathurst, *op.cit*., p. 104. *A Short History of Oman From the Earliest Times*, p. 6.

[598]Apude, Hussain Ubaid Ghanim Ghubash, *Oman al-Dimucratia Al-Islamia: Takalid Al-Imamma wa al-Tarilh Al-Hadith (1500-1970)*, 1ª ed, Beirut, Dar Al-Jadid, 1997, pp. 120-121.

Entretanto, as fontes portuguesas do ano de 1726 estimam que o número das vítimas desta guerra excede as duzentas mil vítimas.[599]

Achamos que este último número é exagerado; no entanto, ele reflecte claramente a violência das guerras entre as tribos. Esta guerra foi acabando gradualmente com a instituição do Imamato. As pessoas começaram a aproximar-se das suas tribos. Estas começaram a desempenhar um papel político cada vez maior, substituindo progressivamente o Imamato e atingindo a paz interior. Estas guerras conduziram à perda da dimensão espiritual do Imamato.

Kelly indica que: "A duração do conflito e a sua natureza alteraram o prestígio do Imamato e o seu papel na vida omanita profundamente. O Imamato perdeu o seu prestígio e transformou-se num espólio a ser conquistado pela força das armas, e a pureza do candidato ao Imamato ficou desprezada".[600]

A fim de terminarem os combates e salvar Oman da destruição, o Conselho de *Ahal Al-Hall wa Al-Akd* reuniu-se em Nizwa e acordaram em escolher um homem de fora da família Yarubita. O candidato foi Mohammed bin Nasser Al-Ghafiri que, depois da insistência dos reunidos, aceitou ser o novo Imame no dia 27 de Setembro de 1724.[601]

Esta foi a primeira vez, durante um século inteiro, que o Imamato saíu da família Yarubita.

Alguns omanitas viram nesta mudança uma esperança de sair da crise. No entanto, esta mudança não conseguiu soldar a fissura do tecido omanita. Algumas tribos opositoras do partido Ghafirita, representadas no

---

[599]Cf. *APO*, tomo1, vol.3, parte 3, p. 322.
[600] *Apud* Hussain Ubaid Ghanim Ghubash, *op.cit.*, p. 121.
[601]Cf. Ibn Rūzaīq, *Al-Fath,* p. 320. Idem, *Al-Sahifa Al-Kahtaniya*, p. 272. Al-Salmī,, *op.cit.,* vol.2, p.134. *Kašf Al-Ġūmmah Al-Jam' Li 'Ahbār Al-Ummah*, p. 390.

partido Hanaaita, liderado por Khalaf Bin Mubarak, formaram uma vasta frente contra o Imame, apesar disso o Imame Ghafirita conseguiu submeter a maior parte do território omanita ao seu poder. No entanto, os dois líderes morreram num combate em Sohar, em Março de 1728.[602] Nesta data, os portugueses conseguiram reconquistar Mombaça aos omanitas.[603]

VI.3. As repercussões da situação na África Oriental:

Apesar do sucesso Yarubita em afastar os portugueses das costas da África Oriental, o poder omanita nesta região era aparente e a sua influência era fraca. Este facto deve a muitos factores. Os Yarubitas haviam esgotado as suas forças nas lutas contra os portugueses e as outras potências no oceano Índico e no Golfo. Desta forma, aos Yarubitas não restavam forças para usar a sua influência na África Oriental. Acrescentam-se a este facto as lutas internas, resultantes das guerras civis e tribais, e a rivalidade entre as famílias. Desta forma, os governantes Yarubitas não tiveram oportunidade de se preocuparem com a região da África Oriental. Era natural que os vassalos desta região aproveitassem o desmembramento e o caos ocorridos no Estado Yarubita. No fim da era Yarubita, predominaram totalmente as lutas familiares, as intrigas e conspirações internas e externas.

Mombaça liderou os movimentos independentistas na costa da África Oriental. Este facto não é estranho, uma vez que a população desta cidade era por natureza forte, violenta e opositora a qualquer dominação estrangeira. (Na nossa opinião, o nome árabe da cidade, *Um Al Bass*, que significa a guerra, vem confirmar a fama bélica da cidade, repleta de guerras e conflitos). O auxílio que a população de Mombaça pedia aos

[602]Cf. Ibn Rūzaīq, *Al-Fath,* pp. 322-326. Idem, *Al-Sahifa Al-Kahtaniya*, pp. 274-277. Al-Salmī,, *op.cit.,* vol.2, pp.137-140. *Kašf Al-Ġūmmah Al-Jam' Li 'Ahbār Al-Ummah*, pp. 392-395.
[603] Cf. R.D. Bathurst, *op.cit*., p. 105. *A Short History of Oman From the Earliest Times*, pp. 6-7.

omanitas contra os portugueses não significava a submissão ao poder omanita. Ao contrário, Mombaça tudo fez para não depender de Oman.[604]

A entrada de Oman numa fase de conflito interno conduziu ao desmembramento da sua frente interna e contribuiu para a sua divisão de uma forma estranha, que nem no mundo árabe de então se vivia.[605]

No meio destes conflitos internos da guerra civil que durou cerca de um quarto de século, as lutas passaram para a costa suaíli. O fogo das guerras civis afectou as tribos que se tinham começado a estabelecer na África Oriental desde a queda de Mombaça. A divisão começou a aparecer entre as tribos, no modelo dos partidos Ghafirita e Hanaaita, que tinha surgido em Oman a partir da terceira década do século XVIII. Não obstante as fontes portuguesas mencionam a escassez de informações disponíveis sobre a situação em Mombaça e sobre a lealdade dos grupos omanitas ao filho do falecido Imame ou ao Imame rebelde Yarub bin Bilárabe.[606]

Estas fontes indicam também que a guerra civil em Oman provocou emigrações em massa para a África Oriental. Alguns dos governadores forçaram emigrações para esta região africana. Foi o caso do governador de Mascate que expulsou algumas tribos. Estes acontecimentos causaram um desequilíbrio na formação da população na África Oriental e levaram também a os conflitos tribais entre os grupos omanitas residentes na costa suaíli.[607]

Não se trata, como indica Boxer, de a divergência doutrinal estar na origem dos conflitos entre os árabes omanitas, seguidores da doutrina

---

[604]Cf. A.C. Unomah and J.B.Webster, "East Africa: the expansion of Commerce", vol. 5, cap. 8, pp. 273-274.
[605]Cf. C.R. Boxer, *The Portuguese Seaborne Empire 1415-1825*, p. 146.
[606]Cf. *APO*, tomo 1, vol.3, parte 3, pp. 203-204. Armando da Silva Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol.VII, p. 135.
[607]Cf. *APO*, tomo 1, parte 3, pp. 265-266.

Ibadita, de um lado, e os árabes das Ilhas Bajum, que eram na sua maioria seguidores da doutrina Sunita Shafiita.[608] Não havia tanta divergência entre as duas doutrinas que conduzisse ao conflito entre eles. Além disso, os que solicitaram a intervenção omanita eram os seguidores da doutrina Sunita, e sabiam perfeitamente que a maioria dos omanitas eram seguidores da doutrina Ibadita. Acrescenta-se a este facto que a intervenção omanita na África Oriental não tinha como objectivo acabar com o poder dos grupos com doutrinas diferentes, mas sim, expulsar os portugueses. O conflito na costa suaíli tinha natureza socio-política, e estava ligado à concorrência pelo poder estando influenciado pelo conflito tribal em Oman. Com base nisto, os árabes de Mombaça atacaram os grupos de árabes em Zanzibar. Estes renderam-se após um cerco que durou cinco meses e foram autorizados a abandonar a ilha mas impedidos de entrar em Oman. Estabeleceram-se em Pate, onde o rei lhes propôs aí permanecerem após expulsarem as forças árabes ai presentes e que se lhe opunham. Esses árabes recém-chegados conseguiram expulsar as forças árabes que aí estavam, logrando controlar a situação. No entanto, a situação em Pate não mudou e, os árabes continuaram a causar distúrbios e pertubações ao rei. Este facto levou-o a entrar em confronto com os árabes acabando por conseguir libertar-se deles. As coisas não acabaram por ai, pelo contrário começaram a complicar-se ainda mais. De um lado, o rei receava a vingança dos outros partidos árabes, e do outro, havia uma ameaça interna, causada pela rivalidade entre os membros da família no poder.[609]

---

[608]Cf. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p. 67.

[609]Cf. *O Chronica da Tissuary*, vol.2, nº. 24, p. 279. António Brasio, *op.cit.*, pp.41e 46. Paulo Miguel Martins"Dois Manuscritos Inéditos sobre os Últimos Meses da Presença Portuguesa em Pate e Mombaça", in *Mare Liberum*, ed. Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, nº.20, Dezembro 2000, pp. 157-247, p. 233. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p. 68.

Em Goa, a questão de reconquistar Mombaça preocupava as autoridades portuguesas. A falta de tropas representava um obstáculo, para o envio de uma expedição. De acordo com as informações fornecidas pelo príncipe Daoud, eram precisos 2.000 guerreiros para dominar as ilhas próximas, numa primeira fase, e daí, as forças partiriam para cercar Mombaça, pois, a cooperação com a população local era inútil por não terem armamento. Alguns dos relatórios informavam que no caso de tomar conta de Mombaça era preciso colocar aí 500 soldados para a sua protecção. Era preciso também assegurar aprovisionamento para um ano. Estas medidas eram difíceis de se concretizarem. Além disso, era preciso colocar duas fragatas para proteger as costas porque os árabes se encontravam em Pate, perto de Mombaça.[610] Ao mesmo tempo, os portugueses pensavam que era o momento oportuno para recuperar a cidade, devido ao caos e às perturbações que se viviam em Oman. As repetidas emigrações dos omanitas, fugidos da guerra, poderiam ter efeito contrário aos interesses dos portugueses.[611]

A concentração da população omanita representava um obstáculo para o projecto português da dominação na costa africana e constituia uma ameaça a Moçambique, às suas costas e a Rios de Senna. Assim, um ataque português contra a frota omanita em Mascate travaria o avanço omanita em Mombaça.[612]

Em 1724, os portugueses em Goa receberam uma informação de Mwinyi Hamid Vanaquibay ou (Banasbay), filho de um ministro em Mombaça, que indicava que a situação em Mombaça e na costa africana se tinha agravado, ao ponto que um só navio português era suficiente para

[610]Cf. *APO*, tomo 1, vol.3, parte 3, p. 204; parte 4, p. 45.
[611]Cf. *APO*, tomo 1, vol.3, parte 3, p. 266.
[612]Cf. *APO*, tomo1, vol.3, parte 3, p. 148.

dominá-la.[613] Também indicava que as forças que protegiam Pate eram constituídas de quarenta a cinquenta homens, e que havia 150 homens em Mombaça e 120 em Zanzibar. Em todas as regiões havia partidos omanitas em conflito, como no caso de Mascate. A seguir, essa informação referia-se a um dos líderes dos partidos, o xeque Nasser.[614] O pai deste era o xeque Masoud bin Rashed.[615] Era também o líder da frota omanita que dominara Mombaça, desempenhando um papel importante na liderança de uma das expedições contra Damão, e tendo morrido na guerra civil em Oman. O xeque Nasser tinha uma frota de quatro barcos e três galeotas, mas ele encontrava-se numa situação de extrema dificuldade, não conseguiu ir a Mascate e restavam-lhe apenas de quatrocentos a quinhentos homens, muitos dos quais morreram na guerra.[616]

Parece que esse homem, que se identificava como representante dos líderes de Mombaça e Pate, era uma pessoa ambiciosa e queria aproveitar-se da situação na região a seu favor.[617]

Na realidade, os portugueses não desconheciam a situação de Oman. Eles observavam atentamente os acontecimentos e sabiam que a ausência do poder central em Oman havia conduzido à negligência da costa suaíli, a ponto de ter ficado uma região quase isolada. Consequentemente, uma operação militar com o objectivo de reconquistar Pate, que representava a entrada principal para a reconquista

---

[613]Cf. BA, *Cod. 51-VII-1*, fls. 21-24. *APO*, vol.3, parte 3, tomo1, p. 280. *APO*, tomo IV, vol. II, parte II, p. 343. *O Chronica da Tissuary*, vol.2, pp. 259-260. A.C.Teixeira de Aragão, *op.cit.,* vol.III, p. 288. Paulo Miguel Martins, *op.cit*., p.233. Justus Strandes, *op.cit*., cap. XVIII, p. 242.

[614] Pode ser ele é o mesmo líder das forças que protegiam Quíloa. Vide. capítulo V.2ªParte.

[615] Talvez fosse Masoud bin Mohamed Al- Sarmi, o Walí (governador) de Mascate, da parte do Imame Sultan II. Este governador morreu em 1722, nas lutas pelo poder em Oman entre Muhanna bin Sultan e Yarub Bin Bilárabe. Vide , Ibn Rūzaīq, *Al-Fath,* p. 302. Al-Salmī,, *op.cit.,* vol.2, p.116.

[616]Cf. *APO*, vol.3, parte 3, tomo1, p. 280.

[617]Cf. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p. 68.

de Mombaça,[618] parecia ser uma empresa fácil, sobretudo na presença de grupos aliados. Na óptica dos portugueses, e é a nossa opinião também, era impossível efectuar uma operação militar bem sucedida sem a presença de uma base de aliados que preparassem o caminho para a entrada das forças portuguesas em Mombaça e Pate. Isto deve-se ao facto, de as suas fortificações impenetráveis representarem um obstáculo para os esforços da dominação portuguesa.

As autoridades locais em Pate consideravam o retorno dos portugueses como meio de equilibrar a balança, contra a influência omanita crescente.[619] A fortaleza de Mombaça representava para os portugueses uma fortificação resistente que lhes podia permitir ter mais influência sobre os reis vizinhos. Por este motivo, era preciso dominar esta região para impedir as perturbações omanitas nela existentes.[620]

Durante este período, os soldados da fortaleza de Mombaça manifestaram-se contra o líder Nasser bin Abdullah Al- Mazroui, que não se encontrava na fortaleza. Os soldados conseguiram dominar a situação, mas não conseguiram obter o reconhecimento dos líderes da cidade. Este facto levou-os a entregar a fortaleza ao Rei de Pate, Buana Tamu Mkuu. Este rei, como foi dantes indicado, detestava a presença omanita e preferia depender dos portugueses.[621] Buana Tamu Mkuu enviou, secretamente, uma delegação a Goa, presidida por Bwana Ahmed bin Mualimu Bakr. Esta delegação negociou com o vice-rei D. João de Saldanha da Gama o envio de uma frota portuguesa para conquistar Pate

---

[618]Cf. António Marques Esparteiro, *O General dos Galeões do Estado da Índia* , p. 75. António Brasio, *op.cit.*, p.41. James Kirkman, *Fort Jesus a Portuguese Fortress on the East African Coast*, p. 5. António da Silva Rego, *O Ultramar Português no Século XVIII*, p. 101.
[619]Cf. *Nova História da Expansão Portuguesa, O Imperio Oriental 1660-1820*, vol.V, tomo II, p. 274.
[620]Cf. António da Silva Rego, *O Ultramar Português no Século XVIII, 1700-1833,*p. 103.
[621]Cf. James Kirkman, *Fort Jesus a Portuguese Fortress on the East African Coast*, p. 5. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p. 68.

e, e expulsar os árabes. Em 27 de Dezembro de 1727, o Vice- Rei assinou o acordo, cujos artigos ditavam o seguinte:

1. O rei de Pate receberá o apoio dos portugueses e será aliado deles.
2. Não é permitido o contacto entre o rei de Pate e os árabes em nenhum caso.
3. Devolver os portos concedidos aos árabes, aos portugueses.
4. Se o rei de Pate pagará as despesas das forças de protecção portuguesas presentes em Pate, ele receberá as taxas alfandegárias. No caso de os portugueses suportarem as despesas destas forças de protecção, eles receberão as taxas alfandegárias. Em todos os casos, os navios portugueses que se enviam a Pate, anualmente, estarão isentas do pagamento dos direitos alfandegários.
5. Nenhum dos povos terá o direito de praticar o comércio ou até de manter relações com Pate. No entanto, os navios que vêm de Surate e que têm autorizações portuguesas poderão praticar o comércio com Pate, após o pagamento das taxas alfandegárias.
6. Os navios de Pate terão o direito de praticar o comércio marítimo em qualquer lado – com a excepção das zonas que se encontram sob o domínio do Imame de Mascate – desde que exibam os cartazes portugueses.
7. No caso de haver guerra no leste da África, os portugueses serão ajudados, contra o pagamento de uma indemnização.
8. Haverá liberdade religiosa em Pate. Os cristãos não podem ser obrigados a converterem-se ao Islão, nem mesmo os pagãos que se encontram sob o domínio português.

9. Ao chegar a frota portuguesa a Pate, 30 barcos desta cidade bem equipados, acompanharão a frota portuguesa para dominar Mombaça.[622]

O Vice-Rei pensou na assinatura deste acordo possibilitaria aos portugueses a tentativa de expulsar os árabes da África Oriental. Porque o financiamento desta expedição representaria um grande obstáculo e dado ao deficit no cofre do Estado, recorreu-se a um empréstimo no valor de 120 mil xerafins dos Jesuítas. Em contrapartida, estes receberiam uma garantia do aluguer de algumas das ilhas próximas a Goa e teriam uma percentagem de 8 % de juros e teriam também o direito de participarem na administração de Pate. Caso os portugueses perdessem as ilhas acordadas, devido a uma guerra ou, por qualquer outra razão, o Estado pagaria as dívidas das remessas do tabaco, manipulado pelo rei, e das taxas alfandegárias de Damão e Baçaim.[623]

A Armada de Alto Bordo foi constituída de duas naus e seis navios, que eram: uma fragata, um patacho, uma pala, uma galeota e duas manchuas. Estas levavam 218 peças de artilharia de diferentes medidas. A frota partiu de Goa, no dia 21 de Dezembro de 1727, liderada por Luís de Melo de Sampaio. Esta frota levava a bordo 1642 guerreiros, além do príncipe David, príncipe de Faza. Quando a frota chegou a Pate, em Janeiro de 1728, não foi devidamente recebida, tendo permanecido parada no porto durante 22 dias até conseguir desembarcar. Durante este período, os portugueses mandaram um enviado para saber da situação da cidade. A situação política em Pate estava dividida: havia o rei Bwana

[622]Cf. BA, *Cod. 51-VII-1*, fls. 84-87. *Assentos do Conselho do Estado*, vol. V, pp. 373-374. *APO*, vol.3, parte 3, tomo1, p. 313. *O Chronica da Tissuary*, vol.2, nº. 24, p. 279. Julio Firmino Judice Biker, *op.cit*., tomo VI, pp. 32-35. António Brasio, *op.cit.*, pp.41,46. Paulo Miguel Martins, *op.cit*., p. 233. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p. 68.
[623]Cf. BA, *Cod. 51-VII-1*, fl. 49. *O Chronica da Tissuary*, vol.2, p. 262. Justus Strandes, *op.cit*., cap. XVIII, p. 243.

Tamu bin Abubakr bin Mohamed, também chamado por Bwana Tamu Makuu, que tinha enviado o seu representante a Goa para negociar com os portugueses e para solicitar o seu apoio. Havia também o primo deste, Bwana Makua, que reclamava o trono, sendo filho do Rei anterior. Este era apoiado pelos árabes.Quando o enviado mandado pelos portugueses para investigar a situação voltou, informou sobre a realidade da situação em Pate. E quando os árabes souberam da chegada dos portugueses, enviaram, no dia 4 de Fevereiro, uma força constituída de uma galeota e quatro terradas, liderada por Sirdar ou Sardar Abdullah bin Said. A força árabe trazia cerca de trezentos homens, que entraram em conflito com os portugueses. Estes conseguiram forçar os omanitas a fugir. Porque os barcos dos árabes estavam perto da costa, os portugueses conseguiram apanhá-los e derrotá-los, com a ajuda da população de Faza, que se aliou aos portugueses. Os portugueses mataram cerca de duzentos homens dos árabes. Consequentemente, os aliados dos árabes em Pate desistiram da resistência. O líder dos portugueses dirigiu-se, primeiramente, a Sio, com o objectivo de consolidar o acordo assinado em Goa, afirmando o monopólio dos portugueses sobre o comércio do marfim nos portos de Mombaça, Quiloa, Mafia e Quale. O resto do comércio ficou partilhado entre as duas partes.[624]

Em Pate, o rei desta cidade confirmou que a fortaleza de Mombaça se encontrava sob o seu domínio, tendo-a conquistado aos árabes sequência da revolução da população africana aliada ao Imame em Mombaça.

[624]Cf. BA, *Cod. 51-VII-1*, fls. 50-51, e 55-62. BPA. *ARM.V-VI*, nº. 6-8. Carta do Marquês de Cienfuegos a Diogo de Mendonça Corte Real, Secretário de Estado, Paris, s.d. [1729]. fols. 15r-15v. *APO*, vol.3, parte 4, tomo1, p. 135. *O Chronica da Tissuary*, vol.2, nº. 24, pp. 280-286, e vol.3, nº. 26, p. 32. Paulo Miguel Martins, *op.cit*., p. 234. António Brasio, *op.cit*., pp. 42-43. António da Silva Rego, *O Ultramar Português no Século XVIII*, pp. 101-102.

A força de protecção de Mombaça encontrava-se sob o comando de Ahmed bin Said Al-Amoury, que havia nomeado o xeque Nasser bin Abdullah Al-Mazroui governador de Mombaça, substituindo-o durante a sua ausência em Meca, para fazer a peregrinação. Parece que o xeque Nasser bin Abdullah Al-Mazroui teve a ambição de ser governador de Mombaça, independente de Mascate, aproveitando a ausência do governador da cidade. Acrescenta-se a isto a situação em Oman, sobretudo o conflito tribal entre os dois partidos, o *Hanawita* e o *Ghafirita*. O xeque Nasser bin Abdullah Al-Mazroui não avançou, devido à sublevação do xeque Khalfan bin Said, o irmão do líder da força protectora. Este, apesar de ter juntado alguns apoiantes da população local, parece não ter conseguido derrubar o xeque Nasser bin Abdullah Al-Mazroui. Este facto levou o xeque Khalfan bin Said a dirigir-se a Zanzibar para juntar mais aliados. Em Mombaça, os grupos aliados ao xeque Khalfan bin Said conseguiram deter o xeque Nasser bin Abdullah Al-Mazroui e prendê-lo. Os aliados do xeque Khalfan bin Said solicitaram a sua vinda a Mombaça, devido à sublevação dos africanos, que outrora se tinham sublevado contra o xeque Nasser bin Abdullah Al-Mazroui.Estes rebeldes solicitaram ao rei de Pate o envio de uma força de socorro para tomar conta da fortaleza de Jesus e incorporá-la sob o seu poder. O rei de Pate aproveitou esta oportunidade para dominar a cidade, enviando sessenta homens para ajudar a força de protecção da fortaleza. O xeque Khalfan bin Said e seus aliados árabes refugiaram-se no Convento de Santo António e nos fortes que defendem a barra de Quelindini. Assim, a situação em Mombaça correu a favor do rei de Pate, afirmando desta forma o seu poder sobre a cidade. O rei de Pate ditou as suas condições aos portugueses antes de lhes entregar a fortaleza. Estas eram: exterminar todos os árabes presentes em Mombaça, enviar os seus opositores, liderados por Bwana Makua, como prisioneiros para a Índia e,

recomendaram também a detenção dos árabes que residiam em Pate e que tinham fugido para Lamu. O líder Luís de Mello de Sampaio parece ter aceitado tomar medidas contra os árabes em Mombaça; no entanto, recusou uma expedição contra os árabes em Lamu, devido ao tempo. Quanto ao líder da oposição, Bwana Makua, declarou a sua lealdade e foi envolvido numa intriga contra os portugueses.[625]

O Imame Saif bin Sultan II enviou Ahmed bin Said Al-Amoury como líder de Mombaça. Parece que os Mazroueitas – que desempenharão um papel importante no andamento político de Mombaça uma década depois – começaram a ter um peso político na sequência da queda de Mombaça nas mãos dos omanitas, passando a ter um papel na administração. Não é de estranhar que a rivalidade entre os Mazroueitas e o líder da força de protecção omanita, Ahmed bin Said Al-Amoury, sobre o domínio de Mombaça seja a razão da chegada dos portugueses. Entendemos, através da realidade dos acontecimentos, que o líder da força de protecção rendeu-se sem grande resistência. Este facto indica que a força por ele liderada estava fraca, devido à divisão e aos conflitos.[626]

No fim de Fevereiro, a expedição portuguesa começou a dirigir-se a Mombaça, acompanhada pelo rei de Pate, que contribuiu com 500 homens africanos e alguns barcos.

A expedição partiu para Mombaça, com a esperança num grande sucesso, devido ao conflito entre os grupos omanitas em Mombaça, assim como ao sentimento de ódio que começou a crescer contra os árabes. No

---

[625]Cf. *APO*, tomo IV, vol. II, parte II, p. 347. *O Chronista de Tissuary*, vol.3, nº. 26, pp. 33-34. António Brasio, *op.cit*., pp.45-46. Paulo Miguel Martins, *op.cit*., p. 235. James Kirkman, *Fort Jesus a Portuguese Fortress on the East African Coast*, p. 5. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, pp. 68-69. António da Silva Rego, *O Ultramar Português no Século XVIII*, pp. 101-102.

[626]Cf. A.C. Unomah and J.B.Webster, "East Africa: the expansion of Commerce", vol. 5, cap. 8, p. 274.

dia 10 de Março, a expedição chegou ao porto de Quelindini (Kilindini), onde começaram os disparos entre os portugueses e os árabes na fortaleza de São José. Esta situação não durou muito. Os defensores retiraram-se, da fortaleza e do resto das fortificações, na sequência da morte de grande número dos seus homens. Esta situação possibilitou aos portugueses dominar no terreno e colocar aí uma força de cem guerreiros. Os portugueses tiveram sucesso ainda ao acabar com a resistência na costa e em dominar o porto de Quelindini. Nesta altura, chegaram cinco homens, de entre árabes e locais, apelando pela paz e solicitando um período de trégua de três dias, com o fim de desertar 1500 guerreiros dos musungulos que estavam a defender a cidade. Os portugueses autorizaram um só dia de trégua, após o qual, as forças portuguesas, apoiadas por navios, avançaram para dominar a fortaleza. Os árabes enviaram duas delegações para negociar com os portugueses.[627] O líder português assinou as condições da rendição dos árabes com o Xeque Mohamed bin Zayed (Ahmed bin Said Al-Amoury), o líder da força de protecção árabe, na Ilha de Mombaça e na fortaleza.

As condições assinadas por ambas as partes foram as seguintes:

1. A força de protecção abandonará a fortaleza, no dia 15 de Março. Os soldados sairão em dois grupos, cada um deles liderado por um homem. Caminharão para fora com as suas armas, como acontece nos combates. Pousarão as suas armas ao lado da bandeira real.

2. As armas estarão vazias, sem balas. Os soldados não levarão nem balas nem chumbos.

---

[627]Cf. BA, *Cod. 51-VII-1*, fls. 93-100. *APO*, vol.3, parte 4, tomo1, p.123. *O Chronista de Tissuary*,vol.3, nº. 26, pp.33-40. António Brasio, *op.cit*., pp. 45-46. Paulo Miguel Martins, *op.cit*., p. 235. António Marques Esparteiro, *O General dos Galeões do Estado da Índia*, p. 77. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p. 69. James Kirkman, *Fort Jesus a Portuguese Fortress on the East African Coast*, p. 5.

3. Os árabes e suas mulheres e crianças serão tratados como escravos pertencentes ao rei de Portugal.

4. O líder português, em nome do rei, tem direito de usar da piedade com os elementos da força de protecção, concedendo-lhes a vida e a liberdade.

5. Serão concedidos aos árabes quinze barcos, de entre os parados no porto de Santo António, para voltarem às suas terras.

6. Serão concedidos aos árabes aprovisionamentos suficientes para um mês de viagem.

7. Será permitido aos árabes levarem algum armamento para a sua autodefesa, durante a viagem de volta.

8. Será permitido ao líder dos árabes e a alguns de seus ajudantes levarem algo dos seus haveres.

9. As propriedades dos árabes na costa e em Mombaça, as mercadorias, navios, canhões, aprovisionamento,...etc., passarão para a tesouraria do Estado.

10. Não será permitido aos árabes levar consigo nem prisioneiros, nem escravos. Estes passarão a ser propriedade dos portugueses.

11. Será constituída uma força de protecção portuguesa, com o aprovisionamento necessário, para manutenção da segurança na região.[628]

[628]Cf. BA, *Cod. 51-VII-1*, fls. 101-102. *O Chronista de Tissuary*, vol.3, nº. 27, pp. 59-61. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p. 69.

No dia 13 de Março os omanitas abandonaram Mombaça. No dia 16 de Março, a população da cidade, que se tinha revoltado contra os árabes, entregou a fortaleza aos portugueses.[629]

Com base nos acontecimentos ocorridos na região, podemos deduzir que os conflitos entre os grupos omanitas em Mombaça, os Mazrouitas e os Amouritas, conduziram à divisão da região entre eles. Deste modo, os Mazrouitas ficaram com a fortaleza, enquanto as fortificações da região passaram para os Amouritas. Estas fortificações foram dominadas pelos portugueses, que impuseram as suas condições. As condições impostas pelos portugueses não foram do agrado do rei de Pate, que acompanhava a expedição. Este foi obrigado a permanecer no seu navio. O rei de Pate acreditava que se devia acabar com os árabes, porque achava que eles voltariam em grande número para se vingarem. No dia 16 de Março, a força de protecção evacuou a fortaleza, deixando-a para os portugueses e para os reis de Pate e Faza. O retorno da cidade ao domínio português foi festejado através de orações. Chama-se a atenção para à Igreja, que se tinha transformado em armazém sob o domínio dos árabes. Apesar de terem passados 29 anos de domínio árabe, frisamos que a decoração da Igreja ficou intacta. Esta é uma prova da tolerância religiosa, baseada no respeito das casas de culto e de crença do outro. Os portugueses lograram grande espólio, representado pelo haveres e propriedades deixados pelos árabes, além de 500 escravos que passaram ao domínio português e foram baptizados.[630]

Na sequência da grande vitória dos portugueses, delegações da região da costa africana, representada por reis e príncipes desta região,

---

[629]Cf. BA, *Cod. 51-VII-1*, fls.104. *O Chronista de Tissuary*,vol.3, nº. 27, p. 62. A.C.Teixeira de Aragão, *op.cit.,* vol.III, p.289. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p. 69. António da Silva Rego, *O Ultramar Português no Século XVIII*, p. 102.

[630]Cf.BA, *Cod. 51-VII-1*, fls. 104-106. *APO*, vol.3, parte 4, tomo1, p. 96. Ibidem, tomo IV, vol. II, parte II, p. 334. *O Chronista de Tissuary*, vol.3, nº. 27, p. 63-64. Paulo Miguel Martins, *op.cit*., p. 235.

vieram a Mombaça declarar a sua lealdade e pertença ao domínio português. Luís de Mello Sampaio deixou Mombaça em direcção ao Golfo, depois de ter nomeado Álvaro Caetano de Mello e Castro governador de Mombaça, com uma força de protecção constituída por 120 homens. As fontes indicam que havia divergência entre o líder português e seus homens, sobre muitas das medidas tomadas. Na sequência da partida do líder de Mombaça, os seus homens acharam conveniente deter o rival do rei de Pate, Bwana Makua Mdogo, que foi depositado na prisão. Este homem gozava da protecção do líder da expedição portuguesa. Foi divulgado, que este homem provocava grandes perturbações e que se preparava para fugir para Brawa ou para Mascate. A detenção deste homem provocou um susto entre a população e levou à muitos a fugirem de Pate com, medo de serem detidos. No dia 24 de Agosto de 1728, os portugueses quiseram confirmar o acordo assinado com o rei de Pate acrescentando novos artigos. Estes artigos dizem respeito à construção de uma fortaleza portuguesa em Pate, onde colocariam uma força de protecção constituída por 150 homens; ao pagamento pelo rei de Pate um imposto anual aos portugueses; à garantia do monopólio do comércio do marfim, por parte do rei de Portugal. O rei de Pate achou difícil garantir o pagamento de um imposto anual, assim como o monopólio do comércio do marfim por parte do rei de Portugal. Os portugueses pretenderam também tomar novas medidas, tal como a anulação dos sistemas vigentes na administração governamental na África Oriental e a criação de novos.[631]

Para garantir a questão da segurança, foi enviada uma frota de Goa em Janeiro de 1729. De entre os propósitos desta frota estava a

[631]Cf. BA, *Cod. 51-VII-1*, fls.106-108. *APO*, tomo IV, vol. II, parte II, p. 334, 348. *O Chronista de Tissuary*, vol.3, nº. 28, pp. 82-88. Julio Firmino Judice Biker, *op.cit*., tomo VI, pp.55-60. Paulo Miguel Martins, *op.cit*., p. 235. Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*(1640-1750), vol.5, parte 2, 2ªed, Lisboa, Editorial Verbo, p. 292.

garantia do fortalecimento do acordo assinado com Pate, através da construção aí de uma fortaleza e a obtenção de alguns privilégios. No dia 3 de Fevereiro de 1729, chegou a Pate António de Albuquerque, primeiro governador de Pate, acompanhado por 300 homens, para começar a construção da fortaleza. Mas, a situação em Pate não permaneceu a mesma, as relações entre os portugueses e o rei desta cidade começaram a desentender. O rei de Pate apresentou ao líder dos portugueses uma queixa contra os comportamentos do governador de Mombaça e sobre os seus abusos contra os comerciantes africanos que lidavam com Mombaça.Albuquerque escreveu várias vezes a Álvaro Caetano, mas este não se preocupou com o assunto.[632]

O tratamento português relativamente à população de Mombaça levou esta população a procurar formas de se livrar dos portugueses.[633] As autoridades em Goa tomaram medidas legais contra os líderes responsáveis pela provocação de sentimentos contra os portugueses por parte da população africana.[634]

Estas medidas não foram suficientes para por fim aos abusos de Álvaro Caetano, que continuaram contra os comerciantes em Pate. Estes comerciantes foram objecto de abusos e de maus-tratos em Mombaça. Os navios destes comerciantes eram confiscados, apesar de terem os cartazes portugueses.[635] Perante esta situação, algumas pessoas da população local fizeram um plano para se apoderarem da fortaleza de Jesus. Este plano fracassou, graças à atenção prestada pelos homens do príncipe David em Faza. No fim do mês de Abril de 1729, os portugueses foram alvo de um

---

[632]Cf. *APO*, tomo IV, vol. II, parte II, p. 352. Paulo Miguel Martins, *op.cit*., pp. 169-173. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, pp. 70-71. Armando da Silva Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol.VII, p. 138.
[633]Cf. António da Silva Rego, *O Ultramar Português no Século XVIII, 1700-1833,* pp. 101-102. Edward A.Alpers e Christopher Ehret, "Eastern Africa", vol. 4, cap.7, p. 532.
[634]Cf. Justus Strandes, *op.cit*., cap. XVIII, p. 257.
[635]Cf. Paulo Miguel Martins, *op.cit*., pp. 170, 177 e 178.

massacre fora da fortaleza, por parte, de um grupo da população local, com a ajuda dos Musungulos. Estes conseguiram conquistar a fortaleza de Makupa. A população local conseguiu dominar a Alfândega, mas teve que se retirar, devido a um contra-ataque português. O líder da revolução contra os portugueses era Mwinyi Hamid Bwana Kibe, que havia solicitado o apoio de Mascate. É o mesmo homem que fora a Goa para negociar com os portugueses a recuperação de Mombaça do poder dos árabes. Parece que um jogo de interesses estava por detrás de tudo o que fazia esse homem. Quando não conseguiu o que queria com os portugueses, revoltou-se contra eles. As fontes indicam que a detenção de um dos notáveis, por parte, dos portugueses irritou a população de Mombaça. O não cumprimento por parte dos portugueses do seu compromisso, relativamente à cedência de muitos tecidos de algodão aos Musungulos, pode também ter sido a verdadeira razão da revolução.[636]

A revolução contra os portugueses abrangeu todas as regiões da costa oriental da África. Os portugueses foram expulsos de Pemba, Mafia e Zanzibar. Apesar de os rebeldes não terem atacado a fortaleza de Jesus, Álvaro Caetano e os seus homens ficaram quase cercados na fortaleza, sem aprovisionamentos suficientes para enfrentar o cerco.[637]

No que diz respeito a Pate, quando foi recebida a notícia da revolução, no dia 10 de Junho, o partido aliado dos árabes conseguiu ganhar o rei de Pate para o seu lado, e desenvolveu acções contra os portugueses. Os rebeldes incendiaram uma parte da cidade e fugiram juntamente, com o rei para Faza e Sio. Em contrapartida, os portugueses

---

[636]Cf. *APO*, vol.3, parte 4, tomo1, p. 163. Ibidem, tomo IV, vol. II, parte II, pp. 353-354. Justus Strandes, *op.cit*., cap. XVIII, p. 253. Paulo Miguel Martins, *op.cit*., p. 235. R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, pp. 70-71.

[637]Cf. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p. 71. Armando da Silva Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol.VII, p. 138. A.H. De Oliveira Marques., *História de Portugal*, vol.2, p. 449.

retiraram-se para a costa, perto da entrada da feitoria, onde se fortificaram. Os portugueses descobriram, através de um dos seus aliados em Pate, que o rei de Pate estava por detrás, do incêndio da cidade. O objectivo do rei de Pate pode ter sido o de incentivar a população, contra os portugueses, com a intenção de os portugueses acabarem com esta. Pode também ter tido a intenção de privar os portugueses das ajudas e forçá-los a partirem. Sobretudo, após o fracasso de António de Albuquerque em convencer o governador de Mombaça a parar os seus abusos contra os comerciantes de Pate. As informações que foram espalhadas sobre os atentados realizados contra os portugueses em Mombaça, e a advertência, sobre possíveis ataques nocturnos, fizeram com que os portugueses em Pate tomassem medidas adicionais para se protegerem. Com estes agravamentos da situação, cada uma das duas partes começou a preparar-se para enfrentar os ataques previstos da outra parte. Os portugueses ficaram mais ameaçados, devido às suas fracas fortificações, ao facto de os seus aprovisionamentos estarem nas mãos dos inimigos e devido às doenças que haviam começado a acabar com os seus homens. A ida a Mombaça tornou-se impossível, devido aos ventos sudoeste sazonais. Todas estas razões levaram António de Albuquerque Coelho a tomar a decisão de retirar-se da cidade e navegar para a Índia, chegando a Goa no dia 2 de Setembro de 1729.[638]

Em Goa, Albuquerque informou as autoridades que Mombaça estava a sofrer um cerco dos negros naturais da terra e que estes mandaram solicitar o apoio dos omanitas.[639] Estas informações foram confirmadas, através das notícias que vinham de Mascate. O Imame havia libertado quatro portugueses prisioneiros, vindos com homens de

[638]Cf. *APO*, tomo IV, vol. II, parte II, p. 352. Paulo Miguel Martins, *op.cit*., pp. 182-183, 204, 230. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, pp. 71-72.
[639]Cf. *APO*, vol.3, parte 4, tomo1, p. 217.

Mombaça. O Imame estava a preparar também o envio de uma força de 200 homens, além de ajudas financeiras.[640] O rei de Pate justificou a sua atitude, de não cumprir os seus compromissos com os portugueses, devido à sua insatisfação com o monopólio português do comércio do marfim; e também devido à obrigação da população de Pate de satisfazer as suas necessidades dos tecidos só através dos portugueses. Estes factos indicam a desorientação da política comercial portuguesa na África Oriental.[641]

Em Mombaça, a situação de Álvaro Caetano estava fraca, cercado dentro das muralhas da fortaleza e à, espera da chegada do auxílio de Goa. Além disso, os aprovisionamentos haviam começado a escassear, dado que só conseguidos através da troca de tecidos com a população local. Esta situação irritava os homens da força de protecção portuguesa. O fraco ânimo da força de protecção portuguesa e a dificuldade em conseguir os aprovisionamentos, levaram o líder português à rendição em Outubro de 1729, antes da chegada do apoio de Mascate. Os rebeldes deixaram Álvaro Caetano permanecer na fortaleza até próximo, da altura da mudança da direcção da monção. No dia 26 de Novembro, Álvaro Caetano recebeu dois ou três pequenos barcos com os aprovisionamentos para poder chegar a Moçambique. Desta forma, os portugueses mais uma vez perderam o seu domínio até Cabo Delgado.[642]

Genesta sustenta que os Mazroueitas, que foram afastados do poder em Mombaça, não aceitaram os portugueses. Terão agido secretamente e, juntamente com a população local para destabilizar o

---

[640]Cf. *APO*, vol.3, parte 4, tomo.1, p. 168. Ibidem, tomo IV, vol. II, parte II, p.356.
[641]Cf. Justus Strandes, *op.cit*., cap. XVIII, pp. 251-252.
[642]Cf. *APO*, tomo IV, vol. II, parte II, p. 354. A.C.Teixeira de Aragão, *op.cit.,* vol.III, p. 289. António da Silva Rego, *O Ultramar Português no Século XVIII, 1700-1833,* pp. 102-103. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, pp. 72-73. James Kirkman, *Fort Jesus a Portuguese Fortress on the East African Coast*, p. 5. Jaime Cortesão, "O Ultramar Português depois da Restauração" in *História*, vol. 12, p. 326.

poder português, aproveitando a fraca situação em que estes se encontravam.[643]

Em Goa, o vice-rei João de Saldanha da Gama preparou uma expedição constituída por cinco navios, que traziam 1215 soldados. Esta expedição era liderada por Luís de Mello Sampaio, e incluía Bwana Makua, o pretendente do trono de Pate, que se encontrava preso em Goa. Este foi levado com a expedição para ser usado contra o rei revoltado contra os portugueses em Pate. No dia 23 de Janeiro de 1730, a expedição chegou a Pate, onde foi recebida pelos notáveis da população aliada dos portugueses. Bwana Daud – que havia conseguido fugir de Mombaça a Faza, com a ajuda do rei Sio – conseguiu reunir 4.000 homens das tribos de Wagunya para se juntar à expedição portuguesa para a recuperação de Mombaça. As notícias da queda de Mombaça e da chegada de uma frota omanita constituída por cinco navios à África Oriental, desanimou Sampaio. Não lhe foi possível continuar os seus esforços para ajudar os aliados de Portugal em Pate. Apesar disto, a frota portuguesa dirigiu-se a Mombaça, onde chegou no dia 2 de Fevereiro. A frota portuguesa não se aproximou da costa, devido à presença de uma frota omanita no porto de Quelindini. A bandeira omanita encontrava-se içada de novo na fortaleza. Daí, Luís de Mello e Sampaio decidiu dirigir-se a Moçambique, sem tentar desembarcar, apesar de ter uma força muito maior que a força omanita recém chegada. Sampaio justificou a sua atitude pela falta da água e pelas dificuldades. Quando Sampaio chegou a Moçambique, no dia 20 de Fevereiro, encontrou aí Álvaro Caetano e oito dos seus homens, que tinham chegado havia dois meses. Durante o Conselho de Guerra, reunido no dia 18 de Março, foi decidido o retorno da expedição a Goa. Era necessário coordenar antes de efectuar qualquer acção para a

[643]Cf. Genesta Hamilton, *op.cit*., cap. XIV, pp. 168-170.

recuperação de Mombaça, além do perigo que representava a ausência da frota portuguesa de Goa, por largo período. No dia 18 de Maio, a frota portuguesa – no seu caminho para Goa, no Oceano Índico – enfrentou uma forte tempestade. Esta tempestade destruiu a maior parte dos navios. O navio da liderança, Nossa Senhora de Penha de França, foi submerso com Luís de Mello Sampaio e mais 557 homens, incluindo os marinheiros.[644]

Segundo Strandes, a razão principal da decadência do poder português na costa da África Oriental era a fraca organização portuguesa no Oriente de modo geral, a capacidade dos líderes na região vinha em segundo plano. Boxer, contrariamente a esta opinião, sustenta que, por muito que a organização portuguesa tivesse sido deficiente, não era pior do que a organização omanita na África Oriental. Se os portugueses tivessem tido uma liderança sensata durante as suas expedições na África Oriental, não teriam chegado a perder a costa da África Oriental. Boxer continua dando exemplos da realidade histórica portuguesa naquela fase, indicando que se João Pereira de Brito tivesse liderado uma das expedições a Mombaça aquando o seu cerco (1696 – 1698) – no lugar da fracassada expedição de Luís de Mello de Sampaio, ou em vez da expedição do incompetente Francisco Pereira da Silva – teria sido possível salvar Mombaça, ou pelo menos, teria derrotado as forças do cerco. Podemos dizer o mesmo, do sensato António de Albuquerque Coelho. Se este homem, fosse nomeado governador de Mombaça, em vez do insensato Álvaro Caetano de Melo, a revolução de 1729 não teria começado. No que diz respeito ao outro factor do sistema colonial no Oriente, verificamos que os portugueses enfrentaram, mais tarde, um

[644]Cf. *APO*, vol.3, parte 4, tomo1, p. 197. Ibidem, tomo IV, vol. II, parte II, p. 354. António Marques Esparteiro, *O General dos Galeões do Estado da Índia*, p. 78. Justus Strandes, *op.cit.,* cap. XVIII, p. 257. Paulo Miguel Martins, *op.cit*., p. 241. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, pp. 73-74.

inimigo mais feroz que os omanitas, os maratas. No entanto, os portugueses lutaram corajosamente contra os maratas. Na realidade, existe uma controvérsia, entre a argúcia e a determinação. Encontramos isto claramente na comparação entre o cerco de Baçain (1737 – 1739) e o cerco de Mombaça. O fracasso dos portugueses em socorrer a fortaleza de Mombaça deve-se à incapacidade dos três homens ai enviados.[645]

Embora a recuperação de Mombaça fosse o objectivo principal dos portugueses, durante vários anos, a queda da sua fortaleza de novo nas mãos dos omanitas representava um novo indício da falta dos meios e determinação.[646]

Apesar da perda dos portugueses naquelas regiões, a actividade comercial baseada no marfim tinha mais densidade em Moçambique do que, no resto dos portos da costa oriental Africana dominada pelos otomanos, como é o caso de Quiloa. A instabilidade política em Oman, durante as guerras civis e a sua situação durante a segunda metade do século XVIII, afectaram a actividade marítima omanita e o comércio com o interior africano.[647]

As dificuldades económicas continuaram até ao fim do século XVIII. Houve um grande desenvolvimento económico nesta região, na sequência da declaração de Zanzibar como segunda capital de Oman, durante a primeira metade do século XIX.[648]

De modo geral, pode dizer-se que o domínio de Oman na região da costa Suaíli permaneceu frágil, desde a queda de Mombaça até ao fim do século XVIII. Isto deve-se às perturbações e divisões resultantes da

---

[645]Cf. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, pp. 74-75.
[646]Cf. Anthony Disney, *op.cit*., vol. 5, p. 50.
[647]Cf. *Nova História da Expansão Portuguesa, O Imperio Oriental 1660-1820*, vol.V, tomo II, p. 274.
[648]Cf. A.C. Unomah and J.B.Webster, "East Africa: the expansion of Commerce", vol. 5, cap. 8, p. 2. R. Coupland, *op.cit*., p. 295.

guerra civil. Este estado de confusão estendeu-se para a costa Africana. Desta forma, Oman deixou a porta aberta para a África Oriental. Então, porquê é que os portugueses não intervieram, após a guerra civil? A resposta baseia-se na situação dos portugueses na Índia durante esse período. Antes de 1730, os Marata atacavam as propriedades dos portugueses na costa ocidental da Índia. Este facto, fez com que os portugueses concentrassem os seus esforços em enfrentar os Marata e, consequentemente, deixassem de lado a questão da África Oriental.[649]

[649]Cf. *APO*, tomo IV, vol. II, parte II, p. 345. C.R. Boxer, *The Portuguese Seaborne Empire 1415-1825*, pp.135-136. C.R. Boxer e Carlos de Azevedo, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça*, p.74. A.J.R. Russell-Wood, *A World on the Move: The Portuguese in Africa, Asia, and America, 1415-1808*, Carcanet, 1992, pp. 24-25.

CAPÍTULO VII- 1ª PARTE

AS CONSEQUÊNCIAS DA RIVALIDADE ENTRE OMAN E PORTUGAL NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

VII.1ª.1. Pérsia:

No início da presença portuguesa no Golfo, existiam divergências dos interesses económicos e estratégicos dos vários Estados sobre a navegação no Golfo. Persistiam conflitos doutrinais na região, sobretudo na sequência da instalação do Estado Safávida xiita, no século XVI. Os persas encontraram nos portugueses a oportunidade de uma aliança com uma força europeia contra os otomanos sunitas. Na sequência da queda de Ormuz nas mãos dos persas, com a cooperação da *EIC*, no ano 1622, a Pérsia considerava Ormuz como uma pertença sua, devido ao pagamento do imposto chamado *Muqarrariya*. Era natural que a Pérsia tentasse estender o seu poder para a costa árabe do Golfo, sobretudo para Oman, tendo em consideração que as costas omanitas pertenciam ao reino de Ormuz desde há muito tempo. E tendo a Pérsia reconquistado Ormuz, a expansão persa começou a ganhar um carácter militar. No ano 1622, os persas conquistaram a costa norte de Oman, que se estende de Julfar até Sohar. O domínio persa desta região não durou muito. No ano de 1623, os portugueses – que tinham mudado o centro de liderança para Mascate, na sequência da queda de Ormuz – conseguiram recuperar estas cidades, sob a liderança de Rui Freire de Andrade. Apesar do fracasso persa em dominar esta região, as tentativas de anexar a costa omanita na primeira metade do século XVII não cessaram.[650] No ano 1625, os persas solicitaram aos seus aliados ingleses o apoio para conquistar Mascate. Os representantes da *EIC* acharam que deviam comprometer-se outra vez

[650] Vide os capítulos, I e II.

com os persas, e por isso conseguiram arranjar uma saída desta situação.[651]

O fim do domínio português na costa omanita resultou de um rápido desenvolvimento da marinha omanita na era Yarubita, durante a segunda metade do século XVII. Os persas – não acolhendo bem o repentino aparecimento do poder marítimo omanita – tentaram também desenvolver um forte poder marítimo no Golfo. A ambição dos persas pô-los frente a frente com os Yarubitas. As divergências doutrinais entre os Ibaditas e os Xiitas[652], acrescidas do desejo da soberania e do domínio da navegação no Golfo, conduziram ao agravamento da luta.[653] Oman aproveitou as perturbações na Pérsia para afirmar a sua supremacia marítima no Golfo.[654]

Em contrapartida, os persas tentaram compensar a sua deficiência – representada pela falta de um poder marítimo forte, capaz de neutralizar os portos omanitas e atacar a frota destes– através das alianças com as forças europeias, e sobretudo com os portugueses. Os persas eram inimigos dos portugueses, na sequência da libertação de Ormuz. Mas devido à comunhão de interesses, e ao desejo de enfrentar o inimigo comum, os persas concederam muitos privilégios aos portugueses.[655]

Durante os séculos XVII e XVIII, os omanitas conseguiram prejudicar o comércio e a soberania persa nas costas do Golfo. No ano de 1695, os omanitas, aproveitando a oportunidade da ausência do frota

---

[651]Cf. J.G.Lorimer, *op.cit*., parte 1, vol.1, p. 54. R.D. Bathurst, *op.cit*., pp. 96-99.

[652] Os Omanitas tentaram-se manter a coexistência pacífica com outras doutrinas em Oman e assegurar os seus direitos religiosos e civis. O Imame Nasser bin Murshed num acordo com os Portugueses confirmava a restituição dos bens dos Xiitas de Sohar que foram detidos pelos Portugueses;vide. Ibn Qaisar*, op.cit.,* pp. 67-69**.** Ibn Rūzaīq, *Al-Fath,* pp. 271-272. sobre a animosidade dos Persas aos Ibaditas; Cf. Carta do el-Rei da Pérsia ao Conde de Vila Verde, 1698, BNP, *PBA, 439*, fl. 328r.

[653]Cf. C.R. Boxer, *Portuguese India in the Mid-Seventeenth Century*, p. 44.

[654]Cf. S.B, Miles, *op.cit*., pp. 150-152.

[655]Cf. C.R. Boxer, *Portuguese India in the Mid-Seventeenth Century*, p.44. António Marques Esparteiro, *O General dos Galeões do Estado da Índia*, p. 63. Pietro Della Valle, *op.cit*., vol.1, pp. 9-10.

portuguesa do Golfo enviaram uma frota, com 1500 homens a bordo, para atacar o porto de Kong. Esta frota não encontrou nenhuma resistência e conseguiu capturar um navio pertencente aos comerciantes arménios, logrando um espólio no valor de 60.000 Toman. Os persas não conseguiam enfrentar as expedições árabes. O Imame Saif I enviou uma mensagem ao Xá Hussain, fazendo três exigências e ameaçando atacar Bandar Abbas. Estas exigências eram: expulsar os portugueses da sua agência comercial; ou nomear um comerciante árabe ao nível dos portugueses; ou conceder aos árabes os mesmos privilégios que tinham os portugueses no Kong.[656]

Os persas recorreram ao auxílio dos portugueses. O conde de Vila Verde enviou uma pequena frota constituída por três fragatas, liderada por Francisco Pereira da Silva. Os persas queriam negociar uma aliança com os portugueses. Da mesma forma, os portugueses tentaram aliar-se aos franceses. Estes declararam a guerra contra os omanitas, na sequência da captura de um navio pertencente à Companhia Francesa pelos omanitas em Mangalor. A frota portuguesa permaneceu no Golfo cerca de dois meses. Esta frota chegou a Goa no início do mês de Dezembro, levando consigo as propostas da cooperação com o rei da Pérsia; de entre estas propostas, destacam-se as seguintes:

1. Os persas realizariam um ataque terrestre contra Mascate, enquanto as forças portuguesas realizariam um ataque do lado do mar;

2. Os portugueses transportariam as forças persas às costas omanitas;

[656]Cf. J.G.Lorimer, *op.cit*., parte1, vol.1, p. 116. Bruce, J., *Bruce's Annals of the East India Company 1600-1708*, 3vols, vol. II, London, 1810, p.24. Laurence, Lockhart, "The Menace of Mascat and it Consequences in the late Seventeenth and early Eighteenth Centuries", p. 364. Anne Kroell, *Nouvelles D´Ispahan 1665-1695*, Paris, Société d´Histoire de l´Orient, 1979, pp.73 e 77. Júlio Firmino Júdice Biker, *op.cit*., tomo IV, p. 240. Arnold T. Wilson, *op.cit*., p. 194.

3. Os persas teriam o poder sobre Mascate e sobre todos os portos da costa omanita, enquanto, os portugueses teriam uma agência comercial, além da metade das remessas alfandegárias. A Pérsia pagaria 80.000 xerafins, como despesas da permanência da frota portuguesa;

4. Os portugueses disporiam de vinte fragatas para a realização das operações militares.

Estas propostas não foram concretizadas, devido à falta das quantias necessárias para a expedição, e à falta de soldados.[657]

No ano de 1696, o governo de Lisboa enviou Gregório Pereira Fidalgo à corte do xá Sultan Hussain. O delegado de Lisboa estava encarregado de investigar os meios da cooperação entre as duas forças e pôr fim aos repetidos ataques omanitas contra os portos persas. Os portugueses fizeram as suas propostas para a cooperação militar com a Pérsia. Segundo estas, os dois países realizariam um ataque terrestre e marítimo contra Oman e partilhariam entre si os portos omanitas. A Pérsia pagaria as despesas da frota portuguesa. Parece que os persas não aceitaram o acordo. Este facto fez com que os portugueses pensassem noutros meios para a realização da sua aliança com a Pérsia. O Vice-Rei enviou instruções secretas ao comandante da frota no Golfo para o bom sucesso da cooperação com a Pérsia. Estas instruções eram as seguintes:

1. Utilizar todos os meios necessários para acabar com os árabes.

2. No caso de dominar os portos árabes por meio terrestre, estes pertenceriam aos persas. Entretanto, aos portugueses seriam concedidos os mesmos privilégios como em Bandar Kong.

---

[657]Cf. *O Chronista de Tissuary*, vol. 2, nº, pp.223-225. Alberto Iria, *op.cit*., pp. 224-225. Armando da Silva Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol.VII, p.38.

3. No caso de dominar Mascate, esta cidade pertenceria ao rei de Portugal, considerando que a mesma dantes lhe pertencia.

4. Os comerciantes persas e os afectos à Pérsia incorporar-se-iam à frota portuguesa para ajudar no ataque contra Mascate.

5. No caso da participação das frotas persa e portuguesa no ataque contra as forças omanitas, os barcos capturados pertenceriam aos portugueses e aos persas, de acordo com as ordens portuguesas.

6. O Vice-Rei enviaria seis barcos para proteger o porto do Kong.

7. O rei persa daria as suas ordens aos agentes comerciais nos seus portos proibindo a venda de munições e aprovisionamentos aos árabes.

8. Ambas as partes comprometiam-se a não celebrar nenhum acordo de paz com os árabes.

9. A cooperação militar restringir-se-ia aos persas e portugueses, sem pedir auxílio a nenhuma outra terceira parte. Deste modo, os persas realizariam um ataque terrestre e os portugueses executariam um ataque marítimo.

10. Os portos da Pérsia e aqueles que dependiam dos persas apresentariam as provisões necessárias aos navios portugueses.

11. O rei persa pagaria anualmente a soma de 2.000 toman, para as despesas dos homens da frota e para a manutenção dos navios portugueses. Estas propostas não receberam um bom acolhimento por parte dos persas.

Os portugueses tentaram outros meios para realizar a cooperação com a Pérsia, sobretudo na sequência da chegada do enviado do Imame de Oman à corte do Xá da Pérsia.

O Vice-Rei mandou instruções secretas ao comandante da frota no Golfo. De entre estas instruções, constavam propostas de negociar com os árabes a celebração de um pacto de paz que implicaria as três partes.[658]

Ao mesmo tempo, o Rei de Portugal condicionou a sua ajuda aos persas contra os omanitas à obtenção dos mesmos privilégios que tinham os outros estado europeus.[659]

Por isso, a Pérsia tentou solicitar o auxílio dos estado europeus para acabar com a rivalidade omanita. No fim do século XVII, o governo persa mandou sondar a *EIC*, no sentido de atacar Mascate. Em contrapartida, após o domínio desta cidade, os persas concederiam aos ingleses os mesmos privilégios que estes gozavam em Bandar Abbas.[660]

Os ingleses não se entusiasmaram com o pedido persa, devido ao facto de na altura, a sua companhia não ter frotas suficientes para entrar neste tipo de aventura. Além disso, o seu comércio na região não estava afectado pelos ataques omanitas. Apesar disso os ingleses insistiam com os holandeses para que não se aproveitassem desta situação a seu favor, a fim de terem superioridade sobre eles na Pérsia e no Golfo.[661]

---

[658]Cf. Júlio Firmino Júdice Biker, *op.cit*., tomo IV, pp. 254-269. Jean Aubin, *L'Ambassade de Gregório Pereira Fidalgo à la Cour de Châh Soltân Hosseyn 1696-1697,* pp. 95-97, e 126-127. António Marques Esparteiro, *O General dos Galeões do Estado da Índia*, p. 63.

[659]Cf. BNP, *PBA. 439*, Carta do D.Pedro II, a vice-rei da Índia Conde da Vila Verde, Lisboa, 28 de Fevereiro de 1697. fl.5. BA, *Cod. 51-VII-34*, Carta do Rei de Portugal ao vice-rei António Luís Gonçalves da Camara Coutinho, Lisboa, 23 de Março, 1698, fls. 10v-11r;publ.*infra*,doc.6.

[660]Cf. Laurence Lockhart, *op.cit*., p.365. Anne Kroell., *op.cit.*, p.77.

[661]Cf. Laurence Lockhart, *op.cit.,* pp.364-365. Robert Geran Landen, *Oman since 1856, Disruptive Modernization in a Federational Arab Society*, New Jersey, Princeton University Press, 1967, p.61.

A recusa por parte dos ingleses fez com que a Pérsia se inclinasse para a França. Athamadaulet Mohamed Momen apresentou uma proposta do Xá a Gaudereau Abbé, para ser entregue às entidades competentes em Surrate. Esta proposta incluía o estabelecimento de relações comerciais bilaterais entre a Pérsia e a França. A proposta expressava o desejo da Pérsia de estabelecer uma aliança para conquistar Mascate. Os persas estavam dispostos a equipar 30000 homens. Em contrapartida, os franceses disponibilizariam uma frota para transportar estes homens à outra margem. A proposta incluía também que as despesas da operação seriam suportadas a meias entre as duas partes. Em compensação, as duas partes dividiriam na mesma proporção o espólio de Mascate. As quatro fortalezas de Mascate dividir-se-iam, os persas receberiam as duas do interior, enquanto os franceses dominariam as duas da costa. Apesar dos privilégios propostos aos franceses, estes não deram andamento à proposta. A razão que os levou a não pensar seriamente neste assunto, pode ter sido a preocupação com a guerra contra a Corte Espanhola, no ano 1701.[662]

Apesar do fracasso das tentativas persas em aliar-se aos europeus para atacar Mascate, a Pérsia não poupou esforços para enfraquecer o poder marítimo omanita e construir uma força marítima persa no Golfo.Durante alguns anos, não houve nenhuma actividade significativa, para a questão da rivalidade entre a Pérsia e Oman. Os omanitas, ao que parece, contentaram-se com os resultados dos seus primeiros ataques. E, enquanto, os omanitas atacavam os interesses dos portugueses em Surrate e na costa da Índia, os persas enfrentavam alguns problemas na região do norte do Golfo. [663]

[662]Cf. Laurence Lockhart, *op.cit.*, p. 365.
[663]Cf. *APO*, tomo 1, vol.3, parte1, pp. 112, 444-445.

A guerra entre Oman e a Pérsia, durante a segunda metade do século XVII, não passou das reacções às operações militares que os omanitas desenvolviam contra os portugueses. Apesar disso, a Pérsia ficou muito prejudicada. Os persas tentaram vingar-se muitas vezes, mas foram tentativas sem efeito. Na sequência do sucesso dos omanitas em dominar Mombaça, na expansão da sua influência para Quíloa, Pemba e Zanzibar[664], no estabelecimento de um acordo de paz com Surrate, a pressão militar omanita sobre a Pérsia começou a fortalecer-se. No ano de 1707, as forças omanitas atacaram Bandar Abbas, conseguindo capturar alguns navios persas. Os persas enviaram um delegado a Batávia para solicitar auxílio aos holandeses. Esta missão não foi cumprida, devido à falta do dinheiro necessário para a viagem. Também enviaram um delegado a Bombaim, para solicitar o auxílio dos ingleses, mas, esta missão também fracassou. O delegado da Pérsia, Mirza Nasser, optou por não voltar fracassado à Pérsia, preferindo praticar a actividade comercial. Verificamos que a política dos Safávidas não era séria. Em Isfahan, os persas estudaram a questão do conflito com Oman com o embaixador francês, Michel. A delegação veio com uma proposta estranha, que era a seguinte: se os persas aceitassem expulsar os ingleses e os holandeses do seu território, os franceses poderiam substituí-los no comércio e conquistar Mascate. Da mesma forma, os franceses solicitavam aos persas que lhes concedessem um centro comercial em Bandar Kong e privilégios comerciais como os dos portugueses. O pedido dos franceses suscitou o receio dos portugueses. No ano de 1709, o Vice-Rei enviou três fragatas, lideradas pelo capitão-mor Francisco Pereira da Silva. Durante o Conselho do Estado, foi decidido o envio de Frei António de Desterro Prior em Isfahan, numa tentativa de fazer fracassar as negociações dos franceses. Estas, no entanto, não foram bem sucedidas

[664]Cf. P. Risso, *Oman and Muscat: Early History*, Croom Helm, 1986, p.120.

por os franceses não terem uma força suficiente na Ásia capaz de realizar uma operação militar. Além disso, os persas não levaram a proposta francesa a sério.[665]

Parece que a frota portuguesa não conseguiu chegar ao estreito de Ormuz. Esta frota chegou até ao Cabo de Roçalgate (Ras al- Hadd), onde foi afundado o navio de Nossa Senhora das Ondas. Desta forma, a frota voltou para a Índia.[666]

Devido à guerra de Oman contra Surrate desde 1709, os omanitas quiseram entrar em negociações com a Pérsia para assegurar o seu comércio. No mês de Setembro do mesmo ano, o Imame de Oman mandou um enviado a Isfahan, com este propósito. O Imame propunha aos persas o cessar dos ataques dos navios omanitas e das tribos árabes suas aliadas no Golfo, no caso de a Pérsia lhes ceder o direito de entrarem nos portos persas e lhes pagarem metade das remessas alfandegárias de Bandar Kong, como era o caso dos portugueses. Estas negociações andaram com lentidão. O enviado omanita permaneceu sete meses em Isfahan, onde delegou em alguém para informar o Imame da resposta dos persas.[667] Parece que as propostas omanitas não foram bem acolhidas pelos persas. Não seria de estranhar que os portugueses tivessem trabalhado para fazer fracassar o plano omanita. O sucesso deste plano poderia causar grandes prejuízos ao comércio português, e poderia convencer os persas a cortarem a parte dos portugueses nas remessas alfandegárias em Kong. Isto porque os omanitas haviam proposto disponibilizar mil guerreiros para proteger as costas persas.[668]

---

[665]Cf. *APO*, vol.3, parte 2, tomo1, pp. 20-21, 38, 73. Laurence, Lockhart, *op.cit.,* p. 365. B.J.Slot, *op.cit*., pp. 233-234.
[666]Cf. *APO*, vol.3, parte 2, tomo1, p. 21.
[667]Cf. *Assentos do Conselho do Estado*, vol. V, p. 248. *APO*, vol.3, parte 2, tomo1, pp. 20-21, 38, 73. B.J.Slot, *op.cit*., p. 234.
[668]Cf. *Assentos do Conselho do Estado*, vol. V, p. 248.

Com a morte do Imame Saif bin Sultan I, no ano 1711, os persas solicitaram o auxílio dos ingleses para conquistar Mascate. Os ingleses prometeram transportar as suas tropas até Oman, no entanto isto não foi posto em prática.

De todas as formas, a luta entre os omanitas e os persas era uma luta diplomática. As fontes não indicam nenhum combate entre as duas partes, apesar de os omanitas terem tido condições para o fazerem em 1711, aquando das perturbações entre os persas e os portugueses.[669]

O Vice-Rei ficou aborrecido com os persas devido ao atraso no pagamento das taxas devidas a Bandar Kong, e também ao mau tratamento por parte do rei persa ao Prior do Convento de Isfahan, Frei António do Desterro. O rei persa havia pedido a Frei António do Desterro a devolução do navio pertencente a um comerciante persa, que havia sido capturado pelos portugueses em 1709. O Vice-Rei mandou uma frota que capturou dois barcos dos persas em Bandar Abbas e conduziu-los ao Kong. O Xá Hussain cedeu à conciliação com os portugueses, pagando-lhes os impostos atrasados.[670]

Na era do Imame Sultan II, no ano de 1714, os omanitas realizaram um amplo ataque contra Bandar Kong, destruindo a cidade e capturando os navios portugueses ai fundeados, além de 200 cavalos. Quando um desses navios tentou escapar para Bandar Abbas, foi perseguido e atacado pelos omanitas em frente da fortaleza persa. Os portugueses solicitaram o apoio dos persas, através dos seus canhões desde a fortaleza. Os persas recusaram, com a desculpa da guerra entre eles e os omanitas.[671] Os portugueses responderam com ameaçndo-os de forma a que não solicitassem o apoio dos europeus. Em Novembro de

[669]Cf. B.J.Slot, *op.cit*., p. 235.
[670]Cf. António Marques Esparteiro, *O General dos Galeões do Estado da Índia*, pp. 51-52.
[671]Cf. *APO*, vol.3, parte 2, tomo1, pp. 115, 116, 118, 122.

1714, o Vice-Rei fez ver ao xá Sultan Hussain que as guerras com os omanitas na Índia representavam um obstáculo ao envio de uma frota para o Golfo. Devido ao ataque omanita contra Kong, o Vice-Rei tencionava enviar uma frota, liderada pelo General Francisco Pereira da Silva, para os castigar. O Vice-Rei descrevia os omanitas como bárbaros e lembrava da grandeza do Xá da Pérsia. Dizia também que o Imame de Oman não passava de um mero xeque, alcunhado como o Imame, e que não tinha nenhuma razão se sentir superior ao Xá.[672] O Vice-Rei lembrava o Xá, dizendo que se este se tivesse comportado como os seus antepassados, os omanitas não ousariam atacá-lo. Por isso, o rei da Pérsia devia seguir o exemplo do rei mongol, emitindo um *farmã* a proibir os omanitas de frequentarem os seus portos comerciais. Este comportamento prejudicaria a economia omanita que dependia do comércio com a Pérsia.[673]

Os portugueses tentaram, diplomaticamente, retirar o tapete do baixo dos pés das outras potências, afirmando aos persas que os holandeses e os ingleses tentavam, através do seu auxílio, lograr ganhos e privilégios, enquanto os portugueses o faziam para alcançar a vitória.[674]

Em contrapartida, os persas tentaram refugiar-se nas potências europeias, solicitando o apoio dos holandeses para bloquear a costa perto de Bandar Kong, com o objectivo de castigar as tribos árabes nesta região e impedi-las de participar do lado dos omanitas. Advém dai, deduz-se a atitude das tribos árabes no sul do Golfo, tal como Al- Marazik, Al -Ali e as tribos de Al- Haula, que estavam do lado dos omanitas contra os persas. No dia 17 de Fevereiro de 1714, os omanitas, juntamente com os árabes da ilha de Queixome, atacaram as propriedades de Sanganes,

[672]Cf. *APO*, vol.3, parte 2, tomo1, pp. 126-127, 157, 162, 163.
[673]Cf. *Ibidem*, vol.3, parte 2, tomo1, pp. 165-166.
[674]Cf. *Ibidem*, vol.3, parte 2, tomo1, p. 224.

conseguindo recolher muito espólio e dirigiram-se a Mascate, antes da chegada da frota portuguesa. [675]

De todas as formas, os holandeses não auxíliaram os persas contra os omanitas. Da mesma forma, a tentativa dos Monges Carmelitas Franceses em Isfahan fracassou no intento de convencer o seu governo da importância da conquista de Mascate. Isto devia-se ao facto de a França não possuíra na altura os meios necessários para realizar tal campanha nesta região.[676] Além disso, os próprios persas não tinham meios para entrar numa batalha marítima no Golfo, porquanto, a revolta de um dos seus líderes contra o regime persa desviou-lhes a atenção para as perturbações internas. Além do mais o regime Safávida era fraco pois, o próprio Xá não tinha capacidade para tomar o leme do governo visto os seus ministros serem corruptos. Financeiramente o estado Persa sofria um deficite financeiro: o sistema dos impostos adoptado pelos persas conduziu à queda da sua economia.[677] Para terminar, ainda existiam as repetidas tentativas omanitas para dominar o Bahrain, devido à fonte de alto rendimento para os persas representada pela pesca das pérolas, embora, os primeiros dois ataques omanitas, no ano 1715, tenham causado grandes prejuízos a estes. Sendo que, perderam cerca de 1.000 homens.[678]

Os persas fortaleceram as suas capacidades defensivas na ilha do Bahrain, por meio de uma força especial, liderada por Safi Quali Can.No início do ano de 1716, os portugueses estavam dispostos a enviar uma

[675]Cf. *Ibidem*, vol.3, parte 2, tomo1, pp. 132, 134, 136. Ali Aba Hussain,"A Study of the History of Utoob", in *Al-Watheeka*, Bahrain, Centro da Documentação Histórica do Bahrain, nº.1, 1982, pp. 25-52, p. 37.
[676]Cf. *Chronicle of events between the years 1623 and 1733 relating to the settlent of the order of Carmelites in Mesopotamia*, vol.2, ed, H. Gollancz, London, 1927, p. 937. Laurence, Lockhart, *op.cit.,* p.368.
[677]Cf. Laurence Lockhart, *op.cit.,* p.368.
[678]Cf. BNP, *Cod. 10668*,Carta do vice-rei Vasco Fernandes Cezar de Meneses ao Rei, Goa, 23 de Janeiro de 1716, (microfilme nº. F.R. 1246), fls. 93r, 94; publ.*infra*,doc.25. *APO*, vol.3, parte 2, tomo1, p. 224. António Marques Esparteiro, *O General dos Galeões do Estado da Índia*, p.58.

frota para o Golfo e a coordenar com os persas o ataque à cidade de Mascate. Assim, os navios portugueses transportariam os homens persas a Mascate, e ao mesmo tempo, a frota portuguesa cercava a omanita, impedindo-a de abandonar o porto. As informações indicavam que a cidade de Mascate não tinha defesas terrestres.[679]

Quando os omanitas reorganizaram as suas forças, começaram a atacar de novo. Em Fevereiro de 1717, os omanitas atacaram Ormuz, mataram o seu governador, mas não conseguiram conquistá-la. No fim do verão do mesmo ano, os omanitas atacaram o Bahrain, conseguindo desta vez conquistá-la, na sequência de um cerco que durou um mês.[680]

Em contrapartida, o Xá da Pérsia e o Athamadaulet Fathe Ali Can enviaram mensagens ao Vice-Rei, solicitando o seu auxílio na guerra contra os omanitas, na conquista de Mascate e na reconquista do Bahrain. Os portugueses sabiam que um pedido dos persas a Batávia, solicitando o auxílio dos holandeses, porque confiavam nas suas capacidades militares, era um assunto que não favorecia nenhuma das partes. Os portugueses sabiam que Oman seria uma grande potência, no caso de dominar Kong e Ormuz. Este facto levava os persas a contarem muito com o poder português, para navegarem até Mascate, visto não terem conhecimento marítimo.[681]

Deste modo, a superioridade omanita no Golfo Arábico durou ao longo da segunda metade do século XVII, e até à segunda década do século XVIII. Após o sucesso do Imame Sultan II ao conquistar o Bahrain aos persas, aquele colocou aí uma força omanita para a sua

---

[679]Cf. *APO*, vol.3, parte 2, tomo1, p. 224.
[680]Cf. BPE, *Cod. CIII/2-16*, fl. 59. *APO*, vol.3, parte 2, tomo1, p. 310. Laurence Lockhart, *op.cit.,* p. 368. Arnold T. Wilson, *op.cit.,* p. 172. Armando da Silva Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol.VII, p.111. Ibn Rūzaīq, *Al-Sahifa Al-Kahtaniya*, pp. 249-250.
[681]Cf. *APO*, vol.3, parte 2, tomo 1, p. 310. Armando da Silva Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol.VII, p. 111.

protecção. A partir de aqui, o Imame estendeu o seu poder à maior parte das ilhas do Golfo, tal como Queixome e Larak**.**[682] Isto devia-se por um lado ao desmembramento dos persas no tempo do Xá Hussain, e por outro ao facto de a marinha omanita ter atingido o auge da sua força. A queda do Bahrain nas mãos dos omanitas representava um golpe decisivo para os persas, por causa do grande prejuízo económico sofrido. Este prejuízo devia-se à perda das grandes remessas das pérolas. Este facto agravou mais a situação financeira, já deteriorada então, na Pérsia.[683]

Após a conquista do Bahrain, os omanitas avançaram para Ormuz. As forças omanitas entraram na cidade e libertaram um rebelde persa, que se havia revoltado contra os Safávidas. Quando a força persa na fortaleza de Ormuz não se rendeu, os omanitas procederam ao cerco por um largo período.[684] Dentro da fortaleza de Ormuz, havia falta de água e de aprovisionamentos. Esperava-se a rendição da fortaleza.[685] As fontes holandesas indicam que as forças omanitas em Ormuz contavam com cerca de 1.000 soldados, equipados com espingardas. Estas fontes indicam também o apoio prestado aos omanitas por parte das tribos que viviam nas ilhas do Golfo, é o caso da tribo de Al- Haula.[686]

Enquanto as forças omanitas cercavam Ormuz, chegaram notícias indicando que os persas estavam a preparar um exército de 8000 homens, sob o comando de Lutf Alican, com o objectivo de recuperar o Bahrain. Ao mesmo tempo, os portugueses tinham enviado a Bandar Kong uma força para ajudar os persas. Esta força era constituída de 8 navios e serviu para transportar as forças persas ao Bahrain, em Abril ou Maio de 1718.

---

[682]Cf. *Kašf Al-Ġūmmah Al-Jam' Li 'Ahbār Al-Ummah*,p. 368.
[683]Cf. F.C. Danvers, *Report to the Secretary of State, op.cit*., p. 125. António Marques Esparteiro, *O General dos Galeões do Estado da Índia* , p. 63. S.B.Miles, *op.cit*., p. 214.
[684]Cf. B.J.Slot, *op.cit*., p. 237.
[685]Cf. Idem, *ibidem,* p.237.
[686]Cf. Idem, *ibidem*, p.238.

Estas notícias obrigaram os omanitas a levantarem o cerco de Ormuz, em Julho de 1718, e a dirigirem-se a Bahrain para apoiar a força omanita, ai presente. Este comportamento permitiu aos persas restabelecer o seu poder em Ormuz e restaurar a fortaleza desta cidade. No Bahrain, decorreu uma batalha sangrenta entre os exércitos persa e omanita. Os persas foram esmagados, perdendo cerca da terça parte do seu exército. A única vitória que os persas alcançaram foi a de ficar com Ormuz, sem nenhuma tentativa omanita para conquistar a cidade.[687]

Os persas proclamaram terem obtido uma grande vitória sobre os omanitas. A vitória persa foi festejada por todos os cantos de Isfahan. Quando os persas solicitaram o apoio do director holandês em Bandar Abbas, Oets, com o objectivo de expulsar os omanitas das ilhas de Larak e de Queixome, este não se preocupou com o assunto, porque sabia da derrota dos persas no Bahrain.[688] O director holandês comentou, satiricamente, dizendo que: "Os persas, que realizaram uma grande vitória contra os omanitas no Bahrain, seriam, sem dúvida, capazes de expulsá-los de Queixome".[689]

Os persas não hesitaram em repetir o seu pedido de auxílio aos holandeses. O embaixador Jan José Ketelaar estava em Isfahan, quando os omanitas conquistaram o Bahrain. O Xá e o seu ministro Fathe Ali can solicitaram ao embaixador o seu apoio contra os omanitas. Ketelaar recusou, informando Athamadaulet de não ter autoridade para desviar os navios da sua principal missão. O embaixador conseguiu convencer os persas que os navios preparados para o comércio em águas profundas, não seriam capazes de combater nas águas rasas, sobretudo nas costas

[687]Cf. Idem, *ibidem*, p.240. Ibn Rūzaīq, *Al-Sahifa Al-Kahtaniya*, p. 250. *BFUP,* nº.46, ficheiro1, gaveta1, divisão 8, p.333.
[688]Cf. B.J.Slot, *op.cit*., p. 240.
[689]Cf. Idem, *ibidem*, p.240.

arábicas. Os persas fizeram muitas tentativas para provocar os holandeses e incentivá-los contra os omanitas, mas todos os esforços neste sentido foram em vão. Os persas diziam que os omanitas pensavam que os navios holandeses vinham da Batávia para os atacar, e consequentemente, iriam atacá-los. Estas tentativas persas não tiveram sucesso como meio para obter o auxílio dos holandeses contra os omanitas.[690]

Os persas tentaram solicitar o apoio dos portugueses, com o objectivo de recuperarem o Bahrain. O padre Frei António do Desterro, Prior do Convento de Isfahan, sugeriu aos persas o envio de um emissário a Goa, por causa da questão do Bahrain. O Xá enviou um embaixador a Goa, com o fim de convencer o vice-rei, Conde de Ericeira, da proporcionar o auxílio português.[691] O Rei de Portugal havia informado o Vice-Rei, que os persas estavam preparados e à espera do apoio dos portugueses, transportando-os a Mascate para a conquistarem, uma vez que os omanitas tinham forçado os persas a abandonar o Bahrain.[692] Os portugueses e os persas assinaram um acordo, para atacarem a cidade de Mascate por terra e por mar derrotando as forças omanitas. Em Março de 1719, como forma de mais pressão sobre os omanitas, o Vice-Rei enviou uma mensagem ao Xá da Pérsia. O Vice-Rei incentivava o Xá a escrever ao rei Mogol, convencendo-o a dar ordens aos governadores das suas costas para impediram os árabes de frequentarem os seus portos. Esta medida visava cortar os aprovisionamentos no caso da guerra. [693] O esperado sucesso desse acordo conduziria à segurança da navegação no Golfo, e manteria a segurança do porto de Kong. Isto significava o aproveitamento das receitas alfandegárias, além do aproveitamento da

[690]Cf. Idem, *ibidem*., p.241.
[691]Cf. BPE, *Cod. CV/ 1-1,* fl. 198v. BPE, *Cod. CIII/2-16*, fls. 60r-60v. C.R. Boxer, *Ásia Portuguesa no tempo do vice-rei Conde da Ericeira*, Macau, Imprensa Nacional, 1970, p.33. F.C. Danvers, *The Portuguese in India,* vol. II, cap. XIII, p. 384.
[692]Cf. *APO*, vol.3, parte 3, tomo1, p. 13.
[693]Cf. *APO*, vol.3, parte 2, tomo1, pp. 367-370, 379.

pesca das pérolas no Bahrain. Para a realização deste objectivo, O vice-rei D. Luís Carlos de Meneses enviou uma frota ao Golfo, liderada pelo General D. Lopo José de Almeida. Esta frota era constituída de quatro naus e uma fragata, carregadas do material necessário para um ataque com sucesso contra Mascate, tais como: terradas e terraquinas. Além disso, havia um grupo de peritos em navegação e canhões. Os soldados da frota eram oriundos da Índia e da África, não tinham a experiência dos soldados europeus nas técnicas das guerras. Este facto condicionou a sua eficácia. A frota havia recebido as seguintes instruções:

- A navegação até o Cabo da Roçalgate (Ras al-Hadd) servindo de obstáculo no caminho dos navios comerciais que vão para Mascate, obrigando-os a mudar de rota e dirigir-se a Kong. O objectivo era o aumento das remessas alfandegárias e a captura dos navios que navegam sem carta. No entanto não seriam revistados os navios pertencentes a Surrate, devido às boas relações entre o Estado da Índia e o Mogol.

- Investigar a situação da Pérsia e conhecer o estado das suas políticas, através do agente comercial em Kong.

- Planear a expedição contra Mascate, com a cooperação com o líder dos persas, tendo em conta a altura conveniente para esta expedição, que seria entre o início do mês de Setembro e o dia 20 do mês de Outubro.

- Conseguir as ajudas prometidas pelos persas para o desempenho desta expedição. No caso de os persas não pagarem, a frota voltará para a Índia, tendo em conta as condições climáticas e sem esperar

pelas promessas dos persas.[694] Do ponto de vista dos portugueses, os persas não cumpriam a sua palavra e obrigavam o Estado português a enormes despesas.[695]

No mês de Maio de 1719, a frota portuguesa chegou a Bandar Kong. Antes do começo de qualquer actividade, os portugueses quiseram pôr em ordem algumas questões pendentes com os persas. É o caso dos privilégios prometidos, do pagamento das taxas portuárias atrasadas e do suporte das despesas da frota. Quando os persas se atrasaram em cumprir com os portugueses, a frota portuguesa parou em Bandar Kong. No dia 20 de Julho de 1719 faleceu o comandante da frota, D. Lopo José de Almeida, e foi substituido por António de Figueiredo e Utra. O novo comandante português entrou em negociações com o líder persa, Lutf Ali Can, sobre a execução do plano do ataque. Lutf Ali Can mostrou pouco entusiasmo relativamente à questão da guerra, mostrando desejo de fazer um acordo de paz com os omanitas. O líder persa justificava a sua opinião pela falta de soldados e dinheiro.[696] O número dos soldados recrutados para o ataque contra Mascate não atingiu os 3.000, e não estavam armados. A soma de dinheiro preparada para as despesas da frota era de 170 mil xerafins. A contradição nas posições dos persas indica que o acordo assinado entre os portugueses e os persas não era sério.[697]

O general da armada do Estreito de Ormuz e Mar Roxo havia recebido instruções segretas em Goa para encontrar um modo de negociar com os omanitas e celebrar um acordo de paz entre ambas as partes,

---

[694]Cf. BPE, *Cod. CIII/2-16*, fl.61v. Cf. António Marques Esparteiro, *O General dos Galeões do Estado da Índia*, pp. 63-64. *BFUP,* nº.46, ficheiro1, gaveta1, divisão 8, p.344. Armando da Silva Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol.VII,p.111.

[695]Cf.*APO*, vol.3, parte 2, tomo1, p. 384. Armando da Silva Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol.VII,p.111.

[696]Cf. BPE, *Cod. CV/ 1-1*, fl. 198v. BPE, *Cod. CIII/2-16*, fl. 62r. *APO*, vol.3, parte 3, tomo1, p. 14. António Marques Esparteiro, *O General dos Galeões do Estado da Índia*, pp. 65, 156. Armando da Silva Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol.VII, p.111.

[697]Cf. *APO*, vol.3, parte 3, tomo1, pp. 2-3.

sobretudo, no caso de as negociações com a Pérsia não chegarem a bom porto. As negociações com os omanitas seriam feitas através dos comerciantes omanitas ou através dos xeques Árabes em Bandar Kong. O Imame mandaria um enviado seu à Corte do Rei no Sunda. As questões a tratar durante estas negociações seriam as seguintes:

- A possibilidade de devolver Mombaça aos portugueses, em compensação serão concedidos privilégios e interesses aos omanitas.

- Serão concedidas cartas portuguesas aos omanitas, para facilitar o comércio.

- Autorizar a exportação dos cavalos, que é um negócio lucrativo para os portos portugueses na Índia e ajuda o aumento dos rendimentos do cofre do Estado.

- A cooperação na defesa entre ambas as partes. Proporcionar aos omanitas aprovisionamentos e navios. No caso de uma agressão omanita contra os persas, os portugueses terão uma posição neutra.

Parece que estas negociações não entraram em vigor, devido ao envio de uma frota omanita a Kong para provocar os portugueses.[698]

Em Mascate, sabendo o Imame da intenção das forças aliadas, deu ordens para surpreender a frota portuguesa. No dia 4 de Agosto de 1719, a frota omanita chegou a Bandar Kong. Era constituída por duas naus de oitenta e setenta e seis peças e, fragatas de cinquenta e quarenta peças e executou movimentos provocadores e ensaios militares em frente dos navios portugueses. Estes não estavam em posição organizada para poder realizar uma acção militar no caso de serem surpreendidos. Os omanitas

[698]Cf. *APO*, vol.3, parte 2, tomo1, p. 402. António Marques Esparteiro, *O General dos Galeões do Estado da Índia*, doc. 45, pp. 138-139.

preferiram arrastá-los para o alto mar e, enquanto os omanitas se preparavam para se mover, os portugueses seguiram-nos. Começaram alguns confrontos que duraram de 5 a 6 de Setembro de 1719. Durante estes confrontos, houve disparos de ambas as partes. As fontes portuguesas referem que os portugueses geriram melhor o combate, apesar da resistência e do entusiasmo dos árabes. Na sequência dos prejuízos causados pela artilharia portuguesa, os árabes começaram a retirar-se. A artilharia omanita disparava apenas desde a popa. No dia 8 de Agosto, a frota omanita afastou-se do campo da guerra, em direcção a Julfar, com o objectivo de reorganizar-se e reparar os estragos causados nos seus navios. Entretanto, a frota portuguesa regressou para Kong.Os portugueses proclamaram terem alcançado uma grande vitória sobre os omanitas. As fontes indicam que 800 vítimas omanitas caíram nos combates, entre mortos e feridos. Entre as vítimas omanitas contavam-se alguns líderes. Entretanto, os portugueses sofreram dez baixas e trinta e cinco feridos. Esta vitória foi temporária. Os portugueses alegaram a chegada de apoios para a frota omanita, por parte dos ingleses e dos holandeses. Na nossa opinião, esta tese não tem cabimento, porque as potências europeias não queriam intrometer-se numa guerra em curso. O enfraquecimento da frota omanita era do interesse dessas potências, uma vez que a frota omanita representava um perigo para a navegação e comércio no oceano Índico ocidental e no Golfo. Além disso, a boa situação da frota omanita permitia-lhe recusar os apoios externos. A atitude dos portugueses pode ser interpretada como um pretexto para proclamarem uma vitória deles sozinhos, contra as forças árabes apoiadas pelos ingleses e holandeses.No dia 27 de Agosto, o comandante português decidiu perseguir a frota omanita pelas águas do Golfo. Os portugueses partiram de Kong, chegaram a Julfar no dia 29 de Agosto. Os combates começaram no dia 30 de Agosto tendo, os portugueses

atacaram os omanitas em Julfar. Os combates foram intensos, mas o movimento dos ventos impediu os portugueses de realizarem um ataque global. Os confrontos duraram até ao dia 1 de Setembro. Na sequência dos combates, as forças omanitas partiram em direcção de Julfar. Entretanto, o Almirante Utra não achou conveniente perseguir a frota omanita fora do estreito, devido ao estado em que se encontrava a sua frota. E assim, os confrontos acabaram, sem a concretição de uma vitória clara por parte de nenhuma das duas partes. Apesar disso, os portugueses proclamaram a vitória. As fontes indicam que o número de mortos e feridos entre os omanitas atingiu os 500, enquanto cinco portugueses morreram e dezoito foram feridos.No dia 5 de Setembro, a frota portuguesa voltou a Kong, onde celebraram a vitória com festas e rezas. O rei da Pérsia enviou uma mensagem ao líder português, felicitando a vitória contra os árabes. De todas as formas, o resultado destes confrontos explica que as forças portuguesas não foram capazes de esmagar as forças omanitas, de dominar o Bahrain ou até de conquistar a Ilha de Queixome. Esta foi a melhor tentativa dos portugueses nos seus ataques contra Mascate, mas não foi devidamente aproveitada. As forças portuguesas partiram para Goa, deixando os persas a enfrentar os seus problemas. O único sucesso alcançado então pelos persas foi a repressão das revoluções dos árabes na costa Persa.[699]

Os franceses tinham-se apercebido da situação crítica dos persas, perante as ameaças omanitas. Interessados no comércio com o Oriente acudiram aos persas com ajudas militares contra aqueles. Em contrapartida, os persas deveriam por em prática o Tratado de 1715, que

[699]Cf. BPE, *Cod. CIII/2-16*, fls. 62r- 63r. Cf. *APO*, vol.3, parte 3, tomo1, pp. 2, 9. António Marques Esparteiro, *O General dos Galeões do Estado da Índia*, pp. 65-68,146-150, 154-155,171-172. F.C. Danvers, *The Portuguese in India,* vol. II, cap. XIII, pp. 384-385.

não entrara em vigor na sequência do falecimento de Luís XIV, no ano 1716.

Devido ao fracasso da missão do embaixador francês na Pérsia, Ange de Gardane, relativamente à efectivação deste Tratado, a França enviou um cônsul à Pérsia, Etienne Padery[700], com esse objectivo.Na sequência da sua chegada à Pérsia, em Agosto de 1720, o cônsul francês entrou em negociações sobre Mascate com Athamadaulet Fath Ali Can Daghistani. Os franceses exigiam que os persas pagassem as despesas do aprovisionamento da frota francesa, além de disponibilizarem 30.000 soldados, bem preparados. Gerou-se então uma controvérsia entre Padery e de Gardane. Padery sustentava a execução de uma operação conjunta contra Oman. No entanto, de Gardane não estava de acordo com o cônsul. Pois acreditava que o Tratado prejudicaria os interesses comerciais dos franceses no Golfo e no oceano Índico. O cônsul, por sua vez, receava os ataques omanitas contra os interesses franceses, no caso de os omanitas saberem da aliança franco-persa. Além disso, a substituição de Fath Ali Can por Mohammed Quli Can aumentou a dificuldade da missão de Padery. De todas as formas, o Xá queria assinar o Tratado, no caso de a França disponibilizar uma frota para transportar os soldados persas a Mascate. Deste modo, o espólio alcançado seria dividido a meias entre as duas partes.No ano 1721, o Xá decidiu assinar o Tratado. A conquista de Isfahan por parte dos afegãos, no mês de Outubro de 1722, e a queda do Estado Safávida, impediram a execução dos artigos do Tratado.[701]

---

[700]Um francês de origem grega oriental, passou vinte e cinco anos como embaixador francês em Istambul. Acompanhou ou embaixador Persa, Mohammed Reda Bek à Corte de Luís XIV, no ano 1714. Em 1719, foi enviado como cônsul em Shiraz. Vide: Laurence Lockhart, *op.cit*., p. 367.

[701]Cf. J.G.Lorimer, *op.cit*., parte 1, vol.1, p. 95. Anne Kroell, *op.cit.,* p. 55. Laurence Lockhart, *op.cit.,* p.367. Idem, *The Chronicle of Petros Di Sarkis Gilanentz*, 2nd ed, Lisbon, Calouste Gulbenkian Foundation, 1988, pp. 30-31.

Os franceses acreditavam que a conquista de Mascate lhes proporcionaria grandes vantagens. Além de terem o domínio sobre a entrada do Golfo e sobre o movimento comercial entre a Índia e esta região, controlariam também Mombaça. O controlo de Mombaça abrir-lhes-ia o caminho para a Etiópia. Além disso, dividiriam as remessas alfandegárias dos portos persas e garantiriam a sua parte nos rendimentos do comércio das pérolas no Bahrain.[702]

No fim do mês de Abril de 1719, faleceu de repente o Imame Sultan bin Saif II, deixando um vazio político no poder e um período de instabilidade em Oman, com lutas e conflitos internos, que assolaram a unidade nacional.[703]

No ano 1720, o Imame Muhanna bin Sultan, entrou em negociações com os persas. Do outro lado, o líder persa Lutf Ali Can entendia bem a importância do estabelecimento da paz com os omanitas. No início, as negociações andaram bem e, chegaram a um acordo temporário. Neste acordo, os omanitas comprometeram-se a cessar as suas operações militares contra os persas abdicando também, do Bahrain. Em contrapartida, os omanitas receberiam a soma de 4.000 Toman de impostos e, conseguiriam um lugar na Ilha de Queixome para repararem os seus navios. Por seu lado, os persas comprometiam a impedir o comércio dos portugueses em Bandar Kong, com a condição de os omanitas prestarem o seu apoio no caso de os portugueses atacarem os

[702]Cf. Laurence, Lockhart, "The Menace of Mascat and it Consequences in the late Seventeenth and early Eighteenth Centuries", p.368.
[703]Cf. Ibn Rūzaīq, *Al-Sahifa Al-Kahtaniya*, pp. 255. Idem, *Al-Fath,* p. 301. Al-Salmī,, *op.cit.,* vol.2, p.114. *Kašf Al-Ġūmmah Al-Jam' Li 'Ahbār Al-Ummah*, p.369. Armando da Silva Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol.VII, p.115.

persas. E, efectivamente, as ilhas de Larak e Queixome foram devolvidas à Pérsia.[704]

Mas as coisas não continuaram a correr da melhor forma. Muhanna bin Sultan perdeu a sua popularidade junto de alguns líderes omanitas. Muhanna foi isolado e substituído por um homem de familia Yarubita, Yarub bin Bilárabe. Este não estava satisfeito com o acordo com os persas, recusando entregar o Bahrain até chegar a um acordo mais vantajoso para os omanitas. Parece que uma das razões da perda da popularidade de Muhanna foi o desejo de chegar a um acordo com os portugueses e da libertação dos seus prisioneiros. Mas a proposta de Muhanna foi recusada pelos portugueses.[705]

O poder omanita sobre o Bahrain não deixava de ser problemático. O viajante inglês, Hamilton, que visitou Oman durante esse período, indica que:

"Na sequência da conquista omanita ao Bahrain, os pescadores das pérolas abandonaram o Bahrain, enquanto estava dominada pelos árabes. Partiram também aqueles que encontraram a sua nova instituição ameaçada".[706]

No fim do ano de 1720, Lutf Ali Can colocou a delegação omanita das negociações na prisão. No ano 1721, as duas partes chegaram a um acordo. Os omanitas devolveriam o Bahrain, enquanto os persas pagariam 6.000 Toman. Esta quantia foi paga no fim do ano 1722, e o Bahrain foi devolvido ao persas.[707]

No meio destes acontecimentos, a situação na Pérsia não estava estável. O Vice-Rei, na sua mensagem a Lisboa, relatou que os rebeldes

---

[704]Cf. Ibn Rūzaīq, *Al-Sahifa Al-Kahtaniya*, p. 255. B.J.Slot, *op.cit*., p.244. Bathurst, *op.cit*., pp. 103-104.
[705]Cf. BPE, *Cod. CIII/2-16*, fl. 63r.
[706] Apud, Arnold T. Wilson, *op.cit.,* p. 174
[707]Cf. B.J.Slot, *op.cit*., p. 244.

que entraram em guerra contra o rei conseguiram destituí-lo e encarcerá-lo. O rei persa morreu na prisão e a frota passou para as mãos dos Baluches. Os governadores das regiões estavam divididos em partidos, e a maior parte deles inclinava-se para o lado do governador rebelde.[708]

Consequentemente, a navegação ficou quase parada. Os holandeses e os ingleses fizeram por retirar as suas feitorias. Os portugueses tentaram fazer o mesmo, além de se aproximarem dos rebeldes e ganharem a sua confiança para garantir o comércio na região.[709]

Durante as perturbações em Oman, devido à rivalidade pelo poder e ao conflito tribal durante o período de 1721 – 1741, a força marítima omanita enfraqueceu. Os persas intrometeram-se nos assuntos de Oman. Antes do início da segunda metade do século XVIII, a marinha omanita estava a recuperar a sua actividade e força, sob a nova dinastia que começara a governar Oman, a dinastia dos Al-Busaid.[710]

Em conclusão, podemos dizer que a rivalidade entre os omanitas e os portugueses contribuiu para perturbar as relações entre os omanitas e os persas, desta forma:

- Os portos persas foram palcos de muitas operações militares: Ora, entre os omanitas e persas que eram aliados dos portugueses, ora, entre os omanitas e os portugueses, devido à existência de portos pertencentes aos portugueses na Pérsia.

[708]Cf. BPE, *Cod. CIII/2-16*, fl. 63r. *APO*, vol.3, parte 3, tomo1, p. 203.
[709]Cf. BA, *Cod. 51-VII-1*, fl.17. *APO*, vol.3, parte 4, tomo1, p. 321.
[710]Cf. Laurence Lockhart, "The Menace of Mascat and it Consequences in the late Seventeenth and early Eighteenth Centuries", p. 369.

- Foi dedicada uma parte da frota omanita para observar os movimentos persas e portugueses no Golfo e na costa Ocidental da Índia.

- Este facto conduziu à diminuição do número dos navios destinados a apoiar os emirados da costa Suaíli, para se desfazerem dos portugueses, durante o período de 1650 – 1696.

- Na sequência da expulsão dos portugueses, no ano de 1698, os Yarubitas não conseguiram estender a sua influência e assegurar o seu poder efectivo sobre as costas da África Oriental.

- Os persas conseguiram, directa ou indirectamente, perturbar a estabilidade e o equilíbrio tribal em Oman e causar perturbações e contendas internas.

- A cooperação entre os príncipes de Faza e Zanzibar, aliados dos portugueses, com as comunidades persas, a fim de provocar conflitos internos e perturbar a estabilidade da situação na África Oriental, durante o período da guerra civil em Oman. Este facto facilitou aos portugueses a reconquista de Mombaça, em 1728, por um só ano.

VII.1ª.2. Índia:

De modo geral, as relações entre Oman e a Índia eram amigáveis, devido aos seguintes factores:

- Os interesses comerciais comuns entre Oman e a Índia.

- Os omanitas usavam os portos indianos para a consturção dos seus navios mais avançados, além do uso da madeira indiana para a construção dos barcos em Oman.

- Os laços de segurança estratégica entre o domínio do Golfo, como corredor de segurança e a da rota marítima da Índia por, onde passava o comércio.

Todas estas razões juntas tornaram a costa ocidental da Índia um dos palcos da rivalidade e da luta entre Oman e os portugueses na Índia.

Os portos indianos apresentaram um verdadeiro contributo ao movimento do comércio internacional. Além de serem portos de exportação, em primeiro lugar, eram também portos de importação. A balança comercial eatava a favor da Índia, devido à abundância e à variedade dos produtos que exportava.

O porto de Gujarate é o porto mais importante da Índia. Situa-se no lado noroeste da Índia, enfrente do golfo de Oman e da costa omanita. A localização dos portos da Índia influenciara as suas orientações comerciais. Desta forma havia relações comerciais fortes com os árabes. A costa ocidental da Índia tornou-se o porto principal para os navios que vinham do Egipto, da África Oriental, do Iémen, de Oman e da Pérsia. A costa indiana encheu-se de comerciantes das regiões do oceano Índico, do Mar Vermelho e do Golfo Arábico. Não eram só comerciantes. Muitos deles residiam nessa região.[711] Os príncipes indianos muçulmanos juntavam a *Zakat* todos os anos e enviavam-na aos pobres da Meca, através dos Imams Yarubitas de Oman, devido à sua proximidade do *al-Hijaz*.[712] Durante as lutas contra os portugueses, os omanitas enviavam os navios afectados aos portos indianos para serem consertados, e também para terem água e aprovisionamentos. Os príncipes indianos proporcionavam grandes facilidades aos navios omanitas. Em

[711]Cf. António Dias Farinha,"Os Árabes nos Antigos Relatos Portgueses do Índico", p. 155. K.K.Musthafa,"Political Significance of Arakkal Muslim Swarupam in Cannanore". in *Winds of Spices*, ed, K.S. Mathew and Joy Varkey, India, Institute for Research in Social Sciences and Humanities, 2006, pp. 179-185, pp. 179-181.
[712]Cf. John Fryer, *op.cit.*, vol.II, p.156.

contrapartida, os omanitas apoiavam alguns dos governadores da Índia com armas e cavalos.[713]

Os omanitas tentaram aproveitar as suas amizades com os governadores da Índia para pressionar os portugueses. É o caso de Sambhaji Raje, na oitava década do século XVII. Na sequência do apoio dos omanitas a Sambhaji Raje contra Sidi de Danda, os omanitas solicitaram àquele uma autorização para estabelecerem um centro comercial isento dos impostos no seu território. Esta questão preocupou os portugueses. Receavam que Sambhaji Raje concedesse a ilha de Angediva aos omanitas, o que representava um grande perigo para a navegação portuguesa. Sobretudo, a rota entre Canara, a primeira fonte de arroz, e o resto dos centros portugueses.[714]

O acordo de 1670, entre Shivaji Raze e os portugueses, menciona no seu quinto artigo: não dar aos omanitas barcos nem navios, nem deixar-lhes portos para aprovisionamento de água. Entretanto, apresentar aos portugueses as despesas para a guerra contra Mascate.[715]

Os portugueses tentaram intervir junto da Corte Mogol para castigar os omanitas, através da privação do comércio nas suas costas. Havia uma relação de cooperação entre os omanitas e Shivaji. Os omanitas exportavam-lhe cavalos e armas e, como contrapartida, estabeleceram algumas fortificações nas regiões pertencentes a Shivaji, tal como Rajapur.[716]

---

[713]Cf. *Assentos do Conselho do Estado*, vol. IV. pp. 492-493.
[714]Cf. BA, *Cod.51-VII-23*, Cartas da Índia, nº. 129. fls. 271-272v. *Assentos do Conselho do Estado*, vol. IV, pp. 278-279. , Panduronga S. Pissurlencar., *The Portuguese and the Marathas*, p.65. A.B. de Bragança Pereira,"História das Relações Diplomaticas de Portugal no Oriente" in *Oriente Português*, nº. 24 e 25, Bastorá, Tipografia Rangel, 1939, pp. 137-329, pp. 227-228. Alexander Lobato, *Relações Luso-Maratas*, Lisboa,Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965, p. 26.
[715]Cf. *APO*, vol.3, parte 1, tomo1, p.LXVII. Júlio Firmino Júdice Biker, *op.cit*., tomo IV, p. 174.
[716]Cf. BA, *Cod.51-VII-23*, Cartas da Índia, nº. 129. Goa, 29 de Agosto de 1683, fls. 271r-272v. *Assentos do conselho do Estado*,vol. IV, pp. 492-493. Panduronga S. S. Pissurlencar, *Agentes da*

Numa outra tentativa fracassada, o enviado português tentou convencer o rei de Canará a impedir os omanitas de praticar o comércio nos seus portos. Devido ao aumento da procura , e consequente da subida do preço para14 pagodes, o enviado português tentou também que o rei não entrgasse o arroz aos omanitas.[717]

No ano 1702, os portugueses descubriram que os navios de Sunda e de Ikkeri davam pimenta aos omanitas, em troca dos seus cavalos. As autoridades portuguesas ficaram preocupadas com os rumores da intenção dos omanitas virem a ter uma feitoria em Mangalor. Goa tomou medidas severas numa, tentativa de impedir que isto acontecesse.[718]

O conflito entre Oman e os portugueses na parte ocidental do oceano Índico prejudicou a actividade comercial dos portugueses. Por exemplo: o rendimento do porto de Goa durante os anos de 1607, 1609, e1620 foi 18.1%, 19.1% e, 17.4% sucessivamente. Nos anos de 1684 a 1687, os rendimentos baixaram, até atingiram 7.8%. Esta grande descida deveu-se ao facto de o porto de Goa, desde a segunda metade do século XVII, se ter tornou num palco das operações marítimas omanitas contra os portugueses.[719] Este facto levou à decadência da sua actividade comercial, no fim do século XVII. No ano 1698, o deficite no rendimento da cidade atingiu quarenta e dois mil seiscentos noventa e nove xerafins, trinta e oito reis. Isto deveu-se ao fim das viagens dos navios comerciais a Meca, causada pela oposição dos navios omanitas à actividade comercial portuguesa no oceano Índico. Os prejuízos causados na cidade pelos árabes elevou muito o custo da renovação das fortificações. Desta forma,

---

Diplomacia Portuguesa na Índia, Goa, Tipografia Rangel, 1952, p. 357. Idem, *Agentes da Diplomacia Portuguesa na Índia*, Bastorá, Tipografia Rangel, 1952, pp. 356-357. A.B. de Bragança Pereira,"História das Relações Diplomaticas de Portugal no Oriente", p. 299. *APO*, vol.3, parte 1, tomo1, p. CLXIII. Alexander Lobato, *op.cit*., p. 38. *O Chronista de Tissuary*, vol. 2, nº. 21, p.20.

[717]Cf. *Assentos do Conselho do Estado*, vol. IV, pp. 292-293.

[718]Cf. *Nova História da Expansão Portuguesa, O Imperio Oriental 1660-1820*, vol.V, tomo 1, p. 302.

[719]Cf. Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português 1500-1700 Uma História Politica e Económica,* pp. 269-270.

o feitor foi obrigado a pedir um empréstimo aos banianes, no valor de 2000 xerafins.[720]

Algumas das autoridades indianas tentaram servir de intermediários entre as duas partes do conflito, com o objectivo de impedir a decadência da actividade comercial nos portos indianos. foi o caso do governador de Surrate, Najabat Can e Itibar Can.[721]

Por outro lado, alguns dos governadores indianos tentaram aproveitar-se da situação do conflito luso – omanita. A técnica de recusar prestar apoios aos navios omanitas era um meio de pressionar os portugueses, para conseguir algumas facilidades ou para resolver alguns assuntos com os mesmos. No ano 1695, o príncipe Raza Rama queria fazer tréguas com os portugueses. Nesta altura, os navios omanitas frequentavam os seus portos.[722]

Este caso repetiu-se com Shivaji Raje, que capturou alguns barcos pertencentes aos portugueses, alegando que os mesmos tinham sido capturados pelos árabes. Ao mesmo tempo, Shivaji Raje apresentava facilidades aos omanitas.[723]

No dia 2 de Setembro de 1699, no âmbito do acordo de paz entre Luís de Albuquerque e Sar Dessay, os portugueses comprometeram-se a protegê-lo contra os árabes.[724]

Em contrapartida, ao Rei de Canará, conforme o acordo de 1714, foi-lhe garantido o apoio dos portugueses contra qualquer agressão fosse

---

[720]Cf. BA, *Cod. 51-VII-34*, Carta do feitor de Dio António de Azavedo ao Vice-Rei da Índia, 14 de Outobro de 1698, fls. 8v-10v
[721]Cf. Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português 1500-1700 Uma História Politica e Económica*, p. 271.
[722]Cf. Alexander Lobato, *op.cit*., pp. 37-38.
[723]Cf. Panduronga S.S. Pissurlencar, *The Portuguese and the Marathas*, pp. 48-49.
[724]Cf. *APO*, vol.3, parte 1, tomo 1, p. CLXXX.

dos árabes ou de qualquer outra parte. Do mesmo modo conseguiu cartazes para trazer cavalos do Kong.[725]

De todas as formas, desde a segunda metade do século XVII, os portugueses tentaram impedir o envio de navios das cidades indianas para Oman, ameaçando confiscar os navios que praticassem operações de contrabando. Impediram também as cidades de facilitarem madeiras para a construção das velas dos barcos omanitas e, proibiram o comércio com estes ou a reparação dos seus navios nestes portos.

No ano 1700, os portugueses impediram o Nababo de Surrate de apresentar aos omanitas alguns dos artigos proibidos.[726]

Os navios dos mogóis foram ameaçados de serem impedidos ou confiscados no caso de praticarem o comércio com Mascate e Pate.[727]

Apesar destas medidas severas adoptadas pelos portugueses, o comércio desses artigos proibidos não parou. No ano de 1701, as fontes portuguesas indicam que os omanitas compraram pólvora e munições de canhões de Surrate.[728]

Os navios dos comerciantes indianos eram revistos e eram confiscados no caso de levarem comerciantes árabes ou mercadorias pertencentes aos omanitas a bordo. No ano de 1702, os portugueses apanharam em Canará alguns artigos pertencentes aos omanitas, de entre ferro, hastes, velas e madeira bambus destinadas à construção de barcos.

---

[725]Cf. BA, *47-XII-9*, Traduzzione della Seconda Relazione De'Progressi dell'Armi Portoghesi nello stato dell'India I'anno 1714, nº. 1, fl. 11r. *Relação dos successos & Gloriosas Acçoens Militares Obradas no Estado da Índia,* pp.11-12. *Os Portuguezes em Africa, Asia, America e Oceania*, vol. VII, Lisboa, Typografia de Borges, 1850, cap. V, p. 164. Júlio Firmino Júdice Biker, *op.cit.,* tomo IV, pp. 183-184. A.C.Teixeira de Aragão, *op.cit.,* vol.III, p. 278.
[726]Cf. *APO*, vol.3, parte 1, tomo1, pp. 86-87.
[727]Cf. *Ibidem*, vol.3, parte 1, tomo1, pp. 5, 12.
[728]Cf. *Ibidem*, vol.3, parte 1, tomo1, p. 97.

Estes artigos foram confiscados, juntamente com toda a carga do navio, que tinha arroz, e foi vendida por conta do cofre do Estado.[729]

No ano 1704, o Vice-Rei advertiu um dos comerciantes indianos que confiscaria os seus barcos no caso de transportar mercadorias e comerciantes omanitas.[730]

O acordo de paz, assinada entre os portugueses e o Rei de Canará, no ano 1714, mencionava a proibição de receber ou reparar navios omanitas. Proibia também as operações comerciais, de compra e venda com os árabes ou em qualquer porto que pertencesse ao Imame. Os navios do rei de Canará não podiam levar ferro, enxofre, madeiras ou bambús machos, com um objectivo comercial. No caso da violação destas normas, os navios do Rei de Canará sujeitavam-se a ser confiscados.[731]

A amizade que havia entre omanitas e os príncipes indianos muçulmanos possibilitou aos Yarubitas construir uma frota marítima forte. Frota esta que lhes permitiu trazerem as madeiras necessárias para a construção dos navios em Oman, ao estilo europeu. Este poder naval também possibilitou a construção dos navios nos portos indianos especializados.[732] Parece ser esta a razão que levou os portugueses a adoptarem uma política severa em relação aos governadores indianos tendo como, objectivo cortar qualquer relação entre eles e Oman e assim enfraquecer, a marinha omanita. No ano 1699, o vice-rei António Luís da

[729]Cf. *Assentos do Conselho do Estado*, vol. V, pp. 134-135.
[730]Cf. *APO*, vol.3, parte 1, tomo 1, pp.237-238.
[731]Cf. BA, *47-XII-9*, Traduzzione della Seconda Relazione De'Progressi dell'Armi Portoghesi nello stato dell'India I'anno 1714, nº.1, fls. 8v-9r. *Assentos do Conselho do Estado*, vol.III, p. 548. *Os Portuguezes em Africa, Asia, America e Oceania*, vol. VII, Lisboa, Typografia de Borges, 1850, cap. V, p.162. Júlio Firmino Júdice Biker, *op.cit*., tomo IV, p.184, e tomo V, pp.283-284. António Marques Esparteiro, *O General dos Galeões do Estado da Índia*, p. 47 e doc.nº. 27, pp. 118-119.
[732]Cf. *APO*, vol.3, parte 2, tomo1, p. 95.

Câmara Coutinho solicitou ao governador de Surrate que impedisse os omanitas de entrar nos seus portos ou de aí repararem os seus navios.[733]

O artigo quinto do acordo de paz, amizade e cooperação entre o Estado da Índia e o rei de Canará Quellady Bassavapa Naique, assinado em Goa no dia 19 de Fevereiro de 1714, menciona o seguinte: "a partir de agora, o Rei de Canará não permitirá aos árabes repararem os seus navios nos seus portos, não lhes venderá ou comprará nada e não fará com eles nenhuma transacção. No caso de a frota portuguesa encontrar navios árabes nos portos do rei de Canará, estes serão alvo de ataques e serão confiscados, sem que este comportamento leve ao cancelamento do acordo assinado".[734]

O que confirma esta tendência dos portugueses é a carta enviada pelo vice-rei, Conde da Ericeira, ao xá Hussain. O Conde da Ericeira incentivava o Xá a enviar uma mensagem ao Rei Mogol, solicitando: "impedir os governadores da regiões costeiras pertencentes a ele, Nababos e Divans de receber os omanitas nos seus portos. Porque os omanitas reparavam os seus navios nesses portos e conseguiam o material de guerra que usam contra os persas. Esta seria a melhor maneira para acabar com eles".[735]

Nestas relações, não faltaram maus momentos, devido ao desejo dos portugueses de enfraquecer os omanitas economicamente. Os portugueses declararam guerra contra o Rei de Canará por não cumprir o acordo de paz assinado entre eles no ano 1671. Este recusou-se a pagar os impostos atrasados e permitiu o estabelecimento de uma feitoria omanita no seu território, o que significava prejuízo para os interesses dos

[733]Cf. Panduronga S. S. Pissurlencar, *Agentes da Diplomacia Portuguesa na Índia,* pp. 572-73.
[734]Cf. *Relação dos successos & Gloriosas Acçoens Militares Obradas no Estado da Índia,* pp. 6-9. Júlio Firmino Júdice Biker, *op.cit*., tomo V, p. 283.
[735]Cf. C.R. Boxer, *Ásia Portuguesa no tempo do vice-rei Conde da Ericeira*, p. 92.

portugueses que conseguiram obrigar o Rei de Canará a expulsar os omanitas do seu território e a respeitar o acordo de paz.[736]

Em resposta, os omanitas enviaram uma frota a Canará, no ano de 1695, na sequência da recusa da raínha para a reabertura da feitoria omanita. O ataque omanita causou grandes prejuízos no porto, foram confiscados dois navios pertencentes à raínha, além de atacados os navios portugueses parados no porto, o que causou neles grandes danos. Os portugueses quiseram aproveitar o ataque omanita a seu favor, alegando a incapacidade da Raínha de Canará para defender os navios comerciais portugueses no porto, o que gerara grandes prejuízos para o comércio dos portugueses. Além disso, o desejo dos portugueses era construir fortificações na sua feitoria. Mas esta ideia não lhes convinha, por causa da necessidade da presença de uma frota permanente na região, com o que traz de elevadas despesas.[737]

Esta hesitação por parte dos portugueses, levou o Rei de Canará a intentar conceder aos árabes uma feitoria nos seus portos, no ano de 1702. Em contrapartida, os árabes encarregar-se-iam da protecção dos navios do Rei de Canará.[738]

O Rei de Portugal informou o seu Vice-Rei de tomar as medidas necessárias para impedir a abertura de uma feitoria árabe em Canará.[739] Apesar disso, no ano 1703, os omanitas conseguiram contrair uma aliança com Canará. Os omanitas deram muita importância ao comércio do arroz,

[736]Cf. António Paes de Sande, *op.cit.,* p. 21.
[737]Cf. *O Chronista de Tissuary*, vol. 2, nº. 21, p. 204. *BFUP,* nº.50, ficheiro 4, gaveta 1, divisão 6, p. 12. *BFUP,* nº.46, ficheiro 4, gaveta1, divisão 3, p.141.
[738]Cf. *APO*, vol.3, parte 1, tomo 1, p. 136.
[739]Cf. *Ibidem*, pp. 143-144.

que era uma mercadoria apreciada então. No mesmo tempo, floresceu o comércio omanita com os portos de Surrate e Cambaya.[740]

Parece que os omanitas conseguiram ter uma feitoria em Canará. De acordo com a mensagem do Vice-Rei ao Rei, no dia 19 de Novembro de 1706, indica que o Rei de Canará permitiu a abertura de uma feitoria omanita nos seus portos.[741]

Os conflitos entre os omanitas e os portugueses nas costas de Surrate, durante os anos de 1689 e 1694, conduziram a perturbações nas relações entre os mogóis e Goa. Estes conflitos haviam causado grandes perjuízos no comércio em Surrate. Estas relações ficavam ainda mais afectadas devido à captura por parte dos portugueses de alguns dos navios mogóis, aquando o decorrer das guerras. É o caso do sucedido nos anos 1700 e 1704, os portugueses alegaram que os mogóis eram aliados dos árabes, tinham acordos entre si e interesses em comum e que os mogóis ajudavam os árabes no conflito contra os portugueses.[742]

O valor do que os portugueses tiraram dos barcos dos mogóis estima-se em 6.0000 xerafins.[743] Os omanitas chegaram a tentar convencer os mogóis a conquistar Goa e a passá-la para o seu poder.[744] Havia rumores sobre a aproximação de uma frota omanita enorme a Surrate, em 1702, e a disposição do Rei Mogol em negociar com os omanitas contra Baçaim, Goa e Damão.[745] De acordo com as fontes

[740]Cf. *Ibidem*, pp. 223-224 e 267
[741]Cf. *Ibidem*, p.385.
[742]Cf. *Ibidem*, pp. 5, 232-233. António Marques Esparteiro, *O General dos Galeões do Estado da Índia* , p.43. Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português 1500-1700 ,* p. 272
[743]Cf. BA, *Cod. 51-VII-24*, tomo 1, fl. 205v. *APO*, vol.3, parte 1, tomo 1, p.CLXXXVII. A.B. de Bragança Pereira,"História das Relações Diplomaticas de Portugal no Oriente", p. 323
[744]Cf. Alexander Lobato, *op.cit*., p. 38.
[745]Cf. *APO*, vol.3, parte 1, tomo1, pp. 138, 172.

portuguesas, parece que foi celebrado um acordo entre os mogóis e os omanitas, durante o ano 1703.[746]

O vice-rei António Luís Gonçalo da Câmara Coutinho mandou Frei Luís de Piedade à corte do Rei Mogol, com o objectivo de acabar com o mal entendido entre as duas partes, e convencê-lo a desfazer o acordo com os árabes, que tanto prejudicara os interesses portugueses. Da mesma forma, os árabes de Oman fizeram por estabelecer uma aliança com Shivagi. Este concedeu a fortaleza de Colla, para lhes facilitar a entrada em Concão, e dai nas propriedades dos mogóis. Os omanitas também apresentaram aos mogóis armas e cavalos. O Vice-Rei propôs que os navios do rei Mogol circulassem com cartazes portugueses, para lhe facilitar a missão de castigar os navios árabes que navegavam em nome dos mogóis.[747]

Na sequência do ataque omanita no ano de 1704, os portugueses capturaram dois barcos carregados de cavalos.O Nababo de Surrate, Nagabat Can, queixou-se ao vice-rei, Caetano de Mello de Castro, que o capitão-mor da Armada do Norte, D. António de Menezes, capturara dois barcos durante a sua guerra com os árabes, mas estes barcos pertenciam aos homens do Rei Mogol. O Vice-Rei sabia que esses dois barcos vinham com a frota omanita, e que tinham solicitado auxílio aos holandeses para não serem capturados pelos portugueses. O Vice-Rei sabia que o confisco dos dois barcos fora devido à prática de roubos, pilhagens e agressões contra os navios portugueses por parte dos árabes. O Vice-Rei dá outra justificação que tem a ver com as relações entre os mogóis e os omanitas, os mogóis usavam os navios omanitas no seu comércio, mas os portugueses podiam disponibilizar os navios para

[746]Cf. *Ibidem,* p. 225.
[747]Cf. *Ibidem,* p. 47.

transportar as mercadorias aos portos de Meca ou a outros portos, como era costume. Além disso, Surrate apoiava os árabes, através da venda de navios e aprovisionamentos. Este comportamento era contrário ao acordo de paz assinado com o Rei Mogol.[748]

Estes confrontos entre os omanitas e os portugueses afectaram as relações do Estado da Índia com os seus vizinhos indianos, de acordo com a posição e com os interesses de cada um nestes confrontos. O Estado Mogol mantinha uma posição amigável com os omanitas, na maior parte dos casos. Isto pode explicar-se pelo poder militar e económico que os omanitas representavam, precisamente, nessa altura.

Com o falecimento do Imperador Mogol, Aurangzeb, em Março de 1707, a Índia entrou numa fase de confusão, devido aos conflitos familiares pelo poder. A confusão predominou em todas as partes do Império Mogol. Devido à fraqueza militar os governadores regionais aproveitaram esta oportunidade para se revoltarem. Esta situação afectou a natureza das relações com Oman. [749]

Os portugueses tentaram, de novo, intervir junto dos mogóis para afastar os omanitas. Na mensagem do vice-rei, Caetano de Mello de Castro, ao Rei de Portugal, aquele informava que tinha conseguido convencer o Rei Mogol a proibir os árabes de entrarem em Surrate, devido aos prejuízos que causavam ao comércio mogol e português em simultâneo.[750]

Um ano antes da morte do Imperador Mogol, os omanitas entraram em conflito com Surrate. Mas, estes conflitos foram rapidamente resolvidos, no ano de 1707. O conflito entre Oman e os

[748]Cf. *Ibidem.*, pp. 232-235, 271
[749]Cf. António Marques Esparteiro, *O General dos Galeões do Estado da Índia*, p.47.
[750]Cf. *APO*, vol.3, parte 2, tomo 1, p. 5.

portugueses afectou também as relações dos portugueses com Surrate. sabemos que o Nababo de Surrate fechou os seus portos aos navios portugueses, por os portugueses terem capturado, em Kong, alguns navios pertencentes aos saguates de Surrate.[751] Mas, muito rapidamente a situação voltou à normalidade, devido à celebração do acordo de reconciliação e de cooperação entre as duas partes, no dia 13 de Janeiro de 1709. Os artigos deste acordo incluiam a cooperação entre ambas as partes contra os árabes. Assim, os portugueses comprometeram-se a fornecer o apoio necessário no caso de Surrate sofrer qualquer ataque omanita. Em contrapartida, Surrate não permitiria o comércio dos navios omanitas e não concederia aos omanitas nenhum material de guerra. Além disso, os navios dos comerciantes de Surrate não poderiam ir a Mascate.[752]

O conflito dos omanitas com Surrate voltou de novo, no ano de 1709, em forma de guerra aberta. Durante esta guerra, os omanitas conseguiram capturar alguns navios de Surrate no Mar Vermelho e cercar outros navios no porto de Áden. Apesar das várias tentativas dos omanitas para cessar os conflitos, os seus esforços neste sentido não foram bem sucedidos e, como tal, intensificaram a sua actividade militar no Mar Vermelho. Assim sendo mandaram uma grande frota que conseguiu capturar alguns navios de Surrate em Mukha. No ano 1711, uma expedição omanita partiu para o Mar Vermelho. Esta expedição não conseguiu alcançar os seus objectivos, porque o governador de Áden havia advertido os navios antes da chegada da expedição omanita.[753]

---

[751]Cf. *Ibidem.*, pp. 18-19.
[752]Cf. BPE. *ARM. V-VI,* nº. 6-8, Tratado de paz, aliança, feudo e vassalagem, feito e concluído na cidade de Surrate aos 13 do mês de Janeiro de 1709, fls. 25r-37v.
[753]Cf. B.J.Slot, *op.cit*., pp. 228 , 234.

Esta tendência hostil entre Surrate e Oman pode ser explicada no contexto das tentativas omanitas de desviar a rota do comércio para Mascate, em vez da rota do Mar Vermelho.[754] Durante este período, Oman tentou chegar a um acordo de paz com Surrate, devido a já estar em conflito com Canará nesta altura.[755] Os portugueses estavam por detrás da guerra dos omanitas com Canará. O acordo de paz, de 1714, entre Canará e os portugueses proibia qualquer forma de relacionamento entre Canará e os omanitas. Desta forma, Canará não podia efectuar nenhuma compra ou venda aos omanitas. Em contrapartida, os navios do Rei de Canará não tinham o direito de praticar nenhuma actividade comercial nos portos omanitas. Caso contrário, os portugueses confiscariam estes navios.[756] Consequentemente, os portugueses tiveram sucesso ao convencer o Rei Mogol a emitir um *formão* proibindo o governador de Surrate de assinar qualquer trégua ou acordo de paz com os omanitas, considerando-os como inimigos dos mogóis e dos portugueses. Este *formão* indicava também que se devia fazer frente aos navios árabes. Quando o Rei Mogol teve conhecimento do não cumprimento das suas instruções, mandou destituir o governador de Surrate e confiscar as suas propriedades.[757]

Parece que o acordo de paz com Surrate não foi avante. Deduzimos este facto da resposta do Vice-Rei da Índia, em 1717, ao pedido do Nababo de Surrrate de envio de uma força marítima para protegê-lo contra as agressões dos árabes. O Vice-Rei enviou armada de alto bordo à ordem do general D. Lopo de Almeida para proteger o porto em caso de um ataque árabe. A mensagem de D. Luís de Meneses, indica

[754]Cf. *APO*, vol.3, parte 2, tomo1, p. 133.
[755]Cf. Júlio Firmino Júdice Biker, *op.cit*., tomo V, p. 312. B.J.Slot, *op.cit*., p. 234.
[756]Cf. *Relação dos successos & Gloriosas Acçoens Militares Obradas no Estado da Índia,* p.10. Júlio Firmino Júdice Biker, *op.cit*., tomo V, p. 284.
[757]Cf. *APO*, vol.3, parte 2, tomo 1, pp. 133, 156. Júlio Firmino Júdice Biker, *op.cit*., tomo V, p. 313. António Marques Esparteiro, *O General dos Galeões do Estado da Índia*, p.55.

que o Rei Mogol tinha impedido os árabes de entrarem nos seus portos. Este facto indica a continuação da hostilidade entre Oman e Surrate.[758] Deduzimos o mesmo também do Regimento do General Francisco Pereira da Silva, em Novembro de 1714: os portugueses assumiram a responsabilidade de proteger o porto contra qualquer ataque árabe, e de acompanhar os navios comerciais de Surrate no seu caminho para o Golfo e para Juddá, com o fim de protegê-los dos ataques.[759] Além disso, havia quatro fragatas que levavam sessenta canhões para proteger a cidade.[760]

Apesar das tentativas dos portugueses de restringir as actividades comerciais e militares dos omanitas nas praças do norte, ora por via militar ora por via diplomática, parece que os omanitas não deixaram de frequentar o porto de Surrate.[761] As informações da existência de navios omanitas em Surrate, no ano de 1716, levaram o Vice-Rei a enviar um protesto a Sidi Acut Can, General da Armada de rei Mogol, esclarecendo que a presença de navios omanitas nos seus portos contradizia o *formão* do Rei. O Vice-Rei enviou uma esquadra para atacar os navios omanitas.[762]

De modo geral, podemos dizer que as relações dos omanitas com a Índia eram, em muitos casos positivas. Estas relações serviram mais tarde ao longo das décadas da rivalidade entre os omanitas e os portugueses (1650 -1730) os interesses dos Yarubitas. Ao contrário das consequências negativas das relações de Oman com a Pérsia.

Podemos resumir as consequências positivas das relações enre Oman e a Índia no seguinte:

---

[758]C.R. Boxer, *Ásia Portuguesa no tempo do Vice-rei Conde da Ericeira*, p.54.
[759]Cf. António Marques Esparteiro, *O General dos Galeões do Estado da Índia*, pp. 57-58.
[760]Cf. *APO*, vol.3, parte 2, tomo 1, p. 139.
[761]Cf. António Marques Esparteiro, *O General dos Galeões do Estado da Índia*, p.55.
[762]Cf. *APO*, vol.3, parte 2, tomo1, pp. 255-257.

- Os navios omanitas afectados durante o conflito com os portugueses na Índia, recorriam aos portos indianos amigos. Em Oman não havia portos preparados para a reparação dos navios avariados, porque eram portos rasos. Entretanto, o porto de Surrate, devido à sua profundidade, era um porto preparado para esse efeito.[763]

- A existência na Índia de estaleiros especializados na construção dos grandes navios desenvolvidos, conforme os modelos europeus, levou os omanitas a beneficiar da construção da sua frota marítima.

- A abundância na Índia das madeiras necessárias para a construção dos navios, facilitou a sua importação pelos omanitas a fim de construirem as embarcações grandes e médios nos seus portos.

- Os omanitas beneficiaram dos comerciantes árabes residentes nos portos indianos, recebendo todas as informações e movimentos dos portugueses no oceano Índico.

- Os omanitas importavam as mercadorias indianas, sobretudo o arroz para abastecer as suas necessidades dos géneros alimentares, apesar das repetidas tentativas dos portugueses de impedir o comércio com Mascate, ora através da observação dos portos indianos, ora através da imposição de restrições contra a exportação destes artigos e a sua confiscação na maior parte dos casos.

- O esgotamento das forças portuguesas na Índia possibilitou às outras potências europeias, como os ingleses e os holandeses, impor a sua autoridade e conquistar muitas das bases dos portugueses na costa indiana. Da mesma forma, os omanitas

[763]Cf. BPE, *Cod. CV/1-1*, fl. 200v.

aproveitaram esta situação de fragilidade, no sentido de fortalecerem a sua posição comercial e militar tanto nos portos indianos, como nas regiões pertencentes aos portugueses na África Oriental.

VII.1ª.3. Os ingleses:

As relações dos Yarubitas com os ingleses começaram no início da dinastía Yarubita com o Imame Nasser bin Murshed, em 1645. O Imame Nasser solicitou à *EIC* – sediada em Surrate, na Índia –o envio de um delegado para o estabelecimento de relações comerciais, com o fim de sufocar os portugueses economicamente. A *EIC* encarregou Philip Wilde de viajar a Sohar, onde conseguiu chegar a um acordo com o Imame Nasser. Os artigos deste acordo foram os seguintes:

- Os ingleses gozariam de liberdade comercial em Mascate.
- A liberdade religiosa dos ingleses.
- Estabelecer regras particulares para as disputas entre os súbditos do Imame e os ingleses.

Este acordo foi assinado em Fevereiro de 1646, mas não deu os resultados desejados. Isto devia-se, por um lado ao crescimento dos interesses holandeses e à incapacidade dos ingleses de lhes fazer frente, e por outro lado à intensificação da luta entre omanitas e portugueses.[764]

Os Yarubitas deram-se conta da necessidade de tirar partido das suas relações com todas as forças rivais, em virtude dos seus próprios interesses políticos e económicos. O Imame Sultan I, apercebeu-se, muito inteligentemente, da questão do equilibrio internacional. Por isso, não se preocupou com o desenvolvimento das suas relações com os ingleses. Ao

[764]Cf. John Skeet, *op.cit.*, p. 65.

mesmo tempo, a *EIC* estava a pensar em estabelecer uma base em Mascate, com vista a fortalecer a sua posição no Golfo, contra os holandeses e os persas.

No ano de 1659, a *EIC* oenviou o seu representante, Rainsford, ao Imame Sultan I, com o objectivo de conseguir uma autorização para estabelecer uma agência comercial inglesa em Mascate. Estas negociações resultaram no seguinte:

- A concessão aos ingleses de uma fortaleza em Mascate.
- Os ingleses teriam o direito de colocar uma força de protecção, com a condição de não ter mais de cem soldados.
- O Imame partilharia com os ingleses as remessas alfandegárias.[765]

Este acordo também não foi posto em prática, por causa da pressão dos holandeses e das suas instigações ao Imame. Durante o período de 1654 a 1684, os holandeses alcançaram uma superioridade clara sobre os ingleses e conseguiram dominar a maior parte das actividades económicas no Golfo. Consequentemente, o acordo de 1659 com os omanitas representava uma acção contrária às actividades holandesas em crescimento. Estes actividades chegaram ao seu auge em 1664, alcançando o domínio do comércio no Golfo, sobretudo em Bandar Abbas.[766]

John Fryer, durante a sua visita a Bandar Abbas em 1677, achou que os holandeses dominavam o comércio das especiarias, de modo prejudicial aos seus rivais ingleses. E, que tinham conseguido com muita perícia controlar o comércio das especiarias até ao ponto de uma vez

[765]Cf. J.G.Lorimer, *op.cit*., parte 1, vol.1, p. 132. John Skeet, *op.cit*., p. 65.
[766]Cf. B.J.Slot, *op.cit*., pp. 186-187.

terem incendiado a carga de quatro navios deles, com o objectivo de obrigar os persas a aceitarem os preços determinados pelos holandeses, relativamente à carga de outros dois navios. Fryer avaliou o comércio holandês das sedas e dos tapetes persas, do açucar, do ouro, da prata e de cobre em 50.000 toman por ano.[767]

Além do mais, a não aplicação do acordo de 1659, deu oportunidade ao Imame Sultan I de repensar o perigo de abdicar de uma fortaleza em Mascate a favor de uma das grandes potências estrangeiras. Os Yarubitas basearam a sua política em dar valor aos interesses omanitas e em afastar-se das esferas da rivalidade internacional. A política inglesa apercebeu-se do peso dos sérios desafios provocados pela actividade comercial holandesa, sobretudo na Pérsia. A diplomacia inglesa baseou-se no estabelecimento de fortes relações com os Yarubitas e na tentativa de haver uma fortaleza em Mascate, como ponto de partida para ameaçar os interesses holandeses no Golfo. Por isso, observamos que à medida que as relações entre os holandeses e os persas cresciam, os ingleses aproximavam-se de Oman, numa tentativa de realizar uma espécie de equilíbrio, imposto pela rivalidade comercial e política entre ingleses e holandeses. De todas as formas, a não aplicação do acordo de 1659 não conduziu a perturbações nas relações entre Oman e os ingleses, sobretudo porque os ingleses usavam uma diplomácia elástica, tendo em conta a ameaça dos seus interesses nesta rigão. Se a atitude inglesa foi determinada pelos seus interesses na região, também a situação omanita era marcada pela natureza do seu conflito com os portugueses. Os Yarubitas alcançaram um sucesso militar notável, que chamou a atenção das potências europeias rivais. Este sucesso juntamente com o esforço diplomático traduzia uma tentativa de aproveitar de todos os elementos à

[767]Cf. John Fryer, *op.cit*., vol.2, p.163

volta. A natureza das relações entre Oman e os ingleses, nesse período, foram a forma escolhida pelos Yarubitas para resolver a luta com os portugueses. As relações entre Oman e os ingleses cresceram, em grande medida, na era do Imame Sultan I (1649 – 1680), e dos seus sucessores. No quadro dessas relações amigáveis, a luta entre os omanitas e os portugueses intensificou-se na região do Golfo, assim como se estendeu abrangendo várias frentes no oceano Índico, tal como as costas ocidentais da Índia e a África Oriental. No ano 1694, o Imame Saif I intensificou as suas operações militares, aproveitando as suas fortes relações com ingleses e holandeses. Os omanitas conseguiram mandar expedições surpresa contra os portugueses na Índia, é o caso do ataque contra a base portuguesa em Baçaim. Outras forças omanitas conseguiram conduzir expedições semelhantes contra Gujarate e a ilha de Salsete, obtendo algumas vitórias.[768]

Na costa africana, os omanitas conseguiram conquistar a Fortaleza de Jesús, no ano de 1698. Em seguida, conquistaram o resto dos portos africanos ao norte de Moçambique, tornando-os parte integrante das propriedades omanitas.

Os portugueses interpretaram as vitórias realizadas pelos Yarubitas como devidas aos apoios militares ingleses, alegando até que os navios omanitas levavam a bandeira inglesa e eram comandados por um oficial inglês. Isto foi afirmado por D. Pedro II rei de Portugal, na sua mensagem ao vice-rei Conde de Vila Verde, no ano 1697. Na sua mensagem, D. Pedro II menciona que em Bombaim os ingleses, enviavam pólvora, balas, enxárcia e muitos apetrechos aos omanitas, e

[768]Cf. Giovanni Francesco Gemelli Careri, *op.cit.,* parte III, cap. IV, p.199. *BFUP,* nº.43, ficheiro1, gaveta1, divisão 6, p.137. Armando da Silva Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol.VII, pp.29-31. Eduardo Augusto de Sá Nogueira Pinto de Balsemão, *op.cit*., parte II, cap. XXVIII, pp.152-153.

que os omanitas acabavam com qualquer tentativa para o estabelecimento da paz.[769] Da mesma forma, o Vice-Rei falou da mesma questão ao governador de Bombaim, Guilherme Aislabre, na sua mensagem enviada no dia 21 de Novembro de 1714. Nesta mensagem, o Vice-Rei informava não acreditar que os ingleses não vendiam armas aos omanitas, nem lhes apresentavam apoio ou aprovisionamento, nem se quer os advertiam da chegada da frota portuguesa.[770]

Boxer indica que os ingleses se inclinavam para o lado dos omanitas, pelas seguintes razões:

1. Os conflitos religiosos entre os ingleses anglicanos e os portugueses católicos.

2. A política do monopólio, praticada pelos portugueses no Oceano Índico.[771]

Boxer acrescenta que os ingleses não prestavam grandes apoios aos omanitas, e que os ingleses que trabalhavam na frota omanita eram casos individuais, sem conhecimento da *EIC*. Parece-nos que a inclinação inglesa para o lado dos omanitas representava uma táctica política e económica nessa altura. A posição dos ingleses pode ser entendida no contexto da preocupação dos ingleses relativamente ao crescimento do poder marítimo dos omanitas. Pode ser entendida também mediante o acordo assinado entre Inglaterra e Portugal, e que foi coroado com o casamento do rei Charles II com D. Catarina da Bragança. Este acordo ditava que os ingleses concederiam Mascate aos portugueses, no caso de

[769]Cf. BNP, *PBA 439*, Carta do D.Pedro II ao vice-rei da Índia Conde de Vila Verde, 1 de Março de 1697, fl.48.
[770]Cf. *APO*, vol.3, parte 2, tomo 1, p. 131.
[771]Cf. C.R Boxer, *The Portuguese Seaborne Empire 1415-1825*, pp. 134-136. *APO*, tomo IV, vol. II, parte II, p. 322.

conquistá-la.[772] Além disso, as relações entre os ingleses e os omanitas não eram sempre boas, ao longo do tempo. Os omanitas costumavam atacar os navios ingleses e obrigar os seus marinheiros a participarem com eles no ataque contra as bases dos portugueses. Até ao ponto de um relatório da *EIC* em Bandar Abbas sustentar que a frota omanita representava um obstáculo para o comércio inglês e causava-lhe grandes prejuízos. Apesar do cuidado dos omanitas com o não confronto com os ingleses, estes confrontos não foram de todo evitados. Eles nunca atingiram um nível que levasse à hostilidade declarada, mas eram resolvidos num quadro de entendimento comum. Miles indica que os árabes de Mascate atacavam os navios ingleses. No ano de 1697, durante um dos ataques da frota omanita contra os portugueses, os omanitas capturaram o navio *London*, que pertencia a um comerciante inglês, chamado Aflac, e a tripulação deste navio foi detida.[773] Este comportamento enfureceu os ingleses. Os directores ingleses escreveram declarando que as suas guerras na Europa eram o único motivo que os impedia de atacar e de destruir os árabes de Mascate, descrevendo esta cidade como a sede dos piratas.[774]

Quando o Imame Saif I teve conhecimento desta questão, declarou a sua disposição de apresentar uma solução satisfactória aos ingleses. No entanto, em 1704, os ingleses capturaram um navio omanita no porto de Surrate, matando os doze homens da tripulação e confiscando a sua carga de arroz. Perante este comportamento dos ingleses, o Imame Saif I declarou o confisco do navio *London* e declarou a sua

---

[772]Cf. Joaquim Patrício Ferreira, *Breves Considerações sobre algumas das coisas da grandeza e Decadência Marítima e Colonial dos Portugueses*, Lisboa, Typographia da Viúva Sousa Neves, 1885, p. 43. A. B. de Bragança Pereira, "Os Portugueses em Baçaim", in *O Oriente Português*, nº. 7,8,9, Tipografia Rangel, 1935, pp. 97-316, pp. 247,250 . C.R. Boxer, *The Portuguese Seaborne Empire 1415-1825*, p.137.
[773]Cf. S.B. Miles, *The Countries and Tribes of the Persian Gulf*, London, 1919, pp. 209-211.
[774]Cf. Bruce. J, *op.cit.*, vol.3, pp. 557,572.

disponibilidade para entrar em guerra contra os ingleses no caso de repetirem esse comportamento.[775]

Entendemos disto, que as medidas omanitas eram uma reacção às agressões inglesas contra os navios omanitas. Mascate, durante o seu longo conflito com os portugueses não estava disposta e entrar em guerra contra os ingleses. Mas sim, os omanitas praticavam o direito da resposta e da autodefesa.

VII.1ª.4. Os holandeses:

Podemos dizer que os holandeses estavam inclinados para os omanitas durante as sua lutas contra os portugueses. Ao mesmo tempo, na altura da libertação de Mascate, em 1650[776], o comércio holandês estava em contínuo crescimento. Tendo em conta a posição dos holandeses, o Imam Sultan I apresentou um projecto que facilitava o transporte das mercadorias holandesas para Baçorá, através dos territórios omanitas em vez, do caminho de Bandar Abbas. Sobretudo, que o Xá Abbas II havia imposto taxas sobre o comércio holandês.[777]

Parece que os holandeses conseguiram restabelecer as suas relações comerciais com a Pérsia. No ano 1664, o porto de Bandar Abbas foi reaberto aos navios holandeses.[778]

Podemos destacar três factores determinantes na natureza das relações entre Oman e os holandeses, que são os seguintes:

- A rivalidade entre os ingleses e os holandeses na região.
- As relações dos holandeses com a Pérsia, determinadas pelos interesses comerciais comuns.

[775]Cf. J.G.Lorimer, *op.cit.,* vol.1, p. 27. S.B Miles, *op.cit*., pp. 212.
[776]Cf. Arnold T. Wilson, *op.cit.,* p. 164.
[777]Cf. . J.G Lorimer, *op.cit*., vol.1. p. 27.
[778]Cf. . Idem, *ibidem*., vol.1, p. 212.

- A expansão da actividade comercial dos omanitas no Golfo, no Oceano Índico e na África Oriental, que incomodava as potências europeias rivais.

Consequentemente, as relações entre Oman e os holandeses não chegaram ao nível de uma aliança, apesar de os holandeses terem prestado aos omanitas apoios, em forma de armas e munições, durante o seu conflito contra os portugueses. Este facto levou o Vice-Rei a apresentar em 1667 um protesto ao feitor holandês em Vingulará.[779]

De modo geral, os omanitas aperceberam-se de que os holandeses faziam por conseguir o monopólio do comércio do Golfo. Este facto não era aceite pelos omanitas, que eram capazes de competir no comércio, por terem uma frota que navegava no oceano Índico.

Apesar de as operações militares desenvolvidas pelos omanitas contra os portugueses representarem uma ameaça à navegação marítima entre a Índia e o Golfo, os holandeses eram entre todas as potências europeias dos mais beneficiados desta situação. Desta forma, os holandeses arrecadavam grandes lucros. Os comerciantes indianos transportavam as suas mercadorias nos navios holandeses, o que representava um aumento nas receitas da feitoria holandesa. A aproximação entre os persas e os holandeses levou os omanitas a entrarem em confrontos com os navios holandeses. O apoio dos holandeses aos persas nas suas lutas contra os Yarubitas não impediu os omanitas de derrotarem os persas repetidas vezes e de ameaçar os seus interesses comerciais. Esta situação levou Ali Mardam Can, o líder da expedição contra Mascate, a solicitar o apoio dos holandeses, propondo ao representante da *VOC* muitos privilégios. Quando os holandeses se

[779]Cf. *APO*, vol.3, parte1, tomo1, p. XLIX. A.B. de Bragança Pereira,"História das Relações Diplomaticas de Portugal no Oriente", p. 185.

aperceberam do rápido crescimento do comércio com a Pérsia e da sua importância, aumentou a preocupação de que os portugueses oferecessem o seu apoio aos persas e conseguissem privilégios comerciais. Por isso, os holandeses mostraram-se dispostos a apoiar os persas. Em 1697, o governo de Batávia decidiu responder positivamente ao pedido de apoio dos persas. Este apoio incluia o transporte das forças persas juntamente com os aprovisionamentos e munições sem que a artilharia holandesa participasse na altura do desembarque. Foram preparados cinco navios grandes para navegar de Batávia ao Golfo. Um só navio partiu para Bandar Abbas. Quanto aos outros quatro navios, foi decidido que partissem quando os persas estivessem prontos. Caso contrário, estes quatro navios praticariam a actividade comercial em Surrate. Quando o Xá recebeu esta proposta holandesa, informou o embaixador português de que já não precisava do seu apoio.[780]

No ano 1697, os grandes planos dos persas, com o apoio dos holandeses, fracassaram em conquistar Oman. Este fracasso devia-se à grande falta de soldados, por causa da guerra que os persas conduziam contra Baçorá, e devido à ocupação do Xá com as suas mulheres, conforme afirmavam os holandeses. A *VOC* ficou satisfeita por não se ter comprometido com o apoio dos persas na sua aventura difícil e perigosa. Além disso, os holandeses encontrariam oposição por parte dos seus directores na Holanda. O governador de Batávia escreveu aos seus chefes em Amesterdão dizendo: "Já nos desfizemos do nosso compromisso de usar os nossos navios na guerra".[781] Isto pode ter sido a sorte dos omanitas, porque um ataque por parte de uma força marítima organizada podia ter graves consequências.[782]

---

[780]Cf. B.J.Slot, *op.cit*., p. 225.
[781]Apud, B.J.Slot, *op.cit*., p. 226.
[782]Cf. Idem, *ibidem*, p. 226.

No ano 1698, os holandeses quiseram dedicar-se a proteger a navegação, não querendo entrar, em nome do Xá, em grandes e violentas operações contra os omanitas. Os holandeses deixaram de acreditar nas actividades persas contra Oman. Além disso, o facto de os persas alegarem que os holandeses tinham construido uma fortaleza em Bandar Abbas perturbou as relações entre as duas partes. Esta perturbação desapareceu quando os persas solicitaram aos holandeses que expulsassem os portugueses do porto de Kong por causa das receitas alfandegárias, propondo aos holandeses grandes compensações. As coisas não correram conforme desejavam as autoridades persas, porque as relações entre os holandeses e os portugueses estavam no seu auge.[783] O embaixador holandês na corte Persa pôs uma condição para o apoio holandês. Esta condição era a concessão aos holandeses de privilégios e de uma agência comercial em Kong. O embaixador holandês sabia que os persas iam recusar a sua proposta, com receio dos portugueses.[784]

Em 1702, os persas renovaram o seu pedido aos holandeses para atacar Mascate. O Alto Governo de Batávia decidiu recusar o pedido persa, por causa da guerra entre a Holanda e a França. Na realidade, os holandeses começavam a aborrecer-se com os pedidos dos persas e receavam que estes usassem os seus navios à força, contra os omanitas. Por isso, o governo de Batávia mandou instruções secretas relativamente a este assunto.[785]

Quando os holandeses recusaram apoiar os persas, estes recorreram aos portugueses. Os portugueses cederam ao pedido dos persas, enviando seis navios. Estes navios não desempenharam nenhuma actividade. Os marinheiros destes navios portugueses passaram fome no

[783]Cf. Idem, *ibidem*, pp. 226-227.
[784]Cf. *Assentos do Conselho do Estado*, vol. V, pp. 130-131.
[785]Cf. B.J.Slot, *op.cit*., p. 227.

Golfo.[786] No ano 1704, houve confrontos entre os holandeses e Surrate. Nesta altura, chegaram instruções aos holandeses no sentido de capturar todos os navios de Surrate, com excepção dos navios parados nos portos dos estados amigos, como Oman e Pérsia.[787]

Apesar do empenho dos holandeses em não se comprometerem numa guerra contra Oman, em 1705, os navios holandeses receberam ordens de impedir os navios omanitas de parar no porto de Surrate ou em qualquer outro porto pertencente aos mogóis. No mesmo ano, os holandeses apresentaram uma proposta ao Xá. Nesta proposta, os holandeses concederiam o seu apoio à marinha persa contra os omanitas, em troca de muitos privilégios. O Xá achou que esta proposta era prejudicial para os seus interesses económicos e optou pela cooperação com os ingleses.[788]

No ano de 1706, os persas solicitaram de novo aos holandeses, a captura de todos os navios omanitas que navegassem na região, e o cerco da cidade de Mascate. Os holandeses tiveram dificuldade em ceder aos pedidos dos persas, devido aos seus interesses comuns com os omanitas. A única vez que os holandeses ajudaram os persas militarmente foi quando enviaram um navio à ilha de Larak para perseguir um grupo dos maratas que atacava os navios europeus.[789]

Como já foi indicado, os omanitas e os holandeses evitaram o confronto e puseram de lado os males entendidos. Por exemplo, no ano de 1708, quando os omanitas estavam a preparar uma expedição marítima contra Goa chegou um navio holandês a Mascate, como os omanitas queriam que a preparação para esta expedição fosse secreta, recorreram à

[786]Cf. Idem, *ibidem*, p. 227.
[787]Cf. Idem,*ibidem*, pp. 227-228.
[788]Cf. Idem, *ibidem*, p. 228.
[789]Cf. Idem, *ibidem*, pp. 228-229.

captura do navio holandês. Este comportamento incomodou os holandeses. Os omanitas responderam tratando bem os outros navios holandeses. Este bom tratamento aos navios holandeses por parte dos omanitas apaziguou a situação.[790]

No ano 1708, os portugueses na feitoria de Kong advertiram a Goa da necessidade do envio de uma frota ao Golfo para contrariar os esforços dos holandeses em ter feitorias em bandar kong e no porto de Bushar. Por outro lado, os holandeses prepariam oito navios para proteger as costas persas, visando prejudicar o comércio português em Kong e instigando o Rei da pérsia a cortar a parte dos portugueses da pensão.[791]

Quando os omanitas atacaram Bandar Kong em 1714, os persas alegaram que o director holandês Parker Jacob mantivera contactos secretos com os omanitas, convencendo-os a atacarem Bandar Kong. Este comportamento dos holandeses não impediu os persas de solicitar o auxílio holandês para fechar a costa próxima de Bandar Kong, a fim de impedir que as ajudas das tribos árabes chegassem aos omanitas durante os seus ataques contra a Pérsia.[792]

Durante o cerco dos omanitas a Ormuz, no ano 1718, houve contactos entre os holandeses e as forças omanitas que cercavam a ilha. O navio holandês Haringtuyn estava no seu caminho de Batávia para Bandar Abbas. Os aprovisionamentos do navio tinham esgotado na entrada do Golfo. Assim, os marinheiros deste navio decidiram ir à ilha de Lareca para abastecer-se. Um barco de vigilância omanita mandou parar o navio holandês, pensando que o navio era português. Os marinheiros deste navio foram levados ao acampamento militar omanita,

[790]Cf. Idem, *ibidem*, p. 233.
[791]Cf. *Assentos do Conselho do Estado*, vol. V, p. 248.
[792]Cf. B.J.Slot, *op.cit*., p. 236.

onde se encontrava um oficial omanita. Este oficial tinha sido escravo de um homem português, e conseguiu esclarecer a situação. Estes marinheiros holandeses receberam um bom tratamento, foram libertados e levaram consigo uma mensagem de amizade e respeito aos responsáveis holandeses.[793]

[793]Cf. Idem, *ibidem*, p. 238.

CAPÍTULO VII- 2ª PARTE

AS CONSEQUÊNCIAS DA RIVALIDADE ENTRE OMAN E PORTUGAL NA SITUAÇÃO COMERCIAL DE MASCATE

Mascate desempenhou um papel importante e vital no Golfo e no Mar Arábico, influenciando em grande medida os acontecimentos na África Oriental e na costa ocidental da Índia. Esta importância resulta de muitos factores. A cidade ocupa uma posição estratégica, dominando a entrada do Golfo. Ao mesmo tempo, é um dos raros portos navegáveis e abertos ao comércio com o Oriente, na região árabe. Acrescenta-se o espírito independente dos seus governantes e população, conhecidos como uma nação marítima. Estes factores levaram a sua população à navegação e à aventura.[794]

Quando o domínio comércial se encontrava no poder de Ormuz, Mascate desempenhava um papel secundário. Na sequência da queda de Ormuz, em 1622, a actividade política e comercial mudou para Mascate, ao longo de um quarto de século aproximadamente. A cidade atraiu uma grande parte das operações comerciais que se efectuava em Ormuz. Os navios ingleses começaram a frequentar Mascate e a desenvolver actividades comerciais, na sequência da trégua entre os portugueses e os ingleses, no ano de 1635.[795]

A cidade tornou-se também uma base militar, de onde partiram os navios do capitão português, Rui Freire de Andrade, para a recuperação das cidades da costa de Oman, dominadas pelos persas, na sequência da queda de Ormuz. Este chefe desenvolveu operações militares, com o fim,

---

[794]Cf. Laurence Lockhart, "The Menace of Mascat and it Consequences in the late Seventeenth and early Eighteenth Centuries", p. 363. F. Gavicho Lacerda*, op.cit.,* p.27.
[795]Cf. R.D. Bathurst, *op.cit*., p. 98. Sidney R, Welch, *op.cit*., pp.493, 506.

de recuperar Ormuz e possibilitar a navegação dos navios comerciais para os portos pertencentes aos portugueses na costa Arábica, como Mascate, Catifa e para o porto de Kong, na costa persa. As políticas deste capitão conseguiram resultados positivos, como a obrigação dos persas assinarem um acordo, cedendo o porto de Kong aos portugueses, além do pagamento de metade das receitas alfandegárias.[796]

Pouco antes do ano de 1650, o comércio de Mascate começou a degradar-se. Em primeiro lugar, devido às guerras contínuas dos portugueses que tentavam manter a sua influência no Oceano Índico. Em segundo lugar, devido às campanhas militares dos omanitas contra os portugueses na costa de Oman, desde a terceira década do século XVII. No ano de 1651, uma missão holandesa menciona que Mascate era uma cidade isolada e o seu comércio estava parado. Muitos dos indivíduos das tribos do interior de Oman, na sequência da queda de Mascate, não conseguiram adaptar-se à nova realidade da cidade como centro de comércio internacional.[797]

A estabilidade dos grupos tribais e a sua integração na actividade comercial levará muito tempo. Além disso, os comerciantes banianes que se tinham estabelecido em Mascate, desde o período do domínio português fizeram por diminuir o seu estatuto comercial, com o objectivo de afastarem os rivais europeus.[798]

Um relatório inglês, escrito no ano de 1653, explica que a situação em Mascate estava decadente, ao ponto de o Imame pensar em entregar a cidade aos portugueses. Um outro relato indicava que o Imame

[796]Cf. Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português 1500-1700*, pp.223-224. R.D. Bathurst, *op.cit*., p. 96.
[797]Cf. B.J.Slot, *op.cit*., p. 58.
[798]Cf. Idem, *ibidem,* p. 171.

tinha intenção de entregar as fortificações de Mascate aos holandeses para enfrentar a pressão dos portugueses.[799]

A missão holandesa que visitou Mascate, após a queda da cidade, menciona que o governador de Mascate queria abrir as suas portas aos comerciantes europeus, oferecendo-lhes muitas facilidades comerciais, tal como a isenção das taxas alfandegárias. As mercadorias que se encontravam então em Mascate eram o arroz, a pimenta, o açúcar não refinado e os panos redondos. A missão avaliava as vendas de então, no valor de vinte a vinte e cinco mil gulden. Estas quantias não eram convenientes para a companhia holandesa, porque o volume da mercadoria era pequeno se comparado com o seu custo elevado. Acrescente-se que a economia de mercado era baseada na troca de mercadorias, porque o movimento do dinheiro era fraco. Este relatório afirma, que o comércio de então era conveniente para os comerciantes da vizinhança de Mascate que vinham em pequenos barcos. Recebiam o arroz, o açúcar não refinado e a pimenta, em troca de tâmaras, ou através do pagamento em dinheiro. Neste último caso, havia de esperar alguns meses para receber o preço das mercadorias.[800]

Rapidamente , Oman veio a recuperar a sua actividade como centro comercial, após os problemas que havia enfrentado. Durante a sexta década do século XVII estava ao nível de Bandar Abbas, e formava com Baçorá três portos mais importantes no Golfo. As guerras pela o grupo dos libertação do domínio português destruíram a estrutura política de Oman, mais do que a estrutura económica. O relatório holandês do ano 1656, demonstra que Mascate era um entreposto, enquanto o governo do Imame era fraco política e militarmente. Este facto pode verificar-se

[799]Cf. R. Bidwell, *Oman fi Safahat Al-Tarikh*, trad. Mohammed Amin Abdullah, Mascate, Matabi Sijil Al-Arab, 1985, pp. 19-20.
[800]Cf. B.J.Slot, *op.cit.,* pp. 172-173.

também através da indicação dos navios pertencentes a Cide de Danda. Estes navios foram capturados pelos portugueses, no ano de 1666, e estavam carregados de muita mercadoria e de cavalos.[801]

Devido à importância estratégica e comercial da cidade, ela começou a chamar a atenção dos rivais europeus. No ano de 1659, a presidência da *EIC* em Surrate instaurou um plano de segurança para assegurar a conquista de Mascate. Isto, porque do seu ponto de vista a conquista da cidade representava para eles o domínio de uma base essencial para a navegação. Consequentemente, ajudaria a aumentar as suas actividades comerciais nas costas da Índia, além de fortalecerem a posição no Golfo, uma vez que os holandeses dominavam a grande parte das remessas comerciais. Além disso, os ingleses, graças à sua posição em Mascate, poderiam pressionar o governo persa no sentido de legalizarem a parte inglesa das receitas alfandegárias em Bandar Abbas. Por este motivo, foi enviada uma missão a Mascate, para negociar com o Imame. Este não aceitou a ideia de abdicar da cidade.[802]

No ano de 1667, Lalain, o enviado de Colbert à Pérsia para alcançar privilégios persas para a Companhia Francesa da Índia Oriental, apontou a importância da conquista de Mascate, para servir de base marítima. Quando Mascate começou a recuperar a sua actividade comercial, este facto assustou os persas, que começaram a recear a rivalidade desta cidade. O Xabandar, em Bandar Abbas propôs aos holandeses privilégios comerciais na Pérsia. Em contrapartida, os holandeses ajudariam a transportar os soldados persas para conquistar a cidade de Mascate. A proposta do Xabandar tinha como fundamento o facto de o porto de Bandar Abbas ter perdido muito da sua actividade

[801]Cf. Conde de Ericeira, *op.cit.*, vol. IV, parte II, liv.XI, p.373. Alfredo Botelho de Sousa, *Subsídios para a História das Guerras da Restauração no Mar e no Além-Mar*, vol. II, cap. X, pp. 178-179.
[802]Cf. Laurence Lockhart, *op.cit.,* p. 363.

marítima. Isto devia-se às actividades comerciais que decorriam entre Mascate e alguns dos pequenos portos persas, onde não se pagavam taxas comerciais. O número dos navios que praticavam estas actividades comerciais ía de 125 a 150 por ano. Este comportamento fez diminuir as remessas comerciais de Bandar Abbas e, consequentemente, do Xabandar. Os holandeses, conhecedores da falsidade dos persas, não quiseram entrar com eles nesta aventura e propuseram condições impensáveis. Perante as condições destes, os persas recuaram. Além disso, os holandeses estavam mais próximos dos omanitas, sobretudo tinham um objectivo comum que era combater os portugueses. Na sequência dos ataques holandeses contra Cochim e contra a costa do Malabar no ano 1660, a *VOC* tornou-se um importante parceiro de Oman. Além disso, Mascate representava o eixo do comércio directo e do comércio de passagem do Malabar. Os representantes locais da *VOC* andavam à procura de uma forma de conseguir uma parte maior nesse comércio.[803]

Devido à actividade comercial dos holandeses com os persas se ter tornado insuficiente, ao desejo holandês em ampliar o seu âmbito comercial para além de Bandar Abbas, Hendrik Van Wik, o director holandês em Bandar Abbas enviou uma mensagem ao Imame de Oman, no ano de 1665. Hendrik propunha o estabelecimento de uma sede da sua companhia em Mascate. A resposta do Imame foi positiva, mas não fazia nenhuma alusão aos privilégios, nem às taxas alfandegárias. Este facto não encorajou os holandeses a desenvolverem uma actividade comercial com Mascate, devido ao seu custo elevado. Consequentemente, não era possível ter lucros comerciais sem o estabelecimento de acordos,

[803]Cf. B.J. Slot, *op.cit*., pp. 178-179.

baseados nos privilégios. Apesar disso, o Alto Governo não se opôs a mandar um enviado a Mascate para estudar a possibilidade de estabelecer de uma actividade comercial na cidade. No ano de 1666, o navio de *Merkat* foi enviado de Bandar Abbas para a costa de Oman, para estudar as várias possibilidades de comércio.[804]

No seu relatório, esta missão indicava a existência de muitas possibilidades comerciais em Mascate. Aludia a que o comércio na cidade era praticado pelos comerciantes muçulmanos, banianes e malabares e que estes usavam os seus navios para transportar as mercadorias, tecidos de algodão, pimenta, café, canela, gengibre, arroz, madeira de sândalo, ferro e couros não curtidos. O relatório indicava que se podiam conseguir os aprovisionamentos necessários para os barcos.[805]

Efectivamente, estes planos foram executados no ano de 1670. Os holandeses deram passos limitados no estabelecimento de relações comerciais com Oman. O governador de Mascate e o feitor do Imame, o xeque Abdullah bin Sulaiman, contribuíram para incentivar os interesses holandeses. Um comerciante holandês dirigiu-se a Mokha, passando por Mascate, conseguindo realizar grandes lucros em Oman. O mesmo comerciante enviou outros navios a Mascate, no ano de 1671.[806]

No ano de 1672, os holandeses enviaram uma outra missão a Oman, com o objectivo de chegarem a um acordo com o Imame Sultan I, baseado nos mesmos princípios do acordo comercial entre os holandeses e os persas. A base deste acordo era a isenção das taxas alfandegárias, tendo como, contrapartida, uma indemnização. Os resultados das negociações holandesas com o representante económico do Imame em

---

[804]Cf. Idem, *ibidem*, pp.179-181.
[805]Cf. *Nova História da Expansão Portuguesa, O Império Oriental 1660-1820*, vol.V, tomo II, p. 240. B.J.Slot, *op.cit*., p.185.
[806]Cf. B.J.Slot, *op.cit*., p.186.

Mascate, e mais tarde com o próprio Imame, não conduziram a resultados positivos. Os omanitas ligavam a sua cooperação comercial com os holandeses com a cooperação militar contra os portugueses. Os holandeses não aceitaram esta medida, porque a Holanda e Portugal encontravam-se então num estado de paz. Por isso, o comércio não decorria da melhor forma, apesar da existência de uma feitoria holandesa em Mascate.[807]

O feitor holandês, George Wilmson, tentou dinamizar o comércio com o Sunda mais tarde. Este comércio beneficiaria Mascate mais tarde, uma vez que esta tornar-se-ia numa estação de comércio do Sunda, e sobretudo dos tecidos. Neste sentido, o Imame tentou enviar uma missão ao Sunda, mas não obteve os resultados desejados. No ano de 1673, alguns representantes do *Nuwab* (alcunha do governador do Sunda) chegaram a Mascate, com uma carga de tecidos no valor de 12.500 rupias. O objectivo desta missão era a compra de cavalos de Mascate.[808]

De todas as formas, o porto de Mascate tornou-se no eixo do comércio da costa ocidental do oceano Índico. Nele juntavam-se as mercadorias que vinham do Iémen e da África Oriental, e dele se reexportavam a Laça, ao Bahrain, ao Qatar e a Baçorá. Oman importava o trigo da Pérsia, e o arroz da costa da Canara. As tâmaras eram produzidas em Oman com abundância, também o açúcar, que era refinado localmente e exportado para as praças do norte da Índia, Pérsia, Bahrain, Baçorá e Mokha.[809]

Apesar de Oman exportar as tâmaras e o açúcar, a sua balança comercial tinha sempre um défice que era compensado através das

[807]Cf. Willem Floor, "The Duch East India Company's Trade with Sind in the 17th and 18th Centuries", vol.3, p. 115. B.J.Slot, *op.cit.,* pp. 187-190.
[808]Cf. Willem Floor, *op.cit.,* p. 115.
[809]Cf. Kristof Glamann, *op.cit.*, p. 199. *Nova História Da Expansão Portuguesa, O Império Oriental 1660-1820*, vol.V, tomo. II, p. 230. B.J.Slot, *op.cit.,* p. 196. *The Encyclopaedia of Islam,* p. 735.

remessas comerciais de passagem (a reexportação).Um relatório sobre Mascate, escrito no ano de 1675, indica que era uma cidade pequena, mas das mais belas da Península Arábica, repleta de todos confortos.[810] Outro relatório, escrito no ano de 1677, indica que os comerciantes vinham a Mascate desde o Cairo e desde Mokha, que Mascate exportava todos os tipos de drogas e cavalos árabes e também que pagava as mercadorias da Índia em ouro.[811]

Relatórios holandeses, escritos no ano de 1675, indicam que algumas cidades, tais como o Qatar, Laça, o Bahrain e Baçorá constituiam portos principais para o comércio de passagem para Mascate, onde se trocavam as especiarias e os tecidos pelos produtos do deserto.[812]

Por volta de 1677, os omanitas conseguiram esporadicamente dominar Pate, na costa Suaíli, que foi usada como base para conseguir as mercadorias da África Oriental, assim como o comércio dos escravos.No relatório do viajante alemão, Engelbert Kaempfer, há uma indicação sobre o estado económico de Mascate. Menciona que o seu mercado tinha seda pura, tecidos, especiarias, resina, âmbar, café, e muita fruta, tal como manga, uvas, banana, figo, tâmaras e o limão.[813] No ano de 1696 abundavam o trigo, o vinho, a mirra, o incenso, as tâmaras, o ouro e as pérolas.[814]

Kaempfer constata que Mascate era uma cidade mais barata do que muitas das regiões que havia visitado, tal como Kong.[815]

---

[810]Cf. R. Bidwell, *op.cit*., pp. 23-24.
[811]Cf. John, Fryer., *op.cit*., p.156.
[812]Cf. B.J.Slot, *op.cit*., p. 196.
[813]Cf. Engelbert Kaempfer, "Mascate em 1688" in *Turathuna*, dir. Wise. J. Bergur, trad. MPNC, Mascate, Matabi Sijil Al-Arab, nº. 57, Julho 1985, pp. 3-32, pp. 15-16.
[814]Cf. R. Bidwell, *op.cit*., pp. 26-27.
[815]Cf. Engelbert Kaempfer, *op.cit*., p. 16.

O ataque omanita contra Bandar Kong, no ano de 1695, e o seu domínio sobre os navios ai estacionados, pode ser interpretado como um desejo omanita de tornar o porto de Mascate no eixo do comércio local do Golfo, e de acabar com o papel do porto de Kong, como porto rival de Mascate. O porto de Bandar Kong era de extrema importância para a economia persa. O ataque omanita contra Bandar Kong, foi o início de um ataque que abrangia todas as vias comerciais dominadas pelos portugueses no Golfo. As intenções de Oman aparecem claramente, na mensagem enviada pelo Imame de Oman, Saif I, ao Xá da Pérsia, Sultan Hussain, esclarecendo que o ataque não era dirigido contra os persas, mas que os omanitas exigem unicamente os mesmos privilégios que os portugueses gozam na Pérsia. Os ataques omanitas continuaram durante alguns anos, contra as cidades da costa, nas regiões vizinhas, com o objectivo de obrigar a população da região a usarem o transporte marítimo no seu comércio, e a utilizaram o porto de Mascate como estação de passagem.[816]

De todas as formas, analisando a realidade política omanita, durante o fim do século XVII e o primeiro quarto do século XVIII, verificamos que não era política casual. Havia um fundo comum, por detrás dos conflitos com Portugal, Surrate e Pérsia. Este fundo era o desejo de Oman em dominar o comércio entre o Golfo e a Índia. É verdade, que os omanitas não conseguiram acabar com nenhuma destas três forças, mas conseguiram, em grande medida, mudar o rumo do comércio, para a direcção desejada, na sequência dos seus ataques contra muitos dos portos. O mesmo comportamento que Portugal tentava fazer nas regiões da sua influência. É o caso da mensagem do Rei de Portugal ao vice-rei Conde de Vila Verde, no ano de 1697, sobre o tema do acordo

[816]Cf. B.J.Slot, *op.cit*., pp. 122-123.

com Baçorá, na sequência do sucesso do Xeque Manie bin Mughamis no domínio da cidade contra os turcos e o seu desejo de fazer um acordo de protecção com os portugueses. Esta mensagem indica que navios vindos da Índia, devem, primeiramente, dirigir-se ao porto do Kong, para o pagamento das taxas alfandegárias. E dai, continuam a sua viagem para Baçorá. No caso dos navios que navegam na região do Golfo, em direcção a Baçorá; na sequência do descarregamento, devem dirigir-se o Kong, para o pagamento das taxas alfandegárias. A frota portuguesa pode obrigar o governador de Baçorá ao pagamento do imposto anual, no valor de cinco mil e quinhentas patacas, conforme mencionado no acordo.[817]

Mascate aproveitou, da mesma forma, da atitude política dos persas com os estados europeus. No ano de 1712, os ingleses fecharam o caminho para Bandar Abbas, e mudaram a direcção do seu comércio para Mascate.[818]

O florescimento comercial de Mascate irritou as autoridades portuguesas em Lisboa. Estas autoridades mandaram tomar medidas severas, contra os navios que praticavam o comércio com Mascate, sem terem cartazes Portugueses. Os portugueses consideravam as actividades comerciais omanitas como uma espécie de contrabando, dependendo de algumas populações asiáticas, inimigas a Portugal, ou do transporte das mercadorias em barcos que levavam a bandeira inglesa,[819] ou até através de alugar barcos para transportar as mercadorias. As fontes portuguesas do ano 1700, afirmam que os omanitas pagavam pelo carregamento dos

[817]Cf. BNP, *PBA. 439*, Carta do D.Pedro II ao vice-rei da Índia conde de Vila Verde, 26 de Janeiro de 1697, fl. 151. Giovanni Francesco Gemelli Careri, *op.cit.,* parte III, cap. VII, p. 207. *BFUP,* nº.46, ficheiro 4, gaveta 1, divisão 3, p. 115.
[818]Cf. B.J.Slot, *op.cit*., p. 235.
[819]Cf. BNP, *PBA. 439*, Carta do D.Pedro II ao vice-rei da Índia Conde de Vila Verde, 1 de Março de 1697, fl. 48.

cavalos, que se consideravam como uma mercadoria importante e uma fonte de grandes remessas.[820]

Estes cavalos eram transportados para os portos do Sunda, e dai partiam para Goa.[821] Os omanitas trocavam os cavalos por armamento, pólvora e bolas de canhões.[822]

O relatório do ano 1702, indica que alguns navios pertencentes a Sunda e Equeri vendiam a pimenta a Mascate, em troca de cavalos. Estes navios navegavam sem cartaz portuguesas.[823]

O ataque português a Canará, no ano de 1700, resultou no incendio a três navios árabes e no dominio de cerca de 200 barcos carregados de arroz, estavam preparados para navegar para Mascate. Este grande número de barcos comerciais é uma prova do florescimento do comércio omanita nos portos da Índia.[824]

Fontes portuguesas indicam que navios comerciantes omanitas iam aos portos da Índia acompanhados por uma frota militar que garantia a segurança necessária. Os mercadores omanitas vendiam cavalos e tâmaras, comprando, em troca, têxteis e arroz, para o consumo local. O volume do comércio de Oman era tão grande ao ponto de tornar vã qualquer tentativa para impedir que fosse efectuado.[825]

Na realidade, o domínio omanita em Mombaça ajudou na abertura, para os navios portugueses, da rota comercial entre os portos da

---

[820]Cf. *APO*, vol.3, parte 1, tomo 1, p. 84.
[821]Cf. *Relação dos progressos das Armas Portuguesas no Estado da Índia no anno de 1714.sendo Vice-Rei e Capitão General do mesmo Estado Vasco Fernandes César de Menezes*, parte IV, Lisboa, Na Officina de Pascoal da Sylva impressor de Sua Majestade, MDCCXVI. p.4. *Nova História da Expansão Portuguesa, O Império Oriental 1660-1820,* vol.V, tomo II, p. 230.
[822]Cf. *APO*, vol.3, parte 1, tomo1, p. 98.
[823]Cf. *Nova História da Expansão Portuguesa, O Império Oriental 1660-1820*, vol.V, tomo 1, p. 302.
[824]Cf. *APO*, vol.3, parte 1, tomo 1, p. CLXXXVI. A.B, de Bragança Pereira,"História das Relações Diplomaticas de Portugal no Oriente", p. 322.
[825]Cf. BA, *Cod.54-IX-22*, nº.163, Goa, 8 de Janeiro de 1701, fl. 3r; publ.*infra*,doc.13.

África Oriental e a Índia. Este facto, reforçou o comércio de Mascate. Os omanitas queriam que a cidade de Mascate fosse o centro do comércio de passagem, entre os portos da África Oriental e a Índia. Começamos a encontrar nas fontes portuguesas alusões para esta actividade comercial. Em 1700 os portugueses capturaram na costa do norte um navio carrigado em Marfim vinha de Pate, em bordo deste navio havia alguns mercadores omanitas.[826]

Em Novembro de 1701, o presidente da Companhia Francesa, Monsieur Pilavoine, indica a presença de três barcos omanitas, carregados de tecidos, em Surrate, em direcção a Mombaça.[827]

No ano de 1704, a frota de Diu capturou duas fragatinhas omanitas vindas de Mascate, carregadas de tâmaras e dez cavalos. Na mesma altura, foram confiscados dois navios, um dos quais levava muitos tecidos, e estava no seu caminho para Mascate ou para Mombaça. Outro navio, vindo de Bengala, foi confiscado, no seu caminho para Mascate. Este navio tinha a bordo alguns omanitas e estava carregado de muita mercadoria.[828]

Além do uso da força para travar o crescimento da actividade comercial omanita, os portugueses tentaram, ainda, usar outros meios. De entre estes meios, os portugueses convenceram o rei Mogol a usar as cartazes nos seus navios, com o objectivo de submeter os navios omanitas que navegavam em nome dos mongóis a ser confiscados.[829]

No fim do século XVII, Mascate havia realizado um enorme crescimento comercial e económico. Os representantes da *EIC* em Baçorá

---

[826]Cf. BA, *Cod, 51-VII-34,* Proposta para o Conselho do Estado sobre a Restetuação da Galeota em que fez preza o Capitão de Mar e Guerra João da Silva Cargueja na Costa do Norte, 1700, fl. 191v. *BFUP,* nº.35,36,37, ficheiro 1, gaveta 1, divisão 5, p.364.
[827]Cf. *Assentos do Conselho do Estado*, vol. V, pp. 124-125.
[828]Cf. *APO*, vol.3, parte 1, tomo1, p. 269.
[829]Cf. Idem, *ibidem,* p. 47.

e Bandar Abbas, enviaram à presidência da companhia, afirmando que Mascate tinha-se tornado uma dos mais destacados poderes locais no Golfo. Os seus navios circulam no Golfo e no Oceano Índico. Estes representantes recomendaram o estabelecimento de uma feitoria, em Mascate.[830]

O Capitão Charles Lockyer dá-nos uma descrição do porto, no ano 1705, dizendo: "Os árabes desenvolveram-no muito, na sequência da sua conquista aos portugueses. Consequentemente, tornou-se um porto que atrai todos os comerciantes da Índia".[831]

Os omanitas, devido às suas controvérsias com os mongóis, trabalharam, desde a segunda década do século XVIII, para mudar a rota do comércio do Mar Vermelho para Mascate.[832]

Algumas fontes, que falam da actividade comercial omanita do ano 1716, indicam que os navegadores omanitas eram dos melhores. Estes exportavam os medicamentos, tapetes e cavalos, e importavam a pimenta, as nozes, as espingardas e o arroz. Eles reexportavam o marfim e os escravos da região da África Oriental, nas suas frotas comerciais.[833]

Além disso, eles importavam o café do Iémen e transportavam-no aos portos árabes, tal como Baçorá.[834]

A exportação dos cavalos aos portos do Sunda continuou com intensidade. Esta foi uma das razões, que levaram os portugueses a pensarem em fazer um acordo de paz com os omanitas, no ano 1719. Os

---

[830]Cf. S.B. Miles, *op.cit.,* p. 150.
[831]Cf. *Apude* Laurence Lockhart, *op.cit.,* p. 366.
[832]Cf. *APO*, vol.3, parte 2, tomo 1, p. 133.
[833]Cf. Holden Furber, *op.cit.,* p. 8.
[834]Cf. Kristof Glamann, *op.cit.*, p. 199.

portugueses viam que os cavalos representavam uma grande parte das importações do Estado da Índia.[835]

Apesar de os portugueses terem conseguido convencer os mongóis a impedir o comércio dos omanitas nos seus portos, a actividade comercial não parou. Os navios omanitas continuaram a enviar as suas mercadorias à Índia, sobretudo os cavalos. Este facto aumentou a preocupação dos portugueses, até ao ponto de pensarem em atacar o comércio omanita. Em Dezembro de 1714, o vice-rei, Vasco Fernandes Cezar de Menezes mandou o padre Luís da Silva vigiar os navios vindos de Mascate para o porto de Calicute, e informar-se da sua carga de cavalos e dos seus preços.[836]

Em Janeiro de 1716, os portugueses detectaram no porto de Calicute alguns comerciantes omanitas e seis navios vindos de Mascate, dos quais conseguiram capturar dois navios carregados de cavalos.[837]

O objectivo do domínio omanita, no Bahrain e nas ilhas do Golfo era o controlo importante das fontes de receitas, a pesca das pérolas e a privação dos persas, desta pesca. Desta forma, os omanitas controlariam o movimento dos navios no Sul da Pérsia, e fechariam a navegação marítima perante os navios, com excepção dos ingleses e dos holandeses.[838]

Quando os omanitas cercaram Ormuz no ano de 1717, os persas solicitaram o apoio dos holandeses. Estes enviaram mensagens aos líderes omanitas nas ilhas de Ormuz e Queixome. Nas suas mensagens, os holandeses advertiam os omanitas da destruição do comércio em Bandar Abbas. Entretanto, os líderes omanitas enviavam mensagens de amizade

[835]Cf. *APO*, vol.3, parte 2, tomo 1, p. 399.
[836]Cf. *Ibidem*, vol.3, parte 2, tomo 1, p. 136.
[837]Cf. *Ibidem*, p. 208.
[838]Cf. B.J.Slot, *op.cit*., p. 237.

aos holandeses, convidando-os a fazer comércio com Mascate. Os holandeses acharam que o comércio com Oman era inútil.[839]

Os europeus eram o grande perdedor, durante o período das guerras civís em Oman, e dos conflitos na Pérsia. Os europeus dependeram muito da situação económica da Pérsia, e não se deram conta que era uma situação vertiginosa. A situação dos holandeses indicava a sua boa previsão. Eles conseguiram construir uma fortaleza em Bandar Abbas, com o fim de se protegerem das perturbações locais. Os portugueses desapareceram completamente de Bandar Kong. Estando o comércio português ligado às costas da Índia, o comportamento português era índice da fraqueza do comércio indiano no Golfo em geral, sobretudo na sequência das perturbações em Baçorá na terceira década do século XVIII. A mudança do comércio holandês nos anos trinta do século XVIII, da rota Baçorá – Alepo para o Mediterrâneo, causou um grande golpe ao comércio no Golfo. O Golfo perdeu uma parte do seu papel económico. Esta perda fez aumentar a instabilidade.[840]

[839]Cf. Idem, *ibidem,* pp.237-238.
[840]Cf. Abbé Carré, *op.cit*., vol.1, pp. 96-102.

CONCLUSÃO

Uma das consequências mais relevantes da presença portuguesa na costa de Oman terá sido a afirmação de Mascate como cidade de importância económica. É óbvio que, mais tarde, especialmente após a queda de Ormuz, Mascate viria a alargar a sua importância política e estratégica, tornando-se numa sede alternativa da autoridade portuguesa no Golfo. Mesmo após a queda em mãos omanitas, a sua importância não desapareceu; pelo contrário, terá aumentado, tornando-se, por isso mesmo, alvo da atenção dos portugueses que tentaram reconquistá-la. Com efeito, as autoridades portuguesas procuraram por todos os métodos, militares e diplomáticos, durante quase um século, recuperar a cidade. Mas Mascate já era um centro fundamental do funcionamento económico e militar do estado Yarubita. No que toca, por exemplo a este último aspecto, diga-se que a esquadra omanita estava baseada em Mascate donde planeava ataques e partia para atacar interesses portugueses no oceano Índico.

A queda de Mascate assinalou então o fim da história da presença portuguesa na costa de Oman ao longo de 143 anos, e serviu de ponte entre a história medieval e a história moderna de Oman. O advento da modernidade omanita está, logo, repleto de eventos, destacando-se a relação, por vezes pacíficas, entre os xeques das zonas costeiras de Oman e os portugueses, facto que terá contribuído para uma certa autoridade portuguesa, mesmo após a queda de Ormuz.

Portanto, a criação do Estado Yarubita resulta directamente da queda de Ormuz, que inaugurou um período de alterações no curso dos eventos não só a nível político como também militar, económico e social.

A queda de Ormuz fora, de facto, acompanhada por várias insurreições ao longo da costa norte de Oman, tendo os persas procurado anexar zonas costeiras, e os portugueses, executado operações militares para os expulsar e recuperar a região. Ora toda esta instabilidade levou as tribos de Oman a juntarem-se em torno dos seus xeques, tendo sido designado o Imame Nasser bin Murshid, para unificar o país e enfrentar as pretensões estrangeiras.

O surgimento dos persas como uma potência regional, a chegada dos holandeses e ingleses, potências europeias hostis aos interesses portugueses na região do Golfo, confirmou a necessidade da emergência de uma entidade local que restaurasse o equilíbrio, deixando claro que o Estado Safávida não era um poder de vocação marítima e, que a criação do Estado Yarubita com habilidade para a navegação era um assunto de grande premência nesta fase crucial.

A queda de Mascate também contribuiu para expandir o conceito de espaço geográfico de Oman para fora dos limites geográficos anteriormente conhecidos, tendo a concepção restrita dos conflitos tribais sido transferida para uma unidade alargada que servisse melhor a defesa comum face aos perigos externos. Deste modo, o estado Yarubita começou a adquirir a importância que lhe é devida no Oceano Índico, durante a segunda metade do século XVII e primeira metade do século XVIII, entrando em concorrência directa com potências europeias instaladas na zona, nomeadamente os portugueses, e destruindo as suas posições de força pela costa da África Oriental.

No que diz respeito à natureza das relações entre omanitas e portugueses antes e depois de 1650, há que ter em linha de conta duas direcções diferentes. A primeira diz respeito ao início da cooperação

entre portugueses e chefes tribais, para acabar com a unificação em Oman, o que ameaçava a hegemonia portuguesa na região. A aliança terá permitido o controlo de áreas de domínio português ao longo da costa de Oman. Mas, a partir de 1650, a cooperação, embora perdure, começa a diminuir devido à queda da cidade de Mascate.

Uma das tentativas mais ousadas por parte dos portugueses prende-se com uma conspiração preparada por alguns xeques da costa de Oman, cujos interesses teriam sido prejudicados pelo processo de integração, para derrubar o Imamato, assassinando o Imame Sultan I. Contudo, tal conspiração não teve êxito.[841] Ou seja, após a queda de Mascate, os portugueses não passaram dos confrontos militares com os omanitas, procurando alianças para contestar a superioridade de Oman. No Golfo, por exemplo, para recuperar o seu domínio, os portugueses chegaram ao ponto de cooperar com os persas.

A expulsão dos portugueses da costa de Oman foi seguida da construção de uma frota naval omanita capaz de proteger o país de ameaças externas, tendo sido tal frota um factor relevante para a prosperidade económica do país. Ou seja, o facto de os omanitas terem sido capazes de, durante um curto período de tempo, edificar uma força naval, de nível europeu, tornou possível fazer frente à frota hegemónica na região: a poderosa armada portuguesa. A influência destes foi evidente não só no sector da construção dos navios, mas também nos termos de marinha que eram utilizados e ainda o são actualmente na língua árabe, talcomo, "alcaide-mor" e "capitão-mor".[842] Tudo isso reflecte o encontro das civilizações no Golfo e no Oceano Índico a partir do século XVI.

---

[841]Cf. *FUP,* vol. 23, ficheiro.2, gaveta.3, divisão. 12, pp.132-133. *Assentos do Conselho do Esado*, vol.III, pp.551-553.
[842]Cf. Al-Salmī, *op.cit*., vol. 2, p. 62.

O poderio naval também terá sido, portanto, um factor determinante no desenvolvimento e crescimento do comércio marítimo de Oman. Um dos exemplos mais proeminentes da glória da marinha omanita consistiu em tornar fácil a peregrinação a Meca e o comércio no Mar Vermelho, ligando-o ao Oceano Índico.[843] Vários povos daquela zona participaram na dinâmica comercial possibilitada pelos omanitas no Índico, destacando-se as autoridades de Banadir, na Somália.[844]

Relativamente ao motivo que levou os omanitas a perseguir os portugueses no oceano Índico, depois da libertação de Mascate, este prende-se com a colisão de interesses, pois o domínio português chocava com os objectivos da política económica expansionista de Oman.

Portanto, um dos alvos prioritários dos omanitas, na concorrência que se instalou no comércio da costa ocidental da Índia e do Golfo, consistia na destruição do poder militar português, arruinando assim as suas actividades mercantis. Assim, houve da parte omanita o entendimento de que qualquer acordo com os portugueses não iria produzir resultados positivos, redundando, pelo contrário, em grande prejuízo para eles, visto que os portugueses gozavam de inegável superioridade com frotas perfeitamente armadas para enfrentar qualquer contenda.

Por isso, os omanitas optaram pela técnica não convencional de expedições de surpresa contra os portos e navios mercantis portugueses. Esta prática foi coroada de sucesso, pois com ela foi possível debilitar as forças portuguesas que não conseguiam contrariá-las.

Os omanitas, ao enfraquecer militarmente os portugueses, negociaram alianças com vários governadores regionais indianos, tendo

[843]Cf. *The Cambridge History of Africa*, ed. Richard Gray, vol. 4, p. 551.
[844]Cf. Idem, *ibidem*, p. 553.

alcançado a finalidade de, por essa via, depauperar a economia portuguesa do Estado da Índia, acabando também aí com a sua supremacia política e económica.

Todos estes movimentos tinham como intuito assegurar o fluxo de mercadorias para Mascate, principalmente de arroz e especiarias. Só assim se tornava realizável o lucrativo negócio de distribuição de produtos da Arábia pelos portos indianos.

Impõe-se realçar que o conflito luso-omanita abriu as portas a novos laços de amizade e comércio entre as autoridades indianas e Oman, tendo os omanitas conseguido apoios de alguns governantes indianos contra os portugueses e ajuda na construção da sua indústria naval, com madeira e mão-de-obra barata, recursos abundantes na Índia.

No que diz respeito a alianças com mogóis e maratas, estas encontram-se ligadas à necessidade imperiosa que os Imames de Oman sentiam de transformar Mascate num grande entreposto na região, rivalizando com os portos da costa persa de Bandar Abbas e Kong.

Diga-se que um dos impactos mais profundos dos repetidos ataques omanitas a praças portuguesas na costa ocidental da Índia foi a consequente migração de muitos moradores e comerciantes indianos da zona costeira para lugares mais seguros, tendo daí resultado um forte desequilíbrio na composição demográfica de muitos destes portos, desequilíbrio devastador para as economias da região, que lesou os recursos do próprio Estado da Índia.

Com efeito, os ataques omanitas fizeram com que os portugueses duplicassem os seus esforços militares para proteger os seus bens. Ora tal empenho, que passou por garantir patrulhas tanto em praças como em cáfilas de comércio, levou ao depauperamento da fazenda do Estado.

Esta movimentação geopolítica teve consequências no Golfo, pois conduziu também ao surgimento de uma convergência de interesses entre os portugueses e os persas, com várias alianças contra Oman. Na verdade, a emergência de Oman como uma potência marítima na região não prejudicou apenas os portugueses, mas também os persas que viram os seus interesses serem seriamente ameaçados no Golfo.

Kong , a feitoria portuguesa na costa persa, era muito vulnerável aos ataques omanitas. Quando os omanitas atacaram esta feitoria, tal acção foi considerada pelos persas como uma violação da sua soberania, provocando uma aproximação da Pérsia a Goa, seguida de uma tentativa para desenvolver planos militares para conquistar Mascate, tal como sucedera em 1698 e 1719. Mas as várias tentativas empreendidas por Goa e pela Pérsia para chegar a um acordo que justificasse o controlo de Mascate revelam que nenhum deles tinha poder suficiente para executar essa operação. Quanto aos persas, que sempre dependeram da ajuda dos portugueses para tentar acabar com as ameaças dos árabes, não tiveram êxito, uma vez que os omanitas foram capazes de conquistar Bahrain e outras ilhas do Golfo antes ocupadas pelos persas.

No que se prende aos portugueses, o máximo que estes podiam fazer era destacar uma esquadra anual para proteger as caravanas do comércio no Golfo. Assim sendo, as propostas que iam sendo desenvolvidas para a invasão de Mascate não saíram do papel e nunca foram implementadas. Por isso, podemos dizer que a situação se achava nas mãos dos omanitas.[845]

Retomemos o caso da África Oriental, procurando responder à questão colocada na introdução, isto é, porque é que os habitantes na zona

[845]Cf. AHU.CU.58, *Cx da Índia, nº. 76*, doc. 9, Goa, 15 de Janeiro de 1703; publ.*infra*,doc.19.

da África Oriental recorreram ao auxílio dos omanitas e não de outras forças islâmicas na região do oceano Índico?

A resposta é a seguinte: embora os africanos tivessem pedido ajuda aos turcos no século XVI, as frotas turcas não conseguiram desalojar os portugueses da costa suaíli, porquanto foram expedições desorganizadas e de carácter privado. Na primeira metade do século XVII, há registo de tentativas do Yousuf bin Hassan para obter auxílio por parte do Iémen contra os portugueses, proeza que terminou com a sua morte.[846] Embora o Iémen fosse já uma grande potência, não era uma nação marítima apta a rivalizar com as frotas portuguesas. O mesmo se pode dizer dos persas que também não eram tão poderosos no mar a ponto de defrontar as forças europeias no Oceano Índico.

Portanto, as revoltas que ocorreram na costa da África Oriental coincidiram com o sucesso dos omanitas em expulsar os portugueses da sua costa, acontecimento cujo eco terá chegado à zona africana. Entretanto, alguns governadores mandaram perguntar ao Imame Sultan 1, se este podia enviar uma frota capaz de afastar os portugueses do litoral da África Oriental.

Estas campanhas, apesar de esporádicas, duraram quase meio século e foram bem-sucedidas nos seus objectivos essenciais porque os omanitas conseguiram implantar a sua influência em muitas cidades suaílis. O Estado da Índia mostrou que não conseguia proteger as cidades e os seus interesses no oceano Índico. A incapacidade revelada pelos portugueses em socorrer Mombaça e levantar o cerco que sofreu por força de violentas e sucessivas campanhas nos anos que vão de 1699 a

[846]Cf. Salwa Saad Suleiman Al-Ghalibi, *Al-Imame Al-Mutawakil ala Allah, Ismail bin Al-Qassim wa dawrihi fi tawhid Al-Yaman 1054-1087 H/1644-1676*, Tese de Mestrado, Universidade do rei Abdul Aziz, Judá, pp. 73-75.

1700 deixa claro até que ponto a deterioração atingira o poder português no Índico.[847]

Podemos dizer, com propriedade, que o sucesso omanita em limitar o domínio português na África Oriental, no final do século XVII, foi seguido do declínio do poder português, o que permitiu aos omanitas aí afirmar a sua hegemonia. Existem fontes iemenitas que referem que o Imame de Oman fora capaz de aplicar um imposto sobre os navios comerciais vindos da Índia para Mokha, no Iêmen, colocando navios omanitas a patrulhar a zona de Bab al-Mandab para inspeccionar os movimentos marítimos.[848]

A queda de Mombaça veio coroar as vitórias alcançadas pelos omanitas: Oman tornou-se no senhor da costa oriental africana que se estendia de Mogadíscio, a norte, até Cabo Delgado, a sul. Para além disto, o caminho para Moçambique ficou aberto e exposto à ameaça omanita. Com a conquista da costa oriental da África, os omanis retiraram muitos benefícios: além de controlarem o comércio africano, a navegação portuguesa entre Moçambique e a Índia ficou ameaçada, o que levou os portugueses a redobrarem os esforços para protegerem os seus navios. Por outro lado, o sucesso omanita modificou a estrutura demográfica na costa Suaíli: muitas famílias omanitas imigraram para esta zona, onde se fixaram e actuaram nos sectores políticos ou económico, nomeadamente depois da saída dos portugueses da sua última fortaleza em Mombaça. Restabeleceu-se de novo a comunicação com Oman após uma interrupção de aproximadamente dois séculos.

---

[847]Cf. Eduardo Augusto de Sá Nogueira Pinto de Balsemão, *op.cit*., 2ª parte, cap. XXX, pp. 177-178. Alberto Iria, *op.cit*., p. 232. Armando da Silva Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa,* vol.VII, p. 43.

[848] Cf. Yahya bin Al-Hussain bin Al-Qassim, *op.cit*., vol.2, pp. 351-352

Ora a ser verdade, tais alegações patenteiam uma grande mudança no equilíbrio de poder, mostrando de modo inequívoco que Oman tinha capacidade para impor o seu domínio em alguns lugares. Embora, o conceito do perigo iminente do poder omanita em relação ao domínio português na costa norte da Índia fosse exagerado, tal conceito tinha uma certa lógica. Esta ideia terá sido bem definida por um português ao dizer, "se Deus lhe não cegasse os olhos, e ele soubesse a donde estavão, estaria hoje perdido todo o norte e como naquella ocasião se lhe não acudio, o mesmo aconteceria depois".[849]

Vários são portanto os impactos negativos do conflito luso-omanita. O mais evidente é o que diz respeito à situação económica da cidade de Mascate onde, por diversas vezes, os ataques portugueses levaram a população a emigrar, esvaziando a cidade e agravando as despesas do Estado que providenciava, tal como era sua obrigação, segurança e protecção dos comboios de comércio e patrulhas ao longo da costa de Oman para prevenir qualquer ataque possível contra interesses portugueses.[850]

Consta, no entanto, que existem sinais de ambas as partes para chegar a uma reconciliação restabelecedora de uma coexistência pacífica que respeitasse o proveito de cada uma. Interessava aos omanitas fazer do porto de Mascate um entreposto próspero e calmo. Talvez a visão do viajante Abbé Carré reflicta esta mesma necessidade, ao referir, durante a sua passagem pela costa de Oman em 1672, que existia alguns omanitas descontentes em continuar com a guerra, havendo mesmo o risco de ocorrer uma revolta em Mascate.[851] Tudo isso terá sido um sinal de como

[849]Cf. BA, *Cod.54-IX-22*, nº.163, *Cod. .54-IX-22*, nº. 195, Goa, 8 de Janeiro de 1701, fols. 2v-3r; publ.*infra*,doc.13.
[850]Cf. Abbé Carré, *op.cit*., vol.I, p. 116.
[851]Cf. Idem, *ibidem*, p. 127.

os omanitas, em particular da zona costeira, viviam a sua vida quotidiana em contínua guerra contra os portugueses.

Como se vê, há uma forte aspiração ao estabelecimento da paz na região. Quanto aos portugueses, a necessidade da paz estava relacionada com um ambiente de estabilidade no oceano Índico, que pudesse devolver a influência perdida devido a guerras constantes, devolvendo também o normal funcionamento das trocas mercantis.

Podemos atestar, no entanto, que o período bélico não fora apenas negativo. Muitos saíram beneficiados, conseguindo investir, correndo os necessários riscos, mormente alguns xeques árabes que conseguiram tirar proveito das concessões comerciais nos portos da Índia portuguesa, havendo também portugueses, ingleses e holandeses a laborar com omanitas na sua frota militar ou comercial.[852]

O conflito entre os árabes de Oman e os portugueses durou quase oito décadas e contribuiu indirectamente para a queda da dinastia Yarubita. A sublevação de Saif I contra seu irmão deixou a porta aberta para insurreições no seio da família real, 30 anos depois, tendo sido uma das principais causas da decadência da dinastia.

[852]Cf. *APO*, vol.3, parte 1, tomo1, p. XLIX.

FONTES

I. Fontes Manuscritas:

Arquivo Histórico Ultramarino

AHU. CU.58, Caixas da Índia, nº. 32, 40, 76.
Navegação do Índico, séc. xviii, Nº.248.
Códice.212.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Miscelaneas Manuscritas do Convento da Graça, *Caixa. 6,* Tomo.3-E,
Livros das Monções ou Documentos Remetidos da Índia, , nº. 40. microfilme, 571,
Livros das Monções ou Documentos Remetidos da Índia, , nº. 48, microfilme, 775.
Livro das Monções ou Documentos Remetidos da Índia, nº. 58, microfilme 62.
Livro das Monções ou Documentos Remetidos da Índia, nº. 59. microfilme, 628,
Livro das Monções ou Documentos Remetidos da Índia, nº. 61, (microfilme, 634)

Biblioteca da Ajuda

Códice. 50-V-38, tomo. IV, Nº.23.
Códice. 50-V-38, Tomo.IV, Nº.28.
Códice. 51-V-49.

Códice. 51-VII-1.

Códice.51-VII-23. Cartas da Índia, nº. 129 e 287.

Códice. 51-VII-24. tomo.1,

Códice. 51-VII-25. tomo.2.

Códice. 51-VII-27.Miscelânea Ultramarina, Séc. XVII.

Códice 51-VII-30.

Códice 51-VII-34.

Códice 51-VII-34.

Códice. 51-IX-6.

Códice. 51-IX-33, tomo. 1.

Códice. 54-IX-15, Nº. 211,

Códice. 54-IX-22, Nº.163.

Códice. 54-IX-22, Nº. 195.

Códice.54-XIII-15, Nº.111.

MS. AV. 54-X-19, nº.6.

MS.AV. 54-XIII-15, nº. 113.

47-XII-9, Traduzzione della Seconda Relazione De'Progressi dell'Armi Portoghesi nello stato dell'India I'anno 1714, nº. 1.

Biblioteca Nacional de Portugal.

Códice, 28, Descripção das Terras da Índia.

Códice, 846, Viagens pela Índia.

Códice, 10668.

MS, 257, Nº.18

PBA, 439.

Biblioteca Pública de Évora

ARM. V-VI, nº. 6-8.

Códice. CIII/2-15.

Códice. CIII/2-16.

Códice. CIII/2-17.

Códice. CV/ 1-1.

Códice.CXVI-1-38.

II. **Fontes Manuscritas Árabes**:

Códice. 3520, Ministério do Património e da Cultura(Sultanato de Oman), (Diwan Ibn Sarhan Al-Izkawi)

Códice Nº 1393, Colectânea dos Poetas (Manuscrito), Ministério do Património e da Cultura, Mascate, Sultanato de Oman.

Códice nº 2777, Elogio dos Imames de Oman (Manuscrito)**,** Ministério do Património e da Cultura, Mascate, Sultanato de Oman

FONTES IMPRESSAS

I. Fontes Impressas em Línguas Europeias:

Andrade, Rui Freire de, *Comentários do Grande Capitão Rui Freire de Andrade,* introdução de José Gervásio Leite, Lisboa, Agência Geral das Colónias, MCMXL.

Arquivo Português Oriental, dir. por J.H. da Cunha Rivara, 6vols., Nova Goa, Imprensa Nacional, 1857-1877; nova série coordenada e anotada por A.B, de Bragança Pereira, 5tomos, Bastorá, Tipografia Rangel, 1936-1938.
Assentos do Conselho do Estado, 4vols. Documentos coordenados e anotados por Panduronga S.S. Pissurlencar, Bastorá-Goa, Tipografia Rangel, 1953-1957.

Balsemão, Eduardo Augusto de Sá Nogueira Pinto de, *Os portuguezes no Oriente : feitos gloriosos praticados pelos portuguezes no Oriente*, vol.1, 3partes, (1600 a 1700), Nova Goa, Imprensa Nacional, 1882.

Barbosa, Duarte, *O Livro de Duarte Barbosa*(Edição Crítica e Anotada), 2 vols, introd. texto crítico e apêndice de Maria Augusta da Veiga e Sousa, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1996.

Barros, João de, *Ásia*, Primeira Década, Liv.IV, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932.

Biker, Julio Firmino Júdice, *Collecção de Tratados e Concertos de Pazes que o Estado da Índia Portuguesa Fez com os Reis e Senhores com quem teve relações nas partes da Ásia e Africa Oriental desde o principio da Conquista até ao fim do século XVIII,* 14 vols, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881-1887.

Bocarro, António, *Década 13 da História da Índia*, Lisboa, Typografia da Academia Real das Sciencias, MDCCCLXXVI.

_____, *O Livro das Plantas de Todas as Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*, ed., Isabel Cid, 3vols, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992.

Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguesa, 50 números publ., Lisboa, 1954-1993.

Careri, Giovanni Francesco Gemelli, *A Voyage round the World*, Paris, [s.n] 1720, (BNP, D.S. XVIII-81)

Carré, Abbé, *The Travels of the Abbé Carré in India and the Near East 1672-1674*, 3 Vols. trans, Lady Fawcett, ed. Sir Charles Fawcett, New Delhi, Madras, Asian Educational Services, 1990.

Castanheda, Fernão Lopes de, *História do Descobrimentos e Conquista da Índia pelos Portugueses,* introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, 2 vols., Porto, Lello &Irmão, 1979.

Castro, António Paes de Sande e, *António Pães de Sande o Grande Governador*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, MCMLI.

Chronicle of events between the years 1623 and 1733 relating to the settlent of the order of Carmelites in Mesopotamia, vol.2, ed, H. Gollancz, London, 1927.

Cordeiro, Luciano, *Como se Perdeu Ormuz*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896.

Correia, Gaspar, *Lendas da Índia*, introdução e revisão de M.Lopes de Almeida, 4vols., Porto, Lello & Irmão, 1975.

Couto, Diogo do, *Ásia, Década Quarta a Década Duodécima*, 14 vols, Lisboa, Regia Officina Typografica, 1778-1788.

Danvers, F.C., *Report to the Secretary of State for India in Council on the Portuguese Records relation to the East Indies*, London, India Office, 1892.

_____, *The Portuguese in India*, 2 vols, New Delhi, Madras, Asian Educational Services, 1894[reprinted1992].

Diário do 3º Conde de Linhares, Vice-Rei da Índia, 2tomos, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1937-1943.

Documentos Remetidos da Índia ou Livros das Monções, dir. Por Raimundo António de Bulhão Pato [depois do tomo VI por António da Silva Rego], 10 tomos, Academia das Ciências de Lisboa, 1880-1982; edição de sumários-1625-1736 (livros 21 a 28). Lisboa, Centro de Estudos Damião de Góis, 2000-2002. 2 vols.

Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente(Índia), dir. António da Silva Rego, 12 vols, Lisboa, Fundação Oriente e Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1991-1996[edição facsimilada da edição de 1948-1956].

Documentação Ultramarina Portuguesa, 5 vols, dir. Por António da Silva Rego, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarino, 1960-1967.

Ericeira, Conde da, *História de Portugal Restaurado*, nova edição anotada e prefaciada por António Álvaro Dória, 2vols, Porto, Livraria Civilização, 1945-1946.

Falcão, Luís de Figueiredo, *Livro em que se contém toda a fazenda e real património dos reinos de portugal, India e Ilhas adjacentes e outras particularidades*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1859.

Ferreira, Joaquim Patrício, *Breves Considerações sobre algumas das coisas da grandeza e Decadência Marítima e Colonial dos Portugueses*, Lisboa, Typographia da Viúva Sousa Neves, 1885.

Fryer, John, *A New Account of East India and Persia*, 3vols, ed., William Crook, New Delhi, Asian Educational Services, 1992.

Galrão, António Pedroso, *Relação dos successos & Gloriosas Acçoens Militares Obradas no Estado da Índia, ordenadas, e dirigidas pelo Vice-Rei e Capitão General do mesmo Estado Vasco Fernandes Cezar de Menezes em anno passado de 1713,* Lisboa, Na Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1715.

Godinho, Manuel, *Relação do Novo Caminho que fez por Terra e Mar vindo da Índia para Portugal no Ano de 1663*, Introdução e notas por A.Machado Guerreiro, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1974.

Hamilton, Alexander, *A New Account of the East Indies(1688-723)*, 2vols, ed. W. Foster, London, 1930.

J, Bruce, *Bruce's Annals of the East India Company 1600-1708*, 3vols, London, 1810.

Lobo, Jerónimo, *Itinerário e outros escritos inéditos*, ed. por M.Gonçalves da Costa, com a colaboração de Charles F. Beckingham e Donald M. Lockhart, Liboa, Livraria Civilização, 1971, trad. inglesa de Donald M. Lockhart, *The Itinerário of Jerónimo Lobo*, London, The Hakluyt Society, 1984.

Malcolm, John, *Histoire de la Perse depuis les tems les plus Anciens Jusqu´a l´époque actuelle*, 4 tomes, Paris, Chez Pillet Ainé, 1821.
Mandelslo, Johann Albrecht Von, *Voyage en Perse & en Inde*, Paris, Chandeigne, 2008.
Os Portuguezes em Africa, Asia, America e Oceania, Vol. VII, Lisboa, Typografia de Borges, 1850.
Owen, W.F.W., *Narrative of Voyages to Explore the shores of Africa, Arabia and Madagascar,* 2vols, London, Richard Bentley, 1833.
Pólo, Marco, *The Travel of Marco Pólo the Venetian*., Intro. John Masefield, London, London Published, Liv, III, [s.d]; trad. portuguesa *O Livro de Marco Pólo*, ed. F.M.Esteves Pereira, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1922.
Relação dos progressos das Armas Portuguesas no Estado da Índia no anno de 1714.sendo Vice-Rei e Capitão General do mesmo Estado Vasco Fernandes César de Menezes, parte IV, Lisboa, Na Officina de Pascoal da Sylva impressor de Sua Majestade, MDCCXVI.

Rivara, J. H. da Cunha, *O Chronista de Tissuary*, periodico mensal, Vols, 2numeros, 5, 20, 22,23, 24, Vol.3, numeros, 25,26, 27, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1866-1868. microfilme biblioteca nacional de portugal, nº. F.2884,
1866, microfilme BNP, nº. F.2884.

Sand, António Pães de, *O Grande Governador*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, MCMLI.

Santa Maria, Fr. Agostinho de, *História da Fundação do Real Convento de Santa Monica da Cidade de Goa,* Lisboa, Na Officina de António Pedrozo Galram, 1699, Microfilmee na BN, nº. F.G. 735.

Silva, Luís Augusto Rebello da, *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII,* 5 tomos, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867-1869.

Sousa, Manuel de Faria e, *Ásia Portuguesa,* 6 vols, Porto, Livraria Civilização, 1945-1947.

Tavernier, Jean-Baptiste, *Les Six Voyages de Turquie et de Perse*, 2vols, Paris, François Maspero, 1981.

Valle, Pietro Della, *The Travels of Pietro Della Valle in India*, 2vols, ed, Edward Grey, London, Hakluyt Society, MDCCCXCII.

II. Fontes Impressas em Árabe

Al-Baruni, Sulaiman, *Mukhtasar Tariḫ Al-Ibadia*, Sultanato de Oman, Ministério do Património e da Cultura, 1986.

Al-Izkawi, Sarḥan Bin Said, *Tariḫ 'Uman Al-Muqtabas Min Kitab Kašf Al-Ġumma Al-Jami' Li-Aḫbar Al-Umma*, Ed. Crítica de Abdul-Majid Al-Qaisi, Sultanato de Oman, Ministério do Património Nacional e da Cultura, 1980.

Al-Kindi, Ahmed Bin Abdullah, *Al-Muṣannaf*, 42 vols, vol. 10, Sultanato de Oman, Ministério do Património Nacional e da Cultura, 1983.

Al-Ma'wālī, Mohamad Bin 'Āmir, *Quisas Wa Akhbar Jarar Fi Oman*, Ministério do Património Nacional e da Cultura do Sultanato de Oman, [s.d].

Al-Mugheiri, Said bin Ali, *Juhainat Alakhbar fi Tarikh Zinjibar*, Mascate, Ministério do Património Nacional e da Cultura, 1987.

Al-Qassim, Yahya bin Al-Hussain, *Yawmiyat Sanā fi alQarn Alhadi Ašar 1046 H-1099 H* (Diário de Sana no Século XI de Hégira/ XVII d.C), ed. Abdullah bin Mohammed Al-Habshi, 1ªed, 3vols, Abu Dhabi, Cultural Foundation, 1996.

Al-Salmī, Abdullah Bin Humaīd, *Tuḥfat al-'a'yān Bi-Sirat 'Ahl 'Umān*, 2 vols., Mascate, Sultanato de Oman, Biblioteca do Imam Nur-al-Dīn Al Salmi, 1995.

Al-Siabi, Salem Bin Hamoud, *'Umān 'abra al-Tarîkh*, 4 vols, Sultanato de Oman, Ministério do Património Nacional e da Cultura, 1986.

Ibn Al-Wazir, Abdullah Bin Ali, *Tariḫ al-Yaman fi alQarn Alhadi Ašar Alhijri(1045-1090 H*)(História do Iêmen no Século XI do Hégira/1635-1680 d.C), 1ªed, edição por Mohmmed AbdulRahem Jazim, Centro dos Estudos e Investigação do Iêmen, 1985.

Ibn Battuta, *Riḥlat Ibn Battuta*, Beirut, Dar Sadir e Dar Beirut, 1964; trad. portuguesa por José de Santos António Moura, 2vols, Lisboa, Academia das Ciências 1840-1855; trad. espanhola, Madrid, Alianza Editorial, 1989.

Ibn Qaysar, Abdullah Bin Khalfan, *Sirat al-Imam Nasir Bin Murshid*, 2ª ed, Sultanato de Oman, Ministério do Património Nacional e da Cultura, 1983.

Ibn Rūzaīq, Humaīd Bin Mohamad, *Al-Fatḥ Al-Mūbīn fi Sīrat Al-Sāda Al-Būs'idiyin,* 3ª ed, Sultanato de Oman*,* Ministério do Património Nacional e da Cultura, 1992.

_____, *Al-Šu'ā' Al-Sha'i' bil-lama'ān fi-ḏikr 'A'imat 'Umān*, ed. crítica de Abdul-Monem 'Āmir, Sultanato de Oman, Ministério do Património Nacional e da Cultura, 1984.

_____*, Al-Sahifa Al-Kahtaniya*, explicado e comentado por, Mahmoud Al-Sulaimi, Mohammed Habib Saleh,e Allal Al-Sidik Al-Ghazi, 1ª ed, 6vols. Sultanato de Oman, Ministério do Património e da Cultura, Mascate, 2009

Kašf Al-Ġūmmah Al-Jam‘ Li ’Aḫbār Al-Ummah, explicado e comentado por Aḥmad ‘Ubaīdlī, Nicosia, Editora Dalmon, 1985.

Lorimer, J.G., *Dalil Al-Khalij*, 7 vols, (Historical parte), trad. Gabinete do Emir do Qatar, Qatar, [s.d].

Tariḫ Ahl ‘Uman, ed. crítica e explicação de Said Abdul-Fattah Ashour, Sultanato de Oman, Ministério do Património Nacional e da Cultura, 1986.

BIBLIOGRAFIA

I. Bibliografia em Línguas Europeias:

A Short History of Oman From the Earliest Times, Muscat, 1972.

Aba Hussain, Ali,"A Study of the History of Utoob", in *Al-Watheeka*, Bahrain, Centro da Documentação Histórica do Bahrain, nº.1, 1982, pp. 25-52.

Ahmad, Afzal, *Indo-Portuguese Trade in 17(1600-1663)*, New Delhi, Gian Publishing House, 1991.
_____, "Indian textiles and the Portuguese trade in the seventeenth century (1600-1663)", in *Stvdia*, nº.48, Lisboa, Ministério da Educação, 1989, pp.213-236.

Al-Busaidi, Ibrahim Yahya Zahran, *Os Portugueses na Costa de Oman na Primeira Metade do Século XVII,* tese de Mestrado em História Moderna(policopiada), Lisboa, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2000.

Al-Maamiry, Ahmed Hamoud, *Oman and East Africa*, 2ª ed, New Delhi, Lancers, 1980.
_____, *Omani-Portuguese History*., 1ª ed, New Delhi, Lancers Publisher,1982.

Alpers, Edward A., *Ivory and Slaves in East Central Africa, Changing Patterns of International Trade to the Later Nineteenth Century*, London, Heinemann, 1975.

Alpers, Edward A. e Ehret, Christopher, "Eastern Africa", *In The Cambridge History of Africa*, ed. Richard Gray, 8vols, Cambridge, Cambridge University Press, 1975-2004, pp. 469-536.

Ames, Glenn.J., *Renascent Empire? The House of Braganza and the Quest for Stabiling Portuguese Monsoon Asia c.1640-1683*, Amesterdam University Press, 2000.
_____, "The Estado da India, 1663-1677: Priorities and Strategies in Europe and the East" in *Revista Portuguesa de História*, tomo. XXII, Coimbra, Coimbra Editora, 1985, pp. 31-46.

Aragão, A.C. Teixeira de, *Descrição Geral e Histórica das Moedas Cunhadas em Nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal*, 2ª ed, 3 vols, Porto, Livraria Fernando Machado, 1964.

Aubin, Jean, *L'Ambassade de Gregório Pereira Fidalgo à la Cour de Châh Soltân Hosseyn 1696-1697*, Lisboa, Imprensa de Coimbra, 1971.

_____, "Liminaire" in *Mare Luso-Indicum*, Paris, Centro D'Études Islamiques et Orientales D'Histoire Comparée, 4 tomos, 1971-1980, pp. VII-X.

Axelson, Eric, *Portuguese in South-East Africa 1600-1700*, Johannesburg, Witwatersrand University Press, 1969.

Barreto, Luís Filipe, *Lavrar o Mar os Portugueses e a Ásia, c. 1480- c. 1630*, Lisboa, Comissão Nacional par as Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

Bathurst, R.D., "Maritime Trade and Imamate Government: Two Principal Themes in the History of Oman to 1728", in *The Arabian Peninsula Society and Politics*, ed., Derek Hopwood, London, George Allen and Unwin, 1972, pp. 89-106.

Bethencourt, Francisco, " O Estado da Índia" In *História da Expansão Portuguesa,* dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, 5vols, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998-1990, pp. 284-314.

Blanco, Maria Manuela Sobral, *O Estado Português da Índia,da Rendição de Ormuz à Perda de Cochim(1622-1663)*, Tese de Doutoramento, Lisboa, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, 2vols, 1992.

Boxer, C.R e Azevedo, Carlos de, *A Fortaleza de Jesus e os Portugueses em Mombaça,* Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960.

_____**,** "Anglo-Portuguese Rivalry in the Persian Gulf, 1615-1635", in *Chapters in Anglo-Portuguese Relations*, ed, Edgar Prestage, Watford, Voss and Michael Limited, 1935, pp. 46- 129.

_____**,** *Ásia Portuguesa no tempo do Vice-rei Conde da Ericeira(1718-1720),* Macau, Imprensa Nacional, 1970.

_____, *Descriptive Liste of the State Papers Portugal 1661-1780 in the Public Record Office London*, 3 vols, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1979.

_____, *Nuno Álvares Botelho e a sua Armada de Alto Bordo (1624-1625),* separata da *Revista de História*, vol. XVI, nº. 39, Porto, Imprensa Portuguesa, 1928, pp. 7-30.

_____, *Portuguese and Duch Colonial Rivarly,1641-1661*, separata de *Studia* revista semestral, nº.2, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Julho 1958, pp. 7-42.

_____, *Portuguese India in the Mid-Seventeenth Century,* Delhi, Oxford University Press, 1980.

_____, *Portuguese Society in the Tropics: The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia, and Luanda 1510-1800*, Madison and Milwaukee, the University of Wisconsin Press, 1965.

_____, *The Dutch Seaborne Empire 1600-1800*, London, Hutchinson, 1965.

_____, *The General of the Galleons and the Anglo-Portuguese Truce Celebrated at Goa in January 1635,* separata do vol.1 de *Ethnos, revista do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia*, Lisboa, Casa Portuguesa, 1935.

_____, *The Portuguese Seaborne Empire 1415-1825*, Carcanet, 1991.

Boyajian, James. C., *Portugues Trade in Asia Under the Hubsburgs 1580-1640*, The John Hopkins University Press, 1993.

Brancaforte, Elio C, "The Italian Connetion: Pietro Della Valle's account of the fall of Hormuz(1622)", in *Revisiting Hormuz: Portuguese Interaction in the Persian Gulf Region in the Early Modern Period*, ed., Dejanirah Couto e Rui Manuel Loureiro, Harrassowitz Verlag-Wiesbaden, 2008, pp.191-204.

Brásio, António, "Relação da Restauração de Mombaça", separata de *Studia*, nº.30-31, Ag-Dez.1970, pp.33-55.

Campos, J.J. de, *Antiguidades Portuguesas em Mombaça e na Costa de Azania*, separata do *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº 24, Bastorá, Tipografia Rangel, 1934, pp. 1-24.

Cardoso, António**,** *Missão a Mombaça,* Lisboa, Centro de Estudos de Marinha, 1978.

Chaudhuri, Kirti, "A Concorrência Holandesa e Inglesa" in *História da Expansão Portuguesa*, dir. Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, 1ª ed, 2vols, Círculo de Leitores, 1998, pp. 82-107.

Cordeiro, Luciano,"Dois Capitãis da índia", in *Questões Históricos Coloniais*, 3 vols, Agência Geral das Colónias, 1936.

Cortesão, Jaime, "O Ultramar Português depois da Restauração", in *História*, vol. 12, Lisboa, Portugália Editora, 1971.

Costa, Avelino de Jesus, *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*, 3ª edição, Coimbra, Instituto de Paleografia e Diplomática da Faculdade de Letras, 1993.

Cotton, Sir Eran, *East Indianman*, London, the Batchworth Press, 1949.

Coupland, R, *East Africa and its Invaders,* Oxford, Clarendon Press, 1938.

Cummins, J. S, *The Travels and Controversies of Friar Domingo Navarrete 1618-1686*, 2 vols, Cambridge, At the University Press, 1962.

Disney, Anthony, "A queda de Ormuz, Malaca e Mombaça", In *Portugal no Mundo*, dir. Luís de Albuquerque, vol.5, Lisboa, Alfa, 1989, pp. 38-50.

Disney, A.R, *Twilight of the Pepper Empire, Portuguese Trade in Southwest India in the Early Seventeenth Century*, Havard University Press, 1978.

Rego, António da Silva e Baxter, T.W, *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central 1497-1840*, 9vols, Lisboa, Centro de Estudos de Históricos Ultramarinos e National Archives of Rhodesia and Nyasaland, 1962- 1989.

Domingues, Francisco Contente e Guerreiro, Inácio, "A Evolução da Carreira da Índia até aos inícios do século XVII", in *Portugal no Mundo*, dir, Luís de Albuquerque, Vol. IV, Lisboa, Alfa, 1989, pp. 105-130.

Duffy, James, *Portugal in Africa*, Penguin Books, 1962.

Esparteiro, António Marques, *O General dos Galeões do Estado da Índia António de Figueiredo e Utra(1678-1751)*, Lisboa, Centro de Estudos de Marinha, 1975.

_____, *Três Séculos no Mar(1640-1910)*, 30vols, Lisboa, Ministério da Marinha, 1974-1986.

Farinha, António Dias " Arabs and Portuguese in the area of the Emirates and the Arabian Gulf (XVI-XVIII Centuries)", in *New Perspectives on Recording UAE History*, National Center for Documentation and Research, Abu Dhabi, 2008. pp. 185-197.

_____,"Os Árabes nos Antigos Relatos Portgueses do Índico" in *Finisterra,* Revista Portuguesa de Geografia, Vol.XL, nº. 79, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 2005, pp. 151-160.

_____, *Os Portugueses no Golfo Pérsico(1507-1538),* separata de *Mare Liberum*, Revista de História dos Mares, nº.3, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1991, pp. 1-159.

_____, "Os Portugueses no Mares da Arábia" in *Revista Militar*, dir., General José Lopes Alves, Lisboa, redacção e administração, 51 vols, n.º I, Janeiro 1999. pp. 47-57.

Gil, Luís Fernández, "Ormuz pendant l´únion dynastique du Portugal et de l´Espagne(1582-1622), in *Revisiting Hormuz: Portuguese Interaction in the Persian Gulf Region in the Early Modern Period*, ed, Dejanirah Couto e Rui Manuel Loureiro, Harrassowitz Verlag-Wiesbaden, 2008, pp. 177-190.

Ferreira, Joaquim Patrício*, Breves Considerações sobre algumas das coisas da grandeza e Decadência Marítima e Colonial dos Portugueses*, Typographia da Viúva Sousa Neves, Lisboa, 1885.

Floor, Willem,"The Duch East India Company's Trade with Sind in the 17th and 18th Centuries", in *Moyen Orient & Océan Indien XVIe-XIXe s*, 3 vols, Paris, Société d'Histoire de I'Orient, 1984-1986, pp.111-144.

Freeman-Grenville, G.S.P., " The Coast, 1498-1840", in *History of East Africa*, 2 vols, 5th impression, ed. Ronald Oliver and Gervase Mathew, Oxford, Clarendon Press, pp.130-168.

Furber, Holden, *Rivel Empires of Trade in the Orient 1600- 1800*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1976.

Gaastra, R. Bruijn, F.S. e SchÖffer I., *Duch-Asiatic Shipping in the 17th and 18th Centuries,* 3vols, Martinus Nijhff, The Hague, 1987.

Geographical Section of the Naval Intelligence Division(Grã-Bretanha), *A Manual of Portuguese East Africa.* London, His Majesty's Stationery Office, 1920.

Glamann, Kristof, *Dutch-Asiatic Trade 1620-1740*, Gravenhage, Martinus Nijhoff, 1981.

Glenn, J.Ames, *Renascent Empire? The House of Braganza and the Quest for Stabiling Portuguese Monsoon Asia c.1640-1683*, Amesterdam University Press, 2000.

Godinho, Vitorino Magalhães, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 2vols, Lisboa, Editora Arcádia, 1963, 2ª ed, 4vols, Lisboa, 1981.

Gracias, J.B. Amancio, "Economia e Finanças de Portugal e índia durante o domínio Espanhol", in *Boletim do Instituto Vasco da Gama*, nº.47, Bastorá, Tipografia Rangel, 1940, pp.25-47.

Hall, Richard, *Empires of the Monsoon*, London, Harper Collins Publisher, 1996.

Hamilton, Genesta, *In the Awake of da Gama: The Story of Portuguese Pioneers in East Africa 1497-1729*, Introduction by, Elspeth Huxley, London, Skeffington and Son Limited, 1955.

Hanson, Carl. A., *Economy and Society in Baroque Portugal, 1668-1703,* London, Macmillan, 1981.

Horton, Mark and Middleton, John, *The Swahili: The Social Landscape of a Mercantile Society*, Oxford, Blackwell, 2000.

Ingham, Kenneth, *A History of East Africa,* New York, Frederick A. Praeger, 1962,

Iria,Alberto, *Da Navegação Portuguesa no Índico no Século XVII*, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, 1963.

Israel, Jonathan, *The Dutch Republic: Its Rise, Greatness, and Fall 1477-1806*, Oxford, Clarendon Press, 1995.

John, Skeet, *Muscat and Oman, The end of an Era*, London, 1974.

Kaempfer, Engelbert, "Mascate em 1688" in *Turathuna*, dir, Wise. J. Bergur, trad, Ministério do Parimonio Nacional e da Cultura, Mascate, Matabi Sijil Al-Arab, nº. 57, Julho 1984, pp.3-32.

Keay, John, *A Rota das Especiarias*, trad. Gonçalo Praça, 1ª ed, Casa das Letras, 2007.

Kirkman, James, *Fort Jesus a Portuguese Fortress on the East African Coast*, Oxford, Clarendon Press, 1974.

_____**,** *Men and Monuments on the East African Coast,* 1ª ed., London, Lutterworth Press, 1964.

Kroell, Anne, *Nouvelles d´Ispahan 1665-1695,* Paris, Société d´Histoire de l´Orient, 1979.

Lacerda, F. Gavicho de, *Mombaça a sua Fortaleza de Jesus*, Lisboa, Depositários Livraria Rodrigues.

Lach, Donald F. & Vankley, Edwin J, *Asia in the making of Europe*, 3 vols, Chicago and London, The University of Chicago Press, 1993-1994.

Landen, Robert Geran, *Oman since 1856, Disruptive Modernization in a Federational Arab Society*, New Jersey, Princeton University Press, 1967.

Lobato, Alexander, *Relações Luso-Maratas*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1965.

Lockhart, Laurence, *The Chronicle of Petros Di Sarkis Gilanentz*, 2nded, Lisbon, Calouste Gulbenkian Foundation, 1988.

_____, "The Menace of Mascat and it Consequences in the late Seventeenth and early Eighteenth Centuries" in *The Asiatic Review*, vol. XLII, nº. 152, London, East and West Limited, October, 1946, pp. 363-369.

Loureiro, Rui Manuel, "After the fall of Hormuz naval campaigns and textual battles", in *Revisiting Hormuz: Portuguese Interaction in the Persian Gulf Region in the Early Modern Period*, ed, Dejanirah Couto e Rui Manuel Loureiro, Harrassowitz Verlag-Wiesbaden, 2008, pp.261-270.

Marques, A.H. de Oliveira, *História de Portugal*, 3 vols, Lisboa, Editorial Presença, 1997.

Marsh, Zöe and Kingsnorth, G.W, *A History of East Africa An Introductory Survey*, 4th ed, Cambridge, At The University Press, 1972.

Marshall P. J,"The English in Asia to 1700", in *The Oxford History of the British Empire. The Origins of Empire*, vol.1, ed. Nicholas Canny, Oxford, Oxford University Press, 1988, pp. 264-285,

Martins, Paulo Miguel, "Dois Manuscritos Inéditos sobre os Últimos Meses da Presença Portuguesa em Pate e Mombaça", in *Mare Liberum*, ed., Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses Nº.20, Dezembro 2000, pp. 157-247.

K.M. Mathew, "The Duch threat and the Security of the Careeira in India Waters 1595-1664", in *A Carreira da Índia e as Rotas das Estreitas*, edição dirigida por Artur Teodoro de Matos e Luís Filipe F. Reis Thomaz, Angra do Heroismo, 1998, pp. 779-783.

Meilink-Roelofsz, M.A.P, *Asian Trade and European Influence in the Indonesian Archipelago between 1500 and about 1630*, Martins Nijhoff, The Hague, 1962.

Miles, S.B, *The Countries and Tribes of the Persian Gulf*, London, 1919.

Monteiro, Saturnino, "As Grandes Batalhas Navais do Oriente(II)", in *Revista Militar,* dir., José Lopes Alves, n.º 2375, Lisboa, redacção e administração, Ano.51, Dezembro 1999, pp. 2001-2024.

_____, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, 8 vols, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1995-1997.

Muir, John, *Reminiscências Portuguesas na Arábia Oriental*, separata do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Janeiro –Março, 1961, pp. 33-46.

Murteira, André,"Ingleses e Neerlandeses contra a Carreira da Índia no Índico Ocidental, 1621-1623" in *Oriente*, dir, António Alçada Baptista, Lisboa, Fundação Oriente, nº.19, Outono, 2008, pp. 3-26.

Musthafa, K.K.,"Political Significance of Arakkal Muslim Swarupam in Cannanore". in *Winds of Spices*, ed. K.S. Mathew and Joy Varkey, India, Institute for Research in Social Sciences and Humanities, 2006, pp. 179-185.

Nelson, W.A., *Fort Jesus of Mombasa*, Edinburgh, Canongate Press, 1994.

Nova História da Expansão Portuguesa, *O Império Oriental 1660-1820*, dir. Joel Serrão e A. H. De Oliveira Marques, vol.V, tomo. II, 1ª ed, Editorial Estampa, 2006.

Oliver, Ronald e Fage J. D., *Breve História de África*, trad. Artur Morão, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1980.

Panikkar, K.M, *Asia and Western Dominance*, New York, The Johan Day Company, [s.d].

Pearson, M.N., *The New Cambridge History of India: The Portuguese in India*, Cambridge, Cambridge University Press, 1987.

_____, *Os Portugueses na India*, trad. Ana Mafalda Telo, Teorema, Lisboa, O Jornal, 1990**.**

Pereira, A.B. de Bragança,"História das Relações Diplomaticas de Portugal no Oriente" in *Oriente Português*, nº. 24 e 25, Bastorá, Tipografia Rangel, 1939, pp.137-329.

_____, "Os Portugueses em Baçaim", in *Oriente Português*, nº. 7,8,9, Bastorá, tipografia rangel, 1935.

_____, "Os Portugueses em Diu" in *Oriente Português*, nº. 18, Bastorá, Tipografia Rangel, 1937.

Pissurlencar, Panduronga S. S, *Agentes da Diplomacia Portuguesa na Índia*, Bastorá-Goa, Tipografia Rangel, 1952.

_____, *The Portuguese and the Marathas*, trans, P.P.Kakodkar, 1st ed, Bombay, State Board for Literature and Culture, 1975.

_____, "Fragmentos Históricos" in Boletim do Instituto Vasco da Gama, nº.47, Bastorá, Tipografia Rangel, 1940, pp.57-78.

Philips, Windel, *Oman: A History*, London (s.l) (s.d)

Prak, Maarten, *The Dutch Republic in the Seventeenth Century*, translated by Diane Webb, Cambridge, Cambridge University Press, 2005.

Prestage, Edgar, "Portuguese Expansion Overseas, Its Cause and Results", in *Chapters in Anglo-Portuguese Relations*, Watford, Voss and Michael Limited, 1935, pp. 171- 198.

_____, *The Anglo-Portuguese Alliance,* separata, *Transactions of the Royal Historical Society*, 4th Series, vol. XVII, 1934, pp. 3-34.

_____, *The Portuguese in South Africa*, separata, *The Cambridge History of the British Empire*, vol. VIII, [s.l.s.n], pp. 77-111.

Rego, António da Silva, 1622 Ano dramático na História da Expansão Portuguesa no Oriente e Extremo-Oriente", separata. *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, tomo. XVIII, Lisboa, 1977, pp. 27-40.

_____, *O Ultramar Português no Século XVIII, 1700-1833*, 2ª ed, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, MCMLXXVII.

Risso, P., *Oman and Muscat: Early History*, Croom Helm, 1986.

Russel-Wood, A.J.R., *The World on the Move: The Portuguese in Africa, Asia and America 1415-1808,* Manchester, Carcanet Press Limited. 1992,

Serjeant, R.B., *The Portuguese Off the South Arabian Coast*, Oxford, At the Clarendon Press, 1963.

Serrão, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal(1640-1750),* 15 vols, 2ª ed, Editorial Verbo[s.d].

Shirodkar P.P, “Carreira da Índia and European Rivalry in the Indian Ocean and South China Sea(1510-1641), in *A Carreira da Índia e as Rotas das Estreitas*, Angra do Heroismo, 1998, pp. 785-808.

_____, "Dutch-Portuguese relations in the East(1580-1663) vis-à-vis Indian Peninsula", in *Stvdia,* nº.48, Lisboa, Ministério da Educação, 1989, pp. 123-144

Silveira, Francisco Rodrigues, *Reformação da Milícia e Governo do Estado da Índia Oriental*, Lisboa, Fundação Oriente, 1996

Skeet, John, *Muscat and the Oman, the end of an Era*, London, 1974

Sousa, Alfredo Botelho de, *Nuno Alvares BotelhoCapitão Geral das Armadas de Alto Bordo e Governador da Índia*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1940.

_____, *O Periodo da Restauração na India*, Lisboa, Agência Geral das Colonias, 1940.

_____, *Subsídios para a História das Guerras da Restauração no Mar e no Além-Mar,* 2vols, Lisboa, Agência Geral das Colonias, 1940.

_____, *Subsídios para a História Militar Marítima da Índia,* 4vols, Lisboa, Imprensa da Armada, 1930-1956**.**

Sousa, George B., “Portuguese Country Traders in the Indian Ocean and the South China Sea, c.1600”, in *Moyen Orient & Océan Indien XVI^e^-XIX^e^ s*, 3 vols, Paris, Société d'Histoire de l'Orient, 1984-1986, pp.117-128.

Steensgaard, Niels, "Carracks, Caravans and Companies: The Structural crisis in the European-Asian trade in the early 17th Century", in *Scandinavian Institute of Asian Studies Monograph Series*, n.º 17, Denmark, Sutdentlitterratur, 1973.

Strandes, Justus, *The Portuguese Period in East Africa*, 4th ed, Nairobi, East African Literature Bureau, 1971.

Subrahmanyam, Sanjay, "A intervenção inglesa na Índia (1604-1623). O ataque às Molucas pelos Holandeses", in *Portugal no Mundo*, vol.5, dir. Luís de Albuquerque, Publicações Alfa, 1989, pp. 27-37.

_____, *O Império Asiático Português 1500-170 Uma História Politica e Económica*, 1ª ed, trad. Paulo Jorge Sousa Pinto, Difusão Editorial, 1995.

_____, "Os Holandeses na Insulindia e no Ceilão", in *Portugal no Mundo*, dir. Luís de Albuquerque, vol.5, Lisboa, Alfa, 1989, pp. 51- 64.

_____, "Portugal no jogo das lutas interimperialistas (finais do seculo XVI primeira metade do seculo XVII)", in *Portugal no Mundo*, vol.5, dir. Luís de Albuquerque, Lisboa, Publicação Alfa, 1989, pp. 65-76.

Sykes, Percy, *A History of Persia*, 2vols, London, 1951.

Tombstone,T.M, and Muir.J, "Portuguese influences on shipbuilding in the Persian Gulf" , Sep. *Mariners's mirror*, nº. 48, [s.i., s.n.] 1962, pp. 59-63.

Unomah, A.C. and Webster, J.B., "East Africa: the expansion of Commerce", in *The Cambridge History of Africa*, ed. John E. Flint, 8vols. Cambridge, Cambridge University Press, 1975-2004, pp.270-318.

Welch, Sidney R, *Portuguese and Dutch in South Africa 1641-1806*, Cape Town and Johannesburg, Juta &Co.Ltd, 1951.

_____, *Portuguese Rule and Spanish Crown in South Africa 1581-1640,* Juta& Co, Cape Town and Johannesburg, 1950.

Wilson, Arnold T, *The Persian Gulf,* Oxford, Clarendon Press, 1928.

II. Bibliografia em Língua Árabe:

Al-Hamadani, Tariq Nafi, "Marakat Tahrir Mascat", in *Majalat Alwatika*, nº, 12, Al-Bahrain, Janeiro, 1988.

AL-Khatib, Mustafa Aquel, *A´tanafus A´duwali Fi Al-Khalij Al-Arabi 1622-1763 (A Rivalidade Internacional no Golfo Arábico 1622-1763),* Almaktabah Al-Assria, Beirute.

Al-Sayyar, Aisha*, Dawlat Al-Yaariba Fi Oman wa Sharq Afriquia 1624-1741*, Beirut, Dar Al-Qudus, 1975.

Bidwell, R, *Oman Fi Safahat Al-Tarikh*, trad, Mohammed Amin Abdullah, Mascate, Matabi Sijil Al-Arabe, 1985.

Boxer, C.R., "Mulahadat Jadidah Haula Al-Silat baina Al-Umaniyn wa Al-Burtughaliyn 1613-1633", In *Hasad Nadwat A'dirasat Al-Umania*, 2ªed., 15 vols, Mascate, Ministério do Patrimonio Nacional e da Cultura, 1981.

Ghubash, Hussain Ubaid Ghanim, *Oman al-Dimucratia Al-Islamia: Takalid Al-Imamma wa al-Tarilh Al-Hadith (1500-1970),* 1ª ed, Beirut, Dar Al-Jadid, 1997.
Kirkman, James, " Al-Tarikh Al-Mubakkir Li-Oman Fi Sharq Afriqia" in *Hasad Nadwat A'dirasat AlUmania*, 2ª ed., 15vols, vol. 5, Mascate, Ministério do Patrimonio Nacional e da Cultura, 1980.
Oman fi Al-Tarikh, dir. Ministério da Informação do Sultanato de Oman, London, Amail Publisher, 1995.

Slot, B. J, *Arab Al-Khalij, 1602-1784*; Trans from English by Aida Khori, 1ª ed., Abu Dhabi, Cultural Foundation, 1993.

Zaki, AbdulRahman, *Al-Islam wa Al-Muslimon fi Afriquia*, Cairo, 1970.

III. Atlas e Enciclopédias

Atlas de Lázaro Luís, ed. Luís de Albuquerque e Maria Catarina Henriques dos Santos, Lisboa, Imprensa de Coimbra e Simão Guimarães, 1990, fols. 8R [S.N], 8V[N.S] 5V[O.E].

Bartolomeu, Lasso, fl. 1564-1590, *Mar Vermelho e Golfo Pérsico, com a Abissínia, Arábia e Pérsia,* material cartográfico, [S.I: s.n], 1590, I carta.
Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, 40 vols, Lisboa, Editorial Enciclopédia Limitada.

Teixeira, João, *Carta do Mar Vermelho e Golfo Pérsico.*

The Encyclopaedia of Islam, 11 vols, new edition, Leiden, London, Brill, Luzac&Co, 1954-2001.

Tratado de Todos os Vice-Reis e Governadores da Índia, dir. Afonso Zúquete, IV Série, Cronológica e Biográfica dos Vice-Reis e Governadores da Índia, Lisboa, Editorial Enciclopédia Limitada, 1962.

IV. Dicionários de História e de Língua Portuguesa

Dicionário de História de Portugal, 6 vols, dir, Joel Serrão, Porto, Livraria Figueirinhas.

Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses, 2 vols, dir, Luís de Albuquerque, Lisboa, Círculo de Leitores e Caminho,1994.

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, 3 tomos, Lisboa, Temas e Debatas, 2003.

Dicionário da Língua Portuguesa Contemorânia da Academia das Ciências de Lisboa, 2vols, Lisboa, Verbo, 2001.

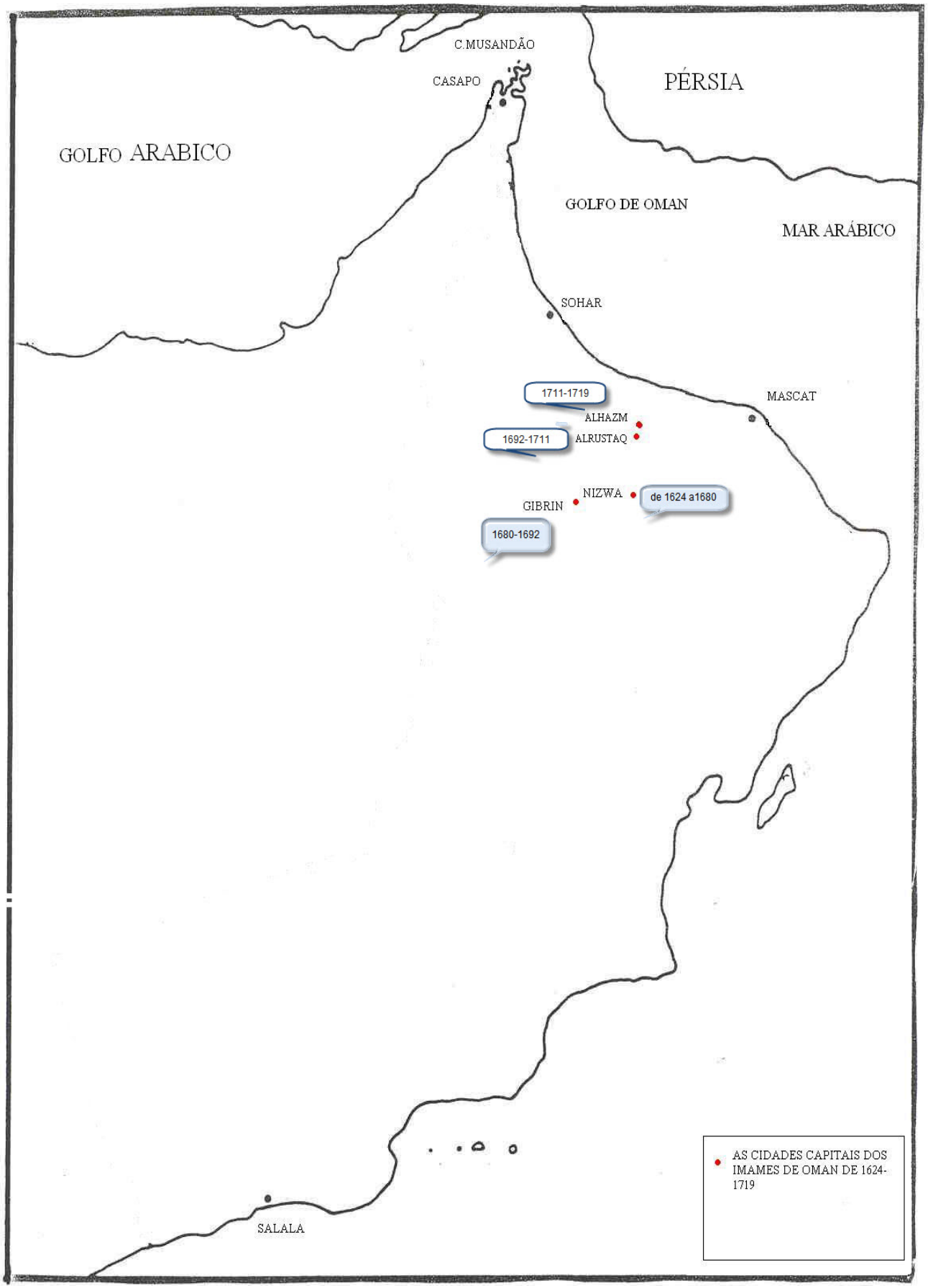
Grande Dicionário da Língua Portuguesa, dir. António de Morais Silva, 12 vols, 10ªed, Lisboa, Editorial Confluência, 1945.

Leitão Humberto, Lope, J.Vicente, Dicionário da Linguagem de Marinha Antiga e Actual, 3ªed, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 1990.

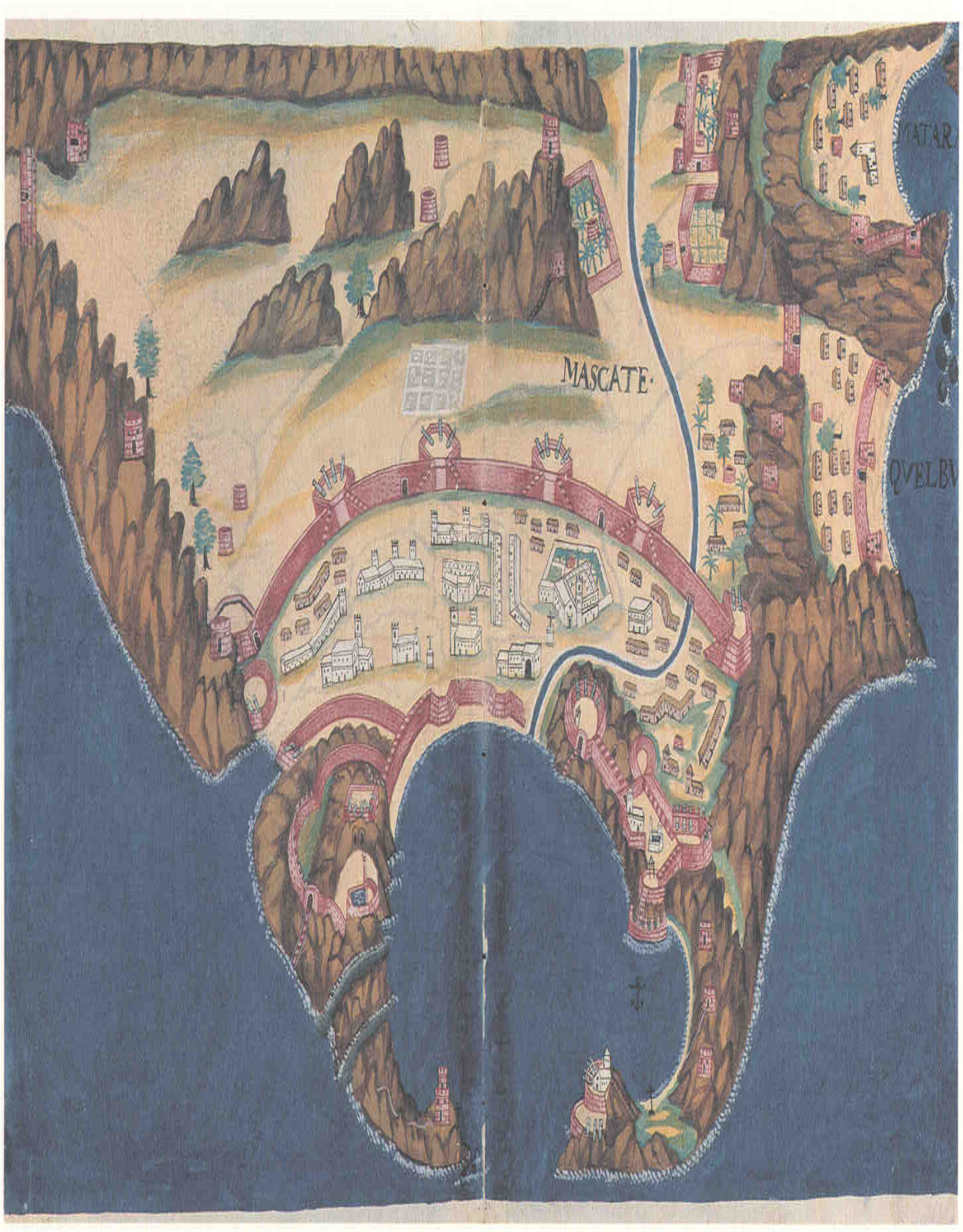
Portugal, Dicionário Histórico, Chorográphico, Biografico, Biliografico, Hebaldico, Numismatico e Artistico, dir., Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, 7 vols., 1909, Lisboa, João Romano Torres e Cª, 1904-1915.

ANEXOS

ANEXO I:Mapas e Gravuras



As Cidades Capitais dos Yarubitas entre 1624-1719

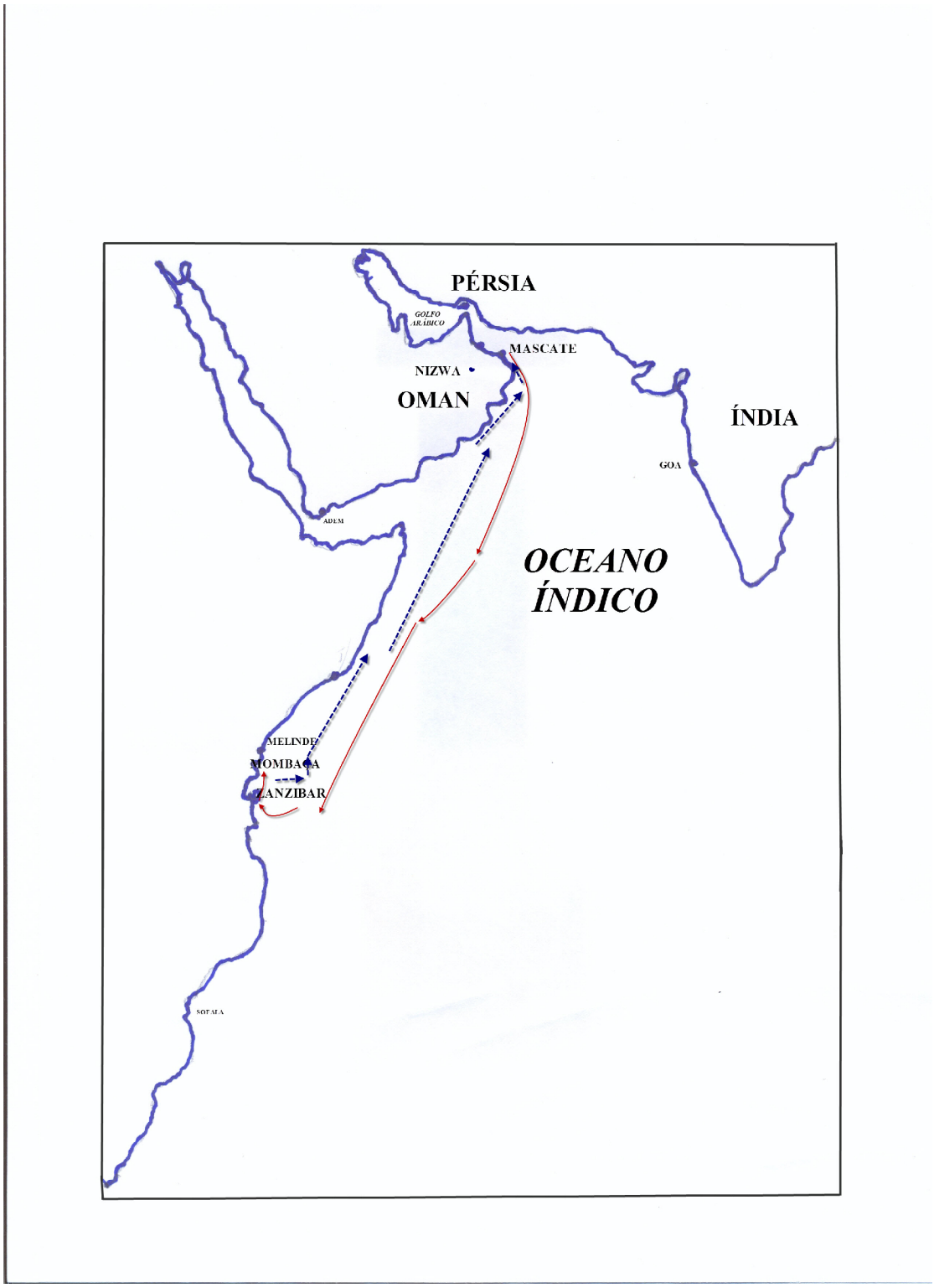


ESTAMPA V

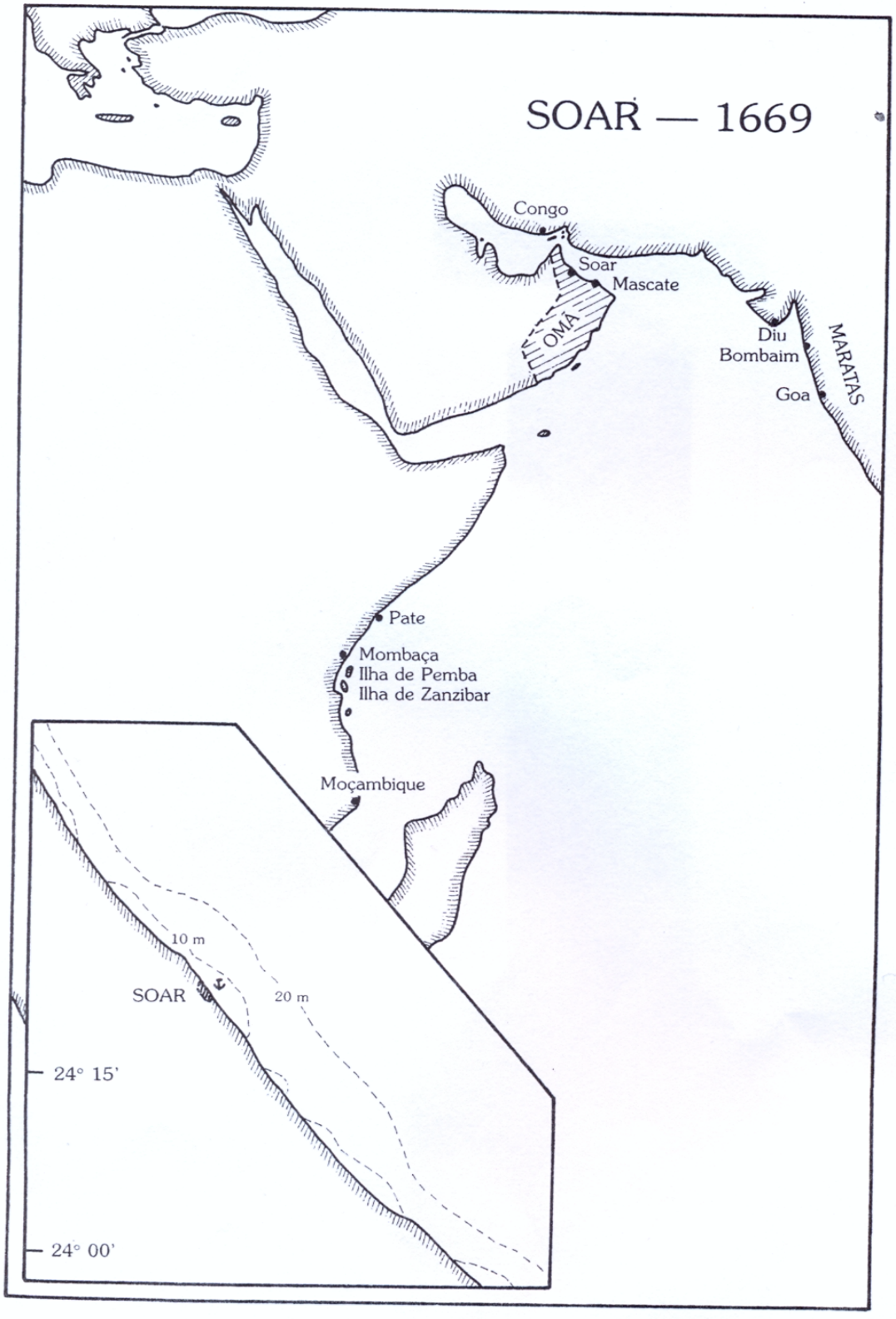
Fortaleza de Mascate

A fortaleza e o porto de Mascate

Fonte: António Bocarro, *O Livro das Plantas,* vol.3, estampa.V.



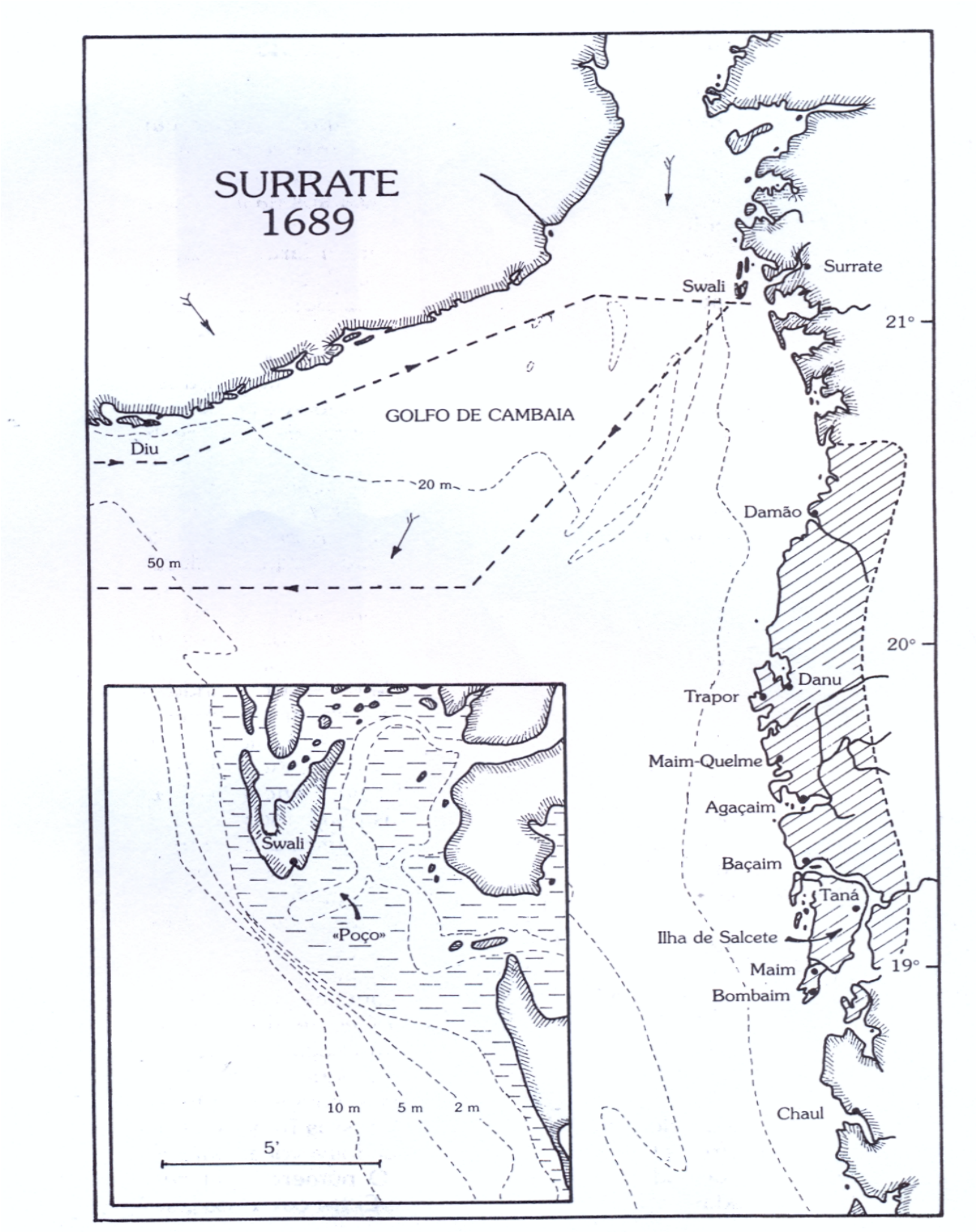
A expedição omanitas contra Zanzibar e Mombaça em 1652



11

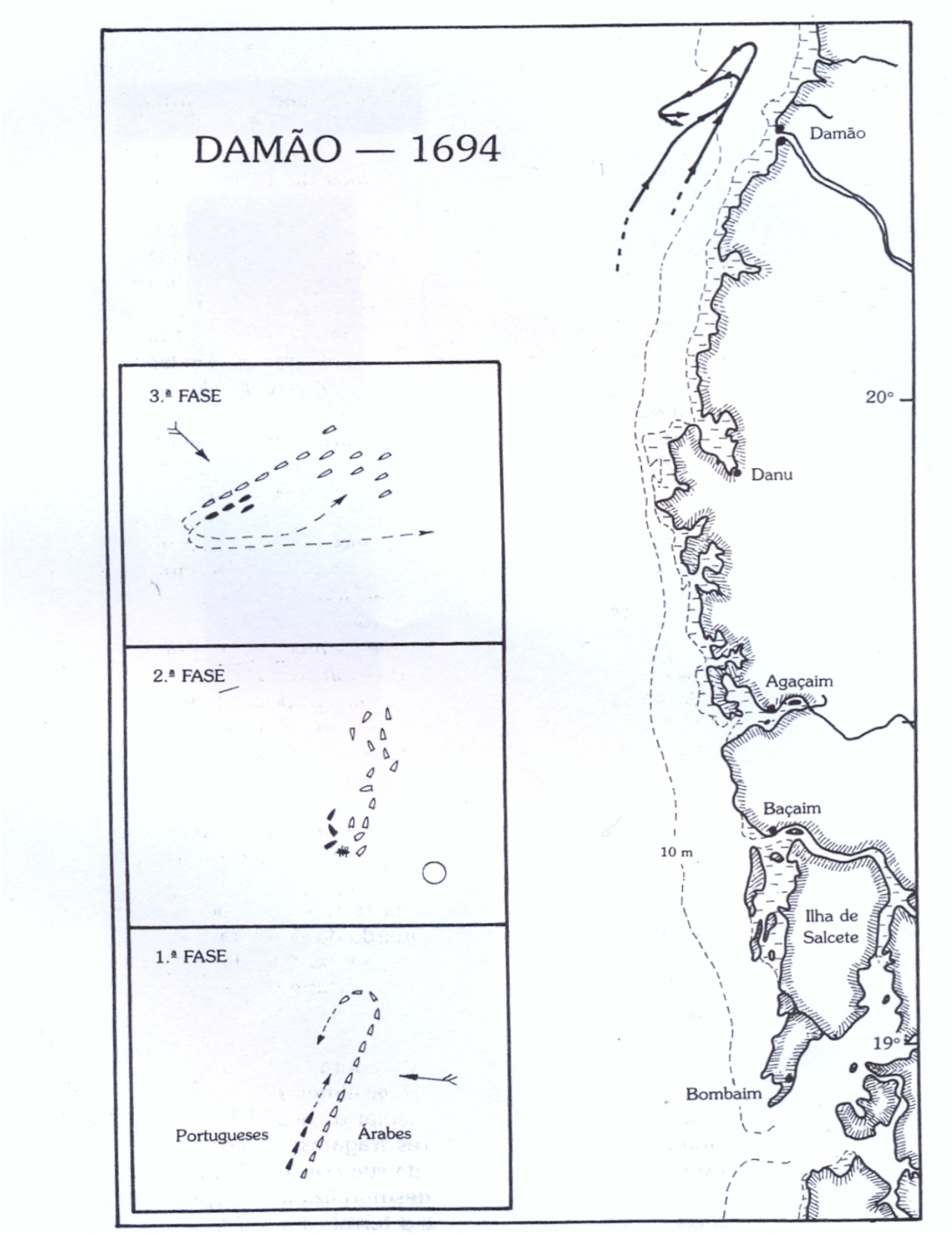
A Batalha de Sohar e do Golfo contra a Armada omanita em 1669

Fonte: Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, Vol.VII,p. 11.



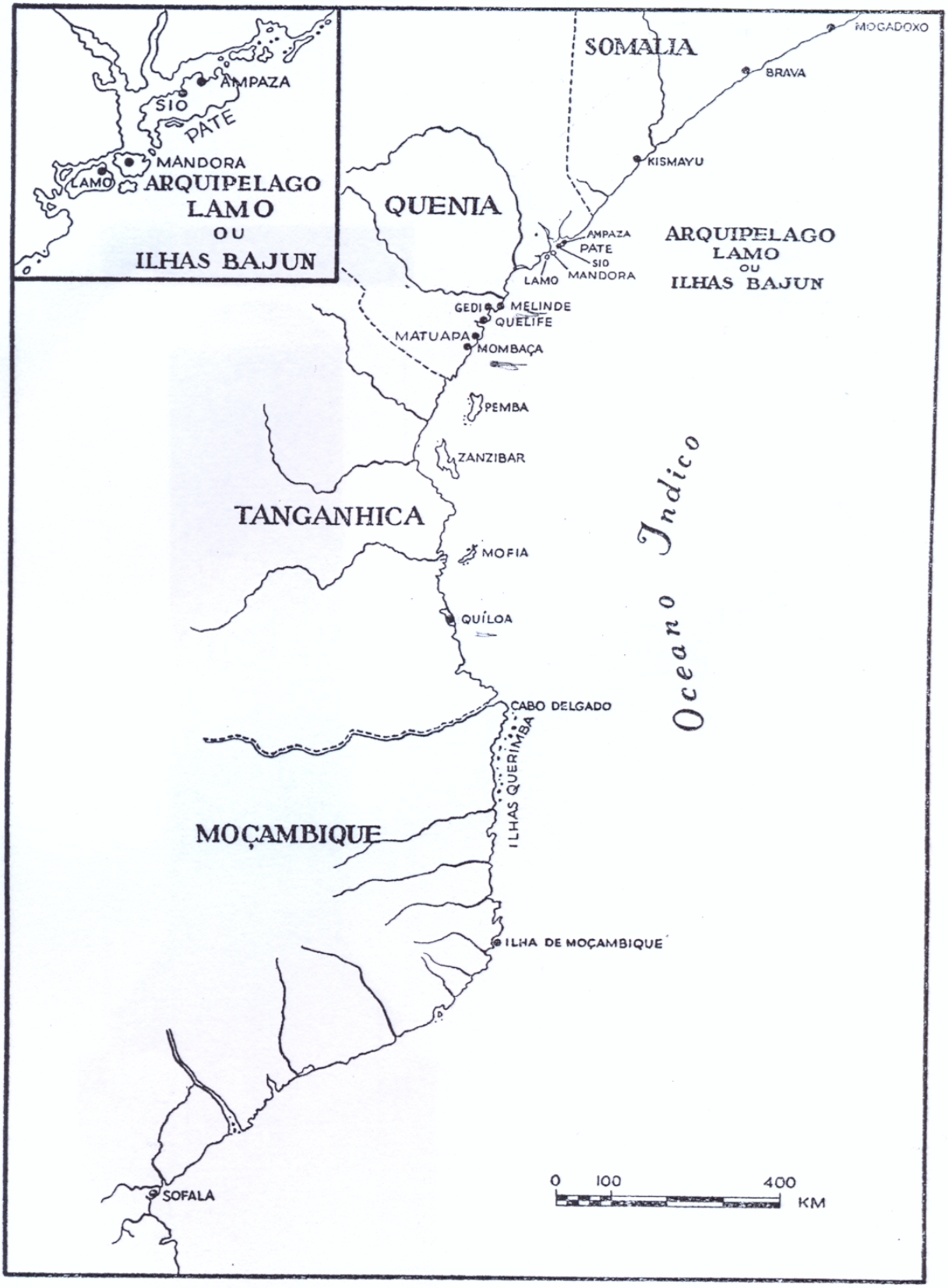
A Batalha de Surrate entre os omanitas e portugueses em 1689

Fonte: Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, Vol.VII, p. 24.



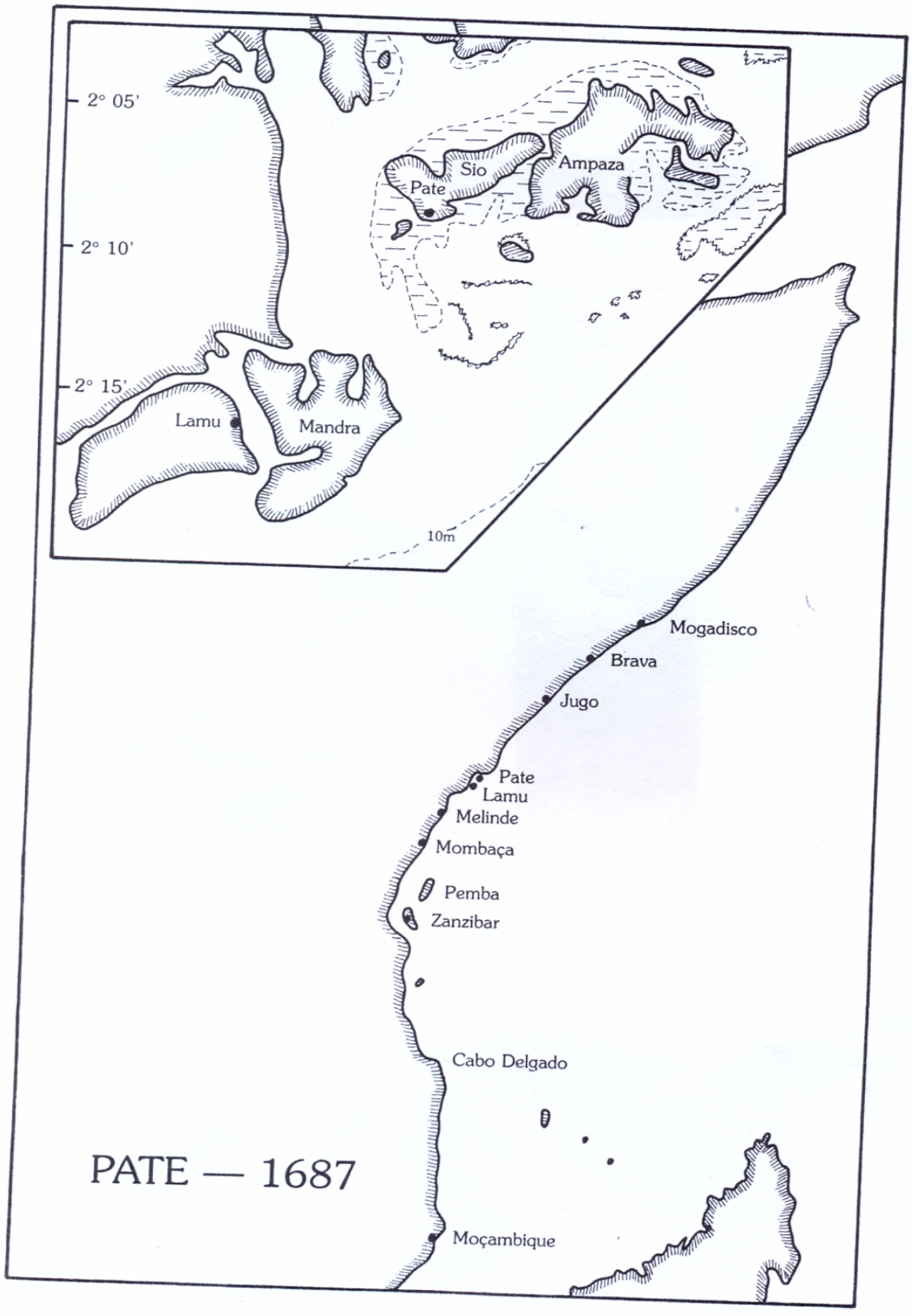
A Batalha de Damão 1694 entre as Armadas omanita e portuguesa

Fonte: Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol.VII, p. 30.



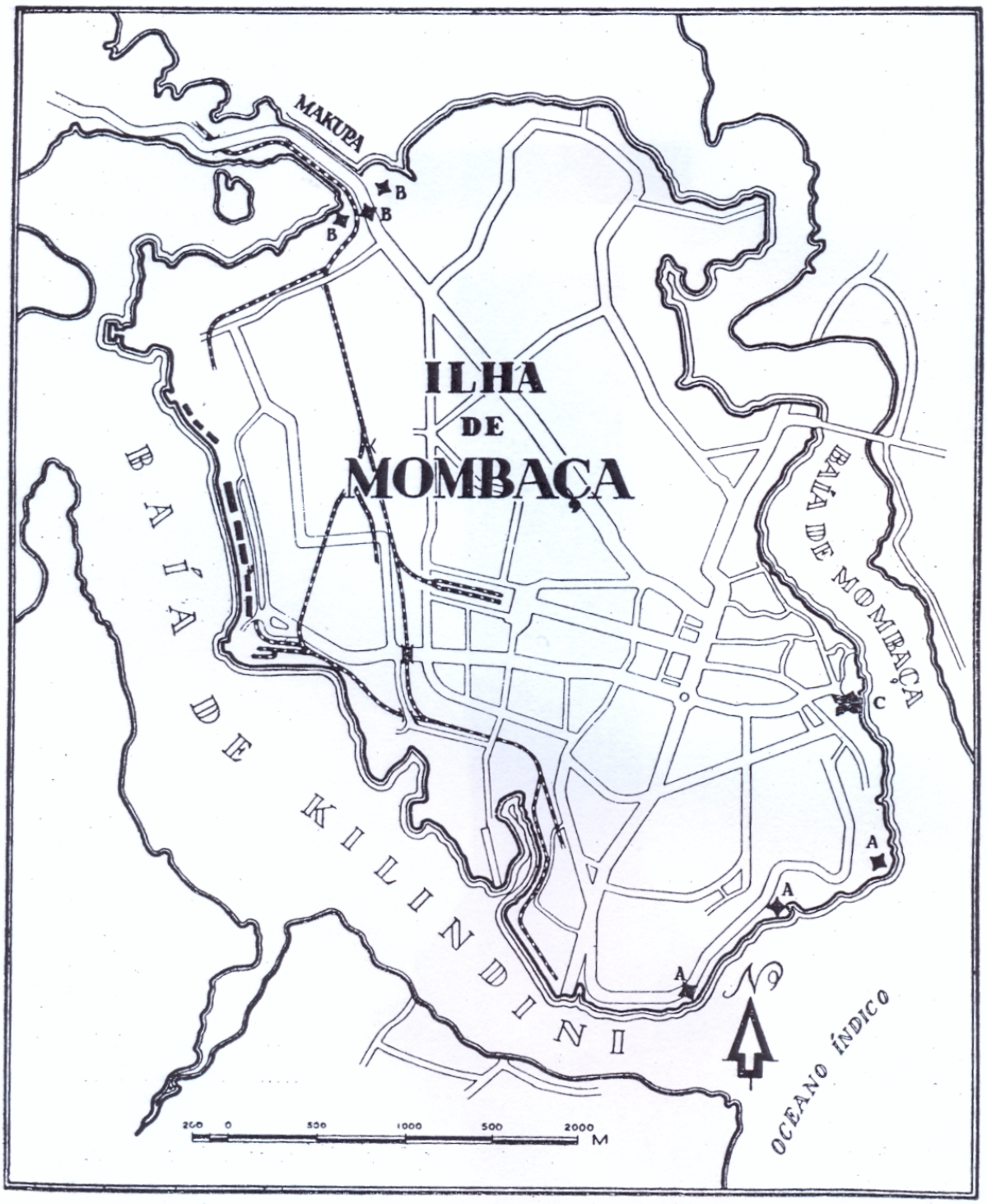
A costa da África Oriental

Fonte: C.R.Boxer e Carlos de Azevedo, *op.cit*., p. 14



A expedição portuguesa contra Pate em 1687

Fonte: Saturnino Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol.VII,p. 21.



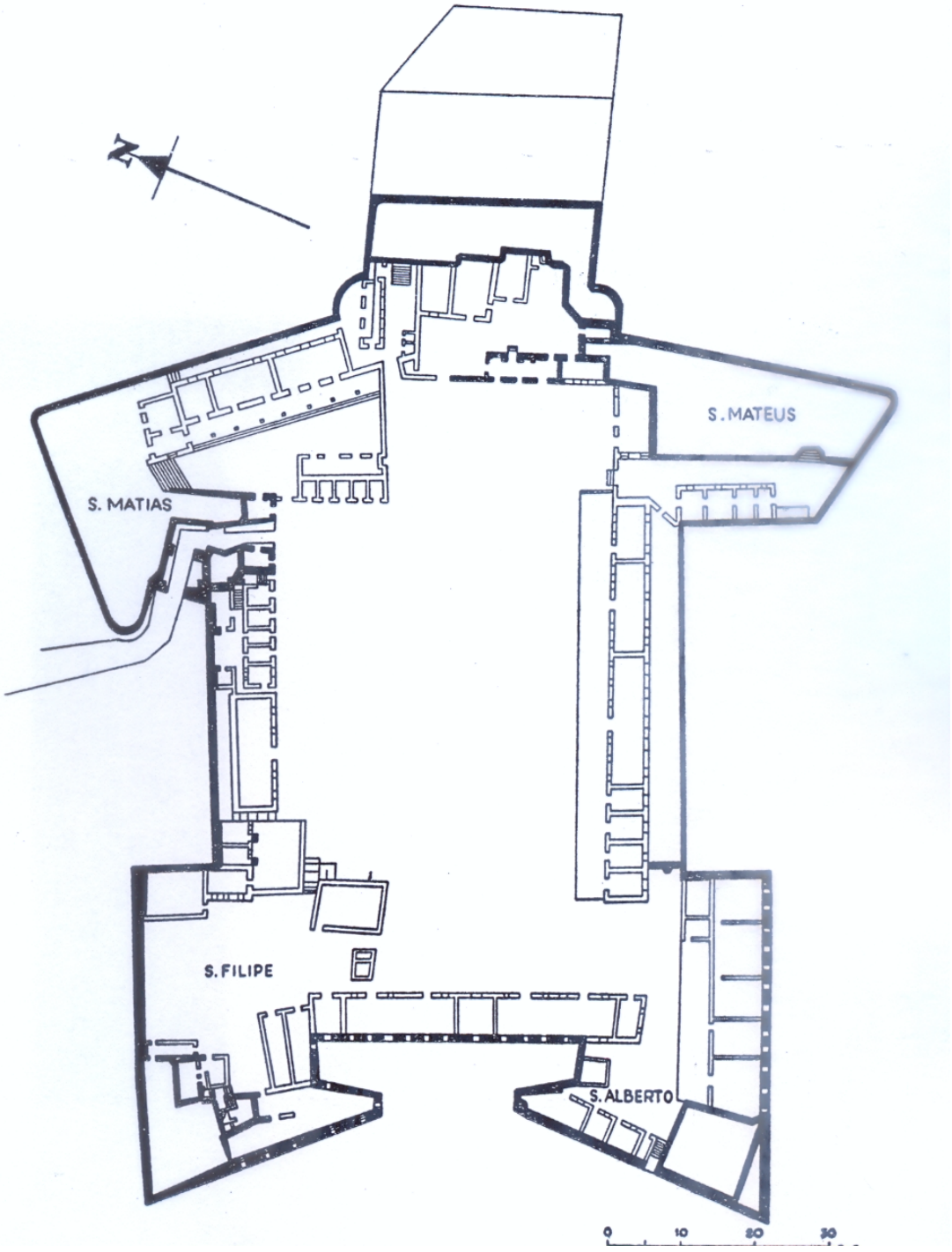
Mapa de Mombaça

A= Fortins da barra

B=Fortins do passo de Macupa

C= Fortaleza de Jesus

Fonte: C.R.Boxer e Carlos de Azevedo, *op.cit*., p. 17



A Fortaleza de Jesus

Fonte: C.R.Boxer e Carlos de Azevedo, *op.cit.,* p.78.

ANEXO II:GLOSSÁRIO HISTÓRICO

Aflaj: pl. de **Falaj:** conduta de água ou canal subterrâneo que os omanitas construíam para assegurar o abastecimento de água e irrigar as hortas.

Ahal Al-Hall wa Al-Akd: Entidades da Decisão. Na doutrina Ibadita os grupos intelectuais e chefes tribais detêm poderes para escolher o Imame entre os eleitos.

Al-Haula: o nome abrange muitas tribos árabes que viviam nas ilhas do Golfo e nas costas persas. Tal como Al-Qassimi, Banu Muiin, Al-Marazik, Al-Zaabi e Al-Matrushi.

Al-Ifrinj, Firenja ou Al-Firinja: os francos, expressão árabe para descrever os cristãos europeus em geral. Historicamente o termo designava os cruzados.

'Ulama' ou Al-Ulama: São os conhecedores ou os sábios no conceito Ibadita. Os

'Ulama' desempenhavam o papel de líder nos actos de eleição dos Imãs. Em geral

tinham poderes para designar ou depor o Imam. Também proferiam a

sentença judicial (Fatwa).

Awqāf: (sing. Waqf) ou Hubūs: bens ou património, termo reservado à esfera religiosa ou social**.**

Bajun, (Wagunha, Wagunya, Wagunja, Watiku): povo suaíli com forte mistura de sangue gala e/ ou somali. Estendia-se na faixa litoral de Kisimayu até Lamu. Era mais um povo de camponeses e de pescadores do que urbano. (cf. C.R.Boxer e Carlos de Azevedo, *op.cit*., p. 120)

Balluchos: Baluch, al-Buloch: povo que vivia na fronteira do reino da Pérsia. Actualmente o território dos Baluches (Baluchistão) está dividido entre Irão e Paquistão.

Baluarte: Bastião grande corpo de terra sustentado por muralhas, relva ou terra batida e disposto em ponta sobre os ângulos salientes do corpo da praça, com face e flancos de defesa.

Bandar, Banadir: do persa, porto

Banianes: Comerciantes indianos. Especialmente hindus da zona de Guzarate.

Banu Hanaah: tribos originárias de Iémen. Os Kahtanitas.

Banu Ghafir: tribos originárias de norte da Arábia. Os Adnanitas.

Cafres, kāfir: deriva do árabe kāfir que significa infiel ou não crente.

Cortina: nas fortificações, parte da muralha localizada entre dois baluartes.

Couraça: defesa exterior, ligada à fortaleza por muralhas geralmente perpendiculares à cortina. Muito usada pelos portugueses para proteger o acesso a um rio ou a uma praia. (Vide. C.R.Boxer e Carlos de Azevedo, *op.cit*., p. 120)

Ghafirita ou Ghafirismo: o partido político que surgiu em Oman depois de 1722, constituindo-se na maioria com a coligação das tribos de Banu Ghafir.

Ghurab (dhwo, dhau,dau): nome dado pelos europeus às embarcações árabes do mar arábico, golfo e mar Vermelho.

Farmã, Formão, Faraman: decreto ou ordem do Xá da Pérsia ou do rei Mogol .

Fusta: embarcação comprida, estreita, de pequeno calado, borda direita e proa de beque armada de esporão com paveses e um mastro onde se podia largar uma vela bastarda.

Galla: tribo do ramo Camítico. Vieram da Somália e ocuparam a zona interior da África Oriental.

Guarita: torre nos ângulos dos antigos baluartes, onde se protegiam as sentinelas.

Gulden: moeda holandesa conhecida também por florense. Cunhada na época de Carlos V, rei da Espanha, em 1521.

Hanaaita ou Hanaismo: o partido político que surgiu em Oman depois de 1722,

Constituindo-se na maioria com a coligação das tribos de Banu Hanaah.

Imām, Imame: expressão religiosa para designar a pessoa que dirige os muçulmanos durante a oração. Posteriormente este termo alargou-se, vindo a designar o chefe do Estado. O primeiro Imame na doutrina Ibadismo foi Jabir bin Zaid Al-Azdi al-Omani, (c.639-712 d.C).

Imāma, Imamato: liderança religiosa. A Imama Ibadita tem cinco fundamentos essenciais, a saber: Alcorão, Al-Sunna, Ijmaā‘, Qiyās, e

finalmente o Istidlāl. Na_história, a primeira Imama Ibadita foi fundada em 746 no Iémen e conseguiu dominar Meca e Medina. Mas este movimento foi aniquilado pelos Omaíadas em 747. Em 750, os Ibaditas fundaram a Imama em Oman pela primeira vez, a qual perdurou durante dois anos e veio a cair sob o jugo dos Abássidas. Apesar disso, as tentativas dos Ibaditas não cessaram, chegando ulteriormente a instituir a segunda Imama em 794.

Maracatos: tribo de origem Somali.

Mocadão: **almocadém**, do árabe almocadam: capitão ou caudilho de infantaria na milícia árabe bem como na milícia colonial portuguesa.

Mosseguejos (Mossegejus): subtribo niica, presumivelmente oriunda da Somália.

Muqarrariya: do persa, com o significado de tributo fixo.

Niica: (Wanyika, Vanica): povo banto que originariamente vivia nas estepes (niica) do interior. Comummente denominados "Musungulos" pelos portugueses. Vide. C.R.Boxer e Carlos de Azevedo, *op.cit*., p. 121) .

Pelouro: bala de pedra ou metal utilizada em antigas peças de artilharia

Sodagar, comerciante, mercador, do persa saudagar.

Suaíli: termo usado para definir uma raça árabo-africana, particularmente na parte litoral onde que os árabes estabeleceram e fundaram cidades comerciais, misturando com as tribos Bantos da costa da África Oriental.

Sultão (Sultan): poder, força. Utiliza-se como título de soberania entre os governadores muçulmanos.
Sunita Shafiita: uma das quatro escolas jurídicas Sunitas: Shafiita; Malikita;

Hanafita; Hanbalita**.**

Terradas e Terraquinas: barcos ligeiros e ágeis, úteis para um desembarque rápido.

Toman: a moeda persa. Ainda hoje circula no Irão. Veja o anexo VII, p.417.

Wali: o governador da cidade.

Xarife: homem nobre. Os descendentes do ramo Hassanitas e Hussainitas, netos do profeta Mohammed.

Xabandar: do persa, o chefe do porto ou o feitor.

Xeque: do árabe al-Xeque ou Šeikh. Sheik velho, homem respeitável, chefe da tribo ou do Estado. Também se utiliza para designar os sábios religiosos.

Zakat: Uma contribuição que os muçulmanos ricos devem pagar aos pobres. É o terceiro pilar da religião muçulmana.

ANEXO III: GLOSSÁRIO TOPONÍMICO

Os topónimos usados no estudo seguiram a tradição portuguesa contemporânea. apresentamos a respectiva correspondência na designação actual.

Adém: Cidade portuária no sudoeste da península arábica, Aden ou ‘Adan, situada a 12º 58’ N e 45º 05’ E.

Alepo: Cidade milenar na actual Síria. *Ḥalab* (em árabe) era um importante centro de caravanas com uma grande colónia de mercadores europeus.

Al-Hasa, Al-Hasā, ou Laça,al-Ahsa: É uma região no lado oriental do Reino da Arábia Saudita. Foi a capital das tribos do Banū Jabr nos séculos XV-XVI.

Al-Hijaz, Hijaz: o nome abrange os dois lugares sagrados dos muçulmanos,i.e. Meca e Madina.

Al-Rustaq: uma cidade na região de *Al-B*ā*tina* Sul, a 140 km de Mascate. Nela foi anunciado o Estado Yarubita em 1624 e dela saiu o primeiro Imame Nassir Bin Murshid para unificar o país. Al-Rustaq também foi considerada a capital de Oman por alguns Imames Yarubitas posteriores. Em 1744, o primeiro Imame da dinastia do Al-Busaid, Ahmed Bin Said (1744-1783), tornou a cidade na capital do país e esta manteve a sua posição política até o fim do século XVIII.

Al-Ṣīr, Sīr: o nome por que era conhecida a cidade de Julfar no século XVII.

Baçorá, Bassorá: Cidade portuária no Shat al ‘Arab, no sudeste de Bagdade no actual Iraque, construída pelo segundo califa ‘Umar, em 638.

Borca, Barkā: Cidade na costa do Golfo de Oman, na região de *al-B*ā*tina* Sul, a nordeste de Mascate. Contava com uma fortaleza portuguesa. Caiu nas mãos dos omanitas antes de 1650. Foi utilizada pelos Yarubitas como *hinterland* e abastecedor de mercadorias e provisões da capital Yarubita.

Caçapo: Cidade omanita na província de Mosandão. **Khasab**, a sul do cabo de Mosandam. Foi a derradeira base portuguesa na costa omanita, caiu em 1655.

Caixem: Cidade na costa sul da Arábia na zona de Xaer. **Kishin** ou **Qishm**, a 15º 30' N, e 51º 40' E.

Calaiate, Qalhat: Cidade e Porto comercial na costa do Mar Arábico. Pertença do rei de Ormuz. Foi o primeiro lugar a ser visitado por Afonso de Albuquerque em 1507, vindo a cair nas mãos do mesmo capitão em 1508. Portugal erigiu ali uma feitoria. Ficou sob o domínio dos omanitas após 1648.

Catar: península da Arábia no Golfo Pérsico, frente ao Barém. Era um banco de pesca de pérolas. Hoje é um Estado independente com o mesmo nome **Qatar**.

Catifa, al-Qatīf: Cidade árabe na região do Golfo, faz parte presentemente do território da Arábia Saudita.

Congo: **Bandar Kong**, porto persa junto do estreito de Ormuz, no Golfo Arábico.

Corfacão, **Orfacão**: fortaleza portuguesa na costa omanita a norte de Soar e sul do cabo Moçandão, **Khawr Fakkân** ou **Ḫūr-Fakkān**. Actualmente pertence aos Emirados Árabes Unidos.

Curaiate, Quriyāt: ou **Coriate** Vila pedregosa junto à serra e ao mar, localizada na costa do Mar Arábico, a sul de Mascate. Quriyāt pertencia ao rei de Ormuz. Lugar de carregamento das mercadorias destinadas a Ormuz. Foi atacada por Afonso de Albuquerque em 1507. Os portugueses construíram ali uma fortaleza, que caiu sob o jugo dos omanitas em 1648.

Doba, Daba e Dibba: fortaleza portuguesa na costa omanita a norte de Soar. Hoje a cidade encontra-se dividida em duas partes: Doba Al -Beia pertence a Oman e Doba Al-Hisn pertence aos Emirados Árabes Unidos.

Jasques: Porto persa na costa do Golfo de Oman, Jâsk fica a 25º 46' N, e 57º 50' E.

Julfār: Cidade portuária na margem sul do Golfo. Actualmente é o emirado de Ras al-Khayma.

Mocarão, **Macran e Makran**: O Macarão é a região costeira do Baluchistão. Hoje em dia, encontra-se dividida entre Irão e Paquistão.

Mascate, Muscat e Bandar Mascate: Cidade portuária no Golfo de Oman. Presentemente é a capital do Sultanato de Oman. Mascate foi conquistada pelo capitão-mor Afonso de Albuquerque em 1507, e nela foram construídas pelos portugueses duas fortalezas situadas na baía de Mascate. Em 1622 depois da queda de Ormuz, Mascate serviu de base militar aos portugueses na zona do Golfo. Caiu nas mãos dos omanitas em 1650. Mascate é considerada a capital oficial de Oman desde a época do Hamad bin Said Al-Busaidi (1779-1792), que mudou a capital de Al-Rustaq para Mascate. A cidade situa-se a 23º 40' N, 58º 43' E.

Matará, Matrah: cidade e porto em Mascate. Foi palco das acções militares omanitas contra os portugueses entre 1633-1650. O porto de Matará tornou-se o entreposto de Oman nos séculos XVIII, XIX e XX .

Mosandão, **Musandam**: cabo e península omanita que tem o estreito de Ormuz em Ras Musandam. O topónimo designa também a península rochosa que termina na cadeia montanhosa de Djabal Hadjar. A extremidade norte, que a cartografia portuguesa designa por cabo Mosandão, corresponde ao Rūus al-Djibāl.

Nizwa, Nazwah: cidade e capital de Oman há 800 anos, localiza-se no centro de Oman. Hoje essa cidade é conhecida pela sua fortaleza e pelo seu mercado de rico artesanato que testemunho a arte omanita de há 500 anos.

Rīyām: pequena cidade costeira entre Mascate e Matará. Nela foi assinada a trégua da paz entre os omanitas e portugueses em 1648.

Roçalgate, **Ras al-Hadd**: região que separava os domínios do reino de Ormuz no sudeste da costa de Oman e o reino de Fartaque no sul de Oman.

Rūy, Ruwi: uma cidade em Mascate. Hoje em dia, uma cidade comercial.

Sibu, Sibo ou Al Seeb: cidade no litoral acima de Mascate a 60 km.
Socotorá: Ilha no Oceano Índico à entrada do Mar Vermelho,

Soar, Suhar: **Sohar:** cidade e porto na costa de Oman a 190 km no nordeste de Mascate no Golfo de Oman. Foi a capital de Oman desde o período pré-islâmico até a criação da Imama Ibadita. Nos meados do século X Soar desempenhou um papel muito importante no comércio do Levante que passava pelo Golfo.

Sur, Çur: porto e cidade na costa sul de Oman. Era um porto conveniente para as mercadorias da Índia ao lado de Calaiate. No início do século XVIII, Sur conseguiu substituir-se a Calaiate e tornou-se no porto comercial mais famoso no Golfo.

ANEXO IV: Os Imames da dinastia Yarubita de 1624-1730

Nasser bin Murshid	1624-1649
Sultan bin Saif I	1649-1680
Bilarab bin Sultan	1680-1692
Saif bin Sultan 1	1692-1711
Sultan bin Saif 2	1711-1719
Saif bin Sultan 2(1ª vez)	1719
Muhanna bin Sultan bin Majid	1719-1721
Yaarub bin Bilarab (regente)	1721-1722
Yaarub bin Bilarab	1722-1724
Mohammed bin Nasser Al-Ghafri	1724-1728
Saif bin Sultan 2 (2ª vez)	1728-1731

ANEXO V: Os Reis de Portugal de 1650-1730[853]

D. João IV(Restaurador)	1640-1656
D.Afonso VI	1656-1667
D.Pedro II	1667-1706
D. João V	1706-1750

[853]Cf. A.C. Teixeira de Aragão, *Descrição Geral e Histórica das Moedas Cunhadas em Nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal*, vol.2, Porto, Livraria Fernando Machado, (s.d), pp. 5, 28, 41,68.

ANEXO VI: Os Vice-Reis e Governadores do Estado da Índia 1650-1730.[854]

D. Filipe Mascarenhas	1645-1651
D.Frei Francisco dos Martires- António de Sousa Coutinho-Francisco de Melo de Castro(2.º Conselho Governativo)	1651-1652
D.Vasco Mascarenhas(Conde de Óbidos)	1652-1653
D. Braz de Castro	1653-1655
D.Rodrigo Lobo da Silveira(Conde de Sarzedas)	1655-1656
Manuel Mascarenhas Homem	1656
Manuel Mascarenhas Homem-Francisco de Melo de Castro-António de Sousa Coutinho(3.º Conselho Governativo)	1656-1661
Luís de Mendonça Furtado-D.Manuel Mascarenhas-D.Pedro de Lancastre(4.º Conselho Governativo)	1661-1662
António de Melo de Castro	1662-1666
João Nunes da Cunha (Conde de São Vicente)	1666-1668
António de Melo de Castro-Luís de Miranda Henriques-Manuel Corte Real de Sampaio(5.º Conselho Governativo)	1668-1671
Luís de Mendonça Furtado e Albuquerque (Conde de Lavrado)	1671-1677
D.Pedro de Almeida (Conde de Assumar)	1677-1678
D.Frei António Brandão-António Pais do Sande(6.º Conselho Governativo)	1678-1681
Francisco de Távora(Conde de Alvor)	1681-1686
D.Rodrigo da Costa	1686-1690
D.Miguel de Almeida	1690-1691
D.Frei Agostinho de Anunciação-D.Fernando Martim Mascarenhas de Lancastre-Luís Gonsalves Cota(7.º Conslho Governativo)	1691-1692
D.Pedro António de Noronha (Marquês de Angeja)	1692-1698

[854]Cf. José F.Ferreira Martins, *Crónica dos Vice-Reis e Governadores da Índia*, vol.I, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1919, pp. 270-272.

António Luís Gonsalves da Câmara Coutinho	1698-1701
D.Frei Agostinho da Anunciação-D.Vasco Luís Coutinho da Costa(8.º Conselho Governativo)	1701-1702
Caetano de Melo e Castro	1702-1707
D.Rodrigo da Costa	1707-1712
Vasco Fernandes César de Menezes (Conde de Sabugosa)	1712-1717
D.Sebastião de Andrade Pessanha (Arcebispo de Goa)	1717
D.Luís Xavier de Menezes(Conde da Ericeira, e 1º Marquês do Louriçal)	1717-1720
Francisco José de Sampaio e Castro	1720-1723
D.Cristóvão de Melo	1723
D. Inácio de Santa Teresa-D.Cristóvão de Melo-Cristóvão Luís de Andrade(9.º Conselho Governativo)	1723-1725
João de Saldanha da Gama	1725-1732

ANEXO VII: Moedas indo-portuguesas que circulavam no Golfo nos séc.XVI-XVII, e o seu valor[855]

Moeda	**Valor**
Ashrafi/Xerafins	300 reis
Larins	60 reis (1/5 do xerafins)
Cruzado	2 xerafins
Pardao	1.55 xerafins (360 reis)
Pataca	1.22 xerafins
Tanga	60-69 reis em Ormuz
Toman	200 Shahis
Shahis	50 Dinares
50 Abbasis	1 Toman
Mahmudi	1 Abbasi

[855]Cf. Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 2vols, vol.1, Lisboa, Editora Arcádia, 1963, cap. 5, pp.253-255.

ANEXO VIII. Documentos árabes traduzidos para português.

1ª Fonte: **Abdullah bin Ali Ibn Al-Wazīr, *Tariḫ al-Yaman fi AlQarn Alhadi Ašar al-Hijri(1045-1090 H*)(História do Iémen no Século XI da Hégira/1635-1680 d.C), vols.1,2.**

pp. 89-90/ vol.1

Neste ano(1052 H/1642 d.C), Um grupo das pessoas de al-Hasa, al-Bahrain e al-Bassra, preparados para fazer comércio, atravessaram o mar do Golfo; quando eles passaram por Bandar Mascate, que se encontrava naqueles tempos em mãos dos Ifrinj, foram assaltados. Desde então, os comerciantes ficaram com medo e, em seguida, deixaram de usar a via marítima até o omanita recuperar Bandar Mascate

pp. 105-106/ vol.1

Nesta altura (1054 H/1644 d.C), o omanita cedeu bandar Mascate, que fica na costa do seu território e que estava nas mãos dos *Alfirinj* e desde que eles [os barcos] se destinassem a seu país, os comerciantes que vinham do al-Bahrain, al-Iraque, Pérsia e al-Yaman, sentiam-se seguros.

p.227/ vol.1

No mês de Muharram no ano de 1078 H(Junho de 1667), chegaram notícias de que os Ifrinjs haviam penetrado no mar até às fronteiras de Mascate do lado de Oman, após o que partiram.

p. 232/ vol.1

E neste ano(1078H/1667-1668 d.C), desencadeou-se no mar uma guerra entre os soldados omanitas e os portugueses e os Ifrinjs regressam de Bab Al-Mandab depois de lá terem ficado cerca de três meses.

p. 247/ vol.1

Naqueles dias(Ano de 1079 H/1668 d.C), o senhor de Oman dirigiu-se para o porto de Diu, aliado dos Ifrinjs; nele entrou pelo lado do mar agitado; enganou os comerciantes que ali se achavam; meteu mão naquilo que queria, carregando com ele as embarcações; regressou ao seu país.

p. 261/ vol.1

Naqueles dias(Ano de 1080 H/1669 d.C), entre o omanita e os Ifrinjs, desencadeou-se no mar um combate feroz. No começo, o vento era favorável aos combatentes omanitas e, de seguida, os Ifrinjs atacaram-nos matando deles mais de duzentas pessoas e os restantes ficaram derrotados. Durante alguns dias os Ifrinjs permaneceram no mar até que alguns deles tivessem saído para Al-Makha

p. 270/ vol.2

No mês de Safar ou de Rabi(no ano de 1081 H/Junho-Julho1670 d.C), aquando do regresso dos Ifrinjs de Bab Al-Mandab, encontraram um grupo de comerciantes de Al-Hasa e Oman, num ancoradouro de porto de Broum, entre Al-Xahar e Ahour. De entre eles havia cerca de trezentos combatentes do Oman. Foram obrigados a fugir para porto de Broum deixando para trás a sua embarcação [....]

p.294/ vol.2

E neste mês (Shawal no ano de 1083 H/Fevereiro de1673 d.C)chegaram notícias de que o dono de Oman se reconciliou com os portugueses ficando a salvo do seu mal.

p. 312/ vol.2

No mês de Rajab, (ano de 1085H/Outobro de 1674 d.C), chegou notícias de que os combatentes de Oman se dirigiram para o mar. Saíram de Mascate quando o vento do leste lhes era favorável. O Imame adivinhou que o destino deles eram as zonas costeiras do Iémen[....]

p. 320/ vol.2

Nestes dias(ano de 1086H/1675 d.C), chegaram notícias de que as embarcações omanitas se achavam no mar, nelas haviam soldados.

p.359/ vol.2

Nos finais do mês de Rabi I(ano de 1090 H/Maio de 1679 d.C), chegou a Al-Makha a primeira das embarcações indianas; os combatentes do omanita haviam-se confrontado com eles em Bab Al-Mandab.

p.360/ vol.2

E neste mês(ano de 1090 H/1679 d.C), chegaram notícias do governador de Áden, o xeque Ragih em que dizia ter chegado às costas de Áden um barco proveniente de "Mashli Fatan" e que as pessoas no barco, tendo receio dos soldados omanitas, lhe enviaram, em plena noite, um mensageiro, pedindo-lhe para lhes fornecer homens e os apoiar com heróis. E ele fez o que disseram. E quando o barco, com os indianos e os soldados a bordo, de manhã foram surpreendidos pelos combatentes omanitas os quais, vestidos com trajes estranhos, os atacaram, a eles e ao barco. Os omanitas foram apanhados pelo terror; tornaram-se no alvo das balas e gritaram por socorro quando já era tarde. O ataque terminou com a morte de vinte e cinco homens deles e a derrota dos restantes. Quando os omanitas souberam da sua incapacidade, de madrugada regressaram, voluntaria e em dificuldade à sua terra.

pp. 362-363/ vol.2

E neste mês (ano de 1090/1679-1680 d.C) chegou notícia de que Sultan bin Saif, rei dos omanitas, faleceu no seu país e que no seu trono se sentaram alguns dos seus filhos.

2ª Fonte: **Yahya bin Al-Hussain ibn Al-Qassim, *Yawmiyat Sanā fi alQarn Alhadi Ašar 1046 H-1099 H* (Diário de Şanā' no Século XI de Hégira/ XVII d.C), vols.1,2**

p. 51/ vol.1

Neste ano(1052 H/1642 d.C), Um grupo das pessoas de al-Hasa, al-Bahrain e al-Bassra, preparados para fazer comércio, atravessaram o mar do Golfo; quando eles passaram por Bandar Mascate, que se encontrava naqueles tempos em mãos dos Ifrinj, foram assaltados. Desde então, os comerciantes ficaram com medo e, em seguida, deixaram de usar a via marítima até o omanita recuperar Bandar Mascate.

pp. 59-60/ vol.1

Nesta altura (1054 H/1644 d.C), o omanita cedeu bandar Mascate, que fica na costa do seu território e que estava nas mãos dos *Alfirinj,* Disseram os cronistas que ele recorrera ao ardil e à traição: mandou grupos com trajes de dervixes. Quando

chegaram a Mascate vingaram-se dos cristãos assassinando-os com facas até que o sangue destes começasse a correr. Apoderaram-se da fortaleza e aperfeiçoaram o acto e a prática. Disseram os cronistas: esta fortaleza não pode ser tomada pela força devido à sua fortificação e as montanhas que penetram no seu mar na entrada e na saída. Desde que eles [os barcos] se destinassem a seu país, os comerciantes que vinham do al-Bahrain, al-Iraque, Pérsia e al-Yaman, sentiam-se seguros.

pp.149-150 / vol.1

No mês de Muharram[1078H/Junho de1667], chegaram notícias de que os ifrinj haviam penetrado no mar até às fronteiras de Mascate do lado de Oman, após o que partiram.

p. 185/ vol.1

A meio do mês de Shaban [1080H/1669] chegaram notícias de que os ifrinj; quando tinham saído no mês passado, para as costas das terras do governante omanita, e com eles aconteceu o que aconteceu, dirigiram-se para o mar e regressaram querendo fazer sair, atrás deles no mar, os combatentes do governante omanita. O seu ardil resultou e os combatentes do governante omanita juntaram-se-lhes no mar. Quando se encontraram, apoiados por mais pessoas das suas terras desencadeou-se a batalha, sucederam-se os confrontos e muitos combatentes de ambos lados sucumbiram ao ponto de o mar ter lançado para as costas os corpos dos mortos. A seguir, os ifrinj voltaram a atacar os omanitas apoiados pelos reforços que lhes tinham chegado das suas terras. Mataram um elevado número deles que, segundo se diz, chegaram a duzentas pessoas ou mais. Os restantes omanitas, derrotados, regressaram para as suas terras. Quanto aos ifrinj, estes atracaram no mar percorrendo-o até ao final deste ano. Saíram para al-Makha.

p. 193/194/ vol.2

No mês de Safar ou de Rabi[1081H/Junho-Julho de 1670], aquando do regresso dos ifrinj de Bab Al-Mandab, encontraram um grupo de comerciantes oriundos de Al-Hasa e Oman, num ancoradouro de Broum, entre Al-Shahar e Ahour. Os soldados do

omanita fugiram, cerca de trezentos combatentes, num Corvo para a costa. A sua embarcação partiu-se e eles entraram em Broum. Os comerciante de Al-Ihsa, que levavam como mercadoria o café, deixaram os barcos no mar. Quando os ifrinj chegaram queimaram-nos todos e os soldados do governante omanita, a partir da costa de Broum, desferiram tiros para o mar sem saber se atingiram alguém ou não. Um omanita foi atingido, na costa de Broum, por uma bala disparada pelos ifrinj. Os soldados do govenante omanita continuaram nesta situação até terem obtido um outro Corvo, depois dos ifrinj terem ido embora, e regressaram para as suas terras.

p. 205/ vol.2

Naqueles dias[1082/1671], um grupo dos [...] ifrinj entrou na ilha de Socotorá, pertencente às terras de Al-Mahri. Este fez as pazes com os ifrinj os quais habitaram uma parte da ilha denominada Qaxen.

p.214/ vol.2

E neste mês [Shawal de 1083/Janeiro de 1673], chegaram notícias, com os comerciantes omanitas, os de Baçorá e Ihsa, de que o dono de Oman se reconciliou com os ifrinj, navegando no mar em segurança. Disse o cronista: tudo isto porque o dono de Oman se apaixonou pelo comércio.

p.351/ vol.2

Nestes dias, nos finais do mês de Rabi II[1090H/Maio de 1671], chegaram a al-Makha as embarcações indianas; onde foram recebidas pelos navios omanitas em Bab Al-Mandab, que as sujeitaram do pagamento das respectivas taxas de cobrança obrigatória, incluindo o décimo sobre o valor das mercadorias. Ali, os navios omanitas permaneceram e deram voltas.

p.352/ vol.2

Neste mês Rabi II[1090H/Maio de 1671], duas embarcações saíram de Wasla, na Índia, em direcção a Mukha. Os omanitas avistaram-nas e perseguiram-nas. As embarcações aproximaram-se da costa e os seus ocupantes tentaram sair. Havia

muçulmanos e ifrinj. Abandonaram as embarcações e saíram para a costa. Uma das duas embarcações partiu-se no mar com o dinheiro que ali havia, após ter encalhado na costa. Os ocupantes das embarcações fugiram. Quanto a outra embarcação, esta foi pilhada pelos omanitas que se apoderaram das mercadorias. No final da época chegaram os barcos indianos do sultão.

أحمد الحيمي[1] للسعاية، في استمالة ابن أخيه حتى يسعد للرجوع إلى دياره، فأسعد أحمد والعود أحمد، ولما وَصَلَ حضرة الإمام ظهر منه الإبتهاج، واستقام الاعوجاج، وزوجه بإحدى بناته، وحمد مسعود حركاته، ثم استأذن للعام القابل في حج بيت الله الحرام، فأذن له مع جملة من الأعيان والأهل والأرحام.

وَفِيْ هَذَا العَام أو الذي قبله من الأعوام، اتفق أن بعض السادات الثقات، سار إلى بلاد شمات، فنزل إلى بركة للشرب منها في تلك الجهات، فوجد بها جمجمة ملقاة على الأرض، وفي فمها لجام من الحديد، فخاطبها السيد بمقال يستكشف فيه الأمر، بلسان الحال، فلم يشعر إلا بصوت عظيم من تلك الجمجمة داخله من الفزع ما حَرّ معه لوجهه ملقًى على الماء، خارجاً عن طور العقل لا يفرق بين الأرض والسماء، [٣٠] ولَمَّا حان منه أن يفيق، واستأنس بمارة الطريق، دفنوا تلك الجمجمة، وقد صارت لسوادها كالحممة، فما تم الدفن، وانطبقت عليها الحفرة انطباق الجَفْنْ، حتى لفظتها الأرض، وقذفها طولها والعرض، فتركت كما هي، وتفطّن السيد أن هذا والعياذ بالله من نمط عذاب القبر، الذي يظهره الله أحياناً للزجر.

وفي هذا العام تجهز جماعة للتجارة من الحسَاء[2] والبحرين[3]، والبصرة[4]

---

(١) الحسن بن أحمد الحيمي: هو الحسن بن أحمد بن صلاح اليوسفي الحمالي اليافي المعروف بالحيمي أحد أعيان دولة الإمام المؤيد بالله بن القاسم، وأخيه الإمام المتوكل على الله وكان يقوم بالمهمات الصعبة المتعلقة بالدولة فقد بعثه الإمام المتوكل إلى حضرموت عندما وقع الإختلاف بين السلاطين آل كثير فقام بالأمر خير قيام، كما وجهه إلى بلاد الحبشة لاستمالة سلطانها إلى الإسلام وقد ظل في الحبشة ثلاث سنوات وعاد إلى اليمن وله مؤلف عن بلاد الحبشة وعجائبها، كما كان شاعراً مجيد مات سنة ١٠٧٠ هـ (البدر الطالع، م١، ص١٩١).

(٢) الحساء: الأحساء وهو إقليم يشمل «بعض أجزاء الساحل الغربي للخليج العربي» يمتد بين الكويت وقطر، وهو غني زراعياً بالتمور والفواكه ومن أشهر مدنه الهفوف، القطيف، جبيل، الدمام، الخبر، الظهران، رأس التنورة. (المنجد في الأعلام، ص٢٤).

(٣) البحرين: من دول الخليج العربي تتكون من ثلاثة وثلاثين جزيرة أكبرها جزيرة «البحرين» = التي تقوم عليها المنامة عاصمة الدولة. (المنجد في الإعلام، ص١١٨-١١٩).

وعبروا البحر الفارسي[١]، فلما عارضوا بندر مسكت[٢]، وكان يومئذٍ بيد الفرنج. انتهبوهم فخاف بعد ذلك المارة، وانقطع العبور عن البحر الزخار، إلى أن استولى العماني على بندر مسكت كما سيأتي تاريخه، فسلك الناس في البحار، وأمن التجار، من أولئك الفجار.

وفي هذا العام أو الذي قبله وقع إفساد في بحر القُلزُم[٣]، وهو بحر اليمن من قبل الفرنج فجهّز عليهم أمير اللحية[٤]، وهو النقيب سعيد الجزني عصابة من أولي الفتك والممارسة للحروب، فقبضوا عليهم، وأرسلهم الأمير إلى حضرة الإمام، وهو بوادي أقر[٥] في تلك الأيام، فعرض عليهم الإمام الإسلام. وهم زها سبعين نفراً، فأسعدوا إلى الإسلام والإيمان وفعل بهم شعار الإسلام وهو الختان.

وفي هذا العام وفدت الأخبار الى اليمن، أن بلاداً من البربر، في بلاد العجم استولى عليها خسفٌ عظيم شقق الأرض وهدم العمران، وعطل عنها السُكّان، وهو لا شك من أمارات السّاعة، بالنسبة الى صنيع العجم، وفي الترمذي وغيره ما معناه، لا تقوم الساعة حتى يلعن آخر هذه الأمة أوّلها، فإذا فعلوا ذلك فليرتقبوا ريحاً حَمَرا وسخاً وخسفاً.

وَدَخَلَتْ سَنَةُ ثَلاَثٍ وَخَمْسِينَ وَأَلْف - فيها أذن الإمام لولد أخيه أحمد بن الحسن بن الإمام بالإنتقال الى مدينة صنعاء، والإستقرار بها، وقرر له ما يقوم به

=(٤) البصرة: مدينة ومرفأ في العراق على شط العرب، تأسست في عهد عمر بن الخطاب ٦٣٨م (المنجد في الأعلام، ص١٣٤).

(١) البحر الفارسي: هو الخليج العربي.

(٢) مسكت: هي (مسقط) ميناء على خليج عمان وعاصمة للدولة. (المنجد في الأعلام، ص٦٦١).

(٣) بحر القُلزم: البحر الأحمر.

(٤) اللحية: ميناء يمني يقع على شاطيء البحر الأحمر إلى الشمال من ميناء الحديدة.

(٥) وادي أقر: يقع في ناحية شهارة، من بلاد حجة.

بمنصب الإمامة، فتقدم من حوث[1] إلى وادعة[2]، وأظهر الخلاف والمنازعة، فجهّز إليه الإمام ولد أخيه الجثام، محمد بن أحمد بن الإمام، وكان يومئذٍ بخمر، فسار منها إلى الحص مجمع وادعة، وسوقها، فاستدرك الأمر بعد قتال، هلك فيه رجل من أهل وادعة وثلاثة نفر من العسكر [٤٢] وعقرت أربع من الخيل، وهرب السيد بلاد شاطب، وسلم من الوقوع في لهوات المعاطب.

وفيه مات الشيخ المعتقد أبو بكر الحُسيني ينتسب إلى الحسين بن علي بمساقط بلاد حراز، وكان ذا براهين قاطعة، وأنوار ساطعة، وفيه مات الشيخ المؤرخ طاهر بن يحيى ببلده المنصوريّة بتهامة أسفل وادي سهام[3] بمساقط بلاد ريمة، وهم يذكرون أنهم سادة حُسينيّة، ولهم هناك جاه واسع وأفضال، وإستقامة باطن ونموّ حال، وكان المذكور قد عاون في فصل الشريعة ثم عذر نفسه، وخلفه في زاويته محمد بن طاهر، ويذكر عنه أنه زجر الباشا قانصوه عن اليمن وأهله، حال خروجه إليه فلم يلتفت إلى كلامه، فلما وقع فيما وقع فيه مرّ عليه وطلب العفو وأعترف وأهدا له نسخة من القاموس، وحياة[4] الحيوان الكبرى، ولما مرّ عليه شرف الإسلام الحسن بن الإمام أضافه إضافة سنيّة، وقام بسائر خاصّته، وفرّق عساكره في البلاد، وفعل فعلات الأجواد.

وَفِيْهَا ملك صاحب عمان الخارجي الأباضي[5] بندر مسكت الذي في سواحل

---

(١) حوث: بلد بحاشد، وحوث هو ابن السبع بن همدان، وحوث سكنها نشوان الحميري صاحب كتاب شمس العلوم. (اليمن الكبرى، ص١٦٦).

(٢) وادعة: حي من اليمن اختلف النساب فيهم منهم من ينسبهم إلى الأزد ومنهم من ينسبهم إلى همدان ونسبتهم إلى همدان أقرب، مسكنهم جنوب صعدة، وفي حاشد شمال خمر. (اليمن الكبرى، ص١٩٧).

(٣) وادي سهام: وتأتي سيوله من مشارف خولان العالية الغربية ووعلانَ وسَامِك وعافش وقَرْش آنس وتنظم إليه السيول من شمال آنس وجنوب بني مطر وجنوب الحيمة وجنوب حراز وشمال جبال ريمة ويمر بشمال جبل برع فيسقي أرض المراوعة والقطيع ويصب في البحر (الأحمر) جنوب الحديدة. (اليمن الكبرى، ص٣٠).

(٤) وحياة: (وحيوة).

(٥) الأباضي: نسبة إلى فرقة الأباضية من الخوارج التي تنسب إلى مؤسسها عبد الله بن أباض التميمي (تاج العروس، م٥، ص٢).

بلاده، وكان في أيدي الفرنج، وما كان يظن إستيلاءه عليه، ولكنّه دبّ بالحيلة إليه بأن أنفذ إليه جماعات في قالب الدراويش، فلما علم أنهم قد صاروا أنصاباً لرتبة القلعة، أمرهم بالفتك بمن فيها بسكاكين معدة معهم ففتكوا بمن في القلعة عن آخرهم، ولما توجهت إلى نظره أمن التجار الذين يخرجون من البحرين والعراق إلى اليمن، وهذا الخارجي له مذهب ليس من الشرع في شيء مثل التكفير بالمعصية، وعدم قبول الشهادة. بما أدعاه المدعي، إذا لم يصدقها المدعا عليه، وإذا أنكرت الزوجة الزوجية فرق بينها وبين زوجها بمجرد دعواها، وكذا المملوك إذا أدعا عدم الملكية، وهذا كله ردٌّ للقرآن، وجنوح إلى شرعة الشيطان، وقد علم أنهم من أهل البدع، لا يُلتفت إلى أفعالهم، ولا يجنح إلى أقوالهم.

وفيها مات عبد القيوم الرغيلي المنجم. وفيها مات الشريف [٤٣] الرئيس هاشم بن حازم بقطعته بلده زبيد ولما مات وجد في وصيته أن خيله تكون بيت مال وله تعلق بالعلم وأهله.

فَتْحُ بِلادِ الأميرِ حُسَيْن صاحِبِ عَدَنْ-

وفي شوال من هذا العام سار الإمام من ضوران إلى صنعاء فاستقر بها أياماً وجهّز ابن أخيه صفي الإسلام أحمد بن الحسن بن الإمام على بلاد الأمير الحسين ابن عبد القادر صاحب عدن وأبين[١]، وقد ذكرنا فيما مضى إنفصال الصفي عنه بخاطر مقهور، وجناح مكسور، ويذكر أنه في أثناء ذلك المقام أطلع من سيرة المذكور، على ما يقبح من الأمور، فأسرها لهذا الوقت، وزحزحه عن ذلك التخت، ولما وصل الصفي إلى تلك الدّيار، شبّ على الأمير سعير النار، وأحاطت ببلاده أجناده، وضاقت بها أغواره وأنجاده، فاقتدح الأمير زنداً، ولم يترك من الجلاد جهداً، وأصدق أصحابه السيف، في عسكر الصفي حتى أفرد

(١) أبين: تقع إلى الشمال الشرقي من مدينة عدن وهي دلتا خصبة زراعية يشقها وادي بناء، ومن مدنها الشهيرة مدينة خنفر، وزنجبار.

محمد المهلا[1] بحانوت بصنعاء ميتاً وقد حرق فراشه وحوائجه ، فقيل أنه يجعل ك
ليلة مستوقداً عنده لأجل يشرب التتن فحرق من ذلك وغَمّ نَفَسه الدُّخان المستكن .

وفي رابع وعشرين شهر شوال : وقع قران الزهرة لزحل ببرج الحمل على حسا
المتأخرين والزيجات ، وعلى تقسيم البروج للأولين كان ببرج الحوت ، وكانت الزهر
هي المرتفعة على زحل .

معدن جبل ثائبة

وفي هذا الشهر : استخرج محمد بن الإمام بجبل ثايبة من بلاد نهم معدناً حديداً إلا
فيه قساوة كثيرة وأعماله عسيرة ، وأدخلوا منه الى صنعاء فلم يصلح للحدادين بل تكس
حال الوقيد والمطارق فتركوه وأهملوه ، لأنه غير مطابق ، ولعلّه أحد أجزاء الفضة لكنه
ما عرفوا جمعه وعقده ، وكان أمر الوالي أن يعتنى بمعدن الفضة الذي كان فيها ، فلم
يحصل على طائل لعدم معرفة الإكسير فيها ، وكان هذا المعدن في مدة المنصور بالله
عبد الله بن حمزة يستخرج منه شيخ البلد ويأخذ الإمام فضّة منه الخمس فيما حصل من
العدد كما ذكره صاحب سيرته ، ولم يبق في هذا الزمان من يعرف صنعته لأمر لله في
حكمته ، وانما يصنع في هذا الجبل الرصاص .

وفي هذا الشهر جاء الخبر مع العمانيين وأهل البصرة والحسائيين من التجار المسافرين
أن صاحب عمان صالح الفرنج وأمن البحر قال الراوي : وكل ذلك لأجل أن صاحب
عمان قد ولع بالتجارة . . .[2] .

وفي خامس شهر الحجة : كان وقت تحويل[3] سنة العالم والشمس في أول درج
للحمل على حساب الزيجات والمتأخرين في تقسيم البروج ، وكذلك عطارد وزحل في
الحمل أيضاً والزهرة في الثور والقمر في الجوزاء وكذا المريخ والجوزهر[4] في الأ
والمشتري في الميزان .

وجاء خبر هذه الأيام : حصول حرب ما بين الأشراف خارج مكة حدود الطائف ، ق

---

(١) سبق ذكر سمعه : مهدي بن عبد الله المهلا . وهذا المذكور لم أجده .
(٢) هنا كلام دخل في الكشط لم يتضح لنا ولعله يقرأ في أصل الكتاب بصعوبة بالغة والله أعلم .
(٣) التحويل : عند المنجمين توجه الكوكب من آخر برج الى أول برج آخر أو انتقاله مطلقا .
(٤) الجوزهر من منازل القمر . معرب كوزهر بالفارسية .

بعض الثقات أنه مرة حضر في الكشك [1] فوصل اليه خواجا ببريمات من ذهب وفضة فشراها جميعاً بتقويم دلال طلبه فقومها بثلاثة آلاف قرش وأدخلها بيته .

وفي هذه الأيام بآخر شهر ربيعها الأول : وصلت المراكب الهندية الى المخا فتلقّاها العمانيون رسموا عليهم وعشروهم في باب المندب واستقروا فيه وصاروا يجولون حواليه .

وفي نصف شهر ربيع الآخر : وصل كتاب منهم الى أصحابهم من التّجار الذين بلغوا الى صنعاء ومن جملتهم مملوك لأميرهم صار يشتري من السفياني [2] ومضمون الكتاب المبادرة بالنزول فقد آن السفر معهم ، فلما بلغ المهدي طلب التّجار ومملوك العماني وعاتبهم في الذي صار يجري من أصحابهم وقطع الطريق ومحق السواحل اليمانية ، فأجابوا بأن هذا ليس لهم فيه سعاية وانما هم متسبّبون ، فكتب المهدي الى صاحب عمان بمعاتبته والتّلويم عليه في ذلك ، وأن كل من قد وصل الى سواحل البنادر اليمانية من مسلم وكافر من الفرنج فقد صار في أمانه وأنه ان لم يترك أفعاله قصده وناجزه .

وفي هذه الأيام بتاسع وعشرين شهر ربيع الآخر : اتفق قران بين زحل والزهرة في برج الحوت .

ووصل مع بعض حاج اليمن تقويم لبعض المنجّمين من بلاد مصر يذكر فيه تقويم هذه السنة وأنه تحصل في اليمن فتنة . ولم أقف على تقويمه لكنه كان في برج السُّنبلة المريخ والقمر قال أبو معشر : في تحاويله إذا كان المريخ بالسنبلة دلّ على كثرة القتال والحروب بناحية الجنوب وسقوط بعض الأشراف عن مراتبهم مع فساد الهواء ويبوسته .

ومثله ما ذكر ابن حبيب في تحاويله فقال : اذا كان المريخ [3] في طالع السنبلة دلّ على كثرة الحروب تلك السنة ، وزحل في الجوزاء كثرة الجيوش ومغازيهم وافسادهم تلك السنة ، وقد كان في السنة الأولى في هذا البرج أعني زحل لكنه كسره تربيع المشتري وغيره والمشتري في الحوت غزارة المطر في أول الربيع الشتوي مع فساد المطر للزروع

---

(١) الكشك : شبه رواق بارز عن مساواة بقية البيت واللفظة فارسية .

(٢) : كلمة مبهمة .

(٣) هذا الكلام مضروب عليه في الأصل .

والثمر ، والقمر في السنبلة سلامة الناس والحيوان . ورخص الدواب وكثرة المطر والطعام والثمار والزروع ، وكون كسوف القمر وقع في العقرب فحرك كسوفها في السنة السابقة في برجه السابق وهو طالع اليمن دل على تحرك سوى هذا المريخ بالسنبلة والله أعلم .

وفي هذا الشهر : خرج مركبان من الواصلة من الهند الى المخا فرآهم العمانيون فلحقوهم فمال أهل المركبين الى الساحل يريدون الخروج اليه والتّقرب ، وكان فيه أخلاط من المسلمين والفرنج فنحوا عنهما الى الساحل ، وتكسر أحد المركبين بما فيه من المال في البحر بسبب مصاككته ساحل البر وسلم أهلهما وهربوا عنهما ، وانتهب العمانيون المركب الآخر جميع مافيه من البضائع ونالهم بسبب ذلك الخسارة ، ثم تبعهم آخر الموسم المراكب السلطانية الهندية ومعها أخلاط فواعدوهم بتسليم العشر فسلموا اليهم بعض شيء ثم ساروا الى المخا فلم يتعرضوهم الاّ بعض مراكب لحقتهم فرموا عليها من المخا وأسلموهم .

وفي تاسع شهر ربيع الآخر : وصلت هدية الى محمد بن المتوكل من علي باشا صدرها من جهات البحر وذكر في خطّه : الولد السيد محمد بن المتوكل اسماعيل هذا لفظه ولم يلبث رسوله – وهو تركي ومعه خمسة من الخدامين – الاّ نحو ثمانية أيام وزلّجه بمكافأة هديته .

وظهر هذا التاريخ جراد في اليمن . وكان المطر أول الخريف قليلاً .

وفي هذا الشهر : وصل كتاب من صاحب عدن الشيخ راجح بأنه وصل الى سواحل عدن مركبان من ماشرفتان[1] فأرسلوا أهله اليه : أنه يرسل اليهم في الليل جماعة من أعيان العسكر يدفعون[2] بينهم قصد عمان لهم وهم لا يشعرون بمن فيه من التضمين معهم فسار جماعة كما طلبوه في الليل واتصلوا بهم ودخلوه . فلما أصبح الصباح ولاّ أقبل العمانيون الى المركب يجرونه بالكلاليب فخرج فيهم الذين داخله بالقتال والسلاح والرمي بالبنادق والكفاح ، فأخذوا منهم خمسة وعشرين رجلاً وانكسر الباقون وسلم المركب بمن فيه ودخل عدن . ولما عرف العمانيون انهم لا قدرة لهم على عدن وقربوا

(١) في طبق الحلوى : ٣٦٠ « ماشلي فتان » ولم أقف على هذه البلدة .
(٢) تقرأ في الأصل يدفون .

ANEXO IX: CORPO DOCUMENTAL

1. **Normas de Transcrição**
2. **Documentos em Português**
3. **Índice dos documentos**

Normas de Transcrição

Os documentos foram transcritos a partir dos respectivos originais. Na transcrição adoptaram-se as regras seguintes:

− actualizou-se o emprego do *i* e do *j*, do *u* e do *v*, do *c* e do *ç* e reduziram-se a simples as consoantes duplas iniciais;

− manteve-se o uso do *y* ;

− o til das abreviaturas nasais foi desdobrado em *m* ou *n* segundo a grafia usada no documento; manteve-se o til em *hũa* e *algũa* de acordo com a pronúncia da época;

− desenvolveram-se as abreviaturas, excepto as referentes a numerais;

− usaram-se maiúsculas e minúsculas de acordo com o uso hoje corrente;

− as palavras que se encontravam unidas foram separadas e foram reunidos os elementos dispersos de cada palavra;

− usou-se o apóstrofo para a separação das proclíticas e das palavras aglutinadas e o hífen para os pronomes mesoclíticos;

− os erros do texto foram assinalados com *(sic)*; o que foi possível interpretar foi escrito entre [ ];

− as palavras ou frases ilegíveis foram assinaladas por [……..]

− as notas lançadas nos documentos por autor diferente do redactor principal foram antecedidas de *(alia manu)* ;

− as assinaturas foram reproduzidas em letras capitais e precedidas da palavra *(Assinado)*.

− A pontuação foi utilizada muito discretamente, limitando-se a intervenção à abertura de parágrafos e reduzindo o emprego dos restantes sinais.

A justificação de muitas das regras adoptadas nesta Colectânea pode ler-se na obra do Pe Avelino de Jesus Costa, *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos*, 3ª edição, Coimbra, Instituto de Paleografia e Diplomática da Faculdade de Letras, 1993.

1

PREPARAÇÃO DE UMA ARMADA PARA A RECUPERAÇÃO DE MASCATE

[Registo]

Lisboa, 13 de Agosto de 1652 AHU, *Conselho Ultramarino,* cód. 211, fls. 267-268.

Antropónimos: António de Sousa Coutinho; Can de Lara; Imame; Xá da Pérsia; Xeque de Cassapo.
Topónimos: Angão; Cassapo; Catifa; Kong; Mascate; Ormuz, estreito.
Assuntos: Armada para derrotar a do Arábio e reconquistar Mascate ou outro porto na Arábia; oferecimento da ilha de Angão, pelo Xá, para reabastecimento da armada.

Os governadores da India avisão da armada que se estava a aprestar para passar nella a Mascatte o governador António de Sousa Coutinho.

Os governadores da India escrevem a Vossa Magestade em carta de 26 de Dezembro do anno passado que o vice-rey Dom Philippe Mascarenhas deu conta a Vossa Magestade que depois da perda de Mascate mandara ao estreito de Ormuz sette galeottas a cargo de João Rodrigues Viegas e que nellas fora Duarte da Costa Homem com tittulo de superintendente da Fazenda de Vossa Magestade e para tratar alguns particulares com o Can de Lara.

E que estes navios passaram ao Sinde levando consigo alguns mercantis para Congo por naquele porto ter Vossa Magestade mea alfandega que o Xá concedeo ha tempos e hoje conserva com algũa diminuição, no qual se guarneceo a armada e partio para Catifa, na auzencia da qual veo o Arabio com a sua que he possante e tomou tres pataxos portugueses que estavão fora de Congo, havendo antes brigado com hum

navio da companhia do mesmo João Rodrigues ahando-o soo, o qual foi rendido, acabando primeiro o capitão delle, Antonio Godinho e os soldados que levava em sua deffensa.

Que com estes sucessos e outros navios mercantis que mais tomou o Arabio está tão pujante que se entende ser necessario armada consideravel, assy para de todo desfazer a sua e ficarem aqueles mares libertos e não hir sobre Mombaça, que o poderá fazer com facilidade, como por não se dar occazião a que os mais reis vizinhos, a seu exemplo, procurem fazer o mesmo nas praças que estão em suas terras

E que representando o dito vice-rey estas circunstancias ao governador Antonio de Sousa Coutinho que estava no Norte se offereceo a hir em pessoa nesta empreza, e reteficou o oferecimento depois de chegar a Goa. E propondo-se em Conselho de Governo em presença delles governadores se assentou per muito conveniente, como Vossa Magestade o mandará ver da copia inclusa, porque so com sua pessoa e authoridade se poderá conduzir armada sufficiente de que por esta acção que o dito governador faz tanto em serviço de Vossa Magestade e reputação de suas armas lhe mandará Vossa Magestade dar a satisfação que de sua grandeza deve esperar, pois sendo ja entrado em idade com grandes obrigações de filhos e molher e merces que lograr antepoem a tudo o serviço de Vossa Magestade.

Que alem do principal intento a que vay o dito governador de procurar a destruição da armada arabia não he de menos fundamento o que se espera conseguir conforme aos avisos que havia de Duarte da Costa poder-se haver do Perça lugar suficiente para fortificação, porque não andando naquele Estreito mais que seis navios, offereceo a ilha de Angão, e conforme aos ditos avisos se espera que hindo mayor poder de navios dê outro porto mais comodo pelo não ser este.

E que hum Xeque da Arabia que assiste em Cassapo, por estar deviso com o Imamo e ter algũas cabildas em seu favor, dê ao Estado aquele lugar onde sempre esteverão portugueses, porque tem dado o mesmo Xeque mostras de nos querer admitir, se bem que ha pouco que fiar em mouros, posto que o Perça se tem mostrado affecto na perdição de Mascatte.

E que para estes particulares se não deixarem de conseguir por falta de poder se tem assentado que ha-de levar o dito governador vinte galeotas bem guarnecidas, e

os dous galeões Nazareth e Santo Antonio de Mazagão que forão deste Reino, que he armada bastante para qualquer bom effeito. E que podera ainda Nosso Senhor abrir algum caminho para que quando não seja Mascate, ao menos alem do porto que se offerecer na Percia, se tome algum na Arábia, ou seja Cassapo, ou outro, donde pelo tempo em diante se possa cobrar esta fortaleza, cujo principio so sera destruir-se a armada inimiga, porque fica o Arábio impossibilitado a fazer outra por não ter comodo para isso, e serem os navios que tras todos nossos. E que estes são os intentos a que vau o dito governador e que o mais disporá seu valor e prudencia, mediante o favor de Deus.

Do que contem a carta referida dos governadores da India e resolução que pelo assento encluso se tomou de enviar armada poderosa ao estreito de Ormuz, a cargo do governador Antonio de Souza Coutinho para desfazer a do Arábio e refazer o mais que fica apontado, pareceo ao Conselho dar conta a Vossa Magestade para tudo lhe ser prezente e ser servido de mandar que ao governador Antonio de Souza se escreva com muito agradecimento de se dizer com boa vontade a hũa facção tão importante, prometendo-lhe os favores e merces que o sucesso merecer.

E que tambem Vossa Magestade deve mandar escrever ao vice-rey da India que sendo ainda necessario procure se va continuando a pratica começada com o Can de Lara, com o Xá, e com o Xeque Arábio que assiste em Cassapo pois do effeito de suas promessas se pode esperar muitas conveniencias ao serviço de Vossa Magestade e de seus vassallos.

Em Lixboa a 13 de Agosto de 652. Vasconcelos. Moura. Pereira.

2

CARTA DE ANTÓNIO PAIS DE SANDE, VICE-REI DA ÍNDIA, A D. RODRIGO DA COSTA, CAPITÃO GERAL DA ARMADA DO ESTREITO DE ORMUZ

Goa, 6 de Dezembro de 1680 AHU, *Índia,* cx. 31, doc. 140, fls. 1-1v

Antropónimos: Arábio.

Topónimos: Kong; Mascate.

Assuntos: Mantém-se a intenção de recuperar Mascate; necessidade da presença de armada no Estreito para combater o Arábio e proteger o comércio.

Copia da carta que o governador e capitão geral da India Antonio Paez de Sande, escreveo a Dom Rodrigo da Costa, capitão geral da armada do Estreito, depois que se recolheo a Baçaim.

A unica carta que tive de Vossa Merce depois que deixei a costa da India, foi a que recebi em 28 do mez passado de Novembro, escrita em 21 do mesmo, da barra de Baçaim. Não posso incubrir o sentimento que me cauzou nova tão pouco esperada. Tenho por certo que haveria cauzas muito precizas para deixar de invernar a armada do Estreito, e não se dar comprimento ao meu Regimento, mas ignoro, e não acabo de entender, que cauza podia haver para não ter hum avizo de Vossa Merce antes de sair do Estreito, parece que não ficou Vossa Merce do meu cuidado, o teria de ter previnido fragatas, e o mais necessario de que necessitace a armada, ou que me haveria esquecido do empenho com que o mandey ao Estreito.

O ajustamento da feitoria do Congo sobre a cobrança do que se devia, e do que havia de pagar todos os annos, daqui por diante, não se podia fazer, nem dezejar

mais de que Vossa Merce obrou, e assy nas mais acções particulares que ouve na armada, comtudo farey presente a Sua Alteza. Quererá Nosso Senhor que com a mesma gloria no anno que vem em tempo ja de outro governo, em que haverá melhores dispozições, que as minhas, consiga Vossa Merce a empresa de Mascate e se veja recuperada a reputação das armas de Sua Alteza o credito do nome Portuguez abatido por tão vil inimigo, dezembaraçado e livre o comercio de que depende a conservação, e melhoras do Estado, que todas se deverão a Vossa Merce.

Por ora convem acodir a defença da costa e praças do Norte, cujos moradores se não hão-de dar por seguros *//fl. 1v/* sem assistencia de Vossa Merce com armada nella. A este fim mando ao Veedor da Fazenda Geral passe a Baçaim para assistir a tudo que for necessario para o concerto e apresto das fragatas da armada, mantimentos, e paga dos soldados e gente do mar.

Hey visto o Regimento que Vossa Merce deu as fragatas que deixou em Dio, e neste particular, e nos mais que se offerecerem Vossa Merce disporá como entender ser mais conveniente, pois corre hoje por conta de Vossa Merce a deffença de toda aquella costa e prassas, de qualquer invazão que o Arabio intente, passando a essa costa, como costuma faser todas as vezes que as armadas do Estreito não perssistem nelle, e se vem para Goa, e daqui mandarey alguas fragatas a Mombaça para segurança daquella praça, e das embarcações que para ella, e para Moçambique costumão partir na monção de Janeiro de Dio, Damão, Chaul e Goa.

Nosso Senhor goarde a Vossa Merce muitos annos.

Goa, 6 de Dezembro de 1680.

Antonio Paes de Sande

Em baixo:

Foi tirada esta copea do registo que está nesta Secretaria do Estado da India. Goa 24 de Janeiro de 681

Luis Gonçalves Cotta

3

CARTA DE LUÍS GONÇALVES COTA PARA O VICE-REI DA ÍNDIA SOBRE O PRÍNCIPE DE AMPAZA

Goa, 15 de Outubro de 1686 Biblioteca da Ajuda, *Cód. Ms.* 51-VII-23, fls. 617-617v

Antropónimos: Príncipe de Ampaza
Topónimos: Mombaça; Pate

Senhor

O Principe de Ampaza me veo ver hontem a noute e me disse que mandara pedir licença a Vossa Excelencia para lhe ir fallar, e que Vossa Excelencia lhe mandara responder que andava ocupada com a sua embarcação e não tinha tempo para lhe poder dar audiencia, que se tinha algum negocio que tratar o comunicasse comigo e por essa razão me vinha buscar para me dizer que o seu negocio era ter gosto de ver e conhecer a Vossa Excelencia e render-lhe as graças pella brevidade com que fora servida deferir as suas cartas mandando-lhe as duas fragatas que pedira com tanto dispendio da Fazenda Real e queria referir a Vossa Excelencia o sucesso da sua jornada.

A que lhe repondy que ja Vossa Excelencia tinha noticia de tudo e que parece não fora Deus servido se consiguisse a empreza. Continuando a pratica me disse que lhe disserão que Vossa Excelencia mandava socorro a Mombaça e que elle não fazia aqui nada mais que gastos ao Estado e que se Vossa Excelencia lhe desse licença se queria embarcar em hũa das embarcações que forem com o dito socorro e que elle com a sua gente serviria em tudo o que Vossa Excelencia lhe mandasse porque era vassalo do Rey de Portugal *//fl. 617v/* fiquey de representar tudo a Vossa Excelencia para lhe dar reposta.

E agora me dirá Vossa Excelencia o que lhe devo responder.

Deus guarde Vossa Excelencia muitos annos.

Goa 15 de Outubro de 1686

Resposta do Vice-Rei *(à margem)*

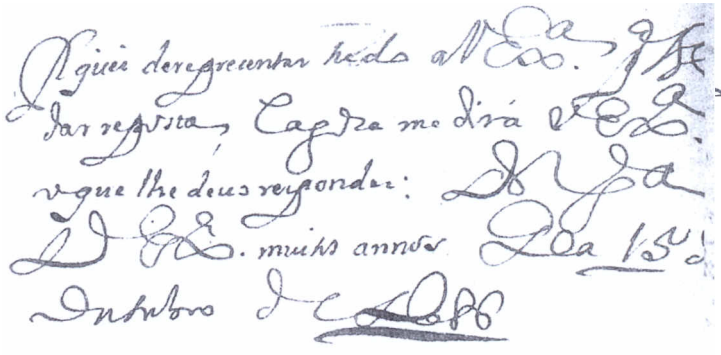
Tenção tenho de fallar a este Princepe mas ha-de ser quando tiver a caza mais desembaraçada para isso e quando for tempo mandarei a Vossa Mercê para que avize. Agora lhe pode escrever que estou conforme em que elle vá e assim se pode previnir para isso que todo o nosso fim sobre Patte he o de faze-lo a elle rei daquella ilha porque espero que em qualquer lugar se lembrara sempre do que deve ao animo de Sua Magestade. Esta he a sustancia do negocio. O mais estudera Vossa Merce como lhe parecer milhor.

Deus guarde a Vossa Mercê.

Caza da Pólvora 15 de Outubro de 1686

(Assinado:) Conde de Alvor

617v. 617



4

SERVIÇOS DE JOÃO DA SILVA DO REGO NO GOLFO

[Extracto]

Lisboa, 24 de Novembro de 1693 AHU, *Códice* nº.86, fls.160v-162

Antropónimos: Arábio; João da Silva do Rego
Topónimos: Bahrain; Comorão; Damão; Diu; Guizira [no Golfo]; Kong; Moçambique; Mombaça; Muscat; Pemba; Qatîf.
Assuntos: Alfândega de Kung; queima de Guizira; tributos de Bahrain e Qatif, terras do Arábio.

O Padre Antonio da Silva Viegas requere satisfaçam dos servissos de seu irmão João da Silva do Rego que lhe pertenssem

Ao Padre Antonio da Silva Viegas consta pertencer por sentença do juizo das justuficassois a acçam dos servissos de seu irmam o cappitam João da Silva do Rego por lhos deyxar pello testamento com que faleceo.

Servissos do irmão do supplicante

João da Silva do Rego filho de Francisco Aires da Silva natural de Serolico de Basto consta por certidam que aprezentou que sendo soldado de cavallo na provincia da Beyra, achar-se em 661 na opoziçam que se fes ao Duque de Osuna pella parte de Riba C[oa]na ocaziam em que o nosso exercito carregou o do inimigo athé passar o rio Agueda; no cittio e rendimento do forte de Escalhão; e marchando no mesmo anno a Provincia do Minho se achar em todas as ocazions que no discurso daquela campanha se offerecerão

[……]

E por fes de officios patentes e certidons que mais aprezentou consta haver servido a Vossa Magestade o ditto Joam da Silva do Rego, nas armadas e fortalezas fronteiras do Estado da India por espaço de 12 annos oito mezes e 28 dias (em que entra a viagem do Reino) desde o anno de 670 athé 19 de Dezembro de 683 em praça

de soldado, alferes, ajudante, e capitão de Infantaria por Patentes daquelle governo. E embarcando-se em 670 para o ditto Estado, fazer no discurço da viagem (que foi de 14 mezes) sua obrigassam sendo ocupado em cappitam da escotilha em que *//fl.161/* obrou tudo quanto lhe foy ordenado.

E chegando a Goa em 671 ser mandado para Rachol aonde asistio até ser mandado para as fortalezas de Murmugão Rio e Agoada. E voltando para Goa asistio nas rodas e guardas da fortaleza ahonde entrou muias vezes por cabo de hũa esquadra; em 672 se achar na marcha que se fez e socorro das terras de Cuculym por estarem em guerra com os Mouros aonde asistio até se fazerem com elles pazes. Em 673 sendo alferes s'embarcar para o Estreyto, hindo a Mascate e dahy ao Congo a concertar os direitos daquella alfandega e hindo a Comoram trazerem os barcos que lá estavam para fazerem direytos na nossa alfandega e despois as terras do Arabio se achar na se achar na queima da povoaçam de Gueizira que constava de muitos vezinhos com muytas serradas (*sic*) e tarranquins e fazenda conssideravel dos moradores da terra e passando aos portos de Barém e Catifa o sugeitarem a pagar os tributos custumados por haver mais de trinta annos o não fazião. Na toma de tres barcos de alto bordo do Canará e voltando para Goa vizitarem as fortalezas do Norte sendo nomeado nesta viagem capitam da artelharia de bombordo.

Em 674 para o Estreitto comboando os barcos de Mossambique, Mombaça, Damão e outros mais que hião para Baçahim; achando-ce na toma de hũa galiotta de tres mastros. Em 677 hindo de socorro a fortaleza de Mombaça se achar na queima da povoação del Rey de Pemba, a qual se fes com grande risco de vida recebendo nesta ocaziam duas flexadas hũa em hũa ilhargar (*sic*) e outra em hũa mão. E invernando naquella fortaleza padecer grandes mizerias, hindo depois a Baçaim a lançar a fazenda de Vossa Magestade aonde por hordem do general do Norte se ditiverão até pella mesma hirem de socorro para Bandorá pello receio que havia de que o Arabio ira (*sic*) demandar aquelle porto e despois para o de Damão para comboyar hũa nao de Vossa Magestade que se havia comprado nelle trazendo mais sinco barcos para os nossos portos, gastando nesta viagem treze mezes. E chegando a barra de Goa em 8 de Fevereiro de 677 srem mandados no mesmo dia a correr a costa do Sul e esperar os barcos da China e Bengala que se comboyaram, reprezando hum que vinha de Calecut por não trazer cartás que em Goa foi julgado para a Fazenda Real, fazendo no discurso do tempo que se dilataram naquela costa muitas hostilidades aos Malavares. Em 678 sendo provido no posto de ajudante do terço de Goa, marchar para as terras

de Salcette por se entender que o Sevagy as queria infestar. E em 679 no de capitão de hũa companhia de Infantaria embarcando-se para a costa do Sul em seguimento do inimigo *//fl.161v/* Arabio; e achando-se na do Malavar na queima de hum barco de alto bordo que o suplicate queimou tirando-se outro que estava junto a terra. E voltando para o porto de Barcelor hirem dahy para o de Tanor aonde se meteram na povoaçam no discurso de 12 dias mais de 500 […] com que se obrigou ao Rey a pedir prazer. E de volta avistando-se 14 barcos de alto bordo em [Calecut] os hirem reconhecer tomando-se hum delles por não trazer cartáx que importou a Fazenda de Vossa Magestade sincoenta mil xerafins. Em 680 se embarcar para o Canará a comboyar a cafilla de mantimentos e depois de consiguido sahirem a correr a costa do Sul e esperar os barcos da China e comtracosta até altura de Cochym reconhecendo muitas embarcassoins até se recolherem por hordem do governo sendo emcarregado nesta viagem pella sua sufficienssia do posto de capitão da Aretelharia da cuberta de cima, e no mesmo anno provido no de capitão da companhia da guarnição das portas da fortaleza de Dio que exercitou até o de 683. E no de 684 por patente do Conde de Alvor sendo Vice Rey naquelle Estado no de capitão de Mar e Guerra da fragata Nossa Senhora dos Milagres que naquela monçam passou a China. E de mais do referido tempo servir em Goa de meirinho da Corte 5 mezes e 25 dias havendo-se em todas as ocazions referidas como honrrado soldado.

E por certidons do registo de merces do titolo do ditto seu irmão consta não se lhe aver feito mais que a do foro de cavaleiro fidalgo quando passou a India.

Reprezenta o supplicante em sua petiçam ser hum sacerdote honrrado e pobre por aver gasto muita de sua fazenda com o ditto seu irmão, asim em o aviar quando se embarcou para a India, como no discurso do tempo que servio naquele Estado até falecer por cuja cauza se achava com encargo de outo sobrinhas donzellas e pobres sem ter com que lhe dar estado mais que as mercer que esperava da real grandeza de Vossa Magestade.

Pede a Vossa Magestade que tendo respeito ao referido lhe faça merce do habitto de Christo com sesenta mil reis de tença para o dote de quem cazar com sua sobrinha Feliciana da Cunha e de outro habitto com a mesma tença para dote de outra sobrinha Maria da Cunha filhas de sua irmã Mariana da Cunha.

//fl.162/ Destes papeis se deu vista ao Doutor Diogo Merchan Themudo e respondeo que estavam correntes.

Ao Conselho paresse que em satisfaçam dos servissos com que requere o Padre António da Silva Viegas obrados por seu irmão os quais lhe pertencem por sentença de justificação sendo feitos em ocazions de grande importansia em que ocupou postos de capitam de Infantaria e de mar e Guera recebendo feridas, que Vossa Magestade lhe faça merce do habito de Christo com trinta mil reis de tença efectivos para cazamento de sua sobrinha Feliciana da Cunha e para a pessoa que cazar com Maria da Cunha tambem sua sobrinha de outro habito de Christo com vinte mil reis de tença efectiva.

Lisboa 24 de Novembro de 1693

O Conde /Sepúlveda / Serrão.

5

CARTA DO REI DE PORTUGAL AO CONDE DE VILA VERDE, VICE-REI DA ÍNDIA

Lisboa, 16 de Novembro de 1697 Biblioteca da Ajuda, *Cod. Ms.* 51-VII-34, fls. 16v-17[856]

Topónimos: Moçambique; Mombaça
Etnónimos: Arábios

Conde de Villa Verde Vice Rey da India Amigo. Eu El-Rey vos envio muito saudar como aquelle que amo.

Havendo visto a conta que me destes do procedimento que se teve com Henrrique de Figueiredo por não hir socorrer Mombaça, sendo-lhe prezente o aperto em que se achava com o citio que lhe tinhão posto os Arabios, e a cauza que tivestes para o mandar soltar a vista dos vottos que teve por sy no Conselho desse Estado, Me pareceo dizer-vos que supposto se entenda que ainda que Henrrique de Figueiredo fosse socorrer Mombaça não poderia obrar muito na deffença della, a respeito de que a gente de que se acompanhava a sua nao, e de outra que levava em sua companhia e concerva ser toda bizonha, e sem luz da disciplina melitar, e por esta sircunstancia se poder seguir em conssequencia o dano de poder deminuir-se o socorro que eu mandava para esse Estado. Contudo a elle lhe não toccava fazer esta concideração senão hir em desempenho das obrigações da sua pessoa acodir aquella praça porque se não perdesse, pois se lhe tinha feito certo em Mossambique *//fl. 17/* pello castellão que estava em notório risco pello citio e aperto em que a tinhão posto os Arabios. E assy se repara que depois de se assentar no Concelho do Estado fosse prezo, e com effeito se passar com elle a esta demontração, parece se procedeo muy levemente em o soltarem sem que se lhe desse livramento pellos meyos ordinários da Justiça, e ser ouvido de sua deffeza, e sentenceado conforme o cazo merecesse. Mas como se haja tomado este expediente, e se ache este negocio já nestes termos fuy servido resolver se não deve alterar o que se obrou neste particular.

Escrita em Lisboa a 16 de Novembro de 1697. Rey

[856] Códice manuscrito que tem por título *Governo da Índia do Almotacé-Mor António Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, vice-rei e capitão geral da Índia. 1697-1701*.

6

CARTA DO REI DE PORTUGAL AO CONDE DE VILA VERDE, VICE-REI DA ÍNDIA

Lisboa, 30 de Janeiro de 1698 Biblioteca da Ajuda, *Cod. Ms.* 51-VII-34, fls. 11v-12[857]

Antropónimos: Arábio
Topónimos: Goa; Mombaça

Conde de Villa Verde Vice Rey da India Amigo.

Eu El-Rey vos envio muito saudar como aquelle que amo.

Vio-se a vossa carta de 15 de Dezembro de 696 em que dais conta da falta que tem esse Estado de gente para sua deffença.

E pareceu-me dizer-vos que na concideração da falta que há de gente se mandão nesta monção tres naos com o socorro que foi possivel.

Em Lisboa a 30 de Janeiro de 1698.

Rey

Goa, 12 de Dezembro de 1698

Reposta

Senhor

Por esta carta vejo o que o conde de Villa Verde meu antescessor reprezentou a Vossa Magestade sobre a falta de gente que avia neste Estado, a que Vossa Magestade foi servido deffirir com o socorro *//fl. 12/* que mandou nas tres naos que vierão em minha companhia, do qual falleceo no mar muita gente, e não menos em

[857] Códice manuscrito que tem por título *Governo da Índia do Almotacé-Mor António Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, vice-rei e capitão geral da Índia. 1697-1701*.

terra, e ainda fica muita parte no hospital doente. E assym por esta cauza como por ser muy pouca a que aqui achey fica muito impossibillitado este Estado para continuar guerra ao Arabio e socorrer a praça de Mombaça como mais largamente dou a Vossa Magestade conta por outra carta. Espero que ponderados os fundamentos della se sirva Vossa Magestade de mandar accudir promptamente com os remédios de que tanto depende a concervação deste Estado e as suas melhoras.

A muito alta e muito poderosa e catholica pessoa de Vossa Magestade guarde Deus por muitos annos como todos os seus vassallos dezejamos e avemos mester.

Goa, 12 de Dezembro de 698.

Antonio Luis Gonçalves da Camara Coutinho.

7

CARTA DE LUÍS GONÇALVES DA CÂMARA COUTINHO VICE-REI DA ÍNDIA PARA ROQUE MONTEIRO PAIM

Goa, 12 de Dezembro de 1698 Biblioteca da Ajuda, *Cod. Ms.* 51-VII-34, fls. 88-88v[858]

Topónimos: Ilhas de Goa; Mombaça

Senhor meu

Aqui cheguey a este porto de Goa a 14 de Setembro com saude, sem embargo de haverem muitas doenças assym na minha nao como nas outras que me acompanharão, mas todas foi Deus servido que chegassem a salvamento.

Este Estado achey muito falto de gente e de cabedaes como pode testemunhar o senhor conde de Villa Verde porque entendo dará conta fielmente de tudo o que nelle há, e de como este serco de Mombaça (que há quato annos que dura) tem morto a mayor parte dos soldados que se achavão neste Estado.

E tanto que cheguey a elle logo mandey preparar hũa armada de quatro fragatas e hũa geliota em que vão mais de mil e cem praças, a qual partio a 20 de Novembro para socorrer a dita praça de Mombaça porque se a perdermos conssequentemente se perde toda aquella costa de Affrica. E não me custou pouco a expedição della polla falta que havia de gente e de dinheiro, mas tudo se venceo e com effeito partio.

Agora fico expedindo a nao do Reino, as armadas do Norte e Sul que constão de quatro fragatas, seis navios de remo e dez manchuas de guerra. E com a fragata que está em Maccao são nove de guerra as que sayem deste porto alem das embarcaçoens de remo e manchuas. E ficão nestas Ilhas de Goa para deffença dellas só os seus moradores e duas tropas de cavallos muy limitadas, e os soldados que pertencem as fortalezas com que por millagre de Deus se sostenta este tão dillatado dominio, e

[858]Códice manuscrito que tem por título *Governo da Índia do Almotacé-Mor António Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, vice-rei e capitão geral da Índia. 1697-1701*.

assym hé nescessario que Vossa Merce me ajude para que me ve//fl. 88v/nha socorrer de naos e gente na primeira monção quando menos hum terço de mil homens, porque so assym poderá este e Estado respirar. E afirmo a Vossa Merce que se assym se consseguir ficara este Estado respeitado e seguro e terá Sua Magestade lucros que lhe satisfação o custo, e pode ser que lhe sobeje.

E no que toca as missões deixe-as Vossa Merce por minha conta que eu terey muy particular cuidado deste santo exercicio porque não hei-de poupar nenhum trabalho para se augmentar a exaltação da Sancta fee Catholica e os meyos de fazer a Deus e a Sua Magestade este serviço com se pôr as almas no caminho da salvação, e na conformidade que custumey sempre.

Vossa Merce veja se desta parte há em que lhe possa dar gosto que com muita vontade obedecerey. Deus guarde a Vossa Merce.

Goa 12 de Dezembro de 1698.

Antonio Luis Gonçalves da Camara Coutinho

Doutor João fialho decampos, na dechantre o Padre Pedro Pinto, enade Thezoureiro Mor o Licenceado Francisco Ferreira de Aragão, porem como chegar a Fragata que Seespera da china me informarey Sehã clerigos em Maccao que querão Seruir de Conegos Sem a Congrua que Regentenie, etodos estes Requeritos Segundo mandado madura mente dirigindo as Suas Resoluções pella disposição dobreue. Deus Guarde a VM Goa 14 de Dezr.o 1698. Antonio Luis Gonçalues da Camara Coutinho.

Outra

Snor Meu. Aqui cheguey aeste Porto delGoa a 14 de Setembro com Saude Sem embargo de auerem muitas doenças assy na minha Nao, como nas outras que mea companharão mas todas foi Deus Seruido que chegasse a Saluamento.

Este estado achey muito falto degente, edecabedaes Como pode testemunhar o Snor Conde de Villa Verde porque entendo darã Conta fielmente deludo oque nelle hã, edelomo este Serro de Mombaça (que hã quatro annos queduraq) tem morto a mayor parte dos Soldados que Seacharão neste estado. Etanto que cheguey aelle logo mandey preparar huã Armada dequatro fragatas chuã Galiota emque Vão mais de mil e cempraças aqual partio a 20 de Nouembro para Socorrer aditta Praça de Mombaça, porque Se a perdermos Consequentemente Seperde toda aquella Costa de Affrica, e não me Custou pouco a expedição della polla falta que hauia degente, ededinheiro, mas tudo Se Venceo, ecom effeito partio. Agora fico expedindo a Nao do Reino, as Armadas do Norte, eSul que Constão dequatro fragatas: Seis Nauios de Remo, edez Manchuas dequerra, ecom a fragata que está em Maccao São noue dequerra asque Sayem deste Porto alem das embarcaçoens de Remo, e Manchuas, eficão nestas Ilhas delgoa para deffença dellas Só os Seus moradores, eduas Tropas decauallos muy limitadas, eos Soldados que pertencem as Fortalezas com que por millagre de Deus Se Sostenta este tão dillatado Dominio, eassy hã nescessario que VM meajude para que meste-

nha Socorro de Naos e gente na primeira monção quando menos hum Terço
de mil homẽs, por que Sõ assy poderá este estado respirar, affirmo a VM que
Se assy Se conseguir ficara este estado respeitado e Seguro, e terá S Mag. lucros
que lhe Satisfação o custo, e o de Ser que lhe Sobeje, e nogue tocca as missões dei-
xeas VM por minha conta que euterey muy particular cuidado desse Santo
exercicio, porque não heide poupar nenhũ trabalho para Se augmentar a ex-
altação da Santa fee Catholica, e os meyos de fazer a Deus, e a S Mag. este
Serviço com Sepor as almas no caminho da Saluação, e na conformidade que
custumey Sempre, VM veja Se desta parte ha em que lhe possa dar gosto que
com muita vontade o hei de fazer, Deus Guarde a S M. Goa 12 de Dezembro
de 1698. Antonio Luis Gonçalues da Camara Coutinho.

8

CARTA DE JOÃO DE SOUSA MEXIA[859]

Lisboa, 20 de Dezembro de 1698 Biblioteca da Ajuda, *Ms.Av.* 54-VIII-14[860], nº 320

Antropónimos:Henrique Jacques

Topónimos: Mombaça

//fl. 1/

[…….....]

Enrique Jaques vai por cabo das 4 naos que vão ha India a socorrer Mombasa e querem que nesta trabalhosa empresa va mereser e amargar o grande cabedal que dizem trouxera de Angola.

[……...]

[859] Carta dirigida a "Vossa Illustrissima".
[860] Manuscrito intitulado "Notícias sobre vários assuntos…"

9

PAPEL ESCRITO DA ÍNDIA AO PADRE SEBASTIÃO DE MAGALHÃES

S. d. [1693-1698] Biblioteca da Ajuda, *Cód. Ms.* 54-XIII, nº 113

Antropónimos:Arábio; Musumgulo; Sambagi

Topónimos: Chaul; Damão; Diu; Goa; Mascate; Moçambique; Mombaça; Murmugão

Assuntos:

Papel escrito da Índia ao padre Sebastião de Magalhães no tempo do governo do Conde de Vila Verde: sobre a Companhia Geral, Embaixada da Pérsia, Serco de Mombaça, demanda do Arcebispo sobre as igrejas da Hordem de Christo, etc. dizendo mal de tudo o que nisto se obrava. Falla tambem na mudança de Goa para Murmugão[861] //fl. 2/ As couzas da Junta do Comercio que os annos atras se estabeleceo neste Estado estão hoje em tal reputação que ou a teyma de continuar o erro ou engano de fingidos avanços as tem reduzido a tão superior grao que não há quem possa falar nellas sem encorrer o crime de hũa nova lesa majestade. E se Vossa Senhoria me não obrigasse a dizer o que sinto não seria possivel que abrisse a boca nesta materia, principalmente havendo de hir a minha rellação aonde hirão outras que sendo menos verdadeiras pode ser que consigão mais credito. E por não ariscar a minha verdade milhor era não a intrometer neste contrato em que todos perdem e em que a India se vay totalmente aruinando. Mas porque na occazião prezente em que refiro o que he a quem podera solicitar-lhe o remedio, se he que ainda o acha que pode ter tantas largas que sofra esta dilação. Por isso mais constrangido desta esperança que por vontade de contar novas direy não so o que sinto, senão o que he pura e real verdade despida de toda exageração, e pode ser que muito diminuta do que passa. E para a poder fazer com distinção porei hũa conclusão que hirey deduzindo de princípios infaliveis comprovados pella experiência e pella rezão fundada na mesma experiência. A conclusão he esta:

[861]Resumo no verso do 1º fólio, *alia manu*.

A Junta do Comercio da India na forma em que esta estabelecida he a ruyna de todo este Estado.

// parte do fl. 2 e 2v/ [referente à acção da Junta do Comércio do Estado da Índia]

//fl. 3/ Da ruyna dos particulares que aqui não tem distinção da commua, passemos a dos povos e praças de Sua Magestade. Tanto que se fez a Junta e se publicou, foi tal a alteração dos animos, assy nos vassallos como nos estranhos, que o Musumgulo em Mombaça, que vivia do nosso contrato, se levantou e chamou ao Arabio contra nos e há dous annos que tem aquella praça de cerco que ao prezente não sabemos o estado della que se não está perdida he só por milagre.

Porem ja vejo que Vossa Reverência me pergunta que fez a Junta para esta sublevação, se a Junta manda contrato para aquellas terras como mandavão os particulares. Primeiramente para mostrar que a Junta não he conveniente e que he ruyna deste Estado, basta o successo que experimentamos por cauza della, ainda que o motivo não seja racionavel. Mas respondendo à duvida digo que aquella gente de Mombaça por não ter dinheiro, nem ainda ambar ou marfim logo na mão para a commutação procedia nesta forma: chegavão os mercadores de Goa com as suas roupas e mais generos, vinhão os de Mombaça tomavão o que lhe era necessario fiado, parte deixavão para o uso de suas famelias e parte levavão pela terra adentro, com que faziam resgate, e quando se recolhião pagavão aos credores. Este foi sempre o estillo por se não poder observar outro. A Junta o alterou pondo as suas roupas na feitoria com condição que se não largassem senão a quem logo aly desse o preço. E como aquelles homens não podião observar esta condição, e ella posta ficavam sem roupas, tratarão de se levantar e chamar o Arabio em sua ajuda para nos fazer o dano que há dous annos experimentamos. O qual não deixou de se advertir e prever o perigo, mas a tudo se taparão os olhos pella teima de levar adiante esta resolução mal considerada com tanto risco, que se Mombaça se chegua a perder tãobem Monçambique fica condenada, e tudo o que temos nos Rios ha-de ir pela agoa abaixo.

Nas mais praças não sentimos athe agora hostilidade, porem temos experimentado perdas porque os mercadores naturaes que as animão se auzentarão e ficou Dio despovoado e todas as mais terras do Norte, e Chaul está de tudo aruinado sem contrato, e a alfandega de Sua Magestade totalmente perdida porque como a Junta não manda barco desta praça para fora e os moradores não podem contratar

ficou perdendo Sua Magestade quorenta mil xerafins que rendia aquela alfandega por anno. Não provo nem examino a cauza desta perda e so digo o que terá passado; e como contra a experiência não ha rezão se a experiência tem mostrado a ruyna não nessecitamos de mais prova para os seus inconvenientes.

[final do fl. 3, 3v, 4, 4v e início do fl. 5 – acção e causas da ruína da Junta; contenda do arcebispo primaz com a Ordem de Cristo]

//fl.5/Há dous annos que aqui se trassou hua embaxada para persuadir ao Persa fizesse guerra aos Arabios. Se esta dispozição tivesse algum fundamento ou aparencia de bom successo bem se pudera emprender; porem o não haver fundamento moveo alguns homens de zello e experiencia como he Dom Manuel Lobo da Silveira para persuadirem ao Conde Vice Rey que não fizesse gastos sem lucro. Porem como elle se persuade que estas fabricas lhe hão-de adquirir grande nome levou adiante a sua teyma, que como toda se funda no ar acabou em vento. Dous annos durou esta negociação, na qual com grandes aprestos de naos e outras couzas concernentes me dizem se gastarão quatrocentos mil xerafins; porem como não sey a certeza não certifico os gastos. Porem he certo que se gastou muito e que por esta cauza ficou o Estado empenhado e os povos carregados de tributos, e não se podia esperar menos por se passar a este negocio pellos ditos de hum fradinho que era o mayor agente e que aos dez de Septembro passado se fez mouro na Pérsia, que desta e semelhante canalha se fia o Conde Vice Rey para as suas dispozições, tendo por inimigo declarado a todo o homem que lhe fala com zello e verdade. E porque Dom Manuel Lobo da Silveira fala o que convem está hoje muito odiado e ainda ouve occazião em que chegou o Conde Vice Rey a descompor os mais honrados annos que hoje tem a India.

Escandalizou mais esta embaxada ser na occazião em que foi, em que se faltou ao serviço de Sua Magestade porque no tempo em que havia de partir a armada para o Estreto //fl. 5v/ teve o Conde Vice Rey carta de Mombaça com noticia certa de que o Arabio vinha por cerco aaquella praça, e podendo logo acudir-lhe deixou de o fazer por levar adiante o seu intento e por na contingencia de se perder hũa praça de Sua Magestade que há dous annos está de cerco, e não sabemos ao prezente se o inimigo a tem rendido. A cauza desse cerco já a disse asima, e por hũa e outra couza assy pella Junta como pella embaxada tem o Conde Vice Rey sido cauza desta

desgraça e será tãobem da perda se Deos nos não acudir, porque se Mombaça se perde toda a costa de Africa fica condenada.

[pouca cautela do Vice Rei em receber embaixadores dos reinos vizinhos]

Assy como o Conde Vice Rey teve pouca attenção em remediar os dannos de Mombaça, assy a teve tãobem em mandar o socorro, porque despois de hum anno de cerco mandou por cabo da armada a Luis de Mello de Sampayo, o qual he muito ambiciozo e pello interesse deixará tudo, e não ignorando o Conde Vice Rey a sua enclinação o mandou por cabo do socorro, e juntamente por Geral dos Rios de Monçambique, metendo-lhe em caza a tentação de que sempre se deixa vencer. O que logo fez Luis de Mello de Sampayo foi comprar fato e mais fato. Não faltou quem advertisse ao Conde Vice Rey que estes intentos erão de comerciar e não de pelejar e lhe prophefizou logo tudo o que Luis de Mello havia de fazer. Não deu o Conde Vice Rey ouvidos a esta proposta. Foi Luis de Mello de Sampayo e podendo entrar na barra, como lhe advertião os sercados e saltar em terra, porque o inimigo com a vista das naos estava já para se retirar, não fez nada disto, e contentou-se com meter algũa gente na praça e mantimentos, se foi para Monsambique. E levando ordem apertada para fazer de Mombaça para Monsambique viagem em hũa galeota e deixar as naos entregues a Henrique de Figueiredo elle o fez pello contrario e levou todas as embarcações e só ficou Henrique de Figueiredo em Zamzibar, porque resolutamente lhe disse que o não havia de acompanhar por ser contra o Regimento. O que socedeu em Monçambique foi morrerem trezentos homens desta armada por culpa de Luis de Mello que os não pos na Cabaceira, ilha de melhores ares, como lhe requereo Bernardo Soares, e perder-se hũa galeota de que escapou muito pouca gente.

As novas deste successo trouxe Henrique de Figueiredo a Goa em Mayo, e não obstante ter obrado com toda a satisfação, so elle he o culpado no conceito do Conde Vice Rey e Luis de Mello Sampayo he o innocente. Duas culpas se dão a Henrique de Figueiredo: a primeira //fl. 6/ he que vindo do Reyno e sabendo em Monsambique que estava Mombaça de cerco não hir lá com as naos. Elle se desculpa por não trazer aprestos nem gente de experiencia e muito menos piloutos praticos daquella barra, que he perigozissima. Porem se isto he culpa, mayor a tem o Conde Vice Rey, porque tendo a armada prestes e avizo certo do cerco de Mombaça deixou de impedir o dano por seguir as suas ideas. A segunda he vir-se de Zamzibar e não

meter em Mombaça hum barco da Junta que tinha chegado de Damão. A que responde que elle se achava só com sincoenta homens na sua fragata, porque os mais huns erão mortos, outros ficavão na fortaleza de socorro, e alem disso a sua fragata fazia tanta agoa que se ficasse mais tempo naquella costa corria evidente risco de se perder.

Hũa das couzas que vay aruinando este Estado he a armada que se manda ao Estreito, porque inda que antigamente era de grande effeito esta armada hoje he de grande perda. E a rezão disto vem a ser porque o poder que hoje temos na India he muito pouco, e mandando-se a armada ao Estreito ficão todas as nossas costas descobertas, e o Arabio que esta na boca do Estreito, tanto que tem noticia que as nossas naos entrão sahe elle para esta costa e fica arbitro destes mares, assy para os seus contratos, como tãobem para nos fazer algum dano nas nossas terras. Alem disto a armada que vay ao Estreito gasta mais de cem mil xerafins, e na feitoria do Congo arecada só quarenta mil, e o despender cem para arecadar quarenta so o faz quem quer que a despeza passe pella receita. A mayor conveniencia que podíamos ter era que algũas fragatas nossas estivessem na costa de Dio, como já o dispos o Senhor Conde de Alvor, e outras na costa do sul, porque desta sorte se fazião grandes conveniências: a primeira ter seguras as nossas terras; a segunda tomar muitas prezas de barcos que vem sem cartaz; a terceira fazer muito grande guerra ao Arabio, o qual como vive do contrato desta costa o não poderia fazer sem grande risco e ficaria obrigado a assentar pazes comnosco com grandes ventagens nossas. E quando fosse nescessario mandar algũa cousa ao Estreito, bastava hũa fragata boa e bem guarnecida.

As disposições impertinentes em que athe agora se occupou o Governo tem dado grandes perdas aos vassallos de Sua Magestade na falta que houve das armadas do Norte e mais do Sul. O modo com que os governos passados sustentavão estas terras era despachando logo em Outubro a armada de navios pequenos para o Norte e para o Sul. Nestas armadas metião os vassallos de Sua Magestade os frutos da terra e outras mercadorias, as quaes tinhão sahida naquelles portos, e do Norte lhe vinhão as roupas e outras drogas que aqui tinhão preço; do Sul lhe vinha o mantimento e outras couzas nescessarias. Estas armadas fazião duas ou tres viagens no anno. Porem nestes proximos totalmente se tirou o cuidado destas armadas, e quando muito se manda hũa, e essa tão pequena e tão tarde que vai arriscada a se perder, e não leva os generos necessarios com que o cabedal destes homens está notavelmente demenuido e a fome

he hoje tão grande que se padecem grandes necessidades e os tributos vão continuando. Se Vossa Reverencia quizer saber o dano que disto se segue consulte ao Senhor Conde de Alvor que pella sua experiencia dira a Vossa Reverencia o pezo desta materia.

//fl. 6v/ [Mudança de Goa para Mormugão; Pessoas agraciadas sem mérito]

//fl. 7/ [Fuga de soldados para terra firme; número excessivo de ministros no Estado da Índia]

Nestes dias chegou nova que era morto o Immamo de Mascate. E como se nesta nova, ainda que fora certa, estivesse a nossa felicidade, chamou o Conde Vice Rey a Conselho e propoz que era bem mandar algũas naos a Mascate, porque não ha tirar-lhe da cabeça esta conquista impossivel para o tempo de hoje. Cada um dos conselheiros votou como lhe pareceu. E porque o voto de Dom Manuel Lobo da Silveira teve mayor applauzo referirei este só, o qual perguntou para haver de responder, se com este Imamo acabarão todos? Que intelligencias tinha Sua Excelencia, e que dispozições naquella praça para se haver de entregar, ou para se render. E que se não tinha nada disto, que não era bem propor semelhante materia. Perguntou mais quanta gente havia para esta facção, e como lhe dissessem que havia quatrocentos homens, respondeu que duzentos se mandassem para o Sul para trazer mantimento, e duzentos fossem queimar as galvetas do Sambagy que andão infestando toda esta costa, impedindo as embarcações que vem para os nossos portos. Não contentou o voto porque desarmou o intento, o qual no Conde Vice Rey não he outro mais que acreditar-se de conquistador, e como nem em todas as partes se sabe o fundamento com que se fazem estas dispozições, soão ao longe muito diversas do que são. Mas para que se conheça o fundo deste voto he necessario advertir que de poucos annos a esta parte tem engrossado nossos vizinhos na materia dos barcos que ainda que são pequenos nos fazem muito dano, e desta barra athe Chaul andão passante de setenta galvetas, as quaes tomão quantos barcos encontrão, que como não são de guerra, e são pequenos, não se podem defender, e se se não acudirem a reparar este ano, e a queimar estas embarcações que //fl. 7v/ não he muito difficultozo se houver diligencia de nossa parte para no principio do Verão lhe mandar fazer guerra e se apanharem dentro dos rios em que estão recolhidos no tempo do Inverno, he certo que hão-de ser peyores do que forão sempre os Malavares.

O que mais se deve advertir he que por culpa do mesmo Conde Vice Rey está hoje a terra tão falta de mantimentos que se padecem gravíssimas fomes. E hindo o Procurador da cidade fazer este requerimento ao Conde Vice Rey pella parte do povo que padecia, a reposta que trouxe foi que comessem palha. E a tudo isto quis acudir Dom Manuel Lobo da Silveira, assy para que se attentasse para o bem do povo como para que destruissemos o inimigo que temos a porta, e não fossemos buscar o que temos tão longe, principalmente que Mascate conquistada por força, suppondo que o podemos conquistar, não se pode deffender sem dezempararmos tudo o que temos hoje na India. E a rezão disto he porque para o prezidio do que tem para deffender Mascate são necessarios tres mil homens, e hoje capazes duvido que se podem achar trezentos. E alem disto nos tempos antigos se pagava o prezidio em grande parte com o dinheiro que hia da fortaleza de Chaul, e como agora naquella praça não ha renda, tãobem não ha com que se possa assistir a paga dos soldados. Acressenta-se a isso que não tem o Conde Vice Rey poder para dezalojar o Arabio do cerco de Mombaça e quer-nos persuadir que o tem para conquistar Mascate. Bem sey que o seu intento não he a conquista formal, senão introduzir algũa pratica entre estes Mouros para que fação guerra entre sy. Porem esta pratica serve de muito pouco porque elles não hão-de fazer guerra senão por sua conveniencia e para a nossa tanto vay que estes tenhão Mascate como aquelles porque todos são nossos inimigos. E alem disto he este nosso Vice Rey tão desgraçado nas suas dispozições como em tudo o mais: nas dispozições porque nenhũa dellas lhe socedeu bem; no mais porque no seu tempo tem havido muitas perdas e só de barcos de Sua Magestade, entre grandes e pequenos, são trinta e tantos os que se tem perdido no seu tempo que he perda grande para o estado prezente.

[…….....]

10

CARTA DO REI DE PORTUGAL PARA O VICE-REI E CAPITÃO GERAL DO ESTADO DA ÍNDIA

Lisboa, 22 de Março de 1699 Biblioteca da Ajuda, *Cod. Ms.* 51-VII-25, fl. 5[862]

Antropónimos: Arábio

Topónimos: Moçambique; Mombaça

Vice Rey e capitam geral do Estado da India amigo. Eu El-Rey vos envio muito saudar.

Vendo pelas cartas do conde Vice Rey o perigo e aperto em que se achava a fortaleza de Mombaça citiada pelo Arabio, e considerando o cuidado em que vos poderieis achar se o ultimo socorro que lhe mandou o conde Vice Rey não fosse bem sucedido e desejando mostrar que em toda a parte procuro defender e conservar a meus vassallos das opreções que lhe fizerem os inimigos desta Coroa e com particular rezão quando vos achais governando esse Estado pela estimação que faço da vossa pessoa e por ajudar o amor e zelo com que me servis e com que tereis procurado a reputação do Estado, fui servido mandar-vos socorrer logo com quatro naos de guerra e hum pataxo em que vai hum terço de novecentos homens com todos os officiaes necessarios de mar e guerra, artelharia e fogo, como vos constará pelas listas que se vos hão-de remeter, hindo por cabo da armada Henrique Jaques de Magalhães de cujo valor e experiência fiei justamente a importância desta expedição. E quando em Mossambique ache noticia que Mombaça esta ainda citiada ou já perdida, passará a socorre-la ou a restaura-la, e quando entenda que para conseguir aquella facção necessita ajuntar o poder que vai do Reyno com o que ouver nesse Estado vos fará avizo pela nau de viagem. E espero que Deos ajude tanto as minhas armas contra os seus inimigos que se consiga grande gloria e reputação a esse Estado deste socorro e que no vosso governo ser ya com grandes felicidades.

Escrita em Lisboa a 22 de Março de 699

Assinado: REY

Para o Vice Rey e capitam geral do Estado da India

---

[862] Códice manuscrito que tem por título *Governo do Almotacé-Mor, Vice-Rei da Índia, António Luís Gonçalves da Câmara Coutinho. 1699 vol. II*.

11

NOTÍCIA DE LUTAS CONTRA OS ÁRABES

[Extracto]

S. d. n. l. [post. 1699] Biblioteca da Ajuda, *Cod. Ms.* 51-VII-27, fls. 42v-45[863]

Antropónimos: Arábio; Sinagi

Topónimos: Baçaim; Bombaim; Chaul; Diu; Goa; Mascate; Moçambique; Mombaça; Salcete; Versava

Despachou em Janeiro para a costa do Norte huma armada de tres fragatas pequenas, tres navios de remo e tres manchuas de guerra com perto de 400 homens brancos. Chegando a Chaul aos 27 de Fevereiro tinha dado no dia antecedente o inimigo Arabio na ilha de Salcete de juridição de Baçaym terras do Norte e lançado gente em terra na barreta de Versava daquela ilha e achando rezistencia em hum fortinho de seis ou sete pesoas que ali está o levou a escala com perda de muita gente sua.

Passou dali a Bondara, aldea dos padres da Companhia aonde se fizerão fortes. Tinha dado por regimento o senhor vice-rey a armada que no cazo que o inimigo quizece infestar *//fl. 43/* alguma terra nossa procurase pelejar com elle no mar (não sendo poder mui desigual) e quando o não pudesse conseguir socorresse a todo risco (segurando as embarcaçoens) a praça oprimida. Erão nove as fragatas do inimigo com mais de 3.000 homens. Chegou-lhe a 4 de Março avizo ao dito senhor de que o inimigo entrara aquela ilha. Mandou logo preparar com toda a preça tres fragatas e fez avizo ao Sul para que se recolhese a armada, e se resolveu a passar ao Norte em companhia de Enrique Jaques a pelejar com o inimigo e ordenou novamente ao capitam mor que emquanto não chegavão metesse as fragatas por Bombaym, deitasse gente em terra e se fosse emcorporar com o general do Norte, e assim se fez.

[863] Códice manuscrito que tem por título *Miscelânea Ultramarina, séc. XVI-XVIII*.

E a 9 de Março dia de nosso portuguez S. João de Deos lhe prezentou o general batalha e os fes largar o sitio em que estavão fortificados, e os obrigou a pelejar donde sahirão vencidos os inimigos (dividindo-os a noite com perda de mais de 600 homens segundo se asegura). Da nossa parte morrerão seis ou sete e nenhũa pessoa de nome que sempre Deos Nosso Senhor uza comnosco estes prodigios podendo com elles para nos ajudar mais a sua clemência e mizericordia que os nossos merecimentos.

Constava o nosso campo de 300 homens brancos e os mais naturaes do Norte chamados lascarins; o do inimigo passava de 2000. No mesmo dia em que o inimigo chegou á avistar aquela tinha o general do Norte lançado para o sul della huma armada de remo de 30 e tantas embarcaçoens com 600 homens. Mandarão-nos logo avizar para que marchassem a se emcorporar com o general, mas não foi possivel conseguir-se por cauza dos noroestes que naqueles mezes são mui rijos nesta costa.

He certo que se chegarão nenhum dos inimigos escapara principalmente estando as prayas guarnecidas pois havião de pelejar por força ou se havião de render todos. Mas Deus sabe o que faz.

No dia seguinte ao da batalha desapareceo o inimigo daquela costa assim pelo destroço em que se achava como pella noticia que tinha de que o Excelentíssimo Senhor Vice Rey o hia buscar e se recolheo a Mascate com toda a preça aonde chegou a tres d'Abril sem obrar mais algum progresso, começou a chorar as mortes dos defuntos, fazendo-se ao de seu general (que na batalha perdeo a vida) mais sintida por ser o que entrou Mombassa quando nella não havia rezistencia. Poucos dias depois de chegados saltou o fogo no convento de Santo Agustinho (de que tinhão feito armazém em Mascate) durou quinze dias e foi concideravel a perda que receberão por terem nelle todo o seu mayor contrato.

As embarcaçoens que sahirão por ordem do general do Norte para o sul derão nas aldeas de Sinagi queimando-lhe muitas e algumas embarcaçoens. O mesmo mandou fazer no mes de Março a outras do dito Sinagi o capitam da fortaleza de Chaul porque pedindo-lhe estes que fosse mediator das pazes que pedião ao general, e dando-lhe palavra o dito capitam de o ser. Como virão que o Arabio tinha entrado as nossas terras apanharão algumas embarcaçoens pescarejas do serviço da dita praça e lhe mandarão hum recado pelos pescadores dizendo que se queria pazes fosse la asinar as condiçoens. Respondeo-lhe que elle hia, mandou marchar a gente, deo-lhe

nas aldeas, entregou ao fogo as cazas e palmares e não perdoou a espada a nenhũa creatura que encontrou. Importou em muito esta perda.

[…….....]

//fl. 44v/ fragata Nossa Senhora do Valle que em o primeiro de Maio sahio para o Nome de Deos de Macao.

Tratarei aqui da Junta do Comercio Geral (de passagem) por não faltar em dar esta noticia sem embargo de que o anno passado forão alguns treslado da Secretaria do Estado das cauzas que teve para ser extinguida. Em 10 de Junho de 1699 fizerão os deputados della hũa petição ao Excelentíssimo Senhor Vice Rey em que narravão as cauzas que de prezente offerecião para pedir ao dito senhor extreminasse de todo a dita Juntapelas ruínas em que tinha posto o Estado assim pela perda de Mombassa como pela que se podia seguir a Monssambique e Rios, portos principais de todo o seu mayor contrato. Era este negocio tão relevante e de tanta consideração que sem embargo dos mesmos deputados pedirem a inzstiguição della não quis o mesmo senhor fazer cousa alguma neste particular (sendo-lhe prezentes todos os danos que cauzava ao Estado) sem primeiro ouvor os intereçados nella, dar vista ao Ecleziastico, ao Senado da Camara, ao Conselho da Fazenda ao Tribunal da Rellação e ao procurador da Coroa e Fazenda Real que todos forão de commum acordo que a dita Junta acabasse e de todo se extinguisse pelos perniciozos effeitos que novamente podia produzir. Por ultimo resolveo o Excelentíssimo Senhor Vice Rey se visse no Conselho do Estado onde uniformemente vottarão os conselheiros dele que se conformavão com o parecer dos Tres Estados, assim pelas calamidades que esta exprimentou nos poucos annos que a Junta do Comercio durou como pelos clamores do povo e conservação dos vassalos de Sua Magestade que em grande prejuízo da Fazendo do dito Senhor tinhão passado das nossas terras (onde erão moradores) a povoar outras estranhas. A sinco de Outubro foi Sua Excelência servido (com aquele zello de que se adorna seu generozo animo no serviço de Sua Magestade a vista de tantos brados e clamores) extinguir a dita Junta, e instituir in mediato a nova de Monssambique e Rios deixando livre o contrato dos ditos portos (como antigamente) Nõ Tõ somente aos capitaens das fortalezas do Norte mas tão[bem] aos particulares de que se virão logo tantos effeitos neste Estado que parece que a Divina Providencia sérvio de despertadora aos deputados para que elle tivesse em parte algum alento.

Mandarão-se logo varios navios aqueles portos, como foi Goa, Chaul e Dio que se recolherão em Septembro passado as ditas fortalezas com geral contentamento e commum aplauzo de todos. Passou a tão grande excesso o gosto dos moradores do Norte que chegarão a fazer festas publicas e selebra-las com lunimarias por este respeito.

A praça de mayor consequência que hoje tem a India he a de Monssambique pella rezão de cobrir os Rios e toda aquela costa e o único refrigerio e descanço que tem as naos que desse Reino passarão a este Estado. Supõem-se que o inimigo Arabio a queira infestar por nos ficar tão fora de mão, e ser necessário passar a linha e esperar monção para se socorrer. A tudo isto acudio com o remedio o Excelentíssimo Senhor Vice Rey abastecendo-a de sorte que se acha hoje com 2000 arrobas de pólvora, 12000 ballas de varios calibres, cadea e palanquetas, 15000 pederneiras, 200 espingardas novas e 150 velhas, 4000 panelas de pólvora 60 quintaes de ferro em barra, 4000 //fl. 45/ rodas de murrão branco, e 50 quintaes de murrão de linho, 300 capazes de carretas, 200 quintaes de chumbo, 200 quintaes de balas mosqueteiras; mais 48 quintaes das mesmas em cunhetas, 200 picaretas novas e 30 velhas, 150 enxadas novas, 202 par, 200 lanças de unhacheta, 13 pés de cabra, 50 fouces roçadoras, 30 cutelos marranos, 60 cucharras, 200 frascos de pólvora, e com 250 soldados pagos, afora os moradores da dita ilha, que por todos fazem o numero de 500 homens europeos.

Mandou o dito senhor a governar aquela fortaleza hum soldado velho e de experiencias com ordem para mandar fazer (assim que chegasse) duas embarcaçoens de guerra para andarem continuamente naquela costa, e impidirem os corchos ao inimigo (que assim se chamão as embarcaçoens que trazem naquela costa), e juntamente para mandar lagiar as platasformas. Tem hoje o mantimento mui barato e recolhido muito na fortaleza. Acha-se esta com 21 pessas de ferro, e 41 de bronze de calibre de 10. 12. 13. 14. 18. 20. 24. 33. 40. 54. 16. 6.5, e quazi toda hoje com reparos novos pella prevenção com que se ouve neste particular o Excelentíssimo Senhor Vice Rey por achar quazi toda a artilheria em terra quando chegou aquela praça, com que bem pode reziztir a qulquer inimigo que se lhe oponha. Equando o Arabio o intente lá se acha fora quem lhe tomará a conta do seu atrevimento. Mediante o favor divino.

Fica este Estado tão falto de gente que para algũa invazão que suceda se acha pera zistir *(sic)* a ella com as Religoens *(sic)* e canarins naturaes da terra. Ponha-lhe Deos o remedio pois he a cauza tanto sua.

12

SOBRE A REFORMA QUE DEVE HAVER NA INDIA E DESMANCHOS QUE NELLA HÁ NA FAZENDA REAL

[Extracto]

Goa, 20 de Dezembro de 1700 Biblioteca da Ajuda, *Ms. Av.* 54-XIII-15 (111)[864]

Antropónimos: Arábio
Topónimos: Cabo Delgado; Goa; Moçambique; Sofala
Etnónimos: Arábios

//fl. 8v/ § 13 Como se poderá reparar e defender Mossambique do Arabio

Não pede menos prevenção e cautella a fortaleza de Mossambique pello receyo que prudentemente se pode ter de que o Arabio intente contra ella algũa facção e como se acha tão distante e as monçoens impossibilitão a expedição dos avizos, e juntamente as dos soccorros, pode correr grande risco se anticipadamente se lhe não previnirem estes, e perdida aquella fortaleza consequentemente fica comdemnada a de Sofalla e todo o comercio dos Rios.

O meyo que pode haver para se atalharem estes prejuizos e damnos de tanta consequencia, he o de mandar-se todos os annos hua fragata de guerra para Mossambique, com a qual não só se impedirá e dificultará aos Arabios a empreza de invadirem aquelle prezidio estando ella surta debaxo da fortaleza delle, mas tambem o haverem de entrar as suas embarcaçoens naquelle porto, porque dando-se a mão hum poder com o outro, estes alentos a farão reforçar mais para rezistirem com mayor constancia e valerosos impulços aos do inimigo, e de se executar assim esta dispozição ainda são mais repetidas as conveniencias que della se produzem porquanto quando seguir viagem de Goa para Mossambique a dita fragata não será

[864] Manuscrito que tem por título *Papel de António Coelho Guerreiro para El-Rei [D. Pedro II]*.

menos util, a faça indo costiando o Cabo Delgado e todos aquelles portos com quem temos correllação para animarmos aos moradores delles a seguirem o nosso partido pois de o dezempararmos justamente se pode temer abrassem o dos Arabios.

E a esta circunstancia acresce a de se lhe evitar o comercio que tão francamente fazem por toda aquella costa o dito inimigo. E depois na torna volta não peza menos a conveniencia de se incorporar *//fl. 9/* com a nao ou naos que vierem do Reyno a dita fragata. Porque como ordinariamente ignorão as noticias de que se pode previnir lhe pode a falta dellas acrescentar o perigo, e de virem unidas se poderá rezistir a elle com mais bem fundadas esperanças.

A objecção que se poderá offerecer a isto hé a despeza que a dita fragata poderá fazer ao que se satisfaz com se dizer que a Infantaria tanta faz no mar como na terra, e que os gastos extraordinarios não podem ser tantos que os não remunerem os fretes que a dita fragata há-de levar daquy para Mossambique e de Mossambique para Goa, alem de que se poderá tambem utilizar a Fazenda Real com pencionar os barcos das Praças do Norte que vierem debaxo do cpmboy da dita fragata, e não hé esta providencia de menos supozsição para os remir de serem tomados, não só pellos Arabios mas tambem dos cossarios.

13

CARTA DE DOMINGOS DOURADO DE OLIVEIRA PARA MENDO DE FÓIOS PEREIRA

Goa, 8 de Janeiro de 1701 Biblioteca da Ajuda, *Ms. Av.* 54-IX-22, nº 163 e 195[865]

Antropónimos: Arábio
Topónimos: Estreito de Ormuz;Goa; Índia; Mombaça; Pérsia; Rios de Sena
Assuntos: despesa da armada do Estreito; ataque dos árabes à ilha de Salcete

Senhor Mendo de Foyos Pereira

Nesta monção receby duas cartas de Vossa Senhoria sem hũa ser via da outra, e como Vossa Senhoria me fes duplicado o favor de suas boas novas, tãobem o ficou sendo em mym o gosto com que as receby. Das de Vossa Senhoria faço eu tanta estimação que não havera ninguem que por mais que as estime me faça nesta parte ventagem.

Bejo a Vossa Senhoria as mãos pello parabem que me dá de me ter cazado, porque só a aprovação de Vossa Senhoria basta para canonizar todos os meus acertos mas tem estes tido tantos discontos nas cavilaçoins de meu sogro e no seu terrivel genio que bem se pode dizer de mym que por seu mal nascem azas a formiga.

Já Vossa Senhoria estara emteirado de que mandando elle procuração ao Doutor Diogo Marchão Themudo para requerer logo a aldea para sua filha, que ao depois veo a ser minha molher, mandou por outra via fazer requerimento muito diferente de que nasceo o haverem lá tão emcontrados empenhos, e se Vossa Senhoria com o seu poder não vencece estes achar-me-hia eu muito emganado, pois me cazei na esperança daquelle requerimento, e mal podia eu imaginar que o senhor D. Manuel se ouvesse comigo tão doloso, sendo elle quem me rogou com sua filha.

[865] O início do documento tem a cota Ms. Av. 54-IX-22, nº 163.

Mas tudo o que lá se passou foi nada a respeito do que eu tenho cá exprementado, porque fiado na minha bondade pertendeo este fidalgo levantar-se a mayores com quanto me tinha dado, e que a mim me ficace por dotte o pagar as suas dividas, e depois de haver mais de dez mezes que eu me tinha metido de posse, e elle tinha recibido a penção de todo anno, deo petição de força contra mym em que tive sentença a meu favor, e nos autos não reparou em negar o que eu lhe tinha pago no Norte, mas como eu tinha recibo de seu procurador ficou tãobem nesta parte convencido. E de tudo o que tem obrado pudera ter motivos bastantes para se emvergonhar de sy mesmo, mas tem mostrado que nem se lhe dá do que diz *//fl. 1v/* o mundo, e se nesta parte há peijo hé somente o que eu tenho porque emfim reconheço-o por meu sogro mas desejara que o não fosse, porque se por hũa parte me esta bem o ser genro de hum cavalheiro tão calificado, me esta mal por outra ter por sogro a hum homem de tão pouca palavra que não se lhe dá de faltar a ella e que chega a comfeçar que o seu intento foi enganar-me.

[……[866]]

//fl. 2v/ Nesta monção escrevo a Sua Magestade pella Meza das Missões porque como entendo que das faltas que nestas há procedem todas as ruinas da India, me pareceo ser em grande serviço do dito Senhor e de Deos não só o fazer-lhes prezentes mas o apontar-lhe meyos que dão esperança de huma grande propagação da ffée e tão faciis como Vossa Senhoria vera pella copia que com esta lhe remeto. Querera Deos que eu nelles acerte e que sejão pera mayor gloria sua, nem do meu zello espero outro fruito.

Tãobem tive dado principio a hum papel sobre os Rios de Senna com algũas direcçoins convenientes ao seu augmento mas resolvi-me a deixar esta impreza para a monção que vem, assim por lhe dar milhor forma, como tãobem por não misturar o ouro com a ffée, e as minas com as missoins porque sem se acabarem de abrir estas não se há-de augmentar este Estado por mais ouro que aquellas produzão.

O socorro que desse Reino veo para Mombaça não foi nesseçario hir lá pera se perder e bastou ficar em Goa hum anno pera morrerem quazi todos os soldados levando conssigo a Henrique Jaques seu general. E cuidando nos que com tão grande

[866] São referidos outros assuntos pessoais.

socorro podiamos tornar a ser comquistadores, por se querer fazer-se livro delle, fomos de novo comquistados pois o Arabio no mesmo anno nos invadio em o Norte a ilha de Salcete donde nos tomou duas fortificaçoins. E se Deos lhe não cegasse os olhos[867] *//fl. 3/* e elle soubesse adonde estava, estaria hoje perdido todo o Norte. E como naquella ocasião se lhe não acudio, o mesmo aconteceria depois.

Havera hum mez que a nossa armada de alto bordo sahio para fora, que consta de seis fragatas e algũas dellas de grande força. Vay dirigida por ultimo fim ao Estreito, alguns querem que de caminho vá a outra empreza. Se assym for, o tempo mostrara que todas as da India são de hũa cor mas todas chegão a Portugal com ella mudada.

Se Sua Magestade tivesse verdadeira noticia da quão pouca utilidade hé ao seu Real serviço a viagem do Estreito, quoando totalmente a não prohibisse permitiria somente o fazer-se quoando muito de sinco em sinco annos. Gastão-se as vezes nella duzentos mil xerafins ou pouco menos para irem cobrar quorenta mil que lá se nos pagão de penção. E a esperiencia de muitos anos tem mostrado que debalde se vay lá buscar o Arabio, e que na nossa costa lhe podemos fazer tão grande guerra que elle não só procura ter pax comnosco mas nos faça ainda em sima grandes partidos. De nenhũa sorte se pode conservar este inimigo sem a costa da India donde vem vender os seus cavallos e a sua tamara, e de donde leva as roupas e o arros pera seu sustento e se se lhe impedir este comercio não pode ter mayor ruina nem nos mayor enterece; muitos barquinhos seus vem aventura, e não são poucos nem de pouca importância, e todos nos hão-de cahir nas mãos se as nossas fragatas não sahirem desta costa.

A sua armada quoando vem trás todas as embarcaçoins tão carregadas de cavalos e de outras couzas de vollume que vem emcapazes de peleijar, mas não se lhe busca esta sezão porque namorão muito as couzas da Percia.

Outras muitas conviniencias se seguem desta dispozição porque emquoanto nesta costa andão as nossas embarcaçoins todas as nossas terras estão com segurança e com respeito e se nella peleijarmos com o Arabio e as nossas naos receberem danno tem portos pera se repararem; se as suas o receberem como hé infalível, ou se hão-de

[867] A carta segue no documento que tem a cota *Ms. Av*. 54-IX-22, nº 195.

perder ou se hão-de entregar, porque esta diferença vay de peleijarmos com elles em nossa casa ou em irmos buscar a sua.

//fl. 3v/ Como a India toda se compõem de erros, vença estes não só por fora mas tãobem por dentro, e podera ser que destes segundos nasça a mayor ruina da India. As aldeas do Norte, cujos lavradores são gentios, se despovoarão há quazi hum anno, porque não havendo quem lhe pregue a ffeé, que era no que se devia por todo o cuidado, todo este se poem em que elles sendo gentios não obrem como tais, nem ainda no entirior de suas propias cazas, e vem-se por esta cauza a perder a ceara que podera dar muito fruito se se cultivasse com a palavra do Evangelho e não se cortasse antes de frutificar. As perdas que se tem siguido thé o prezente são dos vassallos, cedo chegarão a Sua Magestade e queira Deos que não seja com consequências tão prejudiciais a sua Real Coroa como prometem os antecedentes, porque o Norte hé o corpo deste Estado e despedeçado aquelle segue-se o acabar este. A mayor parte das aldeas do Norte são de gentios e não há christãos que suprão a sua falta, e delles se auzentarem segue-se o perderem os vassallos todas as rendas e Sua Magestade os foros, e da falta destes forçozamente se ha-de seguir o não haver com que se paguem os soldados, e não havendo estes hé infalivel a imvazão dos imfieis, cujo odio se provoca com este género de procedimento, pois os fugidos dão por rezão que nos os queremos fazer christãos a força, mas provera a Deos que este fosse o fim porque com ser ilicito era muito mais honesto que os entereces que se cobrem com tão honrradas capas. Lá hão-de chegar os do padre fr. Manuel de Asunção e por elles se julgarão os mais e quem souber que neste anno vierão do Norte prezos perto de quoatrocentos gentios, e supuzer que menos em que podem ser condenados hé cada hum em sincoenta xerafins, e lhe fizer as contas em tudo cahira nellas.

Tenho-me alargado com Vossa Senhoria tanto que cuido lhe serey emfadonho mas tenho desculpa em serem de anno a anno estas monçoins e crea-me Vossa Senhoria que o que tenho escrito nesta carta a respeito de muito mais que lhe pudera escrever hé tão pouco que não hé mais que mostrar a Vossa Senhoria o dedo de gigante, e ainda este não vay inteiro, mas esta falta suprira a chegada do Doutor Gregório Pereira a esse Reyno.

//fl. 4/ Luis Guterres me escreveo que Vossa Senhoria o fizera sabedor das jarras que eu lhe offerecy e me deo noticia de que hũa se quebrara na Caza da India, e

como em minha caza havia outro par semelhante aquelle, o offereceo a Vossa Senhoria nesta monção. Estimarey Seia tanto do agrado de Vossa Senhoria que supra este a limitação de tão pequena offerta e se em me offerecer a mym offereço couza de préstimo tem-me Vossa Senhoria as suas ordens e com tanta vontade que em nada hé menor que a minha grande obrigação.

Deos guarde Vossa Senhoria.

Goa 8 de Janeiro de 1701.

De Vossa Senhoria

Seu muito obrigado

(Assinado:) DOMINGOS DOURADO DE OLIVEIRA

Sem embargo de que digo a Vossa Senhoria que lhe remeto hũa copia o não pude fazer por me sahir tão comprida não foi possivel treslladar-se, nem por isso deixara Vossa Senhoria de ver a carta que escrevo a Sua Magestade pella Meza das Missoins

14

CARTA DO REI DE PORTUGAL PARA O VICE-REI DA ÍNDIA

Salvaterra, 10 de Março de 1701 Biblioteca da Ajuda, *Cód. Ms.* 51-VII-26 (1)[868]

Antropónimos: Arábio

Topónimos: Moçambique; Mombaça

Assuntos: socorro para a restauração de Mombaça

Vice Rey e capittão geral do Estado da India amigo, Eu El-Rey vos envio muito saudar.

Tanto que pellas vossas cartas receby com certeza as noticias da perda de Mombaça e que não permitiria o tempo que se restaurasse com o socorro que deste Reyno vos mandey, governado pello general dos galiões Henrique Jaques de Magalhães, entrey logo no cuidado de fazer considerar o socorro que novamente se vos havia de mandar para que unido as forças desse Estado se pudesse consiguir a restauração dessa praça tam necessaria para as utilidades do comercio como para a segurança de Mossambique e reputação desse Estado.

E assim fuy servido mandar logo hũa fragata de guerra de que he capittão de mar e guerra Antonio de Saldanha de Albuquerque a Bahia de Todos os Santos para que com outra fragata que na Bahia se tinha mandado fazer partisse na monção com quatrocentos homens de guerra porque este socorro chegaria primeiro que o que se vos manda nesta monção que consta de outocentos homens de guerra em tres naos de força, esperando do vosso zello e cuidado que na restauração de Mombaça fassaes tal esforço que se possa consiguir com reputação das minhas armas, despondo pera este effeito os animos dos principaes vassallos desse Estado, dos quaes Eu confio que nesta occazião se lembrem daquelle grande valor e lealdade com que seus progenitores se ouverão em semelhantes emprezas, não sendo esta a primeira ves que Mombassa se restaurou, como agora espero que suceda, não fiando menos do seu valor e da sua lealdade pois aquelles de que nassem nas suas valerosas acções lhe

[868] Códice que tem por título *Governo do Almotacé-mor, Vice-Rei da Índia, António Luís da Câmara Coutinho* 1701- Vol. III.

deixarão exemplos pera a sua imitação. E estou bem certo que se acharão com todos aquelles estimulos que lhe pode cauzar a memoria de seus mayores a lealdade pera com o seu Rey e o amor da sua patria pera deitarem fora de hũa praça tam importante a hum inemigo tantas vezes vencido pellas armas portuguesas, a que a fortuna maes que o valor lhe assegurou esta empreza em que tam honrados soldados perderão a vida com gloria e reputação do nome Portugues. E assim estou certo que todos os leaes moradores desse Estado concorrerão pera a restauração desta praça porque aquelles que pellos annos, ou pellos achaques o não puderem fazer com o sangue e com as vidas o farão com as vontades e com as fazendas ajudando as despezas que hoje não poderão caber na pouca possibilidade com que vos achaes, e unidos tão bons e leaes vassalos não duvi[do] *//v/* que deixarão as armas portuguezas com reputação e as suas mesmas casas com segurança e ao Arabio com castigo, logrando com honra e gloria aquellas merces e premios que da minha justiça e grandeza lhe pode assegurar o seu merecimento con[sideran]do-se que o tempo não tem jurisdição no valor e lealdade dos moradores da India e que inda são os mesmos que forão e que sempre conservarão aquellas fortalezas que seus mayores ganharão a custa do seu sangue gloriozamente derramado pella gloria do seu Rey e da sua patria. E como o vosso valor e o vosso zelo os animará vigorozamente pera esta empreza, espero na bondade divina que a perda de Mombaça fosse pera mayor reputação do valor português na sua restauração e pera castigo e abatimento dos inemigos do seu sancto nome vendo-se outra ves na Azia com temor e respeito as bandeiras portuguezas e com as obrigações com que nacestes são tam grandes justamente espero que nesta expedição fiquem desempenhadas dando-me muitos motivos pera vos mostrar o meu agradecimento.

Escrita em Salvaterra a 10 de Março de 1701

(Assinado:) REY

Para o Vice Rey e Capitam Geral do Estado da Índia

2ª via

51-VII-26

Vice Rey e Capitaõ g.al do Estado da India amigo. EU El Rey vos invio muito saudar. Tanto que pellas vossas cartas visby com atteza as noticias da perda de Mombaça e que não permitirão o tempo q.e se restaurasse com effeito o desta Praça no anno passado q.e governado pello General dos Galeões, Antonio Teixeira de Sousa, entrey logo no cuidado de fazer considerar o socorro q.e novamente lhes mandey fazer prestes as forças deste Estado se pode conseguir a restauração desta Praça tam importante q.e as utilidades do comercio como a segurança de Moçambique e reputação deste Estado lhe fazem, e visto ser necessario mandar logo hua Fragata de guerra do meu Capitaõ de Mar e guerra Antonio de Saldanha de Albuquerque a Bahia de todos os Santos para q.e com outra Fragata que ne Bahia se tinha mandado fazer partisse na monção com quatro Galeões e Navios de guerra pera q.e este socorro chegasse primeiro q.e o que fosse mandado desta monção com os d.os quatro Galeões e Navios de guerra em seis mezes de Março esperando do vosso zello e cuidado q.e na restauração de Mombaça com as forças q.e vos parecer bastantes e se poderem conseguir com reputação das minhas armas, dispondo para este effeito os animos dos principaes vassallos deste Estado, de sorte que a exemplo q.e nesta occasião fizerão os seus antepassados se lembrem daquella grande valor e lealdade com q.e seus progenitores se conservarão em semelhantes empresas, não sendo esta a primeira que em Mombaça se restaurou, como agora espero q.e suceda, não ficando menos do seu valor, e da sua lealdade por aquelles de q.e nascem nas suas valerosas acções se deixarão exemplos para a sua imitação, e estou bem certo q.e achareis com todos aquelles estimulos q.e pedem de louvar a memoria destes maiores actos de lealdade para com seu Rey, e amor da sua patria por defenderem fora de hua Praça tam importante a hum inimigo tantas vezes vencido pellas armas Portuguezas, a q.e a fortuna mais q.e o valor lhe assegurou esta empreza em que tam conhecidos ficarão pederão ainda com gloria e reputação do nome Portuguez cazar com estouro de todos os seus moradores deste Estado, concorrerão para a restauração desta Praça, porque aquelles que pellas armas, ou pellos achaques q.e não puderem fazer com o sangue, e com as vidas o farão com as fazendas, applicando as despezas q.e estes não poderão caber na quota possibilidade que cada hum achar, e vindo tambem os seus vassallos não duvi-

que durarad as armas Portuguezas com reputacad cas suas mes-
mas Casas Com Segurança cos Arabis Com castigo segundo
Com honra e gloria aquellas mays e Remios que da mi la
patria e grandeza Regio de seguir o seu Merecimento: Com-
pem que o mygonaõ tan Justo duás valor, e lealdade dos
Moradores da India equeinda saõ os mesmos q Lonaõ, e
sempre Conservaraõ aquellas Portalezas q seus mayores ga-
nharaõ a custa de seu sangue, e bezionamente derramado pella
gloria do seu Rey e da sua patria, Como ouvio valor e ousio Ze-
lo vos animara inegurramente para esta empreza, espero na bon-
dade divina que a perda de Mombaça e mais para mayor reputa-
caõ do valor Portuguez na sua restauraçaõ e para castigo e
abatimento dos inemigos de seu santo nome, vendo se outra vez
Cafraria Com temor e espanto as bandeiras Portuguezas, com
as obrigaraõ Com que naquelas Partes tam grandes gostamente es-
pera que nesta expediçaõ e fiquem dizempenhadas dandome
muitos motivos para vos Mostrar o meu agradecimento. Escrita
em Salvaterra a 1º de Março de 1631

Rey

15

CARTA DO REI DE PORTUGAL PARA O VICE-REI DA ÍNDIA

Salvaterra, 15 de Março de 1701 Biblioteca da Ajuda, *Cód. Ms.* 51-VII-26 (7)[869]

Antropónimos: Arábio
Topónimos: Mombaça
Assuntos:socorro para a restauração de Mombaça

Vice Rey e capittão geral do Estado da India amigo, Eu El-Rey vos envio muito saudar.

Pelo muito que convem não só a reputação das minhas armas mas tambem a conservação e augmento desse Estado da India a restauração da praça de Mombaça, vos ordeno que a procureis conseguir por todos os meyos possiveis porque para este effeito vos mandei o socorro com que foi Henrique Jaques de Magalhães e o que da Bahia levou Antonio de Saldanha e o que agora vos vai nas tres naos com o capitão mor Gaspar da Costa de Ataide. E esta expedição para a restauração de Mombaça ha-de ser governada pelo general dos galiões Henrique Jaques de Magalhães, porque para esse effeito o mandei a esse Estado.

E fio do zelo e cuidado com que me serviis que aplicareis com o mayor esforço o intentar-se esta empreza com as mayores forsas que se puderem ajuntar para que se assegure a felicidade de conseguir-se e não fique entendendo o Arabio que as forsas da India com os socorros de Portugal não são bastantes para castigar a sua ouzadia e restaurar esta praça.

Escrita em Salvaterra a 15 de Março de 1701

(Assinado:) REY

[869] Códice que tem por título *Governo do Almotacé-mor, Vice-Rei da Índia, António Luís da Câmara Coutinho* 1701- Vol. III.

Para o Vice Rey e Capitam Geral do Estado da India

2ª via

(Endereço:) Por El Rey

Ao Vice Rey e Capitam Geral do Estado da Índia do seu Conselho.

Nº 177 2ª via

16

CARTA DE MENDO DE FOIOS PEREIRA PARA O VICE-REI DA ÍNDIA

Lisboa, 21 de Março de 1701 Biblioteca da Ajuda, *Cód. Ms.* 51-VII-26 (145)[870]

Antropónimos: Arábio

Topónimos: Moçambique; Mombaça; Zanzibar

Assuntos:socorro para a restauração de Mombaça

Por cabo das tres naos que vão para a restauração de Mombassa vai por cabo o mestre de campo Gaspar da Costa de Athaide com patente de capitam mor. E ha-de tomar Mossambique para o socorrer com a gente que lhe for necessaria. E se achar o Arabio sobre aquela praça ha-de brigar com elle e soccorre-la e não se apartar della para impedir os socorros do Arabio e animar aos citiados. E quando o Arabio não esteja sobre Mossambique e ache noticia certa que a nossa armada está ja sobre a costa de Mombassa ha-de ir encorporar-se com ella e sempre ainda que não tenha essa noticia ha-de tomar Zansibar para se informar do estado daquella costa. E em chegando a essa cidade de Goa cumprio com a sua obrigação, e vai para voltar outra vez para o Reino.

Sua Magestade que Deus guarde me manda recomendar a Vossa Senhoria muito a sua pessoa para que Vossa Senhoria o favoreça em tudo o que poder, pello merecer a sua pessoa e valor e a boa vontade com que vai servir a Sua Magestade.

Deus guarde a pessoa de Vossa Senhoria muitos annos

Lisboa 21 de Março de 1701

(Assinado:) MENDO DE FOIOS PEREIRA

Para o Vice Rey e Capitam Geral do Estado da India

2ª via

---

[870] Códice que tem por título *Governo do Almotacé-mor, Vice-Rei da Índia, António Luís da Câmara Coutinho* 1701- Vol. III.

17

CARTA DE CAETANO DE MELO DE CASTRO, VICE-REI DA ÍNDIA, AO PADRE SEBASTIÃO DE MAGALHÃES

Goa, 12 de Janeiro de 1704 Biblioteca da Ajuda, *Ms. Av.* 54-XI-36, nº 135 e 54-IX-15, nº211[871]

Antropónimos: Arábio; Francisco Pereira da Silva; Gaspar da Costa; Henrique de Figueiredo; D. João Fernandes de Almeida; Rei da Pérsia

Topónimos: Damão: Diu; Estreito de Ormuz; Índia; Mascate; Macau; Moçambique; Pérsia; Porepatane; Poço de Surrate; Quelimane; Rios (de Cuamá); Sena; Sofala

Assuntos:defesa de Moçambique; reparação da fortaleza do porto de Quelimane; tentativa de ataque árabe a Diu

Etnónimos: Arábios

Receby a carta de Vossa Senhoria e nella o gosto de saber ficava logrando a saude que lhe dezejo. E sempre destas noticias farey a devida estimação o que supponho não duvidará Vossa Senhoria porque conhece o muito que o venero. Eu conseguy minha viagem vencendo os discomodos como já escrevy a Vossa Senhoria no anno passado, e athe aqui não experimentey o rigor com que este clima custuma hospedar os que nelle entrão de novo. E como os achaques não passarão de queixas, me não servirão estas de embaraço a satisfazer as obrigações deste lugar. Bom sera tenha acertado em algũa couza porque este hé todo o meu dezejo.

As tres fragatas e o pataxo que Sua Magestade foy servido viessem de soccorro a este Estado chegarão a elle com prospera navegação, e logo me aproveitey das ditas

[871] Os primeiros dois fólios do documento têm a cota 54-XI-36, nº 135.

fragatas e pataxo mandando-os para a costa do Norte, e o pataxinho na armada do sul, porque as embarcaçoens deste lote de quarenta pessas, e de algũas menos, tem grande serventia para as nossas armadas indianas, como na monção passada fiz presente a Sua Magestade, e neste anno torno a repetir a mesma dilligencia na concideração de que naos deste porte tem bastante força para se fazer respeitar dos principes da Azia, os quaes avallião a inportancia das armadas pello numero de vellas e não pella grandeza dos navios, e se facilita preparar dous ou tres com a mesma despeza de que carece hũa nao grande que nunca pode ser tão ligeira, e a falta de boas naos de vella nos tem feito perder muitas vezes boas occazioens e prezas importantissimas

//fl. [1v]/ A concervação de Mossambique e Rios me tem devido todo o cuidado porque reconheço quanto convem que aquella praça, e os mais destrictos de sua jurisdição se ponhão na melhor defença possivel. E assy lhe deixey oitenta e tantos homens, com ordem que quarenta se introduzissem nos Rios, e que ajustando-se hum numero da guarnição de Sofalla, se agregasse o resto à companhia que existe em Senna, e em cada anno lhe vou remetendo gente. Agora vay bastante na companhia de D. João Fernandes de Almeida que nomeey por general dos ditos Rios, entendendo que este fidalgo tem suficiencia e capacidade para que no tempo de seu governo se melhore muito aquella conquista, donde mando que se reparem logo as ruinas das fortalezas e se fação as mais fortificaçoens que se necessitem, e especialmente a do porto de Quelimane para cujo effeito vay em companhia do dito generel hum dos capitaens engenheiros que vierão comigo de Portugal. Bom será se descubrão meyos para que se possa accudir a tantas e tão percizas despezas.

As missoens custumey favorecer nos governos em que estive, reconhecendo ser este o pretexto com que Sua Magestade logra o dillatado dominio de suas conquistas, e na Azia ainda se faz mais precizo que os missionarios se patrocinem por contenderem com homens discretos e politicos, oppondo-se-lhe muitas vezes principes poderozos a lhes impedir que em seus Estados introduzão a dotrina Evangellica, porem faltão cabedaes para o adjutorio de que carecem as ditas missoens, e donde não há com que se pague o que se deve, dificultozamente se pode achar para esmollas, sem embargo de que sejão bem empregadas. Mas conciderando que a congrua dos bispos fica sendo esmolla, e divida, que não era justo deixar-se de

preferir a quaesquer outras, me rezolvy a lhes consignar as taes congruas nos dizimos de sinco por cento, novamente impostos, adonde com toda a pontualidade se lhe fazem seus pgamentos. E antes que se pudesse haver esta cobrança se assistio ao bispo de Nanquim D. Alexandre Cicero com o que lhe tocava e o *//[fl. 2]/* determino servir em tudo que puder porque de mais das informaçoens que tenho do bem que obra o dito bispo e o zello com que se mostra leal vassalo de Sua Magestade o conhecy e tratey quando em outro tempo estive em Goa sendo elle relligiozo da Companhia, e me consta que suas virtudes igoallão a grandeza de seu nacimento; e ao bispo de Penquim se lhe consignou só a congrua de que se faz menção nas bullas pontificias, na mesma forma que Vossa Senhoria aponta lhe parece conveniente observar-se.

O que a Vossa Senhoria escrevy poucos dias depois de sahir dessa barra avalliey acertado comunicar-lhe para que as embarcaçoens dos annos futuros não experimentassem o mesmo damno. E lhe agradeço a Vossa Senhoria a atenção que teve de goardar este segredo, ainda que me não occorreo que essa noticia pudesse occazionar a menor queixa, porque as pessoas que estamos em mayores lugares não podemos fazer exame dos provimentos que se dão para o mar, e só nos toca recomenda-los e encarregar semelhantes dilligencias aos officiaes de que se faça mayor confiança. E eu receberey por lizonja fazerem-me sabedor de alguns destes dezacertos para os reprehender e procurar se não contenuem.

Sinto que os achaques impedissem a Gaspar da Costa o trazer este soccorro, mas se vier para o anno como Vossa Senhoria me diz, o procurarey accomodar para que fique neste Estado, que carece muito de cabos de tanto prestigio como o dito Gaspar da Costa. E lembre Vossa Senhoria a Sua Magestade que a mayor falta que experimenta a India hé de cabos mayores e cavalheiros para que de todo se não acabe a nobreza de que se povoou este Estado, e se achem homens para se lhe encarregarem emprezas, e com sufficiencia, de que socedão neste governo, o que tudo facillitão despachos que são bvem merecidos, logrando-se por vir a India e contenuar nella o real serviço.

Ao general de Maccao recomendey o cuidado de não admitir naquella cidade missionarios estrangeiros que não fossem por via de Portugal, e o mes*//fl.2v/*mo

determino se observe em toda a parte dos destrictos a que se estende o dominio do governo deste Estado, porque hé certo que os taes missionarios são os mayores inimigos que hoje temos, e fora muy util que Sua Magestade vencesse em Roma o permitir-se-lhe que os taes missionarios, que não vindo remetidos por esse reino, entrassem nas terras do dominio de suas conquistas, os pudessem prender, e embarcar para Europa, sem que os inzentasse desta execução o caracter de bispos que alguns trazem, e muitos delles com bullas falsas. Porem no que respeita ao patriarca que se manda a China, fico advertido para goardar em tudo as ordens que tenho de Sua Magestade sobre este particular. E tambem sobre os estrangeiros mercantes que em Maccao se admitem por algum tempo de moradores, faço conta prohibir logo esta liberdade e perjudicialissima introdução, talvez facilitada pellas conveniencias de quem uzasse mal de seus poderes para dar semelhantes licenças.

Atrebuo a milagre do S. Xavier recolher-se neste porto a salvamento a nossa armada perçiana que nesta forma se nomeava, e todos della se inclinavão tanto aos regallos e liberdades da Perçia, que sem a menor repugnancia, se dillatarião muito mais tempo naquella assistencia, donde o general Francisco Pereira esteve tres annos, sem que isto se lhe permitisse em Regimento ou ordem particular, e foy tão util a sua demora no porto do Congo que delle não sahio nunca, nem soube couza algũa dos Arabios e de suas dispoziçoens. Despenderão-se a suas ordens duzentos noventa e tantos mil xerafins que cobrou dos quarenta que paga el rey da Perçia cada anno ao Estado, ao qual deo de socorro o dito general Francisco Pereira tres fragatas que em Abril mandou, conduzidas por almirante Henrique de Figueiredo e pello fiscal Diogo Tavares da Gama, as quaes fragatas foram a Estrella, a Trafaria, e o Bom Jesus de Mazagão que vierão em forma que se entende que hũa não pode ter concerto e que as duas carecem de concideravel dispendio, e *//fl.[3]/* [872] como a gente do mar se lhe veyo devendo todos seus quarteis, e alguns aos soldados, me custou o ajuste desta paga mais de quarenta mil xerafins, e não han-de bastar sincoenta para o ajuste da divida da gente das outras tres fragatas que chegarão a esta barra em Novembro proximo passado, servindo esta famosa empresa de nos atenuar de todo despendendo-se nella pouco menos de hum milhão de xerafins pela conta que por mayor se tem feito.

[872] A partir do fólio 3 o documento tem a cota 54-IX-15, nº 211.

Não me admiro da imprudencia com que Francisco Pereira obrou nesta occazião, porquanto a mesma occazião o tinha prezo, e de modo cego, que se receyou muito que este homem se rezolvesse a mais prejudicial locura, ficando por companheiro do frade que, em diverso habito e relligião da que professou, era o medianeiro da guerra que se pertendia fazer a Mascate. E visto que escrevo a Vossa Senhoria com mais largueza e confiança lhe seguro, pellas noticias que tenho, que se este homem não reduzisse quem no acompanhasse para Goa se não apartara do que o prendia na Percia. E por todas estas cauzas e outras muitas que não devo expressar me achey obrigado a prender ao dito Francisco Pereira na fortaleza da Agoada, donde fica, e se lhe tirou a devaça que remeto a Sua Magestade para que o menos se justifique que de minha parte não faltey ao que era obrigado.

Os Arabios, segundo o que sempre custumarão, vierão nas costas da nossa armada o que preveny antecipando-me a mandar quatro fragatas de guerra para a costa do Norte, dilligencia tão util que livrou Dio destes inimigos, porquanto àquella praça se encaminhava todo o poder de nove fragatas e naos grandes do dito inimigo, que tendo noticia em os portos de Porepatane que Dio se achava com esta deffença se fez mais ao mar para não ser visto das nossas fragatas e chegou aos destritos de Damão donde lançou em terra quinhentos homens no rio chamado Vinbarçary. Porem sahindo do porto de Damão hũa ballandra olandeza os avizou das preparaçoens com que se lhe intentava cortar o passo e impedir o embarque, e de que em Goa ficavão fragatas pronptas para comboys da armada do norte, o que obrigou aos Arabios a que logo //[3v]/ fizessem repetidos sinaes para que a sua gente se retirasse, a que obedecerão com tanta preça que a tropa de cavallos, Infantaria e mais espingardeiros vollantes que sahirão a defender nossas terras não acharão nellas os contrarios que se forão sem fazer mais hostilidade que a de queimar hũas palhotas de pescadores e navegarão para o Poço de Surrate.

Como este avizo me chegou, tratey de me aproveitar da occazião em que os ditos Arabios justamente nos suppunhão incapazes de lhe resistir e preparey mais duas fragatas em que entrou a nao Nossa Senhora da Gloria por ser das que vierão menos arruinadas e que a menor beneficio podia servir nesta empreza. E poucos dias depois de mandar o primeiro soccorro, que foy o capitão mor do Norte D. Antonio de Menezes com as fragatas Nossa Senhora da Piedade das Chagas e Nossa Senhora da Batalha, despedy a cafilla do Norte com as embarcaçoens de guerra pequenas, e a dita

nao Nossa Senhora da Gloria com hũa fragatinha de trinta peças a se emcorporarem hũas e outras com as quatro fragatas que forão antecedentemente para a ponta de Dio à ordem do meu sobrinho Jorge de Souza de Menezes, que unindo-se com o dito D. Antonio de Menezes, lhe fica sobordenado, e como capitam mor governando as oito fragatas. Espero do vallor deste fidalgo nos grangee hũa grande vitoria, visto se achar com poder para a conseguir, porquanto desde o tempo do Vice Rei Conde de São Vicente se não virão na India oito fragatas nossas emcorporadas e tão bem goarnecidas, que embarquey nellas mil e trezentos homens brancos, fora os naturaes e a gente das embarcaçoens meudas do comboy da cafilla do Norte, não entrando nesta conta a fragatinha que anda no sul e nove embarcaçoens de remo que a acompanhão para goarda daquelles portos e da cafilla que conduz o mantimento. E o que nisto se me faz mais estimavel foy acudir a tudo sem que para tão conçideraveis dispendios tirasse finta nenhũa, nem contrahisse empenho novo, pagando-se os soldados e gente do mar das sobreditas fragatas e mais embarcaçoens pequenas.

Agora mando para o Reino duas naos, que pellas //4/ alteraçoens que cauzou o Arabio deixarão de partir aos 15 de Dezembro porque intentey seguissem sua viagem por dentro da ilha de São Lourenço, donde lhe fica o caminho mais breve, e experimentão menos tempestades. As ditas duas naos levão bastante carga e se lhe deo tão boa forma que supponho não lançarão muita fazenda na Bahia, e por esta cauza será muito mayor o rendimento dos dereitos da Caza da India se lá ouver boa arrecadação nos taes dereitos.

Para as minhas occupaçoens e para as de Vossa Senhoria tenho sido demaziadamente dillatado porque dezejava informá-lo de tudo. E como se me faz impossivel fazer mais larga rellação sobre o que pertence a este Estado, tratey de responder aos particulares sobre que Vossa Senhoria me escreveo e a noticiar-lhe o que me pareceo de mayor importancia porque o mais lhe será prezente pellas cartas que escrevo a Sua Magestade pelo Conselho Ultramarino, pello de Estado e pella Junta das Missoens. E para obedecer e servir a Vossa Senhoria me achará sempre com a vontade que lhe segura o meu affecto e conhecimento da minha obrigação.

Deos guarde a Vossa Senhoria por muy dillatados annos.

Goa 12 de Janeiro de 1704

Muy oubrigado e afecto captivo de Vossa Senhoria

Assinado: CAETANO DE MELLO DE CASTRO

Certifico que o sinal ao pe da carta assima he de Caetano de Mello de Castro Vice Rei do Estado da India e assim o afirmo sub verbo sacerdotis.

Lisboa 15 de Janeiro 1707.

Assinado: FRANCISCO DA FONSECA

18
CARTA DE CAETANO DE MELO E CASTRO, GOVERNADOR DA ÍNDIA, AO REI DE PORTUGAL

Goa, 20 de Fevereiro de 1704 [873] AHU, *Índia*, cx. 76, doc. 48

Topónimos: Mascate; Meca; Poço de Surrate

Etnónimos: Arábios; Argelinos; Europeus; Holandeses; Ingleses; Mogores; Turcos.

Assunto: Luta contra os Árabes no Poço de Surrate; presa de duas naus que levavam arroz a Mascate; permissão para os mercadores de Diu comerciarem em Meca.

Senhor

Oito dias despois de partirem as duas naos Salvador do Mundo, em que foy Antonio de Mello de Castro, e São Boaventura em que hia Antonio Lopes Freire, arribou a dita nao São Boaventura a esta barra por não agoentar o pano, hir demaziadamente carregada e levar fazendas de muito pezo nos altos, e todo o groço do amboyno debaixo d'agoa, e com mayores guindas e velame do que a nao necessitava. E pela obra de que carecia descarregando-se primeiro se entendeo ser impossível se tornasse a preparar a tempo de seguir viagem na monção de Janeiro, e assy ficou para a fazer em Outubro ou Novembro. E quando na dita nao se reconheça algua imcapacidade detrimino suprir a sua falta mandando qualquer outra. Espero que a fragata Salvador do Mundo tivesse melhor navegação e que chegue a Portugal a salvamento.

Agora se me aviza que de Surrate parte hũa nao ingleza para Europa[874] e não quero dillatar a Vossa Magestade a nova da victoria que tivemos no Poço de Surrate donde a nossa armada pellejou com a dos Arábios e foy o choque dos mais renhidos que ha muitos annos se vio na India, achando-se os ditos Arabios tão bem preparados para a contenda que de mais de tres mil e quinhentos soldados que guarnecião suas naos fizerão em Surrate quinhentos homens Argelinos, Turcos e Europeos a quem

[873] Segue-se uma 2ª via desta carta, datada de 25 de Fevereiro de 1704.

[874] Na segunda carta depois de Surrate em vez de "parte hũa nao ingleza para Europa "está escrito "vay hũa nao para o Congo e que nella se embarca hum francez com intento de passar por terra para Malta"

derão groças pagas para lhe assistirem nesta batalha. Porem só lhe servio esta diligencia de que a sua artelharia nos fizesse *//fl. 1v/* mayor damno, e nos matarão trinta e tantos homens e ferirão oitenta e tantos, mas ficou bem satisfeito este dano no grande numero de gente que os contrarios perderão. E ultimamente a sua capitania que hera muito mayor nao que Nossa Senhora da Gloria com quem pellejava, e trazia setenta peças, e a sua almiranta de sincoenta, estiverão em termos de se hir a pique e desesperadamente fugirão e encalharão em terra[875], e as mais de menor porte fugirão tãobem, e lançando tudo ao mar se rezolverão a varar nos bancos da Barra de Surrate que forão vencendo nas enchentes das mares por serem agoas vivas, e se salvarão naquelle porto, e só duas que demandavão mais fundo, e que hũa estava carregada de fazendas se renderão.

E a nossa armada fica ainda no Poço de Surrate para obrigar os inimigos a que invernem no dito porto e procurar por fogo a dita capitania e almiranta[876]. E conseguido isto se consumara a victoria que teve muitas circunstancias para ser aplaudida porque se pellejou a vista dos Inglezes e Olandezes e dos mesmos Mogores que avaliavão os Arabios pellos mais valentes soldados da Azia e os temião e respeitavão de modo que na mesma Praça de Surrate lhe sofrião repetidos excessos e insolencias que naquella terra executavão sem embargo da soberba e vaidade dos ditos Mogores com os quaes vou compondo tudo e se verifica que elles estimarão o mal que ao Arabio se fez.

A nossa gente obrou com grande valor e conforme as informações que me vierão, os cabos que mais luzirão nesta empreza foy o capitão mor Dom Antonio de Menezes, o fiscal Diogo Tavares da Gama e Jorge de Souza de Menezes, o qual não quis tomar posse da Praça de Dio em que o provy sem primeiro se acabar de todo esta occazião e ainda continua na armada com o mesmo exercício do governo da sua nao.

A armada do Sul tãobem repre*//fl.2/*zou duas galiotas que hião carregadas de arros para Mascate, o que se provou e forão sentenciadas por boa preza, como tal se lhe vendeo o arros que importou trinta mil xerafins fora o valor das duas galiotas. Se

---

[875] Na 2ª carta entre "encalharão em terra " e "as mais de menor porte" figura a frase "porem enchendo a mare se aproveitarão do escuro de noite e desaparecerão supoem se emgolfarão para Mascate, mas também se entende pello estado em que hião se lhe difficultaria muito a viagem, e se diz que hũa naufragou nos Malaqueses"

[876] Na 2ª carta não figura a frase "e procurar por fogo a dita capitania e almiranta".

os Arabios tiverem nos annos futuros metade da perda que neste receberão, espero que brevemente se atinuem, e aruinem de todo e posso segurar a Vossa Magestade que da minha parte me não descuido nesta diligencia.

A victoria que se conseguio me facelitou o caminho para permitir que as fragatas Nossa Senhora da Piedade das Chagas e Nossa Senhora da Batalha fossem a Dio para fazer a viagem a Mecca porque a falta da dita viagem foy o que acabou o negocio dos mercadores de Dio, e o rendimento daquella alfandega. Os ditos mercadores dão trinta mil xerafins adiantados, para a paga da Infantaria e gente do mar e se entende que os avanços han-de ser mayores para a Fazenda Real que os que deixão as fragatas que se mandão a China; a navegação menos perigoza, e o tempo tão acomodado que só ficão faltando na invernada em que se não podem aqui necessitar, e no mez de Agosto que principia o Verão desta costa se achão já em Dio navegando naquelles mares donde ha-de ser utillissima a sua navegação, pellas muitas prezas que podem fazer impedindo todo o comercio aos Arabios, e tãobem no Estreito de Mecca poderão fazer prezas importantes e frequentando-se estas viagens nos mais annos, e com mayor poder sendo necessario se tornara a cobrar em Mecca o tributo que se nos pagava, e os annos atrazados que se devem que ha-de ser quantia grande e tão bem a restetuição de tres embarcações de Dio mercantes, que nos annos passados no dito porto de Mecca nos tomarão os Arabios de baixo das fortalezas do dito porto.

Estimarey que em tudo se experimente felices suscessos e que nesta Azia *//fl. 2v/* se temão e respeitem so as armas Portuguezas, e a Real grandeza de Vossa Magestade restetuindo-se este Estado a sua antiga opulencia.

Guarde Deos a muito Catholica e Real Pessoa de Vossa Magestade como dezejão e necessitão seus leaes vassalos.

Goa, 25 de Fevereiro de 1704.

(*Assinado:*) CAETANO DE MELLO DE CASTRO

19.1

DESPACHO À CONSULTA DO CONSELHO ULTRAMARINO SOBRE A PERMANÊNCIA DO GENERAL FRANCISCO PEREIRA DA SILVA NO ESTREITO DE ORMUZ

DESPACHO

Lisboa, 22 de Fevereiro de 1704 AHU, *Índia*, cx. 76, doc. 9

Como parece ao Conselho.

Lisboa 22 de Fevereiro de 1704[877].

Segue-se a rubrica real

CONSULTA DO CONSELHO ULTRAMARINO

Lisboa, 13 de Fevereiro de 1704

Fazendo-se a Vossa Magestade a consulta inclusa sobre o que escreveo o Vice-Rei da India, aserca do general Francisco Pereira da Silva haver tres anos que foi para o Estreito e haver invernado no Congo sem vir pera Goa sendo chamado pellos governadores.

Foi Vossa Magestade servido resolver que havendo mais noticias pella nao que veyo se lhe façam presentes.

E satisfasendo-se ao que Vossa Magestade ordena

Pareceo ao Concelho representar a Vossa Magestade que as noticias que há do que moveo ao general do Estreito Francisco Pereira da Silva para ficar tanto tempo

[877] Despacho à margem do fl. 1.

demorado na Persia são as que constam da carta inclusa que elle escreve a Vossa Magestade do mesmo Estreito e que as rezoins que nella exprime para tomar sobre si hum negocio de tão concideravel pezo não altera o que se tem votado nesta materia de que o Concelho he do mesmo parecer.

Lisboa, 13 de Fevereiro de 1704

(Assinado:) JOSEPH DE FREITAS SERRÃO

MIGUEL NUNES DE MESQUITA

GREGORIO PEREIRA FIDALGO DA SILVEIRA

FRANCISCO PEREIRA DA SILVA

Sumário no verso: Do Conselho Ultramarino em que satisfas a resolução tomada na Consulta incluza sobre o que escreveo o Vice-Rei da India aserca do general Francisco Pereira da Silva haver tres annos que foi para o Estreito e haver invernado no Congo sem vir para Goa. E vai a carta que se acusa.

19.2

DESPACHO DE 5 DE FEVEREIRO DE 1704 AO PARECER DO CONSELHO ULTRAMARINO SOBRE A PERMANÊNCIA DO GENERAL FRANCISCO PEREIRA DA SILVA NO ESTREITO DE ORMUZ DE 28 DE SETEMBRO DE 1703

DESPACHO

Lisboa, 5 de Fevereiro de 1704 AHU, *Índia*, cx. 76, doc. 9 (1)[878]

Como parece ao Desembargador Gregorio Pereira Fidalgo e havendo mais noticias pella nao que veyo se me farão prezentes.

Lisboa, 5 de Fevereiro,1704

PARECER DO CONSELHO ULTRAMARINO SOBRE A PERMANÊNCIA DO GENERAL FRANCISCO PEREIRA DA SILVA NO ESTREITO DE ORMUZ

Lisboa, 28 de Setembro, 1703

Antropónimos: Fr. Antonio do Desterro, Arábio, Arcebispo Primaz, Francisco Pereira da Silva, Gregorio Pereira Fidalgo, Henrique de Figueredo, D. Vasco Luís Coutinho, Xá da Pérsia.

Etnónimos: Holandezes.
Topónimos: Bombaim, Brasil, Congo, Mascate, Pérsia, Surrate.
Assuntos: Permanência da armada no estreito de Ormuz; dívida da Pérsia.

Sobre o que escreve o Vice-Rey da India aserca do general Francisco Pereyra da Silva haver tres annos que foi para o Estreito e haver invernado no Congo sem vir para Goa sendo chamado pellos governadores e vão as cartas que se acusão[879].

[878] O Despacho encontra-se à margem do fl. 1 doc. 9 (1).

//fl.1/ Pellas cartas incluzas de 15 e 18 de Janeyro do prezente anno da conta a Vossa Magestade o Vice Rey da India Caetano de Mello de Castro em como o General Francisco Pereyra da Silva havia tres annos que se havia hido para o Estreito com sinco naos e a melhor gente que havia no Estado, havendo invernado em Congo e pedido novo socorro ao Governo que se lhe havia remetido em duas fragatas com o resto da gente que se achava em Goa.

E sem embargo de ser chamado pellos governadores não tinha voltado de que se entendia que esperava houvesse mudança no governo pois de huma carta sua que se recebera constava não dar noticia de couza algũa pertencente a ditta armada, nem do estado em que estavão as fragatas, e a gente de mar e guerra, nem se havia cobrado a divida dos duzentos mil xerafins que devia o Persa, dos quarenta mil que era obrigado a pagar cada anno, nem se havia requerido que a despeza daquella armada fosse por conta do mesmo Rey em cujo serviço fora e do que elle Vice-Rey ordenara ao dito general as quaes cartas com esta se emvião a Vossa Magestade.

//fl.1v./ E sendo vistas pareceo ao Conselho representar a Vossa Magestade que o general do Estreyto Francisco Pereyra da Silva tomou sobre sy hũa empresa muito grave de ficar invernando no Congo sem ter ordem do Governo para este effeito, e ainda fez muito peor sendo chamado pellos governadores do Estado em não voltar para Goa, conhecendo que tudo quanto tinha consigo era o com que se podião defender as praças da India que ficavão expostas a que os inimigos desta Coroa as pudessem invadir, e toma-las sem nenhuma defensa. E que suppostas estas circunstancias, e o que aviza o Vice Rey Caetano de Mello de Castro, que se lhe deve responder, que obrou bem no expediente que deu para se recolher do Estreyto a nossa armada assim em huma como em outra ocasiam; e que chegando elle agora se deve deixar na sua prudencia mandar averiguar os procedimentos do dito general que teve para esta demora, sendo elle ouvido e havendo-se neste negocio como for justiça, dando conta do que resultar.

Ao desembargador Gregorio Pereira Fidalgo parece que não peza pouco na sua consideraçam a culpa do general Francisco Pereyra da Silva em faltar a observancia do Regimento invernando no *//fl.2./* Estreyto. Porem que como esta se não ache justificada mais que pela asserção do Vice-Rey, a qual suposto mereça todo

---

[879] Sumário escrito no verso desta carta.

o credito, comtudo que como o Regimento foi dado por outro Governo, poderia acontecer, que não ficasse treslado na Secretaria como algũas vezes se faz por serem materias de segredo, e não as quererem fiar dos officiaes da Secretaria, ou levar o Regimento taes clausulas, que dellas pudesse entender o ditto general que lhe era permittido invernar no Estreyto, quando tivesse esperanças seguras de que se poderia fazer a guerra, e que estas as mostra ter o ditto general pella copia da carta que com esta se remette às reaes maos de Vossa Magestade alem das que promette na carta que escreveo o Padre Fr. Antonio do Desterro prior dos Relligiosos de Santo Agustinhos na Corte do Persa, pella qual affirmava haver muitas dispoziçoenz para a guerra, e terem descido da mesma Corte algũas cargas de dinheiro para baxo para principio della; e que nestes termos lhe parece que não havia perjuizo em se esperar chegasse a nao, que está no Brazil, porque nella poderão vir cartas do general, que dê noticia do estado das cousas para então se tomar a resoluçam que for conveniente, ou se mandar castigar como merecer a sua culpa.

Lisboa, 28 de Settembro de 1703.

(Assinado:) O CONDE DE ALVOR

JOSEPH DE FREITAS SERRÃO

FRANCISCO PEREIRA DA SILVA

GREGORIO PEREIRA FIDALGO DA SILVEIRA

19.3

CARTA DO VICE-REI CAETANO DE MELO DE CASTRO[880] AO REI DE PORTUGAL SOBRE A ARMADA DE KUNG (CONGO), A ALIANÇA COM A PÉRSIA E A LUTA CONTRA O ARÁBIO

Goa, 15 de Janeiro, 1703 AHU, *Índia*, cx. 76, doc. 9 (2)

Antropónimos: Arábio; rei da Pérsia; General Francisco Pereira da Silva; Almirante Henrique de Figueiredo.
Topónimos: Ormuz, estreito de; Kung (Congo); Pérsia.
Etnónimos: Holandeses.
Assuntos: Renda de Kung; permanência do general Francisco Pereira em Kung.

Senhor

Vay por tres annos que o general Francisco Pereira da Sylva foi para o Estreito com sinco naos levando nellas os homens briosos e gente capas de guerra que havia na India e conforme as noticias que aqui achey se dispoz esta viagem ajustando-se com el-Rey da Percia que elle com poderoso exercito faria guerra ao Arabio e que a nossa armada lhe poria citio ao porto de Mascate. Mas a experiencia tem mostrado o pouco fundamento com que se tomou semelhante rezolução porque notoriamente se conhece que o dito Perça uzou do engano com que nos tratou em outras occaziões consseguindo na nossa leviandade conservar os seus portos deffendidos e livres para o comercio e sem embargo de que isto se não occultace ao dito General, se rezolveo com bastante imprudencia a invernar no Congo e pedir lhe fosse novo socorro de gente, mantimentos, munições e navios.

[880] Caetano de Melo de Castro foi vice-rei da Índia de 1702 a 1707.

E ponderando-se neste Governo, ser preciso se lhe não faltace tal socorro pello empenho irremediavel de que no Estreito invernace a nossa armada, se lhe remeterão duas fragatas com tudo quanto se pedio e o resto dos soldados que se acharão em Goa. Os Governadores[881] extranharão a Francisco Pereira tomar sobre sy materia de tanta importancia advertindo-lhe se lembrace de que tinha no Estreito todo o poder que havia na India. E o Governador Dom Vasco Luis Couttinho pello tratar com mais familiaridade pellas memorias de haver sido feitura de seu irmão lhe escreveo insinuando-lhe o perigo a que se expuzera e a ruina que o ameaçava o que se entende foi motivo para que o dito //fl.1v./ General se detriminace a invernar outra vez no mesmo Estreito, esperando não voltar a Goa antes que ouvesse mudança de governo; o que de algum modo se verifica por não fazer nenhum avizo em todo este tempo.

E nestes dias proximos por duas naos olandesas que vierão do Congo a Bombaim remeteo a carta cuja copea envio a Vossa Magestade e nella não faz menção do que os Governadores lhe escreverão e ordenarão, nem da conta de cousa algũa pertencente aquella armada, occultando o mizeravel estado em que se diz estão as fragatas, morte de soldados, e maritimos que se aviza ter sido grande pellas faltas que experimentão não tendo a paga e quarteis de que carecem e devendo o Perça duzentos mil xerafins dos quarenta que he obrigado a pagar em cada anno, não aponta cobrar nada deste dinheiro, nem requerer que a despeza desta armada fosse por conta do mesmo Rey, em cujo serviço e utillidade se tem feito esta demora.

E pellas imformações que tenho tido se acha o dito Francisco Pereira assistindo em terra com cazas alugadas e na mesma forma os officiaes e pessoas que tem cabedaes para esta despeza, como se fossem moradores do Congo, uzando das liberdades de estrangeiros; e esquecendo-se das obrigações de catholicos, e general da authoridade que sempre conservarão os que occuparão aquelle posto.

E como tive a certeza de que não vinha esta armada que os cascos das embarcações se achavão incapases, porque naquelles portos se lhe não pode fazer nenhum concerto, me rezolvy a escrever por via de Surrate, ordenando ao General Francisco Pereira que logo que o tempo lhe permitisse desembocar o Estreito viesse

[881]D. Fr. Agostinho da Anunciação, arcebispo de Goa, e D. Vasco Luís Coutinho da Costa foram governadores da Índia de 1701 a 1702.

para Goa antes que o inverno da India lhe pudesse fazer algum dano nesta costa. E receozo de que elle não de cumprimento a esta ordem escrevy tambem ao Almirante Henrique de Figueredo mandando-lhe que no cazo que Francisco Pereira não executace o que nesta materia se lhe ordenava, uzasse da Portaria que tão bem lhe remety na qual depunha do posto de *//fl.2/* General, e encarregava o governo da condução daquella armada ao dito Almirante Henrrique de Figueredo a quem recomendey que sem preciza nessecidade não fizesse publica esta ordem, que fiava so de sua pessoa e prudencia. Porem, Senhor, ainda que tenha isto effeito, se não pode recolher esta armada antes do mez de Março ou Abril e todo este Verão ficão estas praças tão mal deffendidas como em outras cartas reprezentey ja a Vossa Magestade que detriminará o que for servido.

A muito catholica e Real Pessoa de Vossa Magestade guarde Deuos como dezejão e nessecitão seus leaes vassallos.

Goa, 15 de Janeiro de 1703

(Assinado:) CAETANO DE MELLO DE CASTRO

19.4

2ª CARTA DE CAETANO DE MELLO DE CASTRO, VICE-REI DA ÍNDIA, AO REI DE PORTUGAL

Goa, 18 de Janeiro, 1703 AHU, *India*, cx. 76, doc. 9 (3)

Antropónimos: Arcebispo Primaz; Francisco Pereira da Silva; Henrique de Figueiredo; D. Vasco Luís Coutinho.
Topónimos: Bombaim; Kung (Congo); Pérsia.
Etnónimos: Holandeses.

Pellas noticias que agora chegarão de Bombaym por donde me veyo a carta do General Francisco Pereira cuja copia em outra remeto a Vossa Magestade consta que as cartas do almirante Henrique de Figueiredo, e dos mais cabos, e toda a gente daquella armada se tomarão industriozamente por ordem do dito General conforme se prezume, para que não chegassem noticias do lastimozo estado em que ficavão aquellas naos e miseria em que se vião os soldados e maritimos, como affirmão duas ou tres cartas particulares que vierão por via de marinheiros olandezes, o que tudo occasiona mayor desconfiança na dillatada, e imprudente demora que Francisco Pereira tem feito na Percia, esquecido de que estas praças, e portos se achão sem deffença, e desprezando as ordens, com que foi chamado pellos Governadores, o Arcebispo Primas, e Dom Vasco Luis Coutinho.

E ponderando-se negocio de tanta importancia em Conselho do Estado resolvy nelle com parecer de todos os concelheiros que logo se mandasse vir do Canara hua das duas fragatas da armada do Sul, com a carga de arros que pudesse trazer, e que a dita fragata sem demora partisse para o Congo, levando as ordens nescessarias para que viesse toda a armada, antes que o inverno desta costa lhe pudesse prejudicar; e se o general Francisco Pereira estiver mal avalliado em sua fidellidade, e mostrar omissão em sahir logo com a dita armada; ordeno que passe o governo della ao dito almirante Henrique de Figueredo, em sua *//fl. 1v./* auzencia ao

cabo general não so seja deposto, porem se fação as dilligencias possiveis pello conduzir inda que seja prezo, quando intente ficar na Percia; [... sobre as diligencias que faz para o regresso da armada].

A muito Catholica e Real Pessoa de Vossa Magestade guarde Deos como desejão e nessecitão seus leais vassallos.

Goa, 18 de Janeiro de 1703.

(Assinado:) CAETANO DE MELLO DE CASTRO

19.5

CÓPIA DE UMA CARTA DO GENERAL FRANCISCO PEREIRA DA SILVA AOS GOVERNADORES DA ÍNDIA

Congo, 3 de Novembro de 1702 AHU, *India*, cx. 76, doc.nº.9-fl.6.

Carta que Francisco Pereira da Silva, general da armada do Estreito

escreveo ao Governo

Em Agosto por via de Surrate dey conta a Vossas Senhorias que as despozições da guerra ficavão paradas té a vinda do Almirante, por duvidarem de que em Mayo nos chegaria este limitado socorro. Logo que ele chegou fiz avizo a el-Rey da Percia. Acho-me agora com varias cartas delle; em que tem ordenado ao seu general do exercito para que por todo o mez de Setembro, o maiz tardar the Mayo Outubro esteja neste Congo. E do dito general tenho tido tãobem cartas que esta he a ordem que o seu Rey lhe tem mandado, porem que o tardar dar mais tempo foy a cauza das muitas calmas dos caminhos e que estava perto a elle conduzindo o exercito, e o mais necessario para vir a minha prezença, a dar a execução ao que o seu Rey lhe tem ordenado. E como eu veja o pouco que aquy se tem conduzindo para esta guerra e que podera o dilatar-se mais tempo, no cazo que elles não faltem, tenho despedido patamar a el-Rey da Percia (fazem hoje nove dias), avizando de tudo o que ha, e da dilação deste seu general e que quando a dilação seja muita não ser possivel o esperar mais neste Congo.

Neste estado ficão estas couzas te a vinda do dito patamar para me rezolver no que devo fazer; entanto fico segurando o inverno deste Estreito em Borca Sofelete para que no cazo que elles tardem tanto, ou não venhão nestes meses antes do Inverno da India, partir em melhor monção para a costa do Norte.

As pessoas de Vossas Senhorias guarde Deos felices annos. Congo 3 de Novembro de 1702. Francisco Pereira da Silva

(Assinado:) António Freire de Andrade

Como parece ao Conselho
Lx.ª 22 de Dez.ro de 1704



Fazendo se a V.Mg.de a Consulta inclusa sobre o que escreueo o Vice Rey da India, a Sua dos geral Francisco Pereira da Silua, em carta de 4 de Janeiro do anno passado de 1703 para V.Mg.de ser informado no cazo presente para a Armada, sendo chamado pello gouernador; Me pareceo ordenar ao Vice Rey que fizesse mais noticia pella via de Veneza, Sobre q.e tenho presente; E sabendo se agora, Sobre q.e V.Mg.de ordena

Parece ao Cons.o Representar a V.Mg.de q.e ay noticia q.e há dous mezes ao general do Estado Francisco Pereira da Silua para hir tomar o tempo demorado na Pérsia, Sô a q.e Consta da carta inclusa q.e elle escreue a V.Mg.de o mesmo Estado. E q.e ay Vezes q.e nella exprime para tomar sobre Si hum negocio destas Conquistas pero não alterão o q.e Sempre Votado nesta matéria depois q.e o Cons.o hé do mesmo parecer. Lx.ª 13 de Janeiro de 1705

Diogo de Sequeira Serrão

Gonçalo de Mesquita e Mello

João da Cunha da Silua

Alexo Pereira Chichorro de Siluer

Fl 3 de Fin.ª

t 26

Dom.s V. Mag.de

Indias

Com Letras a Justiça Romana Consultan
za sobre os Estrangs. do Bisp.o da Cidade a Serenissima Co
Principe Eleitor trez annos q Principiarão o Estrado, e Ex
Governado no Cong.o Semanizará pox. e Vay a Carta p
Secretaria

+

Snõr

Ha por tres annos que o General Francisco Pereira da Sylua Sõi para o Estreito com sinco Naõs Leuando nellas os Comẽs briozos e gente capas de guerra que Lauia na India e Conforme as noticias que aqui ao Rey Se dipoz esta Viagem ajustandose com El Rey da Persia que elle com poderoso exercito Faria guerra ao Arabio e que a nossa armada lhe poria Cittio ao porto de Mascate. mas a experiencia tem mostrado o pouco fundamento com q Se tomou semelhante Resolucaõ, por q Notoriamente Se conhece que o dito Persa uzou do engano com que nos tratou em outras occazioẽs Conseguindo na nossa Leuandade Conservar os seus Portos de Ormuz, e Liures para o Comercio. e Sem embargo de que isto Se nas occultace ao dito general, Se Resolueo com bastante imprudencia a inuernar no congo e pedir lhe Soise Novo Socorro de gente mantimentos Municoẽs e Naucs. e ponderandose nelle governo Ser preciso Selhe não Faltace a tal Socorro pello empenho irremediauel de que no Estreito inuernace a nossa armada, Selhe remeteraõ duas. Pagatas com tudo quanto Se pedio. e Retto dos Soldados que Seacharaõ em Goa. os Governadores extranharaõ a Francisco Pereira tomar Sobre Si materia de tanta importancia advertindo lhe Se Lembrace de que tinha no Estreito todo o poder que Lauia na India. e o Governador Dom Vasco Luis Coutto pello tratar com mais familiaridade pellas memorias de Lauer Sido Feitura de Seu Irmaõ Reescreueo, insinuando lhe o perigo a que Se expuzera, e a ruina q Soame dara q Se entende Foi motiuo para que o di

to general Se detriminace ainuernar outra
uez nomumo Ebreios. Espeiando. não Voltar a
Goa antes q̃ ouuece mudanca No Gouerno. oque
de algum modo Seueri Ptia por Não Pzer ne
nhuma auizo em todo ebte tempo. eneber dias prosi
mos por duas Naos q̃ Landesaõ q̃ Vieraõ do Con
go a Bombaim Lemeteo a carta cuja copea
Lenuio a VMag.e enella naõ faz menaõ doque os
Gouernadores Mecescreueraõ, eordenaõ, nem di con
ta decousa algũa pertenente āquella armada, ocul
tando o mizeraue ebtado emq̃ Se diz ebtaõ as Praga
tas, morte de Soldados, emaritimos que Seauiza
ter Sido grande pellas faltas q̃ esperimentaõ
tendo apaga equarteis deq̃ carecem, edeuendo o
Perca duzentos mil Rs. dos quaremta q̃ Se obriga
do apagar em cada anno, não aponta co brança na di
deste dinheiro, nem Lequer que a despeza debta ar
mada Posse por conta do mesmo Rey, em cujo Seruiz
co, e Vtilidade Se tem feito ebta demora epellas in
formaçoẽs que tendo tido Seacha odito Francisco Pe
reira aSsi bindo emterra com Cazas a Luga das e
namesma forma os officiaes epeSoas, que tem cabe
daes para ebta despeza como Se Possem Morado
res do Congo. Vzando das Liberdades de Estran
geiros. Esquecendoce das obrigaçoẽs de catholicos.
E General de autoridade que Sempre Conserua
ram os que ocuparaõ aquelle posto. E como ti
ue a certeza dequenaõ Vinha ebta armada que
os Cascos das embarcaçoẽs Seachauaõ incapazes.
por que Naquelles portos Selhe naõ pode Pzer
nenhum Concerto, me Lezoluy aescreuer por Ha
de Surrate, ordenando ao General Francisco Le
reira que Logo que otempo Lhe premitisse desem
bocar o Estreito Viesse para Goa antes que o inuer
no da India Lhe pudesse Fazer algum dano nesta
Costa E Lucezo dequelle naõ dé Cumprimento
a ebta ordem. escreui tambem ao Almirante Hen
rrique de Queuedo Mandando Lhe que No Cazo q̃
Francisco Pereira naõ executace o que nebta ma
teria Selhe ordenaua, Vzasse da Portaria que taõ
bem Lhe remeti Naqual o Depunha do posto de

General. e encarregaua o gouerno da conducção da
quella armada ao dito Almirante Henrrique de
Figueredo a quem recomendey que sem precisa Ne
cessidade não fizesse publica esta ordem, que fi
cá só de Sua pessoa e prudencia. porem Sendo
ainda q tenha isto effeito Senão pode recolher es
ta armada antes do mez de Março ou Abril e todo
este verão ficão estas Praças tão mal defendidas
Como em outras Cartas tenho escrito ja a V. Mag. de
determinará o q for Seruido. Amuito catholica e
Real Pessoa de V. Mag. g. Deus Como deseja e
Necessitão Seus Reaes Vassallos Goa 15 de Janei
ro de 1603

Copia

Carta que Francisco Pereira da Silva General da Armada do Estreito escreveo ao Governo

Em Agosto por via de Surrate dey conta a V.Mag.de que as duas Naos de guerra ficauão parada, te a vinda do Almirante por duuidarem de que em Mayo nos Segaria este limitado Socorro. Logo q.e elle Segou fez auiso a El Rey da Persia. ao Dome agora com varias cartas delle, emque tem ordenado ao Seu general do exercito q.e parta do mez de Setembro o mais tardar te Mayo outubro este Reyno Nute Congo. E do dito general tendo tido taõ bem cartas q.e esta Se auidem que o Seu Rey Betem mandado, porem q.e o tardar mais tempo por ser a cauza das muitas Almas dos Caminhos e q.e estaua perto delle Conduzindo o exercito o mais Nuetto q.e V.a a mim de a prezenca a dar execucaõ ao q.e o Seu Rey Betem ordenado. e como eu veja o pouco q.e aqui Setem Conduzido q.e esta guerra e q.e o dilatarem mais tempo No Caso que elles naõ faltem tendo Dey ordem para tomar a El Rey da Persia (fazem Soje Nouidas) auizando de tudo o q.e Sa e addilacaõ deste Seu general que guardo a dilacaõ Seja Muita Naõ Ser possiuel ocupera mais Nute Congo: Nute Estado ficaõ estas couzas te a vinda do dito para mandar para Melhor Nouo que deue fazer entanto fico Segurando o Inuerno deste Estreito, em Borca Soffalete, para que No caso que elles tardem tanto, ou naõ venhaõ Nutes Mayo antes do inuerno da India partir em Melhor Monçaõ para a Costa do Norte. augmentar de Soldados q.e deixo Sufficientes ambos Rs. Congo 3. de Nouembro de 1702. Francisco Pereira da Silva

An.to R.de And.e

HISTORICO ULTRAMARINO

Delle cartas incluzas de 15 e 18 de Janeiro
do presente anno da conta ao Mag.de
Rey da India Caetano de Mello de Castro
em como o General Francisco Teixeira da
Silva havia dez annos q se havia hido
q. o Estado com fins nas e ame-
aças gente q havia no Estado, havendo
fallecido em Congo e Pedro Nuno Lo-
renzo Governo q se lhe havia remettido
em duas Fragatas como nas da gente
q se achava em Goa e sem embargo
de ser chamado pelos Governadores
nos tinha resoluto de q se entendia
q esperava huma certa mudança no gover-
no q de huma carta sua q se recebera
continua nos dar noticia de cousa alguã
pertencente a dicta armada nem do
estado em q estavão as fragatas, ea
gente de mar q era nem se havia
tirado a divida dos duz. mil e q
devia e Rosa, dos quarenta mil q era
obrigado a pagar cada anno, nem se
havia requerido q a dita q. daquella
armada fosse por conta do mesmo
Rey em cuio serviço fora, e do q elle
Rey ordenara ao dito q. as q as cartas
com esta se enviaõ ao Mag.de

Sendo Vistas

Pareceo ao Cons.º Representar a V. Mag.de o Genral delo e Thiz.o Fran.co Pereyra da Silva tomou sobre si hua empreza muito graue de ficar inuernando no Congo sem ter ordem de gouerno para este effeito, e ainda q. a Ley m.to prohibe q. nenhum Gouernador desta Conquista se ausente em nas voltar a Goa, conhecendo q. hua tal ausencia tinha boa razão era V. Mag.de seruido dar licença delle ao Estado da India ficando este exercito aq. os inimigos desta Coroa Coroa se pudessem inuadir, e matar sem nenhuma defensa, e q. sugerio elle aueria o Nuncio Caetano despacho de Cabo, q. se lhe deue responder, que elle obrou bem no expediente q. deu q. se retirasse do estado a nossa armada ahui em huma como em outra ocasiam, e q. chegando elle agora se deue deixar na sua prudencia mandar auerigoar os procedim.tos do Genral e q. se faça esta demora, sendo elle ouuido e hauendolhe neste negocio se fazer iustiça dando contas do que for obrar.

A S.r D. Gregorio Per.a Fidalgo parece q. não pera pouco na sua consideraçam a culpa do Genral Fran.co Pereira da Silva em faltar a boa vontade do Regim.to inuernando no

Religiozos, porem q̃ como esta senhoria
ache justificada mais q̃ pela allegação
de Rij, a qual supposto merecia
todo o credito contheudo q̃ como o Re-
gimento foi dado por outro governo, po-
deria acontecer, q̃ nos fizesse tratado
na Secretaria como alguas vezes se faz
por serem materias de segredo e nos
arguirem fiar dos officiaes da Se-
cretaria, ou tomar o Regimento pellas clau-
sulas, q̃ dellas pudesse entender o ditto
General q̃ lhe era permittido inuernar
no estreito, quando tiuesse esperanças
seguras deq̃ se poderia fazer aguada e
estas as mostra ter a ditta General pella
copia da Carta q̃ com esta se remette ãv
Mag.de, alem das q̃ pro-
mette na Carta q̃ escreue o P.e Fr. Antonio
de Deosdara, Prior dos Religiozos de S.
Agubinho na Corte de Persia, pella
qual affirmava hauer m.ta disposição q̃
aguada e serem descido da mesma Corte
algas cargas de dr.o q̃ baixo q̃ principio
della; e q̃ nesta forma lhe parece, que
nos hauia perjuizo em se esperar chegasse
a nao, q̃ está no Brazil, porq̃ nella po-
deraõ vir Cartas do General, q̃ dê noticia
do estado das cousas q̃ entaõ se tomar
a resolucam q̃ for conveniente, ou se man-
dar castigar como merecer a sua culpa.
Lx.a 28 de Setb.o de 1703.

Diogo de Sousa

Gaud.o da Silva Ant.o Rod.es da Costa Ant.o Ferr.a

20.1
DESPACHO À CONSULTA RELATIVA À PETIÇÃO DO PRINCÍPE DE AMPAZA, BANADÃO DE BANAXAQUE

DESPACHO

Lisboa, 29 de Fevereiro de 1704 AHU, *Índia*, cx. 76, doc. 11

Como parece.

Lisboa 29 de Fevereiro de 1704

Segue a rubrica Real (D. Pedro II)

PETIÇÃO DO PRÍNCIPE DE AMPAZA

Lisboa, 22 de Fevereiro de 1704

Antropónimos: Banadão de Banaxaque, príncipe de Ampaza; Rainha de Zanzibar; Xacamute de Sacaveya o Xá; Xacaveya o Xá; Misagro

Topónimos: Goa; Melinde

Vendo-se neste Conselho a carta inclusa do príncipe de Ampaze Banadão de Banaxaque escrita a Vossa Magestade a favor de Xacamute de Sacaveya o Xá, fidalgo de Melinde, filho de Xacaveya o Xá, e neto de Misagro, governadores que forão da costa de Mombaça, e genro da rainha de Zanzibar, como também outra carta com hũa petição de mesmo Xacamute, em que pelos grandes serviços que refere pede a Vossa Magestade lhe mande dar para seu sustento e se alimentar cem xerafins por mez como se davão a seu avô quando assitia em Goa, os quaes papeis todos com esta se envião as reaes mãos de Vossa Magestade.

Pareceo fazer prezente a Vossa Magestade o que escreve o Príncipe de Ampaze, e igoalmente Xacamute de Sacaveya e que Vossa Magestade seja servido de mandar escrever ao Vice Rey da India que informando-se do serviço que fez o dito Xacamute fidalgo Melindano, e achando ser verdadeiro o que refere que elle lhe arbitre da Fazenda Real o que entender pode ser conveniente para seu sustento, medindo neste caso as forças e rendimento do Estado da India, por ser justo que pois este mouro perdeo a sua casa com a ocasião de ser fiel á nossa amizade exprimente os efeitos da generosa attenção de Vossa Magestade *//v/* porque também será este o instromento para que outros semelhantes a vista deste exemplo se possão mostrar fieiz as nossas armas.

Lisboa 22 de Fevereiro de 1704

(Assinado:) JOSEPH DE FREITAS SERRÃO

MIGUEL NUNES DE MESQUITA

FRANCISCO PEREIRA DA SILVA

GREGÓRIO PEREIRA FIDALGO DA SILVEIRA

Sumário:

Do Conselho Ultramarino

Sobre o que escreve o Príncipe de Ampaze a favor de Xacamute de Sacaveya fidalgo melindano acerca da congrua que pede e o que reprezenta o mesmo. E vão os papeis que se acusão.

20.2

AGRADECIMENTO DE BANADÃO DE BANAXAQUE AO REI DE PORTUGAL PELA MERCÊ RECEBIDA

Lisboa, 13 de Janeiro de 1703 AHU, *Índia*, cx. 76, doc. 11

Antropónimos: Banadão de Banaxaque, príncipe de Ampaze; Rainha de Zanzibar; Xacamute de Sacaveya o Xá; Musagro

Sereníssimo Rey e Senhor

Não sey explicar os agradecimentos de tão alto beneficio que fez Vossa Real Magestade de me fazer merce da congrua acrecentando sincoenta xerafins de mais em cada mez a este mizeravel e pobrisimo leal vassallo dos illustres pees de Vossa Real Magestade. Omnipotente Deos o remunere com o premio para alembrar destes pobres vassallos. E de prezente Xacamutte de Sacaveya neto de Muzagro e genro da Rainha de Zanzibar que the hé leal vassallo de Vossa Real Magestade que sempre servio com satizfassão asim elle como os seus progenitores e hora padece nesta cidade por estar nella perto de quatro annos que veo em companhia da armada no serviço de Vossa Real Magestade deixando a sua famillia e bens dezemparado. Vossa Real Magestade ponha os olhos de mizericordia compadecendo de sua pobreza e mizeria cujos serviços vay para ver a Vossa Real Magestade a quem o ceo guarde por dillatados annos.

Goa 13 de Janeiro de 1703

De Vossa Real Magestade

Leal capptivo dos ilustrez peez

Selos

(*Assinado em árabe e em português:*)

Banadão de Banaxaque príncipe de Ampax

20.3

CARTA DE XACAMUTE DE SACAVEJA AO REI DE PORTUGAL PARA QUE LHE CONCEDA UMA PENSÃO PARA ALIMENTOS

Lisboa, 20 de Janeiro de 1703 AHU, *Índia*, cx. 76, doc. 11

Antropónimos: Rainha de Zanzibar; Xacamute de Sacaveja; Misagro
Topónimos: Goa; Melinde; Mombaça; Zanzibar

Senhor

Confiado eu Xaquamute de Sacaveja, mouro fidalgo melindano, neto de Mossagro, na generosidade e real grandeza de Vossa Magestade que Deos guarde muitos annos e na custumada remuneração com que acredita aos vaçallos que existem ao sillo e protecção de tão grande monarchia resolvy com pouco merecimento suplicar a Vossa Real Magestade a penuria e atenuação em que me achode prezente na cidade de Goa desterrado de minha terra e familia por causa da perda da fortaleza de Monbassa na cuja defença asisty sempre como certificão as certidoins autenticas dos capitains e mais pessoas que asistirão nella, servindo em todas ocazioins com satisfação de minha pessoa zello e fidelidade como leal vassallo de Vossa Magestade e familia dos antigos melindanos que tãobem auxiliarão sempre a defença desta praça cuja restravação por hũa que fis na monção passada signifiquey a Vossa Magestade o desejo com que meu animo vacila pera mayor honrra de Deos grandeza e abona deste Estado e gloria minha que lamento esta perda por ficar totalmente destruhido emanente de poder vir suceder no governo da ilha de Zanzibar como genro e legitimo sucessor da rainha della.

Peço a Vossa Real Magestade pondo os olhos de sua piedade por sua grandeza attentando os papeis do meu serviços que do principio de minha idade seja servido de mandar remunerar neste Estado com hũa porção para poder alimentar de cem xerafins asim como dava a meu avo Mossagro, Mouro fidalgo de Milinde e governador daquela cost, quando veo a esta cidade no serviço de Vossa Real

Magestade como consta do tresllado do assento do Conselho da Fazenda que offerece com os mais papeis do meu serviço e com isso acabar esta miserável vida debaixo da protectacção e amparo de Vossa Real Magestade cuja real pessoa guarde o Ceo por dilatados annos nesse reino de Portugal.

Goa 20 de Janeiro de 1703

De Vossa Real Magestade

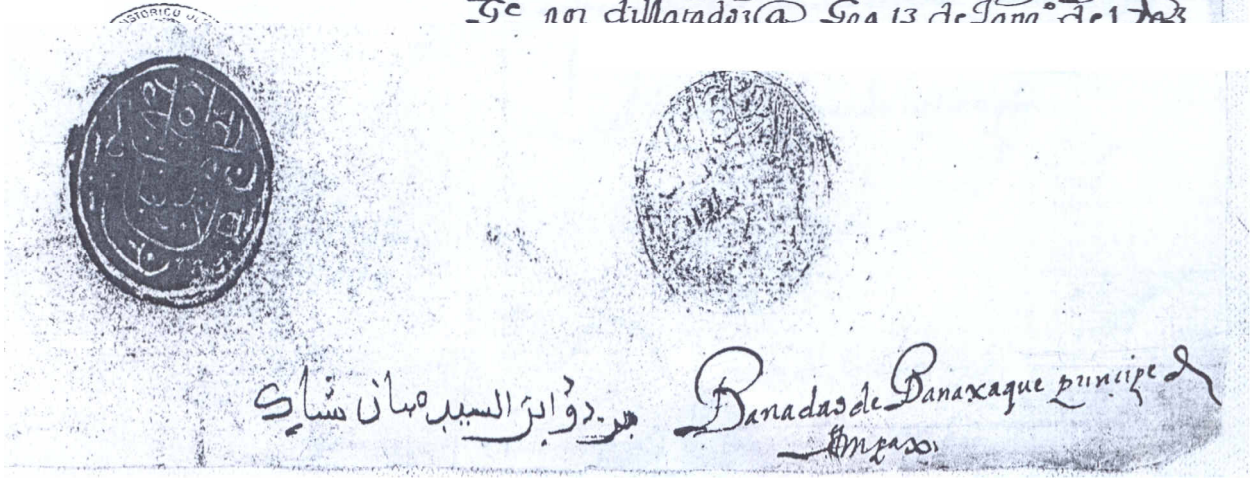
Leal vassallo e captivo dos benignod probes

(*Assinado:*) Xacamutte de Sacaveja o Xá

(também em árabe)

Sereníssimo Rey Snor

Não Sey Explicar os a Gradecim.to devido ao seu beneficio
que fez V.Real Mag.e de me fazer merce da Congrua acre
Centando Sincoenta $ demais Emcada muj acste mine=
rauel Grobissimo leal Vasallo dos Illustres pees de V.Real
Mag.e: Omni potente Deos o Remunere Como premio
p.a alembrar delles pobres Vassallos; E depois e.a
Camutte de Sacaueya neto de Muzagro, E Genro
da Rainha de Zamgibar que be hé Leal Vassallo
de V.Real Mag.e que Sempre Seruio Com Sanz Ga=
Bas a Sua Elle Como os Seus mageniores, Chora
padeçe nesta Cidade por Estar nella perto de 60 Annos
Que Em Com.a da Armada no Seruico
de V.Real Mag.e deixando a Sua familia, E bem
dezemparada. V.Real Mag.e ponha os olhos de mi
Sericordia Compadecendo de Sua pobreza a Emjeria
Cujos Seruicos uay p.a ver a V.Real Mag.e a q.m Deos
Gde nos dilatados a[nos] Goa 13 de Jan.o de 1[6]



Banadas de Banaxaque principe

Confiado eu Xagua Mutte de Sacauja Mouro fidalgo Melindano neto de Mossagro nagenoriz.de e Real grandeza de V.Mg.de que Deos g.e muitos annos e na cuituma.da Remuneração Comque a Credita aos Vacallos que existē ao Sillo, e protecção destaõ grande Monarchia resolvy com pouco merecimento Suplicar a V.Real Mag.de a penuria, e aternuação emque me acho depreriente nacid.e de goa desterrado de minha tr.a e familia por Causa de perda da Forty.z de Monbasa na Cuia defença a Rey.y Sempre Como Certifico aos Certidoins autenticas dos Capitains, e mais pessoas que a Sitiraõ nella. Servindo em todas as Occazioins Com Satisfação de minha p.ss.a Zello, e fidelid.e Como Leal Vasallo de V.Mag.de, e familia dos annigos Melindanos que taõ bem auxiliaraõ sempre a defença desta praça Cuia Restauração por Sua gue fis na monção passada Signifiquy a V.Mag.de o desejo Comque meu animo vacila pera mayor honra de Deos grandeza, e abona deste Estado, e gloria minha que Lamento esta perda por ficar totalmente distruzido, e manente de poder uir Suceder nogocios da Ilha de Zanzibar Como genro, e Lig.o Sucessor da Rainha della. Peço a V.Real Mag.de ponha os olhes de Sua piedade por Sua grandeza attentando aos progreis de Meus Serviços que do principio de minha id.e Sua Servido dem.dae Remunerar neste Estado Com Sua porção p.a poder alimentar de Cem x.a a Suim Como dana a meu Avo Mossagro Mouro fidalgo de Melinde, e gouu.dag.a Com.a do q.es acua Cad.e no Serv.o de V.Real Mag.de Como Com.a do trillado do assento do Conselho da f.da que offr.e Com os mais pagcis do meu Serviço, e Com isso acabar esta miseravel vida debaixo da protetaçaõ Campara de V.Real Mag.de Cuia Real pessoa gue. o Ceo por dilatados annos neste Rey.no de Portugal Lra Re de Sanr.a de 1703

D.V.Real Mag.de

Leal Vasallo, e Agreuio dos benignos Olhos

Xacamute de Sacauja mr.a

20.4

PETIÇÃO DE XACAMUTE DE SACAVEJA AO REI DE PORTUGAL PARA QUE LHE SEJA CONCEDA UMA PENSÃO ALIMENTAR

S. l. [c. 1703] AHU, *Índia*, cx. 76, doc. 11

Antropónimos: Rainha de Zanzibar; Xacamute de Sacaveja; Xacaveya o Xá; Misagro
Topónimos: Goa; Melinde; Mombaça; Pate; Zanzibar
Etnónimos: Arábios

Senhor

Diz Xacamutte de Sacaveya o Xá, mouro fidalgo de Melinde, filho do defunto Xacaveya o Xá e neto de Mizagro governadores que forão da costa de Mombaça, e genro da Rainha de Zamzibar que alem de muitos e imnumeraveis serviços que os ditos pay e avô do suplicante he a Rainha sua sogra tem feito a Vossa Magestade em todas as occazioins e guerraz que ouve com os Arabios e mais naçoinz não só com as próprias pessoas mas também despezas de muitos cabedaes principalmente a dita Rainha nas próximas guerras do dito inimigo em que perdendo a própria terra e auzentando-se para imcultoz mattoz socorreo de gentez e refrescos concideraveiz a dita fortaleza de Mombaça como tudo he notorio e o supplicante não tem servido menoz asim na empreza de Patte como da dita fortaleza como em todas as maiz occazions em que perdeo todoz os cabbedaez para melhor servir a Vossa Magestade em tudo e de limgoa e interprete de toda aquella costa, em que sempre obrou singullarmente, e sendo dantez tão rico e abastado e unico successor da dita Rainha de Zamzibar sua sogra desprezou athe coroaz e com esperanças de que breve seria a restauração da dita fortaleza de Mombaça para este effeito se acolheo a cidade de Goa sem outraz esperanças maiz que da grandeza real de Vossa Magestade e de que ceido haveria a dita restauração e por isso não requereo naquelle estado para seu sustento para o que foy vendendo a limpeza que trazia recebendo só da Fazenda Real de Vossa Magestade quinze xerafins por mez por credito de vassallo. Porem como

hora se acha pobríssimo de tudo e com encargo de familia na dita cidade se ve sem poder não só substentar o seu estado maz nem a pessoa e como a melhor joya que perdeo nas ditas guerras foy o comto dos melhorez sirviçoz aprezenta por hora algũa memoria dos muitos que fez pello que

> Pede a Vossa Magestade seja servido mandar que dey a elle supplicante cem xerafins por mez como se davão ao dito seu avô quando se achava na dita cidade e consta do tresllado que offerece e recebera esmolla e merce.

21

DESPACHO À PETIÇÃO DE HENRIQUE DE FIGUEIREDO SOBRE A JUSTIFICAÇÃO DA SUA ACÇÃO NA ZONA DO ESTREITO DE ORMUZ

DESPACHO

Lisboa, 11 de [Março] de 1706 AHU, *India*, cx. 76, doc. 37, fls.1-5v.

Veja-se no Concelho Ultramarino e se me consulte o que parecer.

Alcantara a 11 de [Março] de 1706.

PETIÇÃO DE HENRIQUE DE FIGUEIREDO

Goa, 18 de Dezembro, 1704

Antropónimos: Arábio; Can de Lara ; Persa; Xeque Arabio

D. António de Meneses; Conde de Vilaverde; Gregório Pereira Fidalgo; Henrique de Figueiredo.

Etnónimos: Arábios; Holandeses

Topónimos: Arábia; Aspão; Diu; Estreito de Ormuz; Kong; Lara; Mascate; Meca; Mombaça; Pérsia; Surrate.

Assuntos: Liga com os Persas contra o Arábio. Divergências com o vice-rei relativamente à política a seguir com a Pérsia. Presa de dois barcos de um xeque árabe. Presença da armada no Estreito impedira que os Árabes socorressem Mombaça. Desembarque de árabes em Damão. Empenho do Xá da Pérsia em passar à Arábia. Ausência da armada portuguesa para auxílio aos persas seria motivo de não pagamento da pensão de Kong. Pretensão dos Holandeses em estabelecer-se em Kong

//fl.1-1v/ [Henrique de Figueiredo refere as suas divergências com o vice-rei, estando em total oposição, tendo-o impedido de exercer o seu posto; afirma que sempre foi cioso do seu dever].

E não obstante ser tudo o que digo assim, de que a todos que servem comigo dou por testemunhas, me vejo hoje apartado das occazioens de servir a Vossa Magestade pelo Vizo-Rey deste Estado. Adonde sendo o cuydado dos que athe qui o governarão destruir o Arabio por ser o inimigo que mais nos convem aruinar buscando sempre muy cuidadosammente os meyos de conseguirmos, para o que com acertada eleyção o vizo-rey Conde de Villaverde tractou de persuadir hum tão poderozo Rey como o Persa, com quem o doutor Gregorio Pereyra Fidalgo indo por embayxador fes huma fructuosa deligencia para haver de unir as suas armas com as de Vossa Magestade afim de desbaratar os Arabios e tomarmos-lhe o porto de Mascate com que ficacem impedidos de infestarem estes mares com as suas armadas, e as nossas desocupadas para procurarmos com ellas importancias muy grandes do serviço de Vossa Magestade indo a muitas partes adonde he utilissimo acodir com poder e promptidão principalmente a Solor e Timor que se se fizer como convem bastão aquellas ilhas para fazer rico este Estado e esse Reino; fazendo-ce tambem percizo que Vossa Magestade *//fl.2/* premeye e louve as grandes virtudes de hum verdadeiro filho de S. Domingos que nellas vive e mande reprehender e remediar a largueza com que outros obrão.

Continuando esta deligencia todos no tempo do seu governo para que se ajuntace a pozece em marcha a exercito Parsio, ao qual o ser tão poderozo e a muita distancia e maos caminhos que há para o porto de Congo e mais marinha e as grandes prevençoens de bagages, petrechos, e mantimentos fazia ser-lhe perciza muita dilação. O que estando já em termos de se effeytuar parece foy o mesmo motivo do Vizo Rey prezente o não querer conseguir (por occupar as fragatas de guerra de Vossa Magestade em outros empregos) de que as noticias da marcha do exercito Parsio e da instancia com que procura a nossa armada para lhe asegurar a pasagem das suas tropas e as queixas que faz do Vizo Rey de se recolher no tempo que já parte do seu exercito se avezinhava à marinha, se chegarem a Vossa Magestade são os melhores informes que disto posso dar.

E sendo este o meu parecer e do general Francisco Pereyra que por havermos estado na Persia sabiamos quanto se adiantava a vinda do exercito, foy pela mesma razão hum dos motivos principaes do odio do Vizo Rey, por me não parecer justo que se faltace ao serviço de Vossa Magestade ao bem do Estado, e ao Persa que mandava o seu exercito como tinha prometido, para haver de se empregar a gente de guerra e

fragatas de Vossa Magestade e m'irem piratear buscando conveniencias nos quintos, joyas e outras couzas para o Vizo-Rey, deyxando de fazer o mais importante para o Estado.

[sobre um navio do Canará com cartaz do Mogor trocado. Sobre a nossa situação no Canará. Fuga dos nossos soldados para barcos franceses].

//fl.2v./ [presas injustas do vice-rei e desvio da quantia dum leilão de uma fragata].

Em o porto de Surrate quando D. Antonio de Menezes pelejou com os Arabios lhe tomou dous navios de carga que estavão nelle, hum dos quaes por informaçoens que o mesmo D.Antonio (que vay para o Reino) mandou saber a Surrate, a segurar, e elle mesmo o affirmou, que importava mais de duzentos mil cruzados por ser de sento e outenta mil ropias de prata o emprego da sua carga de que os livros da Fazenda de Vossa Magestade quando se fizerem os leyloens dirão qual foy a sua importancia.

Em Dio tambem se reprezarão dous pataxos de hum xeque Arabio vassallo d'El-Rey da Persia o qual he muito rico e pessoa de estimação e grande servidor de Vossa Magestade e amigo dos Portugueses, de que sou boa testemunha vallendo sempre na Persia com tudo quanto tem, no que he necessario para o serviço de Vossa Magestade e das suas naos, e a todos seus vassallos que o occupão, e participando-nos os avizos da Arabia que nos convem saber, os quaes pataxos entrarão a refrescar-ce no dito porto persuadidos de huas embarcaçoens pequenas nossas que nelle há que fizerão essa deligencia debayxo da boa fé da nossa amizade vendo que trazião alguns cavallos, que he genero prohibido, e tanto que entrarão no porto o capitam da fortaleza Jorge de Souza os tomou por perdidos, levando só des ou doze cavallos que sendo couza tão pouca que mais parecia prezente que negocio, se devia por serviço de Vossa Magestade não ver, ou não reparar; principalmente sendo de pessoa a quem todos sabem neste Estado a grande attenção que merece a Vossa Magestade

Estas acçoens referidas e outras semelhantes têm feyto tal escandalo na Azia que *//fl.3/* ariscamos com ellas a confiança dos mais necessarios amigos, e principalmente o Mogor, do qual depende a conservação deste Estado, [referência ao poder do Mogor; ponderação que deve haver no nosso procedimento; referências ao

inimigo Qhema Saunto; sobre marfim de Moçambique e feitor que o vice-rei lá pôs; sobre o general que o vice-rei mandou para a China que era de sua confiança].

//3v/ [mais queixas sobre o vice-rei e possível ocasião de restaurar Mombaça].

Pois emquanto estivemos na Persia e Estreyto de Ormus não foy socorrida dos Arabios, por temerem encontrar-ce com a nossa armada com que o mais tempo andey cruzando na boca daquele golfo. E chegou a tanta mizeria a praça que os poucos que nella estavão neste tempo se vissem que hum ou dous navios nossos de guerra deytavão gente fora para os envestir lha havião de entregar, e quando elles o não fizecem logo, os obrigarião a isso os muzumgullos de Xony e o Manazombo seus vezinhos, pela desesperação em que se achão com os Arabios em Mombaça, não podendo dar sahida ao seu marfim e ambar, nem terem roupas com que se vestir nem com que ir fazer o resgate destes generos pelas morimas dentro. O que era tanto sem duvida conseguir-ce como se pode ver das cartas que de Moçambique vierão que mandarão alguns Principes vezinhos de Mombaça de que são boas testemunhas o governador de Mosambique João Rodrigues da Costa, o thenente general dos Rios de Sena Jacome de Moraes Sarmento, o feytor que então estava em Moçambique, e todos quantos homens brancos há naquella praça.

Sendo tal a boa idea e dispozição do Vizo Rey que para a armada que agora tem aparelhada nomeou por almirante e cabo della que já está metido a bordo a seu irmão Francisco *//fl.4/* de Mello de cujo prestimo e sufficiencia podem dar noticia os que o conhecem e se acharão em Damão adonde era capitão de cavallos quando os Arabios este anno passado desembarcarão junto a esta praça para roubar as nossas terras. E tambem os que sabem como foi a peleyja que com elles teve a nossa armada no porto de Surrate que sendo de outo boas fragatas de guerra e o cabo dellas de grande vallor que era D. Antonio de Menezes, não digo a Vossa Magestade qual foi o sucesso pois elle o fará, e o porquê, chegando a esse Reyno.

A qual armada que he a principal força do Estado entregue à ordem de seu irmão determina mandar a Meca fazer prezas de que Vossa Magestade não tira mais que dispendios, e o ficarem expostas as nossas terras e mares aos Arabios, e mais inimigos, por ser o tempo de virem a elles, devendo manda-la à Persia para apaziguar a queyxa que pode ter aquelle Principe, e para lhe facilitarmos fazer a guerra ao

Arabio que tanto nos importa, segurando-lhe a passagem do mar, e obrarmos juntos contra tão prejudicial inimigo, pois o Persa, conforme se ve das cartas do nosso feytor do porto do Congo e de todas as mais pessoas que delle escrevem, mandou juntar o grosso do seu exercito à parte delle que já tinha nessas vezinhanças quando de lá partimos, e o Vizo Rey nos mandou retirar com a armada, entendendo o Persa que era para voltarmos na seguinte monsão.

O qual Rey está tão empenhado em fazer a guerra que castigou asperissimamente o general a que tinha encarregado o seu exercito por entender que elle, peytado dos Arabios, era a occazião mayor de se ter dilatado a marcha, pondo em seu lugar o Can de Lara por ser muito da sua confiança e grande pessoa entre os Parsios (a quem conheço, e tinha boa amizade com o general da armada de Francisco Pereyra, e já o Doutor Gregorio Pereira Fidalgo a havia tido muy particular com hum seu irmão, e conhece tambem este) o qual apressando a marcha do exercito como lhe mandava seu amo o pos junto à marinha.

E vendo que não hia a armada inda assim quis o mesmo Rey da Persia que pasace a Arabia, a que se oppozerão todos os Xeques seus vassallos mostrando-lhe que perdia o exercito infallivelmente por não ter comboes que o defendecem na pasagem do mar adonde podião os Arabios destrui-lo; pelo que indo na esperança da nossa armada tornar àquelle porto, mandando retirar parte da gente do exercito para suas cazas, foy com ordem expressa para tornarem promptamente ajuntarce nelle com o primeiro avizo, e outra [parte] tem ainda em Lara com o general e pelas suas vezinhanças e do Congo e todas as moniçoens e petrechos e quantidade de dinheiro prompto para a paga dos soldados. A qual occazião não he para desprezar por mais que diga o Vizo Rey que são engano dos Parsios porque he certo que estes avizos nos tem vindo pelos nossos mesmos portuguezes. E que o Persa mandou prevenir outros mantimentos para o seu exercito comer na Arabia, vendo que lhe não podião durar os que soubemos tinhão juntos quando de lá partimos. E que tem tanto metido na cabeça o fazer a guerra e com tanta estimação e gosto de se confederar para isso com Vossa Magestade que escrevendo-lhe o General d'armada Francisco Pereira quando estavamos no porto de Congo e mandando levar *//fl..4v./* a carta hum portugues pessoa ordinaria à Corte do Aspão, o Rey Parsio o chamou logo e lhe fallou largo espaço de que se admirão todos pela vaidade da grandeza com que se tracta; pois aos mais dos embayxadores que levão esse carater com cartas dos seus reys sucede esperarem

muitos tempos para alcançarem esse favor, que por authoridade da sua soberania politicamente lhe regateão muito as audiencias: e se informou com elle do estado da nossa armada e da cauza a que o General atribuia não se ter já entrado na Arabia, tendo já o seu tudo o que lhe era necessario com ordens apertadas para o fazer. A que se seguio vermos que o tirou castigado e que em seu lugar nomeou o que digo, condicionalmente; se o nosso general da armada o approvace, que para a soberba daquella gente he o mais encarecido signal que pode haver de como o Rey da Persia está com todo o empenho para fazer guerra ao Arabio, e da attenção com que se há como aliado de Vossa Magestade.

O que inda que fora engano como o Vizo Rey dis era util averigua-lo para que o Persa não justificace o motivo supposto para não pagar o feudo que paga a Vossa Magestade do porto de Congo, e para não negar a feytoria delle, tão dezejada das nasçoens de Europa; pela qual tem os Hollandezes feyto em a corte de Aspão repetidas e apertadas instancias, e grandes dispendios com os menistros della para que persuadão o seu Rey que lha dê; no que nunca quis convir dizendo que aquelle porto de Congo se fizera opulento pelos Portuguezes e que por isto e pela sua inclinação sô a elles ali queria ter: ariscando-ce tambem a perder-ce o convento de Santo Agostinho que na sua corte temos, e o beneficio evangelico que se consegue naquella asistencia; porque o Persa pode passar a esse excesso trocando o muito gosto que tinha de fazer a guerra em enfado de o enganarmos, despois de o termos obrigado a fazer tão grandes dispendios. E não obstante que a imaginação do Vizo Rey, sem embargo de que sabe digo isto (por conveniente ao servisso de Vossa Magestade com o zello de bom vassallo pela noticia que tenho e pelo que vi na Persia) seja tal que o faça mandar ir a armada piratear no estreyto de Meca, em que não descubro utilidade nenhua para Vossa Magestade; inda assim de Meca estando lá algum tempo tem monsão de poder ir à Persia, e desfazer todas as consideraçoens do que dizem se he supposto ou verdadeiro, sem que seja necessario fazer novos aprestos e despezas para ella; inda que prejudique algua couza à conveniencia dos grandes cabedais com que tambem nesta viagem manda o Vizo-Rey fazer negocio; que esta he a mais forçoza razão da armada ir a Meca, para os trazer seguros e grangear quintos e joyas das prezas.

//fl.5/ [não é por ressentimento que conta estas coisas, mas por ser verdade e outras pessoas que assistiram o podem confirmar; sobre os privilégios que lhe tirou o

vice-rei, que o tem por inimigo, sem posto, nem soldo; pede para regressar ao Reino onde pode servir a Sua Magestade].

//fl.5v/ [pede que Sua Magestade mande pagar-lhe os seus soldos e restituir-lhe o posto].

A muito alta e poderoza pessoa de Vossa Magestade guarde Deos com a mayor grandeza.

Goa, 18 de Dezembro de 1704.

(Assinado:) HENRIQUE DE FIGUEIREDO

22

CARTA DE VASCO FERNANDES CÉSAR DE MENESES AO CASTELÃO DE DIU[882]

Goa, 24 de Novembro de 1714 — *Biblioteca Nacional de Portugal*, *Códice*, 10668, fls. 35-35v

Antropónimos: Caxi; Francisco Pereira da Silva
Topónimos:Baçaim; Diu
Etnónimos: Arábios; Sanganes.

Para o Castellão de Dio Antonio da Silva Tello de Menezes

Vejo o que Vossa Merce me dis sobre os Arabios heverem insultado a terra dos Sanganes unidos com a (*sic*) Caxi. E suposto que do abatimento destes piratas se não sigua nenhum perjuizo a Dio comtudo sinto que os Arabios tivessem a conveniencia de tão bom saque como Vossa Merce me afirma.

De Baçaim se me aviza que os ditos Arabios tomarão hũa fortaleza dos Sanganes e que pertendem perpetuar-se nella, o que me parece por muitas rezões impossível, assym pello que toca ao citio como porque não hé facil a concervação tendo contra sy os da terra; porem sempre sera conveniente impedir-se esta obra em cazo que a intentem, e a esse repeito (*sic*) leva o general Francisco Pereira da Silva ordem para passar aquella parte em cazo que a Francisco Pereira da Silva lhe pareça para o que *//fl. 35v/* deve Vossa Merce capasitar-se com toda a certeza do que há nesta materia. E se ao dito general lhe parecer levar em sua companhia algũas embarcações ligeiras para com ellas poder chegar ao rollo da terra Vossa Merce lhe mandara dar os navios e a palla que ahi se acha de Baçaym. E desvanecido ou effeituado este progecto podera Vossa Merce mandar conduzir ao Norte o mantimento nesseçario para essa terra e entretanto fica o general com a armada cobrindo toda essa costa. E folgarei muito que a contenda que hé entre o Arabio e Caxi se estenda a mais tempo para que o general logre a fortuna e eu a gloria de os compor.

[882] Registo.

Não hé possível remediar a falta que há de balaria meuda porque me acho totalmente exhausto della, e parece-me que se remedee com a de ferro batido, e assy o digo ao Padre Administrador para que se prova (*sic*) dessas vizinhanças donde não faltão.

Agradeço a Vossa Merce haver suprido com a sua artilharia e ballas que não hé a primeira ves que Vossa Merce com a sua fazenda acode ao serviço de Sua Magestade que Deos guarde, e nisso mostra Vossa Merce não esquecer-se das obrigações com que naceo.

Fico entregue da rellação da artilharia e entendendo o preço em que esta o ouro e cuidarey muito em tomar algũa rezolução conveniente sobre a manifactura da moeda.

Suposto a armada partio há oito dias com não pequeno trabalho meu por haver cido mui disforme e duravel a invernada e pellos ventos que tem feito julgo hira muy bem navegada. Comtudo attendendo a demora que percizamente há-de fazer me rezolvo a mandar esta via antecipadamente a Vossa Merce para que quando chegar o general esteja com as noticias certas e infaliveis dos Arabios para que comforme ellas se proceder a expedição que for conveniente.

Deos guarde a Vossa Merce.

Goa 24 de Novembro de 1714

Vasco Fernandez Cesar de Menezes

23

CARTA DE VASCO FERNANDES CÉSAR DE MENESES PARA O GENERAL FRANCISCO PEREIRA DA SILVA[883]

[Excerto]

Goa, 20 de Fevereiro de 1715 — *Biblioteca Nacional de Portugal*, *Códice*, 10668, fls. 6-7v

Antropónimos: Bangu; Rosendo do Couto

Topónimos:Diu

Etnónimos: Arábios; Sanganes.

Assunto: Derrota dos Árabes no ataque ao reduto dos Sanganes

[…….....]

As noticias dos Arabios mandadas pelo castellão de Dio me parece rediculas como todas as que me dão do Norte porque não ha abelidade para se examinarem com algũa exacção, e como nas pallas hei-de escrever a Vossa Merce mais largamente não quero deter esta galueita (*sic*) que vay só dirigida a avizar Vossa Merce em como torna o borlote, so digo a Vossa Merce que chegou o Bangu na galiota, e me diz Rozendo do Couto que os Arabios forão com as mãos na cabeça porque perderão mais de mil e tantos homens nas tres avançadas que se derão a fortaleza ou reduto dos Sanganes. E estas noticias são de 8 de Janeiro.

Deos guarde a Vossa Merce.

//fl. 7v/ Goa 20 de Fevereiro de 1715

[……]

Vasco Fernandez Cesar de Menezes

[883] Registo.

algum, enão duuido q̃ aelle lhe pugnancia os obrigue a Leuantar alguns Estrumentos ou fragas, mas como tiuere a certeza dos Sitios taõ de Erizadorse quẽ estiuere tall vez q̃ sedem ganẽ, Ementa Nauiaõ desejarã ter Vinte fragas p̃. mar a Persia, e parecendo lhe a VM poder Leuar a Galista q̃ agora mando, porque naõ estarà mais q̃ sta alguã embarcaçaõ que ponha a arrecegar em menos agoa p̃. que pode Surgir, cemdo o Cazo a Leue VM em sua Companhia.

O Tenente Vay Gouernando a Borlote por dizer Capitaõ que estaua com feures, mas como se jaz agora em Caza de Cirurgiaõ mor entendo que Lá Sarara desta infermidade.

Os Feitores todos tem repugnancia em fazerẽ auanç.os e por isso interpretaõ a ordem como lhes parecer. agora Hemaõ cõ toda a clareza, e como pudera ode Baixo fazer se VM lhe manda sem lhe ver por cortezia por q̃ Era cõtigaçaõ a sua obediencia.

Vai Pallas Mandarim agente em Lugar daque falleceo, emellas hiraõ Cabos meudos, Viradores, e alguns outros que Siruaõ para Escotas; Ité Eiraõ dez Barris de Arcanaõ, existenta ou tem de Galle p̃. se fazer mais Commodam.e agoa, e tudo Mandara VM repartir pellas fragatas na forma que lhe parecer.

As Noticias dos Arabios Mandadas pello Cabellaõ de Dio me parecẽ Ridiculas como todas as q̃ medaõ do Norte por que naõ ha abelissa de para se examinarẽ com alguã exaõ, e como nas Pallas Escreue VM mais Largamente naõ quero dizer cousa alguã mais só dirigida a aviso de VM em como torna a Borlote, so digo q̃ elle chegou a Bangu na Galista, e medir Rondo as Cayos que os Arabios foraõ cõ armaõ na cabeça por que perderaõ mais de mil, e tres Centos nas tres auanç.as que Teueraõ a Forç.a, ou Eduzo dos Sanganes, e estas Noticias saõ de 8 de Janr.o Deos g.de a VM.

24

CARTA DE VASCO FERNANDES CÉSAR DE MENESES PARA D. JOÃO FERNANDES DE ALMEIDA[884]

[Excerto]

Goa, 23 de Janeiro de 1716 — *Biblioteca Nacional de Portugal*, *Códice*, 10668, fls. 92v-93

Antropónimos: Can de Lara; Francisco Pereira da Silva

Topónimos: Barém; Congo; Mascate

Etnónimos: Arábios; Mascatenses; Persas.

[……...]

Do Congo tive cartas em que se me participa serem os Arabios mal socedidos no segundo projecto de Barem e que por conta dessa disgraça havia bastante perturbação em Mascate. E no mesmo porto do Congo se achava hum novo Can de Lara com varios regamos del Rey da Percia para tratar com o general Francisco Pereira muitos negocios em ordem a ultima ruína dos Mascatenses. Porem como estamos com as memorias ainda muy frescas do pouco que aproveitou a dilação que a nossa armada fés tres annos em o Estreito, não será possivel persuadir-nos a que os Percianos querem operaçoens que embaracem o seu descanso e prohibão o seu devertimento.

Deos guarde a Vossa Merce.

Goa 23 de Janeiro de 1716

[…….....]

Vasco Fernandez Cesar de Menezes

[884] Registo.

25

CARTA DE VASCO FERNANDES CÉSAR DE MENESES AO GENERAL DO ESTREITO FRANCISCO PEREIRA DA SILVA

Goa, 23 de Janeiro de 1716 — *Biblioteca Nacional de Portugal*, *Códice*, 10668, fls. 93-94

Antropónimos: Agi Sulf; Fr. António do Desterro; Francisco Pereira da Silva; D. João Fernandes de Almeida; Mamede; Rosendo do Couto; Sibandar.
Topónimos: Barém; Calecute; Congo; Damão; Mascate; Surrate; Versava.
Etnónimos: Arábios;

Para o General do Estreito Francisco Pereira da Sylva

Pella galueita do Mocadão Mamede fiz reposta a carta de Vossa Merce em que me participava a sua chegada a esse Norte, e suppos*//f. 93v/*to que por ella lhe fiz reposta lhe mando tãobem agora segunda via, e seguro a Vossa Merce que estimey as noticias que proximamente tive suas de que ficava para partir aos dez para Damão. E com a pouca dilação que Vossa Merce fara em Surrate se restetuira com brevidade a Versava para preparar as fragatas de maneira que parta infalivelmente para o Estreito em o primeiro de Abril.

O mestre tanoeiro fica prezo e o Vedor Geral da Fazenda com ordem para lhe não pagar cousa algũa porque he incrível o dezaforo e velhacaria com que esse official procura enganar-nos com tanto prejuízo do serviço de Sua Magestade.

Fez Vossa Merce muito bem em deixar os tonéis e piparia em terra para haver tempo de se poderem consertar, e não duvido que Dom João Fernandez de Almeida lembrado das suas obrigações e da grande amizade que tem com Vossa Merce o ajude de sorte que não experimente a menor falta a hum dos maiores serviços que tenho feito ao Estado hé mandar Dom João Fernandez de Almeida por general desse Norte, porque hé certo que só a sua pessoa e o seu zello podião por a caminho as desordens que ahy se experimentão.

Varios avizos fiz ao feitor de Damão para que tivesse prompto o borlote; supponho se não descuidaria desta diligencia, e quando houvesse nelle algũa omissão eu lha saberey agradecer. E a Dom João Fernandez de Almeida digo que o tenha entendido que Vossa Merce ha-de levar infalivelmente o borlote em sua companhia. E

não se esqueça Vossa Merce de usar das jarras que forão nas duas prezas para que possa deter-se nos cabos o que baste para fazermos algum damno aos nossos inimigos.

Pello barco de Agi Sulf que chegou a Calecut a 28 do passado tive cartas do Rozendo de Couto, e supposto que nellas não consta *//fl. 94/* mais que a genealogia do Imamo, me remete hũa carta de Fr. Antonio do Desterro de que mando a Vossa Merce a copia della e me diz tãobem que chegara ao Congo o novo general com varios regamos d'el-Rey da Percia para Vossa Merce em ordem a guerra dos Arabios, mas Vossa Merce ficará advertido para obrar nesta materia o que couber no tempo que se dilatar no Congo, que não será mais que o que dispõem o seu Regimento. E sobre a cobrança da penção uzara Vossa Merce do meyo e caminho que lhe for mais proveitoso dizendo ao Sibandar que para a sua satisfação nos não importa que renda a alfandega porque quando della utilisão muito os Persas nem por isso nos dão mais.

Remeto a Vossa Merce a carta de Agi Sulf que por inadvertencia a abri. A que me escreveo a mym tãobem certifica serem os Arabios mal socedidos em o segundo projecto de Barem; e o arabio que me trouxe as cartas contou com algũa individuação o sucesso e me certificou que em Mascate havia grande perturbação assim pellas feridas do general e morte do irmão, como por se persuadirem a que o mesmo Imamo hera a principal causa das suas infelicidades.

[……..……]

Deos guarde a Vossa Merce.

Goa 23 de Janeiro de 1716

Vasco Fernandez Cesar de Menezes

Na volta das Pallas escreuerey a VM. Com toda a largueza naõ duuidando que VM. ordenarà o mais depressa que lhe for possivel.

Mas remeto 2ª via pª o General do Mogor porq̃ espero tenha chegado as mãos de VM. a primeira.

Do Congo tive Cartas em que se me participa serem os Arabios mal socchidos no segundo projecto de Barem, e que por conta desta disgraça tinha bastante perturbaçaõ em Maicate, e nomeamo porto do Congo se achaua hum novo Candelara com varios Regulos del Rey da Persia para tratar com o General Francisco de Sª muitos negocios em ordem a ultima ruina dos Maricatenses porem como estamos com as memorias ainda muy frescas do pouco que aproueitou a dilaçaõ que ouue na Armada foi trez annos em soccorro; naõ será possivel persuadirmos a que os Persianos queiram operaçoens q̃ embaraçem o seu descanço e proueitos do seu desenbarque. Deos Gde a VM. de Goa 23 de Janeiro de 1616.

O Pe Alexandre de Sousa dignissimo Reitor deste Collegio bem sabe VM. que lhe falta huã aduella, e poderia ser que mais alguã couza nas occaziões de sua profissaõ que lhe escreuesse sobre a materia em q̃ VM. me falla he necessario que lhe estamos os vinte mil pardaos para pagamento da Armada. Partio o barco del Monte aos 20 e ficou em fim de Serra mas para que todos fossem certe munhas das suas saudades foi abordo e derramou huã grande de lagrimas q̃ mais lhe aproueitarão se forem pellos seus peccados.

Vasco Fernandes Cezar de Menezes.

Do General do Estreito Joaõ Pereira da Silua

Della Galiota de Alcaçaba Mandei fazer esta a carta de VM. em q̃ me participaua a sua chegada deste Norte, e suppos

Índice cronológico dos documentos

1- *Lisboa, 13 de Agosto de 1652* – Preparação de uma armada para a recuperação de Macaste.

2- *Goa, 6 de Dezembro de 1680* – Carta de António Pais de Sande, vice-rei da Índia, a D. Rodrigo da Costa, capitão geral da armada do Estreito de Ormuz.

3- *Casa da Pólvora, 15 de Outubro de 1686* – Carta para o vice-rei da Índia sobre o Príncipe de Ampaza.

4- *Lisboa, 24 de Novembro de 1693* – Serviços de João da Silva do Rego no Golfo.

5- *Lisboa 16 de Novembro de 1697* – Carta do Rei de Portugal ao Conde de Vila Verde, vice-rei da Índia.

6- *Lisboa, 30 de Janeiro de 1698* – Carta do Rei de Portugal ao Conde de Vila Verde, vice-rei da Índia.

7- *Goa, [Dezembro] de 1698* – Carta de Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, vice-rei da Índia, para Roque Monteiro Paim.

8- *Lisboa, 20 de Dezembro de 1698* – Carta de João de Sousa Mexia.

9- *S. d. [1693-1698]* – Papel escrito da Índia ao padre Sebastião de Magalhães.

10- *Lisboa, 22 de Março de 1699* – Carta do Rei de Portugal para o Vice-Rei e Capitão Geral do Estado da Índia.

11- *S. d. [post. 1699]* – Notícia de lutas contra os árabes.

12- *Goa, 20 de Dezembro de 1700* – "Sobre a reforma que deve haver na Índia e desmanchos que nella há na Fazenda Real".

13- *Goa, 8 de Janeiro de 1701* – Carta de Domingos Dourado de Oliveira para Mendo de Fóios Pereira.

14- *Salvaterra, 10 de Março de 1701*– Carta do Rei de Portugal para o Vice-Rei da Índia.

15- *Salvaterra, 15 de Março de 1701* – Carta do Rei de Portugal para o Vice-Rei da Índia.

16- *Lisboa, 21 de Março de 1701* – Carta de Mendo de Fóios Pereira para o Vice-Rei da Índia.

17- *Goa, 12 de Janeiro de 1704* – Carta de Caetano de Melo de Castro, vice-rei da Índia.

18- *Goa, 20 de Fevereiro de 1704* – Carta de Caetano de Melo e Castro, governador da Índia, ao Rei de Portugal

19.1. *Lisboa, 22 de Fevereiro de 1704* – Despacho à Consulta do Conselho Ultramarino sobre a permanência do General Francisco Pereira da Silva no Estreito de Ormuz, de 13 de Fevereiro de 1704.
Inclui:

19.2. Despacho de 5 de Fevereiro de 1704 ao Parecer do Conselho Ultramarino sobre a permanência do General Francisco Pereira da Silva no Estreito de Ormuz, datado de 28 de Setembro 1703, Lisboa;

19.3. Carta do vice-rei Caetano de Melo de Castro ao Rei de Portugal sobre a armada de Kung (Congo), a aliança com a Pérsia e a luta contra o Arábio. Goa, 15 de Janeiro, 1703;

19.4. 2ª Carta de Caetano de Melo de Castro, vice-rei da Índia, ao Rei de Portugal. Goa, 18 de Janeiro, 1703;

19.5. Cópia de uma carta do general Francisco Pereira da Silva aos governadores da Índia. Kung (Congo), 3 de Novembro de 1702.

20.1. *Lisboa, 22 de Fevereiro de 1704* – Consulta relativa à petição do Príncipe de Ampaza, Banadão de Banaxaque.

Inclui:

20.2. Agradecimento de Banadão de Banaxaque ao Rei de Portugal pela mercê recebida, datado de Lisboa, 13 de Janeiro de 1703;

20.3. Carta de Xacamute de Sacaveja ao Rei de Portugal para que lhe conceda uma pensão para alimentos, datada de Lisboa, 20 de Janeiro de 1703;

20.4. Petição de Xacamute de Sacaveja ao Rei de Portugal para que lhe seja conceda uma pensão alimentar [c. 1703].

21 *Goa, 11 de Março de 1706* – Despacho à petição de Henrique de Figueiredo e justificação da sua acção na zona do Estreito de Ormuz, datada de 18 de Dezembro de 1706.

22 *Goa, 24 de Novembro de 1714* – Carta de Vasco Fernandes César de Meneses ao castelão de Diu.

23 *Goa, 20 de Fevereiro de 1715* – Carta de Vasco Fernandes César de Meneses.

24 *Goa, 23 de Janeiro de 1716* – Carta de Vasco Fernandes César de Meneses.

25 *Goa, 23 de Janeiro de 1716* – Carta de Vasco Fernandes César de Meneses ao general do Estreito Francisco Pereira da Silva.